





# all we need is earth

A Terra é a fonte de toda a nossa energia.

Por ela, acreditamos que o futuro é produzir a energia mais limpa.

Por ela, estamos na linha da frente do desenvolvimento sustentável.

Por ela, utilizamos as mais avançadas tecnologias.

Por ela, estamos tão perto da natureza.

Por ela, somos nós.



## index

### **a edp**

- 6 MENSAGEM AOS ACCIONISTAS
- 10 VISÃO, COMPROMISSOS E VALORES
- 11 A EDP NO MUNDO
- 12 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
- 14 ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP
- 18 SÍNTESE DE INDICADORES
- 22 AGENDA ESTRATÉGICA

### **negócios**

- 26 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 28 ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE
- 36 SÍNTESE DE ACTIVIDADE

### **contributo para a sustentabilidade**

- 52 RECONHECIMENTO
- 54 ABORDAGEM CORPORATIVA
- 57 I&D E INOVAÇÃO
- 59 COMUNICAÇÃO EDP
- 61 COLABORADORES
- 68 CLIENTES
- 74 FORNECEDORES
- 77 COMUNIDADE
- 83 DESEMPENHO AMBIENTAL

### **relatório do governo da sociedade**

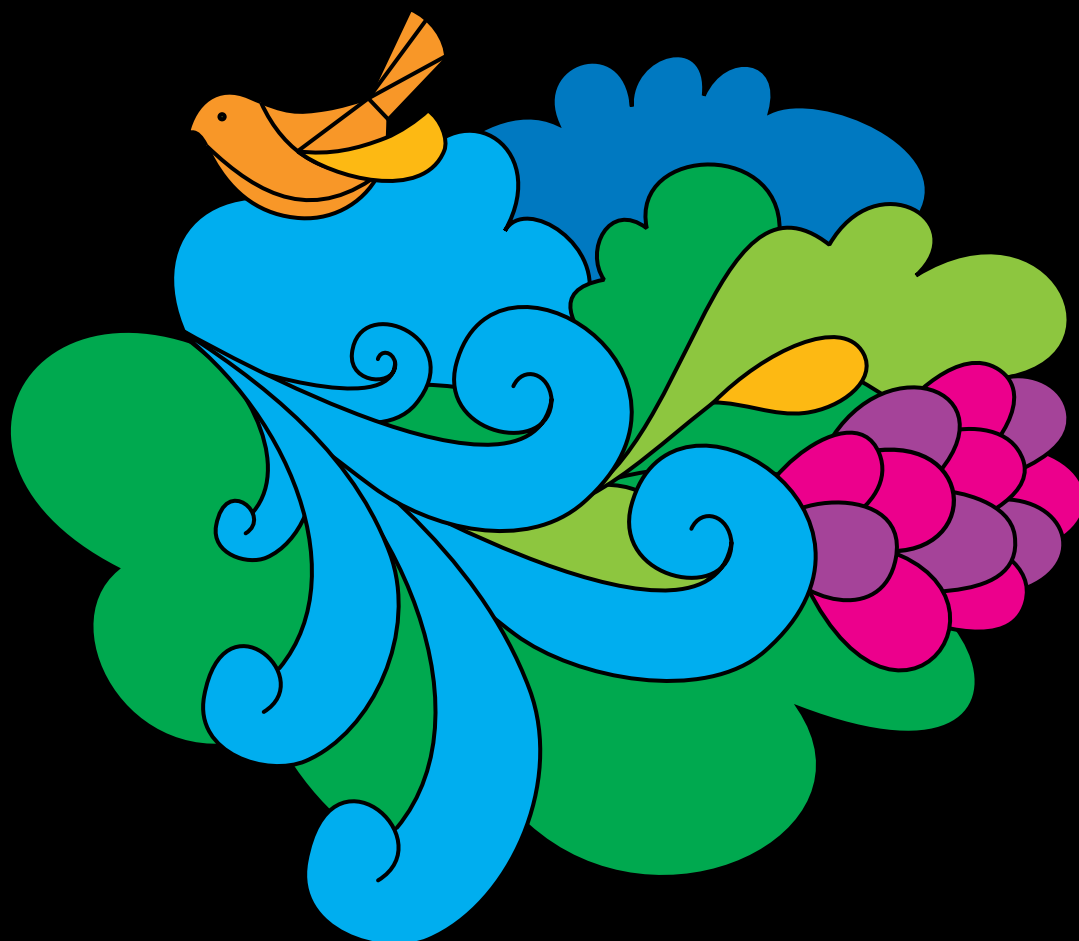
- 90 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
- 95 ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO
- 107 ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP
- 124 ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS
- 129 REMUNERAÇÕES
- 132 ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS
- 137 RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO

### **informação financeira**

- 142 ANÁLISE FINANCEIRA
- 148 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

### **anexos**

- 248 REFERÊNCIAS FINAIS
- 249 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS
- 250 AVALIAÇÃO GRI
- 254 RELATÓRIOS, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES
- 264 EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL





a edp

## MENSAGEM AOS ACCIONISTAS



*Senhores Accionistas,*

### **Num ambiente de mercado difícil... alcançámos resultados recorde**

2009 traduziu em números, uma vez mais, o sucesso das opções e da estratégia definida pela EDP ao longo dos três pilares estratégicos – crescimento orientado, eficiência superior e manutenção do perfil de baixo risco. A empresa alcançou resultados recorde que devem ser celebrados por todos com entusiasmo, satisfação e, principalmente, um enorme sentimento de orgulho.

Ao nível do crescimento, alcançámos pela primeira vez um resultado líquido recorrente superior a mil milhões de euros.

Obtivemos o maior resultado operacional bruto (EBITDA) de sempre, atingindo os 3.363 milhões euros, o que representou um crescimento de 7%. Pela primeira vez mais de metade dos resultados operacionais vieram de fora de Portugal. Espanha e Brasil obtiveram os melhores resultados de sempre e a EDP Renováveis tornou-se a 3ª maior empresa a nível mundial no seu sector.

Em termos de eficiência, registámos o mais baixo rácio Custos Operacionais/Margem Bruta da história – 28%, a partir de um rácio de 38% em 2005. No nosso sector, somos os mais eficientes da Península Ibérica.

2009 foi igualmente o 4º ano consecutivo de redução dos custos em termos nominais. Nesse mesmo período, ou seja desde 2005, a EDP aumentou a capacidade instalada em cerca de 70% para os 21GW. Um resultado que se deve ao esforço e foco das nossas pessoas.

De igual forma, mantivemos baixo o perfil de risco da companhia, como é disso exemplo a obtenção de 6.300 milhões de euros em financiamentos durante o ano, incluindo a venda do défice tarifário em Portugal no valor de aproximadamente 1.600 milhões de euros.

A EDP uma vez mais soube marcar a diferença. Tem hoje uma situação de liquidez que lhe assegura os investimentos para os próximos dois anos. Contudo, o facto mais paradoxal e que demonstra a nossa capacidade de antecipar e gerir o risco foram os resultados em Espanha. Um ano em que se registou uma redução da procura (-4%) e preços de energia quase 50% inferiores aos de 2008, alcançámos o melhor resultado de sempre. Demonstra a nossa capacidade de interagir nos diferentes blocos que hoje compõem a EDP, de antecipar aquilo que são os desafios e conseguir ultrapassá-los com êxito.

Duas palavras podem resumir o que alcançámos: Resiliência e Consistência.

Num contexto particularmente desafiante, como foi o ano de 2009, no qual simultaneamente se registaram crescimentos negativos em várias das economias onde actuamos, níveis de inflação perto de zero e redução significativa quer da procura de energia quer dos preços da energia, estes resultados comprovam inequivocamente a resiliência e a consistência da nossa estratégia.





São várias culturas, pontos de vista e ideias que comunicam entre si. A qualidade, talento e diversidade das nossas pessoas são cada vez mais elementos diferenciadores. Reside aqui, e em grande parte, a fórmula para a capacidade que temos demonstrado em antecipar tendências e actuar positivamente sobre os desafios que nos colocam.

Mas tal como tem sido hábito, quisemos ir mais além.

Em 2009 definimos uma nova Visão – “Uma empresa global de energia, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade” – Valores e Compromissos. Para além de continuar a liderar na criação de valor queremos também estar na vanguarda da forma como a inovação e a sustentabilidade se aliam à nossa forma de actuação.

A Universidade EDP foi formalmente lançada. Será um meio indiscutível de partilha de conhecimento e cultura dentro da empresa. O projecto EDP Way, lançado em 2008, continuou a promover e reforçar a cultura EDP nos quatro cantos do Mundo. Mudámos também a nossa assinatura para “Viva a nossa energia”. É um convite ao envolvimento de todos – EDP e stakeholders – a participarem activamente no desafio que o sector da energia tem diante de si. Estas são algumas das realidades que tornarão, também nestes domínios, a EDP numa empresa mais forte.

Aos clientes, fornecedores, entidades governamentais e reguladoras, uma palavra de agradecimento a todos aqueles com quem trabalhamos diariamente.

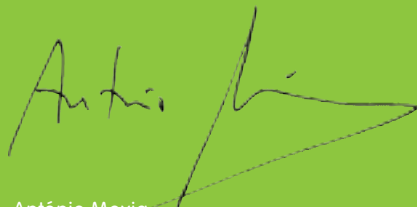
Agradecimento também aos vários órgãos sociais que acompanham a actividade da EDP. Em particular ao Conselho Geral e de Supervisão pelo apoio e aconselhamento dado a toda a equipa ao longo do ano. O modelo de governo dualista tem vindo a ser consolidado e tem-se revelado como um elemento decisivo para a credibilidade da empresa.

Por último, uma palavra especial aos mais de 12.000 colaboradores e aos milhares de accionistas.

Aos primeiros, muito obrigado pela energia dada por cada um a esta empresa. Aos segundos, agradecer pela confiança dada ao actual Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros, eleitos na Assembleia Geral anual para um novo mandato correspondente ao triénio de 2009-2011.

Olhando para a frente, 2010 será, uma vez mais, um desafio à nossa capacidade de superação. Particularmente numa conjuntura como a actual, teremos que manter a disciplina e o equilíbrio na estratégia que prosseguimos.

Conto com a contribuição e apoio de todos para continuar a caminhar rumo ao sucesso. Permitirá contribuir para o desenvolvimento da EDP, do nosso país e reforçar a posição de liderança nos mercados onde actuamos.



António Mexia  
**Presidente do Conselho de Administração Executivo**

Lisboa, 4 de Março de 2010



a edp

## VISÃO, COMPROMISSOS E VALORES

### Confiança

Dos accionistas, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

### Excelência

Na forma como executamos.

### Iniciativa

Manifestada através dos comportamentos e atitudes das nossas pessoas.

### Inovação

Com o intuito de criar valor nas diversas áreas em que actuamos.

### Sustentabilidade

Visando a melhoria da qualidade de vida das gerações actuais e futuras.

valores

visão

Uma empresa global de energia, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade.

Compromissos

### Clientes

- Colocamo-nos no lugar dos nossos Clientes sempre que tomamos uma decisão.
- Ouvimos os nossos Clientes e respondemos de uma forma simples e transparente.
- Surpreendemos os nossos Clientes, antecipando as suas necessidades.

### Pessoas

- Aliamos uma conduta ética e de rigor profissional, ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa.
- Promovemos o desenvolvimento das competências e o mérito.
- Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é fundamental para sermos bem sucedidos.

### Sustentabilidade

- Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam da nossa actuação, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes.
- Reduzimos, de forma sustentável, as emissões específicas de gases com efeito de estufa da energia que produzimos.
- Promovemos activamente a eficiência energética.

### Resultados

- Cumprimos com os compromissos que assumimos perante os nossos accionistas.
- Lideramos através da capacidade de antecipação e execução.
- Exigimos a excelência em tudo o que fazemos.

## A EDP NO MUNDO

**EUA**

Colaboradores	<b>303</b>
Potência instalada (MW)*	<b>2.624</b>
Produção líquida (GWh)	<b>5.905</b>
Produção a partir de fontes renováveis**	<b>100%</b>

**edp renováveis**

**França/  
Bélgica**

Colaboradores	<b>21</b>
Potência instalada (MW)*	<b>277</b>
Produção líquida (GWh)	<b>426</b>
Produção a partir de fontes renováveis**	<b>100%</b>

**edp renováveis**

**Polónia/  
Roménia**

Colaboradores	<b>30</b>
Potência instalada (MW)*	<b>120</b>

**edp renováveis**

**Espanha**

Colaboradores	<b>1.994</b>
Clientes de electricidade	<b>953.030</b>
Clientes de gás	<b>833.450</b>
Potência instalada (MW)*	<b>5.288</b>
Produção líquida (GWh)	<b>15.516</b>
Produção a partir de fontes renováveis**	<b>30%</b>
Distribuição de electricidade (GWh)	<b>9.131</b>
Vendas de Gás (GWh)	<b>18.968</b>

**hc energia**

**naturgas energia**

**edp renováveis**

**Portugal**

Colaboradores	<b>7.383</b>
Clientes de electricidade	<b>6.102.495</b>
Clientes de gás	<b>221.356</b>
Potência instalada (MW)*	<b>10.569</b>
Produção líquida (GWh)	<b>26.011</b>
Produção a partir de fontes renováveis**	<b>36%</b>
Distribuição de electricidade (GWh)	<b>46.146</b>
Distribuição de Gás (GWh)	<b>6.133</b>

**edp**

**edp gás**

**edp renováveis**

**Brasil**

Colaboradores	<b>2.365</b>
Clientes de electricidade	<b>2.667.731</b>
Potência instalada (MW)*	<b>1.746</b>
Produção líquida (GWh)	<b>6.919</b>
Produção a partir de fontes renováveis**	<b>100%</b>
Distribuição de electricidade (GWh)	<b>21.313</b>

**edp**

**edp renováveis**

\*MW EBITDA

\*\* Inclui hídrica, eólica, biomassa e resíduos

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

**06 FEV** – Fitch mantém “rating” de longo prazo da EDP em ‘A-’ atribuindo “outlook” estável.

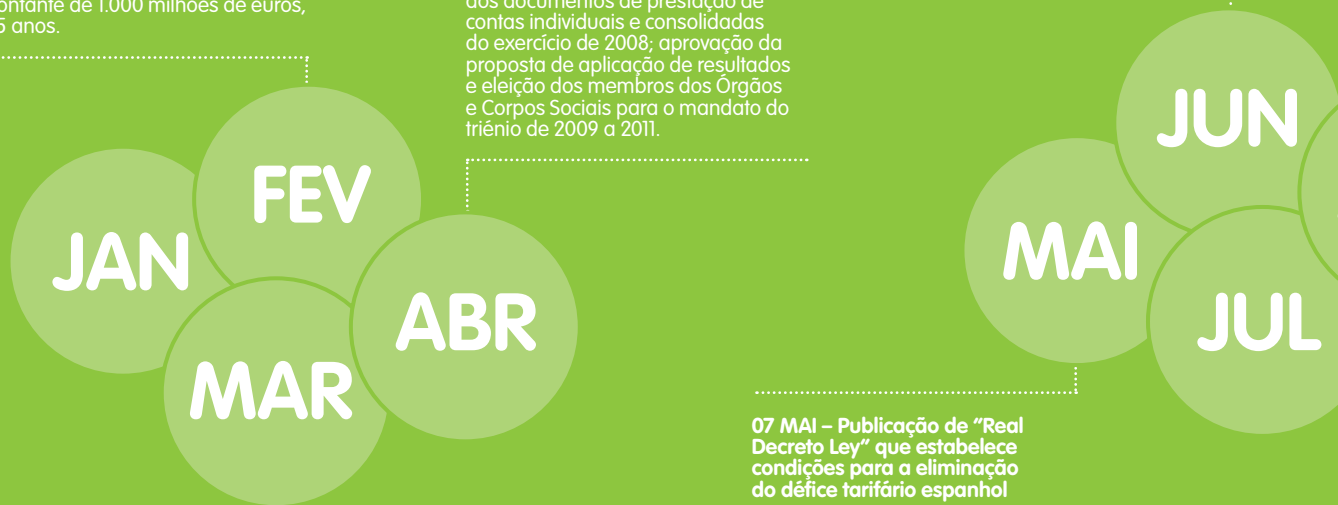
**10 FEV** – EDP emite obrigações no montante de 1.000 milhões de euros, a 5 anos.

**15 ABR – Assembleia Geral de Accionistas da EDP**

A Ratificação das deliberações tomadas na reunião do Conselho Geral e de Supervisão realizada no dia 5 de Março de 2009; aprovação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2008; aprovação da proposta de aplicação de resultados e eleição dos membros dos Órgãos e Corpos Sociais para o mandato do triénio de 2009 a 2011.

**09 JUN** – Moody’s baixa “rating” da EDP para ‘A3’ atribuindo “outlook” estável.

**18 JUN** – EDP emite obrigações no montante de 1.000 milhões de euros a 7 anos.



**05 MAR** – EDP contrata linha de crédito de 1.600 milhões de euros a 3 anos.

**05 MAR – EDP cede direito aos ajustamentos tarifários extraordinários relativos a 2007 e 2008**

A EDP Serviço Universal, comercializador de último recurso do sistema eléctrico nacional, acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. os direitos ao recebimento da totalidade dos ajustamentos positivos às tarifas eléctricas respeitantes aos custos com a aquisição de energia eléctrica incorridos no ano de 2007 e estimados incorrer no ano de 2008. Com a venda daqueles direitos, a EDP realiza um encaixe de cerca de 1.200 milhões de euros.

**06 MAR – Renúncia de Membros do Conselho Geral e de Supervisão**

No dia 6 de Março de 2009 a EDP informou o mercado e o público em geral de que o Prof. Dr. Vítor Domingos Seabra Franco e o Prof. Dr. Vítor Martins Moreira apresentaram as suas renúncias aos cargos de membros do Conselho Geral e de Supervisão.

**11 MAR** – Adjudicação à Iberdrola da gestão temporária das centrais hidroeléctricas de Agueira e Raiva por um período de 5 anos. A EDP Produção manter-se-á responsável pela operação e manutenção das Centrais, para além de manter na sua titularidade as licenças de produção e as concessões de utilização do domínio hídrico.

**07 MAI – Publicação de “Real Decreto Ley” que estabelece condições para a eliminação do défice tarifário espanhol**

Este enquadramento legal deverá viabilizar uma mais fácil securitização dos montantes de défice tarifário financiados pela Hidroeléctrica del Cantábrico, que ascendem a cerca de 350 milhões de euros, relativos aos défices acumulados até ao ano de 2008, líquidos dos impactos decorrentes do regime dos Reais Decretos Ley 3/2006 e 11/2007.

**14 MAI** – Pagamento do dividendo bruto por acção no valor de 0,14 euros por acção (exercício 2008).

AGO

**04 AGO** – Standard & Poor's confirma o "rating" da EDP em 'A-' e revê "outlook" de estável para negativo.

**05 AGO** – ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da EDP Escelsa em 15,12% para o período entre Agosto de 2009 e Julho de 2010.

**01 SET** – EDP Renováveis estabelece novo tipo de estrutura "Tax Equity" para 101 MW nos EUA e encaixa 102 milhões de dólares

A EDP Renováveis, através da Horizon Wind Energy LLC, executou uma transacção com a JPM Capital Corporation para um financiamento "tax equity" no valor de 101,9 milhões de dólares referente ao parque eólico de Rail Splitter (100,5 MW) instalado em Junho de 2009 no estado de Illinois.

**03 SET** – EDP mantém-se a única empresa Portuguesa a integrar os Índices Dow Jones de Sustentabilidade World e Stoxx em 2009

A EDP foi seleccionada, pelo segundo ano consecutivo, para integrar os Índices Dow Jones de Sustentabilidade World e STOXX sendo, dessa forma, uma das 13 melhores empresas do sector eléctrico do mundo e uma das 7 melhores a nível Europeu.

**23 SET** – EDP emite valores mobiliários representativos de dívida no montante de 1.000 milhões de dólares.

**07 OUT** – EDP Bandeirante: ANEEL aprova parâmetros definitivos para o período regulatório out-2007/out-2011.

**20 OUT** – EDP vende participação na Sonaecom, correspondente a 26.979.748 de acções a 1,98 euros por acção.

**21 OUT** – ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da EDP Bandeirante em 5,46% para o período entre Outubro de 2009 e Outubro de 2010.

SET

OUT

NOV

DEZ

2010

**25 NOV** – Conclusão da oferta de distribuição pública secundária de acções próprias da Energias do Brasil

A EDP – Energias do Brasil, S.A. concluiu a oferta de distribuição pública secundária de acções ordinárias que constituem acções próprias da empresa da Energias do Brasil. A Oferta foi composta por 15,5 milhões de acções (incluindo o "greenshoe"), correspondente a 9,76% do capital total, tendo a Energias do Brasil anunciado a fixação do preço final em 28,50 reais por acção, pelo que o montante global da oferta ascende a 441,8 milhões de reais (170,3 milhões de euros ao câmbio BRL/EUR 2,593).

**02 DEZ** – EDP Renováveis estabelece duas novas estruturas "Tax Equity" nos EUA no montante de 228 milhões de dólares

A EDP Renováveis, através da Horizon Wind Energy LLC, executou duas transacções com a GE Energy Financial Services para financiamentos "tax equity" no montante de 228 milhões de dólares. Do montante total, 111 milhões de dólares referem-se à venda de uma participação na estrutura "tax equity" Vento III e 117 milhões de dólares relacionados com uma estrutura "tax equity" para o parque eólico Blue Canyon V.

**03 DEZ** – EDP cede direito aos ajustamentos tarifários extraordinários relativos a 2009

A EDP Serviço Universal, S.A. acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. o direito ao recebimento da totalidade dos ajustamentos positivos referentes a custos de medidas de política energética respeitantes a sobrecustos de produção de energia em regime especial estimados para o ano de 2009, acrescidos dos respectivos encargos financeiros. Com a venda daqueles direitos, a EDP realiza um encaixe de cerca de 435 milhões de euros, o que corresponde a aproximadamente 97% do montante cedido.

**15 DEZ** – ERSE define tarifas de electricidade para 2010, que estabelecem um aumento médio de 2,9% para as tarifas de venda a clientes finais em Portugal continente para 2010.

**31 DEZ** – Conclusão da aquisição de activos de gás em Espanha

Na sequência da atribuição das autorizações necessárias pelas autoridades reguladoras e de concorrência, a EDP concretizou a aquisição à Gás Natural das sociedades de distribuição em baixa pressão e comercialização (incluindo comercialização de último recurso) de gás natural nas regiões da Cantábria e Múrcia e dos activos de distribuição de gás natural em alta pressão nas regiões do País Basco, Astúrias e Cantábria.

**13 JAN** – EDP adjudica construção da nova central hidroeléctrica Venda Nova III

A EDP adjudicou as obras de construção civil do reforço de potência da central hidroeléctrica de Venda Nova, denominada Venda Nova III, ao consórcio MSF/Somague/Mota-Engil/Spie Batignolles pelo valor de 131 milhões de euros. A entrada em operação da central está planeada para o 1º semestre de 2015. O investimento total estimado para o projecto é de 349 milhões de euros neste período.

**26 JAN** – EDP é "gold class SAM 2010".

EDP viu reconhecida a melhoria do seu desempenho em sustentabilidade, evoluindo da classe prata, em 2009, para o ouro, já no início de 2010. Esta distinção está na publicação "The Sustainability Yearbook 2010" da SAM (Sustainable Asset Management) que inclui 15% das empresas mundiais com melhor desempenho em sustentabilidade.

**27 JAN** – EDP Renováveis entra no mercado eólica Italiano através da aquisição de 520 MW em desenvolvimento

A EDP Renováveis adquiriu uma participação accionista de 85% na Italian Wind srl, empresa do grupo Co-Ver (um conglomerado industrial situado no norte de Itália), juntando assim ao seu portfolio de projectos eólicos 520 MW no mercado italiano. O montante pago pela participação accionista situa-se nos 12 milhões de euros.



## ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena**, Presidente  
**António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves**, Vice-Presidente  
**Maria Teresa Isabel Pereira**, Secretário da Sociedade

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**KPMG & Associados, SROC, S.A.**, representada por Jean-éric Gaign, ROC, Fiscal Único Efectivo  
**Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho**, ROC, Fiscal Único Suplente

### CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

**António de Almeida**, PRESIDENTE Nasceu em 16 de Março de 1937. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1961). Em Moçambique, foi Técnico dos Serviços de Planeamento de Moçambique 1963-1965; Director Financeiro e Secretário-Geral da Maragra-Marracuene Agrícola Açucareira, de 1966-1971, e Administrador e Vice-Presidente do Instituto de Crédito de Moçambique, de 1971-1974. Administrador não executivo da Texlom - Textéis de Moçambique, do Commercial Bank of Malawi e dos CFM-Caminhos-de-ferro de Moçambique, de 1972-1974. Em Portugal, foi Governador e Presidente do Banco de Angola, de 1974-1978; Administrador não executivo do The Bank of Lisbon and South Africa, de 1974-1988. Secretário de Estado do Tesouro, de 1978 a 1980 e, novamente, de 1983-1985; Presidente da União de Bancos Portugueses até 1991; Consultor do Banco de Portugal até 1992; Consultor da Associação Industrial Portuense de 1991-1996; Presidente do Conselho de Administração da EDP de 1996-1998; Administrador do BERD de 1998-2004; Presidente da Comissão de Auditoria da EDP de 2003 a 2004; Presidente do OMIP e da OMIClear de 2004-2006. Professor convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Lourenço Marques de 1971-1974 e da Universidade Autónoma de Lisboa de 1992-1999. Desde 2009, é Presidente do Conselho de Escola do ISCTE. Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Alberto João Coraceiro de Castro**, VICE-PRESIDENTE Nasceu em 15 de Junho de 1952. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul, EUA. As suas áreas de especialização são economia industrial, economia e estratégia empresarial e economia do trabalho e internacionalização, nas quais tem várias publicações académicas e de divulgação. É Professor na Universidade Católica Portuguesa, onde é Director do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada. É Membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal, da Direcção da Associação Comercial do Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações. Presidente dos Conselhos Fiscais da Mota-Engil e da Unicer. É também Consultor da APICCAPS. Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**António Sarmiento Gomes Mota** Nasceu em 10 de Junho de 1958. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1981), MBA pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1984) e Doutoramento em Gestão pelo ISCTE (2000). Professor catedrático da ISCTE Business School de que é Presidente (2003-). É ainda Presidente do INDEG/ISCTE (2005-) e do Conselho Geral do Fundo de Contragarantia Mútua (1999-). É Administrador não Executivo da Cimpor (2009-). É ainda Membro do EU Presidency Steering Committee na EFMD (2006-) e do Network Academic Board da European Association of Business and Society (2008-). Foi Presidente do Departamento de Finanças e Contabilidade do ISCTE (2001-2003) e do Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE (1995-2003). Foi Membro do Comité de Investimento da FINPRO-SGPS (2002-2004), Presidente do Conselho de Administração da SIEMCA-Sociedade Mediadora de Capitais (1990-1997) e Consultor da PME Investimentos (1998-2000). Foi cofundador e primeiro Director da Revista Gestão e é autor de diversos livros e artigos nas áreas de

corporate finance, mercados e instrumentos financeiros, estratégia e reestruturação empresarial. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 15 de Abril de 2009.

**Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira** Nasceu em 23 de Fevereiro de 1949. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1971). Foi Membro da Comissão da Reforma Fiscal (1984-1988), Deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Saúde (1976), Vogal do Conselho de Gerência da ANA (1977-1987) e Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1987-1989) e da Companhia do Aeroporto de Macau (1989-1991). Foi Administrador no Grupo Champalimaud (1992-1999), tendo presidido ao Conselho de Administração da Mundial Confiança e à Assembleia Geral do Banco Pinto & Sotto Mayor. Entre 1999 e 2003, assumiu, no Grupo BCP, funções de Administrador da Servibanca, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Seguros e Pensões Gere, Administrador e Presidente do Conselho de Administração da Império Bonança, das Companhias de Seguros Ocidental e Ocidental Vida, da Seguro Directo, da ICI-Império Comércio e Indústria, da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, da Autogere, da Pensões Gere, da Corretoresgest e Administrador da Eureka B.V. Foi ainda Vice-Presidente da Estoril Sol, Vice-Presidente da Finansol, Presidente não Executivo da Willis Portugal-Corretores de Seguros (2003-2005) e Administrador do Seng Heng Bank. Entre 2005 e 27 de Dezembro de 2007 foi Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa Banco de Investimento. Actualmente é Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Millenniumbank (Polónia) e do Conselho de Administração do BancSabadell. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 10 de Abril de 2008, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado** Nasceu em 17 de Maio de 1961. Licenciado em Direito. Foi Management-Trainee na FIMA-LEVER-IGLO em 1986, Consultor Jurídico do Fundo de Turismo entre 1986 e 1988, Assessor do Secretário-Adjunto para a Administração e Justiça do Governo de Macau entre 1988 e 1990, Técnico Superior no Fundo de Turismo entre 1990 e 1992, Director de Interfina e Administrador de várias sociedades participadas entre 1992 e 1995. Entre 1995 e 1999 foi advogado e sócio da Sampaio Caramelo, Fonseca Santos & Lacerda Machado, Membro do Conselho Superior da Magistratura entre 1997 e 1999, Director Jurídico do Grupo Parque Expo'98 e Administrador de Sociedades participadas no ano de 1999, Secretário de Estado da Justiça do XIV Governo Constitucional entre 1999 e 2002. É Advogado em colaboração com a sociedade BAS, Membro da CADA-Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, por designação do Governo, e Administrador não-executivo do Moza Banco, do Banco da África Ocidental e da Caixa Económica de Cabo Verde. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Eduardo de Almeida Catroga** Nasceu em 14 de Novembro de 1942. Licenciado em Finanças pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa) e pós-graduado pela Harvard Business School. Foi Ministro das Finanças do XII Governo Constitucional entre 1994 e 1995. É Professor Catedrático Convidado na área de Estratégia Empresarial do M.B.A. do ISEG. Tem feito carreira essencialmente no domínio da gestão e administração de empresas, nomeadamente na CUF (antes de 25 de Abril de 1974), onde foi Administrador Financeiro, e no Grupo Belga SAPEC na qualidade de Administrador-Delegado. Actualmente é Presidente do Grupo SAPEC, Administrador da Nutrinveste, Administrador do Banco Finantia e Presidente do Comité de Investimentos do PVCI (Portugal Venture Capital Initiative), um fundo de capital de risco promovido pelo Banco Europeu de Investimento. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Farid Boukhalfa** Nasceu em 22 de Fevereiro de 1953. Possui um Bacharelato em Contabilidade (National Institute of Hydrocarbons Bourmerdes), uma licenciatura em Finanças (INPED Bourmerdes) e

uma pós-graduação em Auditoria (Universidade de Argel). Entrou para a Sonatrach em 1975, tendo desenvolvido a sua actividade na elaboração de estudos técnico-económicos sobre os projectos definidos nos planos quinquenais da empresa. De 1992 a 1999, foi responsável pelo Departamento de Coordenação e Síntese. Em 1999, foi nomeado sub-Director do Departamento de Controlo de Gestão e Orçamento e em 2000 nomeado Director do Departamento de Controlo de Gestão da Sonatrach. Em 2007, tornou-se Director do Departamento de Consolidação Contabilística. Desde 2008, é administrador da Sonatrach, responsável pelo pelouro financeiro (CFO). Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Sonatrach, desde 10 de Fevereiro de 2010.

**Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** Nasceu em 10 de Outubro de 1941. Licenciado em Engenharia Mecânica pelo IST. Foi Secretário de Estado do Comércio Externo (1980-1983), Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro Ministro (1995), Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro (1988-1989), Secretário de Estado Adjunto e das Finanças (1989-1990) e Ministro do Comércio e Turismo (1990-1995). Foi Membro Executivo dos Conselhos de Administração da Siderurgia Nacional (1980-1983), do IPE – Investimentos e Participações Empresariais (1983-2002), do BFE – Banco de Fomento e Exterior (1990), dos HPP - Hospitais Privados de Portugal (2003-2005), da Carlton Life (2003-2005), do Banca Caixa Geral-Espanha (Presidente da Comissão Executiva 2005-2007) e é Presidente da Caixa Geral de Depósitos desde 9 de Janeiro de 2008. Foi Administrador não-executivo da EGF – Empresa Geral de Fomento (1988), da CELBI – Celulose da Beira Industrial (1987-1988), do ICEP – Instituto do Comércio Externo de Portugal (1986-1988), da TAP – Air Portugal (1998-2006), Membro do Conselho Consultivo do INA – Instituto Nacional de Administração e da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (2000-2002), da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (2000-2002), Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação (2001-2005). Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 10 de Abril de 2008, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**José Manuel dos Santos Fernandes** Nasceu em 23 de Setembro de 1945. Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1978). É Presidente do Conselho de Administração da FREZIGEST, SGPS, S.A. (Grupo FREZITE – Fundador 1978), desde 2005. Foi Administrador da AFICOR, S.A. – Afiação e Reparação de Ferramentas (1983-2007), Director Geral da MIDA (1974-1990), Administrador da Metalúrgica Costa Néry S.A. (1974-1975) e Director da mesma (1972-1974) e Chefe de Produção da CERLEI (1960-1972). É Presidente da PRODUTECH (2009), Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Empresarial de Portugal (2008) onde desempenhou diversas funções desde 1999, Vice-Presidente da Assembleia Geral do Manufature Portugal (2005). Foi Vice-Presidente da Direcção (2001-2004) e Presidente da Assembleia Geral (2004-2007) da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, de que foi representante no Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2000-2002), Vice-Presidente da Associação Industrial Portuense (1984-1998), de que foi representante no Conselho Nacional de Qualidade (1988-1998) e no Conselho da Ciência (1996) e Presidente da Direcção da Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (1998-2004). É representante de Portugal no Comité Européen de L'Outillage (1998- ). Foi Membro da Direcção (1987-1990) e Vogal da Assembleia Geral (1998-2008) da EXPONOR e Membro da Assembleia Geral do EUROPARQUE (1998-2009). É Vice-Presidente da Assembleia Geral da AEP (desde 2008). Foi coordenador da Missão Empresarial dos Bens de Equipamento à Venezuela (2008). Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 15 de Abril de 2009.

**José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi** Nasceu em 27 de Outubro de 1954. Licenciado em Sciences Economiques Appliquées pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Université Catholique de Louvain. Entre 1981 e 1983 desempenhou funções de financial controller na

sede europeia do Grupo Espírito Santo (GES), assegurando a função de Assistente do General Financial Controller do GES, a nível mundial. A partir de Junho de 1983, foi Director Adjunto do Bank Espírito Santo International Limited e em 1987 foi nomeado Director da Direcção do Merchant Banking do Banco Internacional de Crédito (BIC). Em 1990 foi Director Geral-Adjunto da Direcção Geral de Empresas e Director da Direcção de Mercado de Capitais do BIC. Em 1992 foi nomeado Administrador da Espírito Santo Sociedade de Investimentos e, em 1995, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento. Desde 1999 que exerce o cargo de Administrador da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo e, desde 2003, Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**José Maria Freire Brandão de Brito** Nasceu em 10 de Janeiro de 1947. Licenciado, doutorado e agregado pelo ISCEF/ISEG. Professor Catedrático de Economia do ISEG, onde é Presidente do Departamento de Economia. Ocupou cargos e desempenhou funções dos quais se destacam os seguintes: Técnico do INII (1968-75); Vice-Presidente do Conselho Consultivo do IAPMEI (1975-80); Vice-Presidente (executivo) do Conselho de Administração da TAP (1996-98); Presidente (executivo) do Conselho de Administração da RTP (1999-2001); Vice-Presidente e Administrador Delegado da Portugal Global, SGPS, (2001-02); Comissário da Exposição Engenho e Obra – Engenharia em Portugal no Séc. XX (Cordoaria Nacional, 2003); Administrador do IDEFE/ISEG – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos e Empresariais (2007-); Vogal do Conselho Geral da UTL (2009-). Está filiado em várias instituições científicas e participou em mais de meia centena de congressos, colóquios, seminários, nacionais e internacionais. Tem colaborado regularmente com artigos de opinião na comunicação social escrita. É autor de inúmeros livros e outras publicações sobre temas de economia teórica e aplicada. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Cajastur Inversiones, desde 2 de Junho de 2008, e reconduzido nessas funções em 15 de Abril de 2009.

**Khalifa Abdulla Khamis Al Romaihi** Nasceu em 14 de Dezembro de 1978. Licenciado em Administração de Empresas pela Universidade de Portland, EUA, em 2002. Foi Gestor Adjunto da IPIC – International Petroleum Investment Company entre 2004 e 2007. Foi Membro do Conselho de Administração e do Comité Permanente da Hyundai Oilbank entre 2005 e 2008, Membro do Conselho de Administração da Oman Polypropylene Company entre 2006 e 2007 e representante da IPIC na Borealis entre 2005 e 2007. Desde finais de 2007, é Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Promoção de Responsabilidade Social Corporativa da Cosmo Oil. Também desde 2007, é responsável pelo Comité de Gestão de Investimentos da IPIC, função que, desde 2009, cumula com a de Director Adjunto do Departamento de Investimento da IPIC. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 10 de Abril de 2008, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro** Nasceu em 12 de Abril de 1957. Licenciado em Direito. É Administrador das sociedades CIN, Novabase e AICEP. É Membro do Conselho Coordenador da SEDES. É Presidente das Comissões de Vencimentos das sociedades AICEP – Global Parques, SA, AICEP Capital, Douro Azul, SGPS, SA e Sardinha & Leite, SGPS, SA. É Membro dos Conselhos Consultivos da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica – Porto e da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana - Porto, SA. Foi Administrador não executivo da Jerónimo Martins, SGPS, SA, Presidente da Euronext Lisbon e Membro dos Conselhos de Administração das Bolsas de Paris, Bruxelas e Amsterdão e da Euronext NV; foi CEO da BVLP-Bolsa de Lisboa e Porto e da Interbolsa. Foi Presidente da Direcção do Instituto Português de Corporate Governance, Presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros, Vogal do Conselho Consultivo da CMVM, Presidente da Casa da Música/Porto 2001, S.A.. Desempenhou cargos em órgãos executivos de organizações internacionais ligadas ao mercado de capitais (Executive Board da



FIABV - Federação Ibero-Americana de Bolsas, da ECOFEX - Federação Europeia de Bolsas de Futuros e Opções, do IFCI – International Finance and Commodities Institute e ECMI – European Capital Markets Institute). Agraciado com a distinção “Chevalier de L’Ordre Nationale de la Legion d’Honneur”, por Decreto do Presidente da República Francesa. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Mohamed Meziane** Nasceu em 18 de Abril de 1944. Licenciado em Engenharia Química pela École Polytechnique de Argel e em Engenharia Petroquímica pelo Algerian Institute of Oil. Entrou para a Sonatrach em 1967. Foi Director da refinaria de Argel em 1973 e, em 1978, foi nomeado Director do Sector de Refinação. Em 1980 é nomeado Vice-Presidente da Sonatrach, sendo responsável pelos sectores da refinação e do gás natural liquefeito. Em 1984, é convidado para exercer funções no Gabinete do Ministro da Energia e, em 1986, é nomeado Director para a Segurança Industrial e, em 1988, é nomeado Director para as Trocas Internacionais. Entre 1991 e 1996, exerce funções como Chefe do Gabinete dos Hidrocarbonetos. Ainda no Ministério da Energia, é nomeado Director Geral, funções que exerceu até ser nomeado Presidente do Conselho de Administração da Sonatrach em 2003. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Sonatrach, desde 6 de Novembro de 2007, e reconduzido nessas funções em 22 de Abril de 2009. Apresentou no dia 10 de Fevereiro de 2010 a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP.

**Ricardo José Minotti da Cruz Filipe** Nasceu em 19 de Fevereiro de 1934. Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (1957) onde foi Professor Assistente de Geometria Descritiva (1958-1968). É Presidente da Secção Especializada para as Reprivatizações (SER) do Ministério das Finanças (1988- ), e Presidente do Conselho Fiscal da CIMPOR (1992- ). Foi Administrador da EDP Electricidade de Portugal (1976-1988) com os pelouros do planeamento e estratégia da empresa, tendo participado activamente na reorganização e consolidação da EDP como empresa única, nos trabalhos de optimização da exploração do Sistema Electroprodutor Nacional, na contratação de fornecimentos ligados aos grandes empreendimentos eléctricos e nas negociações com o Banco Mundial de empréstimos ligados à expansão dos parques produtor e de transporte nacionais. Foi Membro da Comissão do Plano Energético Nacional e representante da CPE e depois da EDP na Union pour la Coordination de la Production et du Transport de l’Electricité - UCPT (1971-1988). Foi Membro da Comissão Administrativa da Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve (1975-1976) e, integrado na CEOSE, participou na organização da empresa única nacionalizada. Entre 1957 e 1975, primeiro na Hidroeléctrica do Zêzere e posteriormente na CPE, dedicou-se a diversos trabalhos no âmbito da regularização de caudais e do estudo do potencial energético de diversas bacias hidrologicas, do planeamento e programação de centros electroprodutores e da economia dos custos de produção. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 15 de Abril de 2009.

**Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena** Nasceu em 25 de Dezembro de 1939. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado. Tem centrado a sua actividade profissional nos domínios do direito administrativo, comercial, financeiro e empresarial com particular ênfase em matérias dos chamados mercados regulados. É “senior partner” da Rui Pena, Arnaut & Associados, Sociedade de Advogados, R.L. de que foi fundador. Presidente do Conselho de Administração/Administrador executivo/Administrador não executivo em diversas empresas nacionais e estrangeiras entre 1973 e 2007. Ministro da Defesa Nacional em 2001 e 2002. Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados de 1987 a 1989. Professor de Direito Administrativo na Universidade Autónoma de Lisboa entre 1983 e 1987. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa em 1986. Integra o corpo de árbitros e conciliadores do ICSID (International Centre for Settlement of Investment Disputes). Presidente do grupo Português da União Interparlamentar entre 1980 e 1982. Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1977 e 1980. Professor de Direito Administrativo na Universidade Livre de Lisboa entre 1978 e 1981

e regente da mesma cadeira na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1978 a 1980. Ministro da Reforma Administrativa em 1978. Deputado da Assembleia da República de 1976 a 1983. Entre 1964 e 1975 foi Consultor jurídico e Administrador de diversas empresas do Grupo SACOR. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 12 de Abril de 2007, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Vasco Maria Guimarães José de Mello** Nasceu em 27 de Outubro de 1956. Bachelor of Science em Gestão de Empresas pelo American College of Switzerland, em 1978, tendo frequentado o Training Program no Citigroup em New York de 1978 a 1979. Foi Assessor do Conselho de Administração da União Industrial Têxtil e Química (1980- 1982) onde passou a Administrador entre 1987 e 1993. Foi Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Independente de Comunicação (1992-1994) e da Transitec- Lausanne (1982-1987) e Administrador Delegado da CUF Finance (1985-2002). Na Companhia de Seguros Império foi Vogal do Conselho de Administração (1992-1996) e Presidente entre (1996 – 2000). Foi também Presidente do Conselho de Administração do Banco Mello, S.A. (1995-2000), do Banco Mello de Investimentos (1991-2000) e Vice-Presidente do Conselho de Administração da José de Mello, SGPS, (1994-2004). Foi Vogal do Conselho de Administração da ONI SGPS (2000-2002) e Presidente do Conselho de Administração da União Internacional Financeira, SGPS (2001-2004). Foi Vice-Presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português (2000 - 2007), Membro do Conselho de Supervisão do Bank Millennium- Polónia ( 2005 - 2007) e Vogal do Conselho de Administração da Abertis, Barcelona (2003 – 2007). É Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Brisa- Auto-estradas de Portugal, SA, desde 2002 e Presidente do Conselho de Administração da José de Mello, SGPS, SA desde 2004. É Presidente da Direcção do “BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável”, desde 1 de Junho de 2007. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Vitor Fernando da Conceição Gonçalves** Nasceu em 16 de Abril de 1955. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (1978). Doutoramento em Ciências Empresariais pela FCEE da Universidade de Sevilha (1987). Agregado em Gestão pela Universidade Técnica de Lisboa (1993). Professor Catedrático de Gestão no ISEG (1994 -). Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (2007- ). Membro do Conselho Económico e Social (2007- ). Membro do “Panel of Experts on World Competitiveness” do IMD World Competitiveness Center (2005 - ). Presidente do Conselho Directivo do ISEG (2003-2006). Presidente do Departamento de Gestão do ISEG (1992 - 2000). Tem dirigido vários programas de pós-graduação e de formação avançada para executivos. Professor Convidado em várias Universidades portuguesas e estrangeiras. Membro da Comissão de Avaliação das candidaturas a Doutoramento, Pós-Doutoramento e Cientistas convidados da Fundação para a Ciência e Tecnologia (1997- ). Presidente da Comissão de Avaliação das licenciaturas em Gestão e Administração das Universidades Portuguesas (2001/2002). Membro da Direcção do Conselho da Especialidade de Economia e Gestão Empresarial da Ordem dos Economistas (1999-2001) e membro do Conselho da Profissão. Administrador não executivo da Zon Multimédia e Presidente da sua Comissão de Auditoria (2007- ). Presidente da Direcção do Gaptec/UTL (2007-). Administrador da Promindústria- Sociedade de Investimento SA (1994-1996). Presidente do IDEFE- Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos Financeiros e Empresariais (2003-2007). Em 2001/2002 foi o Presidente do grupo de “peritos de alto nível” da Comissão Europeia que fez a avaliação do programa sobre a competitividade europeia - European Research Area. Autor de dezenas de trabalhos sobre temas de gestão em revistas e outras publicações nacionais e internacionais. Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

**António Mexia**, PRESIDENTE Nasceu em 12 de Julho de 1957. Licenciado em Economia pela Universidade de Geneve (1980), onde foi Assistente do Departamento de Economia. Foi Professor no curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, Regente na Universidade Nova e na Universidade Católica onde Administrou entre 1982 e 1995. Foi Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo (1986-1988) e Vice-Presidente do CA do ICEP (1988-1990). Entre 1990 e 1998 foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos e em 1998 foi nomeado Presidente do CA da Gás de Portugal e Transgás. Em 2000 integrou a Galp Energia como Vice-Presidente do CA e entre 2001 e 2004 foi Presidente Executivo da Galp Energia e Presidente dos CA da Petrolgal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004 foi nomeado Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVI Governo Constitucional. Foi ainda Presidente da Associação Portuguesa de Energia (1999-2002), membro da Comissão Trilateral (1992-1998), Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa, Presidente do Conselho Geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da UE no Grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias. Presidente do CAE desde 30 de Junho de 2006, reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Ana Maria Fernandes** Nasceu em 1 de Novembro de 1962. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986), Pós-Graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989). Foi Assistente na Faculdade de Economia do Porto de 1986 a 1991. Iniciou a sua carreira profissional em 1986 na Conselho-Gestão e Investimentos, empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, nas áreas de mercado de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, assumiu funções na área de Corporate Finance da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente Directora do Banco EFISA. Em 1992 integrou o Grupo Banco de Fomento e Exterior como Administradora na área da Banca de Investimento e foi Directora de Corporate Finance no BPI (1996-1998). Em 1998, integrou a Gás de Portugal como Directora de Planeamento Estratégico e M&A, em 2000 assumiu as funções de Directora de Estratégia e Gestão do Portfólio de Negócios da Galp e, posteriormente, foi Presidente da Galp Power e Administradora da Transgás. Em 2004 foi nomeada Administradora da Galp Energia onde permaneceu até ao início de 2006. Membro do CAE desde 30 de Junho de 2006, reeleita em 15 de Abril de 2009.

**António Martins da Costa** Nasceu em 13 de Dezembro de 1954. Licenciado em Engenharia Civil, pela Faculdade de Engenharia do Porto (1976) e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989), tem também formação executiva complementar no INSEAD (Fontainebleau, França – 1995), PADE da AESE (Lisboa 2000) e Advanced Management Program da Wharton School (Filadélfia, EUA–2003). Foi Assistente do Instituto Superior de Engenharia do Porto entre 1976- 1989. Em 1981 ingressou na produção hidráulica da EDP. Entre 1989- 2003 foi Director Geral do Banco Millennium bcp, e Administrador Executivo de várias empresas do Grupo BCP. Foi Director Executivo da Eureko BV (Holanda), Presidente da Eureko Polska e Vice-Presidente Executivo da PZU (Polónia), entre 1999-2002. Foi Director Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP-Energias do Brasil (2003-2007). Durante esse período, foi Vice-Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil e Presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Eléctrica. Em 2007, assumiu as funções de Chairman e CEO da Horizon Wind Energy nos EUA, sendo membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração da EDP Renováveis desde a sua constituição em 2008. Em 2009, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da EDP Internacional e da EDP Soluções Comerciais, tendo também o pelouro da EDP Distribuição a nível do CAE. É membro fundador do Instituto Português de Corporate Governance. Membro do CAE desde 30 de Junho de 2006, reeleito em 15 de Abril de 2009.

**António Pita de Abreu** Nasceu em 17 de Março de 1950. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1972), onde foi Assistente e Professor Convidado no Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Assumiu funções no Sector Eléctrico em 1977. Até 2006 desempenhou as seguintes

funções: Membro Executivo do CA da EDP; Presidente do CA da Rede Eléctrica Nacional; Presidente do CA da EDP Produção; Presidente do CA da CPPE; Presidente do CA da EDP Cogeração; Presidente do CA da Termoelectrica do Ribatejo; Vice-Presidente do CA da EDP Distribuição-Energia; Membro do CA da EDP Energia; Membro do CA da EDP Brasil; Membro Executivo do CA da REN; Presidente do CA da ONItelem; Presidente do CA da Edinfor; Vice-Presidente do CA da Turbogás e Vogal do CA da Electricidade dos Açores. É actualmente Director Presidente da Energias do Brasil e membro do Conselho de Infra-estruturas da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (Brasil). Membro do CAE desde 30 de Junho de 2006, reeleito em 15 de Abril de 2009.

**João Manso Neto** Nasceu em 2 de Abril de 1958. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia (1981) e Pós-graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1982), completou ainda o Curso da “American Bankers Association” (1982), conclusão da componente académica do Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o “Advanced Management Program for Overseas Bankers” na Wharton School – Philadelphia. Entre 1988-1995 assumiu no Banco Português do Atlântico várias funções, tendo sido, designadamente, Director Central Adjunto da Direcção Internacional e Director Central das Direcções Financeiras e Comercial Retalho Sul. Entre 1995-2002 assumiu no Banco Comercial Português as funções de Director Geral da Direcção Financeira, Direcção Geral de Grandes Empresas Institucionais, Direcção Geral de Tesouraria, Membro do CA do BCP – Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk. Entre 2002- 2003 foi Administrador no Grupo BPN. Entre 2003 e 2005, assumiu funções na EDP como Director Geral e Administrador da EDP Produção. Em 2005, foi nomeado Conselheiro Delegado da HC Energia, Presidente da Genesa e Administrador da Naturgas Energia e do OMEL. Membro do CAE desde 30 de Junho de 2006, reeleito em 15 de Abril de 2009.

**Jorge Cruz Morais** Nasceu em 17 de Outubro de 1957. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1980) e MBA pela Universidade Nova de Lisboa (1989). Iniciou a carreira na EDP, em 1983, no planeamento da rede de transporte. De 1991-1994 foi Assessor do CA da EDP, tendo sido coordenador do processo de reestruturação que culminou com a criação do Grupo EDP em 1994. Foi então nomeado Director de Planeamento Estratégico, tendo sido responsável pela coordenação do processo de Privatização (IPO e 2.ª fase). Adicionalmente, foi Membro Não Executivo do CA da Turbogás (1998-2000), Membro Não Executivo do CA da Electricidade dos Açores (1999-2000) e Administrador do Centro para a Conservação de Energia (1993-1996). Entre 2000-2004, foi Administrador Executivo da Oni SGPS e de outras empresas do Grupo ONI, tendo assumido, entre 2002- 2004, as funções de CFO. Em 2005 e até Março de 2006 foi Administrador Executivo, com as funções de CFO, da HC Energia e da Naturgas Energia. É actualmente Presidente da Associação Portuguesa de Energia. Membro do CAE desde 30 de Junho de 2006, reeleito em 15 de Abril de 2009

**Nuno Alves** Nasceu em 1 de Abril de 1958. Licenciado em Engenharia e Construção Naval (1980) e MBA (1985) na Universidade de Michigan. Iniciou a sua carreira profissional em 1988, como Técnico na Direcção de Estudos e Planeamento do Banco Comercial Português, onde em 1990 assumiu funções como Sub-Director na Direcção de Investimentos Financeiros e em 1991 assumiu o cargo de Director da Direcção de Relações com Investidores (DRI). Em 1994 integrou a Direcção de Coordenação de Retalho – Particulares, com função de Director. Em 1996, assumiu o cargo de Director na Direcção de Mercado de Capitais do Banco CISF, Banco de Investimento do Banco Comercial Português, chegando a Director na Direcção de Banca de Investimento no ano de 1997. Em 1999 assumiu o cargo de presidente do CA da CISF Dealer onde se manteve até 2000, ano em que assume o cargo de Administrador do Millenniumbcp Investimento (anterior Banco CISF), com o pelouro de Mercado de Capitais e Tesouraria do Grupo BCP. Foi Director Geral do BCP de 2000 até 2006. Membro do CAE desde 30 de Junho de 2006, reeleito em 15 de Abril de 2009.



SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES FINANCEIROS				
Milhares de euros	2009	2008	2007	2006
<b>Grupo EDP Consolidado</b>				
Volume de Negócios	12.198.183	13.894.063	11.010.778	10.349.826
Resultados Operacionais Brutos	3.362.948	3.154.936	2.628.275	2.305.450
Resultados Operacionais	1.969.567	1.929.994	1.560.329	1.253.036
Resultado Líquido *	1.023.845	1.091.529	907.252	940.823
Cash-Flow Operacional	3.921.669	1.744.507	2.270.151	2.017.523
Investimento Operacional Líquido	3.234.740	3.618.187	2.700.166	1.456.537
Investimento/(Desinvestimento) Financeiro	-132.549	-1.362.987	-1.792.915	339.726
Activo Líquido	40.261.557	35.744.969	31.526.717	25.468.911
Capitais Próprios**	7.291.151	6.366.820	6.264.146	5.589.235
Dívida Líquida ***	14.006.568	13.889.511	11.692.247	9.283.118
Dívida Líquida/Resultados Operacionais Brutos	4,2	4,4	4,4	4,0
Passivo Financeiro/Capitais Próprios	223,3%	230,7%	201,2%	181,7%
Resultado por Acção (euros)	0,28	0,30	0,25	0,26
Dividend Yield	5,0%	5,2%	2,8%	2,9%
Capitalização Bolsista	11.364.519	9.854.369	16.344.724	14.041.105
<b>Produção de Electricidade - Península Ibérica (exclui EDP Renováveis)</b>				
Volume de Negócios	3.708.759	4.095.750	2.859.052	2.654.122
Resultados Operacionais Brutos	1.374.936	1.172.169	1.167.982	1.211.468
Resultados Operacionais	908.560	738.921	783.467	868.657
Resultado Líquido*	636.639	523.465	540.564	612.900
Investimento Operacional	879.579	685.688	739.940	389.540
<b>Distribuição de Electricidade - Península Ibérica</b>				
Volume de Negócios	4.987.805	6.213.227	4.797.443	4.416.468
Resultados Operacionais Brutos	694.041	769.809	455.482	571.846
Resultados Operacionais	391.292	496.768	183.795	236.093
Resultado Líquido*	272.166	304.116	108.772	138.725
Investimento Operacional	280.645	283.893	253.741	306.591
<b>Comercialização de Electricidade - Península Ibérica</b>				
Volume de Negócios	1.784.816	1.129.950	1.181.280	865.043
Resultados Operacionais Brutos	31.590	33.855	58.398	-140.670
Resultados Operacionais	8.726	26.414	37.294	-141.624
Resultado Líquido*	909	3.728	2.580	-110.727
Investimento Operacional	8.148	6.246	3.536	571
<b>EDP Renováveis</b>				
Volume de Negócios	648.242	532.429	296.485	249.058
Resultados Operacionais Brutos	542.549	437.877	213.863	146.858
Resultados Operacionais	230.785	231.615	102.337	57.652
Resultado Líquido*	114.349	104.364	43.250	20.070
Investimento Operacional	1.663.320	2.090.862	1.388.603	386.035
<b>Gás - Península Ibérica</b>				
Volume de Negócios	1.189.024	1.442.422	994.200	1.128.425
Resultados Operacionais Brutos	217.518	208.518	188.470	144.759
Resultados Operacionais	171.021	165.462	145.049	110.222
Resultado Líquido*	121.625	127.979	103.353	169.302
Investimento Operacional	79.536	78.804	72.301	51.756
<b>Energias do Brasil</b>				
Volume de Negócios	1.680.006	1.844.908	1.854.529	1.726.298
Resultados Operacionais Brutos	550.221	562.277	586.091	433.907
Resultados Operacionais	419.233	379.558	456.416	332.111
Resultado Líquido*	240.786	149.684	253.058	162.641
Investimento Operacional	258.512	428.926	209.303	295.138

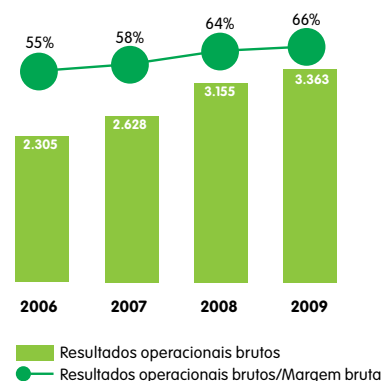
Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para o Investimento Operacional (Líquido de participações).

\* Resultado Líquido atribuível a accionistas EDP

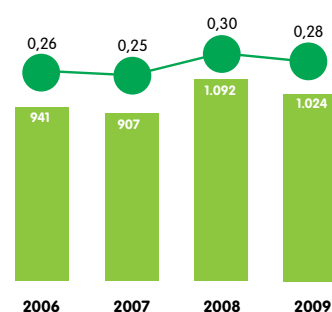
\*\* Não Inclui Interesses Minoritários

\*\*\* Inclui Dívida Bruta, Caixa e Equivalentes de Caixa e Activos de Curto Prazo ao Justo Valor

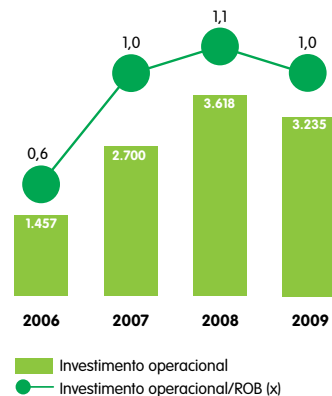
Resultados operacionais brutos (M€)



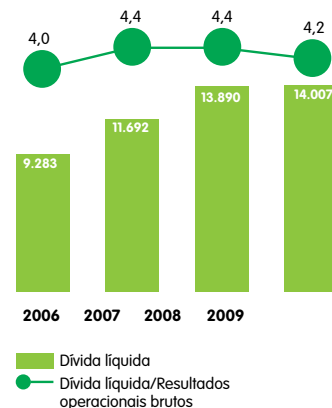
Resultado líquido\* (M€)



Investimento operacional (M€)



Dívida líquida (M€)



**INDICADORES OPERACIONAIS**

	2009	2008	2007	2006
<b>Número de Colaboradores *</b>	<b>12.096</b>	<b>12.245</b>	<b>13.097</b>	<b>13.575</b>
Negócio Eléctrico (exclui Brasil)	7.289	7.511	7.669	7.604
Produção de electricidade (exclui renováveis)	2.210	2.339	2.326	2.259
Renováveis	721	627	532	252
Distribuição de Electricidade	4.163	4.378	4.647	4.913
Comercialização de Electricidade	195	167	164	180
Negócio do Gás	537	422	411	407
Negócio Eléctrico no Brasil	2.291	2.278	2.980	3.076
Produção	260	231	231	242
Distribuição	2.014	2.033	2.734	2.818
Comercialização	17	14	15	16
Serviços de Suporte	1.383	1.450	1.562	1.558
Telecomunicações	0	0	0	395
Outros	596	584	475	535

\* Inclui Órgãos Sociais (87)

**Produção de Electricidade - Península Ibérica (exclui EDP Renováveis)**

	2009	2008	2007	2006
<b>Potência Máxima (MW)</b>	<b>13.401</b>	<b>12.491</b>	<b>11.580</b>	<b>11.388</b>
Portugal	9.974	9.091	9.015	8.765
Espanha	3.427	3.401	2.565	2.623
<b>Produção Líquida de Electricidade (GWh)**</b>	<b>36.978</b>	<b>35.627</b>	<b>40.115</b>	<b>42.187</b>
Portugal	24.736	22.511	25.625	28.060
Espanha	12.242	13.117	14.489	14.127

\*\* Em 2009 inclui 497GWh produzidos no período de ensaios de Lares

**Produção de Electricidade - EDP Renováveis**

	2009	2008	2007	2006
<b>Potência Máxima (MW EBITDA)</b>	<b>5.490</b>	<b>4.400</b>	<b>2.899</b>	<b>1.180</b>
Portugal	595	553	424	313
Espanha	1.861	1.692	1.265	839
Resto da Europa	397	232	87	29
EUA	2.624	1.923	1.124	0
Brasil	14	0	0	0
<b>Produção Líquida de Electricidade (GWh)</b>	<b>10.907</b>	<b>7.807</b>	<b>3.777</b>	<b>1.902</b>
Portugal	1.275	1.028	735	483
Espanha	3.275	2.634	2.056	1.419
Resto da Europa	426	238	119	0
EUA	5.905	3.907	866	0
Brasil	26	0	0	0

**Distribuição de Electricidade - Península Ibérica**

	2009	2008	2007	2006
<b>Pontos de abastecimento</b>	<b>6.764.329</b>	<b>6.716.520</b>	<b>6.670.452</b>	<b>6.591.077</b>
Portugal	6.119.805	6.088.179	6.053.875	5.987.896
Espanha	644.524	628.341	616.577	603.181
<b>Vendas de Electricidade (GWh)</b>	<b>55.277</b>	<b>56.147</b>	<b>56.541</b>	<b>55.015</b>
Portugal	46.146	46.468	46.919	45.465
Espanha	9.131	9.679	9.622	9.550

**Comercialização de Electricidade - Península Ibérica\*\*\***

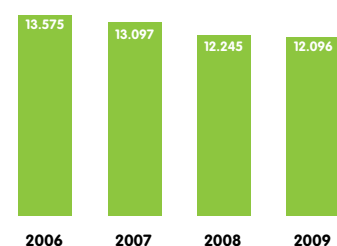
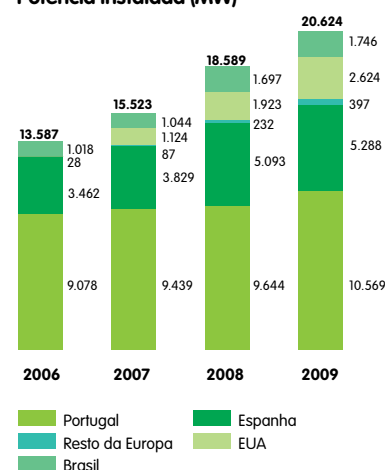
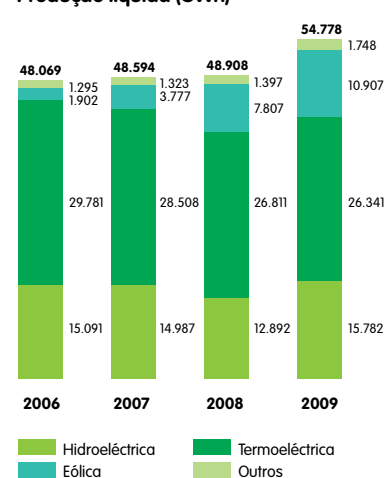
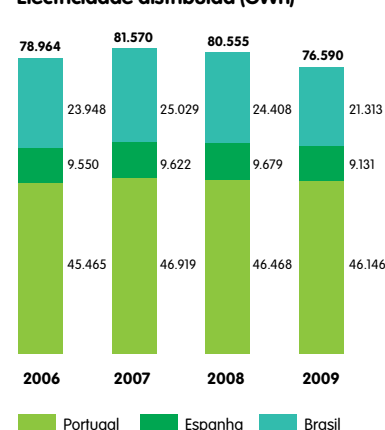
	2009	2008	2007	2006
<b>Número de Clientes</b>	<b>7.055.525</b>	<b>6.754.151</b>	<b>6.705.615</b>	<b>6.625.113</b>
Portugal	6.102.495	6.087.578	6.051.114	5.984.270
Espanha	953.030	666.573	654.501	640.843
<b>Vendas de Electricidade (GWh)</b>	<b>62.522</b>	<b>65.983</b>	<b>63.831</b>	<b>59.136</b>
Portugal	43.154	46.236	44.556	42.290
Espanha	19.367	19.747	19.275	16.846

**Negócio do Gás**

	2009	2008	2007	2006
<b>Distribuição de Gás - Portugal</b>				
Pontos de Distribuição	221.388	200.988	179.802	163.391
Vendas de Gás (GWh)	6.133	5.952	2.554	2.293
<b>Distribuição de Gás - Espanha</b>				
Pontos de Distribuição	963.837	690.032	665.092	641.336
Vendas de Gás (GWh)	18.968	20.688	20.237	19.713
<b>Comercialização de Gás - Espanha</b>				
Número de Clientes	833.450	628.294	415.291	248.160
Vendas de Gás (GWh)	21.261	24.750	18.203	13.755

**Negócio Eléctrico no Brasil**

	2009	2008	2007	2006
<b>Potência Máxima (MW)</b>	<b>1.732</b>	<b>1.697</b>	<b>1.044</b>	<b>1.018</b>
<b>Vendas de Electricidade (GWh)</b>				
Produção	6.893	5.473	4.704	3.980
Distribuição	21.313	24.408	25.029	23.948
Comercialização	8.586	7.282	7.188	6.702
<b>Número de Clientes</b>	<b>2.667.731</b>	<b>2.582.964</b>	<b>3.207.102</b>	<b>3.113.656</b>

**Número de colaboradores\***

**Potência instalada (MW)**

**Produção líquida (GWh)**

**Electricidade distribuída (GWh)**


Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP.

\*\*\*Inclui comercialização livre e de último recurso

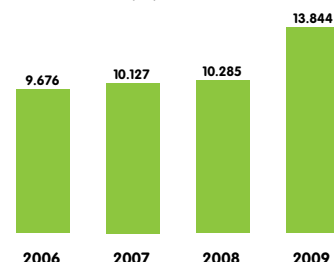


**INDICADORES AMBIENTAIS**

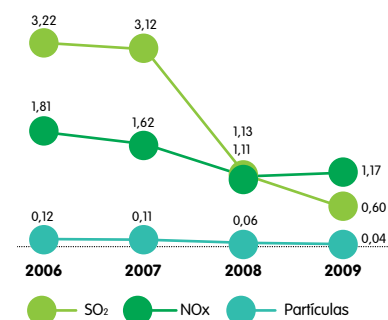
	2009	2008	2007	2006
<b>Consumo de energia primária (TJ)</b>				
Total para actividade de Produção	242.878	237.259	261.157	282.147
Carvão	132.628	121.423	166.152	183.799
Fuelóleo	6.105	11.292	15.117	17.857
Gás natural	89.051	90.180	63.503	57.615
Outros combustíveis	10.618	13.411	14.669	21.278
Resíduos florestais	4.227	676	1.443	1.411
Combustível da frota automóvel	249	277	270	187
<b>Consumos electricidade (MWh)</b>				
Consumos próprios da Produção	2.429.843	2.244.466	1.457.748	1.687.714
Serviços administrativos	33.256	31.138	33.411	24.597
Perdas nas redes (%)	8,3	8,4	7,2	7,7
<b>Certificação Ambiental</b>				
Certificação Ambiental ISO 14001 (MW)	12.633	11.424	10.343	8.680
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	62	61	67	65
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	100	n.d.
<b>Emissões atmosféricas</b>				
<b>Emissões Totais (kt)</b>				
CO <sub>2</sub> <sup>(1)</sup>	20.007	19.783	23.422	24.484
SO <sub>2</sub>	17,07	33,99	100,75	106,79
NOx	33,31	33,26	52,26	59,98
Partículas	1,05	1,68	3,69	4,03
Emissões específicas globais de CO <sub>2</sub> (g/kWh)	362,3 <sup>(2)</sup>	387	457	485
<b>Emissões específicas de parque térmico (g/kWh)</b>				
CO <sub>2</sub>	704,7 <sup>(2)</sup>	647	726	738
SO <sub>2</sub>	0,60 <sup>(2)</sup>	1,13	3,12	3,22
NOx	1,17 <sup>(2)</sup>	1,11	1,62	1,81
Partículas	0,04 <sup>(2)</sup>	0,06	0,11	0,12
CO <sub>2</sub> Evitado pela utilização de energias renováveis(kt)	13.844	10.285	10.127	9.676
Intensidade CO <sub>2</sub> (g/€)	1.640	1.424	2.127	2.366
<b>Água</b>				
<b>Água captada</b>				
Água de refrigeração (m <sup>3</sup> x10 <sup>3</sup> )	1.726.053	1.700.122	1.851.183	2.047.094
<b>Resíduos</b>				
Total de resíduos (t)	929.642	835.922	958.988	1.122.882
Total de resíduos perigosos (t)	3.012	3.328	2.641	3.483
Resíduos valorizados (%)	94	85	84	84
<b>Biodiversidade</b>				
Rede de distribuição dentro de áreas protegidas (Km)	13.878	13.632	20.058	9.394
Subestações em áreas classificadas (nº)	42	41	62	30
<b>Despesas Ambientais (mil €)</b>	<b>118.898</b>	<b>163.783</b>	<b>157.896</b>	<b>163.471</b>

(1) Não inclui a frota automóvel.  
 (2) Calculado relativamente à produção líquida conforme estipulado na GRI.

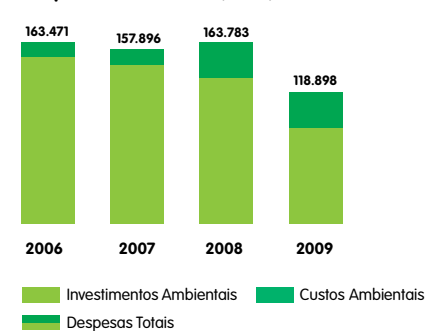
**CO<sub>2</sub> evitado (kt)**



**Emissões Específicas Parque Térmico  
NOx, SO<sub>2</sub> e partículas (g/kWh)**



**Despesas Ambientais (mil €)**



**INDICADORES SOCIAIS**

	2009	2008	2007	2006
<b>Emprego</b>				
Nº de colaboradores <sup>(1)</sup>	12.009	12.166	13.013	13.363
Colaboradores masculinos (%)	79	80	80	81
Índice de satisfação global	81	75	n.d.	73
Índice de rotatividade ou turnover <sup>(2)</sup>	0,06	0,06	0,05	0,06
Idade média dos trabalhadores (anos)	44	45	45	45
Taxa de absentismo (%)	3,61	3,44	3,74	4,05
Custos com pessoal (mil euros)	540.036	573.674	574.406	585.086
Benefícios Sociais (mil euros)	158.353	161.200	291.926	162.287
Gratificações (mil euros) <sup>(3)</sup>	39.254	34.000	29.557	28.200
<b>Formação <sup>(4)</sup></b>				
Total de horas de formação	353.205	487.111	464.807	332.771
Taxa de formação total	29,4	40,0	35,7	32,1
Colaboradores com formação (%)	75	82	91	69
Custos totais com formação (mil euros)	7.225	7.232	7.988	6.925
Produtividade do trabalho (€/h)	222	182	160	133
<b>Prevenção e segurança</b>				
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	55	46	56	64
Acidentes em serviço (nº)	47	76	84	110
Acidentes mortais em serviço (nº)	1	0	0	3
Índice de frequência EDP (Tf)	2,26	3,43	3,70	4,60
Índice de gravidade EDP (Tg)	144	176	225	252
Total de dias perdidos resultante de acidente (nº)	2.984	3.894	5.092	5.999
Acidentes mortais de subcontratados (nº)	10	6	5	6
Índice de frequência EDP e subcontratados (Tf_total) <sup>(5)</sup>	5,00	6,18	4,29	4,61

PSE - Prestadores de serviço Externo

(1) Para efeitos de análise desagregada, o nº de colaboradores não inclui órgãos sociais (87);

Inclui a nova empresa Gás Natural

(2) Os reduzidos valores de turnover não justificam a sua desagregação por género e faixa etária

(3) Respeitante apenas a Portugal

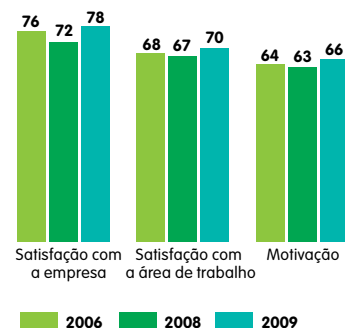
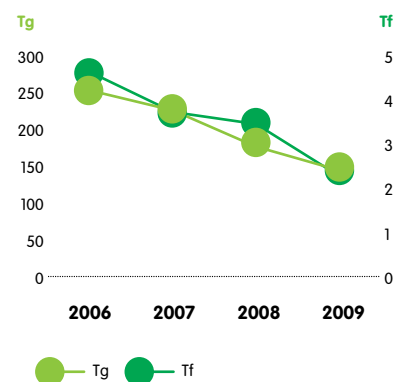
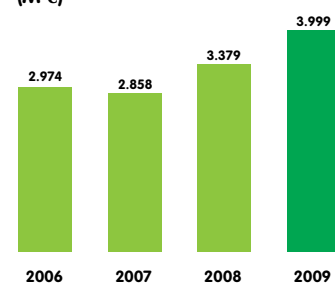
(4) Em 2006 a informação não inclui Brasil nem gás

(5) Em 2007, Tf\_total só inclui Portugal

**INDICADORES ECONÓMICOS**

	2009	2008	2007	2006
Índice de Sustentabilidade	130,4	125,1	117,3	100,0
<b>Indicadores Económicos</b>				
<b>Valor económico directo gerado (mil €)</b>	<b>11.796.328</b>	<b>13.467.780</b>	<b>10.751.228</b>	<b>10.392.596</b>
<b>Valor económico distribuído <sup>(a)</sup> (mil €)</b>	<b>7.797.045</b>	<b>10.088.627</b>	<b>7.892.770</b>	<b>7.419.056</b>
Custos com fornecedores	768.202	735.768	684.187	741.398
Custos com colaboradores	698.389	734.874	866.333	747.374
Atribuições às Fundações	14.459	12.282	9.569	10.904
Devolução à comunidade	531.037	195.563	88.348	259.682
Dividendos	507.153	454.937	401.385	365.638
<b>Valor Económico Acumulado (a) (mil €)</b>	<b>3.999.283</b>	<b>3.379.153</b>	<b>2.858.458</b>	<b>2.973.540</b>
<b>Gastos em I&amp;D (mil €)</b>	<b>31.035</b>	<b>23.690</b>	<b>13.306</b>	<b>n.d.</b>
<b>Multas e Penalidades (mil €)</b>	<b>1.165</b>	<b>408</b>	<b>484</b>	<b>258</b>
<b>Apoios de organismos Públicos (mil €)</b>	<b>156</b>	<b>653</b>	<b>993</b>	<b>186</b>
Facturação de serviços de energia (mil €)	12.386	12.658	5.435	n.d.

(a) Os valores para 2006, 2007 e 2008 foram revistos de acordo com o estipulado no Global Reporting Initiative.

**Satisfação de Colaboradores**

**Índice de Frequência e de Gravidade EDP**

**Valor Económico Acumulado (M €)**




a edp

**AGENDA ESTRATÉGICA 2009-2012**

A EDP apresentou, em Lisboa, no dia 6 de Novembro de 2008 a sua agenda estratégica para o quadriénio 2009-2012. Por um lado, esta agenda realça a importância da manutenção dos eixos estratégicos apresentados em 2006 – Risco Controlado, Eficiência Superior e Crescimento Orientado –, nomeadamente num contexto económico e financeiro adverso.

Gestão para Criação de Valor:



Por outro lado, aponta para o início de um novo ciclo na vida da empresa, o quadriénio 2009-2012, caracterizado pelo enfoque na execução das oportunidades de crescimento desenvolvidas no triénio 2006-2008 e que lhe permitirá, a partir de 2012, abrir um novo ciclo marcado pela geração de "cash-flow".

A agenda estratégica é composta por dez pontos, organizados segundo os três eixos estratégicos da EDP:

**Risco Controlado:**

1. Gestão da agenda regulatória com o objectivo manter o baixo perfil de risco que caracteriza a actividade do Grupo EDP;

2. Gestão proactiva da exposição aos mercados energéticos através de estratégias de cobertura de risco;
3. Redução de emissões de CO<sub>2</sub> através de investimentos em capacidade de produção com baixos níveis de emissão de CO<sub>2</sub>;
4. Estrutura de capital sólida, assente na contínua melhoria dos rácios de endividamento;

**Eficiência Superior:**

5. Política de investimento selectiva, privilegiando investimentos de maior retorno e baixo risco;
6. Promoção incremental da eficiência em todos os negócios e geografias;
7. Promoção de uma cultura integrada em todas as geografias;

**Crescimento Orientado:**

8. Energia Eólica: Enfoque em projectos de elevado retorno e execução do "pipeline" actual.
9. Energia Hidroeléctrica: Aumento gradual de capacidade em Portugal com execução do "pipeline" actual;
10. Brasil: Execução dos actuais projectos de geração e análise rigorosa de novas oportunidades.

Deste modo, o ano de 2009 teve um papel decisivo no início de um novo ciclo na vida da empresa com o cumprimento rigoroso da totalidade da agenda estratégica. Neste particular, merecem especial relevância os seguintes factos ocorridos em 2009:

**Risco Controlado**

- Financiamento total de 6,3 mil milhões de euros, a partir de diversas fontes, incluindo a securitização do deficit tarifário em Portugal no montante de 1,6 mil milhões de euros;
- Sucesso na execução da estratégia de "hedging" no mercado energético ibérico, que permitiu anular o impacto, durante 2009, da queda generalizada dos "spreads" no mercado grossista;

**CICLO 2009 - 2012: ENFOQUE NA EXECUÇÃO**



- Gestão regulatória proactiva com destaque para o início do novo período regulatório na distribuição de electricidade em Portugal e para a preparação da securitização do deficit espanhol, assim como para a publicação de legislação que define as condições para a eliminação do deficit tarifário Espanhol e para a revogação do DL 11/2007 (minoração de direitos gratuitos de CO<sub>2</sub>);

#### Eficiência Superior

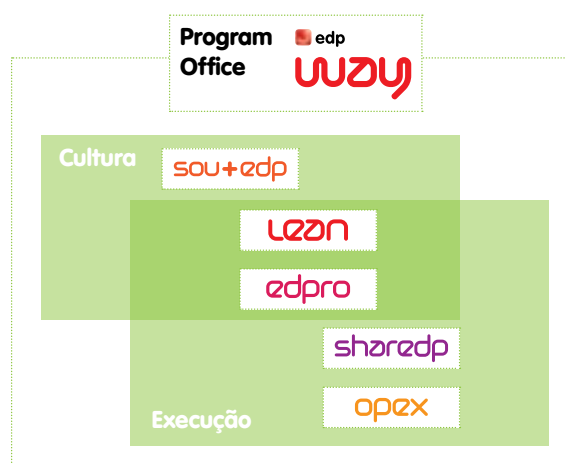
- Captura de 109 milhões de euros de poupanças com o Projecto OPEX, ultrapassando o objectivo de 96 milhões de euros fixado para o ano de 2009, e 175 milhões de euros de poupanças com processo de negociação centralizada de compras transversal a todo o Grupo.
- Venda da participação na Sonae.Com (58 milhões de euros) e oferta de distribuição pública secundária de acções próprias da Energias do Brasil, correspondente a 9,76% do capital total (441,8 milhões de reais);
- Implementação na Energias do Brasil do novo modelo organizacional, através da redução de níveis hierárquicos, tornando a empresa mais ágil e eficiente;

#### Crescimento Orientado

- Execução “on-time” e “on-cost” do “pipeline” hídrico e eólico. No hídrico, destaque para a contratação dos equipamentos para a central hidroeléctrica do Baixo Sabor e para a adjudicação, já no início de 2010, da construção da futura maior central hidroeléctrica do país - Venda Nova III com 736 MW. No eólico, destaca-se a inauguração do primeiro parque eólico na Polónia e o início da construção do primeiro parque eólico na Roménia;
- Aquisição pela EDP Renováveis Brasil de 532 MW de “pipeline” eólico à Innovent e atribuição à EDP Renováveis, em parceria com a SeaEnergy, do desenvolvimento de parques eólicos na costa marítima da Escócia, com uma capacidade aproximada de 1,3 GW;
- Aquisição, à Gas Natural, de activos de gás de distribuição em baixa pressão e comercialização nas regiões de Cantábria e Múrcia e de activos de gás em alta pressão nas regiões do País Basco, Astúrias e Cantábria por um valor global de 330 milhões de euros;
- Assinatura de um memorando de entendimento com a Sonangol para o estabelecimento de parcerias tendo em vista investimentos na área de produção de electricidade em Angola.

#### Program Office EDP Way

Coincidente com as alterações da envolvente macroeconómica ocorridas em 2009, a EDP preparou a entrada num novo ciclo de gestão para o horizonte temporal 2009-2012. Este novo ciclo, que tem por base os mesmos 3 pilares da agenda estratégica (Risco Controlado, Eficiência Superior e Crescimento Orientado), faz uma aposta clara na consolidação de uma cultura de grupo e no reforço da capacidade de execução das opções de investimento criadas no ciclo anterior.



Enquadrado num referencial que tem por eixos as alavancas da Cultura e da Execução, foi deste modo constituído o “Program Office EDP Way” visando conferir unidade e proporcionar sinergias de comunicação e de gestão da mudança aos cinco projectos transversais e transformacionais que irão marcar mais profundamente a organização do Grupo EDP até ao final deste novo ciclo:

- **Sou+EDP:** Potenciar a actuação dos colaboradores como fonte de vantagem competitiva para o Grupo, através de acções visando o aumento da mobilização e do desenvolvimento de condições para o fomento da mobilidade;
- **Lean:** Promover uma cultura de melhoria contínua participada por todos através da implementação da abordagem “Lean” em novos Negócios e geografias do Grupo e de uma consolidação transversal com as iniciativas já existentes neste domínio;
- **EDPro:** Gerir de forma efectiva os processos do Grupo, através da implementação de uma abordagem sistemática à medição e optimização da performance dos processos-chave e da consolidação progressiva de um “modus faciendi” próprio da EDP baseado no conceito de macro processos de Grupo;
- **SharEDP:** Alinhar conceitos e estender a oferta de serviços partilhados aos diferentes Negócios do Grupo de forma progressiva, tanto em termos das geografias consideradas como das funções abrangidas;
- **Opex:** Prosseguir a racionalização da base de custos do Grupo EDP, através do lançamento de uma nova vaga de optimização da posição de custos operativos, focalizada na eliminação sistemática de desperdícios e redundâncias.

As transformações operadas pelos 5 projectos que integram o “Program Office EDP Way” tocam os mais de 12.000 colaboradores do Grupo nos vários Negócios e geografias em que o Grupo está presente.



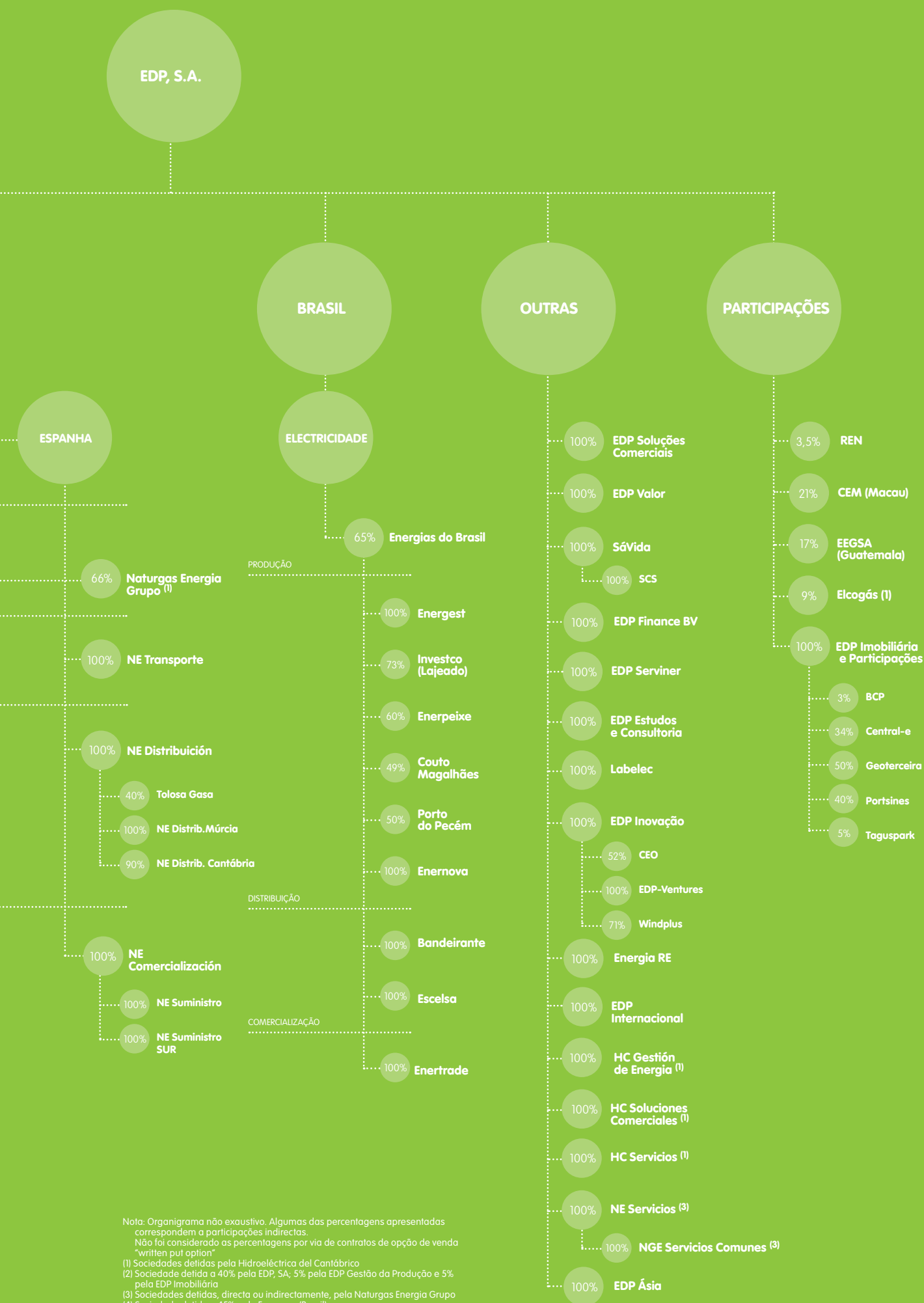
## negócios

<b>26</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>
<b>28</b>	<b>ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE</b>
28	Enquadramento macro-económico
30	Enquadramento energético
32	Enquadramento regulatório
<b>36</b>	<b>SÍNTESE DE ACTIVIDADE</b>
36	Negócio eléctrico (exclui Brasil)
46	Negócio do gás na península ibérica
48	Negócio eléctrico no Brasil









Nota: Organigrama não exaustivo. Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas. Não foi considerado as percentagens por via de contratos de opção de venda "written put option".  
 (1) Sociedades detidas pela Hidroelétrica del Cantábrico  
 (2) Sociedade detida a 40% pela EDP, SA; 5% pela EDP Gestão da Produção e 5% pela EDP Imobiliária  
 (3) Sociedades detidas, directa ou indirectamente, pela Naturgas Energia Grupo  
 (4) Sociedade detida a 45% pela Erenova (Brasil)  
 (5) Sociedade detida a 50% HC Energia e 50% pela Naturgas Energia  
 (6) Sociedades afectas ao património da EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España



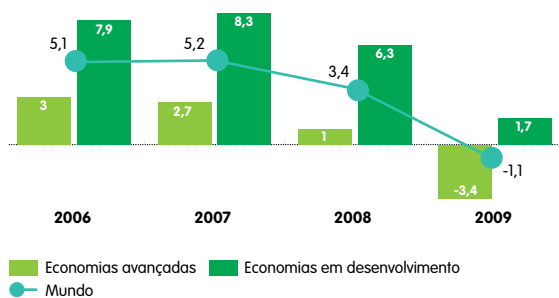
neg6cios

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO MACRO-ECON6MICO

No decurso de 2009, registou-se uma contrac6o pronunciada nos n6veis da actividade econ6mica mundial, qualificando como um dos per6odos econ6micos mais adversos em termos globais desde a grande depress6o dos anos 30. A dimens6o e profundidade do processo recessivo justificou uma interven6o sem precedentes das autoridades monet6rias e dos governos, que se revelou decisiva para o retorno de um clima m6nimo de confian6a, para o restabelecimento de um funcionamento mais normalizado dos mercados e para a conseqvente invers6o na traject6ria da actividade econ6mica. As projec6es econ6micas para 2010 e anos seguintes t6m vindo a revelar-se, gradualmente, mais promissoras, n6o obstante ainda se caracterizarem por um n6vel de incerteza elevado. O processo de retoma dever6 revelar-se distinto entre os v6rios pa6ses, em fun6o da capacidade e condi6o financeira intr6nica. Nesse plano, as economias em desenvolvimento dever6o assumir o estatuto de impulsionadores da economia global, devido 6 menor exposi6o a problemas financeiros e sectoriais espec6ficos. Nas economias desenvolvidas a correc6o dos desequil6rios financeiros acumulados ao longo dos 6ltimos anos imp6e limita6es 6 capacidade de crescimento econ6mico a curto prazo. O per6odo desinflacionista que prevaleceu desde meados de 2008 ter6 terminado, influenciado pela valoriza6o do pre6o das mat6rias-primas de base.

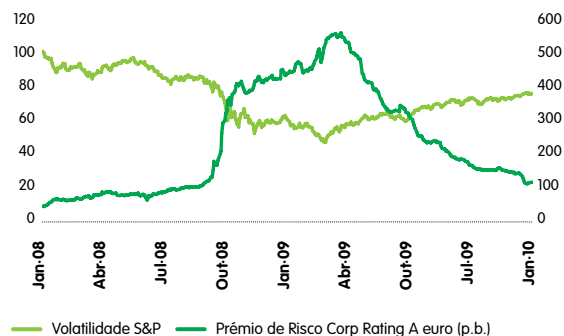
Desempenho Mundial (PIB Real)



A 6rea do euro voltou a registar uma expans6o da actividade no terceiro trimestre de 2009, devido ao impulso do com6rcio mundial, 6 normaliza6o do ciclo de produ6o e ao suporte das pol6ticas p6blicas. Esta altera6o no curso da actividade ser6, todavia, insuficiente para evitar uma redu6o do PIB na 6rea do euro de cerca de 4% em termos reais em 2009. Para 2010, perspectiva-se uma expans6o moderada do produto.

Os mercados financeiros registaram per6odos de grande turbul6ncia no in6cio do ano, com forte desvaloriza6o dos activos financeiros c6clicos e estrat6gias de investimento orientadas sobretudo para a preserva6o do capital. A atitude resoluta das autoridades, providenciando est6mulos poderosos 6 actividade econ6mica, reduzindo as taxas de juro para valores inexpressivos, facilitando o acesso 6 liquidez de curto prazo e assumindo parcialmente o risco de contraparte no sector privado, atrav6s de concess6o de avales e garantias, revelou-se crucial para mitigar a avers6o ao risco.

Volatilidade Mercado Accionista e Pr6mios de Risco Divida Corporate

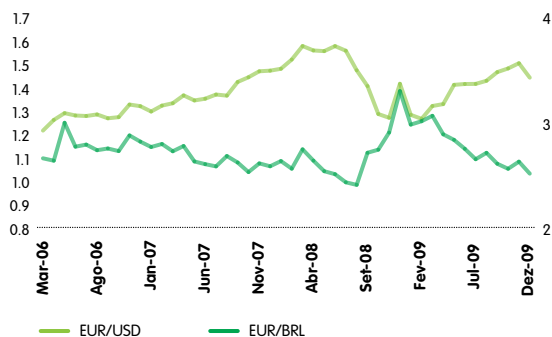


As taxas de juro atingiram m6nimos c6clicos. As principais taxas de juro indexantes de curto prazo na 6rea do euro registaram sustentadamente valores inferiores 6 taxa de refer6ncia do Banco Central (1%). Nos prazos mais longos, a expectativa de normaliza6o do ciclo econ6mico e a incerteza com os efeitos de longo prazo nas finan6as p6blicas, exerceram um efeito moderador no potencial de descida. O custo do risco, que atingiu valores extremamente elevados no in6cio do ano, diminuiu, contribuindo para a dinamiza6o das emiss6es de d6vida em mercado prim6rio, pese embora se tenha registado alguma transmiss6o do risco para a d6vida soberana, designadamente nos pa6ses financeiramente mais desequilibrados.

Os principais mercados de ac6es beneficiaram com a altera6o do sentimento de mercado, ficando associado, paradoxalmente, ao contexto recessivo de 2009 um dos per6odos de maior valoriza6o dos mercados accionistas de h6 d6cadas.

A moeda norte-americana retomou uma tend6ncia de deprecia6o, para n6veis na vizinhan6a de 1,50 d6lares por euro. A recupera6o posterior ter6 decorrido dos ind6cios mais recorrentes de retoma da economia dos EUA por contrapartida de algum arrefecimento nos indicadores europeus e do aumento da incerteza institucional na 6rea do euro. As moedas dos mercados emergentes, valorizaram-se na seq6ncia dos compromissos obtidos em sede do G20 para a estabiliza6o do sistema financeiro mundial.

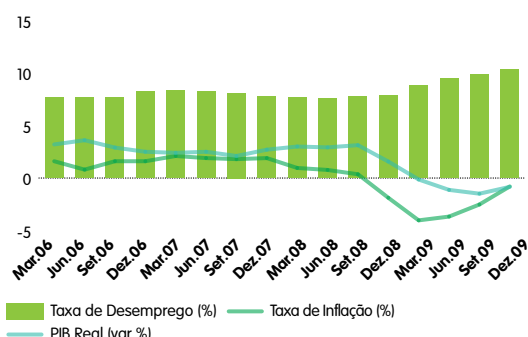
Evolu6o Cambial Face ao Euro



### Desempenho económico dos países onde a EDP exerce actividade

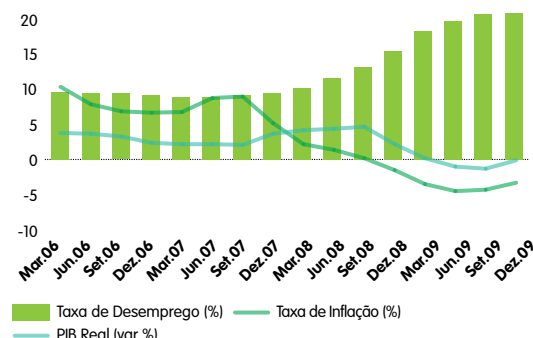
O impacto da crise económica e financeira internacional no desempenho da economia portuguesa substanciou-se numa retracção do PIB ligeiramente inferior a 3% em termos reais, a mais acentuada das últimas décadas. Não obstante o quadro recessivo, os efeitos directos revelaram-se menos contundentes do que para a média da área do euro. A quebra na procura agregada manifestou-se nas componentes do investimento e das exportações, devido à redução do comércio mundial e à reavaliação das perspectivas de produção. Os sectores mais sensíveis às flutuações cíclicas e à procura externa foram os mais penalizados, em particular a construção e a indústria transformadora. Não obstante as medidas públicas que visaram atenuar os efeitos recessivos, o emprego apresentou uma forte quebra, de amplitude similar à do produto. A taxa de desemprego subiu para perto de 10% da população activa, com repercussões muito visíveis no volume e na composição da despesa dos particulares. A adversidade do mercado de trabalho superou o efeito favorável e simultâneo que decorreria do aumento do poder de compra, proporcionado pela redução em quase 1% dos preços gerais, e da moderação dos encargos com o serviço da dívida. A taxa de poupança dos particulares aumentou, retornando aos níveis médios que prevaleceram no período 1996-2004.

#### Economia Portuguesa e Economia Espanhola



A contração estimada do PIB espanhol em 2009 é semelhante à da média da área do euro (4%), e resulta de um ajustamento muito severo do investimento e do consumo privado. Ao contrário da generalidade dos estados membros, em que o terceiro trimestre assinalou o regresso a taxas de crescimento positivas do produto, o processo de retoma espanhol apresenta-se mais atrasado. A Espanha registou o maior aumento da taxa de desemprego e que praticamente triplicou para perto de 20% da população activa no espaço de dois anos. O ajustamento no mercado de trabalho espanhol distingue-se não só pela amplitude mas também pelo crescimento dos salários muito superior ao da inflação. Não obstante, o acréscimo muito significativo dos ganhos de produtividade mitiga os efeitos nos custos de trabalho. O choque sobre a actividade tem tido reflexos materiais na redução do défice externo. Este ter-se-á reduzido em cerca de metade para valores próximos de 5% do PIB.

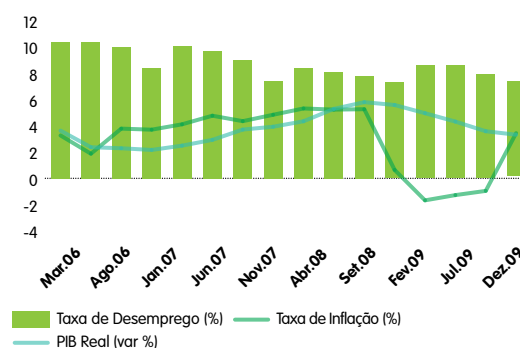
#### Economia Espanhola



Para 2010, o crescimento económico deverá ser praticamente nulo, numa versão mais moderada do comportamento evidenciado em 2009, com o impulso externo a compensar a fragilidade da procura interna.

No Brasil confirmou-se o início de um novo ciclo de expansão da actividade, após a estagnação de 2009, revelando um impacto menos pronunciado da alteração das condições externas e grande resiliência da procura interna. Os índices de actividade praticamente retornaram no final do ano aos níveis que prevaleciam antes da intensificação da crise mundial e o mercado de emprego já se apresenta em recuperação. Este desempenho atesta um enquadramento interno muito favorável, com a despesa em investimento a ganhar em importância. A taxa de inflação encontra-se em linha com os objectivos de estabilidade de preços definidos pelo banco central (4,5%), quer nos níveis actuais quer nas expectativas dos agentes económicos. Os desequilíbrios macroeconómicos apresentam-se pouco relevantes, com as finanças públicas em níveis razoáveis (4% para o défice e 64% para a dívida pública, em % do PIB), o défice externo relativamente baixo (1,2% do PIB), e um enquadramento demográfico propício, em contraste com o que se perspectiva para as economias desenvolvidas, conferindo um impulso adicional aos factores de crescimento potencial. Tendo presente a realização de dois importantes eventos desportivos de alcance mundial a médio prazo, as condições apresentam-se favoráveis a uma recuperação relativamente rápida da economia brasileira, para ritmos de crescimento perto do seu produto potencial, estimado em redor de 4-5%.

#### Economia Brasileira

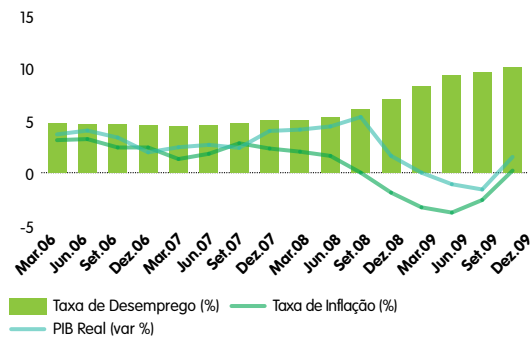




## negócios

A actividade económica nos EUA está revelar-se mais robusta do que o antecipado mas ainda prevalecem um grau de imprevisibilidade elevado. A contracção no PIB em termos reais em 2009 deverá ser de 2.5%, beneficiando com a inflexão do ciclo recessivo no terceiro trimestre, suportado no consumo privado, investimento residencial e nas exportações, os primeiros impulsionados pelos estímulos públicos e por ganhos no rendimento disponível real. Em simultâneo, verificou-se um abrandamento expressivo na quebra do emprego, pese embora a taxa de desemprego persista em patamares elevados. As perspectivas de investimento afiguram-se mais consolidadas, tendo presente a melhoria dos índices de confiança dos empresários e a normalização gradual do funcionamento do mercado de capitais. As pressões inflacionistas continuam a revelar-se contidas, permitindo a manutenção de uma política monetária acomodaticia. A principal taxa de juro está no intervalo 0,00% a 0,25%. As taxas de juro de prazos mais longos, tenderam a subir no final do ano, em linha com uma percepção mais optimista para a conjuntura económica. As medidas de suporte à liquidez ao sistema financeiro estão a ser reavaliadas, em função da utilidade revelada.

### Economia Norte Americana

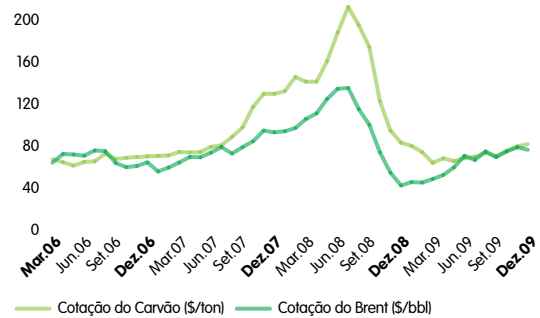


### ENQUADRAMENTO ENERGÉTICO

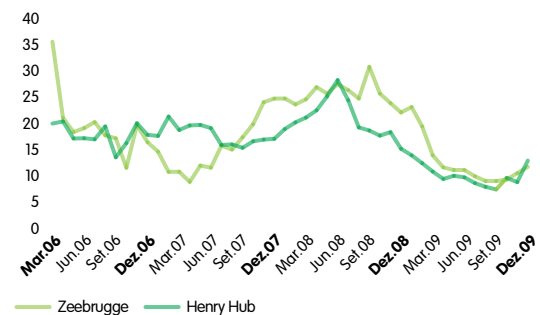
Sob os efeitos da crise económica e financeira que se verificou em 2009, assistiu-se a uma quebra sem precedentes na procura de energia a nível mundial, e em particular no consumo de electricidade e gás. Com efeito segundo a Agência Internacional de Energia, tratou-se da queda mais acentuada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Esta quebra da procura conduziu a uma situação de sobrecapacidade nos mercados de electricidade e de gás, agravada por investimentos feitos em nova capacidade e em infra-estruturas, que, por já estarem em construção ou em adiantada fase de desenvolvimento, não puderam ser adiados ou ajustados de modo a equilibrar com a evolução da procura.

Os preços das principais matérias-primas energéticas assistiram a uma queda em termos médios face aos níveis de 2008, ainda que o ano de 2008 tenha terminado com um colapso generalizado no preço dos combustíveis, que foi gradualmente recuperado a partir do primeiro trimestre de 2009. Esta recuperação foi mais evidente nos preços do petróleo e carvão, embora não esteja necessariamente associada a um aumento real da procura destas matérias-primas causada pela recuperação da crise, podendo antes corresponder à antecipação pelos agentes económicos de uma nova situação de escassez num futuro próximo.

### Cotação do Brent e do Carvão



### Cotação do Gás Natural (Zeebrugge e HH, €/MWh)



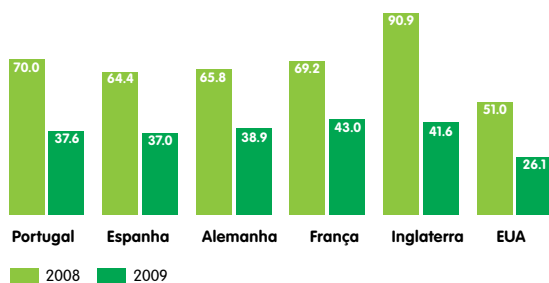
Quanto ao gás natural, assistimos em 2009 à quebra da tradicional indexação do preço do gás ao preço do petróleo nas cotações dos mercados internacionais de gás. Este facto ficou a dever-se à drástica queda na procura de gás, quer na Europa quer nos Estados Unidos, sendo os excedentes direccionados para o mercado spot, pressionando os preços fortemente em baixa. A cotação do gás Natural no hub de Zeebrugge, referencial para o mercado Europeu, esteve

grande parte do ano abaixo dos 10 Eur/MWh, com uma ligeira recuperação no último trimestre, mas mesmo assim muito abaixo dos 25 Eur/MWh verificados na média do ano anterior (2008). A cotação do preço de referência de gás nos Estados Unidos (Henry Hub) apresentou uma queda ainda mais significativa, sinal de uma menor necessidade de atrair volumes de GNL do que a Europa.

No mercado de licenças de CO<sub>2</sub>, a redução da procura de electricidade bem como da produção industrial causada pela recessão, teve como consequência a redução das emissões, com impacto directo no preço do CO<sub>2</sub> do Emissions Trading Scheme, que passou de 22,1Eur/ton (média 2008) para 13,1 Eur/ton (média 2009). Importa realçar que este preço não reflecte apenas o balanço de procura-oferta de licenças do ano de 2009 mas de todo o período até, pelo menos, 2020, dada a possibilidade dos agentes guardarem as licenças ao longo de todo este período.

Em consequência da evolução do preço dos combustíveis, os preços dos mercados grossistas de electricidade ("pool") na Europa e nos Estados Unidos evoluíram em baixa em 2009 face a 2008. Em relação à Península Ibérica, de realçar, por um lado, o facto dos preços nos dois mercados ibéricos, serem os mais baixos do continente Europeu e, por outro, o facto dos preços de Portugal e Espanha apresentarem um diferencial muito reduzido o que contrasta com a situação de 2008. O primeiro facto deve-se à situação de maior sobrecapacidade sentida na península Ibérica face aos restantes mercados que registavam, nalguns casos, situações de verdadeira escassez de capacidade produtiva (p.e., Reino Unido) que foi adiada com a ocorrência da crise. Esta situação de sobrecapacidade foi especialmente sentida pelas centrais térmicas o que, conjugado com as cláusulas de "take-or-pay" dos contratos de longo prazo de gás, pressionou fortemente as margens desta tecnologia em mercado. O segundo facto deve-se à crescente integração dos mercados ibéricos, em resultado da implementação do MIBEL, e com a aproximação do portfólio de geração marginal de ambos os lados da fronteira.

#### Evolução da Pool nos Mercados Europeus e Norte-americano (Eur/MWh)



No que respeita a volumes produzidos, os regimes de funcionamento das centrais térmicas na Península Ibérica baixaram em 2009, devido à redução da procura conjugada com o aumento da capacidade instalada a partir de fontes renováveis. 2009 foi o primeiro ano que em a geração anual a partir de energia eólica ultrapassou a produção a carvão. Dado que o preço de CO<sub>2</sub> se manteve essencialmente constante e em níveis pouco elevados ao longo do ano, os custos marginais das centrais a carvão e das centrais de ciclo combinado a gás (CCGT) estiveram muito próximos durante o ano de 2009. No entanto, o carvão apresentou regimes de

funcionamento mais elevados no primeiro trimestre, perdendo gradualmente competitividade face ao gás, à medida que os contratos de gás indexados ao petróleo (com desfasamento típico de 6 meses) foram incorporando a evolução do preço petróleo.

Para os próximos anos perspectiva-se uma recuperação da procura de electricidade, com crescimentos na ordem dos 2% ao ano. Porém, os investimentos planeados em nova capacidade, essencialmente renováveis e CCGT, serão suficientes para acomodar não só o aumento da procura mas também o descomissionamento das centrais a fuel e de algumas centrais a carvão, mantendo-se as margens de reserva na península Ibérica em níveis confortáveis. No Brasil, a procura deverá crescer 5,4% ao ano, estando prevista uma adição de nova capacidade no período 2010-13 de cerca de 24 GW (35% hídrica, 45% térmica, 20% renováveis). Neste cenário, as sobras esperadas estarão entre 4 e 5 GW médios, facto que permitirá manter o risco de racionamento abaixo de 5% pelo menos até 2012.

As Alterações Climáticas voltaram a estar na ordem do dia no final do ano de 2009, com a Conferência de Copenhaga. Desta cimeira resultou um acordo não vinculativo assinado por 28 países (incluindo Estados Unidos, União Europeia, China, Índia e Brasil) no qual os signatários deverão inscrever, até 31 de Janeiro de 2010, os objectivos unilaterais de redução de emissões. Este acordo inclui também objectivos de financiamento aos países em desenvolvimento, destinado a mitigar o aumento das emissões nestes países. Apesar da Cimeira se saldar pela ausência de um acordo global vinculativo, foi a primeira vez que países como a China, a Índia, e mesmo os Estados Unidos, se comprometeram com a fixação de objectivos para a redução de emissões.

O ano de 2009 fica também marcado pelos Pacotes de Estímulo às economias um pouco por todo o mundo, que se traduziram em apoios relevantes para vários sectores, entre os quais o sector eléctrico e gasista. Para além de garantirem estabilidade e continuidade nos apoios ao investimento a curto prazo, com reflexo expressivo nas áreas de energias renováveis, estes pacotes de estímulo estão também direccionados para áreas que deverão representar oportunidades de negócio a médio e longo prazo, como a eficiência energética, a mobilidade eléctrica e as tecnologias de captura e sequestro de carbono (CCS).



## negócios

### ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

#### DESENVOLVIMENTOS NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

##### Legislação “Energia-Clima 2020”

O Conselho Europeu, em Abril de 2009, adoptou um conjunto de medidas legislativas contra as alterações climáticas e de promoção das energias renováveis, com o objectivo de alcançar, a nível da União Europeia, uma redução de 20% de emissões de gases com efeito de estufa e 20% de participação de fontes renováveis de produção no consumo total da EU em 2020.

Designadamente, foi publicada a Directiva-quadro (Directiva 2009/28/CE) de promoção das energias de fontes renováveis e revisto o Sistema de Comércio de Emissões, para incentivar maiores reduções de emissões de gases com efeito de estufa em sectores de consumo intensivo de energia, através da Directiva 2009/29/CE, estipulando que a partir de 2013 e até 2020, as indústrias pesadas contribuirão significativamente para o objectivo europeu reduzindo as emissões em 20% face ao nível de 1990.

A Directiva 2009/31/CE fixou o Quadro regulatório para captura e armazenamento geológico de dióxido de carbono, no âmbito das medidas de mitigação das alterações climáticas.

E o designado “Terceiro pacote legislativo para o mercado energético”, aprovado em segunda leitura, por unanimidade do Parlamento Europeu, em Junho de 2009, estabelece regras comuns para produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e gás (Directivas 2009/72/CE e 2009/73/CE e Regulamentos 714/2009/CE e 715/2009/CE) bem como de protecção dos consumidores, com vista a promover e integrar os mercados de electricidade e gás na União Europeia, e institui a Agência para a Cooperação de Reguladores de Energia – ACER, que apoiará e se necessário coordenará as acções dos Reguladores nacionais.

##### Directiva (do Parlamento e do Conselho) das Emissões Industriais

Em 25 de Junho de 2009, antes de terminar a Presidência Checa, o Conselho estabeleceu um acordo político com vista à adopção de uma posição comum relativa à reformulação da Directiva Integrada de Prevenção e Controlo da Poluição, preconizando-se a segunda leitura e aprovação, no âmbito da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a partir de Dezembro de 2009, de uma nova Directiva integrando seis directivas sectoriais, incluindo a relativa às Grandes Instalações de Combustão e de Incineração de Resíduos.

### SECTOR ELÉCTRICO

#### MERCADO IBÉRICO DE ELECTRICIDADE (MIBEL)

As actividades do sector da energia eléctrica em Portugal enquadram-se no âmbito do MIBEL, em resultado de vários acordos internacionais celebrados entre Portugal e Espanha com o objectivo de construir um mercado regional de electricidade, intercalar para a realização do mercado interno da electricidade, no âmbito da União Europeia.

A construção do MIBEL remonta a um Memorando de Acordo, celebrado em 1998, em Madrid, pelos Governos de Portugal e de Espanha, e em sequência estabeleceram-se posteriores Acordos para aprofundamento e concretização do funcionamento daquele Mercado.

O mais recente, assinado em Braga, em Janeiro de 2008, formaliza o Plano de Compatibilização Regulatória de Março de 2007, reforçando a dinamização do processo de integração dos sistemas eléctricos dos dois países ibéricos, que foi objecto da Resolução da Assembleia da República n.º 17/2009, e igualmente ratificado em Espanha. Nele se prevê, designadamente, o reforço da articulação entre Operadores de Sistema (REN e REE), a aceleração do plano do reforço das interligações e a implementação de um mecanismo de gestão das interligações baseado em “market splitting” e leilões explícitos, que optimize a utilização das interligações e a concorrência no contexto ibérico. Prevê-se ainda a harmonização das condições de retribuição do Comercializador de Último Recurso e um plano de convergência tarifária, ao nível das regras de definição das tarifas de último recurso, que deverão ser aditivas, sem prejuízo de permitirem a recuperação de défice tarifário de anos anteriores e com um calendário faseado para o seu desaparecimento. O referido Acordo, preconiza também a harmonização dos mecanismos de garantia de potência, destinados a assegurar o necessário ritmo de investimentos no parque electroprodutor, tendo em consideração as especificidades de cada sistema, e estabelece regras relativas à organização e responsabilidades do OMI e do Conselho de Reguladores, bem como um conjunto de princípios para a definição do conceito de Operador Dominante ibérico.

As transacções efectuadas em mercado – mercados diário, intra-diário e a prazo – continuaram a ser geridas pelos operadores OMEL e OMIP, prevendo-se a constituição do Operador de Mercado Ibérico – OMI.

##### Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico em Portugal

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 23/2009, completando a transposição da Directiva n.º 2005/89/CE, relativa à segurança do fornecimento de electricidade e investimentos em infra-estruturas, reforçando o planeamento e a informação sobre as interligações internacionais.

No domínio ambiental, o Decreto-Lei n.º 154/2009, introduziu alterações às regras de habilitação e registo de licenças de emissão de gases com efeito de estufa aplicáveis às actividades de energia.

Com o objectivo de contribuir para os objectivos de produção de energias renováveis, a Resolução n.º 12/2009, da Assembleia da República, recomenda ao Governo a adopção de medidas com vista a uma urgente agilização do processo de licenciamento de pequenas centrais hídricas (PCH) e a elaboração e divulgação de um mapeamento nacional das potencialidades de aproveitamentos energéticos a partir das PCH.

O Decreto-Lei n.º 319/2009, que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 2006/32/CE, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos públicos, vem estabelecer objectivos e instrumentos para melhorar a



relação custo-eficácia da utilização final eficiente de energia e criar condições para o desenvolvimento e promoção de um mercado dos serviços energéticos.

No âmbito do desenvolvimento técnico e enquadramento jurídico da mobilidade eléctrica foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 20/2009, que cria o respectivo Programa Mobilidade Eléctrica. A RCM nº 81/2009, veio estabelecer os objectivos de novas medidas daquele Programa.

Relativamente ao aprovisionamento de energia eléctrica, o Despacho nº16150/2009, da DGEG, fixa, para o 2º semestre, as quantidades e leilões de contratos de futuros sobre electricidade com entrega física listados no OMIP e as quantidades a adquirir nesses leilões pela EDP SU, enquanto comercializador de último recurso (CUR), quantidades que foram adquiridas nos termos deste despacho.

Em 2009 foi iniciado um novo período regulatório, com a definição de um novo modelo regulatório das actividades reguladas, designadamente a distribuição de energia eléctrica e a comercialização de último recurso.

De entre as alterações regulamentares (Despacho nº 58/2009) promovidas pela ERSE, destaca-se a adaptação ao regime de “estabilidade tarifária” definido pelo Decreto-Lei nº 165/2008, que permitiu a titularização do défice tarifário, no montante de 1.225 milhões de euros, referente a ajustamentos decorrentes dos desvios de custos com aquisição de energia pela EDP SU, de 2007 e 2008, bem como de 447 milhões de euros, referente a sobrecustos com a PRE em 2009.

De acordo com a nova redacção do Regulamento das Relações Comerciais, foi implementado um conjunto de medidas de diferenciação de imagem e de autonomização das páginas internet da EDP Distribuição e da EDP Serviço Universal.

#### **Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico em Espanha**

A partir de 1 de Julho foram eliminadas as tarifas integrais de energia eléctrica, passando todos os clientes a ser fornecidos pelo mercado liberalizado. No entanto, os consumidores em BT com potência contratada inferior ou igual a 10 kW têm direito à tarifa de último recurso (TUR), fixada administrativamente de forma aditiva, com estrutura binómia (termo de potência e termos de energia) compreendendo os custos de produção, de acesso às redes de transporte e distribuição, e de comercialização. O termo de energia é calculado com base no resultado dos leilões do CESUR e do OMIP destinados às aquisições de electricidade dos comercializadores de último recurso, ajustando-se em função do perfil da respectiva carteira de clientes, de um factor de risco, da garantia de potência e perdas.

Foram também designadas as comercializadoras de último recurso, incluindo a Hidrocantábrico Energía Último Recurso, S.A.U., com obrigações de fornecimento aos clientes com direito a TUR. Estas comercializadoras estão também obrigadas a fornecer energia a clientes sem direito a TUR mas que ainda não tenham comercializador contratado, excepto por motivo de falta de pagamento.

Nos termos do Real Decreto 485/2009, permite-se que os grupos empresariais com obrigações de fornecimento de último recurso nos sectores da electricidade e do gás natural possam unificar as suas actividades numa só empresa.

Em Maio (Real Decreto-Ley 6/2009) foi criado o “bono social” aplicável a certos clientes domésticos com direito a TUR e potência contratada inferior a 3 kW, desde que o fornecimento se destine a primeira habitação, caso em que é aplicada de modo automático; e a consumidores: maiores de 60 anos; em situação de desemprego; pertençam a famílias numerosas; ou que recebam pensão mínima, casos em que a atribuição da prestação social depende de solicitação e comprovação. O “bono social” cobrirá a diferença entre o valor da TUR e um valor de referência, designado “tarifa reduzida”, a que antes vigorava para o segmento doméstico, sendo o seu financiamento assegurado pelas empresas produtoras, participando a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. com 3,5% do total.

Foram estabelecidos os seguintes valores máximos para o défice tarifário: 2009, 3.500 milhões de euros; 2010, 3.000 milhões de euros; 2011, 2.000 milhões de euros; e 2012, 1.000 milhões de euros. A partir de 2013 as tarifas de acesso deverão ser suficientes para financiar as actividades reguladas, de modo a não criar novos défices. Foi criado um Fundo de Titularização do Déficit Tarifário, ao qual poderão ceder-se os créditos não titularizados até 10.000 milhões de euros e os créditos referentes ao défice de 2009, com garantia do Estado. Até à cessão, o défice será financiado pelas empresas, competindo à Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. suportar 6,07% do total.

A partir de 1 de Julho de 2009 foi revogado o Real Decreto-Ley 11/2007 que reduzia a remuneração dos produtores por força do aumento das receitas resultantes da venda dos direitos de emissão de gases com efeito de estufa atribuídos gratuitamente ao abrigo do PNADE 2008-2012.

Na produção em regime especial, foi criado um sistema de registo de pré-atribuição de remuneração similar ao aplicável à produção fotovoltaica, condição necessária para acesso ao regime económico definido pelo Real Decreto 661/2007, a atribuir por ordem cronológica da inscrição e em face de vários requisitos técnicos e económicos.

Por outro lado, foram redefinidas metas anuais para a instalação de nova potência no período 2010-2013, relativamente às tecnologias solar termoeléctrica e eólica.

A Oficina de Cambios de Suministrador (OCSUM) entrou em vigor a 21 de Junho (Real Decreto 1011/2009) com funções de supervisão das mudanças de comercializador, de electricidade e gás natural, no que respeita a critérios de transparência, objectividade e independência. Esta nova entidade (equiparável ao Operador Logístico de Mudança de Comercializador, previsto na legislação portuguesa) é por sua vez sujeita a supervisão da CNE, a entidade de regulação do sector energético espanhol.

#### **Evolução tarifária em Portugal e Espanha**

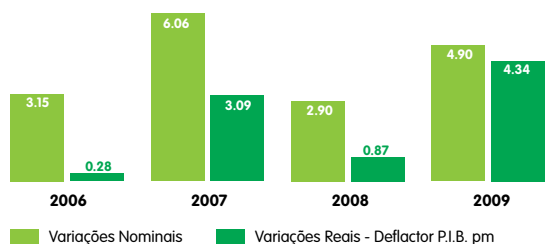
Em Portugal, nos últimos quatro anos, os preços médios de venda da electricidade na baixa tensão registaram um



## negócios

acréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 1,8% e registaram uma subida média anual de 4,9% no conjunto dos restantes níveis de tensão.

#### Varição Nominal e Real dos Preços Médios de Electricidade em Portugal (%)



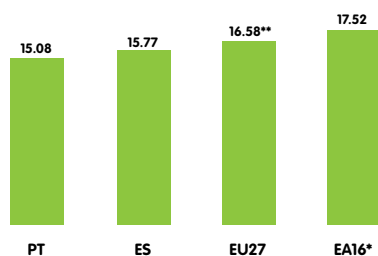
Em 2009 as tarifas de venda a clientes finais (TVCF) subiram, em média, 4,9% face às tarifas em vigor em 2008.

No que respeita às tarifas de acesso verificou-se uma redução média de 36,6% em 2009 por efeito da aplicação do Decreto-Lei nº 165/2008, face aos valores aplicados durante 2008.

Em Espanha, mantiveram-se inalteradas as tarifas de acesso definidas pela Orden ITC/3860, de 28 de Dezembro de 2007. Para 2009, a Orden ITC/3801/2008, de 26 de Dezembro, estabeleceu um aumento médio de 25,5%, por força de aumentos verificados sobretudo em baixa e média tensão. Além da referida eliminação das tarifas de venda de energia eléctrica em alta tensão, assinala-se que as tarifas integrais haviam sido significativamente alteradas ao longo de 2008.

Quando comparados com os de outros países, os preços da electricidade em Portugal, no 1º semestre de 2009, para consumidores domésticos na banda de consumo anual entre 2.500 e 5.000 kWh, encontram-se 13,9% abaixo da média dos 16 países da Euro Área e 9,1% abaixo da média da União Europeia dos 27. No caso de Espanha os preços da electricidade estão abaixo das médias da Euro Área dos 16 e da União Europeia dos 27 em 10,0% e 4,9% respectivamente.

#### Preços Médios de Electricidade (Cent. Euro/KWh)



\*Fonte: Eurostat. Dados do 1º semestre de 2009  
\*\*Consumidores domésticos na banda de consumo Dc (Consumo anual entre 2500 e 5000 kWh)

#### Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico no Brasil

No Brasil, apesar da crise mundial, em 2009 destaca-se o elevado crescimento dos mercados residencial e comercial, além da recuperação do mercado industrial, o que perspectiva novo crescimento em 2010. A oferta beneficiou de um ambiente hidrológico estável, com despacho térmico mínimo e níveis satisfatórios dos reservatórios de água, como não

sucedida há muitos anos, com reflexos positivos na formação dos preços do mercado de curto prazo, com valores reduzidos ao longo do ano.

Os leilões para aquisição de energia de novas centrais de geração destinada a suprir os mercados cativos das Distribuidoras enfrentaram dificuldades para garantir a presença de centrais hidroeléctricas no portfólio de oferta, por lentidão da tramitação dos licenciamentos ambientais dos novos projectos. Como consequência, o leilão "A-3", para projectos que iniciam operação em três anos a partir do ano de realização do leilão, comercializou reduzido montante de energia, pelo que o Governo cancelou o Leilão "A-5". O leilão do projecto estruturante hidroeléctrico Belo Monte (11.233 MW de capacidade instalada) também foi adiado para 2010, em decorrência de dificuldade na obtenção da Licença Ambiental Prévia.

Destaca-se, ainda, o processo de Audiência Pública para fixação das regras de comercialização e do correspondente edital para realização de leilão de energia eólica de reserva, com boa receptividade por parte dos agentes, garantindo a comercialização de montante expressivo, superior a 1.800 MW de capacidade instalada.

Na regulação da produção, destaca-se a definição de normativa para o cálculo de energia assegurada (lastro de venda) de empreendimentos com característica de PCH - Pequena Central Hidroeléctrica (1 a 30 MW de potência instalada).

Na distribuição de electricidade, destaca-se a finalização do 2º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas, iniciado em 2007, fixando em definitivo os índices provisórios de 2007 e 2008.

Com forte impacto, a 10 de Novembro ocorreu a interrupção simultânea de três linhas de transmissão de 750 kV AC do sistema da central de Itaipu, 14.000 MW de potência instalada, afectando o sistema interligado brasileiro e provocando um apagão nacional. Face aos danos em diversos equipamentos, a legislação vigente prevê que as distribuidoras devem ressarcir os Clientes que tenham comprovado prejuízos, sendo que em caso de se não identificar um agente responsável, o custo total das indemnizações aos clientes deve ser suportado em 40% pelas Distribuidoras, em 30% pelas Produtoras e em 30% por Transmissoras.

Em 2009 foram também fixados os contornos das regras para o 3º ciclo de revisões tarifárias, nomeadamente quanto à empresa de referência e à construção da base de remuneração regulatória, fundamental para o processo tarifário da distribuição.

#### Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico nos Estados Unidos da América

Com impacto regulatório nas energias renováveis, foi aprovado em Fevereiro de 2009 o American Recovery and Reinvestment Act (ARRA), instituindo incentivos para vários sectores e pacote financeiro especificamente dedicado às energias renováveis.

Neste âmbito, destaca-se a extensão dos créditos fiscais à produção de energia renovável (PTC) até ao fim de 2012 e a

criação de créditos fiscais de 30% do investimento elegível em energias renováveis (ITC), com possibilidade de opção, para as novas instalações, podem entre o sistema PTC e o ITC.

Adicionalmente, foi criada a possibilidade de titularizar o crédito fiscal ITC (sob forma de títulos do tesouro Norte Americano) para novas instalações elegíveis até ao final do ano de 2010 com entrada em funcionamento até ao final de 2012.

Em Junho de 2009, a Câmara dos Representantes aprovou o American Clean Energy and Security Act (lei Waxman-Markey), que institui um sistema de captura e comércio de CO<sub>2</sub> (redução do nível de emissões de 17% em 2020, relativamente a 2005) e impõe aos distribuidores quotas obrigatórias de energias renováveis a nível federal, sistema que apenas se encontra regulamentado em alguns Estados.

## SECTOR DO GÁS

### **Desenvolvimento do enquadramento normativo do Sector do Gás em Portugal**

No seguimento da abertura de mercado, em 1 de Janeiro de 2007, para os produtores de electricidade em regime ordinário, a liberalização foi sucessivamente alargada aos clientes com consumos anuais superiores a 1 milhão de m<sup>3</sup>, em 2008, e aos clientes com consumos superiores a 10 mil m<sup>3</sup>, a partir de 1 de Janeiro de 2009, ficando assim abrangidos mais de 90% dos consumidores. Desde 1 de Janeiro de 2010, todo o universo de clientes de gás natural pode escolher o seu fornecedor.

Tendo em conta que o Ano Gás 2009-2010 será o último do primeiro período regulatório de três anos, a ERSE colocou em Consulta Pública, em que a EDP Gás participou activamente, a totalidade dos regulamentos aplicáveis ao sector no sentido de os actualizar e preparar para o segundo período regulatório que vigorará entre Julho de 2010 e Junho de 2013.

### **Desenvolvimento do enquadramento normativo do Sector do Gás em Espanha**

Alterações regulatórias de destaque no sector do Gás Natural, em Espanha, foram a permissão de exercício de actividades de fornecimento de último recurso de electricidade e gás através da mesma empresa de comercialização (conforme o já referido Real Decreto 485/2009, de 3 de Abril) e a modificação da Tarifa de Último Recurso (TUR) de gás, que passa de regime de preço máximo a tarifa fixa, vedando aos comercializadores de último recurso a aplicação de descontos aos seus clientes. E foi calendarizada a eliminação da TUR, reduzindo para 50.000 kWh/ano o limiar de consumo dos clientes com direito a TUR a partir de 1 de Julho de 2009, deixando os clientes das Tarifas T.3 e T.4 de ter direito a TUR, a partir de 31 de Março de 2010.

Em 2009 foi também revisto o modelo de autorizações de projectos de instalações de transporte (Real Decreto-ley 6/2009, de 30 de Abril) e, através da Resolución de 24 de Julho de 2009, da DGPEM, definiu-se o procedimento de atribuição de capacidade de interconexão de gás natural entre Espanha e França disponível a partir de 2013, em Larrau e Biriátou.



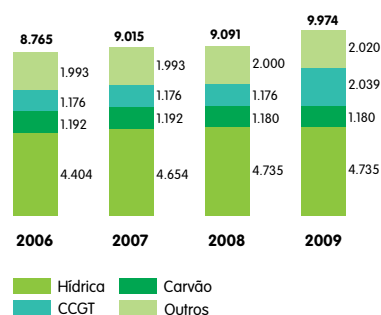
síntese de actividade

**NEGÓCIO ELÉCTRICO (EXCLUI BRASIL)**  
**ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA**

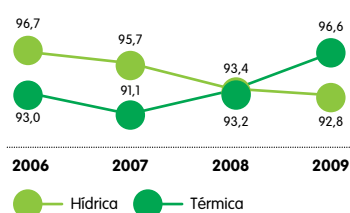
PRODUÇÃO IBÉRICA - PORTUGAL		Unid	2009	2008	2007	2006
<b>Capacidade Instalada Portugal *</b>	<b>MW</b>		<b>13.381</b>	<b>12.262</b>	<b>12.147</b>	<b>12.104</b>
<b>Capacidade Instalada EDP *</b>	<b>MW</b>		<b>9.974</b>	<b>9.091</b>	<b>9.015</b>	<b>8.765</b>
Quota EDP *	%		74,5	74,1	74,2	72,4
Fonte: Dados Técnicos REN						
<b>Nº de Grupos Geradores*</b>	<b>#</b>		<b>190</b>	<b>186</b>	<b>160</b>	<b>156</b>
<b>Produção em Regime Ordinário</b>	<b>#</b>		<b>116</b>	<b>114</b>	<b>114</b>	<b>112</b>
<b>Centrais Hidroeléctricas</b>	<b>#</b>		<b>93</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	<b>91</b>
Centro de telecomando	#		1	1	1	1
Centros de Produção	#		3	3	3	3
Centrais	#		35	35	35	34
<b>Centrais Termoeléctricas</b>	<b>#</b>		<b>23</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
Carvão	#		4	4	4	4
CCGT	#		5	3	3	3
Fuelóleo	#		12	12	12	12
Gasóleo	#		2	2	2	2
<b>Produção em Regime Especial</b>	<b>#</b>		<b>74</b>	<b>72</b>	<b>46</b>	<b>44</b>
Mini-Hídricas	#		67	67	42	40
Biomassa	#		4	2	1	1
Cogeração	#		3	3	3	3
<b>Potência Máxima em 31 de Dezembro*</b>						
<b>Potência em Regime Ordinário</b>	<b>MW</b>		<b>9.675</b>	<b>8.812</b>	<b>8.824</b>	<b>8.584</b>
<b>Centrais Hidroeléctricas</b>	<b>MW</b>		<b>4.578</b>	<b>4.578</b>	<b>4.578</b>	<b>4.338</b>
<b>Centrais Termoeléctricas</b>	<b>MW</b>		<b>5.096</b>	<b>4.234</b>	<b>4.246</b>	<b>4.246</b>
Carvão	MW		1.180	1.180	1.192	1.192
CCGT	MW		2.039	1.176	1.176	1.176
Fuelóleo	MW		1.713	1.713	1.713	1.713
Gasóleo	MW		165	165	165	165
<b>Potência em Regime Especial</b>	<b>MW</b>		<b>299</b>	<b>279</b>	<b>192</b>	<b>182</b>
Mini-Hídricas	MW		157	157	76	66
Biomassa	MW		32	11	5	5
Cogeração	MW		111	111	111	111
<b>Total Potência Máxima</b>	<b>MW</b>		<b>9.974</b>	<b>9.091</b>	<b>9.015</b>	<b>8.765</b>
<b>Produção Líquida*</b>						
<b>Produção em Regime Ordinário</b>	<b>GWh</b>		<b>23.514</b>	<b>21.642</b>	<b>24.718</b>	<b>27.113</b>
<b>Centrais Hidroeléctricas</b>	<b>GWh</b>		<b>7.642</b>	<b>6.435</b>	<b>9.361</b>	<b>10.070</b>
<b>Centrais Termoeléctricas **</b>	<b>GWh</b>		<b>15.872</b>	<b>15.207</b>	<b>15.357</b>	<b>17.043</b>
Carvão	GWh		8.869	6.926	8.048	9.694
CCGT **	GWh		6.696	7.481	6.038	5.728
Fuelóleo	GWh		307	801	1.271	1.619
Gasóleo	GWh		0	0	0	1
<b>Produção em Regime Especial</b>	<b>GWh</b>		<b>1.222</b>	<b>869</b>	<b>906</b>	<b>948</b>
Mini-Hídricas	GWh		368	170	134	193
Biomassa	GWh		129	49	28	29
Cogeração	GWh		725	650	744	726
<b>Total Produção Líquida</b>	<b>GWh</b>		<b>24.736</b>	<b>22.511</b>	<b>25.624</b>	<b>28.061</b>
** Em 2009 inclui 497 GWh produzidos no período de ensaios de Lares						
<b>Balanzo Energético</b>						
<b>Índice de Hidraulicidade</b>	<b>#</b>		<b>0,77</b>	<b>0,56</b>	<b>0,76</b>	<b>0,98</b>
<b>Centrais do Grupo EDP</b>						
Emissão Hidroeléctrica PRO	GWh		7.642	6.435	9.361	10.070
Emissão Termoeléctrica	GWh		15.872	15.207	15.356	17.043
Emissão Mini-hídricas	GWh		368	170	134	193
Emissão Eólicas (ENERNOVA)	GWh		1.273	1.026	733	482
Emissão Biomassa	GWh		129	49	28	29
Emissão Cogeração	GWh		725	650	744	726
<b>Produção Líquida do Grupo EDP</b>	<b>GWh</b>		<b>26.009</b>	<b>23.537</b>	<b>26.357</b>	<b>28.542</b>
Vendas directas a Clientes Industriais	GWh			0	-21	-255
<b>Emissão para a rede (Grupo EDP)</b>	<b>GWh</b>		<b>26.009</b>	<b>23.537</b>	<b>26.336</b>	<b>28.288</b>
Outros Produtores PRO com CAE	GWh		7.842	8.590	8.231	8.570
Outros produtores PRE	GWh		11.793	9.660	8.531	7.592
Saldo Importador/Exportador	GWh		4.777	9.431	7.488	5.441
Bombagem Hidroeléctrica	GWh		-926	-639	-519	-622
<b>Consumo referido à emissão</b>	<b>GWh</b>		<b>49.495</b>	<b>50.579</b>	<b>50.074</b>	<b>49.269</b>
Compensação síncrona	GWh		-1	0	-9	-17
Consumos próprios da Produção	GWh		-5	-5	-5	-5
<b>Energia entregue na Distribuição</b>	<b>GWh</b>		<b>49.489</b>	<b>50.574</b>	<b>50.060</b>	<b>49.247</b>

\* Exclui Eólicas

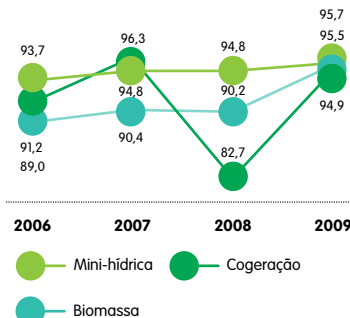
**Portfolio de Produção (MW)**



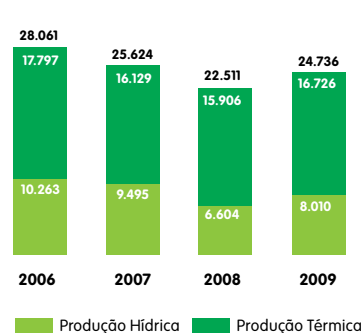
**Disponibilidade PRO (%)**



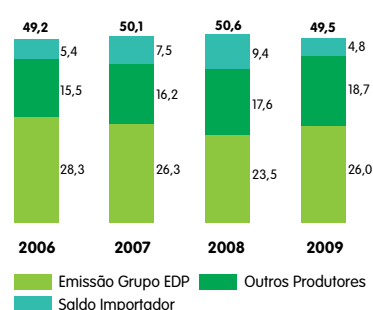
**Disponibilidade PRE (%)**



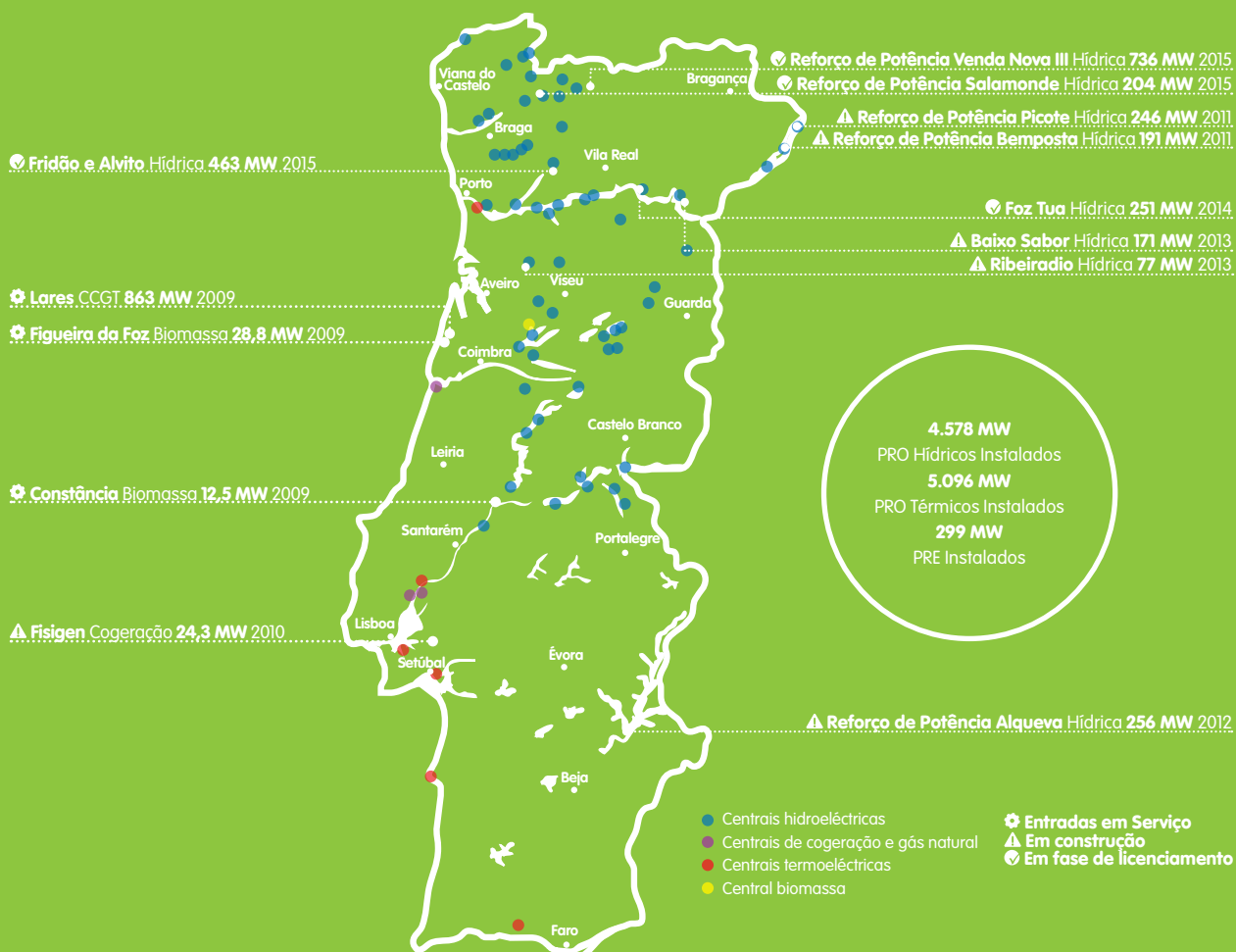
**Produção Líquida (GWh)**



**Energia Entregue na Distribuição (TWh)**



## PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM PORTUGAL



\*Exclui eólicas

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM PORTUGAL DURANTE O ANO DE 2009

O Grupo EDP está presente em Portugal na actividade de produção de electricidade através da EDP Produção no Regime Ordinário e no Regime Especial e das empresas EDP Produção Bioeléctrica, Soporgen, Energin e Pebble Hydro no Regime Especial.

No final de 2009 a potência instalada total era de 9.974 MW dos quais 4.735 MW (47%) em aproveitamentos hidroeléctricos e 5.239 MW em centrais termoeléctricas.

No mês de Outubro de 2009 registou-se a entrada em exploração da segunda central de ciclo combinado a gás natural (CCGT) da EDP Produção, a Central de Lares constituída por dois grupos geradores com uma potência unitária de 431 MW, tendo o Grupo 1 iniciado o serviço industrial em Outubro e o Grupo 2 em Novembro. Esta central, para uma utilização anual de 6.000 horas equivalentes, permite alcançar uma produção total de 5.000 GWh.

Na vertente hidroeléctrica realça-se o prosseguimento das fases de construção dos reforços de potência de Picote, Bemposta e Alqueva com uma capacidade instalada total de 693 MW e todos com entrada prevista

para o período 2011-2012 e o desenvolvimento dos trabalhos da Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor com entrada em serviço prevista para 2013.

De salientar ainda as actividades de licenciamento de novas centrais hídricas com uma capacidade total a instalar de 1.654 MW e com entradas previstas até 2015.

Salienta-se ainda a assinatura do contrato com a IBERDROLA, relativo à gestão temporária da capacidade de produção das centrais hidroeléctricas de Aguieira e Raiva, por um período de cinco anos. A gestão das centrais pela IBERDROLA teve início em 1 de Abril.

Ao nível da certificação de centrais destaca-se ainda a concretização do registo no sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) dos primeiros Centros Produtores da EDP Produção, tendo sido emitidos pela APA os Certificados de Registo no EMAS da Central Termoeléctrica do Ribatejo e das Infra-estruturas Hidroeléctricas do Alto Lindoso, Miranda e Cascata da Serra da Estrela, com validade até Setembro de 2012.

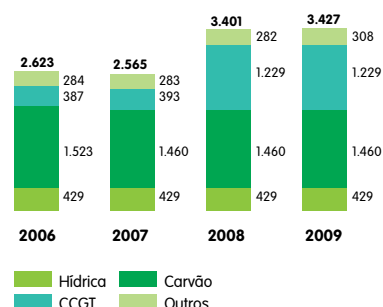


síntese de actividade

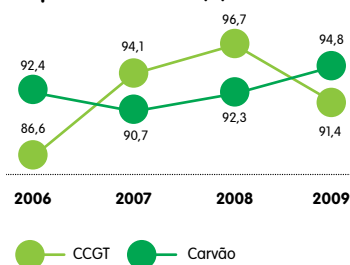
ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

PRODUÇÃO IBÉRICA - ESPANHA		Unid	2009	2008	2007	2006
Capacidade Instalada Espanha *	MW		75.096	75.004	71.789	67.614
Capacidade Instalada EDP *	MW		3.427	3.401	2.565	2.623
Quota EDP *	%		4,6	4,5	3,6	3,9
Fonte: Balance Eléctrico Diário REE						
Nº de Grupos Geradores*	#		40	38	39	20
Produção em Regime Ordinário	#		20	20	18	19
Centrais Hidroeléctricas	#		12	12	12	12
Centrais Termoeléctricas	#		8	8	6	7
Carvão	#		4	4	4	5
CCGT	#		3	3	1	1
Nuclear	#		1	1	1	1
Produção em Regime Especial	#		20	18	21	1
Centrais Hidroeléctricas **	#		1	1	1	1
Centrais Termoeléctricas	#		19	17	20	0
Biomassa	#		2	2	2	-
Cogeração	#		11	9	12	-
Resíduos	#		6	6	6	-
Potência Máxima em 31 de Dezembro*						
Potência em Regime Ordinário	MW		3.272	3.271	2.435	2.492
Centrais Hidroeléctricas	MW		426	426	426	426
Centrais Termoeléctricas	MW		2.846	2.845	2.009	2.065
Carvão	MW		1.460	1.460	1.460	1.523
CCGT	MW		1.229	1.229	393	387
Nuclear	MW		156	156	156	156
Potência em Regime Especial	MW		155	130	130	131
Centrais Hidroeléctricas **	MW		3	3	3	3
Centrais Termoeléctricas	MW		152	127	127	128
Biomassa	MW		7	7	7	4
Cogeração	MW		63	38	38	42
Resíduos	MW		82	82	82	82
Total Potência Máxima	MW		3.427	3.401	2.565	2.623
Produção Líquida*						
Produção em Regime Ordinário	GWh		11.346	12.416	13.936	13.584
Centrais Hidroeléctricas	GWh		877	812	786	846
Centrais Termoeléctricas	GWh		10.469	11.604	13.151	12.738
Carvão	GWh		5.865	6.575	10.124	9.854
CCGT	GWh		3.491	3.831	1.795	1.692
Nuclear	GWh		1.113	1.198	1.232	1.192
Produção em Regime Especial	GWh		896	700	553	543
Centrais Hidroeléctricas **	GWh		2	2	2	2
Centrais Termoeléctricas	GWh		894	698	551	541
Biomassa	GWh		6	6	8	13
Cogeração	GWh		369	192	90	176
Resíduos	GWh		519	500	453	351
Total Produção Líquida	GWh		12.242	13.117	14.489	14.127
Balança Energético						
Índice de Hidraulicidade	#		0,81	0,66	0,64	0,80
Centrais do Grupo EDP						
Emissão Hidroeléctrica	GWh		877	812	786	846
Emissão Carvão	GWh		5.865	6.575	10.124	9.854
Emissão Nuclear	GWh		1.113	1.198	1.232	1.192
Emissão CCGT	GWh		3.491	3.831	1.795	1.692
Emissão Mini-hídricas	GWh		2	2	2	2
Emissão Eólicas	GWh		3.275	2.632	2.056	1.419
Emissão Biomassa	GWh		6	6	8	13
Emissão Cogeração	GWh		369	192	90	176
Emissão Resíduos	GWh		519	500	453	351
Produção Líquida do Grupo EDP						
Outros Produtores PRO	GWh		181.116	207.924	209.887	207.289
Outros Produtores PRE	GWh		74.020	65.923	55.731	48.356
Saldo Importador/(Exportador)	GWh		-8.106	-11.040	-5.750	-3.280
Bombagem Hidroeléctrica	GWh		-3.763	-3.731	-4.349	-5.261
Consumo referido à emissão	GWh		258.784	274.064	272.064	262.650
Consumos próprios da Produção	GWh		-7.081	-8.339	-8.753	-8.907
Consumos próprios da Rede de Transporte	GWh		0	0	0	0
Perdas	GWh		-3.090	-3.389	-3.281	-3.017
Energia entregue na Distribuição	GWh		248.613	263.096	260.039	250.726

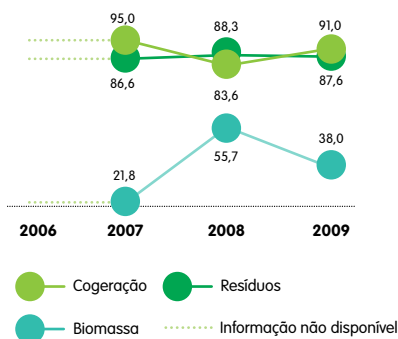
Portfolio de produção (MW)



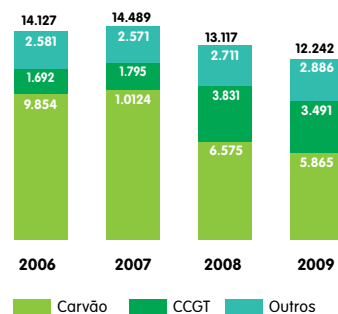
Disponibilidade PRO (%)



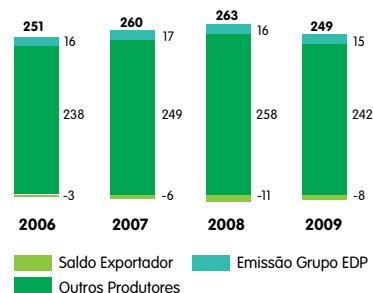
Disponibilidade PRE (%)



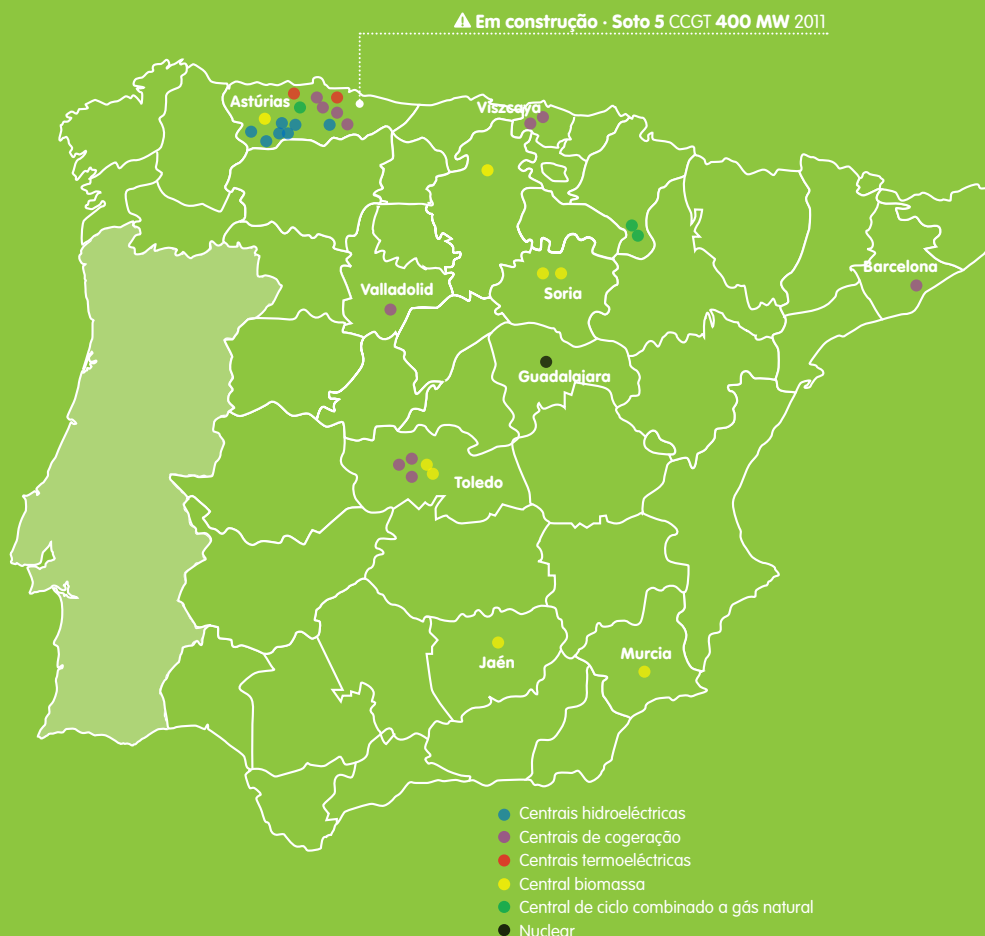
Produção Líquida (GWh)



Energia entregue na Distribuição (TWh)



## PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM ESPANHA \*



\*Exclui eólicas

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM ESPANHA DURANTE O ANO DE 2009

Em Espanha o Grupo EDP está presente na actividade de produção de electricidade através da HC Energía na produção em Regime Ordinário e na produção em Regime Especial.

No final de 2009 a potência instalada em regime ordinário era de 3.272 MW dos quais 426 MW (12%) em aproveitamentos hidroeléctricos e 2.846 MW em centrais termoeléctricas.

A disponibilidade total dos equipamentos de produção a partir de carvão foi de 94,8% e a indisponibilidade devido a avarias, de apenas 1,6%, o que confirma o excelente funcionamento do conjunto de equipamentos a carvão, sobretudo tendo em conta o funcionamento extraordinariamente flexível destes grupos, devido ao carácter complementar do carvão em relação ao gás.

A disponibilidade dos ciclos combinados foi de 91,4% e a indisponibilidade devido a avarias foi de 2,5%. Os ciclos combinados também tiveram um funcionamento bastante flexível, com frequentes paragens nocturnas ao fim-de-semana.

Decorrente dos diversos trabalhos de modernização operados aquando da revisão geral da central de Aboño 1 nos meses de Abril e Maio, foi possível prolongar o tempo de exploração desta central estimando-se que continue em operação para além dos 40 anos de vida útil.

Durante 2009 a HC Energía incorporou na sua carteira 100% do Grupo Millenium, o que significa 32 MW em quatro centrais de Cogeração, e um aumento significativo da electricidade produzida, alcançando os 369 GWh desta tecnologia.

Com a sua estratégia de diversificar cada vez mais o "mix" de geração, a HC Energía tem em construção Soto 5 com uma capacidade instalada de 400 MW, sendo o segundo grupo da central de ciclo combinado de Soto de Ribera, nas Astúrias. O ritmo de construção avança segundo o plano estando a data de entrada em funcionamento prevista para o primeiro trimestre de 2011. Com esta entrada a capacidade instalada em ciclos combinados em Espanha passará a ser de 1.6 GW.



síntese de actividade

EDP RENOVÁVEIS

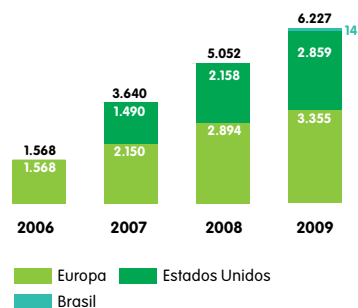
	Unid	2009	2008	2007	2006
<b>Capacidade Eólica Instalada no Mundo</b>	<b>GW</b>	<b>157,9</b>	<b>120,8</b>	<b>93,9</b>	<b>74,1</b>
Capacidade Instalada EDP Renováveis	GW	6,2	5,1	3,6	1,6
Fonte: Global Wind Report 2008, GWEC: Capacidade Instalada eólica Onshore					
<b>Potência Máxima em 31 de Dezembro*</b>					
<b>Europa</b>	<b>MW Brutos</b>	<b>3.355</b>	<b>2.894</b>	<b>2.150</b>	<b>1.568</b>
Portugal	MW Brutos	680	553	424	326
Espanha	MW Brutos	2.278	2.109	1.639	1.213
França	MW Brutos	220	185	87	29
Bélgica	MW Brutos	57	47	0	0
Polónia	MW Brutos	120	0	0	0
<b>Estados Unidos</b>	<b>MW Brutos</b>	<b>2.859</b>	<b>2.158</b>	<b>1.490</b>	<b>0</b>
<b>Brasil</b>	<b>MW Brutos</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Potência Máxima</b>	<b>MW Brutos</b>	<b>6.227</b>	<b>5.052</b>	<b>3.640</b>	<b>1.568</b>
<b>Load Factor</b>					
<b>Europa</b>	<b>%</b>	<b>26,3</b>	<b>26,0</b>	<b>26,2</b>	<b>25,9</b>
Portugal	%	27,5	26,5	24,3	26,4
Espanha	%	26,2	25,7	26,8	26,8
França	%	23,2	22,8	26,7	0,0
Bélgica	%	22,8	0,0	0,0	0,0
Polónia	%	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Estados Unidos</b>	<b>%</b>	<b>31,7</b>	<b>33,7</b>	<b>29,9</b>	<b>0,0</b>
<b>Brasil</b>	<b>%</b>	<b>21,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Produção Líquida*</b>					
<b>Europa</b>	<b>GWh</b>	<b>4.975</b>	<b>3.900</b>	<b>2.911</b>	<b>1.902</b>
Portugal	GWh	1.275	1.028	735	483
Espanha	GWh	3.275	2.634	2.056	1.419
França	GWh	346	238	119	0
Bélgica	GWh	79	0	0	0
Polónia	GWh	0	0	0	0
<b>Estados Unidos</b>	<b>GWh</b>	<b>5.905</b>	<b>3.907</b>	<b>866</b>	<b>0</b>
<b>Brasil</b>	<b>GWh</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Produção Líquida</b>	<b>GWh</b>	<b>10.907</b>	<b>7.804</b>	<b>3.777</b>	<b>1.902</b>
<b>Capacidade em Construção em 2009*</b>					
		4T	3T	2T	1T
<b>Europa</b>	<b>MW</b>	<b>640</b>	<b>866</b>	<b>761</b>	<b>718</b>
Portugal	MW	53	128	133	72
Espanha	MW	308	417	477	477
França	MW	39	30	18	26
Bélgica	MW	13	13	13	23
Roménia	MW	228	159	0	0
Polónia	MW	0	120	120	120
<b>Estados Unidos</b>	<b>MW</b>	<b>99</b>	<b>427</b>	<b>501</b>	<b>300</b>
<b>Brasil</b>	<b>MW</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total MWs em Construção</b>	<b>MW</b>	<b>739</b>	<b>1.293</b>	<b>1.261</b>	<b>1.017</b>

\*Exclui mini-hídricas

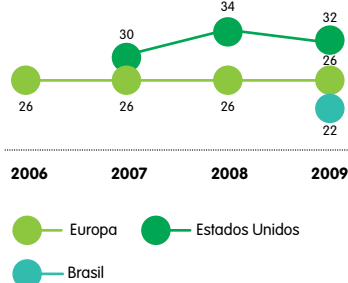
Cotação EDP Renováveis (€)



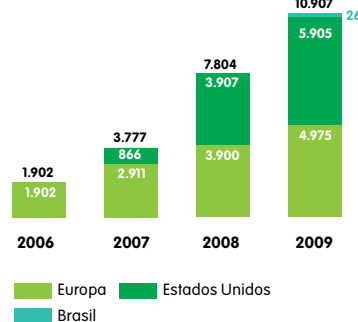
Portfólio de Produção (MW Brutos)



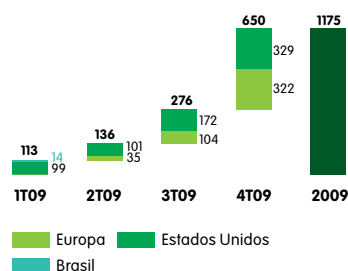
Load Factor (%)



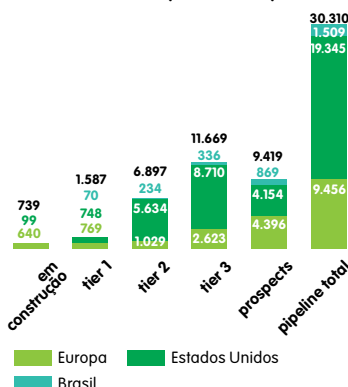
Produção Líquida (GWh)



Entrada em Serviço em 2009 (MW)



Capacidade em Pipeline no final de 2009 (MW Brutos)





## PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO MUNDO



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DA EDP RENOVÁVEIS EM 2009

O Grupo EDP desenvolve a sua actividade na produção de energia eólica através da EDP Renováveis (EDPR).

No final de 2009 a EDPR encontra-se presente em 8 geografias: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Estados Unidos e Brasil tendo durante o ano de 2009 aumentado a sua capacidade instalada em 1.175 MW Brutos dos quais 461 MW através da plataforma Europeia, 700 MW na subsidiária norte-americana e 14 MW no Brasil.

Como evento subsequente, a EDPR entrou também no mercado UK e Itália. Esta presença global permite alcançar uma posição relevante de quota de mercado de 8,2% nos EUA e de 4,5% na Europa.

O "Load Factor" médio atingiu nos parques da Europa os 26% e nos parques da América do Norte os 32%. A excelência operacional e a "prime location" dos parques EDPR, permitem-lhe alcançar um prémio face ao mercado (particularmente em Espanha de +150 pontos percentuais).

### EDPR - EUROPA (EDPR EU)

A EDPR EU (Neo Energia) encontra-se no topo da lista das empresas que mais construíram nos anos de 2007, 2008 e 2009, contando com uma carteira de 9,5 GW em diversos estágios de desenvolvimento e uma capacidade instalada de 3.355 MW.

Em Portugal o aumento de capacidade beneficia igualmente da entrada em exploração dos parques construídos pela ENEOP2, sociedade vencedora do concurso eólico de Portugal (total de 1,2 GW).

Em Espanha a capacidade instalada bruta é de 2.278 MW o que representa um incremento de 169 MW em relação a 2008. No final de 2009, 308 MW estão em construção.

Em 2009 a capacidade instalada bruta em França atingiu 220 MW e na Bélgica 57 MW sendo o incremento anual de 35 MW e 10 MW respectivamente.

Na Polónia finalizou-se a construção do parque de Margonin (120 MW).

Na Roménia o ano de 2009 foi marcado pelo início de construção dos primeiros parques da EDPR no país com uma capacidade total de 228 MW.

Em Janeiro de 2010 a EDPR EU deu mais um importante passo na sua estratégia de expansão através da aquisição de 520 MW de projectos em desenvolvimento em Itália.

No âmbito do desenvolvimento de parques eólicos "offshore" foi atribuído à EDPR e à SeaEnergy, através de uma "joint-venture" designada por Moray Renewables, o direito exclusivo a desenvolver parques eólicos "offshore" no Nordeste da Escócia, com uma capacidade total estimada de 1,3 GW.

### EDPR - AMÉRICA DO NORTE (EDPR NA)

A actividade nos EUA está assegurada pela plataforma norte americana EDPR NA (Horizon Wind Energy).

No final de 2009 a EDPR NA possui 16 parques eólicos em operação, com uma capacidade total bruta de 2.859 MW, o que representa um acréscimo de 700 MW face a 2008.

Em "pipeline" a EDPR NA detém no final de 2009 19,2 GW de projectos (excluindo 99 MW já em construção) localizados em 18 Estados, divididos em 5 regiões.

### EDPR - BRASIL (EDPR SA)

A EDPR criou, em Junho de 2008, uma "joint-venture" com a EDP – Energias do Brasil/Enemova, com o nome de EDP Renováveis Brasil (EDPR SA).

A EDPR SA tem uma capacidade instalada de 14 MW, na sequência da conclusão da aquisição da CENAEEL em 2009, e um "pipeline" total de 1,5 GW entre os quais 70 MW estão previstos iniciar em construção em 2010 (parque Tramandai). As principais actividades da EDPR SA são a prospecção e desenvolvimento de parcerias para a construção de parques eólicos. A prospecção está centrada no nordeste, sudeste e sul do país, regiões que apresentam um "load factor" mais elevado.

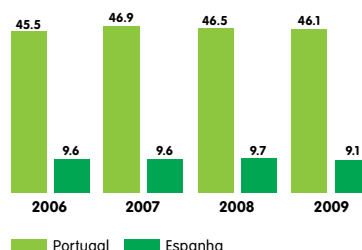


síntese de actividade

ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

	Unid	2009	2008	2007	2006
<b>PORTUGAL</b>					
<b>ENERGIA ENTRADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO</b>					
Para o Mercado Regulado	GWh	40.452	48.796	43.779	41.228
Para o Mercado Livre	GWh	8.971	1.306	5.731	7.406
<b>Total</b>	<b>GWh</b>	<b>49.422</b>	<b>50.102</b>	<b>49.510</b>	<b>48.634</b>
Nota: inclui consumos MAT					
<b>ENERGIA SAÍDA DA REDE ELÉCTRICA</b>					
Energia Entregue à Rede de Distribuição	GWh	49.422	50.102	49.510	48.634
Perdas da Distribuição	GWh	-3.277	-3.633	-2.591	-3.169
<b>Energia Saída da Rede de Distribuição</b>	<b>GWh</b>	<b>46.146</b>	<b>46.468</b>	<b>46.919</b>	<b>45.465</b>
<b>Entregas de Energia no Mercado Regulado</b>					
Muito Alta Tensão	GWh	1.330	1.667	1.527	1.394
Alta Tensão	GWh	3.723	6.358	6.265	5.361
Média Tensão	GWh	9.128	14.052	10.290	8.603
Baixa Tensão Especial	GWh	3.163	3.340	2.491	2.312
Baixa Tensão	GWh	18.740	18.364	19.523	19.235
Iluminação Pública	GWh	1.542	1.509	1.449	1.399
<b>Entregas de Energia ao Mercado Livre</b>	<b>GWh</b>	<b>8.520</b>	<b>1.180</b>	<b>5.373</b>	<b>7.161</b>
Muito Alta Tensão	GWh	208	0	3	41
Alta Tensão	GWh	2.089	2	11	98
Média Tensão	GWh	4.770	263	4.098	5.820
Baixa Tensão Especial	GWh	413	219	996	1.190
Baixa Tensão	GWh	1.040	695	264	13
TIEPI	Min	152	113	111	176
Pontos de Abastecimento	m#	6.120	6.088	6.054	5.988
Colaboradores	#	3.778	3.996	4.242	4.518
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA DAS REDES</b>					
Extensão	km	218.226	214.856	212.317	209.058
Subestações	#	399	397	382	383
Postos de transformação	#	62.036	61.157	59.841	58.513
<b>INDICADORES DE EFICIÊNCIA</b>					
Postos de Abastecimento/Colaborador	#	1.620	1.524	1.427	1.325
Energia/Colaborador	GWh	12,2	11,6	11,2	10,2
<b>ESPANHA</b>					
<b>ENERGIA SAÍDA DA REDE ELÉCTRICA</b>					
Energia Entregue à Rede de Distribuição	GWh	9.519	10.029	10.008	9.892
Perdas da Distribuição	GWh	389	350	386	342
<b>Energia Saída da Rede de Distribuição</b>	<b>GWh</b>	<b>9.131</b>	<b>9.679</b>	<b>9.622</b>	<b>9.550</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE</b>					
Alta Tensão	GWh	5.322	5.762	5.882	5.874
Média Tensão	GWh	1.215	1.284	1.204	1.215
Baixa Tensão	GWh	2.594	2.633	2.536	2.461
<b>Total</b>	<b>GWh</b>	<b>9.131</b>	<b>9.679</b>	<b>9.622</b>	<b>9.550</b>
Total Mercado Espanha	GWh	247.990	257.412	238.895	231.428
Quota EDP	%	3,7	3,8	4,0	4,1
TIEPI	Min	55	65	59	106
Pontos de Abastecimento	m#	645	628	617	603
Colaboradores	#	368	366	389	395
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA DAS REDES</b>					
Extensão	km	21.874	21.356	20.995	20.465
Subestações	#	53	48	48	47
Postos de transformação	#	6.464	6.327	6.192	6.077
<b>INDICADORES DE EFICIÊNCIA</b>					
Pontos Abastecimento/Colaborador	#	1.753	1.717	1.585	1.527
Energia/Colaborador	GWh	24,8	26,4	24,7	24,2

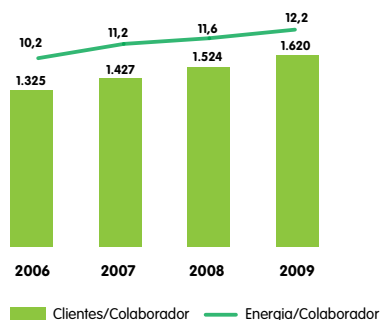
Energia Distribuída (TWh)



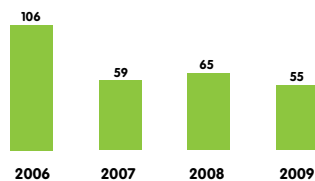
Tempo de Interrupção Equivalente em Portugal (minutos)



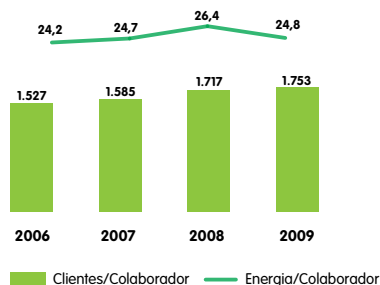
Eficiência Operacional em Portugal



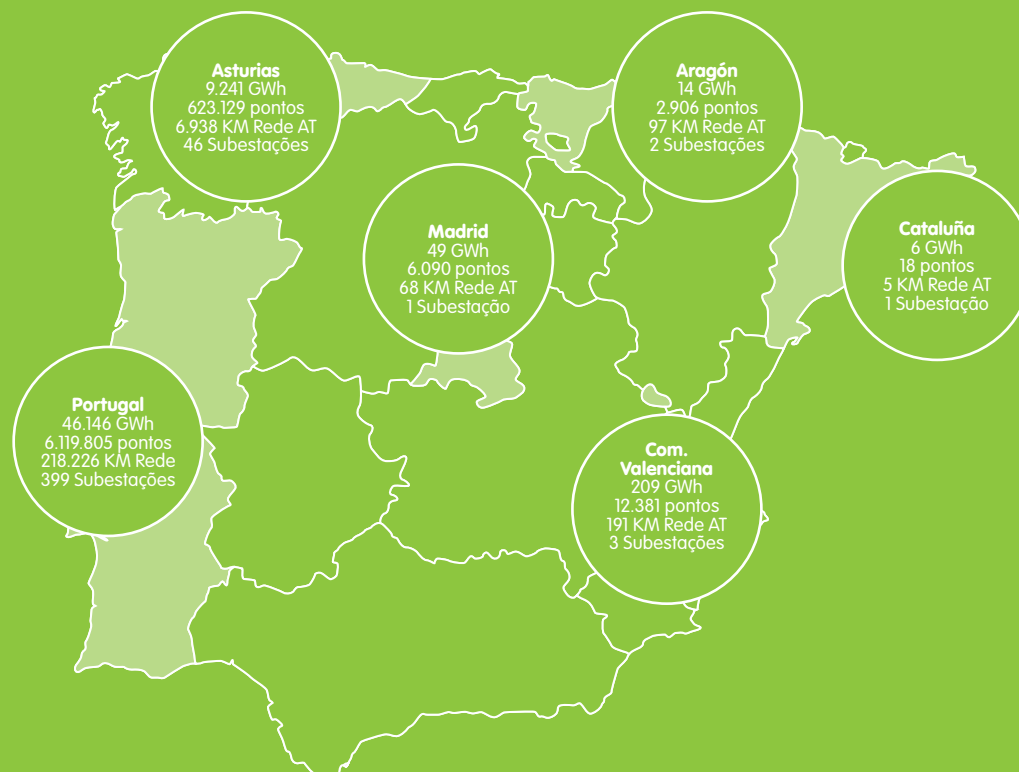
Tempo de Interrupção Equivalente em Espanha (minutos)



Eficiência Operacional em Espanha



## PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2009

O Grupo EDP está presente na actividade de distribuição de electricidade através da EDP Distribuição, em Portugal, e da HC Energía, em Espanha. Esta actividade, centrada essencialmente na melhoria da eficiência e qualidade de serviço das redes de distribuição, registou no ano de 2009 mais de 55TWh de energia distribuída.

### PORTUGAL

Em Portugal, a EDP Distribuição tem a Concessão da Rede Nacional de Distribuição (RND) de Electricidade em Média e Alta Tensão e a Concessão das Redes de Distribuição em Baixa Tensão da totalidade dos municípios, no território continental, no número de 278. Conta com 218.000 km de rede e distribuiu 46,1 TWh de energia eléctrica em 2009 a um total de 6,1 milhões de clientes.

O investimento na rede nos últimos anos, a implementação de novos processos na área da manutenção e a optimização da exploração da rede têm tido excelentes resultados na qualidade técnica de serviço, traduzida numa redução significativa face a 2006 no indicador "Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada" (TIEPI) para valores na ordem de 121 minutos (sem eventos extraordinários), perfeitamente comparáveis com os verificados em redes de outros distribuidores com idênticas estruturas de rede e de consumos. O ano de 2009 foi afectado por dois eventos excepcionais, nomeadamente o ciclone Klaus em 23 de Janeiro e as condições atmosféricas particularmente adversas, com velocidades do vento superiores a 200km/h, em 23 de Dezembro na região Oeste do país, os quais representaram 5,83 e 25,17 minutos respectivamente. Na resposta às falhas resultantes da intempérie chegaram a estar envolvidas 800 pessoas, 360 viaturas e 50 geradores, tendo essa intervenção permitido que nas primeiras 24 horas fosse reposto o fornecimento de energia a 87% dos consumidores afectados. Ao fim de 48 horas estava restabelecido o fornecimento para 98% dos clientes.

As alterações ao nível da oferta e procura de energia eléctrica decorrentes da satisfação dos objectivos de política energética, nomeadamente a redução do nível de emissão de gases de estufa, estão, e continuarão, a obrigar as empresas de distribuição a proceder a alterações significativas, designadamente a progressiva instalação de mais informação e automação conducentes a "redes inteligentes", resultando também em claro benefício para o consumidor e para o produtor. A EDP está empenhada neste processo de inovação, sendo de salientar o Projecto InovGrid onde, após a instalação de equipamentos em diversos pontos da rede, integrados num

piloto, se escolheu a cidade de Évora para implementação do conceito de "Cidade Inteligente".

Continuou a verificar-se uma forte adesão à microprodução em baixa tensão, com a ligação à rede de 3 485 novos microprodutores com uma potência instalada de 12,3 MW. Foram também ligados à rede de distribuição 84 novos Produtores em Regime Especial (PRE) com uma potência instalada de 645,2 MVA. Em ambos os casos, verifica-se uma predominância de tecnologia eólica e fotovoltaica. No final do ano estavam ligados à rede 3 967 microprodutores com 14 MW de potência instalada, e 593 PRE com 4 807 MVA de potência instalada.

### ESPAÑA

Em Espanha, a HC Energía realiza a actividade de distribuição eléctrica em 5 Comunidades Autónomas com um total aproximado de 22.000 KM de rede e mais de 9TWh de energia distribuída, para o que contribuiu, durante 2009, a aquisição de duas pequenas empresas distribuidoras independentes da Comunidade Autónoma de Aragón. Para além das Astúrias a HC Energía passa assim a desenvolver a sua actividade de distribuição eléctrica nas Comunidades Autónomas de Madrid, Valência, Catalunha e Aragón, com um total de 21.500 clientes nestas novas zonas.

Os investimentos levados a cabo nos últimos anos, bem como os procedimentos de actuação postos em prática, permitiram conseguir uma redução do tempo de interrupção de abastecimento a menos de uma hora nas Astúrias, a principal zona de Distribuição, que concentra mais de 95% dos nossos clientes. A HC Energía continua liderando a qualidade de serviço no Sistema Eléctrico Espanhol. Sem ter em conta o ciclone Klaus em 2009 a HC Energía registou o melhor índice de qualidade de serviço de sempre com um valor de 55 minutos (0,97 horas) o que supõe uma descida de 4 minutos relativamente ao anterior recorde registado. Há ainda a destacar que na noite de 23 de Janeiro, o ciclone Klaus afectou o Norte da Península, provocando graves danos nas infra-estruturas. Na zona da HC Energía, 48.000 clientes ficaram sem abastecimento eléctrico, mas no entanto, em menos de 36 horas, 99% dos mesmos tinham recuperado o serviço.

A partir do dia 1 de Julho, em Espanha, as empresas distribuidoras deixaram de exercer a actividade de abastecimento de electricidade, que passou a ser realizada pelos comercializadores de último recurso, actividade na qual a HC Energía também se encontra presente.

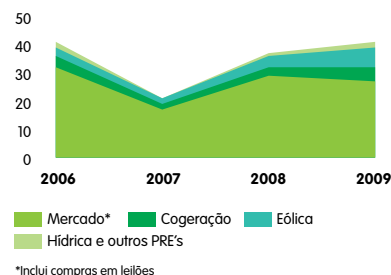


síntese de actividade

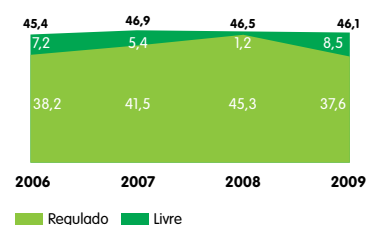
ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

	Unid	2009	2008	2007	2006
<b>Comercialização de Último Recurso em Portugal</b>					
<b>Nº Clientes</b>					
Muito Alta Tensão	#	26	53	55	20
Alta Tensão	#	193	234	213	182
Média Tensão	#	17.681	22.913	20.748	19.955
B. Tensão Especial	#	28.246	32.170	25.687	25.118
Baixa Tensão	#	5.746.352	5.785.797	5.807.784	5.869.451
Iluminação Pública	#	50.299	49.260	48.308	46.971
<b>Total</b>	<b>#</b>	<b>5.842.797</b>	<b>5.890.427</b>	<b>5.902.795</b>	<b>5.961.697</b>
<b>Electricidade</b>					
Muito Alta Tensão	GWh	1.330	1.667	1.527	1.377
Alta Tensão	GWh	3.723	6.358	6.265	5.358
Média Tensão	GWh	9.128	14.052	10.290	8.589
B. Tensão Especial	GWh	3.163	3.340	2.491	2.308
Baixa Tensão	GWh	18.740	18.364	19.523	19.222
Iluminação Pública	GWh	1.542	1.509	1.449	1.399
<b>Total</b>	<b>GWh</b>	<b>37.626</b>	<b>45.289</b>	<b>41.546</b>	<b>38.253</b>
<b>Comercialização Livre em Portugal</b>					
<b>Nº Clientes</b>					
EDP Comercial	#	259.698	197.151	148.319	22.573
B2B	#	7.535	9	5.105	4.446
B2C	#	252.163	197.142	143.214	18.127
Outros	#	17.310	601	3.294	3.626
<b>Total</b>	<b>#</b>	<b>277.008</b>	<b>197.752</b>	<b>151.613</b>	<b>26.199</b>
<b>Electricidade</b>					
EDP Comercial	GWh	5.529	947	3.010	4.037
B2B	GWh	4.565	271	2.751	4.024
B2C	GWh	963	676	259	13
Outras Comercializadoras	GWh	2.992	233	2.363	3.124
<b>Total</b>	<b>GWh</b>	<b>8.520</b>	<b>1.180</b>	<b>5.372</b>	<b>7.161</b>
<b>Comercialização de Último Recurso em Espanha</b>					
<b>Nº Clientes</b>					
Alta Tensão	#	0	4	12	15
Média Tensão	#	0	77	306	499
Baixa Tensão	#	422.252	549.317	564.773	541.391
<b>Total</b>	<b>#</b>	<b>422.252</b>	<b>549.398</b>	<b>565.091</b>	<b>541.905</b>
<b>Electricidade</b>					
Alta Tensão	GWh	1.559	5.064	5.629	5.650
Média Tensão	GWh	11	133	268	462
Baixa Tensão	GWh	1.563	2.043	2.142	2.072
<b>Total</b>	<b>GWh</b>	<b>3.133</b>	<b>7.240</b>	<b>8.039</b>	<b>8.184</b>
<b>Comercialização Livre em Espanha</b>					
<b>Nº Clientes</b>					
HC Energia + NG Energia	#	530.778	117.175	89.410	98.938
B2B	#	4.848	3.400	2.680	1.902
B2C	#	525.930	113.775	86.730	97.036
Outras Comercializadoras	#	2.497.404	2.036.579	1.607.930	1.882.874
<b>Total</b>	<b>#</b>	<b>3.028.182</b>	<b>2.153.754</b>	<b>1.697.340</b>	<b>1.981.812</b>
<b>Electricidade</b>					
HC Energia + NG Energia	GWh	16.234	12.507	11.236	8.662
B2B	GWh	12.833	9.941	9.166	6.187
B2C	GWh	3.402	2.566	2.070	2.475
Outras Comercializadoras	GWh	127.063	94.666	61.725	53.909

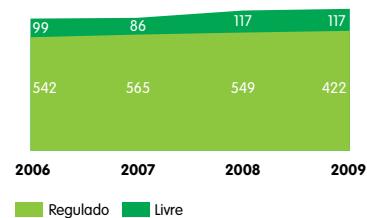
Compras de Energia para o Mercado Regulado em Portugal (TWh)



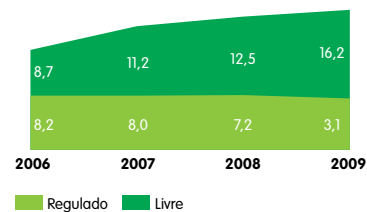
Consumo Mercado Regulado e Livre em Portugal (TWh)



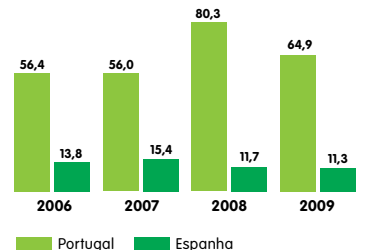
Número de Clientes Mercado Regulado e Livre em Espanha (milhares de clientes)



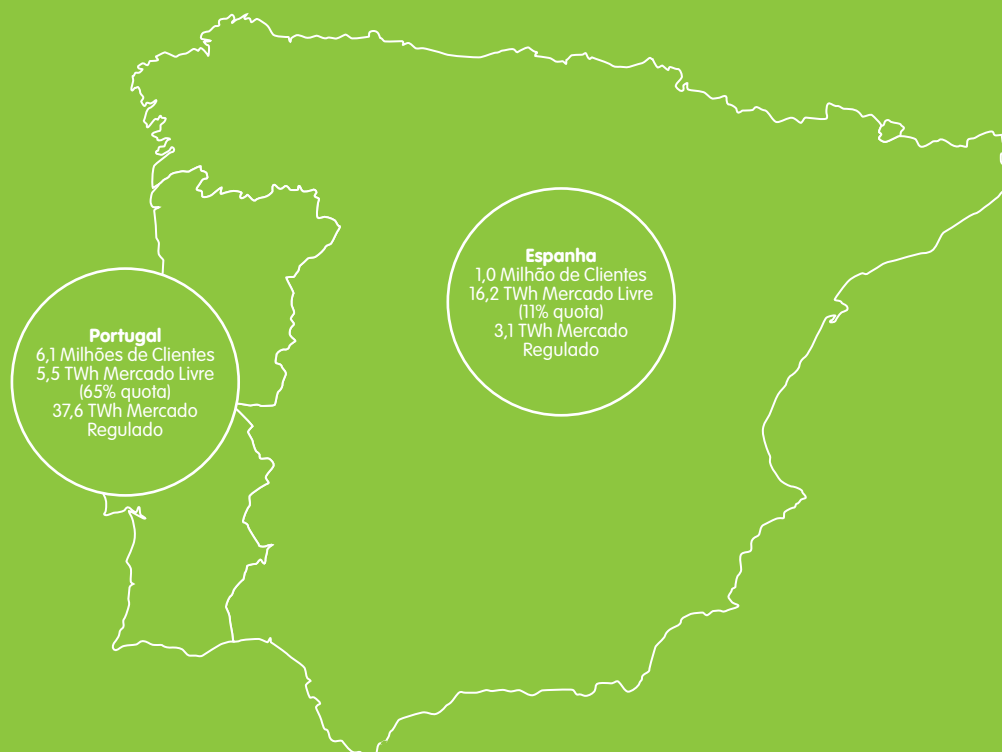
Consumo Mercado Regulado e Livre em Espanha (TWh)



Quota de Mercado em Energia - Comercialização Livre (%)



## PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2009

O Grupo EDP desenvolve a actividade de comercialização em Portugal no mercado regulado através da EDP Serviço Universal, no qual assegura o fornecimento de electricidade cujo tarifário é definido regulatoriamente, e no mercado livre através da EDP Comercial. Em Espanha está presente no mercado regulado através da HC Energía Último Recurso e no mercado livre através da HC Energía e da CHC Energía no qual actua em regime de concorrência com outros operadores ibéricos.

### PORTUGAL

Durante o ano de 2009 o número global de Clientes no Mercado Regulado (MR) diminuiu cerca de 0,8%, consequência da passagem líquida de cerca de 65 mil Clientes para o mercado livre dos quais 54 mil em BTN, 5 mil em BTE e cerca de 6 mil em MT. Em MAT e AT mudaram para o mercado livre mais de metade e cerca de um terço dos Clientes do MR, respectivamente.

As vendas de electricidade no mercado regulado decresceram em termos globais cerca de 17% em relação ao ano anterior, com particular realce na AT e na MT, com reduções próximas de 40% e 35%, respectivamente. Esta quebra deve-se, por um lado, à referida migração de Clientes para o mercado livre e, por outro lado, à redução global dos consumos de electricidade motivada pela crise económica.

A relação de parceria e confiança que a EDP Comercial manteve com os Clientes em 2008, altura em que, resultado de condições tarifárias adversas, estes transitaram para o Mercado Regulado, permitiu, em 2009, manter a posição de principal operador no Mercado Livre, num cenário concorrencial.

Durante o ano, a EDP Comercial obteve uma quota de 65% de mercado, em energia vendida, e de 94% das instalações fornecidas no ML no final de Dezembro. Estes resultados da EDP Comercial foram atingidos de uma forma sustentada e apoiada nas suas unidades de negócio.

No Segmento B2B, foi onde se observou maior dinâmica na reabertura do mercado livre de energia eléctrica. A capacidade que a EDP Comercial teve de rapidamente disponibilizar ofertas criadoras de valor à sua base de Clientes, complementada com uma oferta alargada de Serviços de Valor Acrescentado, reflectiu-se num volume de vendas de 4,6 TWh e numa carteira de 7.535 instalações no final do ano, entre os quais os maiores consumidores de energia eléctrica do país.

No Segmento B2C alcançou uma carteira de aproximadamente 252 mil Clientes residenciais e pequenos negócios (96% do ML), no final do ano, representativos de um volume de vendas de cerca de 963 GWh, o que equivale a um consumo anualizado de 1,1 TWh.

No que diz respeito à EDP Serviços, o ano de 2009 foi marcado pelo desenvolvimento de novos produtos e soluções, assentes em três vectores estratégicos – Eficiência energética, Serviços multitécnicos e Produção descentralizada de energia. A EDP Comercial viu aprovadas, no âmbito PPEC 2009/2010, medidas equivalentes a 5,9 milhões de euros, 41% do total obtido pelo Grupo EDP e cerca de 30% do total disponibilizado pela ERSE.

### ESPAÑHA

Desde o dia 1 de Julho de 2009, com a entrada em vigor do Real Decreto 485/2009, terminaram as tarifas integrais de electricidade. Com esta alteração todos os Clientes passaram ao mercado liberalizado, com excepção dos Clientes abrangidos pela HC Energía Último Recurso.

O Grupo EDP actua desde 2005 com a nova marca HC Energía com a qual alcançou uma notoriedade de 92% na sua zona de influência. Esta notoriedade foi fundamental para os crescimentos registados nos segmentos onde actua. Com CHC Energía, o grupo EDP atingiu um total de aproximadamente 531 mil clientes, que representa um aumento de 353% sobre o número de clientes do ano anterior.

O segmento de mercado B2B registou vendas de 12.833 GWh, verificando-se um crescimento de 25% face ao ano anterior. Por outro lado, também foi optimizado o nível da estrutura da carteira de Clientes, melhorando a margem dos segmentos de Grandes Contas e Empresas. Segundo as acções realizadas, o nível de satisfação geral deste tipo de Clientes é superior a 95%.

No segmento B2C registou-se um valor total de vendas de 3402 GWh, o que significa um aumento de 11% face a 2008. A estratégia neste segmento tem-se centrado na análise de carteiras para a captação de Clientes rentáveis e a sua fidelização com uma oferta dual e 102.000 serviços de manutenção residencial. O nível de satisfação deste tipo de Clientes situa-se em 87%.



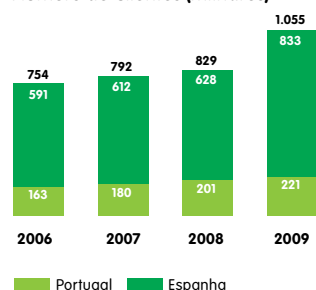
síntese de actividade

NEGÓCIO DO GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

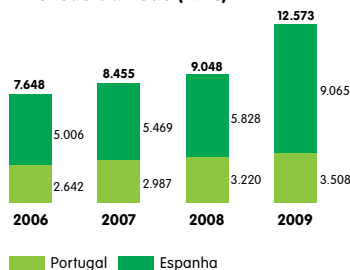
	Unid	2009	2008	2007	2006
<b>PENÍNSULA IBÉRICA</b>					
<b>Número de Clientes</b>	#	<b>1.054.806</b>	<b>829.282</b>	<b>791.695</b>	<b>754.275</b>
Regulados	#	221.266	200.988	376.407	506.161
Último Recurso	#	214.059	122.000	0	0
Livres	#	619.481	506.294	415.288	248.114
<b>Pontos de Abastecimento</b>	#				
Distribuição	#	1.185.225	891.020	844.894	804.727
<b>Extensão da Rede</b>	Kms	<b>12.573</b>	<b>9.048</b>	<b>8.455</b>	<b>7.648</b>
Rede de Transporte	Kms	362	309	307	250
Rede de Distribuição	Kms	12.211	8.739	8.148	7.398
<b>Volume de Gás (milhões)</b>	m3				
Distribuído	m3	2,1	2,3	1,9	1,9
Comercializado	m3	2,1	2,1	1,6	1,2
<b>Volume de Gás</b>	TWh				
Distribuído	TWh	25,1	26,6	22,7	21,9
Comercializado	TWh	24,6	28,9	25,3	22,4
Regulado	TWh	2,3	4,2	7,1	8,6
Último Recurso	TWh	1,2	n/a	0,0	0,0
Livre*	TWh	21,1	24,7	18,2	13,8
<b>Número de Colaboradores</b>	#	<b>537</b>	<b>421</b>	<b>409</b>	<b>407</b>
<b>PORTUGAL</b>					
<b>Número de Clientes</b>	#	<b>221.356</b>	<b>200.988</b>	<b>179.802</b>	<b>163.391</b>
Regulados	#	221.266	200.988	179.802	163.391
Último Recurso	#	0	0	0	0
Livres	#	90	0	0	0
<b>Pontos de Abastecimento</b>	#				
Distribuição	#	221.388	200.988	179.802	163.391
<b>Extensão da Rede</b>	Kms	<b>3.508</b>	<b>3.220</b>	<b>2.987</b>	<b>2.642</b>
Rede de Transporte	Kms	0	0	0	0
Rede de Distribuição	Kms	3.508	3.220	2.987	2.642
<b>Volume de Gás (milhões)</b>	m3				
Distribuído	m3	0,5	0,5	0,2	0,2
Comercializado	m3	0,3	0,2	0,2	0,2
<b>Volume de Gás</b>	TWh				
Distribuído	TWh	6,1	6,0	2,6	2,3
Comercializado	TWh	3,3	2,7	2,6	2,3
Regulado	TWh	2,3	2,7	2,6	2,3
Último Recurso	TWh	0,0			
Livre	TWh	1,0	0,0	0,0	0,0
<b>Número de Colaboradores</b>	#	<b>101</b>	<b>110</b>	<b>112</b>	<b>115</b>
<b>ESPAÑA</b>					
<b>Número de Clientes</b>	#	<b>833.450</b>	<b>628.294</b>	<b>611.893</b>	<b>590.884</b>
Regulados	#	0	0	196.605	342.770
Último Recurso	#	214.059	122.000	0	0
Livres	#	619.391	506.294	415.288	248.114
<b>Pontos de Abastecimento</b>	#				
Distribuição	#	963.837	690.032	665.092	641.336
<b>Extensão da Rede</b>	Kms	<b>9.065</b>	<b>5.828</b>	<b>5.469</b>	<b>5.006</b>
Rede de Transporte	Kms	362	309	307	250
Rede de Distribuição	Kms	8.703	5.519	5.161	4.756
<b>Volume de Gás (milhões)</b>	m3				
Distribuído	m3	1,6	1,8	1,7	1,7
Comercializado	m3	1,8	2,1	1,6	1,2
<b>Volume de Gás</b>	TWh				
Distribuído	TWh	19,0	20,7	20,2	19,7
Comercializado	TWh	21,3	26,3	22,7	20,1
Regulado	TWh	0,0	1,5	4,5	6,3
Último Recurso	TWh	1,2	n/a	0,0	0,0
Livre*	TWh	20,1	24,7	18,2	13,8
<b>Número de Colaboradores</b>	#	<b>436</b>	<b>311</b>	<b>297</b>	<b>292</b>

\* Inclui em 2008 o consumo de último recurso

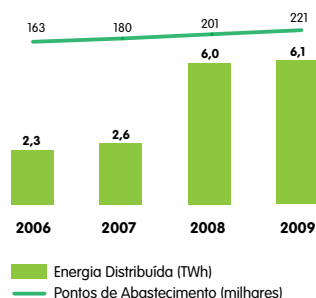
Número de Clientes (milhares)



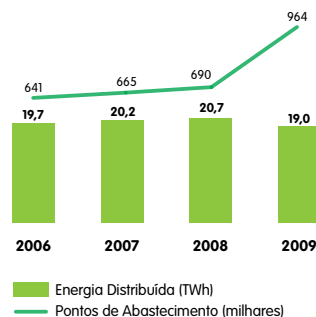
Extensão da Rede (Kms)



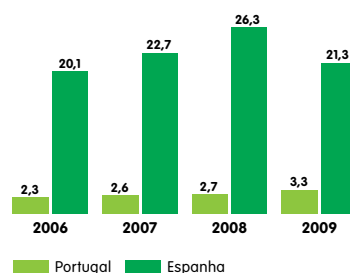
Energia Distribuída e Pontos de Abastecimento - PT



Energia Distribuída e Pontos de Abastecimento - ES



Energia Comercializada (TWh)



## PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2009

O Grupo EDP detém uma presença de referência no mercado ibérico do gás natural. Está presente em Portugal com a Portugás (actuando sob a marca EDP Gás Distribuição), a EDP Gás.Com (comercializadora licenciada para operação no mercado liberalizado) e uma participação minoritária na Setgás. Em Espanha está presente com a Naturgas Energía.

Em Dezembro concretizou-se a aquisição de activos da Gas Natural nas Comunidades Autónomas de Cantabria e Murcia. Esta aquisição representou um marco para a Naturgas na medida em que se incorporaram 3.080 Km de redes de gás, 257.573 pontos de abastecimento e 11TWh/ano de gás veiculado. Esta operação permitiu consolidar a empresa como o segundo maior distribuidor de gás do mercado ibérico e aumentar a sua quota de pontos de abastecimento de 10% para 14% atingindo cerca de 1.185.000 pontos.

Foram negociados importantes acordos de aprovisionamento de gás, nomeadamente com a Sonatrach que permite o fornecimento de gás ao Grupo 1 da Central Termoeléctrica de Lares até à entrada do novo gasoduto internacional Medgaz e com a Shell LNG que permite o fornecimento de 0,22 bcm/ano durante o período 2010-2012.

### PORTUGAL

Na actividade da Distribuição deu-se continuidade ao desenvolvimento da concessão garantindo o alargamento do nível de cobertura, onde se destaca o abastecimento de Vila Verde e Felgueiras, e atingiu-se um aumento de mais de 22.000 pontos de abastecimento (+10% face a 2008).

Na EDP Gás Serviço Universal apesar da migração de clientes com consumos superiores a 10.000 m<sup>3</sup> para o mercado liberalizado, (57

contas) o número de clientes aumentou significativamente para 214.441 acompanhando o crescimento de pontos de abastecimento da distribuidora.

Na actividade da Comercialização a EDP Gás Comercial confirmou a sua posição de importante agente no mercado livre de grandes consumos (B2B), reforçando a sua acção estratégica tanto na actividade de "trading", transaccionando 7,8TWh de Gás Natural, como na actividade de comercialização, atingindo as 90 contas e uma quota de mercado de 9,77%.

### ESPAÑHA

Na actividade de Transporte finalizaram-se importantes projectos de Gasodutos e foram iniciados outros dos quais se destaca a fase III do gasoduto Bergara-Irún. Destaca-se ainda o início de contactos para negociação de uma participação na futura unidade de regaseificação - EL Musel.

Na actividade de Distribuição continuou-se o esforço de investimento em expansão e densificação de rede o que permitiu incrementar 16.232 pontos de abastecimento superando os 706 milhares no final de 2009. No entanto, a conjuntura económica adversa levou a um declínio de 8,3% do volume veiculado face ao período homólogo.

A difícil conjuntura que se verificou em 2009 afectou especialmente a actividade de Comercialização, com uma deterioração contínua dos preços de venda no segmento industrial. Face a esta realidade, a empresa esteve particularmente atenta à sua gestão da energia e procedeu a novas e importantes medidas de carácter comercial, sempre com grande enfoque no controlo do risco numa situação de mercado muito complexa.

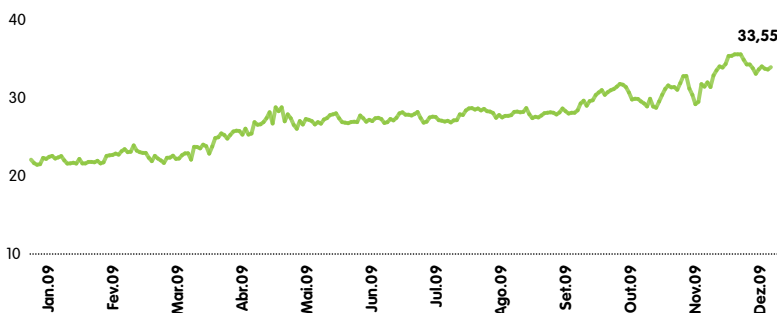


síntese de actividade

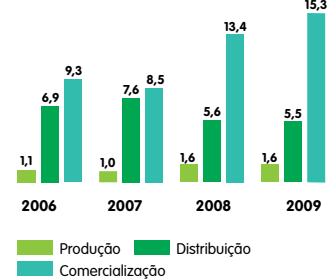
NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL

	Unid	2009	2008	2007	2006
<b>PRODUÇÃO</b>					
<b>Nº de Grupos Geradores</b>	#	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>32</b>	<b>30</b>
Centrais Hidroeléctricas (UHE)	#	14	14	9	9
Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH)	#	25	23	23	21
<b>Potência Máxima em 31 De Dezembro</b>					
Lajeado	MW	903	903	250	250
Peixe Angical	MW	452	452	452	452
Mascarenhas	MW	181	181	181	181
Suíça	MW	34	32	32	30
Mini-hídricas	MW	163	130	130	106
<b>Total Potência Máxima</b>	<b>MW</b>	<b>1.732</b>	<b>1.697</b>	<b>1.044</b>	<b>1.018</b>
<b>Produção Líquida</b>					
Lajeado	GWh	3.169	1.795	982	1.236
Peixe Angical	GWh	2.093	2.250	2.203	1.196
Mascarenhas	GWh	846	740	838	802
Suíça	GWh	54	76	141	182
Mini-hídricas	GWh	731	612	539	564
<b>Total Produção Líquida</b>	<b>GWh</b>	<b>6.893</b>	<b>5.473</b>	<b>4.704</b>	<b>3.980</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>					
<b>Energia Distribuída</b>					
Bandeirante	GWh	13.292	13.554	13.268	12.763
Escelsa	GWh	8.021	8.652	8.488	8.060
Enersul	GWh	0	2.202	3.273	3.126
<b>Total</b>	<b>GWh</b>	<b>21.313</b>	<b>24.408</b>	<b>25.029</b>	<b>23.948</b>
Pontos de Abastecimento	#	2.668	2.583	3.207	3.114
<b>Nº Clientes</b>					
<b>Cativos</b>					
Bandeirante	#	2.667.611	2.582.572	3.206.546	3.113.125
Bandeirante	#	1.482.355	1.438.651	1.401.302	1.364.577
Escelsa	#	1.185.256	1.143.921	1.095.116	1.058.756
Enersul	#	0	0	710.128	689.792
<b>Livres</b>					
Bandeirante	#	90	105	110	112
Bandeirante	#	73	72	74	72
Escelsa	#	17	33	21	24
Enersul	#	0	0	15	16
<b>Total</b>	<b>#</b>	<b>2.667.701</b>	<b>2.582.677</b>	<b>3.206.656</b>	<b>3.113.237</b>
<b>Indicadores de Estrutura das redes</b>					
Extensão da rede	Kms	82.289	81.579	147.043	132.862
Subestações	#	122	133	221	217
Postos de Transformação	#	180.272	168.691	223.322	214.854
<b>COMERCIALIZAÇÃO</b>					
Energia Comercializada no Brasil	GWh	56.120	54.345	84.566	72.067
Enertrade	GWh	8.586	7.282	7.188	6.702
Outros	GWh	47.534	47.062	77.378	65.365
Clientes Enertrade	#	120	64	78	52

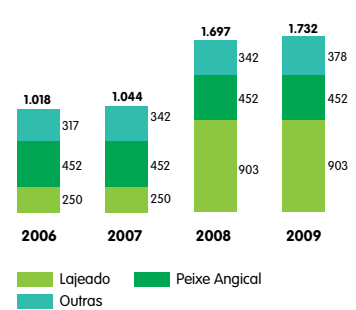
Cotação ENBR3 (BRL)



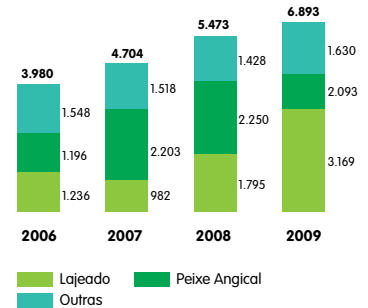
Quota de Mercado (%)



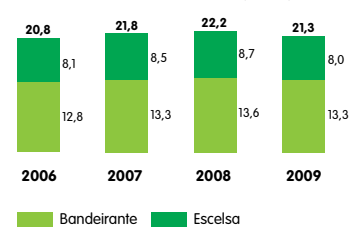
Portfólio de Produção (MW)



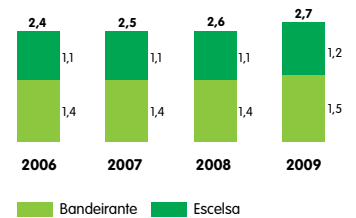
Produção Líquida (GWh)



Electricidade Distribuída (TWh)



Número de Clientes (milhões)





## PRESENÇA DO GRUPO EDP NO BRASIL



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE NO BRASIL EM 2009

O Grupo EDP está presente no Brasil nas actividades de Produção, Distribuição e Comercialização de electricidade através da EDP Energias do Brasil.

### PRODUÇÃO

A actividade de Produção compreende a gestão de Centrais Hidroeléctricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH), com uma capacidade instalada total de 1.732 MW, em Dezembro de 2009.

Durante o ano de 2009 ocorreu a repotenciação e modernização de três centrais Hidroeléctricas o que aumentou a capacidade instalada em 35,7 MW. Registou-se a no mês de Junho a entrada em operação da Central Hidroeléctrica de Santa Fé no Estado do Espírito Santo e com uma capacidade instalada de 29 MW.

Em 2009, A EDP Energias do Brasil adquiriu, através de sua "joint-venture" com a EDPR do Brasil, controlo integral da empresa Elebras Projectos, que possui um portfolio de 533 MW, incluindo o parque eólico de Tramandaí, que possuirá 70 MW de capacidade instalada e cuja construção está prevista para o primeiro trimestre de 2010.

### COMERCIALIZAÇÃO

No segmento de Comercialização de energia eléctrica, actua através da Enertrade, que em 2009 comercializou 8,6 TWh a clientes no mercado liberalizado, com uma quota de mercado de 15,3%.

Durante o ano de 2009, o mercado livre no Brasil apresentou uma retracção de 9,7% no consumo relativamente ao ano de 2008, sendo que a autoprodução apresentou uma redução de 24,5% com relação ao ano de 2008 e o consumo dos consumidores livres no mercado reduziu-se em 3,2%.

### DISTRIBUIÇÃO

Na Distribuição, a EDP Energias do Brasil detém o controlo integral das empresas Bandeirante e Escelsa, servindo cerca de 2,668 milhares de clientes e distribuindo 21,3 TWh em 2009.

A Bandeirante distribuiu em 2009 13.292 GWh, um declínio de 1,9% em relação a 2008. A energia eléctrica distribuída a clientes finais, totalizou o montante de 8.585 GWh, que representou um crescimento de 1,3% sobre o ano de 2008. A empresa encerrou o ano de 2009 com 1.483 milhares de clientes, mais 3,0% do que em 2008. Durante 2009, a energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre e concessionárias, totalizou o montante de 4.707 GWh, o que representou um decréscimo de 7,4 % face a 2008.

A Escelsa distribuiu em 2009 8.021 GWh, uma redução de 7,3% em relação a 2008. O número de clientes atingiu 1.185 milhares, um aumento de 3,6% face ao ano anterior. No mercado cativo, a Escelsa vendeu um total de 5.305 GWh, apresentando um crescimento de 2,6% face a 2008. Para o mercado livre, a Escelsa distribuiu o montante de 2.716 GWh, apresentando um decréscimo de 22% face ao ano anterior.

Destaque ainda para a continuidade do Programa de Combate às Perdas Comerciais, que efectuou 174.630 inspecções de campo, substituiu 90.796 contadores entre obsoletos, danificados e electromecânicos por electrónicos com medição indirecta e realizou 32.819 regularizações de clientes clandestinos. O nível de perdas comerciais foi de 6,3% em 2009.



## contributo para a sustentabilidade

<b>52</b>	<b>RECONHECIMENTO</b>		<b>68</b>	<b>CLIENTES</b>
<b>54</b>	<b>ABORDAGEM CORPORATIVA</b>		68	Perspectiva global
<b>57</b>	<b>I&amp;D E INOVAÇÃO</b>		68	Experiência do cliente
<b>59</b>	<b>COMUNICAÇÃO EDP</b>		70	Qualidade de serviço
59	Comunicação institucional		71	Clientes especiais, sociais e de Serviço Universal
59	A marca EDP		71	Novos Serviços
60	EDP nos meios de comunicação		<b>74</b>	<b>FORNECEDORES</b>
60	Campanhas institucionais		74	Caracterização
<b>61</b>	<b>COLABORADORES</b>		75	Diálogo
62	Políticas de Recursos Humanos		75	Boas práticas
62	Modelo de governação RH		<b>77</b>	<b>COMUNIDADE</b>
62	Caracterização		77	Apoio ao desenvolvimento económico
63	Atrair e comprometer		79	Política de mecenato e patrocínios
63	Acolhimento e integração		82	Campanhas de voluntariado
64	Valorizar e desenvolver		82	Parcerias e organizações
64	Avaliação de potencial e desempenho		<b>83</b>	<b>DESEMPENHO AMBIENTAL</b>
64	Conciliar		84	Gerir os aspectos ambientais
65	Comunicação e gestão da mudança		86	Alterações climáticas
65	Relações laborais		87	Biodiversidade
66	Segurança e saúde no trabalho			



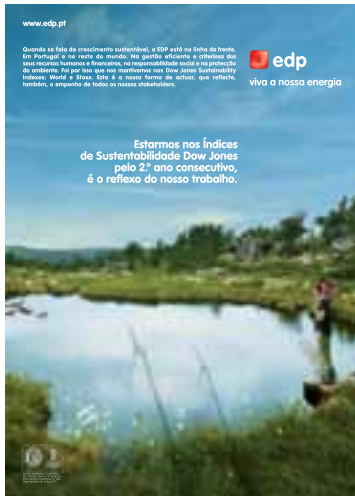


## contributo para a sustentabilidade

### 1. RECONHECIMENTO

#### Dow Jones Sustainability Index 2009/2010

Pelo segundo ano consecutivo, a EDP é a única empresa portuguesa a integrar os Dow Jones Sustainability Indexes: World and STOXX, estando a dois pontos absolutos do líder mundial.



#### EDP é "Best in Class" pela Storebrand

Pela terceira vez consecutiva, a EDP é distinguida pela excelência da sua performance ambiental e social, pela companhia, escandinava, líder em serviços financeiros, STOREBRAND.

#### EDP integra "The Sustainability yearbook 2010"

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integra o conjunto de 15% das empresas com melhor desempenho em sustentabilidade em cada um dos 58 sectores avaliados pela SAM (Sustainable Asset Management), tendo obtido a classificação "gold class SAM 2010" pela SAM. Nas edições anteriores, a EDP havia sido classificada como "silver class".

#### EDP é Prime pela oekom Research AG

Com rating B (B+ na área de ambiente e B na área social), considerando-a como a Best Practice nas áreas social e ambiental, e uma das melhores práticas mundiais no sector das utilities.

#### Prémio Cidadania das empresas e organizações

Na categoria Produtos Industriais e Consumo, a EDP foi, já em Janeiro de 2010, premiada com o 1º lugar, pela aplicação das suas políticas de responsabilidade social e sustentabilidade, a nível económico, social e ambiental. Uma iniciativa da AESE em parceria com a PricewaterhouseCoopers.

#### HC Energia – o melhor índice de qualidade da sua história

A HC Energia registou em 2009 o melhor índice de qualidade de fornecimento da sua história. Este índice é medido pelo TIEPI – Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada – indicador que mede a qualidade de fornecimento nas empresas de distribuição de energia eléctrica.

#### Índice de Sustentabilidade Empresarial no Grupo EDP Energias do Brasil

Pelo quarto ano consecutivo, o Grupo EDP Energias do Brasil integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.



#### Prémio Accountability Rating Portugal 09

Pelo segundo ano consecutivo, a EDP é reconhecida pela Sair da Casca em parceria com a Two Tomorrows. Este rating, publicado internacionalmente, pretende avaliar a transparência com que as empresas comunicam e prestam contas aos seus stakeholders.



#### António Mexia – Personalidade do Ano 2008

Prémio atribuído, em 2009, pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira (CCILB).



#### António Mexia – Best Leader Award 2009

Na categoria de Líder na Gestão de Empresas, pela consistência na obtenção de resultados, estratégia de internacionalização e implantação de valores de sustentabilidade.



#### Ana Maria Fernandes – Melhor Executiva Portuguesa

Atribuído pela European Women's Management Development International Network (EWMD).



#### EDP Renováveis galardoada com o título de IPO do Ano

A EDP Renováveis, a terceira empresa do mundo de energia eólica e a terceira na Europa e em Espanha, ganhou o prêmio "IPO do Ano" por se ter conseguido transformar em sociedade anônima em Junho de 2008. Esta operação implicou ganhos na ordem dos 1.576 milhões de euros, numa altura em que a conjuntura económica não era favorável.

#### Procurement Leaders Awards 2009

A EDP foi distinguida como Winner of Special Commendation Award for Best use of Technology, com o projecto Sinergie – Supply Integration for Energy.



#### Certificação atribuída pela Abrinq

Pelo décimo ano consecutivo, a EDP Escelsa recebe a certificação de "Empresa Amiga da Criança" pela Abrinq, Fundação cujo objectivo é mobilizar a sociedade para as questões relacionadas com os direitos da infância e da adolescência.

#### Boca Livre ganha prêmio social "Mogi News"

Projecto Boca Livre da EDP Brasil ganha prêmio Mogi News/Chevrolet de Responsabilidade Social Empresarial do Alto Tietê na categoria relação com o público interno.

#### Investor Relations & Governance Awards 2009

A EDP ganhou o prêmio Investor Relations & Governance Awards 2009, na categoria Prêmio Especial Bolsa, atribuído pela Deloitte. Estes prémios são atribuídos anualmente e pretendem premiar as melhores práticas e profissionais nas relações com os investidores.



#### Prémio Marketeer

Atribuído à EDP, em 2009, pela revista Marketeer, pela sua estratégia global de marketing e comunicação e pelo seu posicionamento durante o ano de 2008.

#### IASC 2009 – Índice Anel de Satisfação do Consumidor

A EDP Bandeirante foi a 3ª na categoria região sudeste com empresas acima de 400 mil unidades consumidoras.

#### FEIEA Grand Prix 2009

Os projectos Sou EDP e ClickIdea foram premiados na competição anual que reconhece as melhores práticas no campo da comunicação empresarial.



#### HC Energia recebe prêmio CAC

Pelo quinto ano consecutivo, a HC Energia conquista o Prémio de Melhor Centro de Atendimento (CAC) aos Clientes do sector da Energia e das utilities.

#### Best Companies for Leaders

A EDP foi distinguida, pela Hay Group, com o prêmio Best Companies for Leaders. Este prêmio distingue as empresas consideradas pelo mercado como referência na gestão do talento e no desenvolvimento de liderança.

#### Prémio de mérito por boas práticas na prevenção de riscos

Atribuído à EDP Distribuição – Energia, SA, pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), pela Campanha de Sensibilização sobre Condições de Instalações Eléctricas, sob o lema Ligado à Vida.

#### EDP no Brasil é Empresa-modelo de Sustentabilidade

Pelo segundo ano consecutivo, é considerada pelo Guia Exame de Sustentabilidade uma das melhores 20 empresas em responsabilidade corporativa.

#### 500 Maiores & Melhores, da EXAME

Prémio atribuído à EDP Produção na categoria Água, Electricidade e Gás, pela Revista EXAME.



#### Melhor Contact Center

Prémio atribuído, pela Associação Portuguesa de Contact Center (APCC), pelo segundo ano consecutivo, à EDP, na categoria utilities.



#### Energy Business Awards

A EDP conquistou o prêmio Energy Business Awards, na categoria Excellence in Energy Risk Management.



#### Ouro no Prémio Qualidade Espírito Santo (PQES)

EDP Escelsa é ouro em Qualidade, pelo Programa para Incremento da Competitividade Sistemática do Espírito Santo (Compete).

#### EDP Bandeirante premiada com o Troféu Transparência

Atribuído pela Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, pela transparência e clareza de informações financeiras do relatório anual 2008.

#### Prémio Época de Mudanças Climáticas 2009

Atribuído, pelo segundo ano consecutivo, à EDP Energias do Brasil como Empresa Líder em Políticas Climáticas.



#### HC Energia e Naturgas são as empresas mais valorizadas pelos clientes espanhóis

Líderes para os níveis de satisfação global, fidelidade e intenção de recomendar, segundo o estudo realizado pelo Instituto Stiga de Satisfacción del Consumidor Español (ISSCE).



## contributo para a sustentabilidade

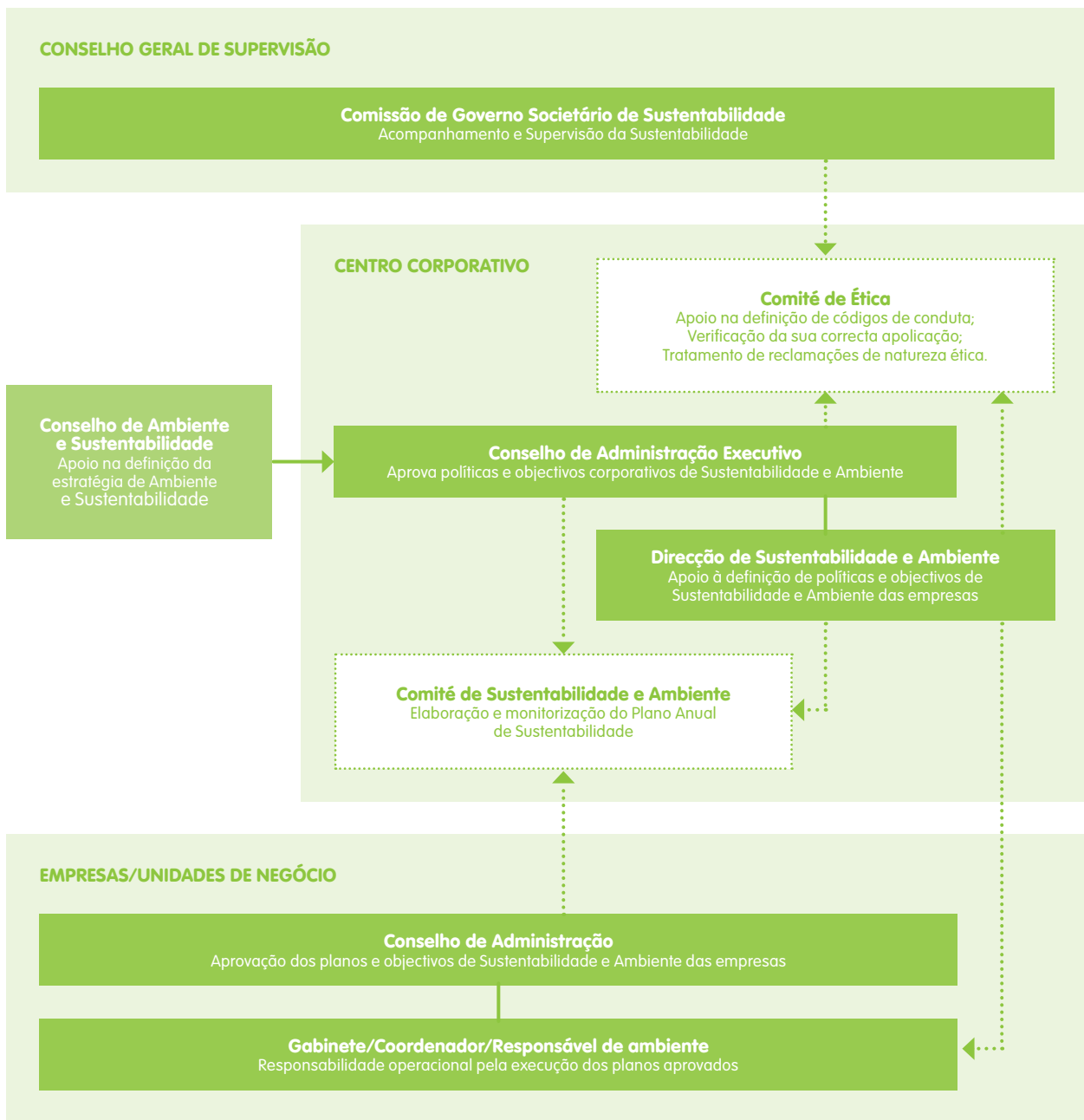
### 2. ABORDAGEM CORPORATIVA

O empenho da EDP em integrar a Sustentabilidade ao mais elevado nível de gestão da empresa, é hoje reforçado por uma nova Visão que, contemplando as dimensões essenciais do negócio, prefigura uma empresa dialogante, responsável e inovadora, proactiva na construção de um futuro assente em valores partilhados por sociedades cada vez mais exigentes, dinâmicas e solidárias, onde o bem-estar e a qualidade de vida das gerações futuras, não sejam esquecidos.

Os compromissos assumidos pela EDP reflectem as áreas onde mais podemos fazer a diferença e assentam nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, publicados em 2004, os quais serão objecto de revisão e actualização, no quadro da Visão e Estratégia corporativas durante 2010.

A implementação destes princípios ocorre nos diferentes níveis de gestão, desde a vertente mais estratégica, até à operacionalização nas diferentes áreas de negócio.

### ORGANIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE



..... Reporte Funcional  
—— Reporte Hierárquico

De acordo com a Agenda Estratégica EDP, foram definidas cinco linhas condutoras para a gestão até 2012:

- Aprofundar a integração da Sustentabilidade e da Gestão Ambiental nos sistemas de gestão e de controlo do Grupo;
- Identificar as melhores práticas e promover parcerias internas e externas;
- Reforçar competências em matéria de gestão da responsabilidade e do risco ambiental;
- Desenvolver uma cultura empresarial de excelência de desempenho em sustentabilidade;
- Alargar, aos diversos “stakeholders”, a aplicação de instrumentos de recolha de expectativas e de avaliação do desempenho do Grupo.

Estas linhas são concretizadas através de um Plano Operacional de Sustentabilidade e Ambiente, revisto anualmente, e estabelecendo como referencial o modelo base dos Índices Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).

Em 2009, a EDP viu mais uma vez reconhecida a melhoria do seu desempenho em sustentabilidade. Pela segunda vez consecutiva, integra os índices DJSI World and Stoxx, ficando apenas 2 pontos abaixo do líder para o sector eléctrico.

Também em 2009, a EDP é distinguida na publicação mundial “The Sustainability Yearbook 2010” da SAM (Sustainable Asset Management). Esta é a terceira vez consecutiva que a EDP é objecto desta distinção, tendo melhorado o seu desempenho de “Silver Class” em 2009, para “Gold Class” em 2010.

A responsabilidade e a determinação da empresa em manter os mais elevados padrões de desempenho em sustentabilidade são reforçadas pelo conjunto de iniciativas e objectivos aqui sintetizados:

#### COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE

2009	Estado	Objectivos/metapas futuros
<b>Iniciativas corporativas</b>		
Atingir a Classe Ouro da SAM	100%	Manter o mesmo nível de reconhecimento
Inventariar riscos ambientais significativos para as diferentes actividades desenvolvidas	90%	Conclusão prevista para 2010
Implementar novo Regulamento do Código de Ética	100%	Sensibilização de todos os colaboradores até 2011
Implementar o Balance ScoreCard Corporativo de Sustentabilidade	100%	Estender metodologia às Unidades de Negócio
<b>Governo da Sociedade</b>		
Garantir que as regras de tratamento, divulgação e actuação em caso de conflito de interesses constantes do “Quadro Referência do Tratamento de Conflito de Interesses” aplicáveis aos membros do CAE e CGS sejam aplicáveis a Administradores e Directores das empresas do Grupo EDP	Em curso	
<b>Biodiversidade</b>		
Desenvolver estudo-piloto de Valorização de serviços de Ecossistemas num Sistema Hidroeléctrico em Portugal	Novo	
Acompanhar a nova cátedra “EDP Biodiversidade”	Novo	
Iniciar planos de monitorização da qualidade biológica da água a jusante dos aproveitamentos hidroeléctricos em Portugal	Novo	
Elaborar e implementar um Manual de Boas Práticas de Gestão de Faixas das Redes de Distribuição, em Áreas Protegidas em Portugal	30%	Conclusão em 2011
Harmonizar planos de monitorização de biodiversidade para novos projectos hidroeléctricos em Portugal	20%	Iniciado em 2009, para o aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor, prevê-se estender aos novos aproveitamentos em construção
<b>Alterações Climáticas</b>		
Melhorar a posição obtida no Carbon Disclosure Project	Novo	
Determinar a pegada carbónica do Grupo EDP, em Portugal	Novo	
Proceder à avaliação do risco climático para o Grupo EDP	80%	Conclusão prevista para 2010, com a avaliação de cenários.
<b>Reforço do diálogo com partes interessadas</b>		
Melhorar a comunicação de sustentabilidade na fase de projecto de novas infra-estruturas	80%	Em 2010, promover a sensibilização de colaboradores para melhoria das práticas de comunicação de novas infra-estruturas, às comunidades locais
Promover práticas de relato de sustentabilidade na cadeia de valor	70%	Concluir objectivo do ano anterior e estender a mais 5 fornecedores em 2010
Implementar um sistema de gestão de avaliação do retorno social de projectos EDP, no âmbito da metodologia LBG	100%	Testar em casos piloto nas diferentes regiões onde a EDP opera, em 2010
Melhorar o diálogo com as partes interessadas	Novo	Implementar Plano de Acção desenhado com base no referencial da Norma AA1000 APS
<b>Gestão do Capital humano</b>		
Desenhar e operacionalizar, em 2010, as Escolas de Desenvolvimento de Directivos e Escola EDP (necessidades comuns às empresas do Grupo), da nova Universidade EDP	Novo	
Reduzir em 10% a frequência dos acidentes de trabalho com trabalhadores da EDP e de prestadores de serviços.	Novo	
Implementar um Sistema de Gestão da Segurança Corporativo	Novo	
<b>Gestão ambiental</b>		
Estabelecer mecanismos de análise de ciclos de vida de empreendimentos EDP (Estudo-piloto: Baixo Sabor)	20%	Projecto a concluir em 2011.
Aumentar a potência instalada e o número de instalações da distribuição com Certificação Ambiental de acordo com a Norma ISO 14001:2004	Novo	Está prevista a certificação de mais 1.500 MW, dos quais 650 MW correspondentes à componente eólica
Obter o registo EMAS em mais 11 instalações da Península Ibérica		Está prevista o registo EMAS de mais 2.276 MW de potência instalada
<b>I&amp;D e Inovação</b>		
Implementação de 1.300 pontos de carregamento lento e 50 pontos de carregamento rápido de energia eléctrica para Automóveis Eléctricos (Transporte eléctrico) até 2012	Novo	



## contributo para a sustentabilidade

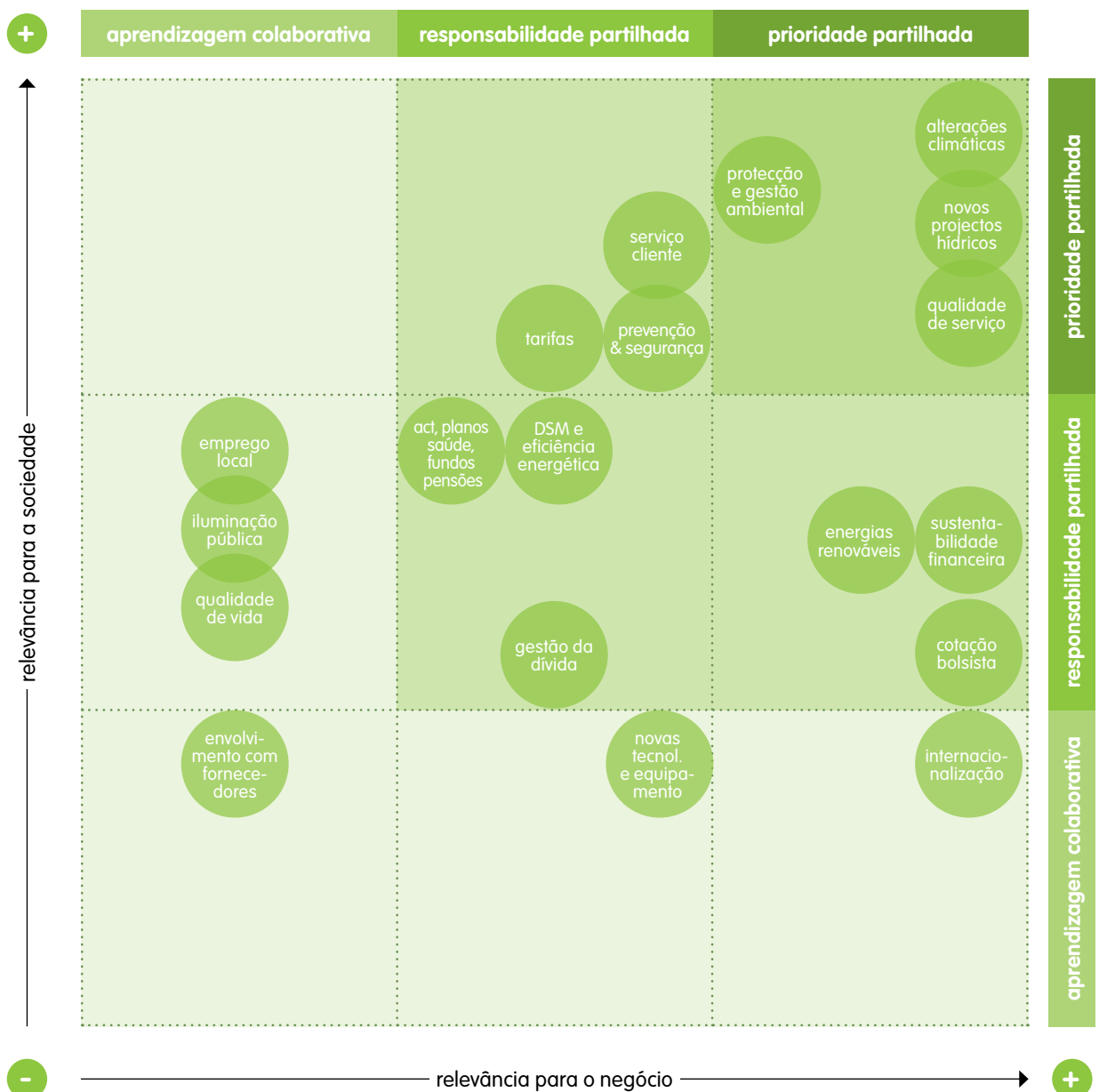
### 2.1. DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

Explicitado nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, a empresa assume o compromisso de procurar uma relação aberta, transparente e de confiança com as suas partes interessadas através de:

- Reforço dos canais de comunicação;
- Integração das expectativas das partes interessadas nos seus processos de decisão;
- Relato objectivo e credível do seu desempenho nos três pilares de sustentabilidade.

Em 2009, foi efectuada uma análise sistemática do cumprimento da Norma Internacional AA1000 APS (2008), considerando os aspectos estratégicos, os princípios e o processo do envolvimento existente com as principais partes interessadas da EDP. Com base nos resultados obtidos, foi desenhado um Plano de Acção para melhorar a eficácia do envolvimento existente, que iniciará em 2010.

Como parte de um processo contínuo, os diferentes assuntos de carácter ambiental, social e económico, foram identificados, considerando a sua importância para a sociedade e a sua relevância para o negócio, e estão considerados neste relatório anual. Informação detalhada sobre o processo de identificação destes assuntos e identificação das principais partes interessadas da EDP pode ser consultada em [www.edp.pt](http://www.edp.pt) > Sustentabilidade > Partes interessadas.



© Accountability Strategies - A Strategic Management Framework that helps align external expectation with internal priorities.



### 3. I&D E INOVAÇÃO

A política de I&D e Inovação seguida pela EDP está alinhada com os seus pilares estratégicos:

- Crescimento Orientado – desenvolvendo projectos que contribuam para os planos de crescimento sustentado da EDP;
- Eficiência Superior – procurando soluções que permitam aumentar a eficiência dos processos produtivos;
- Risco Controlado – desenvolvendo projectos que permitam mitigar a exposição da EDP a riscos, nomeadamente de regulação, ambientais e de negócio.

A EDP reiterou a sua aposta nas seguintes áreas estratégicas de inovação:

- Energias Renováveis (“offshore”: eólico e ondas; solar);
- Mobilidade Eléctrica;
- Eficiência Energética;
- Novas Tecnologias de Distribuição de Energia Eléctrica (“smart grids” e “micro grids”);
- Produção de Energia (geração limpa e captura e sequestro de CO<sub>2</sub>);
- Mercados e Serviços de Valor Acrescentado – marketing;
- Tecnologias de Informação – “webização” do negócio.

Em 2009, as empresas do Grupo estiveram envolvidas, nas diversas geografias, em inúmeros projectos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (I&D+i), em parceria com empresas promotoras de tecnologia, indústria do sector, instituições universitárias ou científicas, nacionais e internacionais. Foi dada particular atenção aos sistemas de incentivo nacionais e europeus de forma a facilitar o financiamento dos projectos, existindo já vários casos de sucesso a esse respeito.

A descrição destes projectos será detalhada numa publicação específica que se encontra em fase final de edição. Sem prejuízo da importância dos diversos projectos para os respectivos negócios e para o objectivo global do Grupo em matéria de inovação, merecem contudo destaque os seguintes projectos/iniciativas nas diferentes áreas estratégicas enunciadas. Para mais informação, consultar [www.edp.pt](http://www.edp.pt)> Sustentabilidade> I&D + Inovação.

#### Energias Renováveis

- **Windfloat** – demonstração da tecnologia eólica “offshore” a grandes profundidades, em plataforma flutuante. O projecto é apoiado pelo Fundo de Apoio à Inovação (3 milhões de euros).
- **Aquisição do “site” da Aguçadoura (Portugal)** – “site” licenciado, composto por uma subestação de 4 MVA, um cabo eléctrico submarino com 5 km de extensão,

com o objectivo de realizar projectos de demonstração de tecnologias de energia das ondas “offshore”.

- Projectos de demonstração de energia fotovoltaica – participação em dois projectos de demonstração em Portugal:
  - \* No domínio das “dye sensitized solar cells”;
  - \* No domínio do fotovoltaico de grande concentração, numa óptica mais centralizada.

Foi também estabelecido um protocolo com a empresa Estradas de Portugal, visando o aproveitamento da infra-estrutura rodoviária para a integração de soluções de energias renováveis, nomeadamente, energia fotovoltaica.

#### Mobilidade Eléctrica

- **Projecto Wattdrive** – desenvolvimento de um projecto-piloto de carregamento de veículos eléctricos em Lisboa, com abertura ao público da primeira rede com 6 pontos de carregamento.
- **Projecto CITYELEC** – uma das mais importantes iniciativas no domínio da mobilidade eléctrica em Espanha, procurando soluções sustentáveis em ambiente urbano (apoio do Ministerio de Ciencia e Innovación).
- **Projecto Living Car** – obtenção, para a região das Astúrias, de dados relativos ao comportamento de veículos eléctricos em condições reais de utilização, bem como da infra-estrutura necessária ao seu carregamento (apoio do PCTI - Plan de Ciencia, Tecnología e Innovación).

A EDP participou ainda em grupos de trabalho internacionais (como o Grid 4 Vehicle) e no grupo de trabalho organizado pelo Governo Português com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do tema da mobilidade eléctrica sustentável em Portugal.

#### Eficiência Energética

- **Projecto EDIFI** – instalação de um sistema-piloto de gestão de eficiência energética no edifício da EDP Valor em Lisboa, com disponibilização da informação na intranet.
- **Projecto Melhoria da Eficiência em Cogeração** – desenvolvimento de um sistema para monitorização do rendimento de grupos de cogeração, integrando funções de diagnóstico e supervisão. Projecto concluído com êxito, em parceria com a Universidade de Oviedo e com apoio no âmbito do PCTI (Plan de Ciencia, Tecnología e Innovación de Asturias 2006-2009).
- **Projecto Ecofamilias** – análise da informação de consumo eléctrico de um conjunto de agregados familiares asturianos, utilizando técnicas de “fuzzy clustering” e ferramentas estatísticas, para disponibilização de recomendações personalizadas com vista à melhoria da eficiência energética. Projecto desenvolvido em associação com o European Centre for Soft Computing e subsidiado pelo PCTI.



## contributo para a sustentabilidade

### Geração Limpa e Captura e Sequestro de CO<sub>2</sub>

- **Projecto Co-combustão** – produção combinada de carvão e biomassa. Realizados ensaios na central de Aboño 1 em Espanha.
- **Projecto Gessos de Dessulfuração** – investigar as possibilidades de utilização deste material proveniente das centrais termoelétricas como agente remediador de solos contaminados. Projecto desenvolvido pela HC Energía em colaboração com a empresa BEFESA e organismos de investigação (Universidade de Barcelona e dois Institutos sevillanos do Consejo Superior de Investigaciones Científicas) e subvencionado pelo Ministerio de Medio Ambiente, Medio Rural y Marino.

### Microgeração e Redes Eléctricas do Futuro

- **InovGrid** – projecto de transformação do sistema eléctrico de distribuição actual para um sistema inteligente, centrado na telegestão da energia e suportado numa infraestrutura que permita dar resposta às necessidades decorrentes da eficiência energética, telegestão, produção distribuída e microgeração. Em 2010 dar-se-á início à instalação da plataforma InovGrid (até 50.000 consumidores).
- **Projecto REDES 2025** – maior projecto espanhol de “Smart Grids” no âmbito da plataforma FUTURED (Plataforma Tecnológica Española de Redes eléctricas del Futuro). A EDP lidera o subprojecto de armazenamento de energia eléctrica baseado na tecnologia de baterias de fluxo redox (apoio do Ministerio de Ciencia e Innovación).
- **Projecto CENIT-DENISE** – a HC Energía participa no grupo de trabalho Manutenção Preventiva. Em 2009, realizaram-se ensaios laboratoriais de localização de descargas parciais em cabos subterrâneos (apoio do CDTI).
- **Projecto Micro-cogeração** – lançamento de um projecto de sistemas de micro-cogeração em vivendas, baseado em caldeiras a gás com motores Stirling e em motores de combustão interna (apoio PCTI).
- **Projecto CTEYE** – desenvolvimento de um equipamento de telecontrolo de postos de transformação, com algoritmo de detecção de falhas em redes de baixa tensão. Projecto realizado pela HC Energía em colaboração com a empresa AC&A (Grupo ISASTUR) e a Universidade de Oviedo, e subvencionado pelo PCTI.

### Tecnologias de Informação

- **Openspace** – plataforma associada a um novo conceito de trabalho em equipa, baseado na partilha permanente de informação e conhecimento, especialmente vocacionada para equipas de trabalho dispersas geograficamente.
- No âmbito do EDP VENTURES (**Fundo de Capital de Risco**) criado em 2008, orientado para investimentos em tecnologias limpas nas áreas de Solar, “Offshore” (Vento e Ondas), Redes inteligentes, Eficiência Energética e Mobilidade Eléctrica, houve em 2009 um enfoque em consolidar o relacionamento com os dois investimentos

realizados em Fundos na área “Clean Energy Technologies” (EUA e RU) de modo a garantir o acesso a um portfolio de tecnologias inovadoras e a criar opções de crescimento para a EDP. Em paralelo, iniciou-se a geração de “deal flow” conducente aos primeiros investimentos directos do Fundo, apontados para 2010.

Em termos de parcerias, refira-se:

- **EIT-KIC Energia** – A UE tem vindo a promover a criação do EIT (European Institute of Innovation and Technology) e respectivos pólos de competência regionais, as KICs (Knowledge and Innovation Communities), que serão objecto de concurso e funcionarão no âmbito de áreas temáticas. A EDP vai associar-se a um consórcio para concorrer ao KIC de Sustainable Energy e é “associated partner” do KIC InnoEnergy Consortium.
- **Programa MIT-Portugal** – envolvimento da EDP, enquanto empresa filiada, na gestão estratégica do Programa; possibilidade de beneficiar do apoio à contratação de novos talentos, ao nível dos doutores formados pelo Programa MIT-Portugal.
- **Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia (PCTE)** – visa o desenvolvimento de uma Estratégia de Eficiência Colectiva no domínio da energia em Portugal. O pólo iniciou a sua actividade em Setembro de 2009. Os Associados Fundadores do PCTE são a EDP, a EFACEC, a GALP, a MARTIFER e o MIT Portugal. O projecto está especialmente focado nas energias renováveis e na eficiência energética.
- **Instituto da Energia Offshore** – tem como objectivo desenvolver, em Portugal, um centro de competências científicas direccionado para o apoio à implementação de projectos de energia “offshore”. Fazem parte deste Instituto a EDP, EFACEC, GALP, MARTIFER, Centro de Energia das Ondas e Universidade de Aveiro.
- **Innovation Utilities Alliance** – aliança entre as principais empresas eléctricas europeias (RWE, Endesa, EDF, Enel, EDP), com vista à partilha das diferentes visões sobre iniciativas de I&D+i.
- **Associação Portuguesa Business Angels (APBA)** – fundada em 2006 com o objectivo de estimular o investimento, acompanhar o desenvolvimento de projectos empresariais inovadores e contribuir, assim, para um novo tipo de empreendedorismo em Portugal. A EDP renovou a sua participação na APBA em 2009, na qualidade de Associado Benemérito, beneficiando do acesso ao “deal flow” de todos os projectos submetidos à apreciação da APBA.
- **Plataforma CO<sub>2</sub>** – A EDP, através da HC Energía, participou no Consejo Rector e no Grupo Gestor de la Plataforma Tecnológica Española del CO<sub>2</sub>, bem como na Asociación Española de CO<sub>2</sub>.
- **EURELECTRIC** – A EDP está envolvida em diversos “Working Groups” (WG) e “Task Forces” (TF), com destaque para o WG Research & Development, o WG Energy Efficiency e a TF Carbon Capture and Storage.

- **Plataforma de Eficiência** – A HC Energía lidera o Grupo de Trabalho de Eficiencia en el Uso y Gestión de la Energía de la Plataforma Tecnológica Española de Eficiencia Energética (PTE-EE). Em 2009, a (PTE-EE).
- **Plataforma Futured** – Plataforma Tecnológica Española de Redes Eléctricas del Futuro, com participação da HC Energía no Grupo Director e no Grupo de Trabalho Medida, Eficiencia y Gestión de la Demanda.

A EDP tem promovido e patrocinado diversos prémios de inovação, nomeadamente:

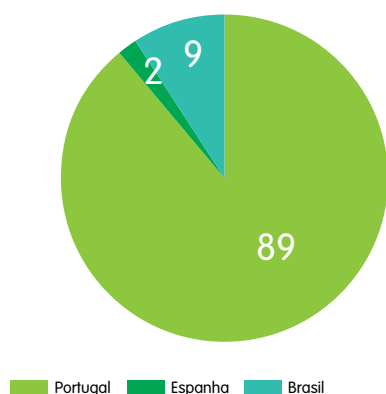
- **Prémio Inovação EDP Richard Branson** – A EDP, a Visão e a Exame lançaram, com Richard Branson, um prémio de inovação, de incentivo ao empreendedorismo na área de “Clean Energy Technologies”. O Prémio Inovação é um prémio monetário de 50.000€ atribuído a um projecto inovador, ainda não implementado, no segmento das energias limpas, consubstanciado na criação de uma empresa que tenha como objecto a implementação do mesmo.



- **MIT Clean Energy Prize** – A EDP patrocinou o “track” Renováveis do MIT Clean Energy Prize, inserido no âmbito da 100K Competition (a maior competição mundial de empreendedorismo universitário).

Em 2009, as despesas com actividades de I&D+i do Grupo EDP ascenderam a cerca de 31 milhões de euros (valores estimados para Portugal).

#### Investigação e Desenvolvimento 2009 (%)



## 4. COMUNICAÇÃO EDP

### 4.1. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Direcção de Marca e Comunicação do Grupo EDP tem como missão planear, desenvolver e controlar a estratégia de comunicação do Grupo, quer na vertente interna, quer externa com o objectivo de maximizar o valor das marcas junto dos diferentes “stakeholders” da Empresa.

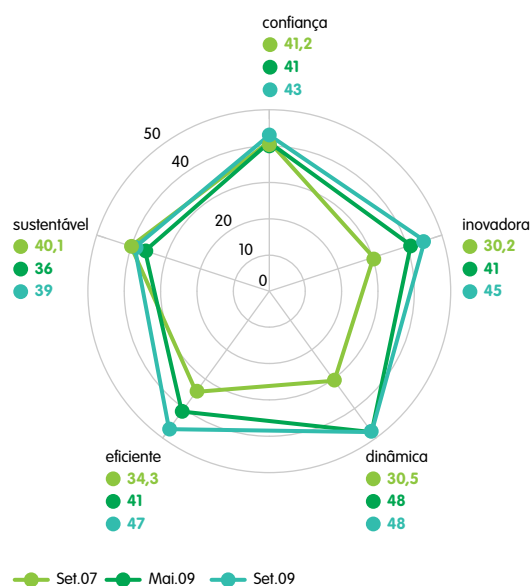
Na área da comunicação, em 2009, mantiveram-se como objectivos: a maximização do impacte mediático da actividade da empresa junto dos órgãos de comunicação social; o reforço do valor da marca EDP junto dos seus “stakeholders”; e a uniformização da marca EDP em todas as Empresas do Grupo.

### 4.2. A MARCA EDP

A marca EDP em Portugal conta com 100% de notoriedade total, sendo também a marca portuguesa que regista um maior grau de notoriedade, levando uma clara vantagem em relação às restantes marcas, incluindo as do sector energético.

Desde 2005 que o valor da marca EDP teve um crescimento total de 53,6%, atingindo em 2008, 616 milhões de euros. Também a percentagem de clientes que percebem os valores-chave da marca EDP na sua comunicação tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo do tempo, destacando-se uma evolução particularmente positiva perante temas como a inovação, o dinamismo e a eficiência.

#### Valores da Marca EDP Segundo os seus Clientes (%)



O ano 2009 ficou marcado por uma maior uniformização da arquitectura de marca cada vez mais global (ver capítulo 6. Clientes). Destaca-se a mudança da marca Naturgas Energia, em Espanha, no Brasil, a marca-mãe evoluiu para EDP e nos EUA a marca EDP Renewables substituiu a Horizon Wind Energy.

A marca EDP foi alvo de um ligeiro reposicionamento, ao assumir a nova assinatura: “Viva a nossa energia”,

## contributo para a sustentabilidade

traduzindo uma relação ainda mais próxima e interactiva com o consumidor e uma forte carga de optimismo e humanismo.

### 4.3. EDP NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Na EDP, prestar informação para o exterior de uma forma transparente e rigorosa é uma preocupação e um trabalho diário onde se procura transmitir toda a actividade, valores, missão e estratégia do Grupo.

No ano de 2009 efectuou-se, uma vez mais, uma análise aos meios de comunicação social em Portugal com referência ao Grupo EDP. Para este estudo foram analisadas 9.238 notícias.

A percentagem de notícias positivas e equilibradas foi de 63%, destacando-se os temas da Distribuição Gás – aumento de clientes e compra de activos da Gás Natural em Espanha – e Energias Renováveis.

Julho foi o mês que registou um maior número de notícias positivas, em parte devido à apresentação de resultados do 1º semestre de 2009 e ao plano de investimentos. A compra de activos da Gás Natural, a Volta a Portugal e a distribuição de lâmpadas eficientes pela população de Portugal também contribuíram para a informação positiva.

No total dos órgãos de comunicação social nacionais, durante todo o ano de 2009, foram veiculadas 35.333 notícias com referência ao Grupo EDP.

### 4.4. CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Durante 2009, a EDP centrou as suas campanhas institucionais na promoção de valores que acredita serem a base para um desenvolvimento mais sustentável das suas actividades e para a criação de valor no longo prazo.

- Novas barragens – teve o objectivo de dar a conhecer ao público em geral a importância da energia hídrica para o desenvolvimento económico do país. O enfoque na protecção do ambiente reforçou o compromisso público da empresa em minimizar e compensar os impactos ambientais e sociais consequentes deste tipo de aproveitamento hídrico.
- Dow Jones 09-10 – pretendeu assinalar a presença pelo segundo ano consecutivo nos índices de sustentabilidade Dow Jones 2009/10, reflexo da gestão eficiente e criteriosa dos seus recursos humanos e financeiros, da responsabilidade social e da protecção do ambiente.
- Campanha de Recolha de Bens - Sob o mote “Este Natal dê o que tem a mais a quem tem a menos”, o Grupo EDP mobilizou o país com uma campanha de angariação de bens não perecíveis que foram distribuídos pelas mais diversas instituições de solidariedade social (ver capítulo 8. Comunidade).



## 5. COLABORADORES

RECURSOS HUMANOS	2009					2008				
	grupo	portugal	espanha	brasil	eua	grupo	portugal	espanha	brasil	eua
<b>Emprego</b>										
Nº de colaboradores <sup>1</sup>	12.009	7.331	2.041	2.339	298	12.166	7.652	1.922	2.322	270
Permanentes	11.932	7.265	2.030	2.339	298	12.003	7.504	1.911	2.322	266
Contratos a termo	77	66	11	0	0	155	144	11	0	0
Part-time	7	2	5	0	0	15	4	7	0	4
Colaboradores masculinos (%)	79	81	78	76	60	80	82	79	77	57
Dirigentes	85	85	90	80	79	85	85	91	80	71
Quadros Superiores	73	72	76	78	71	74	74	76	86	69
Quadros Médios	82	92	80	82	69	83	90	82	79	72
Quadros intermédios	79	82	78	76	n.d.	82	83	80	88	89
Profissionais qualificados e altamente qualificados	81	84	78	66	56	82	84	78	67	52
Profissionais semi-qualificados	78	85	48	79	4	78	87	63	79	12
Colaboradores com necessidades especiais (nº)	124	98	8	17	1	197	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Índice de rotatividade ou turnover (%) <sup>2</sup>	5,5	4,2	5,4	8,1	19,7	6	4	7	8	40
Nº de saídas de colaboradores	787	475	88	182	42	843	496	117	161	69
Idade média dos trabalhadores (anos)	44	46	43	39	39	45	48	43	40	39
Idade média de novas entradas	31	29	31	29	37	32,22	28,57	32,87	29,29	37,65
Rácio M/F de novas entradas	1,93	1,92	2,07	2,25	1,69	2,04	2,85	1,44	2,23	2,22
Taxa de absentismo (%)	3,61	3,55	3,24	4,41	1,14	3,44	3,46	3,35	3,45	n.d.
Salário mínimo EDP/Salário mínimo nacional	n.a.	1,56	1,88	1,3	2,22	n.a.	1,50	2,07	1,59	n.d.
Rácio salarial por género (M/F)	1,03	0,96	1,21	1,01	1,35	1,17	0,96	1,54	1,56	1,37
<b>Formação</b>										
Total de horas de formação	353.205	126.212	63.210	157.900	5.882	487.111	204.428	68.836	209.295	4.552
Ambiente	3.289	1.966	1.293	30	0	5.512	3.890	1.030	0	592
Desenvolvimento Sustentável	697	140	110	447	0	277	229	0	32	16
Ética	876	876	0	0	0	2.660	2.660	0	0	0
Qualidade	4.658	3.545	385	728	0	8.418	8.045	373	0	0
Línguas	16.826	370	16.422	34	0	19.731	5.527	14.096	28	80
Prevenção e Segurança	58.349	9.657	14.636	34.056	0	51.405	26.643	11.658	12.695	410
Sistemas de informação	53.444	43.760	5.914	3.771	0	53.748	42.678	6.917	3.657	496
Outras	215.066	65.899	24.452	118.834	5.882	345.361	114.758	34.763	192.883	2.958
Colaboradores com formação (%)	75	72	79	78	80	82	83	97	77	n.d.
Taxa de formação total	29,41	17,22	30,97	67,51	19,74	40,04	26,72	35,81	90,14	16,86
Dirigentes	37,82	35,84	50,99	48,30	18,15	41,02	38,42	48,74	220,22	18,46
Q. Superiores	34,72	31,03	56,46	34,80	14,46	44,72	41,42	55,65	105,03	7,06
Q. Médios	26,73	15,58	33,03	31,63	23,80	39,21	36,82	29,86	105,62	16,56
Q. Intermédios	22,89	8,95	24,24	35,38	15,47	43,90	21,76	29,42	140,28	25,50
Prof. Qualificados	19,53	11,74	22,02	84,55	18,11	32,29	21,50	33,26	142,49	16,85
Prof. Semi-Qualificados	57,17	2,55	20,25	65,84	15,84	57,99	12,13	38,77	66,83	13,87
<b>Relações Laborais</b>										
Acordos Colectivos de Trabalho (%)	87	89	76	100	0	88	90	89	90	0
Sindicalização (%)	58	72	22	53	0	61	73	31	50	0
Estruturas sindicais (nº)	37	26	7	4	0	33	26	5	2	0
Horas perdidas por greve (nº)	231	231,15	0	0	0	550	550	0	0	0
Trabalhadores-estudantes (nº)	29	24	5	0	0	22	21	1	0	0
Estágios profissionais (nº)	320	145	0	175	0	190	76	0	114	0
Estágios curriculares (nº)	274	69	179	0	26	303	102	183	0	18
<b>Prevenção e segurança</b>										
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	55	85	32	23	0	46	89	0	0	0
Acidentes em serviço (nº)	47	32	7	8	0	76	40	18	18	0
Acidentes mortais em serviço (nº)	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Índice de frequência EDP (TF)	2,26	2,60	2,15	1,74	0,00	3,43	3,11	5,50	3,30	0,00
Índice de gravidade EDP (Tg)	144	172	225	23	0	176	173	146	219	0
Total de dias perdidos resultante de acidente (nº)	2.984	2.150	730	104	0	3.894	2.224	477	1.193	0
Taxa de doenças ocupacionais	0,05	0,08	0,00	0,00	0,00	0,19	0,16	n.d.	0,37	n.d.
Acidentes mortais PSE (nº)	10	6	0	4	0	6	2	1	3	0
Dias trabalhados por PSE (nº)	3.350.285	1.745.924	393.685	934.911	275.765	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Índice de frequência EDP e PSE (TF - Total)	5,00	5,10	7,66	4,06	2,13	6,18	4,89	8,99	7,64	6,26
Nº de acidentes mortais com terceiros	9	3	0	6	0	17	3	0	14	0

PSE - Prestadores de Serviço Externo.

<sup>1</sup> Para efeitos de análise desagregada, o nº de colaboradores não inclui órgãos sociais (87); inclui a nova empresa Gás Natural.

<sup>2</sup> Os reduzidos valores de turnover não justifica, a sua desagregação por género e faixa etária.



## contributo para a sustentabilidade

### 5.1. POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS

O Grupo EDP tem vindo a implementar um Modelo de Organização com capacidade de uniformizar os critérios de gestão de pessoas e de garantir uma estratégia comum nas empresas do Grupo. O objectivo assenta na transversalidade dos valores e da estratégia, onde a cultura EDP é o denominador comum e onde os compromissos são:

- Atrair e Comprometer;
- Valorizar e Desenvolver;
- Reconhecer com Equidade;
- Conciliar;
- Inovar e Gerir a Mudança;
- Gerar Oportunidades;
- Prevenir;
- Motivar.

### 5.2. MODELO DE GOVERNAÇÃO RH

As três direcções corporativas de RH do Centro Corporativo fundiram-se numa única estrutura: Direcção de Recursos Humanos.

O novo modelo apresenta uma estrutura matricial, dinamizando oito centros de competências que põem em prática a cadeia de valor dos recursos humanos, nomeadamente: Comunicação e Gestão da Mudança, Selecção e Integração, Gestão do Desempenho, Gestão da Formação, Gestão do Potencial, Gestão de Carreiras, Mobilidade e Sucessão, Compensações e Benefícios e Informação e Tecnologias de apoio à Gestão RH.

Este modelo contempla ainda a figura do Gestor de Relação, responsável pela articulação da Direcção de Recursos Humanos do Centro Corporativo com os seus clientes internos, designadamente com as Direcções ou Apoios de Recursos Humanos existentes nas empresas do Grupo, que possuem as suas próprias estruturas.

### 5.3. CARACTERIZAÇÃO

O número total de colaboradores não registou grande diferença comparativamente a 2008, passando de 12.166 para 12.009 pessoas.

Quanto às diferenças de género, os homens constituem a maioria dos colaboradores, com 79% do total, enquanto as mulheres representam aproximadamente 21% da população total. De registar, embora pequeno, o ligeiro crescimento da representação feminina que aumentou 1% face a 2008.

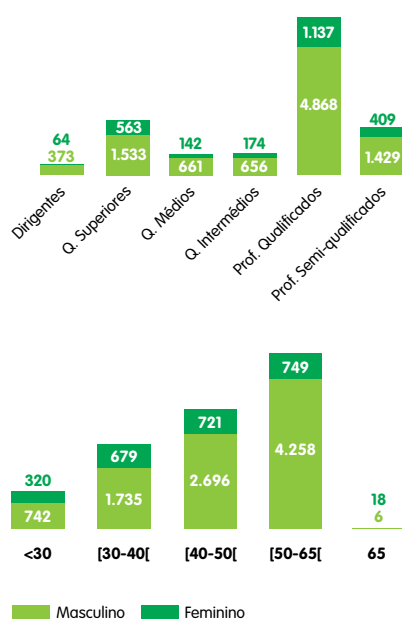
A EDP não pratica discriminação salarial entre géneros, promovendo, neste domínio, a igualdade de oportunidades. Ao analisar-se o rácio salarial masculino/feminino, verifica-se que este é ligeiramente mais favorável aos homens (1,03), embora em Portugal (país onde trabalham 61% dos colaboradores) esse índice beneficie as mulheres (0,96).

Na componente formativa, durante 2009, o volume total de formação foi de 352.205 horas, tendo sido dado um especial enfoque aos profissionais de menores qualificações.

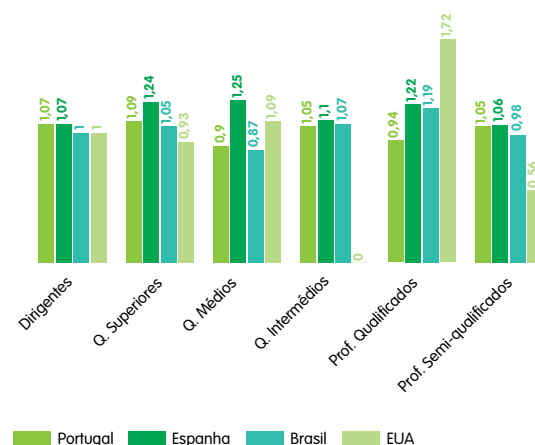
Embora não existam procedimentos internos que explicitamente incentivem um recrutamento local, destaca-se a elevada percentagem de colaboradores naturais das regiões onde a empresa opera (96%), reforçando o seu importante papel no desenvolvimento dessas mesmas regiões.

Resultado da estratégia de internacionalização da EDP, registou-se uma subida no número de colaboradores de nacionalidade diferente do país onde trabalham, passando de 62 para 86 pessoas em 2009.

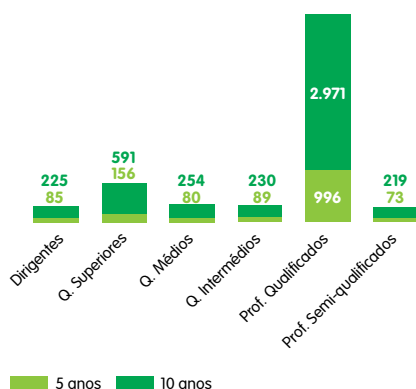
Distribuição dos Colaboradores por Categoria Profissional e Faixa Etária



Rácio Salarial H/M por Categoria Profissional



### Colaboradores Elegíveis para Reforma



#### 5.3.1. SISTEMAS DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Os colaboradores do Grupo EDP estão abrangidos por sistemas de protecção na doença, complementares aos dos serviços públicos de saúde de cada país e, na velhice, através de planos complementares de reforma, seguros de acidentes pessoais. A maioria dos colaboradores é, também, abrangida por subsídios de estudo específicos para os trabalhadores e seus descendentes.

Existe, ainda, ao abrigo do programa Conciliar, um conjunto de benefícios que visam a conciliação da vida pessoal e profissional dos colaboradores (ver ponto 8, neste capítulo).

#### 5.3.2. REJUVENESCIMENTO

Continuando a sua política de rejuvenescimento, entraram para o Grupo 545 pessoas, um número semelhante ao de 2008 (556) e que comprova a aposta da empresa nas novas gerações de profissionais e o seu papel enquanto empregador de excelência. A idade média destes colaboradores cifra-se nos 31 anos.

### 5.4. ATRAIR E COMPROMETER



Em 2009, a EDP teve como prioridade reforçar a sua imagem enquanto empresa atractiva para trabalhar, junto das universidades/estudantes do ensino superior ou profissional/ tecnológico.

A EDP tem apostado no crescimento e evolução das suas áreas de negócio nas várias geografias, o que tem implicado uma forte aposta no desenvolvimento dos seus colaboradores e na aquisição de novas competências para o Grupo, através do rejuvenescimento. Foi, por essa razão, criada a marca ON TOP – EDP Recruitment Program, uma identidade que pretende atrair e captar jovens com potencial de crescimento, nas instituições de ensino que constituem as nossas

principais fontes de recrutamento. Este programa tem como principais objectivos:

- Atrair jovens com o perfil adequado, que possam contribuir para o crescimento do Grupo;
- Dar a conhecer o Grupo EDP aos estudantes divulgando a sua estratégia, cultura e a gestão das suas pessoas;
- Promover a aproximação entre a EDP e a comunidade escolar: interagir e partilhar “know-how”.

Promoveu-se um conjunto de iniciativas de cariz pedagógico, junto do meio académico, com o objectivo de captar jovens com o perfil adequado para o Grupo EDP.

O ano de 2009 ficou marcado pela consolidação de parcerias com associações e comunidades nacionais e internacionais, nomeadamente com o Best - Board of European Students of Technology e o CEMS - Community of European Management School.

#### 5.4.1. PROMOÇÃO DE ESTÁGIOS

A EDP continuou com a sua Política de Cidadania e de Responsabilização Empresarial, nomeadamente na atribuição de estágios de diferentes naturezas:

- Estágios escolares ou curriculares;
- Estágios de Aproximação à Vida Activa;
- Estágios Profissionais;
- Estágios realizados ao abrigo de protocolos específicos, nomeadamente com a International Association for the Exchange of Students for Technical Experience (IAESTE Portugal) e com o Programa de Estágios de Jovens Estudantes nas Empresas (PEJENE).

Em 2009, o Grupo EDP promoveu um total de 594 estágios, entre os quais 320 de âmbito profissional e 274 curriculares. Comparativamente ao ano anterior, a EDP registou um crescimento de mais de 20% em relação ao número de estágios concedidos.

### 5.5. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

O ano de 2009 veio consolidar e contribuir para a melhoria do processo de acolhimento e integração de novos colaboradores. Além da aplicação do “kit” de acolhimento nas empresas das várias geografias, foi possível editar um guia trilingue sobre a forma como a EDP deseja acolher os seus colaboradores, contribuindo para o seu processo de adaptação e para a sua satisfação no trabalho.

2009 ficou igualmente marcado pela realização do primeiro Encontro de Integração de Novos Colaboradores, um evento que reuniu centenas de profissionais que, no ano anterior, integraram os quadros da empresa. Tratou-se de uma oportunidade para visitar várias estruturas de produção e distribuição de electricidade e na qual todos os convidados receberam as boas vindas do Presidente do Conselho de Administração Executivo (PCAE) do Grupo EDP.



## contributo para a sustentabilidade

### 5.6. VALORIZAR E DESENVOLVER

A qualificação dos colaboradores e o apoio à sua valorização pessoal e profissional constituem uma prioridade estratégica do Grupo.

O Plano de Formação do Grupo EDP tem em conta o alinhamento com a Visão, Valores e Estratégia da empresa e estrutura-se em função de quatro grandes objectivos globais:

- Incentivar a actualização profissional dos colaboradores;
- Promover a motivação dos colaboradores;
- Fomentar a partilha de conhecimentos e experiências;
- Desenvolver capacidades, competências, saberes e actuações, em alinhamento com a estratégia do Grupo.

#### 5.6.1. JOVENS DE ELEVADO POTENCIAL (JEP)

Exemplo da implementação da estratégia de desenvolvimento do Grupo EDP, o programa de desenvolvimento destinado aos jovens profissionais da empresa apresenta-se como uma oportunidade para colocar à prova o potencial destes colaboradores. Através desta iniciativa, os colaboradores podem concretizar o seu plano de desenvolvimento individual e, simultaneamente, participar em diversas acções transversais que visam a partilha de conhecimento e intercâmbio com jovens de outras nacionalidades que têm em comum trabalhar no sector eléctrico.

Em 2009 teve início o projecto que visa promover novos programas de desenvolvimento para outros grupos etários ou segmentos funcionais considerados críticos para a estratégia do Grupo.

#### UNIVERSIDADE EDP

O Grupo EDP é detentor de um importante activo de conhecimento, acumulado ao longo de anos, resultante das experiências individuais e colectivas adquiridas no âmbito do exercício da sua actividade e das competências intrínsecas dos seus colaboradores.

Uma gestão adequada deste conhecimento constitui um importante desafio para a EDP que procura uma diferenciação pela qualidade, excelência do serviço ao Cliente, e incentivo à inovação e à sustentabilidade do meio em que está inserida.

Em 2009 foi criada, no Centro Corporativo, uma nova Direcção denominada Universidade EDP, que visa desenvolver o conhecimento e talento dos colaboradores através do lançamento de Escolas Funcionais específicas para os diferentes vectores do seu negócio e de Escolas Transversais, as quais, conjuntamente, articularão a formação, o desenvolvimento de carreiras, a gestão de conhecimento e a gestão da mudança, atendendo às necessidades, actuais e futuras, do Grupo EDP.

Durante o ano de 2009 procedeu-se já ao lançamento da Escola de Produção, a qual, no 1º semestre do ano lectivo 2009/2010 (Setembro de 2009 a Fevereiro de 2010), realizou 5 programas, 5 cursos e um seminário piloto de formação

para os seus quadros superiores juniores, seniores e para a Alta Direcção.

### 5.7. AVALIAÇÃO DE POTENCIAL E DESEMPENHO

Consciente de que o êxito da empresa depende directamente da forma como são geridas as pessoas, a EDP tem vindo a implementar uma gestão do activo humano orientada pelos seguintes valores:

- Desenvolver pessoas e organizações;
- Identificar objectivamente o mérito de cada um;
- Reconhecer e recompensar com justiça e transparência;
- Promover o diálogo entre chefia e equipa;
- Reforçar uma cultura de feedback e melhoria;
- Alinhar a organização com as melhores práticas internacionais;

Os processos de gestão de potencial e desempenho surgem, nesta perspectiva, como uma ferramenta fundamental na gestão das pessoas e, neste contexto, o Processo de Avaliação de Potencial e Desempenho - APD - tem vindo a ser gradualmente implementado de forma transversal a todo o Grupo, procurando condições estimulantes para a criação de valor através da integração da gestão das competências e da gestão do desempenho. O APD visa estimular comportamentos maximizadores da produtividade, da responsabilidade, da participação e do desenvolvimento dos colaboradores, atribuindo a cada colaborador um papel indispensável para se alcançar as metas globais, valorizando o seu contributo individual.

Em Portugal, onde está a maioria dos colaboradores, coexistem ainda dois sistemas de gestão de potencial e desempenho: o APD e o A2D. Ambos procuram:

Dar	Promover	Premiar
Feedback	Mérito	Resultados

### 5.8. CONCILIAR



A EDP acredita que as pessoas completas e realizadas são pessoas mais criativas, mais enérgicas, mais positivas. A EDP sabe que as organizações de sucesso se fazem de pessoas assim.

Foi por essa razão que nasceu o Conciliar, um programa que prevê um conjunto de medidas nas áreas da saúde e bem-estar, família e educação, vida pessoal e trabalho, e cidadania. Trata-se de um programa que se irá materializar



num crescente número de medidas e iniciativas que visam a sensibilização da organização para esta temática.

### 5.9. SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Em 2009 o formato do questionário de satisfação dos colaboradores foi digital e teve uma taxa de participação de 86,4% (um aumento de 11 pontos percentuais comparativamente ao ano anterior). O índice de satisfação global registou uma subida de 6 pontos em relação a 2008, atingindo os 81 pontos. Este resultado reflecte as melhorias introduzidas na gestão do potencial humano do Grupo.

### 5.10. COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA MUDANÇA

Comunicar e Mobilizar são prioridades estratégicas no triénio 2009-2012. Através da comunicação, conseguimos divulgar informação sobre a empresa, tanto sobre o negócio, a organização e a estratégia, como sobre processos e iniciativas internas. A partilha potenciada pela comunicação apoia a gestão da mudança e a mobilização para a execução da estratégia:

- Compromisso com os valores EDP;
- Partilha de informação;
- Garante da passagem de conhecimento geracional;
- Inovação;
- Crescimento sustentado;
- Confiança na organização;
- Motivação para fazer;
- Ser+edp.

#### Criação das identidades sou+edp/soy+edp/i'm+edp e ON TOP



Com o objectivo de reforçar, clarificar e comunicar de forma mais eficaz as suas políticas, processos, projectos e iniciativas, foram definidas duas imagens que identificam a comunicação interna e externa, sou+edp e ON TOP - Recruitment Program, respectivamente (ver ponto 4 deste capítulo).

Teve início ainda em Dezembro de 2009, o programa sou+edp, uma iniciativa que pretende mobilizar todos os colaboradores do Grupo EDP para a execução da estratégia, no quadro da cultura, visão e compromissos comuns do novo ciclo estratégico da EDP 2009-2012.

Esta mobilização, que teve início em Portugal, estender-se-á às empresas dos restantes países durante 2010 e conta

com cerca de 420 “energizadores”, colaboradores de todas as geografias preparados para a dinamização de diversas sessões em toda a estrutura.

#### Learning maps sou+edp



### 5.11. RELAÇÕES LABORAIS

A EDP mantém um relacionamento regular com as estruturas representativas dos seus colaboradores - Sindicatos e Comissões de Trabalhadores - no esclarecimento/informação sobre a criação, modificação ou extinção de procedimentos pela empresa, bem como no âmbito de processos negociais de revisão e actualização da regulamentação colectiva. Este relacionamento concretizou-se com a realização de 20 reuniões plenárias (com a participação da generalidade dos sindicatos), 94 reuniões com sindicatos de forma individual e 20 reuniões com as Comissões de Trabalhadores aos diferentes níveis (Comissão Coordenadora e Comissões das empresas).

Mantém ainda, um relacionamento regular de acompanhamento e apoio às organizações de colaboradores com fins recreativos, culturais e sociais. Clube do Pessoal da EDP, Associação de Dadores de Sangue e Associação de Reformados.

O índice de sindicalização conhecido, por desconto de quotização sindical no vencimento, situa-se nos 58% (72% em Portugal).

Não se verificou qualquer tipo de conflito laboral por razões internas ao Grupo EDP, fruto do clima estabelecido com o relacionamento próximo e dialogante com os colaboradores e seus representantes.

Salientamos que, dependendo da sua complexidade, as mudanças operacionais da empresa, com impacto nos colaboradores, são comunicadas aos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e colaboradores com uma antecedência nunca inferior a 30 dias.



## contributo para a sustentabilidade

### 5.12. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A segurança e saúde no trabalho são valores essenciais no desenvolvimento sustentável do Grupo EDP. A importância atribuída a este tema está patente no objectivo estratégico “Zero acidentes, nenhum dano pessoal”.

Para melhor gerir este objectivo estratégico foi adoptado um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, baseado na Norma OHSAS 18001:2007, seguindo as directrizes da Organização Internacional do Trabalho, expressas no documento ILO-OSH 2001 e na Convenção n.º 155 relativa a Segurança e Saúde dos Trabalhadores.

#### 5.12.1. RESPONSABILIDADES EDP

A Política de Segurança da EDP evidencia o compromisso para a Gestão da Segurança no Trabalho, numa perspectiva de melhoria contínua, e na convicção de que o desenvolvimento laboral num ambiente seguro e saudável constitui um factor determinante para a satisfação dos colaboradores e uma mais-valia para o sucesso nos resultados.

A responsabilidade pela prevenção e controlo dos riscos laborais cabe aos dirigentes responsáveis das unidades de negócio e está integrada na cadeia hierárquica.

Em matéria de saúde ocupacional, os serviços internos de medicina do trabalho, são responsáveis por vigiar a saúde dos colaboradores através da realização de exames médicos periódicos, da promoção da educação sanitária e verificação das condições nos locais de trabalho e dos equipamentos de primeiros socorros.

A estrutura organizacional para a gestão da segurança no trabalho pode ser consultada em [www.edp.pt](http://www.edp.pt) > Sustentabilidade.

#### 5.12.2. SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA CORPORATIVO

O Sistema de Gestão da Segurança Corporativo da EDP segue a recomendação da OIT ILO-OSH 2001 e o modelo da Norma de referência OHSAS 18001:2007, reforçando o princípio de que as questões da Segurança e Saúde no Trabalho são geridas segundo critérios comuns e concertados nas empresas do Grupo EDP.

Localmente, cada Empresa/Unidade Organizativa, adopta directamente o Sistema de Gestão Corporativo ou toma-o como referência para desenvolver o seu próprio sistema de gestão da segurança, específico ou integrado com as vertentes do ambiente e/ou da qualidade, tendo em consideração a sua actividade.

#### 5.12.3. ACTIVIDADES RELEVANTES EM 2009

A execução do programa de segurança da EDP em 2009 desenvolveu-se no terreno com um vasto conjunto de iniciativas para eliminar os acidentes e doenças profissionais, que incluiu a formação e treino, a permanente avaliação e tratamento dos riscos, com a participação e comunicação com os colaboradores, juntamente com um programa de inspecções e auditorias internas e externas.

#### FORMAÇÃO DE COLABORADORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

A preocupação em assegurar a colaboradores e prestadores de serviços as condições adequadas em matéria de segurança no trabalho, é um dos compromissos expressos na Política de Segurança e no Código de Ética da EDP.

A sua concretização passa por um extenso programa de formação e sensibilização ministrada a trabalhadores e prestadores de serviços em segurança e saúde no trabalho que, em 2009, representou um volume de formação de 237.296 horas, abrangendo 4.571 pessoas.

Para além da formação acima referida, foram ministradas 89 acções de formação em Primeiros Socorros envolvendo 1.002 colaboradores no universo do Grupo EDP.

#### RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

A EDP tem, para as suas instalações, nas diferentes geografias, Planos de Emergência Internos (PEI), que incluem a obrigatoriedade de se realizarem periodicamente simulacros. Em alguns casos estes Planos estão a ser actualizados de modo a respeitarem alterações legislativas.

No âmbito da gestão de resposta a situações de emergência foram realizados, em todo o Grupo EDP, 96 exercícios de simulacro de resposta a cenários de acidentes em diversas instalações industriais e administrativas, tendo como finalidade testar a eficácia dos respectivos planos que contaram com o envolvimento de entidades externas como a protecção civil, os bombeiros e autoridades de polícia e segurança pública. Destes simulacros, 31 foram realizados em Portugal, 43 em Espanha, 11 no Brasil e 11 nos EUA.

Os Planos de Emergência Externos são da responsabilidade das autoridades dos países a quem compete a sua divulgação externa.

#### CERTIFICAÇÕES EM SEGURANÇA

No sector eléctrico em Portugal, a Potência Total Instalada que se encontra certificada de acordo com Sistemas de Gestão de Segurança reconhecidos por Normas internacionais é de 9.018 MW. Em Espanha e Brasil, este valor é de 1.658 MW e 452 MW, respectivamente.

No sector do gás, a Naturgas está certificada em segurança e saúde no trabalho, de acordo com a Norma OHSAS 18001:2007, em todos os centros de trabalho e instalações.

#### PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

O Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) institui a constituição de Comissões e Subcomissões de Segurança e Saúde no Trabalho, nas empresas e suas unidades de negócio de maior dimensão.

Estas Comissões e Subcomissões de Segurança são paritárias e integram os Representantes dos Trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho eleitos em conformidade com exigências legalmente estabelecidas,

e representantes das Empresas reunindo com a periodicidade por elas estabelecida.

Em 2009 foram realizadas nas diversas empresas em Portugal que constituem o Grupo EDP, eleições para o triénio 2009-2012 dos Representantes dos Trabalhadores em matérias de SST, nas quais foram eleitos 90 trabalhadores que representam cerca de 93% do efectivo da EDP.

Em Espanha, Estados Unidos e Brasil, estão também constituídas estruturas representativas dos trabalhadores em matérias de SST garantindo a representação de 100% dos trabalhadores em cada uma delas.

### **POLÍTICA DE PREVENÇÃO E CONTROLO DO ÁLCOOL**

Em 2009 foi aprovada a Política de Prevenção e Controlo do Álcool da EDP e respectivo Regulamento de aplicação.

Esta Política foi objecto de discussão com os representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho nas empresas e aprovada com Regulamento Interno da EDP.

Em 2010 será promovida formação e sensibilização sobre a prevenção do Álcool e Toxicodependências no âmbito da implementação desta Política.

### **GRIPE PANDÉMICA: PLANO DE CONTINGÊNCIA**

O Plano de Contingência EDP para a pandemia de Gripe A foi activado em resposta à declaração de pandemia emitida pelas entidades internacionais e nacionais de saúde.

A execução do Plano, passou pelo reforço da informação e sensibilização das pessoas, reforço das medidas regulares de limpeza e desinfecção das instalações e na concretização do plano de vacinação previsto para assegurar a continuidade dos serviços essenciais à comunidade e do negócio.

A implementação do Plano de Contingência EDP foi feita com a participação e inclusão de colaboradores dos prestadores de serviços.

Para informação à comunidade, o Plano de Contingência EDP está disponível em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

### **SEGURANÇA E CIDADANIA**

Como empresa responsável, a EDP não pode deixar de preocupar-se e colaborar com a comunidade em temas de segurança e saúde, em particular com aqueles que resultam do normal desenvolvimento das actividades das empresas do Grupo ou que podem afectar a prestação de serviços essenciais à comunidade.

Em colaboração com corporações de bombeiros, escolas profissionais e secundárias, associações empresariais e sindicatos, foram realizadas no Grupo EDP 136 acções de informação sobre as precauções e procedimentos a respeitar em situações de combate a incêndios em instalações eléctricas, ou locais na sua proximidade, e em redes e instalações de gás.

### **WORKSHOP SOBRE “GESTÃO DA SEGURANÇA NO TRABALHO NA EDP”**

Com o objectivo de reforçar as práticas de Segurança no Grupo foi realizado, em Lisboa, um “workshop” sobre gestão da segurança no trabalho, subordinado ao lema “mais segurança, mais qualidade de vida”, que contou com a participação de cerca de 300 pessoas, incluindo colaboradores do Grupo EDP e de prestadores de serviços.

### **INCENTIVOS INTERNOS**

Para reforçar a cultura de prevenção e segurança, a EDP atribui anualmente o Prémio de Prevenção e Segurança no Trabalho, que distingue as boas práticas neste âmbito, dos colaboradores e prestadores de serviços da EDP; assim como o Prémio EDP de Desporto e Manutenção Física, já na quinta edição, que distingue colaboradores que ao longo do ano se salientaram na prática de actividades desportivas amadoras, incluindo a participação em provas ou torneios, ou outros programas de manutenção física e de práticas de um estilo de vida saudável.

### **QUASE-ACIDENTES**

Para a EDP, o conhecimento e análise de situações de quase-acidentes constitui uma ferramenta essencial como forma de atingir os objectivos e metas de redução dos riscos e danos pessoais nas operações conduzidas nas empresas do Grupo, tendo para este efeito desenvolvido um procedimento específico no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança Corporativo implementado de acordo com a OHSAS 18001:2007.

Durante o ano de 2009 foram reportadas nas Empresas do Grupo EDP em Portugal, 37 situações de quase-acidente das quais resultou idêntico número de correcção de procedimentos/notificações para as entidades responsáveis.

### **DOENÇAS PROFISSIONAIS**

Em 2009, foram reconhecidas, em Portugal, 3 casos de doença profissional, dos quais apenas 1 com desvalorização.

A taxa de doenças ocupacionais é de 0,08 em Portugal e de 0,05 no universo do Grupo EDP.

### **SINISTRALIDADE EM 2009**

Em 2009, no Grupo EDP ocorreram 47 acidentes de trabalho com ausência de um ou mais dias.

A evolução global dos indicadores de sinistralidade (ver indicadores sociais no início do capítulo) reflecte os resultados das acções concretizadas ao longo do ano em reforço da melhoria das condições de segurança no trabalho, nomeadamente nos domínios da formação e sensibilização, avaliação e controlo de riscos, actuação preventiva junto dos prestadores de serviços e incremento do programa de auditorias e inspecções.

Não obstante o esforço desenvolvido, há a lamentar a ocorrência de 1 acidente mortal com um trabalhador EDP, ocorrido em Espanha e 10 acidentes mortais com trabalhadores de prestadores de serviço.



## contributo para a sustentabilidade

### 6. CLIENTES

#### 6.1. PERSPECTIVA GLOBAL

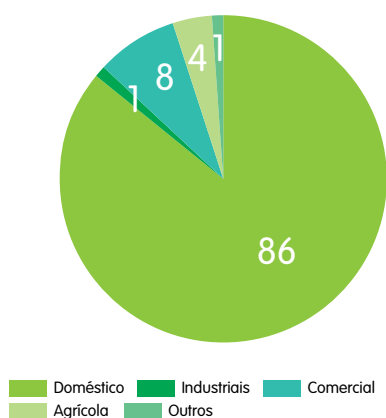
A EDP tem como foco, qualquer que seja a geografia, a prestação de serviços de qualidade aos seus clientes, desenvolvendo, nessa óptica, projectos e acções de melhoria contínua para aprofundamento do diálogo com os mesmos, o qual tem em conta as diferenças culturais e linguísticas nas diferentes geografias onde opera.

A EDP tem cerca de 1 milhão de clientes de gás, dos quais 21% estão no mercado regulado, 59% no mercado livre e 20% são clientes de último recurso.

No sector da electricidade, a EDP conta com cerca de 10 milhões de clientes, dos quais 92% estão no mercado regulado e 8% no mercado livre (ver tabela). Numa distribuição por uso de energia eléctrica, a maioria dos clientes pertence ao sector doméstico. Para mais detalhe, consultar a secção Negócios, capítulo Enquadramento Regulatório.

**DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES EDP POR TIPO DE MERCADO**

2009	Portugal	Espanha	Brasil	Total
Mercado Regulado	5.842.797	422.252	2.667.611	8.932.660
Mercado Livre	259.698	530.778	120	790.596
<b>Total</b>	<b>6.102.495</b>	<b>953.030</b>	<b>2.667.731</b>	<b>9.723.256</b>

**Distribuição de Clientes por Tipo de Uso (%)**

Para mais informação consultar a secção Negócios, capítulos Síntese da Actividade e Negócio Eléctrico no Brasil.

#### 6.1.1. SEGURANÇA, ACESSO AOS SERVIÇOS PRESTADOS E COMUNICAÇÃO

Os produtos electricidade e gás, pela sua natureza, requerem cuidados especiais na sua utilização. Respondendo a esta exigência, existem no "site" EDP, sob a designação Dicas de Segurança, indicações sobre Cabos e Tomadas, Segurança para Crianças, Aparelhos Eléctricos e Água e Electricidade. Estas mesmas indicações são, também, fornecidas no Guia do Cliente. No "site" EDP Gás, a Segurança é abordada nas temáticas Prevenção, Emergência e Inspeções Periódicas. Indicações semelhantes são divulgadas, via internet, em Espanha e no Brasil.

No Brasil, foi realizado o Programa Boa Energia na Comunidade, dirigido aos clientes, os quais assistiram a conferências sobre consumo em segurança e sobre os perigos e riscos no uso indevido da energia eléctrica. Para clientes com deficiências auditivas, a EDP, no Brasil, criou um canal dedicado para ultrapassar barreiras de comunicação.

Em Portugal, com o objectivo de melhorar a relação com um segmento especial de clientes, para além de manter as facturas em Braille, foram criados em parceria com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal dois Guias em Braille: um Guia do Cliente e um Guia de Eficiência Energética.

Em Espanha, são editados folhetos em Basco e em Catalão sobre o uso seguro da energia. O "site" da Naturgas Energia é bilingue, podendo os clientes aceder a conteúdos em Castelhana e na língua Basca.

Em Portugal, na temática segurança, os clientes são convidados a comunicar, gratuitamente via telefone, situações que possam constituir perigo eléctrico, como, por exemplo, linhas caídas, ramos de árvores próximos de linhas, armários eléctricos ou portinholas das colunas de candeeiros de iluminação pública abertos.

No Brasil, garantindo sigilo total e absoluto quanto ao remetente e assumindo o compromisso de inspecionar com urgência, disponibiliza-se um canal para denúncia de fraudes, alertando para o facto da ligação irregular poder provocar danos nas instalações próprias e de terceiros, além de possibilitar a ocorrência de acidentes. Convida-se ainda, os clientes a fornecer informação sobre situações de proximidade de árvores da rede eléctrica, disponibilizando formulário próprio na internet e telefone gratuito para comunicação de situações de emergência.

Identicamente ao que vinha acontecendo em Espanha e de acordo com a legislação europeia, a factura de electricidade, em Portugal, passou a conter, a partir de Junho de 2009, informação mensal sobre o mix das tecnologias utilizadas na produção da energia comercializada, e a quantidade de emissões de CO<sub>2</sub> associada ao consumo em causa. Esta informação está, também, disponível em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

Visando o aprofundamento de uma cultura de orientação para o cliente, foi lançado em 2009, em Portugal e no Brasil, um canal interno com a designação Cliente OK. Através deste canal, qualquer colaborador pode intervir, de uma forma estruturada, na resolução de questões ou problemas que lhes sejam colocados por pessoas do seu círculo familiar ou de relações. Em Portugal, o número de casos apresentados por colaboradores ascendeu a uma centena.

#### 6.2. EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

O cliente EDP é visto numa perspectiva global no sentido em que a preocupação da empresa é garantir uma experiência positiva ao cliente EDP.

A experiência do cliente resulta de todos os momentos de contacto, directos e indirectos, entre o cliente e a empresa. Nesta óptica, e porque a EDP pretende proporcionar momentos positivos aos seus clientes, abre-se um leque

de oportunidades para desenvolver e implementar iniciativas que visem melhorar essa experiência.

Definido o que se pretende, avalia-se o que, de facto, se entrega. Daí a importância da definição de um Modelo de Avaliação da Experiência do Cliente.



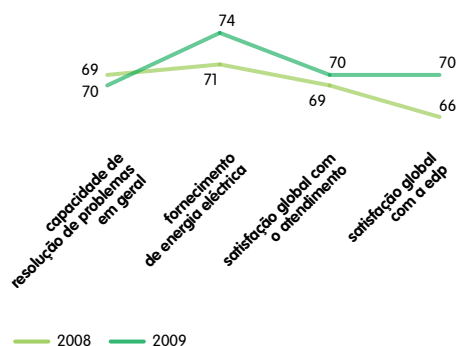
Em 2009, foi implementada uma monitorização holística da experiência dos clientes residenciais de electricidade, em Portugal. Essa monitorização permitiu conhecer, com rigor, a vivência dos clientes em cada momento de contacto, assim como as suas necessidades e expectativas.

O Índice de Experiência do Cliente (IEC) traduz a relação do cliente com a EDP, o que sente quando ouve falar na marca EDP e é agregado de forma equitativa por duas grandes dimensões: Imagem e Serviço.

A Imagem é avaliada por um índice internacional da GFK (BPI) que abarca uma vertente racional (produto/serviço), uma vertente emocional (afinidade com a marca) e uma vertente comportamental (consumo/utilização). Em 2009, o BPI da marca edp regista um valor bastante positivo – 70 pontos, numa escala de 0 a 100.

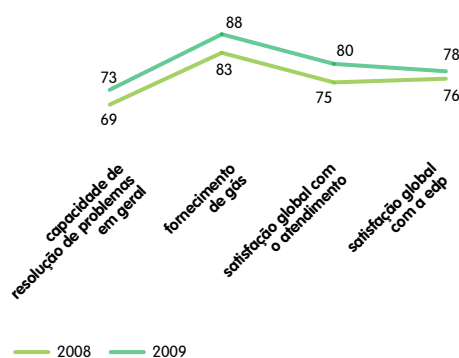
O Serviço é avaliado por indicadores de satisfação autónomos, cuja evolução tem sido positiva.

#### Evolução dos principais indicadores de satisfação com o serviço



Relativamente ao gás natural em Portugal, os indicadores de satisfação registaram também uma evolução positiva:

#### Evolução dos principais indicadores de satisfação com o gás natural



O Grupo EDP consolida a satisfação global de clientes das comercializadoras de electricidade e gás nas várias geografias.



## contributo para a sustentabilidade

### BARÓMETRO DE ATITUDES E COMPORTAMENTOS DOS CONSUMIDORES DOMÉSTICOS FACE À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM PORTUGAL

Em 2009, e pelo terceiro ano consecutivo, a EDP realizou o Barómetro de Atitudes e Comportamentos dos Consumidores Domésticos face à Eficiência Energética em Portugal. Medir de forma evolutiva os comportamentos e atitudes face à utilização de energia no lar e obter um índice de eficiência energética, são dois dos objectivos do Barómetro.

É possível afirmar que o Índice Global de Eficiência Energética tem registado uma evolução positiva, mostrando que os consumidores portugueses estão cada vez mais eficientes, no que respeita ao consumo de energia no lar.

Índice 2007: 77%

Índice 2008: 79,9%

Índice 2009: 80,7%

Índice de Eficiência Energética Ideal 100%

## 6.3. QUALIDADE DE SERVIÇO

### 6.3.1. QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICO

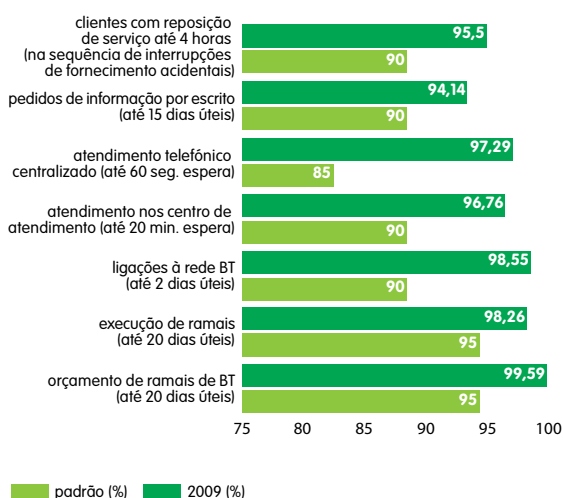
Em 2009 o TIEPI (Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada) no mercado ibérico, em termos médios foi de 2,5 horas e no Brasil foi de 12 horas. Para mais informação acerca dos resultados na qualidade técnica de serviço consultar a secção Negócios, capítulos Síntese da Actividade e Negócio Eléctrico no Brasil.

### 6.3.2. QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL

A EDP tem prosseguido o seu esforço de ouvir os seus clientes, comunicando com transparência e simplicidade.

Em Portugal, mantêm-se níveis elevados de qualidade de serviço prestado aos clientes pelo operador da rede de distribuição, visível através do claro cumprimento dos indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS).

### Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial



### 6.3.3. PRÁTICAS DE PRIVACIDADE E CUMPRIMENTO

A garantia de privacidade dos dados dos clientes em Portugal está salvaguardada pelo registo da Base de Dados de Clientes na Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais – CNPD. Nas condições gerais do contrato de fornecimento de energia eléctrica e de gás existe uma cláusula específica que explicita que “os dados pessoais (...) são processados automaticamente e destinam-se à gestão comercial e administrativa do(s) contrato(s) de fornecimento (...) e serviços afins, podendo os interessados, devidamente identificados, ter acesso à informação que lhes diga respeito, directamente nos locais de atendimento ou mediante pedido escrito, bem como, à sua rectificação, nos termos da lei da protecção de dados pessoais.”

Para fins de prospecção ou de “marketing” directo, é solicitado ao cliente autorização para gravar e utilizar os seus dados pessoais, bem como a sua comunicação a terceiros.

Em Espanha, em conformidade com a Lei Orgânica 15/1999 e o Real Decreto 1720/2007, o contrato de fornecimento contém cláusulas específicas sobre o tratamento de dados pessoais, designadamente, o direito de oposição a que sejam utilizados para efeitos de campanhas comerciais e informativas sobre produtos e serviços. Durante a vigência do contrato, o cliente pode revogar o consentimento implícito outorgado para o tratamento dos seus dados pessoais e solicitar a sua destruição no caso de vir a revogar o contrato.

No Brasil, a privacidade das informações da base de clientes é assegurada por meio de processos, procedimentos e ferramentas alinhados com os sistemas de segurança e tecnologia das empresas.

A partir de 2009, os clientes de electricidade e gás em Portugal passaram a poder recorrer ao apoio do Provedor do Cliente, através de “website” próprio – [provedordocliente.edp.pt](http://provedordocliente.edp.pt). O Provedor do Cliente é uma entidade externa e independente, cuja missão é “contribuir para fortalecer a confiança nas relações entre as empresas do Grupo EDP e os seus clientes”. Pauta a sua actuação por princípios de rigor, isenção e equidade.

Para desempenhar esta missão, foram identificadas como nucleares as seguintes actividades: receber e apreciar as queixas apresentadas pelos Clientes, directamente relacionadas com actos ou omissões das empresas do Grupo EDP; estabelecer o diálogo com o cliente queixoso; mediar os litígios e conflitos existentes entre os clientes e as empresas do Grupo EDP; emitir pareceres sobre matérias relacionadas com a actividade das empresas do Grupo EDP, desde que solicitado por qualquer dos órgãos sociais destas; propor a adopção de medidas que contribuam para a melhoria da qualidade do serviço e dos índices de satisfação dos Clientes; estabelecer contactos com interlocutores externos com via à obtenção de informações e conhecimentos especializados que permitam a recomendação às empresas do Grupo EDP da adopção de medidas que potenciem a melhoria da relação destas com os seus clientes.

Os clientes submetem os seus pedidos de apreciação via internet e podem, a qualquer momento, conhecer a evolução do respectivo estado. No final de 2009, tinham sido submetidos 461 pedidos de apreciação, 96% correspondentes a reclamações referentes a Electricidade. A maioria dos pedidos de apreciação (57%) foi referente a assuntos relacionados com Fornecimento e Leitura/Facturação/Cobrança. Dos 461 pedidos submetidos, 423 (91,8%) foram respondidos até final do ano. Para estes 423 pedidos, o parecer do Provedor foi concordante com o solicitado para 49% dos casos e discordante para 23% dos casos.

#### 6.4. CLIENTES ESPECIAIS, SOCIAIS E DE SERVIÇO UNIVERSAL

A EDP tem 415.028 clientes a quem fornece electricidade a uma tarifa social, de acordo com os regulamentos em vigor nos países onde opera, que se encontram na sua maioria no Brasil (86%). Em Espanha, 49.617 clientes podem desfrutar de uma tarifa congelada entre Junho 2009 até 2012, "bono social" aplicável a certos clientes domésticos com direito à tarifa de último recurso em certas condições. Para mais detalhe consultar a secção Negócios, capítulo Enquadramento Regulatório.

Em 2009 a EDP tinha 11.352 clientes com necessidades especiais, dos quais a maioria se localiza em Espanha (cerca de 93%), 5% em Portugal e 2% no Brasil.

A EDP dispõe de várias acções destinadas à promoção do acesso à electricidade realizadas no Brasil, as quais estão abrangidas pelo Programa Luz para Todos. Este programa promovido pelo Ministério de Minas e Energia, em articulação com as empresas concessionárias de distribuição de electricidade visa permitir o acesso à energia eléctrica à totalidade da população do meio rural brasileiro até 2010. Desde o primeiro contrato assinado em 2004 pelas distribuidoras da EDP no Brasil e o referido Ministério, foram investidos cerca de 264,5 milhões de reais, e ligados 60.515 clientes.

#### 6.5. NOVOS SERVIÇOS

##### 6.5.1. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A EDP realizou, nas várias geografias, alguns projectos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética, de modo

a assegurar aos seus clientes a melhor utilização do produto comercializado.

#### Boa Energia na Comunidade

No Brasil destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, cujo objectivo foi assegurar o fornecimento de energia a clientes residenciais com baixos rendimentos, com qualidade e segurança, promovendo também o seu uso eficiente. Foram fornecidos kits de instalação interna, lâmpadas economizadoras e, nas situações de inadequação de ligação externa, padrões de entrada, caixas de disjuntores e ramais de ligação. Realizaram-se palestras educativas para as comunidades para promoção da utilização eficiente da energia. Disponibilizou-se, ainda, uma unidade de atendimento para a comunidade.

Desde 2006 foram beneficiadas 136 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com acções de educação e orientação, e distribuídas 527 mil lâmpadas economizadoras.

#### Conjunto Habitacional de Baixa Renda

No âmbito deste programa destaca-se a substituição de chuveiros eléctricos, no município de Mogi das Cruzes, no Brasil, utilizados nas residências de 1.680 famílias, por alternativa de aquecimento solar. Também estão previstas, no âmbito deste projecto, a substituição de todas as lâmpadas das residências e das áreas comuns das habitações.

#### Programa dos Hospitais

Este programa abrange 4 hospitais no Brasil. Em 2009 foram substituídos e melhorados 2.107 pontos de iluminação, 155 aparelhos de ar condicionado e 111 frigoríficos.

#### Comunidade Eficiente

Pretende-se aumentar a eficiência energética das populações de baixos rendimentos de 33 bairros da Grande Vitória, no Brasil. Neste âmbito promoveu-se acções de formação para o uso eficiente e seguro da energia eléctrica. Durante as sessões distribuíram-se 103.765 lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de desempenho em substituição às incandescentes, substituiu-se 78 frigoríficos ineficientes por outras com selo PROCEL de economia de energia, deu-se 9.097 padrões de entrada residenciais<sup>1</sup> e 3.045 kits com materiais eléctricos a serem utilizados nas instalações internas.

#### Reluz

O Programa Reluz, lançado em 2007 no Brasil, com um horizonte de realização de cinco anos, tem como grande objectivo a modernização dos pontos de iluminação Pública, oferecendo, assim, maior segurança à população. Foram já substituídas 69.000 lâmpadas, prevendo-se a conclusão deste programa em 2012 e com a substituição de, aproximadamente, mais 98.000 lâmpadas.

<sup>1</sup> Estrutura física que se situa na casa do consumidor e faz a ligação com o poste de electricidade da rua. É o padrão que abriga o medidor de energia da residência.



## contributo para a sustentabilidade

### Programa ECO



energia mais eficiente

O Programa ECO prosseguiu em 2009, tendo como principais objectivos manter a EDP como a referência em eficiência energética em Portugal, mobilizar os consumidores portugueses para acções concretas de melhoria na eficiência energética e garantir o impacto do plano e a mudança de comportamentos através de uma actuação integrada.

Do conjunto de iniciativas levadas a cabo em 2009, destacam-se:

- Campanhas de comunicação “mass media” e outras iniciativas de sensibilização em eventos específicos;
- Acções desenvolvidas no âmbito do PPEC (Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica), coordenado pela ERSE, incluindo projectos iniciados em 2008 e novas medidas aprovadas em 2009;
- Colaboração na campanha do governo de distribuição de 1,7 milhões de lâmpadas eficientes nas escolas (PNAEE – Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética);
- Facturas ECO – compensação dos impactes ambientais gerados no ciclo de vida das facturas EDP;
- Dinamização do “site” ECO e sua reestruturação com novas actividades e informação sobre Eficiência Energética.
- Programa interno Econosco – iniciativa, que abrange as diversas geografias e que visa a redução dos consumos internos (electricidade, água e resíduos). Resultaram

reduções do consumo de electricidade de 22% no Brasil e 13% em Portugal.

No âmbito do programa ECO, investiu-se, em 2009, 10 milhões de euros em iniciativas de promoção da sustentabilidade e eficiência energética.

Destaque para a continuação da distribuição de lâmpadas economizadoras (CFL), que se concretizou em bairros históricos (108.306 em 2008 e 2009), sociais (335.764 em 2008 e 2009), na volta a Portugal em bicicleta (51.724), num número verde da revista Visão (100.000) e nas zonas envolventes das barragens (59.296).

A EDP marcou, ainda, presença no Green Fest, um evento de referência na área do desenvolvimento sustentável.

Na Feira da Juventude SPOT, a EDP distribuiu lâmpadas economizadoras e angariou jovens voluntários para participarem na distribuição de LFC's nos bairros históricos e sociais.

Merece ainda especial destaque a participação activa da EDP no novo concurso PPEC para o biênio 2009-2010, em concorrência com outras empresas e instituições ligadas ao sector energético. Em resultado da qualidade e do carácter inovador dos projectos apresentados, a EDP conseguiu obter cerca de 80% do montante total colocado a concurso, a que corresponde uma verba de 14,33 milhões de euros destinada a desenvolver 17 acções de melhoria da eficiência energética orientadas para diversos sectores de actividade económica e para distintos públicos-alvo.

Em 2009, no Brasil, os programas de eficiência energética foram certificados conforme a Norma NBR ISO 9001:2008.

### 6.5.2. SERVIÇOS

Para ir ao encontro das necessidades crescentes dos clientes de serviços de energia, o Grupo EDP em 2009, criou a EDP

#### IMPACTE AMBIENTAL PREVISTO DAS ACÇÕES PPEC 2009-2010\*

PPEC 2009-10	Orçamento PPEC (k€)	Número intervenções	Energia total evitada (MWh)	CO <sub>2</sub> total evitado (t)
<b>Medidas Intangíveis</b>				
Eco-IPSS	228	n.d.	n.a.	n.a.
EcoFamílias II	397	n.d.	n.a.	n.a.
EnergyBus II	222	n.d.	n.a.	n.a.
TWIST (Geração 3E)	625	n.d.	n.a.	n.a.
<b>Tangíveis - Residencial</b>				
Água Quente Solar	92,5	500	18.700	6.919
Troca CFLs em Bairros Sociais	1.576	800.000	173.014	64.015
Troca CFLs em Super e Hipermercados	1.696	850.000	183.828	68.016
Campanha de troca de CFLs	1.431	700.000	151.388	56.013
<b>Tangíveis - Comércio e Serviços</b>				
Lâmpadas T5 em Escolas	238,3	45.000	47.169	17.452
CFLs	1.290	800.000	179.892	66.560
eCube Sistemas de Frio Super/Hipermercados	1.457	10.000	190.365	70.435
Relógios Astronómicos	1.026,5	1.600	114.685	42.434
eCube Empresas com necessidades de Frio	96	198	9.483	3.509
<b>Tangíveis - Agricultura e Indústria</b>				
eCube Sistemas de Frio Ind. Alimentar	1.860	10.800	1.140.502	421.986
CFLs	261	160.000	37.338	13.815
eCube Sistemas de Frio Transf. Alimentares	347	2.000	63.992	23.677
Lâmpadas de Descarga T5	1.495	13.485	197.418	73.045
<b>Total</b>	<b>14.338,3</b>	<b>3.393.583</b>	<b>2.507.773</b>	<b>927.876</b>

\* Tendo em conta o período de vida útil dos equipamentos



Serviços. Esta empresa, presta serviços de energia para a generalidade dos clientes, desenvolvendo, implementando e financiando projectos nas áreas da eficiência energética, energias renováveis e produção descentralizada.



### Actividades Desenvolvidas

Em 2009 destacam-se alguns dos projectos desenvolvidos por esta empresa:

- Instalação da Central Solar Térmica no Campo de Tiro de Alcochete;
- Auditorias energéticas à rede de supermercados Auchan;
- Aumento do nível de tensão de BTN para MT a cerca de 40 instalações do Pingo Doce;
- Oferta inovadora para gestão de energia em Iluminação Pública, que consiste na instalação de um sistema de gestão de consumos, EWebReport@, para monitorizar e acompanhar o desempenho energético das novas soluções instaladas;
- Desenvolvimento de uma rede de agentes que permite adoptar uma abordagem de serviços personalizada e adequada às necessidades de clientes PME's.
- Início da comercialização de serviços de energia para os pequenos negócios, através da marca edp5D negócios, tendo sido efectuados, em 2009, 400 diagnósticos Energéticos à iluminação.

### 6.5.3. PRODUTOS

Durante 2009, no âmbito da actividade de comercialização de energia eléctrica das diferentes empresas do Grupo, concretizou-se um conjunto de acções com potencial impacto positivo na melhoria da experiência do cliente:

- Simplicidade e clareza na factura – Em 2009, foi redesenhada a factura para clientes fornecidos em Baixa Tensão. Foi criado um espaço com informação sobre o envio de Leituras, que refere a data aconselhável para o respectivo envio. A nova factura reserva ainda um espaço para divulgação de novos produtos/serviços e um outro para informações úteis.
- Factura Electrónica – Em 2009, em Portugal, a EDP tinha 538.781 clientes com facturas electrónicas (mais 162% face a 2008).

Em Espanha, a EDP tem 83.521 contratos. Este volume de contratos é resultado de uma campanha de facturação electrónica para 2009 (un cliente, un árbol) lançada em Espanha com o objectivo de informar os clientes sobre

as vantagens deste serviço gratuito, através de uma mensagem centrada nos seus principais benefícios, e que conduziu à plantação de 6.677 árvores.

- edp ON – A EDP distribuiu o canal de TV interno a toda a rede de lojas EDP, criando mais um canal de contacto/informação para os todos clientes dos diferentes mercados e negócios. O objectivo deste serviço é o de promover produtos e serviços, eficiência energética, dinamização de outros pontos de contacto da EDP, divulgação de temas estruturantes e a divulgação das acções de responsabilidade social da empresa.
- Novo "site" – A EDP lançou um novo "site" mais interactivo e fácil de navegar. Proximidade, simplicidade e clareza foram os vectores que sustentaram a renovação do "site" da EDP, renovação nas vertentes imagem, estrutura, linguagem e facilidade de navegação. Neste novo "site" da EDP, o cliente tem acesso aos "sites" recriados das empresas EDP Serviço Universal e EDP Distribuição, "site" ECO e a um novo "site", A nossa Energia, sobre energias renováveis, particularmente sobre os novos empreendimentos hidroeléctricos.

O "site" da EDP inclui novas formas de divulgação da informação, nomeadamente a disponibilização de vídeos e acesso à edp ON em directo.



- Maior facilidade de acesso ao EDP ONLINE – Em 2009, simplificou-se o processo de adesão ao edpOnline: mais rápido e mais cómodo, o cliente recebe de imediato um e-mail para fazer a activação do serviço, para além disso o edpOnline disponibiliza um conjunto de serviços dos quais se evidenciam a consulta da conta corrente e das últimas facturas, o histórico de consumos e a comunicação de leituras.
- Mais proximidade e simplicidade na comunicação escrita – No âmbito da resposta a reclamações e dúvidas de clientes, foi revista a comunicação escrita, no sentido da redução do formalismo, de maior clareza e simplicidade da linguagem.
- Extensão das apólices de seguros para clientes edp5D – Em 2009, os clientes residenciais, negócios e condomínios da edp5D viram o seu seguro alargado. Passando a contar com mais benefícios, com destaque para a cobertura dos custos inerentes em caso de perda ou roubo de chaves, o seguro oferece ainda a deslocação de técnicos de segurança ao estabelecimento, para aconselhamento sobre medidas adequadas de protecção anti-roubo, incêndio e emergência médica.



## contributo para a sustentabilidade

- Comunidade edp5D - No âmbito do programa de fidelização de clientes, a edp5D criou um novo projecto denominado Comunidade edp5D. Com este projecto pretende-se que os clientes percebam o produto como uma oferta integrada associada a um conjunto de vantagens reais, para além do fornecimento de energia, e que criem uma ligação emocional com a marca edp5D. Através do estabelecimento de vários acordos com os clientes segmento pequenos negócios, poderão oferecer um desconto ou uma vantagem sobre o produto ou serviço que comercializam, aos restantes clientes edp5D. Até Dezembro 2009, havia 1.000 estabelecimentos aderentes.
- Mude o seu mundo que o mundo muda – Campanha e programa de eficiência, na RTP, em que figuras públicas deram exemplos de como ser mais eficiente e os consumidores se habilitaram a ganhar um vale de 1.000€ para a compra de equipamentos eficientes.
- WattDrive – A EDP abriu, gratuitamente, a rede de pontos de carregamento de veículos eléctricos em Maio, aos clientes utilizadores destes veículos.

Para marcar esta abertura, realizou-se um pequeno evento em que se atribuiu a cada utilizador um kit com um dístico, chaves para acesso aos postos de carregamento, um manual de utilização e um porta-chaves.



- Casa eficiente – Para assinalar a 29 de Maio o Dia da Energia, a EDP associou-se à construção de uma Casa Eficiente, em parceria com a National Geographic. A casa era um T2 com cerca de 100m<sup>2</sup> e esteve situada junto ao Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações até 5 Julho.



- Programa de pontos HC – Para mais detalhe ver a iniciativa dinamizada em Espanha para captar clientes novos para o serviço de facturação electrónica [www.hcenergia.com/puntoshc](http://www.hcenergia.com/puntoshc).
- MYENERGY - A EDP prosseguiu as acções de incentivo à microgeração. Como consequência lançou uma campanha de soluções de microgeração, reforçando a aposta nas duas tecnologias de produção de electricidade: painéis solares fotovoltaicos e micro eólicas – com ênfase na primeira “Já estou a criar a minha própria energia” regressou aos media.
- Electricidade Verde – A EDP prosseguiu a comercialização de electricidade verde, associado à Tarifa EDP5D Verde. Em 2009 existiam, em Portugal, 4.108 clientes, tendo sido comercializado um total de 9 GWh. Em Espanha existiam cerca de 189 mil clientes a que correspondia um consumo anual de 3.577 GWh. Em Portugal, em 2009, a EDP comercializou cerca de 13.400 GWh de fonte renovável, no mercado regulado e livre (este valor foi calculado de acordo com a metodologia recomendada pela ERSE para o cumprimento da directiva 2003/54/CE). Nos EUA a energia renovável produzida certificada pela emissão de créditos de carbono foi de 5.905 GWh.

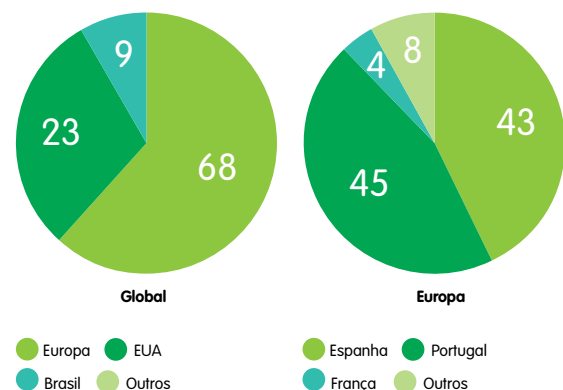
## 7. FORNECEDORES

### 7.1. CARACTERIZAÇÃO

O relacionamento entre a EDP e os seus fornecedores é estabelecido com base em princípios de parceria e de promoção do desenvolvimento sustentável. Reforçando a importância dos aspectos de integridade na estratégia de negócio, a EDP desenvolveu práticas activas de informação junto dos seus fornecedores, relativas aos valores éticos afirmados no Código de Ética da EDP.

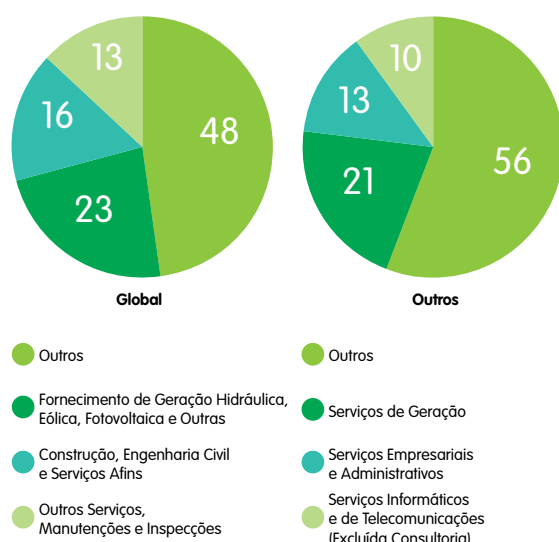
Durante 2009, a actividade de Procurement do Grupo EDP (excepto energia) atingiu os 3.282 milhões de euros, tendo-se distribuído geograficamente da seguinte forma:

#### Distribuição geográfica da actividade de Procurement (excepto energia) do Grupo EDP (%)



Em termos de categorias de fornecimento, destacaram-se:

### Principais Categorias de Fornecimento (%)



A EDP desenvolve uma influência positiva ao nível da economia local ao promover o crescimento dos negócios locais. A proporção das compras a fornecedores estrangeiros representa cerca de 2% das compras globais.

## 7.2. DIÁLOGO

A EDP procura estimular a capacidade empresarial e otimizar os processos dos fornecedores:

- Promovendo a competência técnica e a competitividade do mercado;
- Mantendo relações de integração e colaboração;
- Promovendo um diálogo permanente e aberto, que possibilite o conhecimento das expectativas deste importante segmento de "stakeholders".
- Promovendo o conhecimento recíproco.

É objectivo da EDP "Dar resposta aos desafios, para estabelecer, controlar e desenvolver as relações com fornecedores", através de Soluções de SRM – Supplier Relationship Management.

Neste âmbito, está em implementação um programa de Análise de Risco de fornecedores estratégicos, que permitirá à EDP identificar precocemente situações críticas ou de ruptura, assegurando a continuidade dos fornecimentos contratados.

Este programa assenta sobre um modelo de gestão de alertas, que permite obter de forma consolidada, informação diversa acerca dos seus fornecedores e acompanhar a "aptidão" de uma empresa para que seja considerada qualificada enquanto fornecedora do Grupo EDP. As soluções de SRM favorecem a comunicação com os diferentes parceiros, permitindo a partilha de metodologias e fomentando a proximidade entre ambas as partes.

O SRM facilita também a familiarização por parte dos fornecedores com o negócio da empresa e as suas reais necessidades, promovendo melhores condições de aquisição e optimização de todo o processo de fornecimento.

## 7.3. BOAS PRÁTICAS

A EDP dispõe de um sistema de pesquisa, selecção e segmentação de fornecedores – Sistema de Registo de Fornecedores do Grupo EDP (SRF), que lhe permite agir de forma clara, transparente e eficiente, potenciando relações de parceria duplamente ganhadoras.

Este sistema é suportado por uma base de dados partilhada por todas as empresas do Grupo, sendo actualmente o registo um requisito indispensável a qualquer empresa que pretenda ser qualificada, consultada, ou apresentar a sua proposta de fornecimento. Neste mesmo suporte informático, os fornecedores tomam conhecimento do Código de Ética da EDP e declaram a aceitação dos valores e princípios nele contidos. Em 2009, existiam 10.950 fornecedores registados no Grupo EDP, mais 19%, face a 2009.

Para figurar na base de dados, um fornecedor deverá aceder à área de fornecedores no "site" da EDP, [www.edp.pt](http://www.edp.pt), e preencher um questionário de pré-registo que implica o fornecimento de informação relativa a sistemas de qualidade, ambiente, segurança, políticas de responsabilidade social corporativa, entre outros. O alargamento da informação solicitada às empresas fornecedoras, nomeadamente a caracterização do seu desempenho social, é um objectivo da EDP para 2010. Para tal serão considerados os indicadores da Global Reporting Initiative.

Para além da EDP, também a empresa registada usufrui de um conjunto de vantagens, das quais se destacam:

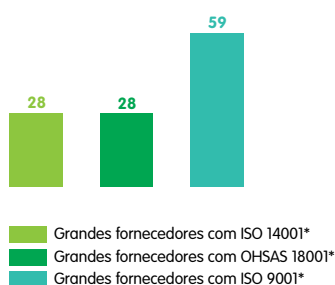
- A igualdade de oportunidades para áreas de negócio equivalentes/distintas;
- O aumento das oportunidades de negócio;
- A garantia de que os seus clientes têm acesso à sua informação de forma rápida e confiável;
- Um único registo com visibilidade para várias empresas;
- Dispensa de apresentação de variada documentação em sede de candidatura ou pedido de qualificação.

Em 2009, 46% dos fornecedores em Portugal, Espanha e Brasil, com bens e serviços recepcionados superiores a 75 mil euros, estão inscritos no SRF do Grupo EDP. Neste Universo de fornecedores, 59% possuem Sistemas de Gestão da Qualidade certificados por terceiros. Já na área do Ambiente estão certificadas 28% das empresas, bem como 28% em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.



## contributo para a sustentabilidade

### Fornecedores Certificados (%)



\* Número de Fornecedores inscritos nos Sistema Corporativo de Registo de Fornecedores do Grupo EDP.

A EDP tem implementada uma ferramenta de Sourcing suportada em ambiente web que permite uma partilha de informação de mercado e de fornecedores – O Sinergie – Supply Integration for Energy. Este sistema, implementado em todas as empresas do Grupo, serve de base a todos os processos de consulta e negociação com valor superior a 75.000 euros na Europa e 150.000 euros nas restantes geografias e tem como principal objectivo a partilha de informação de processos de consulta e negociação transversalmente ao Grupo EDP, independentemente da unidade de negócio, ou mercado onde operam, utilizando para isso a Internet como motor da agilização de todos os processos de compras a nível global. As soluções e práticas apresentadas permitem reduzir fortemente os custos ambientais e a carga administrativa.

Com o estatuto de Organizational Partner da GRI, e consciente de que o relato voluntário e periódico de uma organização acerca do seu desempenho em matéria de sustentabilidade, constitui um meio extraordinariamente poderoso para a melhoria do desempenho e de comunicação dos resultados alcançados, a EDP foi uma das duas primeiras empresas que, a nível mundial, aderiram ao projecto The GRI Global Action Network for Transparency in the Supply Chain, com o objectivo de apoiar iniciativas de empresas dirigidas à promoção da elaboração de relatórios de sustentabilidade conformes com as directrizes da GRI ao longo das suas cadeias de valor. A EDP assegurou, em 2009, o apoio a 5 dos seus fornecedores em Portugal, para que estes possam receber gratuitamente, por parte da GRI e de entidades parceiras por este certificadas, a formação e o apoio de consultoria necessários para internalizar as competências de elaboração de relatórios de sustentabilidade conformes com as directrizes da GRI ([www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org)).

Ainda no âmbito da actividade como Organizational Partner da GRI, a EDP é uma das entidades a integrar um grupo de trabalho multi-stakeholder Supply Chain Disclosure Working Group cujos objectivos são: estabelecer recomendações para o Comité Técnico Consultivo da GRI, com vista à melhoria dos conteúdos objecto de relato, relativos aos desempenhos ao longo da cadeia de valor; e elaborar, onde necessário, guias suplementares para apoio à interpretação e aplicação dos requisitos de relato relativos à cadeia de valor.

### Encontro Fornecedores 2009

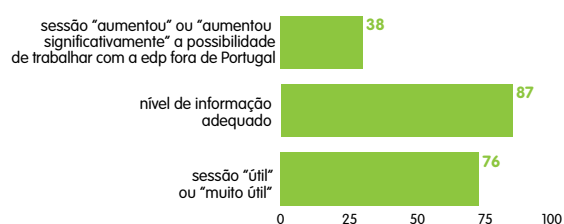
Sendo os fornecedores considerados parceiros fundamentais para o desenvolvimento e crescimento do Grupo EDP, é objectivo manter e reforçar a sua contribuição.

Nesse sentido, foi promovido o Encontro das cerca de 90 empresas representantes dos principais fornecedores do Grupo EDP. Neste, foi dado a conhecer em maior detalhe, o Plano de Investimentos do Grupo EDP, permitindo-lhes desta forma antecipar e preparar para as várias oportunidades de negócios que vão surgir nos próximos anos.



Sendo uma preocupação da EDP responder às expectativas dos seus parceiros, foi recolhida a sua opinião relativamente ao encontro promovido:

### Opinião dos Fornecedores sobre o Encontro Promovido (%)



### Ambiente e Segurança

Independente do tipo e dimensão da obra ou do trabalho a realizar, o recurso a empresas exteriores tem sempre implícito, em cada fase, um controlo rigoroso da qualidade dos serviços, numa estratégia que assenta nos seguintes princípios:

- Integração do Ambiente e Segurança no Sistema de Qualificação dos prestadores de serviços (que inclui um questionário de aspectos ambientais);
- Cumprimento da Política de Ambiente e Política de Segurança, assim como de todos os requisitos legais de aplicação e da responsabilidade do prestador de serviço;
- Aplicação de novos instrumentos de prevenção e controlo, nomeadamente na exigência de formação básica de segurança a todos os trabalhadores;

- Acompanhamento e avaliação do desempenho em ambiente e segurança na realização dos trabalhos através dum programa de auditorias;
- Realização de questionários e avaliação de fornecedores de serviço e atribuição de um prémio anual de reconhecimento aos prestadores de serviços que se distinguem pelo seu desempenho e contributo em matéria de segurança no trabalho.

Para informação adicional sobre práticas de prevenção e segurança de fornecedores, ver capítulo 5. Colaboradores, ponto Sistema de Gestão da Segurança Corporativo.

### Contratados e Subcontratados

Estão a ser desenvolvidos e implementados sistemas de qualificação destinados exclusivamente a subempreiteiros, especialmente para tarefas consideradas mais críticas, sendo de salientar a construção e manutenção de redes eléctricas AT, MT e BT, e os trabalhos em tensão AT, MT e BT.

Em 2009 já foi utilizado como critério de ponderação de propostas, para efeitos de adjudicação, o volume de subcontratação, sendo penalizada a subcontratação excessiva.

Em sede de programas de qualificação/caderno de encargos foram introduzidos critérios que obrigam a que também as empresas subcontratadas assumam compromissos, entre outros, de não utilização de mão-de-obra ilegal, implementação de sistemas de garantia da qualidade e compromisso de adesão a políticas de protecção ambiental.

Em 2009, no âmbito da formação de equipas de prestadores de serviços externos em trabalhos em tensão – TET - e em segurança, foi iniciado um processo de definição de requisitos e reconhecimento de entidades formadoras para efeitos de qualificação de contratados e subcontratados. Com este projecto procurou-se garantir a melhoria e a uniformização dos requisitos da formação ministradas aos colaboradores das empresas contratadas e subcontratadas.

## 8. COMUNIDADE

Durante o ano de 2009, o Grupo EDP deu um forte impulso na concretização da sua estratégia de diálogo e intervenção nas comunidades onde opera, reforçando alguns programas já em curso, e implementando acções, criando valor para a sociedade.

A comunicação com a comunidade assume diferentes expressões e abordagens dentro do Grupo, e é protagonizada pelas diferentes Fundações:

- Fundação EDP, em Portugal;
- Fundação Hidrocarbónico, em Espanha;
- Instituto EDP, no Brasil.

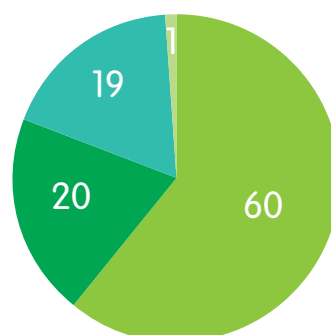
Estas assumem um papel preponderante na consolidação do compromisso de apoio à comunidade nas vertentes social, ambiental, educativa, cultural e recreativa.

Desde 2007 que a EDP é membro do London Benchmarking Group (LBG). Este grupo trabalha desde os anos noventa no desenvolvimento de um modelo de avaliação do retorno social das contribuições voluntárias das empresas que o integram. O Modelo LBG permitirá à EDP:

- Evidenciar o trabalho que desenvolve com a Comunidade;
- Envolver-se com as diferentes partes interessadas para apurar os benefícios para a empresa e para a Comunidade;
- Determinar o retorno social dos recursos investidos em consonância com a metodologia SROI.

Em 2009 verificaram-se avanços significativos ao nível da implantação de um sistema de contabilidade social ao nível do Grupo EDP, dos quais resultaram o lançamento de pilotos de avaliação de retorno social dos recursos investidos em várias das empresas do Grupo a desenvolver em 2010 (para mais informações, verificar tabela Contribuições para a Comunidade em 2008 e 2009, na página seguinte).

### Contribuições EDP por Região em 2009 (%)



Portugal Brasil Espanha EUA

Nota: Valores provisórios. Ainda não validados pela Corporate Citizenship.

## 8.1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

### 8.1.1. COMUNIDADES LOCAIS

A EDP privilegia, desde há longa data, o relacionamento com a comunidade, em todas as geografias onde está presente, dando especial relevância às populações vizinhas dos seus empreendimentos.

2009 foi um ano de início da construção de novos grandes empreendimentos, especialmente em Portugal, e o diálogo com as comunidades (seus organismos, representantes). Este diálogo é visto como parte essencial de um processo contínuo de interacção, estando em curso um programa muito diversificado de iniciativas envolvendo as partes interessadas locais.



## contributo para a sustentabilidade

CONTRIBUIÇÕES<sup>(a)</sup> PARA A COMUNIDADE EM 2008 E 2009

Valor total das contribuições (€) <sup>(b)</sup>	2009	2008
<b>Categoria</b>		
Investimento não estratégico	1.625.551	3.246.873
Investimento estratégico	12.263.973	7.428.572
Iniciativa comercial	3.088.798	1.751.134
Não aplicável	71.783	
<b>Natureza</b>		
Educação	2.623.431	1.888.646
Saúde	353.650	1.276.468
Desenvolvimento económico	329.332	312.316
Ambiente	982.160	518.208
Arte e cultura	6.489.601	4.373.713
Bem-estar social	2.178.595	1.180.297
Resposta a situações de emergência		19.282
Outras	4.093.337	2.857.649
<b>Contribuições Monetárias</b>		
Valor	15.226.586	11.606.722
<b>"Staff" Voluntário<sup>(c)</sup></b>		
Nº colaboradores envolvido em acções de voluntariado no tempo de trabalho	248	
Nº horas em trabalho voluntário durante o horário de trabalho	5.817	1.511
Valor do tempo voluntário	149.762	5.891
<b>Contribuições em Espécie</b>		
Valor das contribuições em espécie	1.673.757	495.702
<b>Custos de Gestão</b>		
	n.d	163.169
<b>Valor Total das Contribuições (incluindo os custos de gestão)</b>	<b>17.050.104</b>	<b>12.589.747</b>

(a) Valores de 2009 provisórios: ainda não validados pela Corporate Citizenship

(b) Excluindo os custos de gestão

(c) À data de publicação, ainda não estavam disponíveis os valores para a geografia Brasil em 2009

## Portugal

- Apoio ao desenvolvimento de Trás-os-Montes – com o intuito de promover o empreendedorismo e dinamização cultural nesta região, a EDP assinou três protocolos: com a Glocal, para a criação de emprego, onde estará também incluído o projecto-piloto Programa Premium EDP Empreendedor Sustentável; com a Associação Aprender a Aprender, para reforçar competências nos jovens estudantes do ensino secundário; com a Fundação Calouste Gulbenkian e a Escola de Música do Conservatório Nacional, para a promoção cultural, visando expandir o modelo das Orquestras Juvenis Geração. ([www.a-nossa-energia.edp.pt](http://www.a-nossa-energia.edp.pt)).
- Lares, Figueira da Foz – a EDP entregou à população, o Parque Polidesportivo, um dos equipamentos integrados no plano de apoio à freguesia. Além desta instalação, serão, brevemente concluídos um parque infantil e obras de repavimentação cónfugas a estas infra-estruturas.
- Energy Bus em Trás-os-Montes – o autocarro da Eficiência Energética percorreu as regiões onde a EDP está a construir novos centros electroprodutores hidroelétricos, particularmente os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Alfandega da Fé e Macedo de Cavaleiros, tendo sido visitado por 2.945 pessoas. Através de equipamentos de demonstração de novas tecnologias, experiências interactivas, painéis informativos, folhetos e conselhos úteis, este projecto itinerante, pretende contribuir para a adopção de comportamentos mais eficientes e amigos do ambiente ([www.eco.edp.pt](http://www.eco.edp.pt)).
- EDP Solidária Barragens – Programa de apoio a projectos de solidariedade social promovidos por instituições da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, zonas de influência das novas Barragens. Na 1ª edição foram distribuídos 100 mil euros pelos projectos vencedores: CERCIMAC – Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados/Oficina de artes gráficas, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Alifão/Smile – Projecto de apoio a crianças e jovens, Centro Paroquial de Cerejais/Mobilidade e Saúde – Apoio a idosos, Junta de Freguesia de Picote/Casa da Juventude – Projecto Voluntariado Colaboradores e Fornecedores da EDP ([www.a-nossa-energia.edp.pt](http://www.a-nossa-energia.edp.pt)).
- Visitas aos centros electroprodutores – com especial interesse na comunidade escolar como complemento pedagógico dos conteúdos curriculares, durante o ano de 2009 a EDP recebeu cerca de 40.000 visitantes do ensino básico e secundário.

### Procedimentos e Planos de Comunicação de Grandes Projectos (COMPRO) - definição de procedimentos e metodologias de Comunicação de Grandes Projectos para um

envolvimento de todas as partes interessadas durante a fase precoce dos respectivos estudos prévios. O ensaio metodológico desenvolveu-se no âmbito dos novos Aproveitamento Hidroelétricos (AHE) de Fridão e Alvito.

**Principais objectivos:** garantir um relacionamento aberto, transparente e de confiança com as diferentes partes interessadas; antecipar a fase de “adaptação pública” aos projectos, através do envolvimento adequado dos diferentes “stakeholders” da EDP; formar quadros internos na componente Gestão da Comunicação, de forma a minimizar a exposição ao risco; padronizar um manual de orientações para Comunicação de Grandes Projectos.

No ano **2009**, foram concretizadas as fases: identificação de “stakeholders”; inquéritos às comunidades sobre expectativas, desejos e preocupações; sessões da Aplicação da metodologia LOAM’s (Landscape Outcomes Assessment Method); e avaliações de resultados – os elementos recolhidos foram, sempre que possível, considerados no planeamento no Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

**Objectivos para 2010:** elaboração e Aprovação do Manual de Formação; planeamento da Formação e acções de Formação Interna.

## Brasil

Nos vários Estados onde opera, a EDP apoiou diversos projectos de apoio à infância e adolescência, tendo recebido a distinção de “empresa amiga da criança” atribuída pela Abrinq. Alguns exemplos:

- Humanização do Atendimento ao recém-nascido de baixo peso - Fundação de Apoio ao Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes FAHUCAM. Município de Vitória, Estado Espírito Santo;
- Música com Energia, Coral Educanto – Secretaria de Educação, Município de Aparecida, Estado de São Paulo;
- Projecto Crescendo Cidadão - ONG Projecto Social Dona Durvalina Rosa Teixeira. Município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo;
- Centro das Crianças Dra. Heloísa Lotufo Manzano - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Município Porto Nacional, Estado de Tocantins.

A todos estes projectos acresce, ainda, um conjunto de programas de eficiência energética orientados não apenas para os clientes EDP, mas também para comunidade em geral. Para informação adicional, consultar capítulo 6. Clientes, ponto Eficiência Energética.

## 8.1.2. PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

- A EDP, através da EDP Internacional, está envolvida em projectos de expansão e reabilitação de sistemas eléctricos de Angola, com um forte impacto na qualidade de vida de camadas muito significativas da população nas zonas onde se desenvolvem esses projectos, sendo de realçar os seguintes dados: 100.000 pessoas beneficiárias das novas infra-estruturas eléctricas na Região de Lobito/Benguela; 90.000 em Malange; 60.000 em Namibe; 20.000 em Caxito/Bengo; e 120.000 em Cabinda.

Está ainda a desenvolver estudos de planeamento que projectarão, num horizonte de 20 anos, os investimentos de expansão das redes de distribuição de electricidade em 50% das suas principais cidades e povoações.

- Terra de Ninguém - a EDP associou-se ao Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) para levar energia renovável ao Campo de Refugiados de Kakuma no Quênia. O projecto foi apresentado na 5ª Conferência Anual Clinton Global Initiative, em Nova Iorque, e irá produzir energia para mais de 50.000 pessoas a par de um programa de formação técnica a 100/150 pessoas locais e da distribuição de lâmpadas solares para utilização doméstica.
- Escolinhas Comunitárias - A EDP em parceria com os Médicos do Mundo – Portugal (ONG) e a EFACEC, no âmbito do Programa Integrado de Combate ao VIH/ Sida e Malária, em Moçambique, apoia a construção de 2 Centros abertos nos Bairros de Cocomela e Impaputo, no Distrito de Namaacha, Maputo. Este projecto contempla a produção de energia renovável para o funcionamento de um posto de saúde equipado com um sistema de refrigeração para vacinas, uma escolinha e um motor de captação de água. A nível local conta-se com o apoio da AHMO - Associação Humanitária Moçambicana.

## 8.2. POLÍTICA DE MECENATO E PATROCÍNIOS

A política de mecenato da EDP é assegurada pelas diferentes Fundações privilegiando a descentralização geográfica das acções; o mérito e credibilidade das instituições e a durabilidade das iniciativas.

A título demonstrativo apresentamos algumas das acções desenvolvidas em diversas áreas de intervenção nos diferentes países onde estamos presentes:

### EDUCAÇÃO E APOIO À JUVENTUDE

#### Portugal

- University Challenge 09 – concurso dirigido à população universitária com o intuito de estimular os seus conhecimentos académicos no desenvolvimento de um tema/projecto, no âmbito da estratégia e do “marketing”. Esta edição teve como tema “A EDP e as Energias Renováveis: um futuro lado a lado” e premiou um grupo de alunos do Instituto Superior de Novas Profissões (INP) com uma bolsa de estudo no valor de 10.000€, estágios de três meses na EDP (Portugal, Espanha ou Brasil) e 3.500€ para o docente que acompanhou o projecto.



## contributo para a sustentabilidade



- XIV Olimpíadas da Física - competição desenvolvida pela Sociedade Portuguesa de Física e o Museu da Electricidade, que desafia os estudantes do 9º e do 11º ano de todo o país, a demonstrar os seus conhecimentos de física através de provas teóricas e práticas.
- Ciência Viva: Engenharia de Verão – programa desenvolvido entre Agosto e Setembro que visou proporcionar, ao público em geral, o contacto com obras de engenharia, em particular no domínio da produção de energia. Neste âmbito, foram efectuadas várias visitas aos Aproveitamentos de Alto Lindoso, Carrapatelo e Castelo do Bode e aos Centros de Produção Ribatejo e Sines.
- Dias Europeus do Sol: II Festival Solar - programa desenvolvido em parceria com a APISOLAR cujos objectivos são o conhecimento e contacto das soluções solares: ver como funciona, medir, experimentar.

### Brasil

- EDP nas Escolas – o Instituto EDP distribuiu 19 mil kits escolares por 62 escolas nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Tocantins e Mato Grosso Sul envolvendo cerca de 1.000 professores.
- Letras de Luz – o Instituto do Brasil doou 2.880 livros em nove cidades do Estado de São Paulo.
- 1ª turma de mulheres electricistas – foram formadas 10 mulheres, numa turma de 32 pessoas no Programa de Formação de Electricistas de Redes, Distribuição, Inspeção e Medição, o primeiro a capacitar técnicas do sexo feminino.

### Espanha

- 150 bolsas de estudo – A Fundação Hidrocontábrico concedeu a um grupo de 150 alunos, da Universidade de Oviedo, de diferentes áreas científicas, uma bolsa de estudo para finalizar o seu trabalho final de curso ou uma pós-graduação. A par desta bolsa farão um estágio com uma duração de 6 meses, durante 4 horas diárias, em horário previamente acordado.

## AMBIENTE

### Portugal

- Fluviário de Mora – a EDP patrocina o primeiro grande aquário da Europa, desde 2007. Este equipamento de natureza científica, cultural e de lazer, único em Portugal, concretiza através das suas exposições, visualizadas através de modelos vivos e dinâmicos, uma mais-valia na apreensão de amplos e abrangentes conhecimentos relacionados com a percepção da importância da biodiversidade e da riqueza ecológica associada, dos programas de conservação da natureza.

Como pólo de desenvolvimento local, o Fluviário permitiu valorizar o Concelho através da criação de novos empregos directos e indirectos, contribuindo para a diminuição das assimetrias regionais e dinamizando a economia local.

### Espanha

- “Un Cliente, Un Árbol” – a Fundação Hidrocontábrico, em 2009 e no decurso desta campanha já plantou 6.677 árvores, resultado da adesão de 62.323 clientes à factura electrónica. (ver Capítulo 6. Clientes)
- Plantação de espécies autóctones em espaços públicos – Protocolo entre a Fundação Hidrocontábrico e o Município de Gijón, com a participação do Serviço Municipal de Parques y Jardines, em colaboração a FAPAS (Fondo para la Protección de Animales Salvajes). Cabe à Fundação HC a plantação e conservação das espécies. O projecto, que inclui várias iniciativas de educação ambiental, será implementado no Parque Natural del Monte Deva e é o primeiro de vários protocolos a serem celebrados com outros municípios.

## SAÚDE E SOLIDARIEDADE

### Brasil

- Dentistas do Bem – cirurgiões-dentistas voluntários atenderam crianças e adolescentes de baixo rendimento, prestando-lhes tratamentos gratuitos até aos 18 anos. A selecção foi feita pelo grau de necessidade por uma triagem entre crianças da 5ª e 8ª séries nas escolas públicas do Brasil. Receberam tratamento prioritário as crianças com problemas bucais mais graves, mais pobres e mais próximas do primeiro emprego.
- EDP Solidária - programa expandido ao Brasil em 2009 onde foram seleccionados 15 projectos, de actuação na área educacional (alfabetização, educação ambiental, integração escolar, promoção da leitura e robótica), na saúde e assistência social (diagnóstico precoce de cancro em crianças, empreendedorismo e qualificação social profissional) nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins.



## ARTE E CULTURA

### Portugal

- Remade in Portugal - exposição de Eco-Design – Divulgação de iniciativas de índole cultural e de sensibilização social relacionadas com a reciclagem. Incentivo à criação e desenvolvimento de produtos, cuja composição integre pelo menos 50% de matéria proveniente de processos de reciclagem, promovendo e valorizando os resíduos domésticos e industriais.
- Orquestra Geração - projecto em parceria com a Fundação Gulbenkian que visa a constituição de uma Orquestra sinfónica juvenil que pretende ser um contributo inovador para a inserção e desenvolvimento de crianças de meios sociais mais desfavorecidos.
- Bienal Portugal Arte 2010 – mostra de arte pública contemporânea internacional promovendo a participação activa da população pela apresentação de arte contemporânea em diversos espaços. Visa valorizar e celebrar a importância social e cultural dos espaços públicos e da arte, potenciando a afluência de visitantes às cidades e regiões onde se realiza, Lisboa, Cascais, Grândola e Algarve. Este modelo vai permitir mostrar o trabalho de artistas portugueses para lá das nossas fronteiras e o trabalho de artistas estrangeiros em Portugal.
- Manhãs de Verão no Museu da Electricidade – Encontro de gerações nos meses de Agosto e Setembro. As manhãs de domingo foram dedicadas a toda a família: experiências pedagógicas e lúdicas de introdução ao estudo da electricidade para as crianças, e um programa musical variado para os adultos.

### Brasil

- Arte de Fotografar - As Pequenas Coisas da Vida – o Instituto EDP e a EDP Bandeirante premiarão 40 fotógrafos, entre 998 concorrentes que apresentaram 3.642 fotos a concurso. Para além da aposta no acesso e promoção da arte, realizou-se uma exposição que percorreu 28 municípios.
- Abrir portas que nunca existiram – peça de teatro itinerante patrocinada pelo Instituto do Brasil em parceria com a companhia Abaréteatro. Um camião que leva a cultura e educação à população chegou a sete cidades do Tocantins.

### Espanha

- Capilla de Nuestra Señora de los Dolores, em Grado – Iluminação artística do exterior da capela, integrado no programa de recuperação e valorização do património histórico-cultural do Principado de Astúrias.
- Concertos natalícios da Camerata Revillagigedo – ciclo de concertos realizados em quatro localidades asturianas, patrocinados pela Fundação HC em parceria com o Centro Internacional de Arte Contemporâneo Palacio Revillagigedo de Gijón.

## BEM-ESTAR SOCIAL

### Portugal

- Partilhar um Sorriso – programa temporário de distribuição de “tickets” restaurante, aos reformados e pensionistas de sobrevivência EDP com rendimento mensal inferior a 450€.
- EDP Solidária – conjunto de projectos, apoiados pela Fundação EDP, que visam a melhoria da qualidade de vida de pessoas socialmente desfavorecidas, a integração de pessoas ou comunidades em risco de exclusão social. Na edição de 2009, foram seleccionadas 12 instituições a nível nacional que actuam nas áreas de empreendedorismo local e social, apoio à terceira idade, de redução do insucesso escolar, educação ambiental, banco do tempo, exclusão, promoção e integração social e – ajuda a pessoas com necessidades especiais. [www.edp.pt/Sustentabilidade> Fundações> Fundação EDP> EDP Solidária 2009](http://www.edp.pt/Sustentabilidade/Fundações/FundaçãoEDP/EDPSolidária2009).
- Casa das Cores – A EDP doou 25 mil euros a este centro de acolhimento temporário para crianças dos 3 aos 12 anos em perigo e vítimas de maus tratos, no âmbito da 19ª Meia Maratona de Lisboa: por cada chamada telefónica, a EDP contribuiu com um euro.
- Campanha País Solidário – Como resposta à crise financeira, a Fundação EDP em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian promoveu uma campanha que pretendeu minimizar as novas situações de risco de pobreza em Portugal. Os donativos foram distribuídos através da Cáritas, Cruz Vermelha Portuguesa e Federação dos Bancos Alimentares contra a Fome.
- Os atletas com deficiência intelectual mereceram a especial atenção da EDP que patrocinou a Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual (ANDDI), apoiando os atletas em diversas modalidades desportivas, participando nas despesas com estâgios nacionais e deslocações internacionais.



Este Natal ofereça o seu sorriso – O postal de boas festas de papel, do Grupo EDP foi substituído por uma versão electrónica, sendo que a verba correspondente à impressão e envio foi convertida num apoio financeiro a organizações não-governamentais de solidariedade social, em todos os países onde o Grupo opera.



## contributo para a sustentabilidade

### DESPORTO

#### Portugal

- Maratonas de Lisboa, Porto e Setúbal; e o ciclismo: Volta a Portugal em Bicicleta e Lisboa Bike Tour. Provas de grande sucesso que congregam vários milhares de praticantes.

#### Espanha

- XI Semana Asturiana de Vela – realizado em Julho, este evento foi patrocinado pela Fundação Hidroantárbrico e Cajastur.
- Carrera Popular de San Silvestre – a Fundação Hidroantárbrico patrocinou as corridas realizadas a 31 de Dezembro de 2009 em Gijón e em Oviedo. Por cada participante com idade inferior a 12 anos e superior a 60 anos, a Fundação doou 1 euro às instituições de solidariedade social: Cruz Roja, Nuevo Futuro e Energía sin Fronteras.

### 8.3. CAMPANHAS DE VOLUNTARIADO

#### Portugal

- Aprender a Aprender - voluntariado educacional, ao abrigo do protocolo estabelecido com a Junior Achievement Portugal, que tem por missão desenvolver o empreendedorismo, criatividade e inovação nas próximas gerações, através da dinamização de escolas e empresas. No ano lectivo anterior, a EDP contou com a adesão de 83 voluntários desenvolvendo programas dirigidos a: família (1º ciclo), comunidade (1º ciclo), economia para o sucesso (3º ciclo) e empresa (secundário).

#### Campanha de Recolha de Bens

Este Natal dê o que tem a mais a quem tem a menos - uma campanha de recolha de bens não perecíveis que mobilizou os colaboradores EDP em Portugal. Para contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos mais desfavorecidos bastou um pouco de tempo, um gesto e uma dádiva.

- Pontos de recolha instalados ao longo do país: 40
- Colaboradores EDP voluntários: 110
- Bens não perecíveis recolhidos: 11 ton
- Beneficiários: 14 instituições abrangendo 300 mil pessoas

A EDP contou com inúmeros parceiros que apoiaram a campanha em "pro bono", e sem a qual esta não teria sido possível, nomeadamente: Ativism, TSF, Jornal de Negócios, Jornal I, Media Edge:cia, APS Media, MOP, Urbanos e Lógica.

#### Brasil

- Política de Voluntariado - A EDP Brasil, através do Instituto do Brasil aprovou a sua Política de Voluntariado a fim de estimular e apoiar esta prática no seio dos seus colaboradores.
- Campanha de Higiene Bucal - voluntários EDP em parceria com a Colgate e dentistas visitaram escolas no Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins, demonstrando aos alunos a importância de escovar correctamente os dentes de forma a manter uma vida saudável. Foi, também, distribuído um "kit" com escova, pasta de dentes e um folheto sobre saúde bucal.

### 8.4. PARCERIAS E ORGANIZAÇÕES

A EDP, como a maior empresa portuguesa, sempre assumiu um papel de dinamização das melhores práticas internacionais, aderiu e colabora de forma activa com várias organizações prosseguindo o seu caminho de melhoria contínua.

No "site" [www.edp.pt](http://www.edp.pt) > Sustentabilidade > Abordagem à Sustentabilidade > Participações e em [www.edp.pt](http://www.edp.pt) > Sustentabilidade > Fundações > Fundação EDP > Parcerias estão explicitadas as parceiras em vigor, com particular relevância para as áreas de Ambiente, Cidadania e Cultura.

## 9. DESEMPENHO AMBIENTAL

INDICADORES AMBIENTAIS	2009					2008				
	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
<b>Consumo de energia primária (TJ)</b>	242.878	114.472	98.341	64	n.a.	237.259	141.842	95.329	88	n.a.
Carvão	132.628	81.675	50.952	n.a.	n.a.	121.423	65.442	55.981	n.a.	n.a.
Fuelóleo	6.105	5.909	196	n.a.	n.a.	11.292	11.076	217	n.a.	n.a.
Gás natural <sup>1</sup>	89.051	52.472	36.579	n.a.	n.a.	90.180	64.463	25.716	n.a.	n.a.
Gás de alto forno	7.996	0	7.996	n.a.	n.a.	9.673	0	9.673	n.a.	n.a.
Gás de coque	1.483	0	1.483	n.a.	n.a.	2.496	0	2.496	n.a.	n.a.
Gasóleo	109	16	93	n.a.	n.a.	86	11	75	n.a.	n.a.
Resíduos florestais	4.227	4.227	0	n.a.	n.a.	676	676	0	n.a.	n.a.
Gás siderúrgico	1.030	0	1.030	n.a.	n.a.	1.156	0	1.156	n.a.	n.a.
Combustível da frota automóvel	249	172	13	64	n.a.	277	174	15	88	n.d.
<b>Consumos electricidade (MWh)</b>										
Consumos próprios da Produção	2.429.843	1.800.337	629.506	n.d.	n.d.	2.244.466	1.572.290	672.175	n.d.	n.d.
Serviços administrativos	33.256	18.590	942	7.463	6.261	31.138	21.373	851	11.914	n.d.
Perdas nas redes (%)	8,32	6,84	4,97	12,68	n.a.	8,39	7,50	3,63	11,99	n.a.
<b>Certificação Ambiental</b>										
Certificação Ambiental ISO 14001 (MW)	12.633	8.835	3.347	452	0	11.424	8.491	2.933	0	0
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	62	84	63	26	0	61	88	60	0	0
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	100	0	0	100	100	100	0	0
<b>Emissões atmosféricas</b>										
<b>Emissões Totais (kt)</b>										
CO <sub>2</sub> <sup>1</sup>	20.007	11.075	8.932	n.a.	n.a.	19.783	10.110	9.673	n.a.	n.a.
SO <sub>2</sub>	17,07	8,24	8,84	n.a.	n.a.	33,99	21,68	12,31	n.a.	n.a.
NOx	33,31	21,49	11,83	n.a.	n.a.	33,26	20,15	13,11	n.a.	n.a.
Partículas	1,05	0,55	0,50	n.a.	n.a.	1,68	0,83	0,85	n.a.	n.a.
Mercurio (kg)	142	100	42	n.a.	n.a.	145	69	76	n.a.	n.a.
SF <sub>6</sub> (kg)	280	227	5	48	n.a.	333	234	42	57	n.a.
Emissões específicas globais de CO <sub>2</sub> (g/kWh)	362,3 <sup>(2)</sup>	411 <sup>(2)</sup>	594 <sup>(2)</sup>	n.a.	n.a.	387	388	613	n.a.	n.a.
<b>Emissões específicas do parque térmico (g/kWh)</b>										
CO <sub>2</sub>	704,7 <sup>(2)</sup>	632 <sup>(2)</sup>	821 <sup>(2)</sup>	n.a.	n.a.	647	552	790	n.a.	n.a.
SO <sub>2</sub>	0,60 <sup>(2)</sup>	0,47 <sup>(2)</sup>	0,74 <sup>(2)</sup>	n.a.	n.a.	1,13	1,18	1,05	0	n.a.
NOx	1,17 <sup>(2)</sup>	1,23 <sup>(2)</sup>	0,99 <sup>(2)</sup>	n.a.	n.a.	1,11	1,10	1,12	0	n.a.
Partículas	0,04 <sup>(2)</sup>	0,03 <sup>(2)</sup>	0,04 <sup>(2)</sup>	n.a.	n.a.	0,06	0,05	0,07	0	n.a.
<b>Água captada por fonte de origem (10<sup>3</sup>x m<sup>3</sup>)</b>										
Oceano	1.606.412	1.166.003	440.409	n.a.	n.a.	1.495.630	1.001.546	494.084	0	n.a.
Rio/Ribeira	119.170	104.887	14.283	n.a.	n.a.	205.097	188.321	16.776	0	n.a.
Albufera	316	316	0	n.a.	n.a.	2.078	2.078	0	0	n.a.
Furo	1.086	745	341	n.a.	n.a.	884	884	0	0	n.a.
Poço	40	12	0	28	n.a.	33	15	0	18	n.a.
<b>Utilização da Água (10<sup>3</sup>x m<sup>3</sup>)</b>										
Água de refrigeração	1.726.053	1.271.032	455.021	n.a.	n.a.	1.700.122	1.189.836	510.287	0	0
Água bruta	6.577	4.013	2.564	n.a.	n.a.	6.688	3.898	2.790	n.d.	0
Água potável	245	134	24	86	n.a.	253	159	12	80	2
<b>Águas residuais (m<sup>3</sup>)</b>										
Efluente tratado na actividade de produção	3.624.412	1.368.573	2.255.839	n.a.	n.a.	4.323.869	2.034.430	2.289.439	0	0
Rejeição para meio marítimo	1.608.305.923	1.166.689.787	441.616.136	n.a.	n.a.	1.497.569.009	1.002.326.244	495.242.765	0	0
Rejeição para águas interiores e estuarinas	112.435.382	100.952.408	11.482.974	n.a.	n.a.	195.436.820	184.037.335	11.399.485	0	0
<b>Resíduos encaminhados para destino final</b>										
Total de resíduos (t)	929.642	587.289	333.287	8.931	136	835.922	390.267	438.206	7.363	86
Total de resíduos perigosos (t)	3.012	1.776	1.129	91	22	3.328	1.914	1.287	98	29
Resíduos valorizados (%)	94	98	86	99	98	85	88	83	99	100
<b>Principais categorias de resíduos (t)</b>										
Cinzas volantes de carvão valorizadas	580.062	333.303	246.759	n.a.	n.a.	583.352	248.408	334.944	0	0
Óleos usados	959	600	222	58	79	672	470	169	20	12
PCB	314	0	314	0	0	64	3	61	0	0
Metais	3.072	799	685	1.525	63	5.553	3.979	722	554	298
Gesso	129.179	86.736	42.443	n.a.	n.a.	85.247	64.779	20.648	0	0
<b>Biodiversidade</b>										
Linhas AT em áreas classificadas (km)	948	844	39	65	n.a.	931	850	39	42	n.a.
Linhas MT em áreas classificadas (km)	12.930	8.383	613	3.934	n.a.	12.700	8.247	610	3.843	n.a.
Subestações em áreas classificadas (n <sup>o</sup> )	42	19	11	12	n.a.	41	19	10	20	n.a.
<b>Despesas ambientais (mil €)</b>	<b>118.898</b>	<b>73.693</b>	<b>27.793</b>	<b>11.428</b>	<b>5.984</b>	<b>163.783</b>	<b>91.338</b>	<b>52.239</b>	<b>20.206</b>	<b>n.d.</b>
Investimento ambiental	86.670	62.889	11.079	9.495	3.207	131.512	84.064	30.233	17.215	n.d.
Gastos ambientais	32.228	10.804	16.714	1.933	2.777	32.270	7.274	22.006	2.991	n.d.
<b>Cumprimento</b>										
Multas e penalidades Ambientais (mil €)	29	0	29	0	0	132	0	132	0	0
Reclamações ambientais (n <sup>o</sup> )	101	89	n.d.	12	n.d.	90	90	n.d.	n.d.	n.d.

<sup>1</sup> Não inclui a frota automóvel

<sup>2</sup> Calculado relativamente à produção líquida conforme estipulado na GRI.



## contributo para a sustentabilidade

### 9.1. GERIR OS ASPECTOS AMBIENTAIS

A EDP assume na sua Política de Ambiente a ambição de ser líder de referência na gestão ambiental das suas actividades, considerando as partes interessadas no processo de decisão e promovendo as boas práticas neste domínio. Informação complementar sobre a Política de Ambiente da EDP e a organização interna da área ambiente pode ser consultada em [www.edp.pt](http://www.edp.pt) > Sustentabilidade > Ambiente.

A manutenção do Sistema de Gestão Ambiental Corporativo de acordo com a ISO 14001:2004, enquadra e reforça o compromisso da EDP em integrar os aspectos ambientais nos processos de planeamento e tomada de decisão a todos os níveis, designadamente no que respeita à avaliação, controlo e minimização dos impactos significativos que possam decorrer das suas actividades.



A melhoria contínua na gestão ambiental é ainda promovida pela manutenção e extensão das certificações dos sistemas de gestão ambiental, de acordo com a ISO 14001:2004. Hoje, a EDP conta com 62% de produção instalada, toda a actividade de distribuição de gás e a actividade de manutenção de Subestações, gerida pelo Departamento de Subestações de Coimbra da Distribuição de electricidade em Portugal, certificadas de acordo com a ISO 14001:2004. Até final de 2009, a EDP contava ainda com o registo no EMAS de 19% da sua potência instalada.

As abordagens da empresa a cada um dos aspectos ambientais mais significativos podem ser encontradas em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

Todos os anos são assumidos valores previstos associados a um conjunto de indicadores ambientais de controlo, conforme pode ser observado na tabela seguinte. As variações encontradas, são explicadas, quando justificado, ao longo do capítulo.

#### INDICADORES AMBIENTAIS CHAVE EDP

	2009	Valores Previstos	Variação
<b>Consumo de energia primária</b>			
Total para a actividade de produção (TJ)	242.878	225.395	17.483 ↓
<b>Certificação Ambiental ISO 14 001</b>			
Potência máxima instalada certificada (%)	62	67	-5 ↓
Distribuição de gás certificado	100	100	0 ↑
<b>Emissões atmosféricas</b>			
Específicas globais de CO <sub>2</sub> (g CO <sub>2</sub> /kWh)	362	341	22 ↓
Intensidade de emissões CO <sub>2</sub> (g/€)	1.640	1.566	74 ↓
<b>Água</b>			
Utilização da água (10 <sup>3</sup> xm <sup>3</sup> )	1.732.875	1.767.929	-35.054 ↑
<b>Resíduos</b>			
Total resíduos (mil t)	930	500	430 ↓
<b>Despesas ambientais</b>			
Despesas ambientais (milhões €)	119	71	48 ↑
Investimento ambiental (milhões €)	87	40	47 ↓
% do investimento ambiental no total do investimento	3,67	1,14	3 ↓

↑ Melhor face ao previsto ↓ Pior face ao previsto  
 ↑ Aumento, face ao previsto ↓ Diminuição face ao previsto

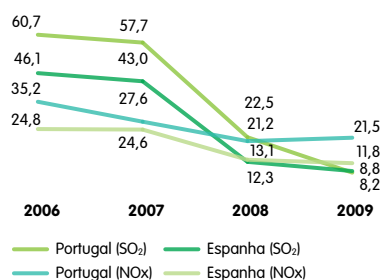
A EDP detém, ainda, uma participação financeira (15,5%) na central nuclear de Trillo, em Espanha, não consolidando a informação ambiental desta central. No entanto, informação sobre o seu desempenho está disponível em [www.cnat.es](http://www.cnat.es).

#### 9.1.1. EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Os sistemas de dessulfuração, já completamente operacionais nas centrais a carvão, permitiram uma redução muito significativa das emissões globais de SO<sub>2</sub>.

Para redução das emissões de NO<sub>x</sub> foi concluído o reforço das medidas primárias de redução de NO<sub>x</sub> com a instalação do sistema BOFA na Central de Sines. Encontra-se em implementação nessa Central um sistema de desnitrificação catalítica dos gases de combustão que se apresenta com uma eficiência da ordem dos 70% face aos níveis de emissão actuais. O sistema já se encontra em construção no Grupo 2 e será progressivamente implementado nos Grupos 1, 3 e 4 em 2011.

#### Evolução das Emissões Atmosféricas (kt)



#### 9.1.2. USO DA ÁGUA

A maior captação de água é para utilização nos circuitos de refrigeração. Só uma pequena quantidade é perdida nos circuitos de refrigeração fechados sendo, totalmente restituída ao meio hídrico no caso dos circuitos abertos.

O impacte térmico da água de refrigeração das centrais termoelectricas da EDP é pontualmente monitorizado,

de acordo com as características específicas de cada central e respectivas licenças ambientais. A termografia aérea e as medições pontuais são os métodos utilizados pela Empresa, que cumpre os limites de temperatura estipulados. A utilização de torres de refrigeração, em todos os novos projectos, veio minimizar substancialmente este impacte, uma vez que reduz muito significativamente a água enviada para o meio aquático.

### 9.1.3. PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Nas actividades de produção da EDP são gerados em grandes quantidades resíduos de cinzas volantes e escórias resultantes da combustão de carvão e fuelóleo em centrais térmicas. As cinzas volantes de carvão apresentam um elevado potencial de valorização e são utilizadas, desde há vários anos, como subproduto na indústria cimenteira e betoneira. O quantitativo de cinzas volantes de carvão da central de Sines, valorizadas por aplicação na indústria cimenteira e na indústria de betão pronto, atingiu as 333.303 toneladas. No seguimento do objectivo de erradicação do aterro de Cinzas e outros Resíduos de Fuelóleo localizado nos terrenos da central de Sines, foram encaminhadas para valorização 4.645 toneladas.

Nos processos de dessulfuração é recolhido gesso, para o qual se estuda a viabilidade da respectiva comercialização no mercado.

Existem ainda outros resíduos produzidos nos processos de operação e manutenção. Entre eles encontram-se em maior quantidade os postes de betão e os óleos usados.

De acordo com a Convenção de Basileia, a EDP limita o movimento transfronteiriço dos seus resíduos. Apenas é permitida a exportação de resíduos de PCBs ou resíduos provenientes de situações acidentais em que Portugal não disponha da capacidade técnica e instalações necessárias para a sua eliminação.

A EDP dispõe ainda de um plano de eliminação de PCBs com termo no ano de 2010. Apenas uma quantidade residual em Portugal e Espanha está para encaminhar durante este ano.

A EDP registou um derrame de óleo com PCB por fuga de transformador na Subestação de Carrió em Espanha. Em Portugal registou um conjunto de ocorrências de pequenos derrames correspondentes a um volume total de 24 m<sup>3</sup> de óleo. Ocorreu, ainda, uma ruptura de um transformador com origem numa descarga atmosférica. Foram desencadeadas acções de emergência que permitiram recuperar 5 m<sup>3</sup> de óleo e 10 m<sup>3</sup> de mistura água/óleo evitando, assim, danos ambientais.

Nesta matéria, a EDP implementa medidas de prevenção e minimização de ocorrências e impactes, recorrendo a gestores de resíduos licenciados para o tratamento de solos contaminados.

### 9.1.4. DESPESAS AMBIENTAIS

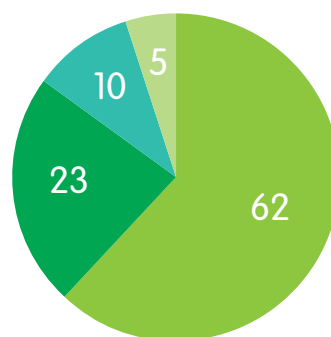
Em 2009, a EDP incorreu em gastos ambientais para evitar, reparar ou minimizar os danos ambientais num montante de cerca de 119 milhões de euros. O investimento ambiental foi de 87 milhões de euros, correspondendo a 3,67% no total do investimento do Grupo EDP. Destacam-se os valores gastos

para minimizar os efeitos da poluição atmosférica (cerca de 68 milhões de euros) e para reduzir os impactos sobre a biodiversidade e paisagem (cerca de 19 milhões de euros). As receitas ambientais provenientes da venda de resíduos e de subprodutos foram de 10 milhões de euros.

Para informação detalhada sobre informação financeira ambiental, consultar o Caderno Financeiro, nota 50.

Destaca-se ainda a provisão ambiental para o desmantelamento da central nuclear de Trillo no valor de 21.466 mil euros e 63.956 mil euros para o desmantelamento de Parques Eólicos.

### Gastos Ambientais em 2009



■ Portugal ■ Espanha ■ Brasil ■ EUA

### 9.1.5. CAMPOS ELÉCTRICOS E MAGNÉTICOS

A EDP tem acompanhado os desenvolvimentos científicos associados ao estudo da potencial perigosidade associada à exposição de longa duração aos campos eléctricos e magnéticos gerados nas linhas de distribuição de energia eléctrica.

Com algumas publicações e acções de sensibilização ocorridas durante 2008, em 2009 foi iniciado um novo projecto que visa estudar soluções para melhorar os actuais níveis de campo eléctrico e magnético, associado a instalações tipo de distribuição de energia eléctrica.

Informação pedagógica sobre os efeitos na saúde decorrentes da exposição prolongada aos campos eléctricos e magnéticos está disponível em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

### 9.1.6. NOVOS PROJECTOS

A estratégia de crescimento da EDP tem assentado preferencialmente na expansão do seu parque electroprodutor renovável, nomeadamente produção eólica e hídrica.

A incorporação da componente ambiental em fase de planeamento e projecto é já comum para todo o Grupo, existindo actualmente uma especial preocupação com a manutenção e melhoria da qualidade de vida das populações locais, descrita com maior detalhe no capítulo Comunidade.

Durante 2009, a EDP disponibilizou online os Estudos de Impacte Ambiental integrais, promovendo a participação pública e desenvolveu um portal de acompanhamento dos seus novos aproveitamentos hidroeléctricos, onde podem ser



## contributo para a sustentabilidade

consultadas as evoluções de cada projecto e obra em curso, em Portugal ([www.a-nossa-energia.edp.pt](http://www.a-nossa-energia.edp.pt)).

### 9.2. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A EDP assumiu no passado, o compromisso de, até 2012, reduzir em 56% as suas emissões específicas de CO<sub>2</sub> face a 2005.

Mais recentemente, por ocasião da Conferência de Copenhaga sobre Alterações Climáticas, a EDP alargou esse compromisso, colocando a meta da redução de emissões específicas de CO<sub>2</sub>, em 2020, em 70% do valor registado em 2008.

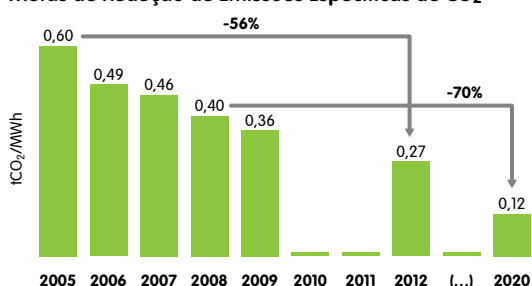
Esta meta ambiciosa está em consonância com a política de desenvolvimento sustentável assumida pela EDP, que a posiciona como uma das empresas líder a nível mundial neste domínio, e cujos principais eixos estratégicos são:

- Centrar o plano de expansão do sistema electroprodutor no aproveitamento de fontes de energia renováveis (FER), designadamente eólica e hídrica;
- Investir em tecnologias de produção mais limpas e eficientes, e.g. CCGT;
- Promover a eficiência energética tanto a nível tecnológico como comportamental.

Em 2009, a componente renovável dos activos de produção da EDP, em termos de capacidade instalada, situou-se em 60,7% (ligeiramente superior ao valor de 2008) e a energia eléctrica produzida a partir de FER representou 50,5% da produção total (42% em 2008).

Com esta estrutura de produção, o factor de emissão global desceu para 0,362 tCO<sub>2</sub>/MWh (0,400 em 2008), seguindo a tendência decrescente dos últimos anos e convergindo para as metas assumidas para 2012 e 2020.

#### Metas de Redução de Emissões Específicas de CO<sub>2</sub>



Em Portugal, o ano de 2009 foi menos seco que o anterior - índice de hidraulicidade de 0,77 (0,56 em 2008) -, o que permitiu uma maior contribuição da energia hídrica no mix global. Ainda assim, houve necessidade de recorrer intensivamente à produção de origem térmica para satisfazer as necessidades do sistema electroprodutor nacional. Este facto teve consequências ao nível da gestão do CO<sub>2</sub> no âmbito do Comércio Europeu de Licença de Emissões (CELE), tendo a EDP excedido em cerca de 1,8Mt os créditos que lhe foram atribuídos.

Houve assim necessidade de compensar este excesso com recurso à utilização de créditos disponíveis na carteira gerida centralmente pela UNGE e aquisição de títulos no mercado.

### Licenças de emissão de CO<sub>2</sub> atribuídas ao Grupo EDP em 2009

EMISSIONES DE CO <sub>2</sub> (KT)		
	Licenças atribuídas em 2009	Emissões reais em 2009
<b>Portugal</b>		
Sines	5.833,30	7.706,30
Setúbal	1.119,00	166,6
Carregado	377,2	13,9
Barreiro	139	248,2
Tunes	4,5	0,9
Ribatejo	1.423,10	2.131,20
Energin	226	194,9
Soporgén	239,3	240,8
Mortágua	1,2	1,3
Lares	381,5	364,4
<b>Total PORTUGAL</b>	<b>9.744,10</b>	<b>11.068,30</b>
<b>Espanha</b>		
Aboño	5.362,20	5.718,90
Soto de Ribera	1.640,60	1.319,00
Soto 4	328,3	543,9
Castejón	627,4	800,8
H. Central Oviedo	27,7	29,6
EITO Cogeneración	20,3	24,2
Tercia	52,9	65,3
Intever	29,8	63,1
Sinova	52,9	57,6
Biogas y Energía	28,4	37,9
Sidergás Energía	271,9	271,9
<b>Total ESPANHA</b>	<b>8.442,40</b>	<b>8.932,20</b>
<b>TOTAL EDP</b>	<b>18.186,50</b>	<b>20.000,50</b>

1 - As emissões de CO<sub>2</sub> de Portugal não incluem as centrais de Rodão (1,1kt), Figueira da Foz (4,4kt), e Constância (0,5kt)  
 2 - Para efeitos de comparação, as emissões de CO<sub>2</sub> de Mortágua são apresentadas na totalidade.  
 3 - Inclui emissões de CO<sub>2</sub>, produzidas pelas centrais Sidergás, Abonõl e 2 que queimam gás siderúrgico. Estas diferem face ao apresentado na informação financeira, nota 46.

No Brasil, a carteira de projectos CDM (Clean Development Mechanism) foi reforçada no seguimento da aquisição dos parques eólicos de água doce e Horizonte, que já tinham projectos aprovados (ver quadro abaixo). Para além destes projectos, está em preparação o da central mini-hídrica de Santa Fé e, já em fase de validação, um pacote de outras mini-hídricas composto pelas máquinas 1, 2 e 3 de Mascarenhas, Suíça e Rio Bonito.

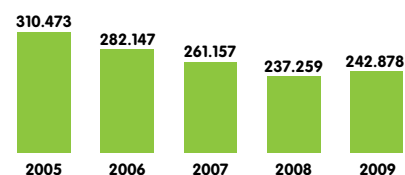
#### ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Projecto	Tipo	Reduções anuais (tCO <sub>2</sub> e/ano)	Validade	Reduções totais
Mascarenhas	Mini-hídrica	50.466	2015 (renovável)	353.262
Paraíso	Mini-hídrica	30.310	2018	303.095
S. João	Mini-hídrica	32.344	2015 (renovável)	226.408
Água Doce	Eólica	13.704	2013 (renovável)	95.928
Horizonte	Eólica	6.227	2011 (renovável)	43.587

Em 2009, foram vendidos no mercado europeu 32.588 VERs (Verified Emission Reductions) provenientes destes CDMs.

O consumo global de energia primária, incluindo frota, foi de aproximadamente 243.000 TJ em 2009, aumentando ligeiramente (2,4%) face a 2008 devido a uma maior utilização das centrais a carvão e centrais de biomassa na Península Ibérica.

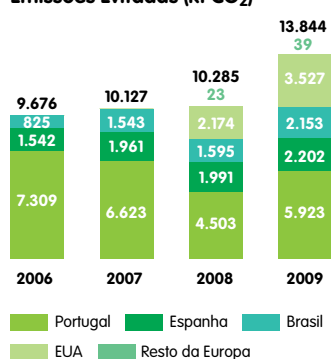
#### Consumo de Energia Primária (TJ)



Em 2009 a eficiência das centrais a carvão e de ciclo combinado, definida como o rácio da energia líquida produzida face à energia primária, foi de 37,3% e 53,9%, respectivamente.

A estratégia de forte aposta nas Renováveis em todas as geografias onde a EDP opera continua a traduzir-se num impacte muito significativo ao nível das emissões de CO<sub>2</sub> evitadas, que na ausência desta estratégia, seriam originadas em centrais termoeléctricas convencionais. De 2008 para 2009, este indicador cresceu 35%.

**Emissões Evitadas (kt CO<sub>2</sub>)**



No vector estratégico do lado da procura – eficiência no uso final de energia – a EDP reforçou, em 2009, as acções no âmbito do Programa ECO. A descrição destas acções, bem como de outras iniciativas levadas a cabo em 2009, apresenta-se no capítulo Clientes.

### 9.3. BIODIVERSIDADE

**GESTÃO EDP EM ÁREAS CLASSIFICADAS EM 2009**

Redes de Distribuição (km)		Portugal	Espanha	Brasil	EUA
AT	Aérea	834	39	64	n.a.
	Subterrânea	11	0,5	0,1	n.a.
MT	Aérea <sup>(1)</sup>	7.640	587	3.924	n.a.
	Subterrânea	743	26	10,3	n.a.
<b>Nº de Subestações</b>		19	11	12	n.a.
Actividade de Produção (ha)					
Áreas inundadas por albufeiras*		3.426	260	0	n.a.
Áreas afectas à produção eólica		792	n.d.	0	0
Parques eólicos em áreas sensíveis (%)		17	11	n.d.	0

\* Não inclui Alqueva e Pedrógão

A EDP tem a sua Política de Biodiversidade publicada desde 2007. Durante 2009 foi produzida uma brochura com o objectivo de dar a conhecer, com maior detalhe, os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos nesta área, considerada estratégica para o Grupo por serem reconhecidos os fortes impactes ambientais decorrentes essencialmente dos novos projectos em curso. Esta brochura será publicada apenas durante 2010, Ano Internacional da Biodiversidade.

Na actividade de Produção, o processo de certificação ambiental dos centros electroprodutores considera os aspectos ambientalmente mais relevantes, dos quais se inclui, sempre que aplicável, os aspectos relacionados com os impactes nos ecossistemas circundantes.

Destaca-se, ainda, o trabalho de avaliação da eficácia dos caudais ecológicos existentes nalguns aproveitamentos

hidroeléctricos em Portugal e Espanha, assim como o levantamento da situação de referência a jusante dos restantes aproveitamentos em Portugal, que permitirão avaliar a eficácia dos futuros caudais ecológicos a implementar.

#### ELEVADOR DE PEIXES NA CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE PROAZA

A HC Energía iniciou as obras de construção de um elevador para minimização dos impactes na comunidade piscícola afectada pelo aproveitamento hidroeléctrico de Proaza. Este elevador foi desenhado para cumprir os seguintes objectivos:

- Permitir a passagem de diferentes espécies, como o salmão, sável, a truta, a enguia e, potencialmente, o esturjão, ainda que para esta espécie poderão ter de ser consideradas medidas complementares;
- Garantir o correcto funcionamento durante todas as fases de migração (todo o ano);
- Respeitar a integridade física dos migradores.

Na Produção eólica destaca-se a importância da monitorização dos novos aproveitamentos. Durante 2009, 66% dos parques tinham em curso estudos de monitorização, num total de 218 estudos.

Na actividade de Distribuição, o impacte na avifauna é o aspecto ambiental mais relevante, com a gestão da vegetação nas faixas de protecção a merecerem uma atenção especial mais recentemente.

Até hoje, em Portugal foram protegidos aproximadamente 126km de rede de linhas eléctricas contra os efeitos de colisão e electrocussão da Avifauna, estando previstas correcções em cerca de 247km de linhas até 2011. Grande parte deste trabalho decorre de um Protocolo antigo existente entre a EDP, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, e duas Organizações Não Governamentais: a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e a Quercus, que conjuntamente têm vindo a identificar as zonas de maior perigosidade para a Avifauna. Este trabalho é reconhecido pela Entidade Reguladora do Sector Energético.

Na actividade de gestão de faixas, Portugal tem em curso dois programas distintos que irão melhorar significativamente estes processos:

- Projecto aprovado pela Entidade Reguladora do Sector Energético que tem por objectivo desenhar um manual de Boas Práticas de Gestão nas Faixas de Protecção de Linhas de Alta e Média Tensão, com particular enfoque para regiões com estatuto de protecção ambiental, procurando igualmente promover o seu potencial como Corredores Ecológicos.
- Projecto Saffinet, para implementação de um "Sistema de Caracterização de Boas Práticas de Gestão de Faixas de Gestão de Combustível (FCG) associadas às Redes de Distribuição de Energia Eléctrica", que permite, entre outros aspectos, identificar as faixas e prever ciclos de intervenção, assim como minimizar os impactes na biodiversidade causados por esta intervenção obrigatória.



## relatório do governo da sociedade

<b>90</b>	<b>DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO</b>	<b>129</b>	<b>REMUNERAÇÕES</b>
94	Enquadramento estatutário da matéria da independência e das incompatibilidades	129	Remuneração dos Órgãos Sociais
94	Declarações em matéria de independência e incompatibilidades	129	Remuneração da Mesa da Assembleia Geral
<b>95</b>	<b>ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO</b>	129	Remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo
95	Modelo de Governo Societário	131	Remuneração dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão
96	Estrutura Orgânica da Sociedade	131	Remuneração dos demais Dirigentes
97	Órgãos Sociais	131	Acordos relativos à cessação do vínculo de administração ou de trabalho
106	Negócios entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo	131	Planos de Atribuição de Acções e/ou de Opções de Aquisição de Acções ou com base nas Variações do Preço das Acções
<b>107</b>	<b>ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP</b>	132	Remuneração do Auditor
107	Modelo organizativo do Grupo	<b>132</b>	<b>ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS</b>
111	Comités específicos da EDP (Estruturas Funcionais)	132	EDP no Mercado de Capitais
117	Provedor do cliente	133	Factores que influenciaram a evolução da cotação das acções EDP
117	Sucursal em Espanha	136	Política de Distribuição de Dividendos
118	Sistema de Controlo e de Gestão de Risco	<b>137</b>	<b>RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO</b>
<b>124</b>	<b>ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS</b>	137	Deveres Gerais de Informação
124	Estrutura de Capital	137	Direcção de Relação com Investidores da EDP
125	Estrutura Accionista	138	Informação da Sociedade no "Website" da Internet da Sociedade
127	Titulares de Direitos Especiais		
127	Restrições à Transmissibilidade das Acções		
127	Acordos Parassociais		
127	Assembleia Geral e Participação na Assembleia		
127	Voto e Exercício do Direito de Voto		
128	Voto por Correspondência/por Meios Electrónicos		
128	Quórum e Deliberações		
128	Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas		
129	Medidas relativas ao Controlo e Mudança do Controlo da Sociedade		







## governo da sociedade

## 1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A. (“EDP”) é uma sociedade emitente de acções que se encontram admitidas à negociação no mercado regulamentado da NYSE Euronext Lisbon (denominado Eurolist by Euronext Lisbon), sendo-lhe, por esse motivo, aplicáveis as recomendações em matéria de governo societário constantes do “Código de Governo das Sociedades”, o qual consiste num acervo de recomendações sobre “corporate governance” aprovado pela CMVM em Setembro de 2007. O texto deste código encontra-se disponível ao público no “website” da CMVM, em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

Desde a admissão das suas acções à cotação na anterior Bolsa de Valores de Lisboa, a organização e o funcionamento da estrutura de governo societário da EDP têm sido orientadas para a prossecução dos mais elevados padrões de governo societário, de conduta e ética empresarial, tendo por

referência as melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de “corporate governance”.

Neste contexto, a EDP declara adoptar, de um modo geral, as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas constantes do referido “Código de Governo das Sociedades” aprovado em Setembro de 2007 e que vigorava durante o exercício de 2009, com excepção da Recomendação I.6.2 do mencionado código, a qual não é adoptada pelas razões abaixo enunciadas.

Na tabela que se segue encontram-se discriminadas as recomendações da CMVM em matéria de “corporate governance” vertidas no referido Código de Governo das Sociedades, identificando-se a sua adopção integral, ou não, pela EDP, bem como o local em que pode ser consultada informação mais detalhada sobre a adopção de cada recomendação no presente relatório.

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
<b>I. ASSEMBLEIA GERAL</b>			
<b>I.1 Mesa da Assembleia Geral</b>			
<b>I.1.1</b> O presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adoptada		2.3.1
<b>I.1.2</b> A remuneração do presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adoptada		5.2.
<b>I.2 Participação na Assembleia</b>			
<b>I.2.1</b> A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos Estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	Adoptada	Artigo 14º dos Estatutos	4.7.
<b>I.2.2.</b> Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária na primeira sessão.	Adoptada		4.7.
<b>I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto</b>			
<b>I.3.1</b> As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	Adoptada	Artigo 14º dos Estatutos	4.9.
<b>I.3.2</b> O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Adoptada	Artigo 14º dos Estatutos	4.9.
<b>I.3.3</b> As sociedades devem prever, nos seus Estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Adoptada	Artigo 14º dos Estatutos	4.8.
<b>I.4 Quórum e Deliberações</b>			
<b>I.4.1</b> As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada		4.10.
<b>I.5 Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas</b>			
<b>I.5.1</b> As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Adoptada	A presente recomendação é adoptada na sua generalidade, não se considerando aplicável quanto à manutenção do acervo histórico das listas de presença na Assembleia Geral, atendendo à natureza pessoal dos dados envolvidos.	4.11.

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
<b>I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades</b>			
<b>I.6.1</b> As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	Adoptada	Não existem quaisquer medidas que tenham sido adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição. Relativamente a outras medidas relativas ao controlo da sociedade, nomeadamente a limitação do número de votos exercíveis por cada accionista titular de acções de categoria A prevista no art. 14º, nº 3 dos Estatutos, entende-se que tais medidas, ainda que não tenham sido adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, atendendo à sua génese, às características da estrutura accionista da sociedade e aos interesses gerais que visam tutelar, respeitam os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	4.12.
<b>I.6.2.</b> Os Estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária, sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Adoptada	A alteração de qualquer disposição estatutária encontra-se sujeita a aprovação pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral, não tendo sido estabelecida nos Estatutos da Sociedade qualquer disposição dedicada exclusivamente à apreciação da manutenção ou alteração da regra de limitação do número de votos exercíveis por cada accionista titular de acções da categoria A. Considerando, nomeadamente, a representatividade accionista alcançada na Assembleia Geral de aprovação dos Estatutos em vigor (com uma participação ou representação de 60,70% do capital e uma aprovação por 95% dos votos emitidos), as características da estrutura accionista da sociedade e ainda que a matéria em apreço está sujeita exclusivamente a deliberação dos accionistas, entende-se que os interesses destes em geral são adequadamente respeitados.	4.12.
<b>I.6.3</b> Não devem ser tomadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada		4.12.
<b>II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>			
<b>II.1 Temas Gerais</b>			
<b>II.1.1 Estrutura e Competência</b>			
<b>II.1.1.1</b> O Órgão de Administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adoptada		2.1.
<b>II.1.1.2</b> As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a deteção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Adoptada		3.6.
<b>II.1.1.3</b> Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio da Internet da sociedade.	Adoptada		2.3.2. e 2.3.3.
<b>II.1.2 Incompatibilidades e Independência</b>			
<b>II.1.2.1</b> O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação dos membros executivos.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<b>II.1.2.2</b> De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<b>II.1.3 Elegibilidade E Nomeação</b>			
<b>II.1.3.1</b> Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada		2.3.8
<b>II.1.4 Política de Comunicação e Irregularidades</b>			
<b>II.1.4.1</b> A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adoptada		2.3.8.
<b>II.1.4.2</b> As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.	Adoptada		2.3.8.



## governo da sociedade

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
<b>II.1.5 Remuneração</b>			
<b>II.1.5.1</b> A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.	Adoptada		5.3.
<b>II.1.5.2</b> A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.	Adoptada		5.1 a 5.5
<b>II.1.5.3</b> Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.	Adoptada		2.3.5. e 2.3.8.
<b>II.1.5.4</b> Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários	Não aplicável		
<b>II.1.5.5</b> A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	Adoptada		5.3. e 5.4.
<b>II.2. Conselho de Administração</b>			
<b>II.2.1</b> Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<b>II.2.2</b> O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<b>II.2.3</b> Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<b>II.2.4</b> O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<b>II.2.5</b> O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP. Para além do argumento resultante da inserção sistemática, é entendimento da EDP que a adopção do modelo de governo dualista permite obter a tutela dos mesmos direitos na medida em que: • A contratação e o relacionamento com o auditor externo são da competência do Conselho Geral e de Supervisão e não do órgão de administração; • O Revisor Oficial de Contas é eleito pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Geral e de Supervisão, o qual acompanha em permanência a sua actividade; • A avaliação da independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo, na sua relação com a Sociedade, são da competência do Conselho Geral e de Supervisão suportada na actividade da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, conforme resulta do regulamento deste.	

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
<b>II.3 Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo</b>			
<b>II.3.1</b> Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adoptada		2.3.3.
<b>II.3.2</b> O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho geral e de supervisão e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<b>II.3.3</b> O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Adoptada		2.3.3.
<b>II.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal</b>			
<b>II.4.1</b> O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adoptada		2.3.2
<b>II.4.2</b> Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adoptada		2.3.2.
<b>II.4.3</b> Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.			2.3.2.
<b>II.4.4</b> A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Adoptada		2.3.8.
<b>II.4.5</b> A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada		2.3.8.
<b>II.5. Comissões Especializadas</b>			
<b>II.5.1</b> Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Adoptada		2.3.8.
<b>II.5.2</b> Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Adoptada		2.3.8.
<b>II.5.3</b> Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Adoptada		2.3.8.
<b>III. Informação e Auditoria</b>			
<b>III.1 Deveres Gerais de Informação</b>			
<b>III.1.2</b> As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adoptada		7.1. e 7.2.
<b>III.1.3</b> A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	Adoptada		7.3



## governo da sociedade

### 1.1. ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO DA MATÉRIA DA INDEPENDÊNCIA E DAS INCOMPATIBILIDADES

Os Estatutos da EDP, que se encontram disponíveis para consulta no seu "Website" ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)), consagram regras em matéria de independência e incompatibilidades para o exercício de funções em qualquer corpo social da Sociedade.

Os critérios de independência previstos nos Estatutos encontram-se em linha com os estabelecidos no artigo 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, determinando que a independência corresponde à ausência de relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta e a ausência de circunstâncias que possam afectar a isenção de análise ou decisão, nomeadamente em virtude de as pessoas em causa serem titulares, ou actuarem por conta de titulares, de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da EDP ou terem sido reeleitas por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

A aferição da independência dos membros dos corpos sociais deve ser promovida por cada corpo social em relação aos respectivos membros, obedecendo às disposições legais e regulamentares aplicáveis em cada momento e devendo ser fundamentada quando divirja de critérios constantes de recomendações que a EDP deva tomar em conta sem carácter imperativo.

Em matéria de incompatibilidades e como forma de acautelar o interesse social e o interesse dos seus accionistas, foi estabelecido estatutariamente que o exercício de funções em qualquer corpo social da EDP é incompatível com:

- A qualidade de pessoa, singular ou colectiva, relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP;
- O exercício de funções, de qualquer natureza ou a qualquer título, designadamente por investidura em cargo social, por contrato de trabalho ou por contrato de prestação de serviço, em pessoa colectiva concorrente ou em pessoa colectiva relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP;
- A indicação, ainda que apenas de facto, para membro de corpo social por pessoa colectiva concorrente ou pessoa, singular ou colectiva, relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP.

Nesse contexto, de acordo com os Estatutos:

- Pessoa colectiva concorrente consiste na pessoa colectiva que exerça, directa ou indirectamente, actividade concorrente com actividade desenvolvida pela EDP, ou por sociedade na qual a EDP detenha participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital social ou dos direitos de voto, em Portugal ou no estrangeiro, desde que, neste último caso, em mercado em que a EDP, ou sociedade dominada, exerça actividade através de um estabelecimento estável;
- Pessoa relacionada com pessoa colectiva concorrente é aquela (i) cujos direitos de voto sejam imputáveis a esta última nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários ou disposição que o venha a modificar ou

substituir ou (ii) que, directamente ou indirectamente, detenha, em pessoa colectiva concorrente, em sociedade com ela em relação de domínio ou de grupo, tal como configurada no artigo 21º do Código dos Valores Mobiliários, ou em dependência, directa ou indirecta, da mesma sociedade, participação igual ou superior a 10% (dez por cento) dos direitos de voto correspondentes ao capital social da sociedade participada; e

- Pessoa que exerce indirectamente actividade concorrente com a EDP é aquela pessoa colectiva que, directa ou indirectamente, participe ou seja participada em, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital ou dos direitos de voto de sociedade que exerça alguma das actividades desenvolvidas pela EDP, ou por sociedade dominada.

A incompatibilidade para o exercício de funções em qualquer corpo social da EDP não é aplicável às pessoas colectivas concorrentes em que a EDP detenha uma participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital social ou direitos de voto ou às pessoas singulares que exerçam funções de qualquer natureza ou a qualquer título, ou que sejam indicadas, ainda que apenas de facto, nessas pessoas colectivas concorrentes, quando a investidura em cargo social de pessoa colectiva concorrente ou o contrato com pessoa colectiva concorrente hajam sido efectuados com base em indicação da EDP ou de sociedade por si dominada.

Também não é aplicável a incompatibilidade acima referida no caso de exercício de funções como membro do Conselho Geral de Supervisão, na medida do permitido por lei, mediante autorização concedida por deliberação prévia e aprovada por maioria de dois terços dos votos emitidos, da Assembleia Geral que proceder à eleição, devendo a relação de concorrência encontrar-se expressamente referida e precisamente identificada na proposta de designação e podendo a deliberação de autorização ser subordinada a condições, nomeadamente à verificação de uma presença no capital social da EDP de não mais de 10% (dez por cento).

### 1.2. DECLARAÇÕES EM MATÉRIA DE INDEPENDÊNCIA E INCOMPATIBILIDADES

Atentos os critérios de aferição de independência previstos no artigo 9º dos Estatutos da Sociedade, os membros do Conselho de Administração Executivo declararam, no início do mandato, o cumprimento na íntegra dos critérios de independência, designadamente por não terem relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta, com pessoas ou grupos de interesses específicos na sociedade susceptíveis de afectar a capacidade de isenção de análise e decisão, e de não serem titulares nem actuarem por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% (dois por cento) do capital da EDP, assim como a inexistência de qualquer incompatibilidade para o exercício do cargo, nos termos do artigo 10º dos Estatutos, nomeadamente por não exercerem funções em empresas concorrentes nem actuarem em representação de nenhuma empresa concorrente ou pessoa colectiva relacionada com empresas concorrentes da EDP.

Os membros do Conselho de Administração Executivo assumiram ainda a obrigação de reportarem ao Presidente deste órgão (e, no caso do Presidente, directamente ao

referido órgão) qualquer circunstância susceptível de, eventualmente, configurar uma situação de incompatibilidade com o estatuto de membro do Conselho de Administração Executivo ou perda do estatuto de membro independente.

Nos termos do respectivo regulamento interno, o Conselho Geral e de Supervisão estabeleceu um procedimento específico relativo ao cumprimento do vasto conjunto de regras relativas a incompatibilidades e independência aplicáveis ao exercício de funções nesse órgão. Esse procedimento compreende os seguintes aspectos:

- A aceitação do cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão é feita mediante declaração escrita, na qual é registada especificamente (i) a inexistência de qualquer situação de incompatibilidade legal ou estatutária de exercício das respectivas funções; (ii) o preenchimento dos requisitos de independência, definidos no respectivo regulamento interno, no caso de a pessoa em causa ter sido eleito como membro independente; (iii) a obrigação dos membros reportarem ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso deste, directamente ao Conselho qualquer facto superveniente susceptível de gerar uma situação de incompatibilidade ou de perda de independência;
- Anualmente, os membros do Conselho Geral e de Supervisão devem renovar as suas declarações relativamente à inexistência de incompatibilidade e, se for o caso, à verificação dos requisitos de independência;
- Também anualmente, o Conselho Geral e de Supervisão faz uma avaliação geral da aplicação das regras sobre incompatibilidades e independência aos seus membros.

Em conformidade com este procedimento,, os membros do Conselho Geral e de Supervisão declararam, de acordo com os critérios de aferição de independência que se encontram previstos no nº 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 9º dos Estatutos, o cumprimento na íntegra dos critérios de independência, designadamente por não terem relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta, com pessoas ou grupos de interesses específicos na sociedade susceptíveis de afectar a capacidade de isenção de análise e decisão, e de não serem titulares nem actuarem por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital da EDP.

Cumpra a este propósito referir que, na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, foi autorizada a eleição da Sonatrach para membro do Conselho Geral e de Supervisão ao abrigo do disposto do nº 4 do artigo 10º dos Estatutos, na medida em que, nos termos conjugados da alínea a) do número 1 e do número 7 do artigo 10º dos Estatutos, a Sonatrach é uma pessoa colectiva concorrente da EDP.

Idênticas declarações de cumprimento dos critérios de aferição de independência e de incompatibilidade para o exercício das respectivas funções previstos no nº 5 do artigo 414º e no nº 1 do artigo 414º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais e nos artigos 9º e 10º dos Estatutos, foram efectuadas pelos Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Durante o mandato em curso, não se verificou nenhuma circunstância que tivesse determinado a perda da independência ou o surgimento de alguma incompatibilidade dos membros do Conselho de Administração Executivo ou dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, nem do Presidente e do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

As declarações acima referidas encontram-se disponíveis ao público no “website” da EDP, em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

Para mais informação sobre a aplicação do regime de incompatibilidade e de independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, ver ponto 2.1.1 do Relatório Anual do referido órgão.

## 2. ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO

### 2.1. MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A EDP adopta, desde 2006, um modelo dualista de governo de sociedade, o qual compreende uma estrutura de administração que tem a seu cargo a actividade de gestão, o Conselho de Administração Executivo, e uma estrutura de fiscalização, o Conselho Geral e de Supervisão.

O modelo de governo da EDP visa assegurar, com transparência e rigor, a separação de funções e a especialização da supervisão. A referida estrutura de administração e fiscalização da EDP compreende três órgãos:

- O Conselho de Administração Executivo;
- O Conselho Geral e de Supervisão; e
- O Revisor Oficial de Contas.

Este modelo pretende também alinhar os interesses da EDP com os interesses dos seus accionistas. Nessa medida, cabe à Assembleia Geral da EDP eleger e destituir os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão (ou por delegação deste, da Comissão para as Matérias Financeiras/ Comissão de Auditoria). A Assembleia Geral elege ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade e da Comissão de Vencimentos responsável pela fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais (à excepção do Conselho de Administração Executivo).

A separação das funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência de um Conselho de Administração Executivo, o qual está encarregue da gestão dos negócios sociais, e de um Conselho Geral e de Supervisão, órgão máximo responsável por aquela última função.

A opção por este modelo de gestão e fiscalização ocorreu no contexto das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, tendo sido tomada na Assembleia Geral de 30 de Março de 2006 e iniciado a sua vigência em 30 de Junho do mesmo ano, data da entrada em vigor das referidas alterações legais e dos novos Estatutos da EDP. Para uma melhor compreensão do modo de funcionamento da EDP em matéria de governo societário, são disponibilizados aos accionistas e ao público



## governo da sociedade

em geral, no “Website” ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)), os Estatutos actualizados, tanto em português como em inglês, bem como os regulamentos internos do Conselho de Administração Executivo, do Conselho Geral e de Supervisão e das suas Comissões.

O Conselho Geral e de Supervisão poderá propor à Assembleia Geral a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração Executivo, bem como do Revisor Oficial de Contas.

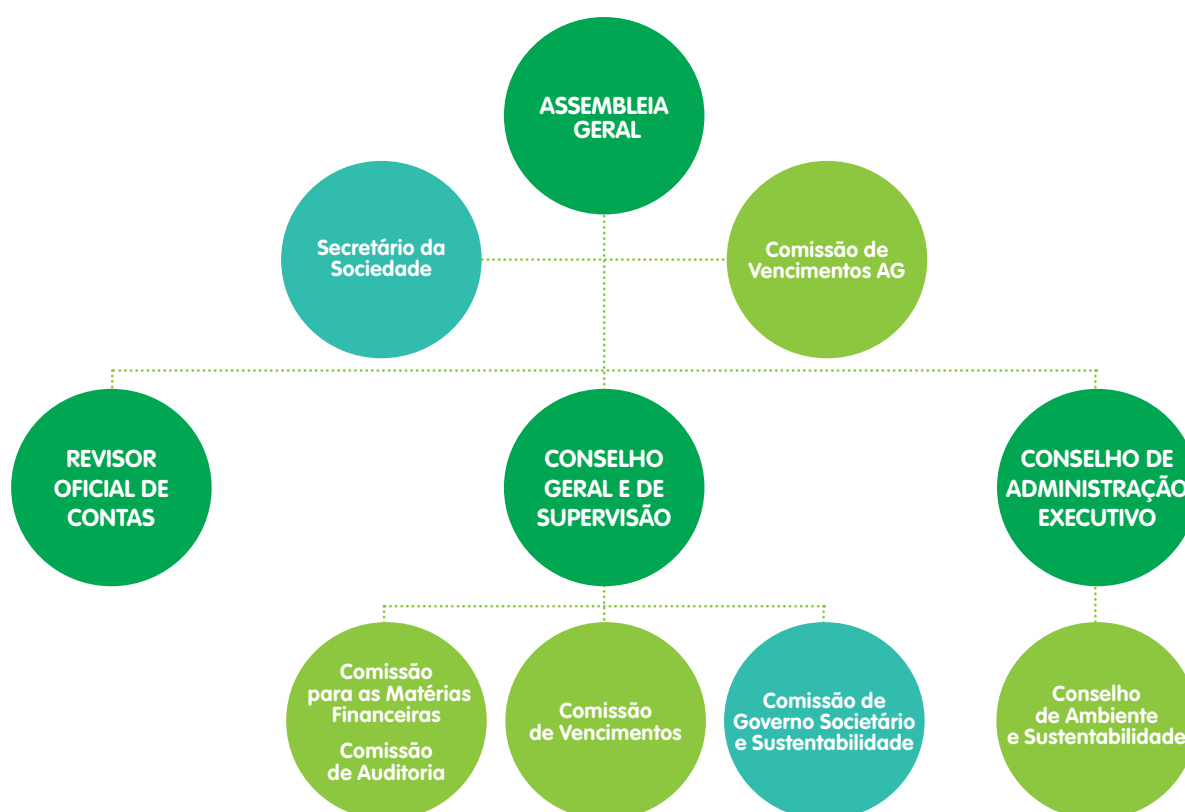
Relativamente à avaliação do modelo de governo societário, atentas as suas competências nesta matéria, o Conselho Geral e de Supervisão registou no respectivo Relatório Anual as suas conclusões, as quais podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos:

- O modelo de governo adoptado pelos accionistas mostra-se adequado à organização corporativa da actividade da EDP, sobretudo por assegurar um justo equilíbrio entre a necessária flexibilidade e amplitude dos poderes da gestão e a efectividade da supervisão geral da Sociedade e específica em áreas verdadeiramente sensíveis;
- O relacionamento institucional e funcional entre o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho de Administração Executivo foi muito positivo e de apreciável eficácia na escolha das matérias abordadas, assim como de boa eficiência no modo como os assuntos foram desenvolvidos e tratados;

- O acompanhamento continuado pelo Conselho Geral e de Supervisão das actividades do Grupo, o escrutínio sempre muito próximo dos processos de decisão e, nalguns casos, a participação efectiva nestes, reforçam significativamente os padrões de exigência e responsabilidade funcional no universo EDP e salvaguardam melhor os interesses de todos os accionistas e “stakeholders”;
- O empenho e a articulação institucional do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo são condições promotoras de níveis superiores de qualidade das práticas governativas, permitindo a optimização das virtualidades do modelo de governo, nomeadamente:
  - \* Ao nível dos mecanismos de acesso à informação por parte do Conselho Geral e de Supervisão;
  - \* Ao aprofundamento do exercício das funções do Conselho Geral e de Supervisão relativamente às Sociedades Dominadas;
  - \* Ao nível da dotação de recursos humanos e técnicos adequados às competências do Conselho Geral e de Supervisão.

Para mais desenvolvimento sobre este tema ver ponto 1 do Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

### 2.2. ESTRUTURA ORGÂNICA DA SOCIEDADE



● Órgãos Sociais<sup>1</sup>   ● Corpos Sociais   ● Outros Órgãos Estatutários

<sup>1</sup> Os Órgãos sociais são também Corpos Sociais, de acordo com o n.º 4 do artigo 8.º dos Estatutos da EDP



## 2.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os actuais membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 15 de Abril de 2009, para um mandato de 3 anos (tríenio de 2009/2011).

### 2.3.1. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão em que participam ou são representados os accionistas estando-lhe atribuídas as seguintes funções:

- Apreciar o relatório do Conselho de Administração Executivo, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do Revisor Oficial de Contas e os do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras/ Comissão de Auditoria, bem como deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Eleger e destituir os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como os respectivos presidentes e se os houver vice-presidentes, o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão ou, por delegação deste, da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, e ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital;
- Nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, cujos membros deverão ser, na sua maioria, independentes;
- Apreciar o relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão;
- Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos do disposto no artigo 12º dos Estatutos da EDP, a Mesa da Assembleia Geral da EDP é composta por um Presidente e um Vice-Presidente, reeleitos na Assembleia Geral em 15 de Abril de 2009, e pelo Secretário da Sociedade, designado pelo Conselho de Administração Executivo.

Os actuais membros da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral	
<b>Presidente</b>	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena
<b>Vice-Presidente</b>	António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves
<b>Secretário da Sociedade</b>	Maria Teresa Isabel Pereira

De acordo com os Estatutos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral é, por inerência, membro do Conselho Geral e de Supervisão.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos internos adequados às suas necessidades, nomeadamente do apoio da Secretária-Geral e Assessoria Jurídica, da Direcção de Relação com Investidores e da Direcção de Marca e Comunicação, bem como de apoio externo de uma entidade especializada, contratada pela EDP, no que respeita à recolha, tratamento e contagem de votos. Os meios logísticos e administrativos para a realização da Assembleia são disponibilizados pela Sociedade, sendo a respectiva organização supervisionada pelo Presidente da Mesa.

### 2.3.2. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

O Conselho Geral e de Supervisão da EDP é o órgão que assegura em permanência o acompanhamento e a supervisão da actividade da administração da sociedade, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse social, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral.

O Conselho Geral e de Supervisão é composto por 17 membros, na sua maioria independentes, que preenchem os requisitos de formação e competência previstos nos Estatutos e nas normas legais aplicáveis à EDP. O funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão é regido por um regulamento interno, disponível no "website" da EDP em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

As qualificações profissionais dos membros do Conselho Geral e de Supervisão podem ser consultadas no capítulo Órgãos Sociais.

Constituem, nomeadamente, competências do Conselho Geral e de Supervisão as seguintes:

- Acompanhar em permanência a actividade da administração da sociedade e sociedades dominadas e prestar, a respeito dela, aconselhamento e assistência ao Conselho de Administração Executivo, designadamente no que concerne à estratégia, consecução de objectivos e cumprimento de normas legais aplicáveis;
- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Propor à Assembleia Geral a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração Executivo;



## governo da sociedade

- Acompanhar a definição de critérios e competências necessários nas estruturas e órgãos internos da sociedade ou do grupo ou convenientes a observar e suas repercussões na respectiva composição, bem como a elaboração de planos de sucessão;
  - Providenciar, nos termos da lei, a substituição de membros do conselho de administração executivo em caso de falta definitiva ou impedimento temporário;
  - Emitir, por sua iniciativa ou quando lhe seja solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, parecer sobre o voto anual de confiança em administradores a que se refere o artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais;
  - Acompanhar e apreciar questões relativas a governo societário, sustentabilidade, códigos internos de ética e conduta e respectivo cumprimento e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, incluindo no que respeita a relações da sociedade com accionistas e emitir pareceres sobre estas matérias;
  - Obter os meios, financeiros ou de outra natureza, que razoavelmente entender necessários à sua actividade e solicitar ao Conselho de Administração Executivo a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes, podendo proceder à contratação dos meios necessários ao seu próprio aconselhamento independente, se necessário;
  - Receber do Conselho de Administração Executivo informação periódica sobre relações comerciais significativas da sociedade ou sociedades dominadas com accionistas com participação qualificada e pessoas com eles relacionadas;
  - Nomear a Comissão de Vencimentos e a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria;
  - Representar a Sociedade nas relações com os administradores;
  - Fiscalizar as actividades do Conselho de Administração Executivo;
  - Vigiar pela observância da lei e dos Estatutos;
  - Seleccionar e substituir o auditor externo da Sociedade, dando ao Conselho de Administração Executivo indicações para este proceder à sua contratação e exoneração;
  - Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela Sociedade a qualquer título;
  - Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
  - Convocar a Assembleia Geral quando o entenda conveniente;
  - Aprovar o respectivo regulamento interno que incluirá as regras de relacionamento com os demais órgãos e corpos sociais;
  - Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.
- No âmbito do modelo de governo societário em vigor na EDP, encontra-se ainda atribuída ao Conselho Geral e de Supervisão uma competência de particular relevo, pois embora não disponha de poderes de gestão, nos termos do disposto no artigo 442º, nº 1 do Código das Sociedades Comerciais, os Estatutos estabelecem que a aprovação do plano estratégico da Sociedade e a realização, pela Sociedade ou sociedades dominadas pela EDP, das operações a seguir indicadas estão sujeitas a parecer prévio favorável deste órgão social:
- Aquisições e alienações de bens, direitos ou participações sociais de valor económico significativo;
  - Contratação de financiamentos de valor significativo;
  - Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou partes importantes de estabelecimentos e extensões ou reduções importantes da actividade;
  - Outros negócios ou operações de valor económico ou estratégico significativo;
  - Estabelecimento ou cessação de parcerias estratégicas ou outras formas de cooperação duradoura;
  - Projectos de cisão, fusão ou transformação;
  - Alterações aos Estatutos, incluindo a mudança de sede e aumento de capital, quando sejam da iniciativa do Conselho de Administração Executivo.
- Ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:
- Convocar e presidir às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão;
  - Representar institucionalmente o Conselho Geral e de Supervisão;
  - Coordenar a actividade do Conselho Geral e de Supervisão e supervisionar o correcto funcionamento das suas comissões;
  - Providenciar a disponibilização atempada aos membros do Conselho Geral e de Supervisão da informação necessária para o pleno desenvolvimento das suas funções;
  - Receber e solicitar informação ao Conselho de Administração Executivo sobre as actividades da Sociedade e das sociedades por esta dominadas;
  - Promover as diligências necessárias para o adequado acompanhamento da actividade social pelo Conselho Geral e de Supervisão;

- Controlar a execução do orçamento do Conselho Geral e de Supervisão e gerir os recursos materiais e humanos afectos a este órgão;
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho Geral e de Supervisão.

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão ou, na ausência ou impedimento, um membro delegado por este órgão designado para o efeito poderá, sempre que o julgue conveniente, e sem direito a voto, assistir às reuniões do Conselho de Administração Executivo e participar na discussão de matérias a submeter ao Conselho Geral e de Supervisão.

Nas reuniões do Conselho de Administração Executivo em que sejam apreciadas as contas do exercício, os membros da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria têm o dever de assistir.

O Conselho Geral e de Supervisão reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer dos seus membros, do Conselho de Administração Executivo ou do respectivo Presidente. Em 2009, o Conselho Geral e de Supervisão reuniu-se 7 vezes.

O Conselho Geral e de Supervisão elabora, anualmente, um relatório sobre a sua actividade, organização, funcionamento e eventuais constrangimentos com os quais se tenha deparado no exercício das suas funções. Este relatório encontra-se disponível no "Website" da EDP ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)), juntamente com o relatório e contas.

Com o apoio no trabalho desenvolvido pela Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade, o Conselho Geral e de Supervisão procede anualmente:

- À auto-avaliação da sua actividade e desempenho, bem como das suas Comissões, cujas conclusões constam do respectivo relatório anual de actividade;
- À avaliação independente da actividade e desempenho do Conselho de Administração Executivo, cujas conclusões são apresentadas à Assembleia Geral e constam em anexo do relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão.

Relativamente aos processos de avaliação do exercício de 2009, o Conselho Geral e de Supervisão decidiu reforçar a objectividade e transparência dos mesmos, mediante a adopção do seguinte procedimento:

- Os membros devem preencher questionários individuais de avaliação do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo;
- Os resultados das respostas aos questionários são apreciados em reunião plenária do Conselho Geral e de Supervisão, sem a presença de membros do Conselho de Administração Executivo, permitindo a identificação dos aspectos positivos e dos aspectos a melhorar.

Para mais desenvolvimentos sobre a actividade do Conselho Geral e de Supervisão durante o exercício, ver ponto 3 do Relatório Anual do referido órgão.

Até 15 de Abril de 2009, o Conselho Geral e de Supervisão tinha a seguinte composição:

Conselho Geral e de Supervisão		
<b>Presidente</b>	António de Almeida	
<b>Vice-Presidente</b>	Alberto João Coraceiro de Castro	Independente
	António Francisco Barroso de Sousa Gomes	Independente
	Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	Independente
	Eduardo de Almeida Catroga	Independente
	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	
	José Brandão de Brito (em representação da Cajastur Inversiones, S.A.)	
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	
	Khalifa Adbulla Khamis Al Romaiti	
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	Independente
	Mohamed Meziane (em representação da Sonatrach)	
	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	Independente
	Vasco Maria Guimarães José de Mello	
	Vítor Domingos Seabra Franco	Independente

Nos dias 4 e 6 de Março de 2009, Vítor Domingos Seabra Franco e Vítor Martins Moreira, respectivamente, renunciaram às funções de membros do Conselho Geral e de Supervisão. Em consequência, cessaram igualmente as funções que desempenhavam nas comissões a que pertenciam.

Na sequência da Assembleia Geral realizada em 15 de Abril de 2009, na qual foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio de 2009/2011, as sociedades Cajastur Inversiones, SA e Sociéte Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures (Sonatrach) indicaram, respectivamente, José Maria Brandão de Brito e Mohamed Meziane, como seus representantes no Conselho Geral e de Supervisão.

Após a Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, na qual foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio de 2009/2011, o Conselho Geral e de Supervisão passou a ter a seguinte composição:

Conselho Geral e de Supervisão		
<b>Presidente</b>	António de Almeida	
<b>Vice-Presidente</b>	Alberto João Coraceiro de Castro	Independente
	António Sarmento Gomes Mota	Independente
	Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	Independente
	Eduardo de Almeida Catroga	Independente
	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	
	José Manuel dos Santos Fernandes	Independente
	José Maria Brandão de Brito (em representação da Cajastur Inversiones, S.A.)	
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	
	Khalifa Adbulla Khamis Al Romaiti	
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	Independente
	Mohamed Meziane (em representação da Sonatrach)	
	Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	Independente
	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	Independente
	Vasco Maria Guimarães José de Mello	
	Vítor Fernando da Conceição Gonçalves	Independente



## governo da sociedade

No dia 10 de Fevereiro de 2010, a Sonatrach comunicou à EDP que, em virtude da renúncia de Mohamed Meziane, o mesmo seria substituído por Farid Boukhalfa, enquanto seu representante no Conselho Geral e de Supervisão.

Para mais desenvolvimentos sobre as alterações da composição do Conselho Geral e de Supervisão, ver ponto 2.1 do Relatório Anual do referido órgão.

### 2.3.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão das actividades sociais e pela representação da Sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral. O Conselho de Administração Executivo é actualmente composto por 7 membros, reeleitos na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, para o mandato correspondente ao triénio de 2009/2011.

As qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração Executivo podem ser consultadas no capítulo Órgãos Sociais.

O Conselho de Administração Executivo reúne, em regra, semanalmente, sendo, no entanto, obrigatória uma reunião bimensal.

O Conselho de Administração Executivo não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação por cada administrador de mais de um administrador ausente em cada reunião. Todos os administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

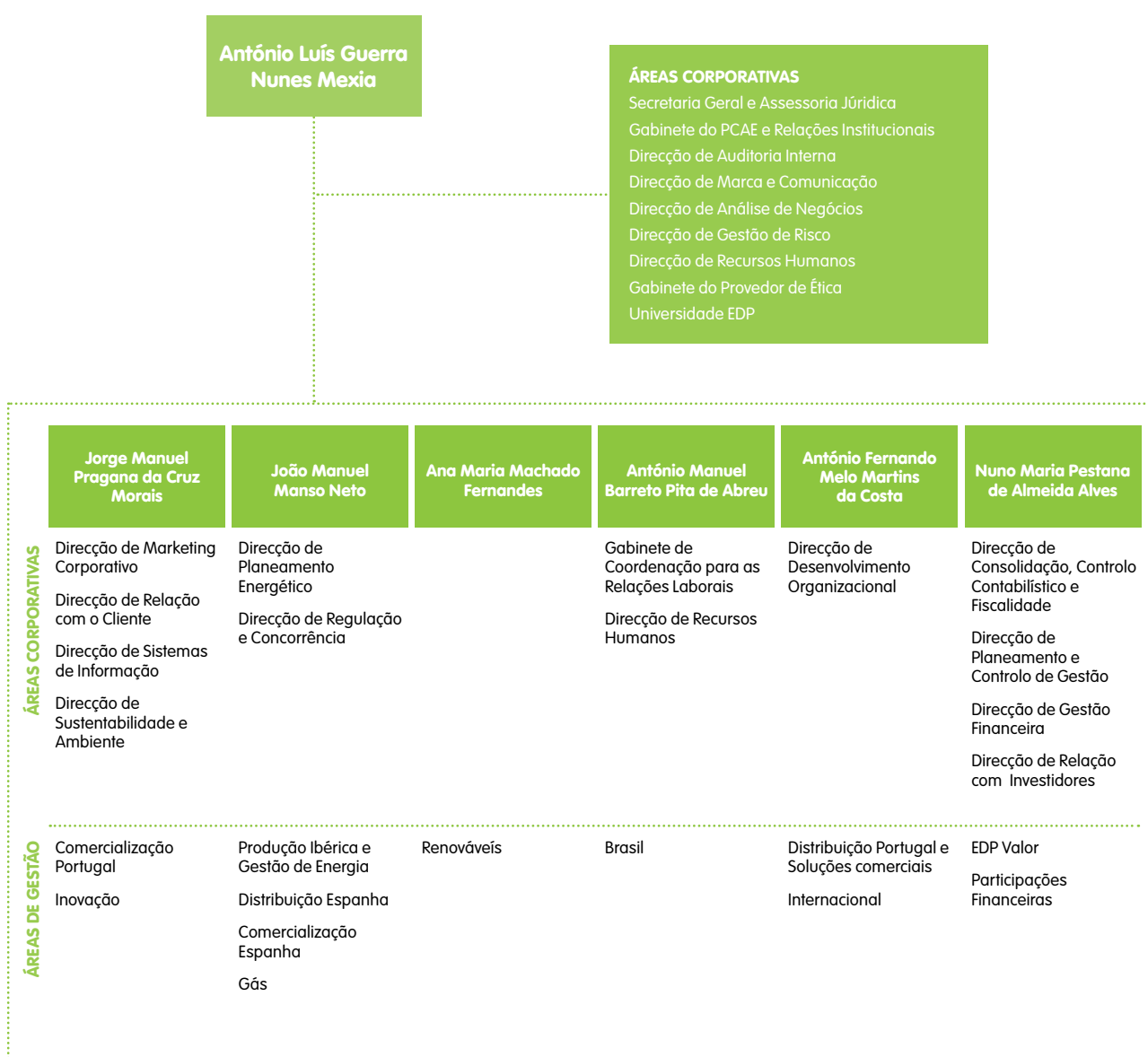
O funcionamento do Conselho de Administração Executivo é disciplinado por um regulamento interno, disponível no "website" da EDP em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

As atribuições do Conselho de Administração Executivo incluem, de acordo com os Estatutos:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
  - Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
  - Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
  - Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
  - Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
  - Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
  - Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e dos Estatutos, devendo observar limites quantitativos anuais que sejam fixados pelo Conselho Geral e de Supervisão;
  - Estabelecer a organização técnico administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
  - Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
  - Designar o Secretário da Sociedade e respectivo suplente;
  - Contratar e exonerar o Auditor Externo, sob indicação do Conselho Geral e de Supervisão;
  - Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral; e
  - Estabelecer um regimento próprio que fixe as regras do seu funcionamento interno.
- Acresce que as propostas de alteração aos Estatutos em matéria de aumento de capital, apresentadas pelo Conselho de Administração Executivo, encontram-se sujeitas, nos termos da alínea g) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da EDP, a parecer prévio do Conselho Geral e de Supervisão.
- Por outro lado, ao Presidente do Conselho de Administração Executivo encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:
- Representar o Conselho de Administração Executivo;
  - Coordenar a actividade do Conselho de Administração Executivo, bem como convocar e presidir às respectivas reuniões;
  - Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração Executivo.
- O Presidente do Conselho de Administração Executivo tem o direito de assistir, sempre que o julgue conveniente, às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, salvo quando se trate da tomada de deliberações no âmbito da fiscalização das actividades do Conselho de Administração Executivo e, em geral, em quaisquer situações em que ocorra conflito de interesses.
- O Presidente do Conselho de Administração Executivo remete ao Gabinete de apoio do Conselho Geral e de Supervisão as convocatórias, os documentos de suporte e as actas das respectivas reuniões e, sempre que solicitado, presta, em tempo útil e de forma adequada, as informações que sejam requeridas as quais ficam acessíveis a todos os membros do Conselho Geral e de Supervisão.
- A actividade e o desempenho do Conselho de Administração Executivo são avaliados anualmente de forma contínua e independente pelo Conselho Geral e de Supervisão.
- O Conselho de Administração Executivo reuniu 48 vezes durante o ano de 2009.

O Conselho de Administração Executivo está organizado de acordo com as seguintes áreas de gestão e áreas corporativas:

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO





## governo da sociedade

As funções exercidas em outras sociedades do Grupo pelos membros do Conselho de Administração Executivo são as seguintes:

Cargos desempenhados pelo Presidente e pelos Vogais do Conselho de Administração Executivo em 31-12-2009							
	António Mexia	Ana Maria Fernandes	António Martins da Costa	António Pita de Abreu	João Manso Neto	Jorge Cruz Morais	Nuno Almeida Alves
Balwerk – Consultadoria Económica e Participações, S.U, Lda.	-	-	-	-	-	G	G
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	RP	RP	RP	-	RP	-	RP
EDP – Estudos e Consultoria, S.A.	-	-	-	A	-	-	PCA
EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP – Soluções Comerciais, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-
EDP Ásia – Investimentos e Consultoria Lda.	-	-	PCA	-	-	-	-
EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	-	-	-	-	-	PCA	-
EDP Energias do Brasil, S.A.	PCA	A	-	VPCA + DP	-	-	A
EDP Energia Ibérica S.A.	-	-	-	-	A	PCA	-
EDP Finance BV	R	R	R	R	R	R	R
EDP Gás II, SGPS, S.A. (ex NQF Gás, SGPS,S.A.)	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Gás III, SGPS, S.A. (ex NQF – Energia, SGPS, S.A.)	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Gás, SGPS, S.A.	-	-	-	-	PCA	A	-
EDP Gás.Com – Comércio de Gás Natural, S.A.	-	-	-	-	A	PCA	-
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
EDP Internacional, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-
EDP Investimentos, SGPS, S.A. (ex NQF – PTE, SGPS, S.A.)	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Renováveis Brasil, S.A.	-	PCA	-	VP	-	-	-
EDP Renováveis, S.A.	PCA	VPCA	A	-	A	-	A
EDP Serviner – Serviços de Energia, S.A.	-	-	-	A	-	PCA	-
EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
Electricidade de Portugal Finance Company Ireland Lt.	-	-	-	-	-	-	D
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, SA	-	-	-	-	PCA	-	-
ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-
Energia RE, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	-	A	-	A	VP/CD	A	A
Horizon Wind Energy, LLC	-	A	PCA	-	-	-	A
Naturgás Energía, S.A.	-	-	-	-	VP	A	-
Nuevas Energias de Occidente, S.L.	-	PCA	-	-	-	-	-
Sãvida – Medicina Apoiada, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
SCS – Serviços Complementares de Saúde, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA

PCA – Presidente do Conselho de Administração  
G – Gerente  
PCAE – Presidente do Conselho de Administração Executivo  
VPCA – Vice-Presidente do Conselho de Administração  
DP – Director-Presidente da Directoria (Directoria/Comissão Executiva)  
A – Administrador

R – Representante  
D – Director  
VP/CD – Vice-Presidente e Consejero Delegado  
RP – Representante Permanente

## 2.3.4. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é o órgão da Sociedade responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas, sendo eleito pela Assembleia Geral para mandatos de três anos.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais e com os Estatutos, compete ao Revisor Oficial de Contas, nomeadamente, verificar:

- A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

- Quando entenda conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- A exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

O actual Revisor Oficial de Contas e o Suplente, que foram reeleitos na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, são os seguintes:

Revisor Oficial de Contas	
<b>Efectivo</b>	KPMG & Associados, SROC, S.A. representada por Jean-éric Gaign, ROC
<b>Suplente</b>	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

### 2.3.5. COMISSÃO DE VENCIMENTOS DA ASSEMBLEIA GERAL

As remunerações dos órgãos sociais, à excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo, são fixadas pela Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral.

Nos termos do art. 11º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos, os membros da Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral devem ser, na sua maioria, independentes.

Até 15 de Abril de 2009, a Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros:

Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral	
<b>Presidente</b>	José Manuel Archer Galvão Teles Parpública – Participações Públicas, (SGPS), SA

A actual composição da Comissão de Vencimentos, eleita na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, é a seguinte:

Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral	
<b>Presidente</b>	José Manuel Archer Galvão Teles Carlos Alberto Veiga Anjos Parpública – Participações Públicas, (SGPS), SA

Nesta Assembleia Geral, estiveram presentes membros da Comissão da Assembleia Geral que fixou as remunerações dos órgãos sociais do mandato que terminou em 31 de Dezembro de 2008.

O Presidente da Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral apresentou uma declaração sobre a política de remuneração seguida pela Comissão durante aquele mandato.

No que respeita ao mandato 2009/2011, em Fevereiro de 2010, a Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral deliberou aprovar a política de remuneração aplicável aos órgãos sociais da EDP, com excepção do Conselho de Administração Executivo, estabelecendo as respectivas remunerações. Na Assembleia Geral Anual de 2010, em cumprimento da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, o Presidente desta Comissão pretende submeter para aprovação uma declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais, com excepção do Conselho de Administração Executivo, para o triénio em curso.

### 2.3.6. CONSELHO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade foi eleito na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009 para um mandato de 3 anos.

Este órgão foi instituído em 1991 como corpo social, tendo a sua denominação sido alterada para Conselho de Ambiente e Sustentabilidade na Assembleia Geral Anual de 30 de Março de 2006.

Ao Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, enquanto corpo social, encontram-se atribuídas determinadas competências consultivas junto do Conselho de Administração Executivo em matéria ambiental e de sustentabilidade, em especial o aconselhamento e apoio deste na definição da estratégia societária de ambiente e sustentabilidade e a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.

O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade é actualmente composto por personalidades de reconhecida competência na área da defesa do ambiente.

Até 15 de Abril de 2009, este Conselho era composto pelos seguintes membros:

Conselho de Ambiente e Sustentabilidade	
	Graça Martinho João Ferreira do Amaral Madalena Presumido Miguel St. Aubyn

A actual composição do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, eleito na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, é a seguinte:

Conselho de Ambiente e Sustentabilidade	
<b>Presidente</b>	João Martins Ferreira do Amaral Miguel Pedro Brito St. Aubyn Maria Madalena Monteiro Garcia Presumido Maria da Graça Madeira Martinho José de Sousa Cunhal Sendim

### 2.3.7. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade e o respectivo suplente são designados pelo Conselho de Administração Executivo, dispondo das competências estabelecidas na lei e cessando as suas funções com o termo das funções do Conselho de Administração Executivo que os designou.

Até 15 de Abril de 2009, o Secretário da Sociedade e o respectivo suplente eram os seguintes:

Secretário da Sociedade	
<b>Secretário Efectivo</b>	Maria Teresa Isabel Pereira
<b>Secretário Suplente</b>	Maria Virgínia Bastos dos Santos

O actual Secretário da Sociedade e o respectivo suplente são:

Secretário da Sociedade	
<b>Secretário Efectivo</b>	Maria Teresa Isabel Pereira
<b>Secretário Suplente</b>	Ana Rita Ponífice Ferreira de Almeida Côrte-Real

### 2.3.8. COMISSÕES ESPECIALIZADAS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Sem prejuízo da manutenção da responsabilidade pelo exercício das respectivas competências enquanto órgão social, o regulamento interno do Conselho Geral e de Supervisão prevê a possibilidade de constituição de comissões permanentes e comissões eventuais, compostas por alguns dos seus membros, sempre que considere conveniente e



## governo da sociedade

adequado, delegando nelas o exercício de determinadas funções específicas.

Tanto as comissões permanentes como as comissões eventuais têm como principal missão fazer um acompanhamento específico e permanente das matérias que lhe forem confiadas, de modo a assegurar processos de tomada de deliberação esclarecidos por parte do Conselho Geral e de Supervisão ou a sua informação quanto a determinados assuntos.

A actividade das comissões é coordenada pelo Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o qual assegura a adequada articulação da mesma com a actividade do plenário daquele órgão, através dos respectivos Presidentes, os quais devem mantê-lo informado, nomeadamente dando conhecimento das convocatórias e das actas das respectivas reuniões.

As actuais comissões do Conselho Geral e de Supervisão foram constituídas na reunião de 7 de Maio de 2009.

É entendimento do Conselho Geral e de Supervisão que as suas comissões são relevantes para o regular funcionamento da Sociedade, permitindo o exercício delegado de certas funções, nomeadamente ao nível do acompanhamento da informação financeira da sociedade, da reflexão sobre o sistema de governo adoptado, da avaliação do desempenho dos administradores e da própria avaliação do seu desempenho global.

O funcionamento das comissões é disciplinado por regulamentos internos, disponíveis no "website" da EDP em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).

### COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS/COMISSÃO DE AUDITORIA

#### Composição, competências e funcionamento

A Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é composta por três membros independentes, com qualificação e experiência adequadas, incluindo pelo menos, um membro com um curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos de auditoria e contabilidade, conforme resulta do currículo do respectivo Presidente, o qual pode ser consultado no capítulo órgãos sociais.

A 15 de Abril de 2009, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria tinha a seguinte composição:

Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria	
<b>Presidente</b>	Vítor Fernando da Conceição Gonçalves
	António Francisco Barroso de Sousa Gomes
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Actualmente, e desde 7 de Maio de 2009, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é composta pelos seguintes membros eleitos na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009 para o mandato correspondente ao triénio de 2009/2011:

Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria	
<b>Presidente</b>	Vítor Fernando da Conceição Gonçalves
	António Sarmento Gomes Mota
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Encontram-se atribuídas à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, de acordo com os Estatutos da EDP e por delegação do Conselho Geral e de Supervisão, as seguintes competências:

- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

A Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, como comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, apoia ainda o referido órgão no processo de selecção e substituição do auditor externo.

O funcionamento da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria preenchem os requisitos legais de independência e qualificação necessários ao exercício das suas funções designadamente tendo em conta a inexistência de qualquer relação laboral ou vínculo contratual com a EDP e respectivas sociedades participadas, accionistas com participação igual ou superior a 2% ou entidades em relação de domínio ou de grupo com esses accionistas e os cônjuges, parentes e afins na linha recta e até ao 3º grau.



Anualmente, o Conselho Geral e de Supervisão procede à avaliação da manutenção do preenchimento dos referidos requisitos.

A composição, funções e funcionamento da Comissão para as Matérias financeiras/Comissão de Auditoria estão em linha com a Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005.

Durante o ano de 2009, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria reuniu 15 vezes, tendo sido elaboradas actas das respectivas reuniões.

#### Política de Comunicação de Irregularidades

O Grupo EDP tem, desde sempre, pautado a sua actuação pela persistente implementação de medidas que assegurem o bom governo das suas empresas e, entre elas, a prevenção de práticas menos correctas, nomeadamente nos âmbitos contabilístico e financeiro.

A EDP disponibiliza aos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite transmitir, de forma directa e confidencial, à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria do Conselho Geral e de Supervisão, qualquer prática presumivelmente ilícita ou uma alegada irregularidade contabilística e/ou financeira ocorrida na sua empresa, dando assim cumprimento às normas constantes do Regulamento da CMVM n.º 1/2007.

Com a criação deste canal para comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares, a EDP visa:

- Garantir a existência de condições que permitam a qualquer colaborador comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria;
- Facilitar a detecção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos ao Grupo EDP, aos seus colaboradores, clientes e accionistas.

O contacto com a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é possível através de correio electrónico, fax e endereço postal, sendo reservado o acesso à informação recebida neste âmbito.

Qualquer reclamação ou denúncia dirigida à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é tratada de forma estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do reclamante, desde que essa condição não inviabilize a investigação da reclamação.

De acordo com o regulamento instituído, a EDP garante que o colaborador que comunique uma irregularidade não será alvo de qualquer acção retaliatória ou disciplinar no exercício do direito que lhe assiste de denunciar situações irregulares, de fornecer informações ou de assistência num processo de investigação.

#### COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Nos termos do artigo 27.º dos Estatutos da EDP, a Comissão de Vencimentos, designada pelo Conselho Geral e de Supervisão, tem como missão a fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como os eventuais complementos, designadamente os complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez.

De acordo com os Estatutos, a Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão deve submeter, com carácter consultivo, à Assembleia Geral anual, uma declaração sua sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo por si aprovada, pelo menos nos anos em que tal política seja estabelecida ou alterada. Dada a publicação da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Vencimentos conformará a sua actuação de acordo com as disposições legais aplicáveis.

O funcionamento da Comissão de Vencimentos é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Durante o ano de 2009, esta Comissão realizou 5 reuniões, tendo sido elaboradas as actas das respectivas reuniões.

A Comissão de Vencimentos é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, cuja maioria é independente.

##### Comissão de Vencimentos

**Presidente** Alberto João Coraceiro de Castro

Eduardo de Almeida Catroga

Vasco Maria Guimarães José de Mello

Os membros da Comissão de Vencimentos, os quais pertenciam a esta Comissão durante o mandato do Conselho Geral e de Supervisão que terminou a 31 de Dezembro de 2008, estiveram presentes na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009. O Presidente da Comissão apresentou nessa Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração seguida pela Comissão durante esse mandato.

No que respeita ao mandato 2009/2011, a Comissão de Vencimentos deliberou em 21 de Setembro de 2009 aprovar a política de remuneração aplicável ao Conselho de Administração Executivo, estabelecendo as respectivas remunerações fixas. Na Assembleia Geral Anual de 2010, em cumprimento da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, o Presidente desta Comissão pretende submeter para aprovação uma declaração sobre a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, para o triénio em curso.

#### COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E SUSTENTABILIDADE

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade constitui uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, que tem como finalidade acompanhar e supervisionar de modo permanente as questões relativas às seguintes matérias:

- Governo societário;
- Sustentabilidade estratégica;



## governo da sociedade

- Códigos internos de ética e conduta;
- Sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, designadamente no que respeita às relações entre a EDP e os seus accionistas;
- Definição de critérios e competências convenientes a observar nas estruturas e órgãos internos da EDP e suas repercussões na respectiva composição;
- Elaboração de planos de sucessão.

No âmbito das suas competências, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade apoia actividade do Conselho Geral e de Supervisão na avaliação contínua da gestão, bem como à avaliação do desempenho do próprio Conselho Geral e de Supervisão. Anualmente, com base na actividade desenvolvida pela Comissão, o Conselho Geral e de Supervisão procede às referidas avaliações, as quais são objecto de um relatório. As conclusões dessa avaliação constam do relatório anual do Conselho Geral e de Supervisão e apresentadas aos accionistas na Assembleia Geral Anual.

Duas outras importantes competências desenvolvidas pela Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade traduzem-se no acompanhamento:

- Das práticas de governo adoptadas pela Sociedade;
- Da gestão de recursos humanos e dos planos de sucessão.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão, na sua maioria independentes, com qualificação e experiência adequadas para o exercício das respectivas funções.

O funcionamento da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Durante o ano de 2009, esta Comissão reuniu 4 vezes, tendo sido elaboradas as actas das respectivas reuniões.

Até 15 de Abril de 2009 a referida Comissão tinha a seguinte composição:

Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade	
<b>Presidente</b>	António de Almeida
	Alberto João Coraceiro de Castro
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Actualmente a Comissão é composta pelos seguintes membros:

Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade	
<b>Presidente</b>	António de Almeida
	Alberto João Coraceiro de Castro
	António Sarmento Gomes Mota
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
	José Maria Brandão de Brito
	José Manuel dos Santos Fernandes
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
	Khalifa Abdulla Khamis Al Romaiti
	Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

## 2.4. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO

No exercício corrente da sua actividade, a EDP celebra negócios e efectua operações em condições normais de mercado para operações similares com diversas entidades, em particular com instituições financeiras, entre as quais se incluem titulares de participações qualificadas no capital da EDP e sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP, as quais não se afiguram relevantes pela natureza de que se revestem ou por não terem carácter significativo em termos económicos.

Por outro lado, tendo em conta o disposto no art. 246º, n.º 3, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, salienta-se que, durante o ano de 2009, a EDP não realizou transacções relevantes entre partes relacionadas que tenham afectado significativamente a sua situação financeira ou o desempenho.

No âmbito do reforço qualitativo das práticas governativas, regista-se o facto de o Conselho Geral e de Supervisão ter aprovado, em 16 Outubro de 2008, o “Quadro referência do tratamento de conflitos de interesses”, disponível no “Website” da EDP ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)). Este conjunto de regras relativas à prevenção, à identificação e à resolução de potenciais conflitos de interesses corporativos relevantes, tem um âmbito de aplicação mais alargado do que aquele que resulta do Regulamento da CMVM n.º 1/2007.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é responsável pela supervisão da aplicação das referidas regras, reportando a sua actividade ao Conselho Geral e de Supervisão.

Quanto ao exercício de 2009, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade concluiu que, relativamente aos casos analisados e face à informação prestada pelo Conselho de Administração Executivo, não foram detectadas evidências de que os potenciais conflitos de interesses subjacentes às operações realizadas pela EDP tenham sido resolvidos de forma contrária aos interesses da sociedade.

Para mais informação sobre esta matéria, ver ponto 3.5.1. do Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

## 2.5. ACÇÕES DA EDP DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O quadro seguinte apresenta as acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais, assim como os movimentos ocorridos entre os exercícios de 2008 e 2009, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais:

**ACÇÕES DA EDP DETIDAS POR MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS**

	EDP - Energias de Portugal, S.A.				EDP Renováveis, S.A.		EDP - Energias do Brasil S.A.
	Movimentos em 2009	Preço Médio Aquis./Alien.	N.º Acções 31-12-2009	N.º Acções 31-12-2008	Preço Médio Aquis./Alien.	N.º Acções 31-12-2009	N.º Acções 31-12-2009
<b>Conselho Geral e de Supervisão</b>							
António de Almeida <sup>1</sup>	-	-	0	0	-	1.200	0
Alberto João Coraceiro de Castro	-	-	4.578	4.578	7,70	1.580	0
António Sarmento Gomes Mota	-	-	0	-	-	0	0
Cajastur Inversiones, S.A.	-	-	183.257.513	183.257.513	-	-	-
José Maria Brandão de Brito (em representação da Cajastur Inversiones, S.A.)	-	-	0	0	-	0	0
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	-	-	40.000	40.000	-	0	0
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	-	-	260	260	-	0	0
Eduardo de Almeida Catroga	-	-	1.375	1.375	-	0	0
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	-	-	0	0	-	0	0
José dos Santos Fernandes	-	-	0	-	-	600	0
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi <sup>2</sup>	-	-	0	0	-	2.320	0
Khalifa Adbulla Khamis Al Romaiti	-	-	0	0	-	0	0
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	-	-	0	0	6,82	2.750	0
Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	-	-	6.622	-	-	500	0
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	-	-	1.445	1.445	8,00	380	0
Sonatrach	-	-	81.713.076	81.713.076	-	-	-
Mohammed Meziane (em representação da Sonatrach)	-	-	0	0	-	0	0
Vasco Maria Guimarães José de Mello	-	-	0	0	-	0	0
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	-	-	3.465	3.465	-	680	-
<b>Conselho de Administração Executivo</b>							
António Luís Guerra Nunes Mexia	-	-	1.000	1.000	7,79	4.200	1
Ana Maria Machado Fernandes	-	-	0	0	7,72	1.510	1
António Fernando Melo Martins da Costa <sup>3</sup>	-	-	13.299	13.299	7,68	1.480	11
António Manuel Barreto Pita de Abreu <sup>4</sup>	-	-	34.549	34.549	7,60	1.810	1
João Manuel Manso Neto	-	-	1.268	1.268	-	0	0
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais <sup>5</sup>	-	-	12.497	12.497	7,80	1.990	0
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	10.000	2,614	50.000	40.000	7,76	5.000	1

<sup>1</sup> As acções da EDP Renováveis, S.A. foram adquiridas em 2008;

<sup>2</sup> As acções da EDP Renováveis, S.A. são detidas pelo cônjuge, Teresa Maria Belo de Morais Catheiros e Meneses Ricciardi e foram adquiridas em 2008;

<sup>3</sup> As acções da EDP Renováveis, S.A. incluem 150 acções detidas pelo cônjuge, Anna Starzenska Martins da Costa;

<sup>4</sup> As acções da EDP - Energias de Portugal, S.A. inclui 475 acções detidas pelo cônjuge, Gilda Maria Pita de Abreu;

<sup>5</sup> As acções da EDP Renováveis, S.A. inclui 380 acções detidas pelo cônjuge, Ana Maria Ferreira de Oliveira Barrêto.

### 3. ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP

#### 3.1. MODELO ORGANIZATIVO DO GRUPO

Cabe ao Conselho de Administração Executivo a definição do modelo organizativo do Grupo e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, a Empresa de Serviços Partilhados – EDP Valor – e a estrutura central. Esta é constituída por um Centro Corporativo que assume uma função instrumental de apoio ao Conselho de Administração Executivo no âmbito da definição e do controlo da execução das estratégias, das políticas e dos objectivos definidos nas respectivas áreas de actuação.

O Centro Corporativo está organizado por direcções e unidades de negócio, permitindo assim uma maior optimização e eficiência da estrutura organizativa.

O Conselho de Administração Executivo é também apoiado por Comitês específicos que permitem um acompanhamento mais efectivo, eficaz e de apoio à gestão da sociedade.



● Estruturas Funcionais



## governo da sociedade

## 3.2. CENTRO CORPORATIVO

A actual configuração da estrutura central de apoio aos processos de decisão é a seguinte:

## CENTRO CORPORATIVO • UNIDADES DE NEGÓCIO

## Direcções

## Apoio ao Governo Societário

Secretaria Geral e Assessoria Jurídica	Maria Teresa Pereira
Gabinete do PCAE e Relações Institucionais	Duarte Castro Bello
Direcção de Auditoria Interna	Azucena Viñuela Hernández
Gabinete do Provedor de Ética	Carlos Alberto Loureiro

## Área de Estratégia

Direcção de Planeamento Energético	Pedro Neves Ferreira
Direcção de Análise de Negócios	Pedro Pires João
Direcção de Gestão de Risco	José Allen Lima
Universidade EDP	Nuno Manuel Brito

## Área de Finanças

Direcção de Relações com Investidores	Miguel Henriques Viana
Direcção de Consolidação, Controlo Contabilístico e Fiscalidade	Miguel Ribeiro Ferreira
Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão	Nuno Miguel Chung
Direcção de Gestão Financeira	Paula Cristina Guerra

## Área de Marketing e Comunicação

Direcção de Marketing Corporativo	Maria Inês Lima
Direcção de Marca e Comunicação	Paulo Campos Costa
Direcção de Relação com o Cliente	Paula Pinto da Fonseca

## Área de Organização e Sistemas

Direcção de Sistemas de Informação	José Salas Orta
Direcção de Desenvolvimento Organizacional	Rui Ferin Cunha

## Área de Recursos Humanos

Direcção de Recursos Humanos	Maria João Martins
Gabinete de Cordenação para as Relações Laborais	Eugénio Purificação Carvalho

## Área de Regulação e Sustentabilidade

Direcção de Regulação e Concorrência	Maria Joana Simões
Direcção de Sustentabilidade e Ambiente	António Neves de Carvalho

## Área de Coordenação da Relação com Stakeholders

Gabinete do PCAE e Relações Institucionais	Paulo Campos Costa
Direcção de Marketing Corporativo	
Direcção de Marca e Comunicação	
Direcção de Sustentabilidade e Ambiente	
Direcção de Relação com o Cliente	

## Unidades de Negócio

Unidade de Negócio de Gestão de Energia	Carlos Alves Pereira
---	----------------------

As competências e funções das Direcções actualmente existentes são as seguintes:

A **Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica** apoia a actividade do Conselho de Administração Executivo nas vertentes administrativa e logística, assegurando o funcionamento eficaz do Centro Corporativo, presta assessoria jurídica ao Grupo com o objectivo de garantir a conformidade com a legislação aplicável. Assegura também o suporte administrativo às reuniões do Conselho de Administração Executivo incluindo a divulgação das suas deliberações.

O **Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo e Relações Institucionais** apoia o Presidente do Conselho de Administração Executivo em todas as matérias por este definidas, assegurando a capacidade de representação institucional e participando, em representação do Presidente, em projectos ou iniciativas internas. Coordena, ainda, a gestão da agenda e o trabalho de suporte do

Gabinete e representa o presidente em eventos e reuniões, sempre que necessário.

A **Direcção de Auditoria Interna (DAI)** tem como principal função a avaliação sistemática e independente das actividades do Grupo, com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e do sistema de controlo interno. A DAI tem como principais responsabilidades o estabelecimento e a gestão do planeamento sistemático de auditorias internas ao nível do Grupo nas matérias financeira, informática, operacional e de gestão, o acompanhamento da definição e implementação das acções correctivas e de melhoria decorrentes das auditorias realizadas. Compete-lhe ainda promover e monitorizar a implementação e manutenção do Sistema de Controlo Interno, assegurando o apoio metodológico e garantindo a sua consistência e coerência interna assim como o reporte do seu desempenho.

Ao **Gabinete do Provedor de Ética (GPE)** compete, conforme disposto no Código de Ética, a recepção, retenção e tratamento de informações e de reclamações recebidas pela EDP, reportando alegadas infracções ao estipulado no referido código em matéria de legislação e ética, conduta no ambiente de trabalho, direitos humanos e igualdade de oportunidades, integridade, relações com clientes e fornecedores, ambiente e sustentabilidade. O Gabinete do Provedor de Ética tem, como principais atribuições, acolher as reclamações e instruir, documentar e apresentar ao Comité de Ética os respectivos processos, assim como acompanhar, até ao seu encerramento, cada um dos processos de infracção por si instruídos, estabelecendo, sempre que necessário e apropriado, a ligação com o reclamante.

À **Direcção de Planeamento Energético (DPE)** compete apoiar o Conselho de Administração Executivo nos processos de alteração do “portfólio” energético do Grupo, contribuindo para uma visão integrada do mesmo e para o planeamento do seu desenvolvimento nas várias geografias de actuação da EDP. Neste sentido, a DPE constitui-se como uma plataforma organizativa de articulação entre as várias áreas de negócio de electricidade e gás do Grupo para a concretização da necessária visão integrada do mercado e da actuação do Grupo EDP.

A **Direcção de Análise de Negócios (DAN)** tem como missão concorrer para a definição e desenvolvimento da estratégia do Grupo promovendo e realizando análises, estudos e concretização de novas oportunidades de negócio e optimização do “portfólio” de negócios da EDP. As principais áreas de actuação respeitam à avaliação de projectos, identificação de oportunidades de negócio, análise e execução de operações de fusão, aquisição ou venda de activos e de opções de alianças estratégicas, bem como concorrer com análises e estudos para a concretização do processo de planeamento estratégico do Grupo.

A missão da **Direcção de Gestão de Risco (DGR)** consiste no apoio ao Conselho de Administração Executivo na modelação e acompanhamento da identificação dos riscos do Grupo, com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação. A utilização do Sistema de Gestão Integrado de Risco representa uma fonte de vantagens comparativas para a EDP ao possibilitar a inclusão da dimensão risco nas decisões estratégicas e operacionais do Grupo. Com efeito, às oportunidades que permanentemente se apresentam a um Grupo com a dimensão da EDP estão associadas incertezas cuja quantificação, através da determinação do risco que lhes corresponde, constitui um contributo decisivo para a correcta tomada de decisões.

A **Universidade EDP** tem como missão desenvolver o conhecimento e o talento dos colaboradores do Grupo EDP, reforçando a cultura corporativa como vantagem competitiva do Grupo, com vista à excelência do serviço ao Cliente, potenciando a inovação e a sustentabilidade no meio em que está inserido.

**Direcção de Relações com Investidores (DRI)** (ver ponto 7.2)

A **Direcção de Consolidação, Controlo Contabilístico e Fiscalidade (DCF)** está organizada em três áreas de actuação: (i) a área de Consolidação, que tem como principal função a

consolidação das contas do Grupo e reporte contabilístico; (ii) a área de Normalização Contabilística Corporativa (nacional, internacional e ambiental) e (iii) a área de Fiscalidade do Grupo. A sua missão consiste em assegurar a prestação de contas do Grupo, definindo, implementando, monitorizando e coordenando regras, directrizes, políticas e procedimentos para todas as empresas do Grupo em Portugal, Espanha, Brasil e outros países, seja a nível contabilístico, controlo interno, fiscal, consolidação e reporte, em base local e internacional (IFRS-IAS) de uma forma normalizada e consistente.

A **Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão (DCG)** tem como principais funções apoiar o Conselho de Administração Executivo no processo de Planeamento Corporativo do Grupo e dos principais Negócios, desafiar a performance das Unidades de Negócio, assegurar o seu alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo. É responsável pela coordenação do plano de negócios e orçamento do Grupo EDP e pelo processo de controlo de gestão corporativo.

A **Direcção de Gestão Financeira (DFN)** tem como missão a optimização da função financeira consolidada do Grupo e assegurar o controlo das responsabilidades financeiras de acordo com a política aprovada. À DFN compete propor a política de gestão financeira do Grupo e prosseguir a sua implementação. Tem como principais responsabilidades: i) Negociar, gerir e controlar financiamentos, linhas de crédito, produtos e serviços bancários e financeiros; ii) Optimizar a gestão de tesouraria do grupo; iii) Propor a política de gestão de riscos financeiros, designadamente nas vertentes de taxa de juro e de câmbio e executá-la em mercado; iv) Assegurar o relacionamento com os mercados de capitais de dívida e bancários e com as agências de “rating” e v) Acompanhar a gestão do Fundo de Pensões da EDP.

À **Direcção de Marketing Corporativo (DMK)** compete planear, desenvolver e controlar a estratégia de “Marketing” do Grupo, com o objectivo de construir um posicionamento de mercado competitivo e de maximizar os resultados comerciais dos negócios.

A **Direcção de Marca e Comunicação (DMC)** desenvolve a sua actuação no planeamento, desenvolvimento e controlo da estratégia de comunicação do Grupo, com os objectivos de maximizar o valor das marcas, de criar “goodwill” perante todos os “stakeholders” e de promover a comunicação interna.

A missão da **Direcção de Relação com o Cliente (DRE)** consiste em planear, desenvolver e controlar a estratégia de relacionamento com o cliente, aprofundando o conhecimento e promovendo uma cultura orientada para o mercado, com o objectivo de melhorar os níveis de satisfação e lealdade dos Clientes.

A **Direcção de Regulação e Concorrência (DRC)** tem como missão apoiar o Conselho de Administração Executivo na tomada de decisões no âmbito da regulação e concorrência e no relacionamento com as diversas entidades supervisoras do sector. A DRC acompanha o desenvolvimento e a implementação das novas directivas europeias do mercado interno e da concorrência relativas aos sectores da electricidade e do gás natural e estuda os impactos decorrentes da concretização do MIBEL. Acompanha as



## governo da sociedade

alterações ao nível legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos com implicações na rentabilidade nas empresas, através, nomeadamente, do desenvolvimento de modelos económico-financeiros e de estudos tarifários.

À **Direcção de Sistemas de Informação (DSI)** compete promover o alinhamento dos Sistemas de Informação do Grupo com a estratégia dos negócios, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação do Grupo. A DSI é responsável por propor a estratégia de Sistemas de Informação do Grupo e efectuar o seu planeamento a médio e longo prazos, garantindo as suas revisões periódicas, estudar e propor a arquitectura de Sistemas de Informação do Grupo para um adequado suporte aos Negócios.

À **Direcção de Desenvolvimento Organizacional (DDO)** compete assegurar a definição e implementação de uma organização em permanente coerência com a estratégia do Grupo, suportada por adequadas práticas de "business process management" e coordenar projectos transformacionais que visem a excelência do desempenho do Centro Corporativo e dos negócios.

A **Direcção de Recursos Humanos (DRH)** tem por finalidade apoiar o CAE na definição e implementação de uma estratégia de Recursos Humanos que promova a valorização do desenvolvimento pessoal e profissional de todos os colaboradores, respondendo às necessidades estratégicas e operacionais das Unidades de Negócio e contribuindo para os valores corporativos do Grupo EDP, dinamizando um conjunto de Centros de Competência que põem em prática a cadeia de valor dos Recursos Humanos, nomeadamente: Comunicação e Gestão da Mudança; Gestão do Potencial; Gestão de Carreiras, Mobilidade e Sucessão, Gestão da Formação; Gestão do Desempenho; Selecção e Integração; Compensação e Benefícios e Informação e Tecnologia de apoio à Gestão de RH.

O **Gabinete de Coordenação para as Relações Laborais (GCRL)** assegura a negociação (ou o seu acompanhamento quando fora de Portugal) dos Acordos Colectivos de Trabalho, a gestão das relações com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e os organismos oficiais que dele dependam, Comissão de Trabalhadores, Sindicatos, Clube de Pessoal, Associação de Reformados e outras instituições congêneres de trabalhadores, reformados e pensionistas. As principais atribuições deste gabinete são: i) elaborar e propor os instrumentos de regulamentação colectiva do Grupo e efectuar a respectiva negociação em Portugal; ii) garantir o domínio sobre a legislação laboral em todas as geografias em que o Grupo opera, assegurando o seu cumprimento; iii) propor as estratégias de relacionamento com os parceiros sociais e implementá-las; iv) acompanhar a gestão do Fundo de Pensões da EDP na perspectiva RH, nomeadamente as responsabilidades actuárias e v) desenvolver o Plano EDP Flex e acompanhar a sua gestão.

As principais competências da **Direcção de Sustentabilidade e Ambiente (DSA)** consistem em apoiar o Conselho de Administração Executivo na definição da política e dos objectivos da sustentabilidade e do ambiente, e cooperar com os Negócios no sentido de potenciar complementaridades e sinergias nestes domínios e de concorrer, em particular, para a

operacionalização das políticas e das iniciativas no domínio da gestão ambiental do Grupo.

A **Área de Coordenação de Relação com Stakeholders** é uma área organizativa que coordena, de forma estruturada e coerente, o relacionamento com os principais "stakeholders" do Grupo EDP nomeadamente colaboradores, clientes, media, ONG, Governo, Autarquias, Comunidade Europeia e formadores de opinião, entre outros. Esta área irá assegurar uma articulação constante do diálogo com todos os "stakeholders" envolvidos, bem como com a rede de Fundações do Grupo EDP.

A **Unidade de Negócio de Gestão de Energia (UNGE)** é responsável pela negociação da compra física e a prazo de combustíveis e contratação do seu transporte marítimo, em nome e por conta das empresas do Grupo EDP relevantes. Compete-lhe realizar negócios a prazo e à vista de compra e venda de electricidade em mercado, de tipo físico ou financeiro, nomeadamente de produtos derivados de energia e de operações de câmbio. Cabe-lhe ainda decidir sobre os programas de exploração e despacho dos centros electroprodutores do Grupo EDP cuja gestão de energia esteja sob a sua responsabilidade com vista à optimização do "portafólio" e à satisfação do abastecimento de energia aos clientes das comercializadoras do Grupo EDP. Estão também sob a sua gestão as operações relacionadas com "licenças de emissão de CO<sub>2</sub>" e "certificados verdes" do Grupo EDP.

### 3.2.1. ACTIVIDADE DO PROVEDOR DE ÉTICA

Na sequência da aprovação, em 2008, do Regulamento do Código de Ética do Grupo EDP pelo Conselho Geral e de Supervisão procedeu-se à nomeação do Provedor de Ética e à constituição do respectivo Gabinete que reporta directamente ao Presidente do Conselho do Conselho de Administração Executivo.

No âmbito do desenvolvimento das suas funções, o Gabinete do Provedor de Ética conta com o apoio técnico da Direcção de Sustentabilidade e Ambiente.

Durante o ano de 2009, foram recebidas através dos canais de comunicação próprios disponibilizados nas diferentes geografias do Grupo para o reporte de denúncias éticas, 226 reclamações, das quais apenas 23 foram consideradas de âmbito não ético.

De entre esses reportes, 14 transitam para 2010, por se encontrarem em curso de tramitação.

A apreciação e o tratamento das reclamações acima referidas foram realizados pelas estruturas competentes, nos termos do estipulado no Regulamento do Código de Ética da EDP.

As reclamações éticas são classificadas de acordo com os princípios e valores constantes do referido Código, nomeadamente nas áreas de Legislação e Ética, Conduta no Ambiente de Trabalho, Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades, Integridade, Relações com Clientes e Fornecedores e ainda Ambiente e Sustentabilidade.

Em 2009, verificou-se que, do total das reclamações recebidas, 76% das mesmas respeitavam à área de Relações com os

Clientes e Fornecedores, 6% a Conduta no Ambiente de Trabalho, 5% a Ambiente e Sustentabilidade, 3% à área de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades e 0% à área de Integridade (os restantes 10% correspondem às reclamações consideradas de âmbito não ético).

É de referir que a maior parte das reclamações incluídas em Relações com Clientes e Fornecedores não resultam de reclamações de âmbito ético mas sim de processos com clientes, aos quais foi sugerido o contacto com o Provedor do Cliente.

Da totalidade de reclamações recebidas, cerca de 53% teve origem no Brasil, 43% em Portugal e 4% em Espanha.

Destaca-se ainda o início do Projecto Ética EDP, o qual se concretizou através de acções de formação de colaboradores que exercem funções de chefia e que, na segunda fase do Projecto, irão dar formação aos restantes colaboradores.

### 3.3. COMITÉS ESPECÍFICOS DA EDP (ESTRUTURAS FUNCIONAIS)

Com vista a um acompanhamento mais efectivo, eficaz e de apoio à gestão da sociedade, foram criados os seguintes comités:

#### COMITÉ DE ÉTICA

A EDP desenvolveu, desde sempre, a sua actividade num quadro de valores éticos, explícitos ou implícitos na sua agenda empresarial, nas relações profissionais e obrigações com os accionistas, bem como na Visão, Compromissos e Cultura e nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável definidos pelo Conselho de Administração Executivo.

No seguimento da aprovação do Código de Ética do Grupo EDP foi criado um Comité especializado que funciona em articulação com a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade do Conselho Geral de Supervisão, com o objectivo de:

- Apoiar a definição da política do Grupo EDP em matéria de código de conduta, de adopção de boas práticas e de cumprimento dos mais elevados padrões de ética;
- Estabelecer orientações para a regulamentação das matérias da sua responsabilidade; e
- Zelar pela correcta aplicação regulamentar das matérias de ética nas empresas do Grupo.

#### Comité de Ética

PCAE

PCA EDP Distribuição

Administrador EDP Produção

Direcção de Recursos Humanos

Direcção de Sustentabilidade e Ambiente

Em 2009, este Comité realizou 3 reuniões, presididas pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo.

#### COMITÉ DE INOVAÇÃO

O Comité de Inovação tem as seguintes competências:

- Definir as áreas estratégicas de Inovação, no Grupo EDP, a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Identificar o conjunto de projectos a implementar na área de Inovação, a submeter ao Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar as iniciativas e projectos do Grupo EDP em curso na área de Inovação, propondo acções correctivas, sempre que tal se justifique;
- Analisar as conclusões das acções de vigilância tecnológica;
- Apoiar o Comité de Planeamento Energético na análise de novas opções tecnológicas;
- Preparar as reuniões do Conselho de Inovação.

O Comité de Inovação reúne-se semestralmente.

#### Comité de Inovação

PCAE

Administrador CAE

PCA EDP Distribuição

PCA EDP Inovação

Administrador EDP Inovação (5 membros)

Administrador EDP Gás

Administrador EDP Produção

Administrador EDP Energias do Brasil

Administrador Fundação EDP

Membro Management Team EDP Renováveis

Direcção de Análise de Negócios

Direcção de Recursos Humanos

Direcção de Marca e Comunicação

Direcção de Marketing Corporativo

Direcção de Planeamento Energético

Direcção de Sistemas de Informação

Dir. HC Energia

Representante EDP – Energias do Brasil

O Comité de Inovação realizou 1 reunião em 2009, a qual foi presidida pelo membro do Conselho de Administração Executivo responsável pela área financeira em representação do Presidente do referido órgão.

#### COMITÉ DE CONTROLO E PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O Comité de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação tem a seu cargo três funções primordiais:

- Identificar e analisar os factos informativos que devam ser periodicamente tornados públicos pela Empresa;
- Participar na revisão da informação prestada periodicamente pela EDP, no âmbito da preparação dos relatórios e comunicados ao mercado; e
- Avaliar trimestralmente os mecanismos de controlo e divulgação da informação da EDP.



## governo da sociedade

Este comité constitui uma estrutura organizativa responsável pelo acompanhamento e avaliação dos mecanismos de controlo e procedimentos de divulgação de informação, compreendendo-se no Projecto de Certificação da Informação do Grupo EDP de que fazem igualmente parte um Grupo de Trabalho do Projecto, liderado pela Direcção de Auditoria Interna em ligação estreita com o Conselho de Administração Executivo e Equipas das Áreas de Negócio responsáveis pelos procedimentos de controlo de cada sector de actividade. Esta comissão reúne-se trimestralmente.

### Comité de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação

Administrador CAE (Área de Finanças)

Direcção de Auditoria Interna

Direcção de Consolidação, Controlo Contabilístico e Fiscalidade

Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão

Direcção de Marca e Comunicação

Direcção de Relações com Investidores

Secretaria Geral e Assessoria Jurídica

Representante EDP - Energias do Brasil

Representante EDP Renováveis

Representante da Direcção de Relações com Investidores

### COMITÉ DE RISCO

O Comité de Risco tem como atribuições:

- Monitorizar os riscos significativos e o perfil de risco do Grupo EDP;
- Aprovar o modelo de Relatórios Periódicos a apresentar pelas Unidades de Negócio ou pela Direcção de Gestão de Risco, bem como o de outros mecanismos de reporte e monitorização dos riscos da EDP;
- Aprovar ou definir recomendações sobre riscos significativos do Grupo EDP e sobre situações extraordinárias em termos de risco para apreciação pelo Conselho de Administração Executivo; e
- Aprovar ou definir recomendações sobre políticas, procedimentos e limites de risco para o Grupo EDP, para apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração Executivo.

### Comité de Risco

PCAE

Administradores CAE (6 Membros)

Administrador EDP Gás

Administrador EDP Inovação

Direcção de Gestão Financeira

Direcção de Gestão de Risco

Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão

Direcção de Planeamento Energético

Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia

Representante EDP - Energias do Brasil

Representante EDP Renováveis

Participam, neste Comité, membros não permanentes convocados de acordo com a respectiva agenda da reunião, para além de reunir sempre que uma situação de risco inesperada o aconselhe.

Este Comité reuniu 3 vezes em 2009, contando com a presença de membros do Conselho de Administração Executivo em todas as reuniões.

### COMITÉ DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

O Comité de Prevenção e Segurança tem como principais competências:

- Apoio ao Conselho de Administração Executivo na elaboração de propostas para a definição dos objectivos estratégicos do Grupo EDP em matéria de prevenção e segurança no trabalho, a avaliação do seu grau de aplicação e eficácia e o reporte do respectivo progresso;
- Análise crítica do Relatório Anual de Actividades e dar parecer sobre o Plano de Actividades de Prevenção e Segurança da EDP;
- Acompanhamento da evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e a elaboração de propostas de acções de melhoria; e
- Apreciar e homologar os documentos normativos do sistema de gestão da segurança que tenham âmbito geral no Grupo EDP ou incidência transversal a vários sectores de actividade.

### Comité de Prevenção e Segurança

Administrador CAE

Administrador EDP Valor (Responsável Gabinete Segurança e Saúde)

Administrador EDP Distribuição (Área RH)

Administrador EDP Produção (Área RH)

Administrador EDP Valor (Área RH)

Responsável Gabinete Segurança e Saúde EDP Valor

Responsável Medicina do Trabalho (Gabinete Segurança e Saúde EDP Valor)

Representante HC Energia

Representante EDP - Energias do Brasil

Representante EDP Renováveis

Durante o ano de 2009, o Comité realizou uma reunião presidida pelo Administrador do Conselho de Administração Executivo responsável pela área financeira.

### COMITÉ DE PLANEAMENTO ENERGÉTICO

O Comité de Planeamento Energético tem como principais competências:

- Perspectivar a evolução estrutural do mercado num horizonte de 5 anos;
- Definir um cenário base para efeitos de Plano de Negócios;
- Identificar o "Portfolio" de produção a adoptar num horizonte de 5 anos;
- Propor uma visão integrada do "Portfolio" de quantidades, entre a produção, o gás e o mercado de retalho, para o Grupo;
- Identificar as necessidades de gás e CO<sub>2</sub> para os próximos 5 anos;
- Analisar as prioridades de actuação em novas tecnologias/ inovação, em articulação com o Comité de Inovação; e
- Identificar áreas atractivas de negócio ao longo da cadeia de valor e nas diversas geografias.



#### Comité de Planeamento Energético

PCAE

Administrador CAE (Área de Produção, Gás, HC Energia)

Administrador CAE (Área de Renováveis)

Administrador CAE (Área de Comercialização)

Administrador CAE (Área Brasil)

Administrador EDP Comercial

Administrador EDP Gás

Administrador EDP Produção

Director Corp. HC Energia

Director Planeamento Energético EDP - Energias do Brasil

Representante da EDP Renováveis (2 membros)

Direcção de Análise de Negócios

Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão

Direcção de Relações com Investidores

Direcção de Planeamento Energético

Direcção de Gestão de Risco

Direcção de Regulação e Concorrência

Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia

#### COMITÉ DE INVESTIMENTOS

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências:

- Analisar, desafiar, filtrar e emitir parecer sobre projectos de investimento de crescimento orgânico, orçamentados ou que configurem alterações ao orçamento, em função dos montantes e rentabilidades associados.

#### Comité de Investimentos

Administrador CAE (Área de Finanças)

Direcção de Análise de Negócios

Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão

Direcção de Planeamento Energético

Administrador EDP Distribuição

Administrador EDP Gás

Administrador EDP Internacional

Representante EDP Produção

Dir. Geral HC Energia

Administrador EDP - Energias do Brasil

Membro Management Team EDP Renováveis

Em 2009, este Comité reuniu 18 vezes na presença do Administrador do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área financeira.

#### COMITÉ DE CARREIRAS, MOBILIDADE E FORMAÇÃO

O Comité de Carreiras, Mobilidade e Formação tem como principais competências:

- Aprovar medidas para promover a evolução e/ ou mobilidade dos quadros, nomeadamente dos colaboradores da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial;
- Garantir a implementação de Planos de Sucessão para as posições críticas do Grupo EDP;
- Monitorizar o desenvolvimento da carreira dos Quadros da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, analisando expectativas e eventuais constrangimentos; e
- Aprovar o Plano de Formação do Grupo EDP e monitorizar a sua implementação.

#### Comité de Carreiras, Mobilidade e Formação

PCAE

Administrador CAE (6 membros)

Administrador EDP Comercial (Área RH)

Administrador EDP Distribuição (Área RH)

Administrador EDP Produção (Área RH)

Administrador EDP Soluções Comerciais

Administrador EDP Valor (Área RH)

Direcção de Recursos Humanos

Representante HC

Representante EDP – Energias do Brasil

Representante EDP Renováveis

Este Comité realizou uma reunião em 2009, na qual estiveram presentes todos os membros do Conselho de Administração Executivo.

#### COMITÉ DE REMUNERAÇÕES

O comité de remunerações tem as seguintes competências:

- Aprovar o modelo de compensação (fixa, variável e incentivos) para todos os colaboradores do Grupo EDP, a propor pela Direcção de Recursos Humanos;
- Aprovar os valores de referência para os indicadores de avaliação de desempenho (KPI – gestão por objectivos) dos colaboradores da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, bem como o correspondente cálculo de performance anual;
- Fomentar periodicamente o desenvolvimento e análises comparativas ("benchmarks"), a nível nacional e internacional, de forma a determinar níveis adequados de remuneração (fixa e variável) e benefícios adicionais para todos os colaboradores da Macroestrutura, quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, nomeadamente a estrutura do "pacote remuneratório" da Macroestrutura, e enquadrar a estratégia de compensação de todos os colaboradores; e
- Reportar a política de remuneração às partes interessadas ("stakeholders").

#### Comité de Remunerações

PCAE

Administrador CAE (6 membros)

Direcção de Recursos Humanos

Este Comité realizou uma reunião em 2009, na qual estiveram presentes todos os membros do Conselho de Administração Executivo.

#### COMITÉ DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O Comité de Tecnologias de Informação tem as seguintes atribuições:

- Desenvolver directrizes para o planeamento estratégico de Sistemas de Informação;
- Aprovar o plano e orçamento anual para os Sistemas de Informação (projectos aplicativos e



## governo da sociedade

infra-estruturas), a submeter  aprovaao do Conselho de Administraao Executivo;

- Atribuir fundos e recursos para as iniciativas de maior dimensao;
- Definir as prioridades no que diz respeito a projectos estrategicos;
- Prever dotaoes oramentais para projectos no planeados; e
- Resolver conflitos tais como distribuiao de recursos escassos ou relacionados com requisitos no planeados para projectos estrategicos.

### Comite de Tecnologias de Informaao

Administrador CAE (rea de Sistemas Informaao)
Administrador EDP Distribuao (rea de Sistemas Informaao)
Administrador EDP Produao (rea de Sistemas Informaao)
Administrador EDP Soluoes Comerciais (rea de Sistemas Informaao)
Administrador EDP Valor (rea de Sistemas Informaao)
Dir. Geral (rea de Sistemas Informaao)
Direcao de Desenvolvimento Organizacional
Direcao de Marketing Corporativo
Direcao de de Sistemas Informaao
Dir. EDP Gs (rea de Sistemas Informaao)
Representante HC Energia
Representante EDP – Energias do Brasil
Representante EDP Renovaveis

Em 2009, o Comite realizou uma reuniao que foi presidida pelo membro do Conselho de Administraao Executivo responsvel pela rea de sistemas de informaao.

### COMITE DE REGULAAO

O Comite de Regulaao tem como principais competencias:

- Acompanhar o desenvolvimento da estrategia e poltica energticas da Comisso Europeia e a implementaao das directivas do mercado interno e da concorrencia relativas aos sectores da electricidade e do gs natural, e estudar os impactos decorrentes da sua concretizaao ao nvel do Mercado Iberic;
- Acompanhar as alteraoes ao nvel de polticas, legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energticos em Portugal e Espanha (designadamente no mbito do Mercado Iberic), antecipando as implicaoes estruturais dos sectores, nos preos e nas tarifas energticas, na rentabilidade das empresas e eventuais necessidades ou obrigaoes de alteraoes a nvel organizativo, designadamente atravs da identificaao e monitorizaao dos riscos regulatorios mais significativos;
- Apoiar o Conselho de Administraao Executivo na elaboraao de propostas conducentes  definiao das posioes a defender pelo Grupo EDP no mbito do Mercado Iberic e Europeu, aos nveis da regulaao e concorrencia;
- Promover a troca de experiencia sobre as prticas regulatorias ao nvel europeu ou iberic, e as aplicadas no Brasil; e

- Acompanhar a evoluao de preos e as implicaoes subsequentes das polticas e decisoes tarifarias (de “per se” e de forma comparada) das actividades reguladas.

### Comite de Regulaao

Administrador CAE (rea Regulaao)
Administrador CAE (rea Distribuao)
Administrador CAE (rea Comercial)
Administrador EDP Gs
Direcao de Regulaao e Concorrencia
Director HC Energia EDP Gs
Director HC Energia (Regulaao)
Director Naturgas (Regulaao)
Director EDP - Energias do Brasil (Regulaao)
Representante Naturgs (Regulaao)
Representante EDP Renovaveis

Em 2009, este Comite reuniu 8 vezes tendo contado com a presena de membros do Conselho de Administraao Executivo, nomeadamente do Administrador responsvel pela rea de regulaao.

### COMITE DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Comite de Ambiente e Sustentabilidade tem as seguintes atribuioes:

- Elaborar e actualizar anualmente o Plano Estrategico de Sustentabilidade e Ambiente de mdio/longo prazo do Grupo EDP, a submeter  aprovaao do Conselho de Administraao Executivo;
- Propor os planos de acao anuais, definindo os objectivos e metas a atingir pelo Grupo, a submeter  aprovaao do Conselho de Administraao Executivo;
- Acompanhar o desenvolvimento dos planos de acao aprovados; e
- Acompanhar as actividades das Estruturas de Gesto de Sustentabilidade e Ambiente das Empresas do Grupo.

### Comite de Ambiente e Sustentabilidade

PCAE
Administrador CAE (rea Sustentabilidade)
PCA EDP Inovaao
Administrador EDP Comercial
Administrador EDP Distribuao (rea Amb. e Sust.)
Administrador EDP Gs
Administrador EDP Produao (rea Amb. e Sust.)
Administrador EDP Soluoes Comerciais (rea Amb. e Sust.)
Administrador EDP Valor (rea Amb. e Sust.)
Administrador EDP Energias do Brasil
Administrador Fundaao EDP
Direcao de Gesto de Risco
Direcao de Marca e Comunicaao
Direcao de Relaoes com Investidores
Direcao de Recursos Humanos
Direcao de Sustentabilidade e Ambiente
Director HC Energia (Ambiente)
Representante EDP – Energias do Brasil
Representante EDP Renovaveis

Considerando as responsabilidades especficas desta Comisso, o Presidente do Conselho de Administraao Executivo acompanha os trabalhos e assiste s respectivas

reuniões sempre que entenda conveniente. Esta Comissão reúne, no mínimo, trimestralmente.

O Comité de Sustentabilidade e Ambiente realizou uma reunião em 2009 e contou com a presença do Presidente do CAE e do Administrador com o pelouro da área de sustentabilidade.

No entanto, em 2009, grande parte dos assuntos do âmbito do Comité de Sustentabilidade e Ambiente foram tratados nas reuniões da Comissão de “Steering”, a qual foi constituída para proceder ao acompanhamento de projectos específicos nas áreas de sustentabilidade e ambiente.

A referida Comissão reuniu 5 vezes em 2009, contando com a presença do Presidente do CAE e do Administrador com o pelouro da área de sustentabilidade.

#### COMITÉ DE COMPRAS

O Comité de Compras tem como principais competências:

- Apoiar o Conselho de Administração Executivo na coordenação estratégica das compras do grupo;
- Assegurar a articulação de topo das actuações dos diversos negócios relativamente à função compras;
- Dinamizar e analisar em contínuo a “performance” das estruturas envolvidas;
- Acompanhar os principais indicadores das compras do grupo designadamente quanto a volumes concretizados e poupanças obtidas; e
- Seguir em específico as negociações mais importantes a cargo das estruturas de compras do grupo.

##### Comité de Compras

Administrador CAE (Área Finanças)  
 Administrador EDP Valor (Área Compras)  
 Administrador EDP – Energias do Brasil (Área Compras)  
 Membro Management Team EDP Renováveis (Área Compras)  
 Dir. EDP Valor (PNC)  
 Representante EDP Gás (Compras)

Este Comité realizou 5 reuniões durante o ano de 2009, as quais foram presididas pelo administrador responsável pela área financeira.

#### COMITÉ DE PREÇOS E VOLUMES

O objectivo primordial do Comité de Preços e Volumes é garantir que o Grupo disponha da melhor informação e perspectiva de evolução do mercado a cada momento. Na sequência, encontra-se a cargo deste Comité:

- Partilhar informação relevante e actualizada de mercado;
- Decidir sobre o que considerar como informação relevante acerca da evolução das variáveis chave a disponibilizar para o Grupo;
- Definir a curva “forward” que represente a melhor estimativa do Grupo relativamente à evolução do mercado;

- Dispor de uma base de dados actualizada, que contenha dados históricos e previsões sobre as variáveis chave do mercado;
- Garantir o alinhamento entre as áreas de negócio no que diz respeito à informação partilhada; e
- Constituir-se como um fórum de discussão permanente de partilha e alinhamento de perspectivas e conhecimentos sobre o mercado.

##### Comité de Preços e Volumes

Administrador CAE (Área Planeamento Energético e Gás)  
 Administrador CAE (Área Renováveis)  
 Administrador CAE (Área Comercial)  
 Administrador EDP Comercial  
 Administrador EDP Gás (2 membros)  
 Administrador EDP Produção (2 membros)  
 Dir. Geral HC Energia  
 Direcção de Gestão de Risco  
 Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão  
 Direcção de Planeamento Energético  
 Direcção de Regulação e Concorrência  
 Dir. HC Energia (Planeamento)  
 Dir. UNGE  
 Dir. EDP Produção (Planeamento e Controlo)  
 Representante Naturgás  
 Representante EDP Renováveis

Este Comité realizou 4 reuniões durante o ano de 2009, nas quais estiveram presentes os membros do Conselho de Administração Executivo responsáveis pelas áreas de planeamento energético e comercial.

#### COMITÉ DE PRODUÇÃO

O Comité de Produção tem como principal competência a articulação ibérica da gestão do negócio da produção, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Produção e a HC Energia (Produção), nomeadamente quanto a:

- Troca de informação relativa à evolução do negócio em cada geografia, incluindo a respectiva envolvente regulatória;
- Divulgação de melhores práticas, nomeadamente no âmbito da exploração do parque electroprodutor, visando a identificação e a captura de sinergias;
- Tomada conjunta de decisões, nomeadamente no âmbito da definição de objectivos (com destaque para o desenvolvimento do parque electroprodutor); e
- Alargar, quando necessário, a actuação do Comité às restantes geografias.



## governo da sociedade

### Comité de Produção

Administrador CAE (Área Produção)
Administrador EDP Produção (3 membros)
Assessor CA EDP Produção
Administrador EDP Energias do Brasil
Direcção de Planeamento Energético
Dir. EDP Produção (Planeamento e Controlo)
Dir. EDP Produção (Desenvolvimento do Negócio)
Dir. EDP Produção (Produção Hídrica)
Dir. EDP Produção (Produção Térmica)
Dir. EDP Produção (Projectos e Investimentos)
Dir. EDP Produção (Qualidade e Processo)
Dir. EDP Produção (Gestão Integrada de Assuntos Ambientais)
Dir. EDP Produção (Cogeração e Biomassa)
Dir. HC Energia - Ambiente
Dir. HC Energia - Estudos e Comunicação
Dir. HC Energia - Produção
Dir. HC Energia - Projectos
Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia
Representante EDP Produção (Planeamento e Controlo)

Este Comité reuniu 2 vezes em 2009 na presença do administrador do Conselho de Administração Executivo responsável pela área de produção.

### COMITÉ DE DISTRIBUIÇÃO

O Comité de Distribuição tem como principal competência a articulação ibérica da distribuição, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Distribuição, a HC Energia (Distribuição) e a EDP Brasil, nomeadamente quanto a:

- Articular propostas conjuntas no âmbito dos objectivos estratégicos da actividade de distribuição do Grupo EDP, avaliar o seu grau de aplicação, eficácia e reporte do respectivo progresso;
- Acompanhar a evolução dos principais indicadores de actividade e propor acções de melhoria;
- Rever o modelo de Relatórios Periódicos, bem como o de outros mecanismos de reporte, controlo e divulgação da informação;
- Fomentar periodicamente o desenvolvimento e análises comparativas (“benchmarks”), a nível nacional e internacional;
- Promover a troca de experiência sobre as envolventes e práticas regulatórias ao nível das diferentes geografias; estabelecer orientações para a regulamentação das matérias da sua responsabilidade e acompanhar e estudar os impactos decorrentes das alterações ao nível de políticas, legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos;
- Divulgar e partilhar a informação relativa à evolução da actividade de distribuição em cada geografia e de melhores práticas com vista à identificação de projectos de interesse comum, visando a melhoria da eficiência e eficácia das operações e a identificação de sinergias;
- Partilhar informação relativa à gestão de acontecimentos de elevado impacto;

- Analisar e emitir parecer sobre critérios de avaliação de projectos de investimento e modelos de Planeamento; e
- Assegurar a articulação relativamente à normalização de Projectos e equipamentos de maior consumo e à análise de novas opções tecnológicas e identificar as prioridades de actuação em novas tecnologias/ inovação.

### Comité de Distribuição

Administrador CAE (Área Distribuição)
PCA EDP Distribuição
Administrador EDP Distribuição (2 membros)
Administrador EDP Energias do Brasil
Dir. HC Energia - Distribuição

Em 2009, este Comité realizou uma reunião que foi presidida pelo Administrador do Conselho de Administração Executivo responsável pela área de distribuição.

### COMITÉ COMERCIAL

O Comité Comercial tem como principal competência a articulação ibérica da área comercial, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Comercial, a HC Energia (“Marketing” e Comercial), nomeadamente:

- Troca de informação relativa à evolução do negócio em cada geografia, incluindo a respectiva envolvente regulatória;
- Divulgação de melhores práticas, nomeadamente no âmbito da comercialização de serviços de energia, visando a identificação e a captura de sinergias; e
- Tomada conjunta de decisões no âmbito do negócio com impacto a nível ibérico nomeadamente no que se refere ao estabelecimento de objectivos, à operacionalização do plano de “marketing” e às condições de aquisição de energia.

### Comité Comercial

Administrador CAE (Área Comercialização)
Administrador CAE (Área Produção)
Administrador EDP Comercial (2 membros)
Administrador EDP Gás
Administrador EDP Soluções Comerciais
Dir. Geral HC
Dir. Geral Naturgas
Administrador EDP – Energias do Brasil
Direcção de Marca e Comunicação
Direcção de Marketing Corporativo
Dir. HC Energia - Comercial
Dir. HC Energia - Marketing
Dir. Naturgas (Comercial)

### COMITÉ DO PLANO E DO FUNDO DE PENSÕES

O Comité do Plano e do Fundo de Pensões tem como principais competências estabelecer a estratégia do plano e do fundo de pensões e assegurar o seu alinhamento com a estratégia do Grupo EDP, assumindo responsabilidades de decisão estratégica ao nível de:

- Plano de pensões;

- Orçamento de riscos do plano de pensões; e
- Estrutura de gestão do fundo de pensões.

#### Comité do Plano e do Fundo de Pensões

##### PCAE

Administrador CAE (Área Finanças)

Administrador EDP Valor (Área Relações Laborais)

Direcção de Consolidação, Controlo Contabilístico e Fiscalidade

Direcção de Gestão de Risco

Direcção de Gestão Financeira

Durante o ano de 2009, este Comité reuniu 3 vezes, tendo estado presente o membro do Conselho de Administração Executivo responsável pela área financeira.

### COMITÉ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Comité de Segurança da Informação tem as seguintes atribuições:

- Emitir parecer sobre o Plano Estratégico de Segurança da Informação do Grupo EDP;
- Discutir as iniciativas de segurança mais relevantes, com vista à sua inclusão no Programa anual de Segurança da Informação da Informação do Grupo EDP;
- Emitir parecer sobre a Política de Segurança da Informação do Grupo EDP e suas evoluções;
- Avaliar e aprovar excepções à Política de Segurança da Informação do Grupo EDP, sempre que justificadas por razões de negócio e por um processo formal de aceitação de risco. Promover à aprovação do CAE todas as excepções que, pela sua natureza, apresentem um elevado risco para o Grupo EDP;
- Promover a comunicação e debate sobre alterações significativas ocorridas no Grupo EDP, no sentido de identificar os respectivos impactos ao nível da segurança da informação e acompanhar a evolução do perfil de risco do Grupo EDP;
- Monitorizar a implementação do Programa de Segurança da Informação da Informação do Grupo EDP e os KPI do desempenho.

#### Comité da Segurança da Informação

Administrador CAE (Área Sistemas de Informação)

Direcção de Auditoria Interna

Direcção de Gestão Financeira

Direcção de Gestão de Risco

Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão

Direcção de Recursos Humanos

Secretaria Geral e Assessoria Jurídica

Direcção de Sistemas de Informação

Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia

Responsável de Governo de TI da DSI

Responsável de Segurança da Informação da DSI

Responsáveis de Segurança ou de Riscos das empresas

### 3.4. PROVEDOR DO CLIENTE

O Provedor do Cliente é uma entidade independente criada em 2009, com o objectivo de reforçar a política de

atenção ao cliente do Grupo EDP, estando-lhe conferidas as seguintes atribuições:

- Receber e apreciar as queixas apresentadas pelos Clientes, directamente relacionadas com actos ou omissões das empresas do Grupo EDP;
- Estabelecer o diálogo com o Cliente queixoso;
- Mediar os litígios e conflitos existentes entre os Clientes e as empresas do Grupo EDP;
- Emitir pareceres sobre matérias relacionadas com a actividade das empresas do Grupo EDP, desde que solicitado por qualquer dos órgãos sociais destas;
- Propor a adopção de medidas que contribuam para a melhoria da qualidade do serviço e dos índices de satisfação dos Clientes;
- Estabelecer contactos com interlocutores externos com via à obtenção de informações e conhecimentos especializados que permitam a recomendação às empresas do Grupo EDP da adopção de medidas que potenciem a melhoria da relação destas com os seus Clientes.

O Provedor do Cliente exerce as suas funções durante um período de 3 anos, podendo o respectivo mandato ser renovado, uma única vez, por igual período. No âmbito do exercício das suas funções, o Provedor do Cliente dispõe de uma estrutura orgânica própria, designada Gabinete do Provedor do Cliente, bem como de uma dotação orçamental anual.

### 3.5. SUCURSAL EM ESPANHA

A EDP - Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se alocada directamente ao património da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A. e na HC Energía (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.), bem como indirectamente na NG Energía (Naturgas Energía Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal tem escritórios em Madrid e Oviedo.

A representação da Sucursal perante terceiros é realizada por via dos Representantes Permanentes, os quais são membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.

A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal EDP Espanha é composta pela Comissão Executiva, pelo Comité Directivo e pelos Comités de Coordenação. A Comissão Executiva é composta por cinco Representantes Permanentes da EDP, por um Director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades



## governo da sociedade

EDP Energias de Portugal, Sucursal en España, Sociedad Anonima	
<b>Estrutura de Direcção, Coordenação, Gestão e Representação da Sucursal EDP España</b>	
<b>Comissão Executiva</b>	
Representante Permanente da EDP	António Mexia (Presidente)
Representante Permanente da EDP	Ana Maria Fernandes
Representante Permanente da EDP	António Martins da Costa
Representante Permanente da EDP	João Manso Neto
Representante Permanente da EDP	Nuno Alves
Presidente do Conselho de Administração da HC Energia	Manuel Menéndez Menéndez
Director Geral Corporativo - Actividades Espanha	Miguel Ribeiro Ferreira
Responsável de 1.ª Linha da HC Energia	Javier Sáenz de Jubera
Responsável de 1.ª Linha da EDP Renováveis	João Paulo Costeira
Responsável de 1.ª Linha da NG Energia	Francisco Granjo
<b>Comité Directivo</b>	
Director Geral Corporativo - Actividades Espanha	Miguel Ribeiro Ferreira (Presidente)
Direcção de Análise de Negócios	Hugo Gouveia
Direcção de Assessoria Jurídica	Emílio Garcia-Conde
Direcção de Auditoria	Azucena Viñuela
Direcção de Fiscalidade Espanha	Ramon Ortea Garcia
Direcção de Gestão Financeira	Nuno Gonçalves
Direcção de Serviços Partilhados	Félix Arribas
Direcção de Sistemas de Informação	José Salas
<b>Comité de Coordenação de Geração</b>	João Manso Neto
<b>Comité de Coordenação da Comercialização</b>	Jorge Cruz Morais
<b>Comité de Coordenação do Gás</b>	João Manso Neto

em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando, fundamentalmente, o papel de órgão de coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composto pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão financeira, Direcção de Serviços Partilhados e Direcção de Sistemas de Informação, assegurando e agrupando homogeneizadamente as funções destas transversalmente em Espanha. Por último, os Comités de Coordenação relativos a Geração, Comercialização e Gás são presididos pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP responsáveis pelas correspondentes áreas de gestão, visando o aproveitamento de sinergias com Espanha e eliminando ineficácias e redundâncias.

### 3.6. SISTEMA DE CONTROLO E DE GESTÃO DE RISCO

#### 3.6.1. CONTROLO INTERNO DE REPORTE FINANCEIRO

Em linha com a decisão do Grupo EDP de reforçar e aprofundar o seu sistema de controlos internos, com base no modelo SCIRF (Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro), no exercício de 2009, foram desenvolvidas as actividades inerentes à extensão desse sistema às unidades de negócio localizadas nas novas geografias e à organização em geral, bem como à responsabilização das unidades de negócio pelas tarefas de manutenção e consolidação da informação.

Neste sentido, fez-se o levantamento e documentaram-se os processos e controlos transversais, identificados nas estruturas da EDP Renováveis e foram actualizados os processos e controlos referidos nos ciclos anteriores.

Nos negócios cuja implementação do SCIRF foi efectuada em exercícios anteriores (Portugal, Espanha e Brasil) promoveu-se a revisão e manutenção dos processos e controlos existentes, efectuando-se os re-deseños dos processos e controlos sobre os quais incidiram profundas alterações organizativas, estruturais e/ou legislativas.

Os novos processos e controlos decorrentes da utilização do SCIRF e os decorrentes das oportunidades de melhoria identificadas, com o apoio de uma empresa de consultoria internacional, no primeiro ciclo de revisão (exercício de 2008), foram também objecto de documentação e implementação.

Adicionalmente foram ainda realizadas as seguintes iniciativas:

- Aprovação e publicação do Manual do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro para aplicação em todas as geografias;
- Implementação do sistema informático de apoio ao controlo interno nas empresas da geografia Portugal;
- Formação dos responsáveis nas seguintes vertentes:
  - \* Utilização do sistema informático;
  - \* Conceitos teórico-práticos; e
  - \* Consolidação da formação através da utilização de um curso de "e-learning".

De acordo com o planeamento para o ciclo 2010, deverão ser realizadas, entre outras, as seguintes actividades:

- Extensão da aplicação informática à EDP Renováveis e Energias do Brasil;
- Lançamento do processo de auto-certificação;
- Realização do segundo ciclo de revisão do sistema de controlo interno, mediante a realização dos correspondentes testes de desenho e eficácia.

O Grupo está fortemente empenhado em prosseguir o trabalho de desenvolvimento em extensão e profundidade, da robustez do seu sistema de controlo interno do relato financeiro, em todas as localizações onde desenvolve os seus negócios.

### 3.6.2. ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

#### 3.6.2.1. MANDATO E ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

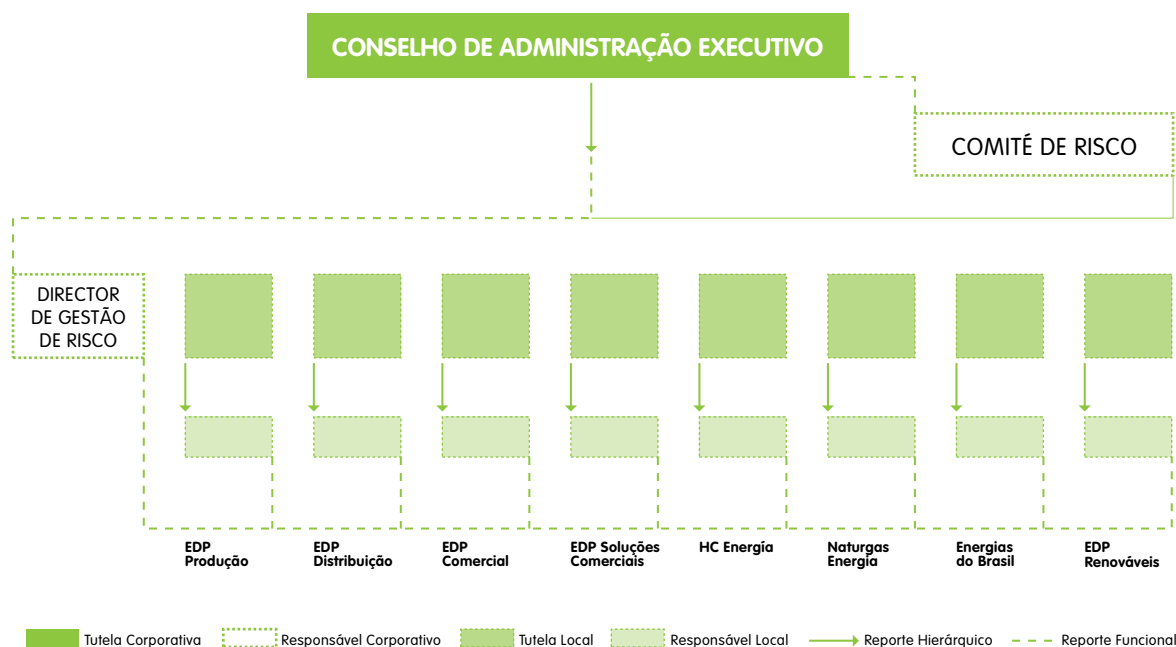
O exercício de 2009 ficou marcado pela crise financeira e económica global. Como não poderia deixar de ser, as “utilities” europeias, embora em menor grau do que a indústria em geral, sentiram esse efeito. De facto, a redução generalizada dos consumos originou situações de incompleta recuperação de custos fixos, atenuada pela baixa generalizada de custos com combustíveis, como também de outros custos de exploração e de encargos financeiros. Contudo, a diversidade das linhas de negócio do Grupo continuou a assegurar um nível de risco baixo, principalmente devido: (i) ao elevado peso relativo dos negócios regulados, (ii) ao crescimento em actividades de baixo risco, nomeadamente produção eólica, e ainda (iii) à aplicação de políticas de “hedging” adequadas a promover a mitigação dos riscos financeiros, de combustíveis e de preço e volume de electricidade colocada ou comprada em mercado.

A organização e o processo de gestão de risco em prática no Grupo têm recebido a mais alta classificação no âmbito do processo Dow Jones Sustainability Index, “benchmark” que nos apraz e responsabiliza para continuar a aprofundar metodologias integradas de R2R – “Return to Risk”, procurando inseri-las no processo normal de gestão das Unidades de Negócio e do Centro Corporativo. Este processo baseia-se nas seguintes componentes:

- **Identificação e priorização de riscos.** Ao nível do Grupo EDP é utilizado o Portal de Risco, instrumento desenvolvido internamente para recolha consistente de informação sobre cada risco relevante, com avaliação qualitativa e, tanto quanto possível, quantitativa de impacto global, probabilidade de ocorrência e nível de controlo, bem como para elaboração de matrizes de prioridade para actuação ou controlo. Este instrumento permite dar resposta às seguintes questões: Quais são os riscos mais importantes

por Unidade de Negócio? Quem é o responsável pela gestão de um certo risco?

- **Estratégia de risco.** Por esta via procura-se, para cada um dos riscos prioritários, identificar as medidas chave que podem ser utilizadas para evitar ou mitigar o risco, decidir sobre a transferência do risco para outra entidade (v.g. seguro, “hedging”) e definir o perfil de risco – retorno pretendido. Este instrumento dá resposta às seguintes questões: Quais os riscos em que a EDP tem vantagem em assumir a sua gestão e quais aqueles em cuja gestão deve ser transferida para outras entidades? Está a capacidade da EDP em assumir determinado risco alinhada com a sua estratégia?
- **Avaliação integrada de Risco.** Esta dimensão do controlo de risco procura medir, por metodologia “bottom up”, os valores em risco do EBITDA, EBIT e “Cashflow” das Unidades de Negócio mais importantes e dos valores consolidados, no horizonte do Plano de Negócios (geralmente três anos). São ainda aplicadas metodologias “top down”, para, a partir do comportamento em mercado da acção EDP e da informação financeira pública, inferir os valores em risco semelhantes e efectuar comparações com os concorrentes. Pretende-se ainda extrapolar para horizontes mais largos os efeitos decorrentes da alteração da composição do portfólio de negócios. Este instrumento dá resposta às seguintes questões: Qual o nível agregado de risco efectivamente esperado? Qual o peso relativo dos factores críticos? Qual o efeito de alterações de política de “hedging” ou de outras formas de transferência ou mitigação de risco? Qual o impacto das decisões de negócio mais importantes no risco agregado da EDP?
- **Governo e controlo.** Esta componente do processo de gestão de riscos baseia-se na Política Corporativa de Gestão Empresarial de Risco definida pelo Conselho de Administração Executivo e na estrutura estabelecida para o efeito. Este instrumento dá resposta às seguintes questões: Existem processos de gestão e controlo de risco? São eficazes?





## governo da sociedade

O Conselho de Administração Executivo decide qual o nível de exposição assumido pelo Grupo EDP nas suas diferentes actividades e, sem prejuízo da delegação de funções e responsabilidades, define limites globais de risco e assegura que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidas. A montante encontra-se a definição do apetite pelo risco do Grupo, a qual resulta, por um lado, da sua estrutura de negócios há muito estabelecida e, por outro, dos critérios acordados entre o Conselho de Administração Executivo e o Conselho Geral e de Supervisão. De facto e na prática, o apetite pelo risco centra-se na forma como o Grupo:

- Se posiciona em relação ao “rating” da sua dívida;
- Pretende crescer (com focalização numa política de investimento orgânico e de aquisições em activos core/alienações de activos “non-core”);
- Implementa uma política de pagamento de dividendos (e eventualmente de aquisição de acções próprias).

Na estrutura orgânica do centro corporativo, a Direcção de Gestão de Risco faz parte do grupo de direcções estratégicas. Este Direcção, para além das actividades de controlo e metodológicas, desenvolve estudos próprios, contribuindo activamente, numa lógica de “business intelligence”, para a avaliação de questões importantes e muito actuais de R2R – “Return to Risk” para o Grupo. Em relação à actividade desenvolvida no exercício de 2009, cumpre assinalar o seguinte:

- Crise e impactos EDP: antevisão, no início do ano, do efeito da crise económica e financeira global nos resultados consolidados, face às expectativas de quebra de crescimento do consumo e excesso decorrente de potência de produção instalada, e tendo em consideração factores de risco económico e financeiro – inflação e taxas de juro, taxas de câmbio e preço dos combustíveis.
- Rede de Distribuição de Electricidade: Análise do risco regulatório e análise comparativa Portugal – Espanha neste âmbito, tendo em vista assinalar a diversidade de densidades de consumo e os impactos resultantes da estagnação do crescimento de consumos e da inflação;
- Energias do Brasil: Análise de risco ao Plano de Negócios 2009 – 2012, tendo em vista uma avaliação integrada dos riscos, com relevo para os ligados à hidraulicidade - evolução do investimento em produção de electricidade - e para os de carácter regulatório, no âmbito da distribuição, e bem assim para a apreciação das alternativas de “hedging” entre as posições do Trading e da Produção;
- Análise de risco da EDP Renováveis quanto ao Plano de Negócios 2009 – 2012, em que se procurou estabelecer uma avaliação integrada e o aprofundamento de possíveis “hedgings” naturais, dadas as posições em dólares da Horizon (e composição de venda com PPA e em mercado) e a dependência de preços de mercado de electricidade na Europa para as eólicas com preço de venda dependente desse preço (indirectamente correlacionado com o preço do “Brent” e câmbio euro/dólar);

- Análise de factores estruturais e conjunturais de risco, tendo por finalidade suportar a definição de limites orientadores por unidade de negócio, como também de critérios para avaliar alternativas de “hedging” (incluindo o não “hedging”) por comparação de: eventual sacrifício de receita – redução de custo económico do risco;
- Tendências de “pricing” no MIBEL, desagregando as volatilidades naturais (variação diária, semanal e sazonal de consumo e volatilidade da produção renovável) das estruturais (eventual excesso de capacidade de produção instalada, volatilidade do preço de combustíveis e de CO<sub>2</sub>), tendo por finalidade avaliar a qualidade da previsão de preços médios e das margens anuais de contribuição;
- Hidraulicidade e Prémio de Risco, com procura de ponderação da hipótese de alternativas de seguro para as receitas de produção de pequenas hídricas da EDP Produção obtidas em mercado, não sujeitas ao regime dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual, face à presente situação de auto-seguro;
- Estrutura da dívida, com análise do contributo da dívida para a volatilidade dos resultados antes de impostos da EDP e da sua estrutura óptima, tendo em conta a vertente maturidade da dívida, conteúdo relativo taxa fixa – taxa variável, moeda e comparação com empresas congéneres, bem como a ponderação de critérios de retorno – risco para aquelas condicionantes;
- Fixação de metodologias para melhor enquadrar o risco de crédito – clientes, em colaboração com a HC Energia, no âmbito da preparação de metodologia de avaliação e segmentação do histórico comportamental dos clientes para incorporação no Projecto Smile (gestão comercial) e também por intermédio da cedência temporária de um quadro superior à Naturgas, com a missão de implementar um processo prospectivo sobre o comportamento creditício sectorial e de novos clientes, como ainda na fixação de prémios de risco e de eventual necessidade de prestação de caução ou outras garantias;
- Análise agregada de risco “top down” e “bottom up” simplificado e comparação com empresas concorrentes, a qual continuou a evidenciar um nível de risco agregado reduzido para os negócios do Grupo EDP, o qual lhe tem permitido, para idênticos níveis de rating, praticar um maior grau de alavancamento financeiro;
- Análise agregada de risco “bottom up” para o Plano de Negócios 2009 – 2012, o qual evidencia a manutenção do perfil de baixo risco do Grupo;
- Contributo para o “Focus Group Enterprise Risk Management” da Eurelectric quer por meio da participação activa nos temas em desenvolvimento, quer pelas alterações constantes ao tema “risco regulatório no sector”. Em relação a este tema, preconizou-se a necessidade de estabilização do panorama regulatório Europeu e de adopção de medidas de apoio ao sector, face aos desafios ambientais e à necessidade de estabilidade para a realização dos elevados investimentos associados à descarbonização da produção de electricidade e à gestão inteligente das redes de distribuição, tendo



em consideração, nomeadamente, o acréscimo de produção distribuída e as potencialidades de melhoria na racionalização de consumos.

As unidades de negócio gerem os seus próprios riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidas. Existe uma solução de duplo reporte entre o "Risk Officer" de cada unidade de negócio e o Director da Direcção de Gestão de Risco, assegurando o alinhamento das práticas de actuação, de relato e controlo.

### 3.6.2.2. FACTORES DE RISCO

A figura seguinte sistematiza e resume os principais factores de risco do Grupo EDP:



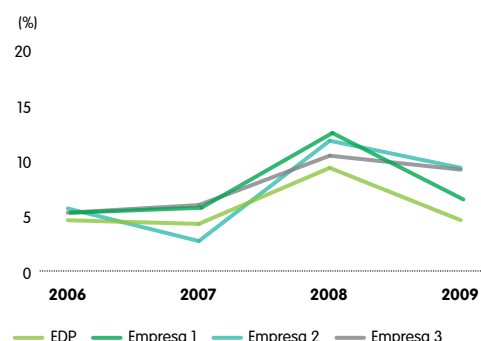
O Risco de Negócio representa a componente mais importante, seguido do Risco de Mercado, Risco Operacional e Risco de Crédito. É esta a relação típica para as "Utilities" do sector.

Como já referido, os efeitos decorrentes da crise financeira internacional conduziram, em geral, à desvalorização das empresas do sector em virtude do risco sistémico de mercado. No entanto, assinala-se que o título EDP teve uma valorização mais favorável, comparativamente à evolução do DJ Euro Stoxx Utilities, no período do exercício.

O Grupo EDP confirmou o seu perfil de baixo risco, dada a sua menor exposição estrutural ao risco de mercado. Contudo, esta vantagem terá tendência a reduzir-se no futuro, devido a substituição a curto/médio prazo de centrais térmicas, em fim de vida e protegidas pelos mecanismos de CMEC's, por centrais em mercado e ainda pela natural maior exposição a risco cambial resultante do crescimento de negócios em áreas fora do euro.

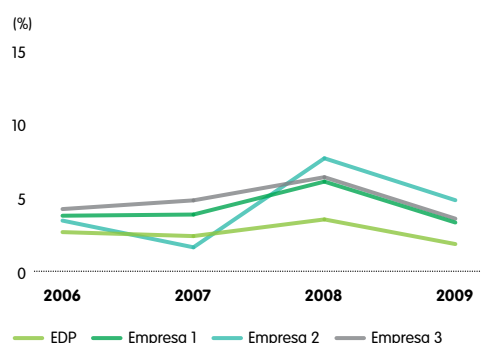
Uma avaliação "top down" do RaR – "Return at Risk" semanal do título EDP (95% de probabilidade de não ser excedida) e também dos seus activos (aqui por meio do rácio Equity/Activos vezes o RaR da Equity), comparada com o dos concorrentes ibéricos, confirma que o Grupo tem um perfil de risco de negócio mais reduzido, mesmo durante o aumento generalizado no ano crítico de 2008.

### R@R Semanal 95% - Equity



Fonte: EDP

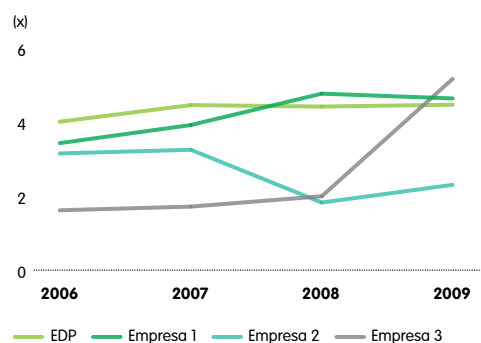
### R@R Semanal 95% - Activos



Fonte: EDP

Por outro lado, e conforme apresentado nos gráficos seguintes, a alavancagem financeira do Grupo - Dívida Líquida/Activos - obteve uma ligeira redução e o indicador estrutural Dívida Líquida/EBITDA manteve-se no mesmo patamar, esperando-se que atinja um valor inferior a 4 em 2012. A permanência na faixa de "rating" A atribuído pela S&P, nível a que corresponde um bom compromisso entre o "spread" nesta classe sobre o custo da dívida e a vantagem decorrente da dedução fiscal dos encargos financeiros, dentro dos parâmetros de endividamento esperados, continua a constituir um objectivo do Grupo EDP.

### Dívida Líquida / EBITDA

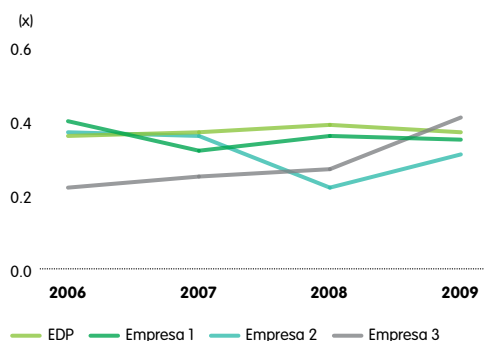


Fonte: EDP



## governo da sociedade

## Dívida Líquida / Activos



Fonte: EDP

## 3.6.2.3. GESTÃO DE RISCO AO LONGO DA CADEIA DE VALOR – MIBEL

Existem riscos que são transversais a todas as unidades de responsabilidade, no entanto referem-se a seguir os riscos mais prováveis por unidade de negócio.

## Produção de electricidade e Gestão de Energia:

**Risco de preço da electricidade.** As receitas da produção podem ser influenciadas por alterações no preço de electricidade nos mercados grossistas. O Grupo tem uma exposição limitada às centrais que actuam em mercado livre (Espanha, Central do Ribatejo, Central de Lares e pequenas Hídricas em Portugal), devido à maioria estarem sujeitas ao mecanismo de ajuste dos CMEC – Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (centrais que dispunham de Contratos de Aquisição de Energia com a REN e que passaram a actuar em mercado, a partir de 1 de Julho de 2007). De referir também a exposição a mercado (preço da OMEL) de parques eólicos da EDP Renováveis Espanha (e também nos Estados Unidos). Por outro lado, o Grupo procura activamente proteger a margem, actuando de forma integrada no âmbito do da Gestão de Energia e da Comercialização. No MIBEL, a UNGE possui mandato para actuar no mercado grossista, tanto para optimização da oferta de produção no mercado “spot” da OMEL, como para tirar partido do mercado a prazo, OMIP, OTC e arbitragem na interligação Espanha-França. O risco de preço de mercado mais elevado em Portugal do que em Espanha, resultante de “market splitting”, após esgotamento da capacidade de interligação e necessidade de recurso, em Portugal, a meios de produção mais cara, não é relevante para o Grupo, dado a comercialização no mercado livre português não estar dependente de importações de Espanha. A UNGE simula o comportamento do sistema ibérico e utiliza o programa MUR para o cálculo periódico da MaR - Margin at Risk.

**Risco de preço de combustível e de CO<sub>2</sub>.** Este risco é também mais importante para as centrais em mercado livre, estando delegado na UNGE efectuar a sua gestão, actuando na compra de carvão e fuelóleo, na gestão operacional dos contratos de aquisição de gás para produção de electricidade e de direitos de emissão de CO<sub>2</sub>, como ainda no estabelecimento de soluções de “hedging” para o preço dos combustíveis e câmbio do dólar (este último, em coordenação com a Direcção Financeira). Relativamente aos fornecimentos de gás, compete à EDP Gás proceder à negociação de novos

contratos, como também efectuar a gestão de posições momentâneas de excesso/carência entre empresas do Grupo e com o exterior. É também utilizado o MUR na avaliação de risco, utilizando as suas capacidades de avaliação de tendência na evolução dos preços dos combustíveis e de CO<sub>2</sub>.

**Risco operacional na exploração das centrais e parques eólicos.** As centrais e parques eólicos enfrentam avarias e incidentes, o que pode acarretar perda de receitas devido às indisponibilidades daí resultantes. Este risco é mitigado por meio da aplicação de métodos de condução, manutenção e de procedimentos de segurança do melhor nível. Por outro lado, os riscos seguráveis mais importantes estão associados à produção, a qual está protegida por seguros, geridos pelo Gabinete Gestão de Riscos Seguráveis da EDP Valor.

**Risco ambiental.** Os meios de produção são os que se encontram mais sujeitos a este risco, quer pela utilização de recursos naturais, quer pelas emissões e resíduos que a produção térmica origina. O Grupo segue uma Política de Ambiente muito rigorosa, procurando satisfazer plenamente os parâmetros de licenciamento das instalações e introduzir medidas adicionais que mitiguem eventuais responsabilidades neste domínio. Será ainda de referir ter-se contratado um seguro de responsabilidade ambiental, com vista a dar resposta às novas exigências europeias neste domínio.

**Risco de crédito.** Nas actuações em mercado organizado este risco não é significativo e para as operações em mercado OTC e na compra de combustíveis a UNGE minimiza-o por intermédio da aplicação de limites de exposição, conforme os limites aprovados internamente de acordo com o “rating” (definido por entidade externa, ou internamente, caso não exista informação externa) das contrapartes. Será, contudo, de referir que a crise internacional originou uma revisão de critérios, dado que algumas das contrapartes se encontram ligadas a grupos internacionais com reconhecidos problemas, não se tendo, porém, registado situações de incumprimento.

## Comercialização em mercado:

**Risco de preço de electricidade.** Este risco é assumido pela UNGE, uma vez definidos os volumes de venda a clientes finais pela EDP Comercial e HC Energía, salvo nas situações em que é possível efectuar contratações indexadas ao preço de mercado.

**Risco de volume.** Quer devido a condições climáticas e económicas, quer como resultado da migração de clientes entre o mercado livre e o serviço público de tarifa regulada, o volume de energia a vender a clientes finais tem sempre um certo grau de incerteza. Como princípio, este risco é assumido pela comercialização, pois terá que efectuar os acertos de excessos ou carências com a UNGE a preço de mercado. Contudo, a fase de transição em que o MIBEL se encontra, que provoca uma oscilação importante na quota de consumo em mercado livre, face à maior ou menor atractividade da tarifa pública, implica uma gestão dinâmica deste risco por meio de uma intervenção integrada e periódica pela via do Comitê de Preços e Volumes, instituído para o efeito.

**Risco operacional de qualidade comercial.** Em mercado livre os critérios para a qualidade de serviço comercial são da inteira responsabilidade do Grupo, o qual tem colocado grande ênfase na sua boa gestão.

**Risco de crédito.** A gestão deste risco, associado à comercialização, é efectuada, em primeira linha, pelos critérios contratuais aplicados e, em segunda linha, pela EDP Soluções Comerciais, unidade que tem responsabilidade delegada quanto à realização do ciclo de leitura – facturação – cobrança (em Espanha, HC Energia e Naturgas).

#### **Comercialização de Último Recurso:**

Em conformidade com a legislação aplicável, os consumidores que optem pelo fornecimento de energia de acordo com uma tarifa regulada, são clientes da EDP Serviço Universal - designado Comercializador de Último Recurso. Em Espanha esta infra-estrutura passou, a partir de 1 de Julho, a abarcar apenas o leque de consumidores domésticos, no que constitui mais um passo para a extinção de tarifas reguladas aplicáveis ao consumo final.

**Risco regulatório.** O exercício desta actividade é de baixo risco, contudo os desvios nas previsões efectuadas pelo Regulador – ERSE – quanto aos custos de aquisição de energia e a consequente criação de défice ou de excesso de montante elevado, suscita preocupação quanto à justa remuneração desta volatilidade e quanto à consistência de um sistema híbrido com arbitragem sistemática entre a tarifa regulada do serviço público e os contratos livres de mercado. Espera-se que o progressivo desaparecimento das tarifas reguladas para a venda de electricidade possibilite um aprofundamento dos mecanismos de equilíbrio competitivo e um seguimento mais próximo da realidade da evolução dos custos internacionais das matérias primas necessárias para a produção de electricidade.

#### **Risco operacional de qualidade comercial.**

Independentemente dos critérios regulamentados para a qualidade de serviço comercial (v.g. tempo médio de resposta na prestação de serviços prestados aos clientes, percentagem de leituras de contadores de baixa tensão), o Grupo tem colocado grande ênfase na gestão deste risco, pois não são negligenciáveis os impactos daí decorrentes para a gestão do risco de erosão da marca.

**Risco de crédito.** A gestão deste risco está delegada na EDP Soluções Comerciais e é efectuada nos termos da regulamentação definida para os clientes do serviço público (ciclo de corte de consumo, após vencimento de prazos de pagamento).

#### **Distribuição de electricidade:**

**Risco regulatório.** As alterações das regras de remuneração desta actividade podem afectar as receitas da EDP Distribuição e da HC Energia. Para além da justa defesa dos critérios valorimétricos da actividade, o Grupo procura aplicar as melhores práticas de planeamento, construção, exploração e manutenção de redes de forma a procurar atingir, e mesmo ultrapassar, os ganhos de eficiência implícitos nos objectivos regulatórios.

**Risco operacional de qualidade de serviço técnica e de perdas.** Independentemente dos critérios regulamentados para a qualidade de serviço técnica (v.g. duração e número de interrupções de serviço, tempos de reposição do serviço) e os incentivos para a redução de perdas físicas na rede, o Grupo tem colocado grande ênfase na gestão deste risco, pois não são negligenciáveis os impactos daí decorrentes para a gestão do risco de erosão da marca e da política de gestão eficiente de energia.

**Risco operacional na exploração de redes.** A existência de infra-estruturas localizadas no domínio público (v.g. linhas, cabos, postos de transformação) pode agravar o impacto resultante de avarias e incidentes. Este risco é mitigado por meio da aplicação de métodos de condução, manutenção e de procedimentos de segurança conformes aos mais elevados padrões internacionais. Todavia, o final do exercício ficou marcado por algumas quebras de alimentação, em Portugal, com reflexo mediático importante, resultado do intenso temporal que assolou as regiões afectadas, aspectos que não deixarão de ser objecto de avaliação no sentido de procurar as melhores soluções para eventuais situações inesperadas de quebra de alimentação de grande dimensão. Por outro lado, os riscos seguráveis estão protegidos por seguros.

**Risco ambiental.** Embora de menor expressão do que na Produção, merece referência a problemática da convivência das linhas aéreas com o impacto visual e com trajectórias seguidas por aves, aspectos a que é dada atenção cuidada na fase de projecto, como ainda em relação a medidas adicionais que ajudem a compatibilizá-las com aves que as procuram como poiso ou local para feitura de ninhos.

#### **Gestão de risco noutras geografias e actividades**

Embora as condições de mercado e regulatórias possam ser diferentes, os princípios e metodologias atrás enumeradas aplicam-se às unidades de negócio de transporte, distribuição e comercialização de gás, como também à Energias do Brasil e EDP Renováveis.

Relativamente ao gás, a parceria estratégica com a Sonatrach, que agora se começa a fazer sentir com a entrada em funcionamento das centrais em parceria, introduz um contributo significativo para o crescimento rentável e com risco controlado, neste âmbito de actividade, dado que proporciona um aumento significativo dos níveis de flexibilidade e de “hedging”.

O forte crescimento da EDP Renováveis, como também a diversidade geográfica dos seus investimentos, confirma claramente a alteração do perfil de produção do Grupo e compensa, num período de crise internacional, algum menor crescimento noutras áreas devido à quebra de crescimento no consumo, como também marca a sua aposta no mercado americano, com enormes possibilidades de crescimento e risco de país reduzido, afirmando o Grupo como um dos grandes “players” mundiais em energias renováveis e, portanto, de baixa exposição aos riscos relativos à emissão de gases de efeito de estufa.



## governo da sociedade

### Gestão de riscos transversais

**Risco associado ao investimento.** O processo de avaliação e decisão de investimento estabelece uma uniformização de critérios para a definição das taxas de desconto a utilizar para a avaliação dos “cash-flows” esperados e para a modelação de cenários (que incorporam diferentes sensibilidades a, por exemplo, risco de preço, de volume de energia, regulatório). Estes critérios ajudam a balizar o apetite pelo risco do Grupo, sendo o custo de capital de cada unidade de negócio - geografia revisto periodicamente. Os Comitês de Investimento (nas unidades de negócio e ao nível corporativo) permitem uma implementação efectiva destes mecanismos na fase de avaliação e de acompanhamento da execução dos investimentos, monitorizando riscos operacionais nesta fase e o seu impacto potencial no valor esperado.

**Risco financeiro.** Os riscos financeiros do Grupo são principalmente geridos pela Direcção Financeira, a qual efectua a gestão da tesouraria do Grupo a nível da Península Ibérica, da carteira de dívida e dos riscos de taxa de juro e cambial através de instrumentos financeiros em mercado. No Brasil, a Energias do Brasil segue, coordenadamente, princípios e metodologias semelhantes.

O risco de liquidez mereceu uma atenção redobrada, dada a situação de crise internacional vivida. O forte perfil creditício da EDP, neste contexto difícil, foi reconfirmado, tendo-se efectuado as emissões de obrigações necessárias para o “roll over” habitual de dívida e para financiar o crescimento do Grupo, num total de dois mil milhões de euros e de um milhar de milhão de dólares. Por outro lado, foi negociada com total sucesso uma linha de crédito de mil e seiscentos milhões de euros (“revolving credit facility”) e ainda a cedência de direitos aos ajustamentos tarifários em Portugal referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009, através de duas transacções que permitiram obter cerca de mil e seiscentos milhões de euros. Em consequência, o risco de liquidez encontra-se mitigado devido à política de gestão da dívida e de contratação de novos financiamentos e, ainda, pela disponibilidade de linhas de crédito contratadas (com tomada firme) e não utilizadas.

Face às políticas de gestão financeira seguidas pelo Grupo, continua a observar-se um nível baixo de risco de mercado e um risco de contraparte diversificado e envolvendo entidades financeiras de boa credibilidade.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões de Benefício Definido do Grupo EDP e dos benefícios de saúde em Portugal encontram-se integralmente cobertas pelos activos do Fundo de Pensões e por provisões específicas no balanço da EDP. O cálculo destas responsabilidades é efectuado anualmente por Actuário Independente, com base em pressupostos previstos nas IFRS-IAS, tendo em conta vários aspectos incluindo, entre outros, a performance do Fundo, os aspectos demográficos, variáveis económicas e os requisitos aplicáveis.

**Risco operacional.** São consideradas neste grupo as perdas potenciais resultantes de acontecimentos causados por falha ou inadequação nos processos, pessoas, equipamento ou sistemas ou resultantes de ocorrências externas (inclui o risco de incumprimento de legislação e de padrões éticos; a perda operacional inclui efeitos económicos, não económicos e de reputação).

Para as Tecnologias de Informação, a Direcção de Sistemas de Informação tem vindo a aprofundar todo o processo de gestão de risco, neste domínio, havendo a registar que está em curso estabelecer as redundâncias necessárias para o CPD – Centro de Processamento de Dados, o que consolida a política de “Disaster Recovery” encetada.

Os riscos mais importantes, transferíveis para o mercado segurador, referem-se às instalações industriais. Tanto para estes como para os riscos resultantes de reclamações de terceiros por danos materiais ou pessoais e suas consequências, que possam ser ocasionados pela própria actividade das empresas do Grupo, o Gabinete Gestão de Riscos Seguráveis da EDP Valor tem vindo a aplicar o Plano Estratégico de Seguros aprovado, baseado no estabelecimento de programas conjuntos para todas as empresas do Grupo, em Portugal e Espanha, na contratação directa com o mercado segurador e na potenciação do papel da cativa de resseguro do Grupo – Energia RE. Esta política conjugada tem permitido otimizar os custos do seguro e melhorar o seu controlo.

Para os riscos legais, quer ao nível de litigância ligada às operações, quer em relação a processos de licenciamento de novas instalações, quer no que se refere ao necessário cumprimento das obrigações fiscais e contabilísticas, o Grupo não espera qualquer repercussão negativa relevante.

## 4. ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS

### 4.1. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da EDP, no valor de 3.656.537.715 euros, é representado por 3.656.537.715 acções, sendo 2.936.222.980 acções da categoria A, que são ordinárias, e 720.314.735 acções da categoria B, com o valor nominal de 1 euro cada. As acções da categoria A correspondem a 80,30% do capital social e as de categoria B correspondem a 19,70%.

As acções ordinárias (ou de Categoria A) não estão sujeitas a quaisquer limitações relativas à sua transmissibilidade, dado que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, as acções transaccionadas em mercado são livremente transmissíveis, embora os Estatutos da EDP contenham regras relativas à limitação do exercício de direito de voto aplicáveis às acções ordinárias (ou de categoria A).

Segundo os Estatutos da EDP, não são considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

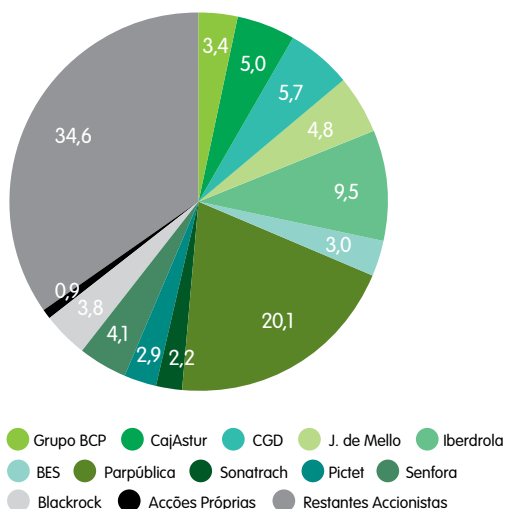
As acções de categoria B são as acções a reprivatizar e têm como único privilégio a não sujeição dos accionistas que sejam seus titulares, ou que as representem, à limitação de voto prevista nos números 3 e seguintes do artigo 14º dos Estatutos, por referência às mesmas acções.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

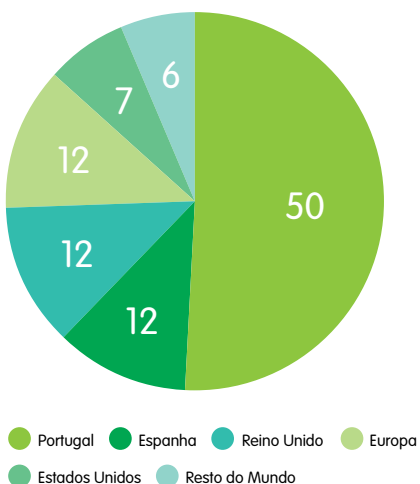
#### 4.2. ESTRUTURA ACCIONISTA

A repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2009, a seguinte:

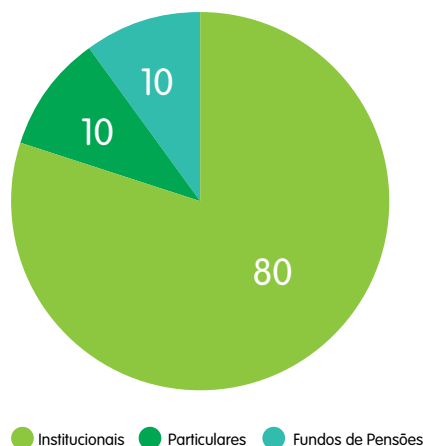
**Estrutura Accionista EDP (%)**



**Repartição Geográfica da Estrutura Accionista (%)**



**Repartição Geográfica da Estrutura Accionista por Tipo de Investidor (%)**



#### 4.3. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

De acordo com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às participações qualificadas detidas por accionistas no capital social da EDP, em 31 de Dezembro de 2009, identificando a respectiva imputação de direitos de voto nos termos do nº 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.



## governo da sociedade

Accionistas	Nº acções	% Capital	% Voto
<b>PARPÚBLICA - PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, (SGPS), S.A.</b>			
Acções Privalizadas - Categoria A	29.009.161	0,79%	0,80%
Acções Não Privalizadas - Categoria B	704.141.551	19,26%	19,44%
Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A.	408.797.735	11,18%	11,29%
PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.	295.343.816	8,08%	8,15%
<b>Total</b>	<b>733.150.712</b>	<b>20,05%</b>	<b>20,24%</b>
A sociedade Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. é totalmente detida pela PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.			
<b>IBERDROLA - PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA</b>			
IBERDROLA - Participações, SGPS, SA	347.371.083	9,50%	5,00%
<b>Total</b>	<b>347.371.083</b>	<b>9,50%</b>	<b>5,00%</b>
<b>CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.</b>			
Acções Privalizadas - Categoria A	190.919.887	5,22%	5,00%
Caixa Geral de Depósitos	186.443.384	5,10%	-
Fundo de Pensões da CGD	1.323.006	0,04%	-
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	2.804.885	0,08%	-
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	179.439	0,00%	-
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	13.490	0,00%	-
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	10.683	0,00%	-
Parcaixa, SGPS, S.A.	145.000	0,00%	-
Acções Não Privalizadas - Categoria B	16.173.184	0,44%	0,45%
Parcaixa, SGPS, S.A.	16.173.184	0,44%	0,45%
<b>Total</b>	<b>207.093.071</b>	<b>5,66%</b>	<b>5,45%</b>
A CGD detêm 100% do capital social e dos direitos de voto da Caixa Seguros, SGPS, S.A. que, por sua vez, detêm: i) 100% do capital social e dos direitos de voto da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. que, por sua vez, detêm 100% do capital e dos direitos de voto da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.; ii) 70% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança, SGPS, SA, que por sua vez detêm 100% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.; iii) 100% do capital e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.			
<b>CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CAJASTUR)</b>			
Cantabrica de Inversiones de Cartera, S.L.	128.409.447	3,51%	-
Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)	54.848.066	1,50%	-
<b>Total</b>	<b>183.257.513</b>	<b>5,01%</b>	<b>5,00%</b>
A sociedade Cantabrica de Inversiones de Cartera, S.L. é totalmente detida pela Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)			
<b>JOSÉ DE MELLO - SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.</b>			
José de Mello Energia, SGPS, S.A.	176.283.526	4,82%	4,87%
Órgãos de Administração e Fiscalização	17.443	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>176.300.969</b>	<b>4,82%</b>	<b>4,87%</b>
A sociedade José de Mello Energia, SGPS,S.A. é totalmente detida pela José de Mello Participações II, SGPS, S.A., cuja totalidade do capital social é detida pela José de Mello - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			
<b>INTERNATIONAL PETROLEUM INVESTMENT COMPANY (IPIIC)</b>			
Senfora SARL	148.431.999	4,06%	4,10%
<b>Total</b>	<b>148.431.999</b>	<b>4,06%</b>	<b>4,10%</b>
A sociedade Senfora SARL, empresa do Luxemburgo, é detida na totalidade pela IPIIC, uma empresa detida na globalidade pelo Governo de Abu Dhabi.			
<b>BLACKROCK, INC.</b>			
BlackRock Institutional Trust Company, N.A.	57.204.205	1,56%	1,58%
BlackRock Asset Management Limited/Blackrock Advisors UK Ltd.	36.180.065	0,99%	1,00%
BlackRock Investment Management (LUX)	16.300.000	0,45%	0,45%
BlackRock Fund Advisors	10.272.330	0,28%	0,28%
BlackRock Asset Management Japan Limited	9.005.713	0,25%	0,25%
BlackRock Investment Management (UK) Limited	2.681.060	0,07%	0,07%
BlackRock Fund Managers Ltd.	2.389.360	0,07%	0,07%
BlackRock Investment Management, LLC	2.158.147	0,06%	0,06%
BlackRock Japan Co. Ltd.	1.494.978	0,04%	0,04%
BlackRock (Netherlands) B.V.	1.439.485	0,04%	0,04%
BlackRock Asset Management Canada Limited	759.019	0,02%	0,02%
<b>Total</b>	<b>139.884.362</b>	<b>3,83%</b>	<b>3,86%</b>
Todas as sociedades acima mencionadas estão sob o domínio da BlackRock, Inc.			
<b>GRUPO MILLENNIUM BCP + FUNDO DE PENSÕES</b>			
Órgãos Sociais	28.380	-	0,00%
Fundação Millennium BCP	350.000	0,01%	0,01%
Banco Comercial Português, S.A.	337.551	0,01%	0,01%
Fundo de Pensões do Grupo Millennium BCP	122.289.594	3,34%	3,38%
Fundo de Pensões do Millennium CD	47.000	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>123.052.525</b>	<b>3,36%</b>	<b>3,40%</b>
A Sociedade gestora do Fundo de Pensões do Grupo Millennium BCP exerce de forma independente os respectivos direitos de voto.			
<b>BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.</b>			
Sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com o BES	111.000.000	3,04%	3,06%
Elementos dos Órgãos Sociais	13.214	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>111.013.214</b>	<b>3,04%</b>	<b>3,06%</b>
<b>PICTET ASSET MANAGEMENT</b>			
Pictet Asset Management	104.396.422	2,86%	2,88%
<b>Total</b>	<b>104.396.422</b>	<b>2,86%</b>	<b>2,88%</b>
<b>SONATRACH<sup>1</sup></b>			
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,26%
<b>Total</b>	<b>81.713.076</b>	<b>2,23%</b>	<b>2,26%</b>
<b>EDP (ACÇÕES PRÓPRIAS)</b>			
<b>Total</b>	<b>34.212.975</b>	<b>0,94%</b>	<b>0,94%</b>
<b>RESTANTES ACCIONISTAS</b>			
<b>Total</b>	<b>1.266.659.794</b>	<b>34,64%</b>	<b>34,64%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.656.537.715</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Nota: De acordo com o disposto no nº 3 do Art. 14º do Contrato de Sociedade da EDP não serão considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidas por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. A percentagem de direitos de voto foi determinada deduzindo as 34.212.975 acções próprias detidas pela empresa.

<sup>1</sup> Em conformidade com o entendimento que foi comunicado pela CMVM à Sonatrach, em relação aos efeitos de um acordo parassocial celebrado com as accionistas Parpública – Participações Públicas, (SGPS), S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A. passaram, nos termos do nº 1 do artigo 20 do Código dos Valores Mobiliários, a ser imputáveis à Sonatrach, desde 11 de Abril de 2007, os direitos de voto correspondentes às participações sociais detidas por aqueles dois accionistas.

#### 4.4. TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS

De acordo com o disposto no n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º dos Estatutos da EDP, as acções de categoria B são as acções a reprivatizar, não estando os seus titulares ou representantes sujeitos à limitação de voto prevista para as acções de categoria A, ou seja, a não consideração dos votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% (cinco por cento) da totalidade dos votos correspondentes ao capital social (nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários).

As acções em reprivatização são as acções de categoria B enquanto se mantiverem na titularidade de entes públicos, determinando a sua transmissão para entes não públicos a respectiva conversão em acções de categoria A, não carecendo tal conversão da aprovação dos respectivos titulares ou deliberação de qualquer órgão social da EDP.

#### 4.5. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS ACÇÕES

Nos termos estatutários (n.º 3 do artigo 5.º) as acções de categoria B só podem ser detidas por entes públicos enquanto não forem objecto de privatização.

As acções de categoria A não estão sujeitas a restrições à sua transmissibilidade.

#### 4.6. ACORDOS PARASSOCIAIS

De acordo com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos da EDP, os acordos parassociais respeitantes à sociedade devem, nos 30 (trinta) dias posteriores à sua celebração, ser comunicados, na íntegra, ao Conselho de Administração Executivo e ao Conselho Geral e de Supervisão, pelos accionistas que os tenham subscrito.

Atendendo à informação fornecida pelos accionistas à Sociedade, o Conselho de Administração Executivo tem conhecimento da existência de um único acordo parassocial, o qual foi estabelecido em 11 de Abril de 2007, entre a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. (Parpública), a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e a Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures (Sonatrach).

De acordo com os termos do referido Acordo Parassocial, que foram objecto de divulgação pública, a Parpública e a CGD assumiram nomeadamente, os seguintes compromissos:

- Apoiar a permanência da Sonatrach (ou de pessoa por si indicada) como membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, desde que a Sonatrach mantenha uma participação correspondente a, pelo menos, 2% do capital social da EDP e a aludida parceria estratégica se mantenha eficaz;
- Abster-se de promover, apoiar e/ou votar favoravelmente qualquer alteração aos Estatutos da EDP que tenha por efeito impedir a permanência da Sonatrach (ou de pessoa por si designada) como membro do Conselho Geral e de Supervisão.

#### 4.7. ASSEMBLEIA GERAL E PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

As reuniões da Assembleia Geral devem ser convocadas com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, fazendo-se menção expressa dos assuntos a tratar. Só podem assistir a essas reuniões accionistas com direito de voto, bem como as demais pessoas cuja presença nessas reuniões o Presidente da Mesa da Assembleia Geral considere como justificada.

Os accionistas da EDP, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 11.º dos Estatutos da EDP, só podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções é feita através do envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência em relação à data da realização da Assembleia Geral, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo em conta das acções.

Da declaração do referido intermediário financeiro deve constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior ao da data da realização da referida Assembleia Geral, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a Assembleia Geral terá lugar.

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a EDP adopta a Recomendação I.2.2 do Código de Governo das Sociedades. Nesta medida e para efeitos de clarificação, consta da convocatória da Assembleia Geral uma referência expressa à aplicação da recomendação acima referida.

Os accionistas podem ser representados por pessoas com capacidade jurídica plena, devendo tal designação ser comunicada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até às 17 horas do penúltimo dia anterior ao fixado para a reunião da Assembleia Geral.

#### 4.8. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da EDP e de acordo com a Recomendação I.3.3 do Código de Governo das Sociedades, a cada acção corresponde um voto.

Não serão considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% (cinco por cento) da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Esta limitação aplica-se em todas as deliberações, incluindo aquelas para as quais a lei ou os Estatutos da EDP exigem uma maioria qualificada determinada sobre o capital da sociedade.

De acordo com o n.º 4 do artigo 14.º dos Estatutos da EDP, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto inerentes às acções de categoria A, que, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ou de norma legal que o venha a modificar ou a substituir, lhe sejam imputáveis.



## governo da sociedade

Os accionistas da EDP têm o dever de prestar ao Conselho de Administração Executivo, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito e estejam relacionados com o nº 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, sendo que o incumprimento deste dever determina a inibição do exercício dos direitos de voto inerentes às acções detidas pelo accionista inadimplente.

No caso de a limitação de contagem de votos afectar vários accionistas, a referida limitação opera proporcionalmente às acções ordinárias por cada um detidas.

O nº 1 do artigo 15º dos Estatutos da EDP estabelece que os accionistas que, nos termos do referido nº 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou de previsão legal que o venha a modificar ou a substituir, passem a ser detentores, ou a ter imputação de, uma participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem precedido a essa comunicação.

A EDP tem adoptado medidas que visam incentivar o exercício do direito de voto pelos accionistas, através da eliminação de obstáculos, designadamente de ordem financeira, susceptível de afectar o exercício deste direito. Entre essas medidas incluem-se:

- Divulgação generalizada da convocatória da Assembleia Geral, com indicação expressa dos meios disponíveis para o exercício do direito de voto, nomeadamente através de publicações periódicas e do envio de "mailings" aos accionistas;
- O pagamento dos custos associados à emissão das declarações de titularidade e bloqueio das acções para a totalidade dos accionistas que participem (directamente ou por correspondência) na Assembleia Geral;
- O pagamento dos custos associados ao exercício do voto por correspondência, incluindo os meios de envio postal do voto.

### 4.9. VOTO POR CORRESPONDÊNCIA/POR MEIOS ELECTRÓNICOS

Os accionistas da EDP podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem do dia, mediante carta, com assinatura idêntica à do bilhete de identidade, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção e enviada para a sede social, que deverá ser entregue com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, salvo se prazo superior constar da convocatória, remetendo ainda fotografia legível do bilhete de identidade de quem assina a carta.

Cabe ao Presidente da Mesa verificar a autenticidade e regularidade dos votos exercidos por correspondência, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento

da votação, considerando-se que esses votos valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. No "Website" da EDP ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)) os accionistas podem encontrar um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Nos termos do nº 7 do artigo 14º dos Estatutos da EDP, o direito de voto pode igualmente ser exercido por via electrónica, de acordo com requisitos que assegurem a sua autenticidade, os quais devem ser definidos pelo Presidente da Mesa na convocatória da respectiva Assembleia Geral.

### 4.10. QUÓRUM E DELIBERAÇÕES

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.

Os Estatutos da EDP não consagram qualquer quórum constitutivo em relação à Assembleia Geral (adoptando a regra do Código das Sociedades Comerciais).

Relativamente ao quórum deliberativo, a regra adoptada nos Estatutos da EDP consiste em a Assembleia Geral poder deliberar, em primeira ou segunda convocação, qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, incluindo as deliberações sobre alteração dos estatutos, fusão, cisão ou transformação da Sociedade (pelo que, nestas matérias é inferior ao previsto na Lei, isto é, a necessidade de estarem presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos acções correspondentes a um terço do capital social).

Nos demais casos, aplica-se o quórum deliberativo previsto na Lei, nomeadamente o art. 383º, nº 2 do Código das Sociedades Comerciais.

### 4.11. ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

A EDP disponibiliza, em língua portuguesa e inglesa, para consulta, no prazo de 5 (cinco) dias, no seu "Website" ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)) extractos das actas das Assembleias Gerais da EDP e, bem assim, a respectiva convocatória, ordem do dia, propostas apresentadas à Assembleia Geral de Accionistas e formas de participação.

A EDP considera que a informação materialmente relevante para os investidores não abrange a totalidade do conteúdo das actas, cuja disponibilização integral seria, aliás, susceptível de utilização para finalidades não relacionadas com o interesse social dos accionistas, dos investidores e do mercado em geral. Nesta medida, a EDP disponibiliza no seu "Website" um extracto das actas das Assembleias Gerais com toda a informação relevante relacionada com a constituição da Assembleia Geral e com as deliberações tomadas no seu decurso, incluindo as propostas apresentadas e eventuais declarações de voto.

No referido "Website" é disponibilizada aos accionistas da EDP informação relativa: i) aos requisitos de participação na Assembleia Geral; ii) ao exercício de direito de voto por



correspondência; e iii) os elementos informativos disponíveis na sede social.

A isto acresce o facto de a EDP clarificar os seus accionistas sobre as formas de participação na Assembleia Geral com a apresentação de modelo de carta de representação, de boletim de voto e das instruções necessárias para o exercício do voto via correio electrónico.

No referido “Website”, os accionistas da EDP podem consultar todos estes elementos, bem como o acervo histórico da informação relativa às Assembleias Gerais Anuais e Extraordinárias realizadas desde 2005.

Do acervo histórico não constam as listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas dada a natureza pessoal dos dados envolvidos.

#### **4.12. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO E MUDANÇA DO CONTROLO DA SOCIEDADE**

A EDP não adoptou medidas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição que pusessem em causa os interesses da sociedade e dos seus accionistas.

Apesar de os Estatutos da EDP preverem uma limitação quanto ao exercício de direitos de voto relativos a acções da categoria A, de acordo com a qual não são considerados os votos inerentes a acções da categoria A emitidos por um mesmo accionista (nos termos da imputação de direitos de voto estabelecida no artigo 20º, nº 1 do Código dos Valores Mobiliários) que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, esta limitação não constitui uma medida adoptada com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

Com efeito, a insusceptibilidade de a limitação de direitos de voto impedir o êxito de uma oferta pública de aquisição resulta da actual estrutura de capital da EDP e do peso relativo das acções de categoria A nesse capital, bem como da conformidade do quórum deliberativo de dois terços dos votos emitidos, que se encontra previsto nos Estatutos da EDP para a alteração do contrato de sociedade nesta matéria, com o disposto no número 2 do artigo 182º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Tão pouco foram adoptadas medidas defensivas com o intuito de, ou que tivessem como consequência, provocar uma erosão grave no património da EDP em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Conselho de Administração Executivo, prejudicando a livre transmissibilidade das acções e uma livre apreciação por parte dos seus accionistas do desempenho dos titulares do Conselho de Administração Executivo.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração Executivo, a EDP não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição (exceptuando a prática normal em matéria de emissão de dívida), nem é parte de acordos com titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso

de demissão, despedimentos sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## **5. REMUNERAÇÕES**

### **5.1. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

De acordo com os Estatutos, as remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral, com excepção das remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo, que são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Em linha com os interesses que a recomendação II.1.5.2 do Código do Governo das Sociedades Cotadas da CMVM visa tutelar, a Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral toma em consideração para a fixação das remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e do Revisor Oficial de Contas, designadamente, o seu carácter fixo, bem como as regras imperativas sobre a respectiva determinação, em particular o disposto no n.º2 do art. 440º do Código das Sociedades Comerciais, o qual explicita os critérios de determinação da remuneração do Conselho Geral de Supervisão; art. 374º-A do Código das Sociedades Comerciais, sobre a remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral; e no art. 60º do Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro, sobre a remuneração do Revisor Oficial de Contas.

O montante global bruto das remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais da EDP, no exercício de 2009, foi de 19.266.254,61 euros.

### **5.2. REMUNERAÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não recebe remuneração nessa qualidade, na medida em que é remunerado como membro do Conselho Geral e de Supervisão.

A remuneração do Vice-Presidente da Mesa consiste na atribuição de senhas de presença em cada reunião. A senha relativa à sua presença na Assembleia Geral realizada em 15 de Abril de 2009, no valor de 1.000 euros, foi paga em 2009.

### **5.3. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO**

A definição da política de remuneração dos membros do Órgão de Administração compete à Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão. Esta comissão definiu a remuneração a atribuir aos administradores, procurando que a mesma reflecta o desempenho de cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo em cada ano do mandato (remuneração variável anual), bem como o seu desempenho durante o mandato mediante a fixação de uma componente variável que seja consistente com a maximização da “performance” de longo prazo da Empresa (remuneração variável plurianual).

A Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão submeteu, à Assembleia Geral de 12 de Abril de



## governo da sociedade

2007, uma declaração sobre a política de remuneração que foi aplicável durante o mandato correspondente ao triênio anterior (2006-2008) e que vigorou até à data da reeleição do Conselho de Administração Executivo na Assembleia Geral realizada em 15 de Abril de 2009. De acordo com a referida declaração novamente apresentada na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, a política de remuneração em causa correspondia aos termos seguintes:

- Remuneração Fixa – corresponde a 600.000 euros brutos anuais para o Presidente do Conselho de Administração Executivo e a 80% daquele montante para os restantes membros do Conselho de Administração Executivo;
- Remuneração Variável Anual – para cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo o seu valor poderá oscilar entre 0 e 100% da remuneração bruta fixa anual, sendo a determinação do respectivo montante efectuada com base nos seguintes indicadores em relação a cada ano do mandato: “performance” relativa do “Total Shareholder Return” do Grupo EDP vs Eurostoxx Utilities e PSI-20, capacidade real de criação de valor accionista, crescimento de Margem Bruta, crescimento do Resultado Líquido e crescimento do EBITDA;
- Remuneração Variável Plurianual – igualmente para cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo, esta componente pode ser estabelecida num montante compreendido entre 0 e 100% da remuneração bruta anual, em função da avaliação anual acumulada da “performance” dos administradores na materialização da sustentabilidade económica do Grupo EDP. A atribuição desta remuneração plurianual, embora calculada anualmente, só se torna efectiva se no final do mandato tiverem sido atingidos, pelo menos, 90% dos objectivos estratégicos fixados, que serão avaliados em função da performance e da comparação com os universos estratégicos de referência. Em concreto a fixação desta componente remuneratória é efectuada com base nos seguintes elementos: “performance” relativa do EBITDA

do Grupo EDP vs Eurostoxx Utilities e PSI-20 no mandato, capacidade de criação de valor do Grupo EDP no mandato, “performance” relativa de capitalização bolsista do Grupo vs Eurostoxx Utilities e PSI-20 no mandato, “performance” do Índice de sustentabilidade aplicado ao Grupo EDP (metodologia DJSI), imagem do Grupo EDP nos mercados nacional e internacional, capacidade de mudança e adaptação a novas exigências do mercado e cumprimentos de metas estratégicas fixadas para o Grupo EDP.

O período temporal considerado para a determinação do valor da componente variável plurianual da remuneração (de 3 anos), a utilização de critérios qualitativos orientados para uma perspectiva estratégica e de médio prazo no desenvolvimento da Empresa, a existência de um limite máximo (“cap”) para a remuneração variável e o peso relativo desta componente no valor global da remuneração constituem elementos determinantes para fomentar um desempenho da gestão da Empresa que não se focalize apenas em objectivos de curto prazo, mas que integre na sua performance os interesses da Sociedade e dos accionistas no médio e longo prazo.

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Vencimentos vai submeter à próxima Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remunerações para o mandato relativo ao triênio de 2009/2011.

No que respeita à remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo para o mandato correspondente ao triênio de 2009/2011, a Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão deliberou, em 21 de Setembro de 2009, manter o mesmo nível de remuneração que vigorou no exercício anterior.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados os valores remuneratórios brutos pagos, individualmente, aos membros do Conselho de Administração Executivo, durante o ano de 2009.

Euros	Fixo	Remunerações pagas por outras Sociedades maioritariamente detidas pela EDP	Variável			
			Anual	Plurianual 2006	Plurianual 2007	Plurianual 2008
António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)	703.448,20		600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
Ana Maria Machado Fernandes	315.901,43	246.857,13	451.200,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00
António Fernando Melo Martins da Costa	553.846,02	159.691,47	389.760,00	428.307,67	428.307,67	428.307,67
António Manuel Barreto Pita de Abreu	546.206,78	258.651,08	360.960,00	384.000,00	384.000,00	384.000,00
João Manuel Manso Neto	562.758,56		451.200,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	562.758,56		436.800,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	527.999,92		480.000,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00

Nota: As remunerações do Presidente do CAE e dos vogais do CAE incluem os montantes relativos ao Plano Poupança Reforma. Os montantes das remunerações variáveis foram fixados com base no tratamento fiscal aplicável no país em que o Administrador tinha residência fiscal.

O Plano Poupança Reforma dos membros do Conselho Administração Executivo funciona como complemento efectivo de reforma e corresponde a 10% do valor do vencimento anual.

Os administradores não auferem, a título de remuneração, qualquer benefício não pecuniário relevante.

#### 5.4. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

A remuneração dos membros do Conselho Geral e de Supervisão reveste uma natureza fixa atendendo às funções desempenhadas.

A remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão foi fixada tendo em consideração, nomeadamente, o desempenho das suas funções em regime de dedicação a tempo inteiro. No quadro seguinte apresenta-se os valores das remunerações auferidas pelos membros do Conselho Geral e de Supervisão no exercício de 2009:

Euros	Fixo
António de Almeida (Presidente)	638.965,46
Alberto João Coraceiro de Castro	60.000,00
António Sarmento Gomes Mota	46.222,25
Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)	50.000,04
Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	50.000,04
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	54.999,96
Eduardo de Almeida Catroga	54.999,96
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira (1)	0,00
José Manuel dos Santos Fernandes	39.111,08
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	39.111,08
Khalifa Abdulla Khamis Al Romaiti	53.555,54
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	65.000,04
Mohamed Meziane	50.000,04
Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	39.111,08
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	60.000,00
Vasco Maria Guimarães José de Mello	54.999,96
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	84.999,96

Nota: A remuneração do Presidente do CGS inclui o montante relativo ao Plano Poupança Reforma.  
(1) Renunciou à remuneração

Durante o ano de 2009, auferiram ainda remuneração os seguintes ex-membros dos Conselho Geral e de Supervisão.

Euros	Fixo
António Francisco Barroso de Sousa Gomes	18.777,79
Vital Martins Moreira	9.905,91
Vitor Domingos Seabra Franco	11.532,27

#### 5.5. REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES

A remuneração dos dirigentes, na acepção do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, com excepção dos membros dos órgãos sociais, coincide com o regime aplicável aos trabalhadores em geral. Tal remuneração consiste numa quantia fixa mensal, podendo ainda ser-lhes atribuído um prémio anual em função do desempenho corporativo e "performance" individual, de acordo com critérios previamente definidos, nomeadamente o cumprimento de resultados previamente fixados, absentismo e de equidade.

#### 5.6. ACORDOS RELATIVOS À CESSAÇÃO DO VÍNCULO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE TRABALHO

Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração, de fiscalização ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de administrador, nem em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

#### 5.7. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E/OU DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES OU COM BASE NAS VARIAÇÕES DO PREÇO DAS ACÇÕES

O único plano de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções em vigor actualmente é o seguidamente indicado.

##### 5.7.1. APLICÁVEL AO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO NOS EXERCÍCIOS DE 2003/2005

Como elemento da remuneração variável do Presidente do Conselho de Administração, do Presidente da Comissão Executiva e dos vogais da Comissão Executiva que exerceram funções no triénio 2003 a 2005 foi previsto pela Comissão de Vencimentos em funcionamento ao tempo a atribuição de opções relativas a cada ano de acordo com a avaliação qualitativa e quantitativa de cada exercício. De acordo com este plano cada opção de compra pode ser exercida até um máximo de 1/3 em cada um dos primeiros aniversários a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final dos 8 aniversários da data de atribuição caducam.

Em 2009 foram exercidas 105.088 opções, conforme o quadro seguinte, o qual detalha também a totalidade de atribuições relativas aos exercícios de 2003 a 2005.

Data de Atribuição	Nº de Benef.	Nº de opções atribuídas	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções exercidas	
						Em 2009	Total
30-Abr-04	6	760.482	2,29	30-Abr-05	29-Abr-12	0	722.206
30-Jun-05	6	932.328	2,21	30-Jun-06	29-Jun-13	0	641.666
02-Mai-06	6	1.461.497	2,21	02-Mai-07	01-Mai-14	105.088	778.038



## governo da sociedade

## 5.8. REMUNERAÇÃO DO AUDITOR

A KPMG tem a incumbência de realizar a auditoria externa independente de todas as empresas que integram o Grupo EDP, designadamente em Portugal, Espanha, Brasil, EUA e nos outros países em que o Grupo se encontra presente.

Em 2009, os custos reconhecidos e especializados com honorários da KPMG relativos a auditoria e revisão legal de contas, serviços de garantia e fiabilidade, de consultoria fiscal e outros serviços que não de revisão legal de contas para Portugal, Espanha, Brasil, EUA e outros países foram os seguintes:

Tipologia de Serviços	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros Países	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	2.445.600 <sup>1</sup>	1.601.575	981.510	694.403	363.249	6.086.337
Serviços de garantia e fiabilidade	866.168	178.660	220.969	202.178	13.900	1.481.875
<b>Sub-Total</b>	<b>3.311.768</b>	<b>1.780.235</b>	<b>1.202.479</b>	<b>896.581</b>	<b>377.149</b>	<b>7.568.212</b>
Serviços de Consultoria fiscal	635.980	337.091	-	665.765	6.000	1.644.836
Outros serviços que não de revisão legal de contas	73.467	946.595	29.777	-	-	1.049.839
<b>Sub-Total</b>	<b>709.447</b>	<b>1.283.686</b>	<b>29.777</b>	<b>665.765</b>	<b>6.000</b>	<b>2.694.675</b>
<b>Total</b>	<b>4.021.215</b>	<b>3.063.921</b>	<b>1.232.256</b>	<b>1.562.346</b>	<b>383.149</b>	<b>10.262.887</b>

<sup>1</sup>Inclui a remuneração do Revisor Oficial de Contas da EDP, no montante de 180.000 euros.

Nota: Em 17 de Setembro de 2009, mediante decisão conjunta do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, foi concedida uma autorização especial ao Conselho de Administração Executiva para contratar à KPMG serviços de garantia e fiabilidade, serviços de consultoria fiscal e outros serviços que não de revisão legal de contas, para além do limite dos 30% dos honorários devidos pelo exercício das funções de revisão das contas e auditoria, tendo em conta os fundamentos específicos da contratação desses serviços e a sua relação com os serviços de auditoria, bem como a excepção e a não recorrência dos mesmos.

Os serviços de auditoria e de revisão legal de contas correspondem aos serviços necessários para a emissão dos pareceres sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa-mãe e das suas filiais em Portugal e no estrangeiro. Estes montantes não incluem os serviços prestados a associadas e a entidades conjuntamente controladas.

Atendendo ao âmbito de serviços prestados pelas empresas de auditoria, a EDP adopta medidas especificamente destinadas a salvaguardar a independência do auditor externo.

Com efeito, em 29 de Janeiro de 2009, o Conselho Geral e de Supervisão da EDP aprovou um regulamento referente à contratação de serviços "non-audit" ao revisor oficial de contas e ao auditor externo independente das empresas do Grupo EDP.

Este regulamento determina o âmbito permitido dos serviços "non-audit" a serem eventualmente prestados pelo auditor externo independente, do qual se excluem, em especial, os serviços de contabilidade, de desenvolvimento de sistemas de informação financeira, de avaliação e bem assim os serviços jurídicos, de gestão de recursos humanos e em matéria actuarial, os quais não podem ser objecto de prestação nem pelo revisor oficial de contas nem pelo auditor externo independente.

Por outro lado, o regulamento prevê que a prestação de serviços "non-audit" pelo revisor oficial de contas ou pelo auditor externo independente a empresas do Grupo EDP esteja sujeita a prévia autorização da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, não podendo, porém, o seu custo ultrapassar 30% dos honorários

contratados para as respectivas funções de revisão de contas e auditoria, salvo em casos excepcionais e mediante autorização prévia conjunta do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e da referida Comissão.

Finalmente, foi criado um mecanismo de reporte trimestral à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria quanto aos serviços contratados pelas empresas do Grupo EDP ao revisor oficial de contas e ao auditor externo independente.

## 6. ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

## 6.1. EDP NO MERCADO DE CAPITAIS

As acções representativas do capital social da EDP foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da NYSE Euronext Lisbon (então denominada Bolsa de Valores de Lisboa) em 16 de Junho de 1997. Desde então foram admitidas mais acções à negociação na NYSE Euronext Lisbon, na sequência de fases posteriores de reprivatização:

Fases de Admissão à Negociação da EDP	
Fase de Admissão	Data
1ª Fase de Privatização/IPO	16/Jun/97
2ª Fase Reprivatização	26/Mai/98
3ª Fase Reprivatização	28/Jun/98
4ª Fase Reprivatização	23/Out/00
5ª Fase Reprivatização/Aumento de capital	07/Dez/04
6ª Fase Reprivatização	27/Dez/05
7ª Fase Reprivatização	13/Dez/07

A EDP tem 2.936.222.980 acções ordinárias admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon, com o valor nominal de 1 euro cada, representativas de 80,30% do seu capital social. O "free float" em 2009 situava-se nos 60%.

EDP - Energias de Portugal S.A.	
Acções	
NYSE Euronext Lisbon	Acções
Reuters RIC	EDPLS
Bloomberg	EDP PL
ISIN	PTEDPOAM0009

As acções EDP constituem também activo subjacente a contratos de futuros e "warrants" transaccionados na praça de Lisboa.

Encontram-se ainda admitidos à negociação em mercados bolsistas os seguintes empréstimos obrigacionistas da EDP:

Emissão/ISIN	Data		Cupão	Bolsa	Montante	
	Emissão	Maturidade			Emissão	Outstanding <sup>2</sup>
11ª Emissão EMTN (I) XS0256997932	12-06-2006	14-06-2010	Trimestral Euribor 3m + 15,0bp	Londres	500.000.000	500.000.000
2ª Emissão EMTN (I) XS0126990778	28-03-2001	03-28-2011	Anual Taxa fixa EUR 5,875%	Londres, Frankfurt	1.000.000.000	747.352.000
12ª Emissão EMTN (I) XS0256996538	12-06-2006	12-06-2012	Anual Taxa fixa EUR 4,25%	Londres	500.000.000	500.000.000
1ª Emissão 144A/REGS US26835PAA84	11-02-2007	11-02-2012	Anual Taxa fixa USD 5,375%	Londres	1.000.000.000 <sup>4</sup>	1.000.000.000 <sup>4</sup>
15ª Emissão XS0413462721	02-18-2009	02-18-2014	Anual Taxa fixa EUR 5,5%	Londres	1.000.000.000	1.000.000.000
9ª Emissão EMTN (I) XS0221295628	22-06-2005	22-06-2015	Anual Taxa fixa EUR 3,75%	Londres	500.000.000	500.000.000
13ª Emissão EMTN (I) XS0256997007	12-06-2006	13-06-2016	Anual Taxa fixa EUR 4,625%	Londres	500.000.000	500.000.000
16ª Emissão XS0435879605	06-25-2009	26-09-2016	Anual Taxa fixa EUR 4,75%	Londres	1.000.000.000	1.000.000.000
6ª Emissão EMTN (I) XS0152784715	09-08-2002	09-08-2017	Anual Taxa fixa GBP 6,625%	Londres	200.000.000 <sup>3</sup>	200.000.000 <sup>3</sup>
2ª Emissão 144A/REGS US26835PAB67	11-02-2007	02-02-2018	Anual Taxa fixa USD 6,00%	Londres	1.000.000.000 <sup>4</sup>	1.000.000.000 <sup>4</sup>
3ª Emissão 144A/REGS XS0454935395	09-29-2009	10-01-2019	Semi-Anual Taxa Fixa USD 4,9%	Londres	1.000.000.000 <sup>4</sup>	1.000.000.000 <sup>4</sup>
10ª Emissão EMTN (I) XS0223447227	29-06-2005	29-06-2020	Anual Taxa fixa EUR 4,125%	Londres	300.000.000	300.000.000
14ª Emissão EMTN (I) XS0397015537	11-04-2008	01-04-2024	Anual Taxa fixa GBP 8,625%	Londres	325.000.000 <sup>3</sup>	325.000.000 <sup>3</sup>

<sup>1</sup> EMTN - Euro Medium Term Notes

<sup>2</sup> Outstanding - Valor em Dívida em 31 de Dezembro de 2009

<sup>3</sup> Montante em GBP

<sup>4</sup> Montante em USD

Em 2009, a EDP foi a empresa com maior capitalização bolsista e apresentou um peso relativo no PSI-20 - índice de referência da NYSE Euronext Lisbon - de cerca de 12,5% do mesmo. A EDP é uma das sete empresas portuguesas com representatividade no índice Euronext 100, com um peso na ordem dos 0,702%. A acção EDP constitui também uma referência em vários índices europeus, tais como o Dow Jones Eurostoxx Utilities, calculados com base na performance bolsista das principais e mais representativas empresas europeias do sector de "Utilities". A EDP é ainda a única empresa Portuguesa presente no índice de sustentabilidade do Dow Jones (Dow Jones Sustainability Index), o que sucedeu em 2009 pelo segundo ano consecutivo.

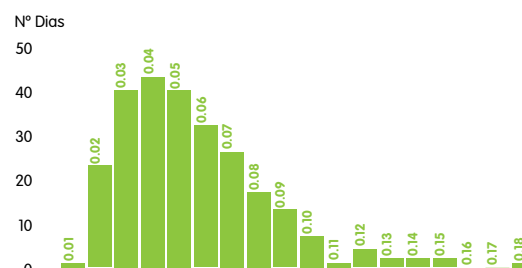
Em 2009, as acções EDP valorizaram 15%, ou seja, de 2,695 euros para 3,108 euros. A referida valorização adicionada ao dividendo bruto no valor de 0,14 euros por acção, (pago em 14 de Maio de 2009), resultou num retorno total bruto positivo de 20,5% no período em referência. Esta "performance" ficou acima dos retornos proporcionados pelos principais índices de referência, nomeadamente o Dow Jones Europe STOXX Utilities, que teve uma "performance" positiva de apenas 1% no período e abaixo do PSI-20 que valorizou 33% em 2009.

O valor de mercado do Grupo EDP, calculado com base na sua capitalização bolsista (nº de acções emitidas x preço por acção), ascendeu, em 2009, a 11.365 milhões de euros, o equivalente a 16,5% da capitalização total de acções do índice PSI-20 que ascendeu a 68.877 milhões de euros. Em 2009, a EDP foi uma das acções mais transaccionadas na NYSE Euronext Lisbon. Foram transaccionadas, neste mercado de cotações oficiais, cerca de 1.722 milhões de acções EDP, o que corresponde a uma média diária de 6,7 milhões de acções, a um preço médio de 2,855 euros e a cerca de 59% do total de acções da EDP admitidas à negociação. Em termos de volume de negócios, as acções EDP representaram o equivalente a 2,9% (4.970 milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no mercado regulamentado lisboeta (172.304 milhões de euros).

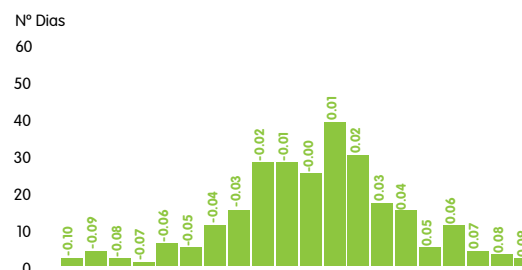
Os gráficos seguintes representam a variação diária e intra diária da acção EDP na NYSE Euronext Lisbon e permitem

concluir que, apesar do comportamento volátil das bolsas em 2009, a EDP exibiu uma volatilidade mais reduzida.

#### Histograma de Variação Intradiaária 52 Semanas (Jan09-Dez09)



#### Histograma de Variação Diária 52 Semanas (Jan09-Dez09)



## 6.2. FACTORES QUE INFLUENCIARAM A EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS ACÇÕES EDP

Os mercados accionistas apresentaram em 2009 uma forte recuperação, apesar de terem atingido os mínimos de uma década no mês de Março. Entre os principais índices mundiais, nos EUA o Índice Dow Jones valorizou 18,8%, enquanto na Europa o DJ Stoxx 600 subiu 28%, no Reino Unido o FTSE 100 teve uma rentabilidade positiva de 22% e na Alemanha o DAX subiu 23,9%. O índice de referência do mercado accionista português, o PSI-20, apresentou uma valorização de 33,5% no período. O mercado accionista brasileiro apresentou um



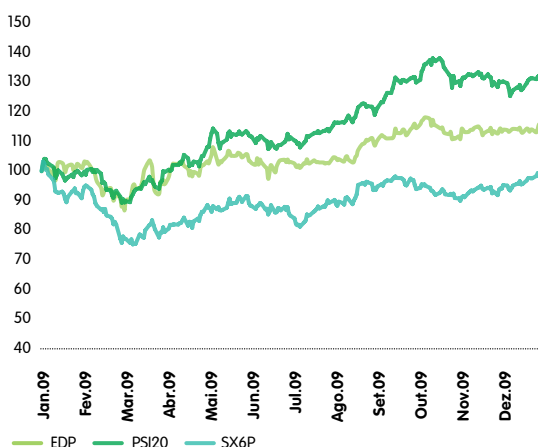
## governo da sociedade

dos melhores desempenhos a nível mundial em 2009 (Índice Bovespa +82.6%).

No que respeita aos sub-sectores económicos que compõem o índice Europeu DJ Stoxx 600, as maiores subidas em 2009 vieram dos sectores mais cíclicos, que tinham apresentado elevadas quedas em 2008: "Basic materials" (+101% em 2009) banca (+47% em 2009) e químicos (+44% em 2009). O sector das "Utilities", em que se integra a EDP, foi o sector com pior performance de entre todos os sub-sectores do DJ Stoxx 600 em 2009, com o índice europeu de "utilities", SX6P, a apresentar um crescimento de apenas 1% no período, enquanto sectores como as Telecomunicações (+11,3%) e os seguros (+12,9%) apresentaram também desempenhos abaixo do índice global.

Foi neste contexto que as acções cotadas da EDP apresentaram uma valorização de 15,3% durante 2009, o que tendo em conta o pagamento de dividendos que teve lugar a 14 de Maio de 2009 de €0,14 por acção, representa uma rentabilidade total positiva para o accionista de 20,5% no período.

EDP vs PSI20 vs DJ Euro Stoxx Utilities



Fonte: Bloomberg

O comportamento dos mercados durante 2009 poderá ser dividido em duas fases. Os três primeiros meses do ano continuaram a ser marcados pela persistência da instabilidade e falta de confiança no sistema financeiro mundial e consequentemente da economia real global gerada no 2º semestre de 2008 devido às restrições de liquidez nos mercados de crédito, revisões em baixa da procura de bens e serviços e do crescimento económico mundial. Neste período, o desempenho da economia foi ainda marcado por fortes restrições ao financiamento do consumo e do investimento e subida do desemprego. No entanto, no seguimento das fortes medidas de redução de taxas de juro directoras e injeção de liquidez no sistema financeiro mundial por parte dos bancos centrais das principais economias mundiais, as taxas de juro de mercado apresentaram uma rápida descida e a liquidez nos mercados de crédito apresentou uma subida gradual, numa primeira fase para prazos curtos, mas que se estendeu gradualmente também a prazos médios e longos. Por outro lado, os governos das principais economias mundiais apresentaram no início de 2009 pacotes de medidas de estímulo às economias nacionais, que incluíram incentivos ao investimento e ao consumo, bem como medidas de apoio social ao desemprego e às empresas em dificuldades. Em resultado destas medidas, os indicadores económicos

referentes ao 2º e ao 3º trimestres apresentaram sinais positivos, e a persistência de uma liquidez ampla reflectiu-se num sentimento mais favorável nos mercados financeiros, expresso em valorizações significativas da generalidade dos activos (acções e crédito). Foi num contexto de aceleração da actividade e um ambiente de inflação e juros baixos, que finalizou o ano, situação favorável para o mercado accionista.

A crise financeira implicou numa fase inicial uma forte redução da liquidez e aumento dos "spreads" nos mercados de crédito globais, cenário no qual a análise do risco de crédito realizada pelas agências de "rating" independentes ganhou ainda maior relevância. Em Fevereiro, a Fitch manteve o "rating" de longo prazo da EDP em 'A-' atribuindo "Outlook" estável. Em Junho, a Moody's baixou o "rating" da EDP para 'A3' atribuindo "Outlook" estável e em Agosto a Standard & Poor's confirmou o "rating" da EDP em 'A-' e reviu "Outlook" de estável para negativo.

Em relação à política de financiamento, o ano 2009 foi marcado pela decisão da EDP de aumentar o prazo de cobertura das suas necessidades de financiamento nos mercados de crédito dos 12 meses para os 24 meses, por forma a reduzir o risco associado à instabilidade dos mercados de crédito mundiais. Assim, em 9 de Fevereiro de 2009, a EDP emitiu obrigações no montante de 1.000 milhões de euros a 5 anos. Em 5 de Março de 2009, a EDP assinou um contrato de financiamento na modalidade "revolving credit facility", no montante de 1.600 milhões de euros, com o prazo de três anos, com o propósito de suportar a liquidez do Grupo. No mesmo dia, a EDP procedeu à titularização do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários relativos aos sobrecustos de produção de energia eléctrica gerados em Portugal nos anos de 2007 e 2008 no montante de 1.2 mil milhões de euros. Em 18 de Junho, a EDP emitiu obrigações no montante de 1.000 milhões de euros a 7 anos. Em Setembro, a EDP voltou a emitir valores mobiliários representativos de dívida no montante de 1.000 milhões de dólares para fazer face aos investimentos nos Estados Unidos da América passando a dispor de uma situação de liquidez que se estima adequada para os próximos 2 anos. Em Dezembro foi titularizado o direito ao recebimento da totalidade dos ajustamentos positivos referentes a custos de medidas de política energética respeitantes a sobrecustos de produção de energia em regime especial estimados para o ano de 2009, o que permitiu um encaixe de cerca de 435 milhões de euros.

Quanto à consolidação no sector Ibérico de "Utilities", em Fevereiro, a Acciona e a Enel chegaram a acordo para troca da participação da Acciona na Endesa pelos activos de renováveis da Endesa. Por outro lado, foi concluída a aquisição da Union Fenosa por parte da Gas Natural em Setembro. No âmbito desta aquisição e por decisão regulatória, a Gas Natural foi obrigada a vender activos. Em Julho a EDP anunciou o reforço do seu negócio de gás em Espanha com o acordo de aquisição de sociedades de distribuição em baixa pressão e comercialização de gás natural nas regiões da Cantábria e Múrcia e dos activos de distribuição de gás natural em alta pressão nas regiões do País Basco, Astúrias e Cantábria, negócio que seria concluído em 31 de Dezembro por um "enterprise value" de 330 milhões de euros.

No mercado primário do sector das "Utilities" Europeias, as emissões de capital foram marcadas pela necessidade de financiar aquisições realizadas antes da crise financeira ou pela degradação dos rácios de endividamento associados a uma diminuição dos preços e procura de gás e electricidade nos mercados europeus. Destacaram-se pela sua dimensão

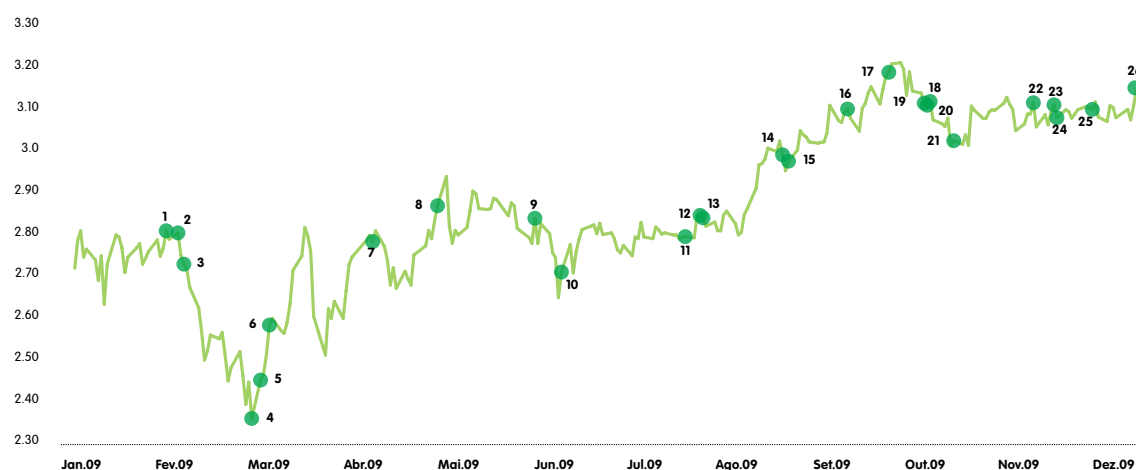
os seguintes aumentos de capital: Scottish & Southern Energy (Janeiro - 530 milhões de euros); Gas Natural (Março - 3,5 mil milhões de euros), Vestas (Abril - 800 milhões de euros), Enel (Maio - 8 mil milhões de euros) e Iberdrola (Junho - 1,33 mil milhões de euros).

Na dimensão legislativa e regulatória, nos Estados Unidos da América, após a eleição de Barack Obama em Janeiro, assistiu-se a uma inversão da política seguida que se manifestou num forte apoio ao reforço dos investimentos em energias renováveis ("American Recovery and Reinvestment Act of 2009"). Esta situação permitiu ao Grupo EDP estabelecer novas parcerias em regime de "Tax Equity", em Setembro no valor de 102 milhões de dólares e em Dezembro no valor de 228 milhões de dólares. Em Portugal, a ERSE publicou em Dezembro o documento final "Tarifas e preços

para a energia eléctrica e outros serviços em 2010" que estabelece um aumento médio de 2,9% para as tarifas de venda a clientes finais em Portugal continente para 2010. No Brasil, em Agosto, a ANEEL aprovou o reajustamento tarifário anual da EDP Escelsa em 15,12% e em Outubro aprovou os parâmetros definitivos para o período regulatório Outubro-2007/Outubro-2011 e o reajustamento tarifário anual da EDP Bandeirante em 5,46%.

Na vertente de alienações, a Energias do Brasil iniciou, no mês de Outubro, a oferta de distribuição pública secundária de acções próprias, operação concluída em Novembro, que permitiu o encaixe de 170,3 milhões de euros. Ainda em Outubro, dando continuidade à estratégia do Grupo EDP de alienação de activos não estratégicos e concentração no seu "core business", a EDP vendeu a totalidade da sua participação na Sonaecom.

### Principais Marcos na Evolução da Cotação da Acção EDP em 2009



#	Data	Descrição	Preço Acção
1	4/Fev	EDP assina empréstimo de €145 milhões com o Banco Europeu de Investimento	2,80
2	6/Fev	Fitch mantém rating de longo prazo da EDP em 'A-' atribuindo outlook estável	2,80
3	10/Fev	EDP emite obrigações no montante de € 1.000 milhões, a 5 anos	2,72
4	5/Mar	EDP cede direito aos ajustamentos tarifários extraordinários relativos a 2007 e 2008	2,35
4	5/Mar	EDP contrata linha de crédito de €1.600 milhões	2,35
4	5/Mar	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos a 2008	2,35
5	6/Mar	Renúncia de membros do Conselho Geral e de Supervisão	2,44
6	11/Mar	Adjudicação à Iberdrola da gestão temporária das centrais hidroeléctricas de Agueira e Raiva	2,57
7	15/Abr	Assembleia Geral Anual	2,77
8	7/Mai	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 1º trimestre de 2009	2,86
8	7/Mai	Publicação de "Real Decreto Ley" que estabelece condições para a eliminação do défice tarifário espanhol	2,86
8	7/Mai	Pagamento de dividendo bruto de €0,14 por acção relativo ao exercício de 2008 (dividendo líquido de €0,112)	2,86
9	9/Jun	Moody's baixa rating da EDP para 'A3' atribuindo outlook estável	2,83
10	18/Jun	EDP emite obrigações no montante de EUR 1 000 milhões a 7 anos	2,70
10	18/Jun	Energias do Brasil conclui alienação de empresa de telecomunicações ESC90	2,70
11	30/Jul	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 1º Semestre de 2009	2,79
12	4/Ago	Standard&Poor's confirma o rating da EDP em 'A-' e revê "outlook" de estável para negativo	2,84
13	5/Ago	ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da EDP Escelsa em 15,12%	2,83
14	1/Set	EDP Renováveis estabelece novo tipo de estrutura "Tax Equity" para 101 MW nos EUA e encaixa \$102 milhões	2,98
15	3/Set	EDP mantém-se a única empresa portuguesa a integrar os índices Dow Jones de Sustentabilidade World e Stoxx em 2009	2,97
16	23/Set	EDP emite valores mobiliários representativos de dívida no montante de \$1.000 milhões	3,09
17	7/Out	EDP Bandeirante: ANEEL aprova parâmetros definitivos para o período regulatório Out-07/Out-11	3,18
18	19/Out	Oferta de distribuição pública secundária de acções próprias da Energias do Brasil	3,11
19	20/Out	EDP vende participação na Sonaecom	3,10
20	21/Out	ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da EDP Bandeirante em 5,46%	3,11
21	29/Out	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 3º trimestre de 2009	3,02
22	25/Nov	Conclusão da oferta de distribuição pública secundária de acções próprias da Energias do Brasil	3,11
23	2/Dez	EDP Renováveis estabelece duas novas estruturas "Tax Equity" nos EUA no montante de \$228 milhões	3,10
24	3/Dez	EDP cede direito aos ajustamentos tarifários extraordinários relativos a 2009	3,07
25	15/Dez	ERSE define tarifas de electricidade para 2010	3,09
26	31/Dez	Conclusão da aquisição de activos de gás em Espanha	3,14



## governo da sociedade

Indicadores - Mercado de Capitais					
	2009	2008	2007	2006	2005
<b>Ações da EDP na NYSE Euronext Lisboa (euros)</b>					
Cotação de início	2,695	4,470	3,84	2,60	2,22
Cotação de fecho	3,108	2,695	4,47	3,84	2,60
Cotação máxima	3,218	4,760	5,00	3,86	2,68
Cotação mínima	2,43	2,062	3,79	2,58	2,04
<b>Variação da cotação e de índices de referência</b>					
Acções EDP	15,3%	(39,7%)	16%	48%	17%
PSI20	33,5%	(51,3%)	16%	30%	13%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	1,0%	(38,1%)	18%	36%	26%
Euronext 100	25,5%	(45,2%)	3%	19%	23%
<b>Liquidez das acções da EDP nos mercados</b>					
Volume na NYSE Euronext Lisboa (M. euros)	4.969,7	9.710,1	21.256,5	12.812,5	5.639,4
Volume médio diário (M. euros)	19,4	37,9	83,4	50,2	21,9
Número de Acções Transaccionadas (M.) (2)	1.722,3	2.761,1	5.079,7	4.080,9	2.505,2
Número Total de Acções Emitidas (M.)	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5
Acções privatizadas no final do ano (M.)	2.936,2	2.936,2	3.096,2	3.096,2	3.096,2
% do Capital já privatizado	80%	80%	85%	85%	85%
Número de Acções Próprias a 31 Dez (M.)	34,2	35,7	15,5	7,1	17,3
Rotação anualizada do Capital (acções privatizadas)	58,7%	94,0%	164,1%	131,8%	85,0%
<b>Valor de Mercado da EDP (M. euros)</b>					
Capitalização bolsista no final do período	11.364,5	9.854,4	16.344,7	14.041,1	9.507,0
<b>Rendibilidade total do Accionista</b>					
Variação anual da cotação <sup>(1)</sup>	0,41	(1,78)	0,63	1,24	0,37
Dividendo Bruto por Acção distribuído no ano	0,140	0,125	0,110	0,100	0,092
Rendibilidade total do Accionista	20,5%	-36,9%	19%	52%	21%
<b>Dividendos</b>					
Dividendo por acção	0,155	0,14	0,125	0,11	0,10
Dividend yield	5,0%	5,2%	2,8%	2,9%	3,8%

## 6.3. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Desde o início da admissão à cotação das acções EDP na Bolsa de Valores de Lisboa (actual NYSE Euronext Lisbon), a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa

e fundamentada distribuição de dividendos, segundo regras de prudência e de criação de valor para os seus accionistas. Em consonância com essas regras, os valores dos dividendos distribuídos pela EDP, desde 1997, são os seguintes:

Exercício	Data de aprovação	Data de pagamento	Dividendo bruto	Dividendo líquido	
				Residente	Não Residente
1997 (1)	17/04/98	18/05/98	€ 0,648	€ 0,534	€ 0,534
1998 (1)	11/05/99	28/05/99	€ 0,698	€ 0,620	€ 0,620
1999 (1)	12/05/00	31/05/00	€ 0,698	€ 0,611	€ 0,611
2000 (2)	10/05/01	31/05/01	€ 0,140	€ 0,119	€ 0,119
2001 (2)	10/05/02	6/06/02	€ 0,113	€ 0,099	€ 0,093
2002 (2)	22/05/03	18/06/03	€ 0,090	€ 0,079	€ 0,074
2003 (2)	31/03/04	30/04/04	€ 0,090	€ 0,083	€ 0,079
2004 (2)	31/03/05	29/04/05	€ 0,092	€ 0,085	€ 0,081
2005 (2)	30/03/06	28/04/06	€ 0,100	€ 0,090	€ 0,090
2006 (2)	12/04/07	4/05/07	€ 0,110	€ 0,099	€ 0,099
2007 (2)	10/04/08	8/05/08	€ 0,125	€ 0,100	€ 0,100
2008 (2)	15/04/09	14/05/09	€ 0,140	€ 0,112	€ 0,112

(1) Valores convertidos de escudos para euros aproximados à terceira casa decimal. O valor bruto por acção referenciado na moeda em circulação à data do pagamento do dividendo foi de 129587 em 1997, 140500 em 1998 e 140500 em 1999

(2) Após "stock split" em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do "stock split".



Em relação ao exercício de 2008, o Conselho de Administração Executivo da EDP submeteu à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 15 de Abril de 2009, uma proposta de aplicação do resultado líquido (POC) de 551,0 milhões de euros, do qual 511,9 milhões de euros se destinavam à distribuição aos accionistas sob a forma de dividendos. A proposta foi aprovada por unanimidade na Assembleia Geral, tendo sido colocado a pagamento, em 14 de Maio de 2009, um dividendo bruto de 0,14 euros por cada acção.

- Os Estatutos da EDP, em conformidade com as disposições legais vigentes, prevêm que os resultados do exercício sejam aplicados, nomeadamente, para:
- Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- Constituição ou eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas determinadas por lei;
- Constituição ou reforço de outras reservas constituídas pela Assembleia Geral;
- Distribuição de dividendos a accionistas;
- Atribuição de gratificação aos administradores e colaboradores, a título de participação nos lucros, segundo critérios definidos pela Assembleia Geral; e
- Atribuição à Fundação EDP de uma dotação para acções de mecenato de reconhecido mérito de acordo com programa a submeter ao Conselho Geral e de Supervisão no âmbito da política de cidadania empresarial e de desenvolvimento sustentável do Grupo EDP, no valor correspondente a até 0,1% do volume consolidado de negócios.

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consideram-se resultados distribuíveis sob a forma de dividendos aqueles que se apuram após a dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e da dotação de 5% para reforço da reserva legal (até que esta perfaça a quinta parte do capital social) e consideradas todas as outras limitações legais e estatutárias aplicáveis.

#### **“Dividend Payout”**

A EDP tem seguido uma política sustentada de distribuição de dividendos que procura conciliar, por um lado, a estrita observância das disposições legais e estatutárias relevantes, e, por outro lado, a partilha com todos os seus accionistas de uma parcela relevante do valor criado pelo Grupo em harmonia com as condições concretas da empresa e do mercado. A prossecução desta política visa permitir a obtenção, pelos accionistas, de um adequado retorno sobre o seu investimento, sem comprometer a conservação de valor da empresa, conforme fica evidenciado pela comparação com a distribuição de dividendos realizada pelas suas congéneres ibéricas.

#### **Perspectivas**

A EDP entende que uma relação transparente com os investidores e com o mercado envolve a definição de critérios claros e objectivos razoáveis quanto à política de distribuição de dividendos, conforme tem sido salientado pela crescente exigência por parte da comunidade de investidores face à instabilidade dos mercados de capitais que se tem feito sentir nos últimos anos.

Neste sentido, no último evento “Investor Day”, realizado no dia 6 de Novembro de 2008, com investidores e analistas, tanto nacionais como estrangeiros, foi reforçado o objectivo de propor à Assembleia Geral anual um aumento do dividendo anual bruto por acção de 1,5 cêntimos de euro face ao valor distribuído no exercício anterior.

## **7. RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO**

### **7.1. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO**

A possibilidade de acesso pelos investidores (potenciais e efectivos) a informação relativa à actividade da Sociedade constitui um pilar da política e actuação da EDP. De facto, a correcta percepção da estratégia, da situação financeira, contabilística e patrimonial e dos eventos significativos relacionados com a empresa, só é possível através da promoção da transparência informativa e do fácil acesso a informação de qualidade.

Neste contexto, a EDP instituiu em 1997 uma direcção de apoio ao investidor com o objectivo assegurar um adequado relacionamento entre a sociedade e os seus accionistas, a Direcção de Relações com Investidores (“DRI”). A DRI assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Desta forma, a EDP pretende, de modo continuado e transparente, assegurar a manutenção de uma relação próxima com todos os agentes do mercado, proporcionando, nomeadamente aos investidores, um conjunto de informações que os possam auxiliar na tomada de decisões de investimento (ou desinvestimento), de uma forma esclarecida, clara e concreta.

### **7.2. DIRECÇÃO DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES DA EDP**

A função primordial da Direcção de Relações com Investidores consiste em actuar como interlocutor entre o Conselho de Administração Executivo da EDP e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP, quer no que se refere à divulgação de informação privilegiada e de outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas.



## governo da sociedade

Para o desempenho das suas funções, esta Direcção mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações de informação que lhe são dirigidas por estas entidades.

O representante para as relações com o mercado é o Administrador Eng. Nuno Alves, membro do Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Relações com Investidores da EDP é coordenada pelo Dr. Miguel Viana e encontra-se localizada no edifício da sede da Empresa em:

Praça Marquês de Pombal, nº 12, 3º Piso  
1250-162 Lisboa  
Telefone: +351 21 001 2834  
Fax :+ 351 21 001 2899  
Email: ir@edp.pt  
"Website": www.edp.pt

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos canais de comunicação que a EDP coloca à disposição dos seus accionistas para divulgação de informação respeitante a cada um dos tipos de documentação assinalada.

Canais	Presencialmente <sup>1</sup>	www.edp.pt	E-mail	Linha Telefónica DRI <sup>5</sup>	Correio Postal <sup>2</sup>	www.cmvm.pt	Media
<b>Elementos obrigatórios por lei ou regulamento<sup>3</sup></b>							
Convocatória	•	•	•	•	•	•	•
Propostas do Conselho de Administração	•	•		•		•	
Alteração dos Estatutos	•	•		•			
Outras Propostas	•	•		•			
Relatório e Contas referente ao exercício de 2008 <sup>4</sup>	•	•	•		•	•	•
Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades pelos membros dos órgãos sociais	•			•			
<b>Elementos adicionais disponibilizados pela EDP</b>							
Minutas para o exercício de voto por representação	•	•	•	•	•		
Boletins de voto para o exercício de voto por correspondência postal	•	•	•	•	•		
Minutas para o exercício de voto por correspondência electrónica	•		•	•	•		
Esclarecimento de questões	•	•	•	•	•		
Estatutos e regulamentos da EDP	•	•	•	•	•	•	
Resultados das votações das propostas	•			•	•	•	

<sup>1</sup> Na sede da EDP.

<sup>2</sup> Adicionalmente, por iniciativa da EDP: Informação relativa à participação nas Assembleias Gerais de Accionistas de 2006, 2007, 2008 e 2009, Comunicação do Presidente do CAE dando conhecimento da actividade e indicadores económico-financeiros no final de cada exercício e Comunicações sempre que ocorram factos de relevância para a sociedade.

<sup>3</sup> Código das Sociedades Comerciais (artigo 289º) e Regulamento da CMVM nº 7/2001 com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM nº 10/2005 e nº 3/2006.

<sup>4</sup> Relatório de gestão, contas individuais e consolidadas, certificação legal das contas e parecer do Fiscal Único

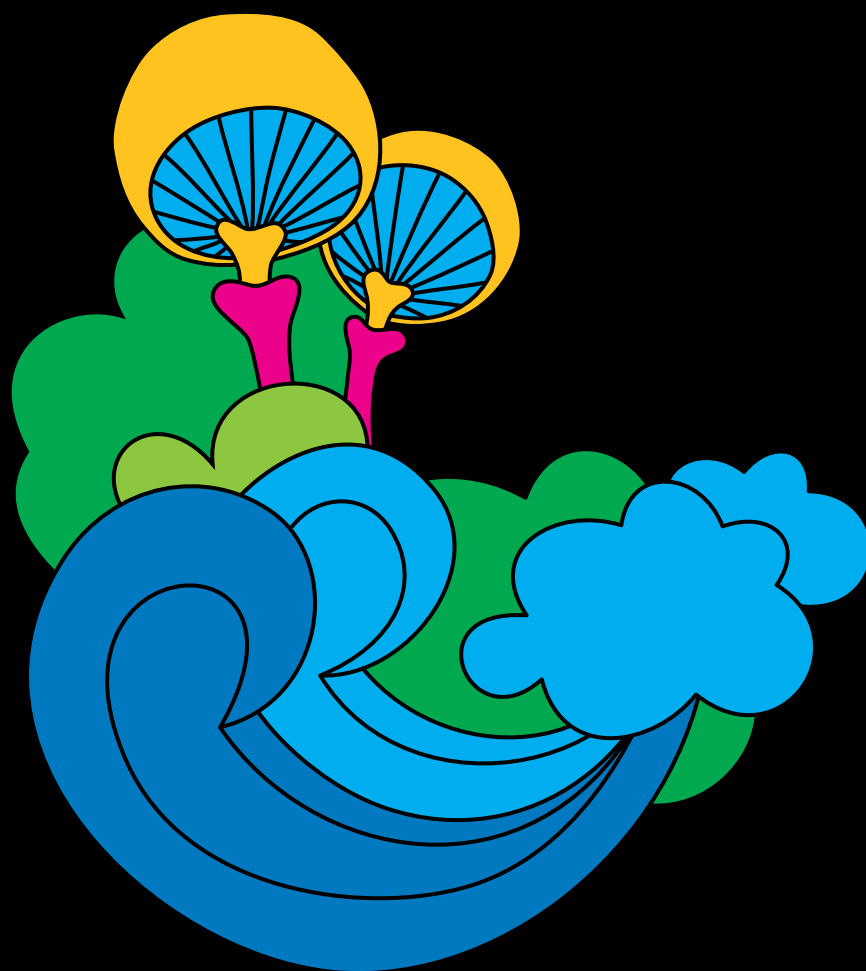
<sup>5</sup> Linha telefónica Relação com Investidores: +351 21 001 28 34

### 7.3. INFORMAÇÃO DA SOCIEDADE NO "WEBSITE" DA INTERNET DA SOCIEDADE

Para além da existência da Direcção de Relações com Investidores e, em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a EDP disponibiliza, através do seu "Website" ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)), toda a informação de carácter legal ou respeitante ao governo da sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio, em língua portuguesa e inglesa, inclui os dados da sociedade, relatórios de prestação de contas, os comunicados de informação privilegiada, os Estatutos e os regulamentos

internos dos corpos sociais, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção EDP, o calendário de eventos societários, a identidade dos titulares dos Órgãos Sociais e do representante para as relações com o mercado, contactos da Direcção de Relação com Investidores, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo. O "Website" da EDP na Internet possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1999.





## **informação financeira**

142 ANÁLISE FINANCEIRA

148 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS





## análise financeira

## I. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Em 2009, o resultado líquido do Grupo EDP alcançou os 1.024 milhões de euros, o que compara com 1.092 milhões de euros no período homólogo.

O resultado líquido recuou 6% afectado por menores ganhos na alienação de activos financeiros. Em 2009, estes ganhos no montante de 60 milhões de euros incluem: (1) ganho de 29 milhões de euros resultante da venda da participação de 8% detida na Sonaecom; (2) ganho reconhecido com a venda da participação detida pela Energias do Brasil na ESC 90 no montante de 19 milhões de euros; (3) 13 milhões de euros de ganho de diluição em resultado da entrada da Sonatrach no capital da CCGT Soto 4 (com participação de 25%), no 1º trimestre de 2009. Em 2008, os ganhos na alienação de activos financeiros no montante de 482 milhões de euros resultaram essencialmente do ganho resultante da diluição da participação da EDP na EDP Renováveis, no seguimento da Oferta Pública Inicial (405 milhões de euros).

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - GRUPO EDP

Milhões de Euros	2009	2008	% Δ
<b>Margem bruta</b>	5.105	4.897	4%
Fornecimentos e serviços externos	768	736	4%
Custos com pessoal	540	574	-6%
Custos com benefícios aos empregados	158	161	-2%
Rendas de concessão	249	236	5%
Outros custos operacionais (líquidos)	27	35	-23%
<b>Custos operacionais</b>	1.742	1.742	0%
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	3.363	3.155	7%
Provisões para riscos e encargos	75	32	133%
Depreciações e Amortizações líquidas	1.318	1.193	11%
<b>Resultado Operacional</b>	1.970	1.930	2%
Resultado da alien. de act. financeiros	60	482	-88%
Resultados financeiros	(487)	(943)	48%
Resultados em associadas	25	35	-27%
<b>Resultado antes de impostos</b>	1.568	1.504	4%
IRC e Impostos diferidos	400	284	41%
Operações em descontinuação	-	(8)	-
Resultado Líquido do Exercício	1.168	1.212	-4%
<b>Accionistas da EDP</b>	1.024	1.092	-6%
Interesses Minoritários	144	120	20%

Em 2009, o resultado operacional bruto consolidado subiu 7% para 3.363 milhões de euros, sendo as principais áreas impulsionadoras de crescimento: (1) as actividades liberalizadas na Península Ibérica (+243 milhões de euros), reflectindo o sucesso da nossa estratégia comercial e de "hedging", a par das vantagens proporcionadas pela flexibilidade das nossas centrais de produção e (2) o negócio eólico (+105 milhões de euros) suportado por adições de capacidade instalada. Em 2009, a capacidade instalada cresceu 11% para 20,6 GW suportada por aumentos de capacidade eólica (+1.091 MW) e em CCGT (+863 MW).

## RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS - GRUPO EDP

Milhões de Euros	2009	2008	% Δ
Produção na Península Ibérica	1.375	1.172	17%
Produção Contratada Longo Prazo	0	0	-
Produção Liberalizada	543	323	68%
Comercialização na Península Ibérica	32	34	-7%
Distribuição na Península Ibérica	694	770	-10%
Gás na Península Ibérica	218	209	4%
Eólico	543	438	24%
Brasil	550	562	-2%
Outros e Ajustamentos	-48	-30	-62%
<b>Consolidado</b>	<b>3.363</b>	<b>3.155</b>	<b>7%</b>

O resultado operacional bruto do negócio de produção na Península Ibérica cresceu 17% (+203 milhões de euros) face ao período homólogo, para 1.375 milhões de euros.

Em 2009, o resultado operacional bruto da produção contratada de longo prazo recuou 2%, para 832 milhões de euros, em linha com a evolução da margem bruta. A margem bruta desceu 2%, para 1.029 milhões de euros, reflectindo uma menor contribuição das centrais com CMEC, não integralmente compensada pela evolução favorável de centrais em regime especial. A margem bruta das centrais com CMEC recuou 4%, para 946 milhões de euros, afectada por: (1) custo decorrente de desvios entre os custos com combustíveis e os índices internacionais aceites nos CMECs, no montante 34 milhões de euros (valor que compara com um proveito de 10 milhões de euros em 2008); (2) menor contribuição de inflação (-25 milhões de euros) decorrente de uma menor inflação média anual (-1% em 2009 que compara com 2,6% em 2008) e (3) menor disponibilidade de algumas centrais hídricas penalizada por grandes reparações em Frades e Cabril (concluídas no final de 2009). Mesmo assim, refira-se o impacto positivo na margem bruta de centrais com CMEC proveniente de: (1) margem bruta contratada adicional resultante dos novos equipamentos de dessulfuração instalados na central a carvão de Sines (23 milhões de euros), os quais envolveram um investimento de 196 milhões de euros (últimos 50% comissionados em Junho de 2008) e (2) níveis de disponibilidade e eficiência superior aos contratados nas centrais térmicas (7 milhões de euros). A margem bruta no regime especial subiu 18% em 2009, para 84 milhões de euros, impulsionada pela performance das centrais mini hídricas, que beneficiaram da consolidação integral da Pebble Hydro, a partir de Julho de 2008, e do aumento de 117% na produção hídrica proporcionado por condições climáticas muito favoráveis no 4º trimestre de 2009. A margem bruta das centrais térmicas em 2009 recuou 7%, pressionada por uma produção em Espanha 7% mais baixa e por uma margem bruta unitária mais baixa em Portugal (26% abaixo de 2008 por força de redução de tarifas mais acentuada do que a de custos).

O resultado operacional bruto da produção de electricidade liberalizada cresceu 68% em 2009, para 543 milhões de euros, impulsionado por um acréscimo de 45% na margem bruta. A subida da margem bruta neste negócio foi suportada por (1) margens atractivas proporcionadas pela estratégia de "hedging" seguida em 2008, (2) um custo de electricidade vendida inferior a 2008, e (3) proveitos decorrentes serviços complementares mais elevados em 2009.

A estratégia de “hedging” seguida no final de 2008 contribuiu para uma descida de 22% no custo de produção.

O custo da electricidade vendida em 2009 desceu face a 2008, beneficiando: (1) do maior peso de compras de electricidade no mercado grossista decorrente do seu forte aumento (+232% face a 2008), (2) menor custo de electricidade adquirida no mercado à vista (45% inferior a 2008) e (3) menor custo médio de produção suportado pelo menor custo de gás e estratégia de contratação a prazo seguida em 2008.

Em 2009, a margem bruta de centrais em mercado foi igualmente suportada por um acréscimo do volume vendido em mercados de serviços complementares, dando assim resposta à necessidade de segurança do sistema num cenário de forte aumento do peso de produção eólica no sistema.

Em 2009, a performance das centrais de produção em mercado ficou marcada por uma redução de 11% nos volumes produzidos. Esta redução decorreu do menor custo relativo de satisfação das necessidades de electricidade por parte das nossas unidades de comercialização a partir da compra de electricidade na “pool”. A produção em CCGT recuou 14% em 2009, em linha com a média do mercado na Península Ibérica. Apesar do tempo extremamente chuvoso e ventoso no 4º trimestre de 2009, e apesar da entrada em operação de nova capacidade (863 MW em Lares 1 e 2), os factores médios de utilização em Portugal mantiveram-se acima da média em Espanha (52% face a 40% em Espanha, em 2009). A produção em centrais a carvão caiu 11% em 2009 reflectindo a menor procura térmica e uma forte base de comparação (uma vez que o carvão era claramente mais barato do que o gás no quarto trimestre de 2008). Mesmo assim, o factor médio de utilização das nossas centrais manteve-se acima da média de Espanha em 2009 (46% face a 34% em Espanha), suportado pela maior eficiência das nossas centrais e utilização de gases siderúrgicos em Aboño. A produção hídrica aumentou 16% em 2009, uma vez que as condições meteorológicas favoráveis no primeiro e quarto trimestres mais que compensaram os trimestres secos (segundo e terceiro trimestres). Por sua vez, a produção nuclear caiu 7% reflectindo a paragem da central de Trillo para trabalhos de manutenção no primeiro trimestre de 2009, durante sete semanas (terminado em 3 Abril de 2009).

**O resultado operacional bruto do negócio de comercialização na Península Ibérica** diminuiu 7% face ao período homólogo para 31,6 milhões de euros devido ao aumento de 18% dos custos operacionais relacionados com o aumento de actividade. Em 2009, na comercialização de electricidade em Portugal, o volume comercializado pela EDP cresceu 484%, para 5,5TWh, evidenciando um crescimento sustentado trimestre a trimestre. Como consequência das oportunidades introduzidas pelas tarifas definidas pela ERSE para 2009/2010, o mercado livre cresceu consideravelmente (atingindo 43% do consumo no final de 2009 que compara com 2,7% em 2008), a concorrência aumentou e a quota da EDP nos volumes comercializados em Portugal recuou para 65% em 2009. Por tipo de cliente, os segmentos residencial e de PME's tiveram uma boa performance em termos de volume por cliente e número de clientes (+32%). Ainda assim, o principal motor de crescimento foi o segmento industrial, reflectindo uma forte recuperação do número de clientes e volumes comercializados. O preço médio de

venda no retalho recuou 3,1% em 2009, com o maior peso do segmento industrial e menores margens decorrentes das actuais condições de mercado a fazerem sentir-se no final do ano. A performance da actividade de comercialização de electricidade em Espanha foi marcada pelo fim da opção de escolha do comercializador de último recurso para todos os consumidores industriais e a os clientes residenciais (excluindo consumidores de baixa tensão com potência contratada igual ou inferior a 10KW) a partir de Julho de 2009. Em 2009, o volume vendido aos nossos clientes livres em Espanha cresceu 30% reflectindo a expansão da base de clientes (+350%) essencialmente suportada pelo segmento residencial, com menor consumo per capita, e pelo volume comercializado com o acordo com a CIDE (associação de pequenas distribuidoras) em Julho de 2009. O preço médio de venda manteve-se estável em €62/MWh em 2009, reflectindo por um lado o peso de contratos firmados no final de 2008 (quando os preços de electricidade a prazo estavam mais elevados) e, por outro lado, os preços mais baixos implícitos nos contratos recentemente firmados.

**O resultado operacional bruto do negócio de distribuição na Península Ibérica** diminuiu 10% (-76 milhões de euros) face ao período homólogo para 694 milhões de euros. O resultado operacional bruto da actividade de distribuição em Portugal decresceu 14 % para 590 milhões de euros, suportado por vários impactos: (1) custos com redução de pessoal no valor de 13 milhões de euros em 2009 que comparam com 38 milhões de euros em 2008, (2) reconhecimento, em 2008, do défice tarifário 2007 no montante de 86 milhões de euros e (3) recuperação através das tarifas de electricidade em 2008, do montante de 108 milhões de euros relativos a desvios tarifários de exercícios anteriores. De realçar que em 2008, na sequência de alterações legislativas, os desvios tarifários passaram a estar reconhecidos na margem bruta, quando gerados. Assim, pela primeira vez em 2009, a margem bruta excluindo prestações de serviços e outros converge para os proveitos permitidos do período. Em 2009, a margem bruta regulada caiu 8% para 1.336 milhões de euros. A comercializadora de último recurso, a EDP Serviço Universal comercializou 38TWh de electricidade, o que ficou 6TWh abaixo do pressuposto da ERSE, devido essencialmente à passagem dos clientes para o mercado liberalizado, nomeadamente no segmento industrial. Adicionalmente, o custo médio com a compra de electricidade foi de €47/MWh em 2009 o que compara com uma previsão da ERSE de €71/MWh. Os menores volumes comercializados a um preço inferior ao esperado originaram na EDP Serviço Universal um desvio tarifário de 790 milhões de euros em 2009, a devolver às tarifas. Na EDP Distribuição, registou-se um desvio tarifário a devolver às tarifas de 18 milhões de euros, que resultou essencialmente de um mix de consumos mais favorável do que o assumido pela ERSE. Estes desvios, em conjunto com o défice tarifário ex-ante de 447 milhões de euros fixado pela ERSE aquando da definição das tarifas para 2009, e a receber por via das mesmas a partir de 2010, originou um desvio tarifário de 361 milhões de euros (reconhecido na margem bruta em 2009).

O resultado operacional bruto da actividade de distribuição em Espanha aumentou 27% para 104 milhões de euros reflectindo um aumento na margem bruta de 28 milhões de euros para 186 milhões de euros. Este crescimento reflecte um aumento de 3% das receitas reguladas reconhecidas nas



## an6lise financeira

tarifas de 2009 e uma contribui76o de 7 milh6es de euros da actividade de comercializa76o de 6ltimo recurso, iniciada em Julho de 2009. A partir desta data, as tarifas reguladas deixaram de existir e foi introduzida uma tarifa de 6ltimo recurso para os clientes em BT com uma pot6ncia contratada inferior ou igual a 10kW. Em 2009, as tarifas foram insuficientes para cobrir os custos do sistema el6ctrico, o que se traduziu num d6fice estimado de 4,6 mil milh6es de euros para 2009, dos quais 172 milh6es de euros pertencem 6 HC Energ6a (valor do d6fice tarif6rio da HC Energ6a l6quido do montante pendente de pagamento no final de 2009, desconto financeiro e do RD 11/2007 ("CO<sub>2</sub> clawback")). O RDL 6/2009 permite a securitiza76o do d6fice tarif6rio espanhol e estabelece um calend6rio para a progressiva elimina76o do mesmo (a partir de Janeiro 2013, as tarifas de acesso dever6o ser suficientes para cobrir os custos das actividades reguladas). O processo para a securitiza76o do d6fice tarif6rio acumulado relativo aos anos 2006-08, est6 em curso. Este d6fice ascende a 6 mil milh6es de euros (l6quido do "CO<sub>2</sub> clawback") para o sistema el6ctrico espanhol. Em Dezembro de 2009, a parcela deste d6fice atribu6vel 6 HC Energ6a 6 de aproximadamente 330 milh6es de euros.

**O resultado operacional bruto do neg6cio de g6s na Pen6nsula Ib6rica** cresceu 4% (+9 milh6es de euros) face ao per6odo hom6logo para 218 milh6es de euros. Este crescimento foi suportado pela actividade de comercializa76o de g6s na Pen6nsula Ib6rica, que apresentou um aumento de 29% da margem bruta para 95 milh6es de euros. A margem bruta na Pen6nsula Ib6rica porMWh cresceu de 61,6/MWh para 62,4/MWh, reflectindo a queda mais acelerada do custo de compra (quase em linha com a evolu76o de refer6ncia CMP) quando comparado com a evolu76o do pre76os l6quidos m6dios de venda (beneficiando de pre76os mais favor6veis no momento de contrata76o do cliente).

Em Espanha, o n6mero de clientes no nosso "portfolio" em 2009 aumentou devido 6 compra de activos de g6s 6 Gas Natural em 31 de Dezembro de 2009, cujo consumo (aproximadamente 1,1TWh/ano) dever6 ser contabilizado a partir de 1 de Janeiro de 2010. Em Portugal, a EDP iniciou, em Abril, opera76es no segmento industrial do mercado liberalizado, com 983 GWh fornecidos at6 ao final de 2009.

**O resultado operacional bruto da actividade de produ76o de energia e6lica** cresceu 24% (+105 milh6es de euros) face ao per6odo hom6logo, para 543 milh6es de euros reflectindo: **(1)** um aumento de 25% da capacidade instalada relativamente a 2008 para 5,491 MW, **(2)** um aumento de 40% da produ76o e6lica e **(3)** uma deteriora76o nos pre76os 6 vista nos EUA e em Espanha.

A capacidade instalada de EDP Renov6veis aumentou 1,091 MW em 2009, representando um crescimento de 25% relativamente a 2008. Como consequ6ncia, no final de 2009, a EDP Renov6veis geria um "portfolio" de 5,491 MW de capacidade (6,227 MW brutos). Do total deste aumento 700 MW foram instalados nos EUA, 169 MW em Espanha, 42 MW em Portugal, 10 MW na B6lgica, 35 MW em Fran76a, 120 MW na Pol6nia. Adicionalmente, o cons6rcio E6licas de Portugal (consolidado pelo m6todo de equival6ncia patrimonial) comissionou 85 MW.

Na Europa, a produ76o e6lica aumentou 28% com base num aumento de 15% da capacidade instalada e num factor de utiliza76o m6dio de 26%. Nos EUA, a produ76o e6lica subiu 51% em 2009 no seguimento de um aumento de 36% da capacidade instalada enquanto que o factor de utiliza76o m6dio caiu 2% para os 32%.

O pre76o m6dio de venda nos EUA caiu 2% relativamente ao per6odo hom6logo. O pre76o m6dio de venda dos contratos de longo prazo (CAEs) cresceu 8% em 2009, reflectindo um pre76o mais elevado dos 6ltimos contratos adicionados em 2008 e 2009 ao nosso "portfolio" de CAEs. 6 de assinalar que a energia vendida sob CAEs em 2009 totalizou 4.798 GWh (81% da produ76o nos EUA). O pre76o m6dio de venda para a energia e6lica vendida em mercado caiu 51%, reflectindo a deteriora76o dos pre76os da electricidade nos EUA, nomeadamente a menor procura de energia por parte do sector industrial e pre76os mais baixos dos combust6veis.

O pre76o m6dio de venda em Espanha caiu 17% em 2009 reflectindo a quebra de 44% nos pre76os da "pool" e vendas "forward" a pre76os mais elevados que tiveram um impacto positivo de cerca de 66.0/MWh no pre76o m6dio de venda em Espanha ou 19 milh6es de euros ao n6vel da margem bruta. De real76ar que 21% da produ76o em Espanha em 2009 (697 GWh) estiveram protegidos pelo sistema de "cap" e "floor", 61% vendido no mercado "forward" enquanto que apenas 18% da produ76o (587 GWh) esteve exposta aos pre76os da "pool".

**O resultado operacional bruto da Energias do Brasil** caiu 2% (-12 milh6es de euros) face ao per6odo hom6logo para 550,2 milh6es de euros impactado pela deprecia76o de 5% do Real contra o Euro (-27 milh6es de euros de impacto ao n6vel do resultado operacional bruto de 2009). Em moeda local, o resultado operacional bruto da Energias do Brasil aumentou 3% para 1.531 milh6es de reais.

De real76ar que a compara76o de 2009 com 2008 6 impactada pelos seguintes acontecimentos: (1) a permuta de 100% da empresa de distribu76o Enersul por uma posi76o maiorit6ria na Investco (73%), detentora da central hidroel6ctrica Lajeado. A partir de 1 de Setembro de 2008 em diante, a Investco passou na sequ6ncia da referida permuta a ser consolidada pelo m6todo integral, tendo a Enersul sa6do do per6metro de consolida76o e (2) arbitragem entre os pre76os est6veis dos CAE e os elevados pre76os no mercado residual de electricidade durante o 16 trimestre de 2008, o que permitiu nesse ano obter ganhos de 77 milh6es de reais em actividades de gera76o e comercializa76o.

O resultado operacional bruto da actividade de distribu76o da Energias do Brasil caiu 9% no per6odo (em moeda local) reflectindo a exclus6o da Enersul do per6metro de consolida76o desde Setembro de 2008. Exclu6do a contribu76o da Enersul em 2008, o resultado operacional bruto em 2009 aumentou 11% devido ao impacto positivo dos reajustes tarif6rios anuais (Escelsa desde Agosto de 2009 e Bandeirante desde Outubro 2009) e ao aumento de 2% no volume de energia vendida a clientes finais.

O resultado operacional bruto da actividade de produ76o da Energias do Brasil subiu 27% em 2009 (em moeda local) devido 6 permuta de activos explicada acima, o que implicou um aumento de 25% do volume vendido (+1.574 GWh) em 2009.



A capacidade instalada da Energias do Brasil aumentou 2% (+36 MW) com o início de actividade das mini hídricas Santa Fé (29 MW) em Junho de 2009 e o arranque das repotenciações das centrais de Suíça (2,9 MW) e dos dois novos grupos de Rio Bonito (3,8 MW). Toda a capacidade instalada da Energias do Brasil é contratada sob CAEs com preços ajustados à inflação e com uma maturidade média de 15 anos, o que implicou um aumento do preço médio de venda em 4%.

Os **custos operacionais** do Grupo EDP ficaram estáveis, em 1.742 milhões de euros, uma vez que os ganhos de eficiência alcançados no programa OPEX em 2009 (109 milhões de euros) permitiram compensar os custos decorrentes do aumento de actividade. Os custos com fornecimentos e serviços externos cresceram 4%, para 768 milhões de euros corolário do aumento da actividade. Os custos com pessoal recuaram 6%, fruto do recente esforço de reestruturação, nomeadamente em Portugal. Os custos com benefícios aos empregados caíram 2%, como resultado de menores custos de reestruturação em 2009 (40 milhões de euros em 2009 versus 49 milhões de euros em 2008). Os outros custos operacionais desceram 24%, suportados por proveitos decorrentes de parcerias societárias com investidores institucionais nos Estados Unidos da América e por menores custos com “CO<sub>2</sub> clawback” em Espanha.

Os **resultados financeiros** cresceram 48% relativamente ao período homólogo para 487 milhões de euros reflectindo juros financeiros líquidos pagos mais baixos (-33%), proporcionados por uma descida (-160 pontos base) do custo médio da dívida, de 5,6% para 4,0%. De realçar, que em 2008 registou-se uma desvalorização em mercado das participações financeiras detidas pela EDP no montante de 289 milhões de euros face aos 29 milhões de euros ocorridos em 2009.

O **investimento operacional** ascendeu a 3.235 milhões de euros em 2009, sendo 79% referente a projectos de expansão. Em linha com a estratégia de reforçar a exposição a tecnologias de baixa emissão de CO<sub>2</sub> e a actividades de risco controlado, 83% do investimento operacional de expansão concentrou-se no desenvolvimento de nova capacidade eólica/hídrica e 75% do investimento operacional total foi canalizado para actividades reguladas e contratadas a longo prazo.

#### INVESTIMENTO OPERACIONAL - GRUPO EDP

Milhões de Euros	2009	2008	% Δ
Produção Contratada (P. Ibérica)	128	140	-9%
Liberalizado (P. Ibérica)	704	517	36%
Redes Reguladas (P. Ibérica)	367	361	2%
Eólico	1.690	2.091	-19%
Brasil	259	429	-40%
Outros	88	81	9%
<b>Total</b>	<b>3.235</b>	<b>3.618</b>	<b>-11%</b>
<b>Expansão</b>	<b>2.556</b>	<b>2.838</b>	<b>-10%</b>
<b>Manutenção</b>	<b>679</b>	<b>780</b>	<b>-13%</b>

O investimento operacional de expansão caiu 282 milhões de euros reflectindo o impacto misto de menor investimento eólico (-400 milhões de euros parcialmente suportado por 156 milhões de euros recebidos em “cash grants”, nos Estados Unidos da América) e maior investimento operacional em nova capacidade convencional na Península Ibérica (+227

milhões de euros influenciado por pagamento de direitos de concessão hídrica superiores a 2008). Em 2009, a EDP instalou 1.996 MW de nova capacidade, maioritariamente eólica (1.077 MW, dos quais 700 MW nos Estados Unidos da América e 376 MW na Europa) e em CCGTs (863 MW em Portugal).

O investimento operacional de manutenção recuou 101 milhões de euros suportado por: (i) menores investimentos ambientais (-59 milhões de euros) em Portugal (Sines, central a carvão com CAE) e Espanha (Aboño e Soto 3, centrais a carvão) e (ii) pela saída da Enersul do perímetro de consolidação a partir de Setembro de 2008.

No negócio eólico, o investimento operacional ajustado de ‘cash grants’ recebidos totalizou 1.690 milhões de euros em 2009: 60% na Europa e 40% nos Estados Unidos da América, reflectindo a conclusão de 1.077 MW e a construção de 686 MW: 308 MW em Espanha, 280 MW no resto da Europa (Roménia, França e Bélgica) e 99 MW nos Estados Unidos da América.

Na actividade liberalizada na Península Ibérica, o investimento operacional aumentou 187 milhões de euros em 2009, para 704 milhões de euros, suportado por investimentos em nova capacidade hídrica, em Portugal (402 milhões de euros): (1) pagamento de 232 milhões de euros pelos direitos de concessão de Fridão (238 MW) e Alvito (225 MW), com arranque esperado em Dezembro de 2015; (2) continuação de construção de 4 novas barragens (repotenciação de Picote II, Bemposta II e Alqueva II, no total de 693 MW; nova barragem de Baixo Sabor com 171 MW) com 157 milhões de euros investido em 2009; (3) lançamento de construção de Ribeiradio (77 MW, com arranque previsto em 2013) e Venda Nova III (736 MW, com arranque previsto em 2015). O investimento em CCGTs totalizou 246 milhões de euros em 2009: (1) 80 milhões de euros em Lares 1 e 2 (863 MW), com arranque comercial em Outubro/Novembro de 2009; (2) 165 milhões de euros em Soto 5 (424 MW, com arranque previsto em 2011), elevando a 234 milhões de euros (83% do total) o montante já investido neste projecto.

Em 2009, o investimento operacional nas redes reguladas de electricidade e gás da Península Ibérica manteve-se estável em 367 milhões de euros. O investimento na distribuição de electricidade em Portugal representou 67% do investimento operacional nesta área.

No Brasil, o investimento operacional ascendeu a 259 milhões de euros em 2009, suportado por: (i) 131 milhões de euros investidos em nova capacidade, com a prossecução da construção de Pecém - uma central a carvão de 720 MW, detida a 50% pela Energias do Brasil, com CAE contratado e arranque previsto para Dezembro de 2011 - e a conclusão de 36 MW em mini hídricas com CAE contratados (Santa Fé, Suíça e Rio Bonito) e (ii) 110 milhões de euros investido na rede de distribuição de electricidade (manutenção).

No final de 2009, a dívida bruta consolidada do Grupo EDP (nominal) ascendia a 16.127 milhões de euros. Face ao final de 2008, a dívida aumentou 1.466 milhões de euros (cerca de 10%), devido principalmente à antecipação do financiamento de necessidades futuras, através de emissões obrigacionistas.



## análise financeira

A **dívida líquida consolidada** do Grupo EDP no final do de 2009 totalizava 14.007 milhões de euros, o que representa um incremento de 1% face a Dezembro de 2008. O diferencial de 2.273 milhões de euros entre a dívida bruta e líquida consolidadas resulta essencialmente da existência de activos ao justo valor através de resultados e caixa e equivalentes de caixa na EDP S.A. e EDP Finance B.V. (1.249 milhões euros), nas subsidiárias brasileiras do Grupo (441 milhões euros) e na EDP Renováveis (481 milhões euros).

	Dez 2009	Dez 2008	% $\Delta$
<b>Dívida - Curto Prazo</b>	<b>2.549</b>	<b>3.669</b>	<b>-31%</b>
Empréstimos por Obrigações	581	1.085	-46%
Dívidas a Instituições de Crédito	318	1.204	-74%
Outros Empréstimos Obtidos	10	8	25%
Papel Comercial	1.640	1.372	19%
<b>Dívida - Médio e Longo Prazo</b>	<b>13.578</b>	<b>10.992</b>	<b>24%</b>
Empréstimos por Obrigações	8.150	5.989	36%
Dívidas a Instituições de Crédito	5.332	4.923	8%
Outros Empréstimos Obtidos	96	80	20%
<b>Dívida Financeira Nominal</b>	<b>16.127</b>	<b>14.661</b>	<b>10%</b>
Juros a pagar	246	142	
Cobertura de justo valor da dívida	-92	-117	
<b>Dívida Financeira Consolidada</b>	<b>16.281</b>	<b>14.686</b>	<b>11%</b>

Em termos de maturidade, a dívida consolidada do Grupo EDP é composta por 16% de curto prazo e 84% de médio e longo prazo. Ao nível do financiamento de curto prazo e na sua gestão de tesouraria, a EDP S.A. continuou a privilegiar o recurso ao programa de Euro Commercial Paper, instrumento que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria. Em Espanha, através da sua subsidiária HC Energía, o Grupo dispõe de um programa de “pagarés” (papel comercial doméstico) no montante de 500 milhões de euros que lhe proporciona igual flexibilidade e eficiência na gestão de tesouraria.

Durante o ano de 2009 a EDP manteve a política de centralização da dívida financeira ao nível da EDP S.A., EDP Finance B.V. e EDP Sucursal, que representaram cerca de 85% da dívida consolidada do Grupo. O remanescente corresponde essencialmente a dívida contratada pelas participadas Brasileiras, a dívida contratada na modalidade de “project finance” por subsidiárias do Grupo EDP Renováveis com projectos de geração eólicos realizados em parceria, bem como dívida de curto prazo contratada pelo Grupo HC Energia.

Para financiar a repotenciação das barragens de Picote e Bemposta, a EDP S.A. contratou no início do ano um financiamento de 145 milhões de euros junto do Banco Europeu de Investimento, com um prazo de 15 anos.

No primeiro semestre de 2009 (Fevereiro e Junho), a EDP Finance B.V. aproveitou períodos de menor volatilidade no mercado de capitais internacional para realizar duas emissões de obrigações, no montante de 1.000 milhões de euros cada, ao abrigo do programa de emissão de títulos de dívida “Programme for the Issuance of Debt Instruments (MTN)”. A emissão realizada em Fevereiro tem um prazo de 5 anos e a de Junho um prazo de 7 anos e três meses. Estas transacções permitiram alongar o perfil de maturidade da dívida do Grupo e reforçar a sua posição de liquidez, em antecipação de vencimentos previstos para 2009 e 2010. Adicionalmente, em Setembro, a EDP realizou, ainda ao abrigo do Programa de dívida acima referido, uma emissão de obrigações 144A/RegS, no montante de 1.000 milhões de dólares, com um prazo de 10 anos. Esta emissão teve como objectivo financiar o plano de negócios da EDP Renováveis, bem como as necessidades decorrentes da actividade normal do Grupo EDP.

Em 2009, a EDP Serviço Universal, ao abrigo do Decreto-lei nº165/2008, cedeu, de forma plena e sem recurso, à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., a totalidade dos créditos emergentes dos ajustamentos positivos às tarifas eléctricas, acrescidos dos respectivos encargos financeiros, referentes a custos decorrentes da actividade de aquisição de energia eléctrica relativos ao ano de 2007 e estimados para o ano de 2008 (transacção realizada em Março), bem como a custos de medidas de política energética respeitantes a sobrecustos de produção de energia em regime especial estimados para o ano de 2009 (transacção realizada em Dezembro). Estas vendas representaram um encaixe líquido de cerca de 1.639 milhões de euros (1.204 milhões de euros relativos aos anos de 2007 e 2008 e 435 milhões de euros relativos a 2009) para a EDP Serviço Universal.

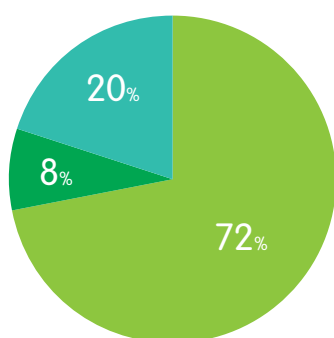
Em Março, a EDP S.A. e a EDP Finance B.V. assinaram um contrato de financiamento na modalidade “revolving”, no montante de 1.600 milhões de euros e com um prazo de três anos. A nova linha de crédito substitui uma linha de 1.300 milhões de euros contratada pela EDP S.A. em 2004 e que vencia em Julho de 2009, mantendo o seu propósito: suporte de liquidez do Grupo. A linha não tem actualmente quaisquer utilizações. A transacção foi organizada pela própria EDP, na modalidade de “Club Deal”, contando com a participação de 19 bancos nacionais e internacionais.

Mantendo uma política de gestão financeira, a EDP, S.A. dispunha, no final de 2009, de 1.953 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e não utilizadas e de 650 milhões de euros de programas de papel comercial doméstico com compromisso de tomada firme, dos quais 350 milhões de euros se encontravam completamente disponíveis. O Grupo tem como política manter as suas fontes de liquidez junto de diversas instituições bancárias.

No final de 2009, o custo médio da dívida do Grupo situava-se nos 4,0%, encontrando-se cerca de 50% da dívida a taxa fixa.

## DÍVIDA POR TIPO DE MOEDA – GRUPO EDP

No que se refere a moeda, os financiamentos em dólares americanos contratados para financiar a aquisição e o investimento operacional da Horizon, justificam o peso da exposição a esta divisa (20%), tendo o Grupo EDP mantido o perfil já apresentado no final de 2008, com o Euro como principal moeda de endividamento.



■ Euro
 ■ Reais
 ■ Dólares

Em Junho do corrente ano, a Moody's baixou a notação de rating de longo prazo da EDP, S.A. e da EDP Finance B.V. de "A2"/"Prime-1" com outlook negativo para "A3"/"Prime-2" com outlook estável. Por seu lado, a S&P, em Agosto confirmou o rating de longo e curto prazo da EDP em "A-/A-2" respectivamente, tendo, no entanto, revisto o outlook da EDP de estável para negativo, reflectindo o aumento da incerteza em relação à capacidade da EDP em atingir e manter os rácios de crédito em linha com o "rating" no curto/médio prazo.

### ESCALA GLOBAL

	S&P	Última Actualização	Moody's	Última Actualização	Fitch	Última Actualização
<b>EDP S.A. e EDP Finance B.V.</b>	A-/Neg/A-2	4/8/09	A3/Stab/P2	9/6/09	A-/Stab/F2	6/2/09
<b>HC Energia</b>			Baa1/Stab/P2	9/6/09	A-/Stab/F2	6/2/09
<b>Energias do Brasil</b>			Ba1/Aa2.br/Stab	4/3/09		
<b>Bandeirante</b>	brAA-/Posit	16/6/08	Baa3/Aa1.br/Stab	4/3/09		
<b>Escelsa</b>	BB-/brA+/Stab	16/6/08	Baa3/Aa1.br/Stab	4/3/09		



## demonstrações financeiras

## EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Resultados Consolidados  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Notas	2009		2008		
	Operações em continuação	Operações em continuação	Operações em descont- nuação	Total	
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	
Volume de negócios	6	12.198.183	13.671.204	222.859	13.894.063
Custos com aquisição de electricidade	6	-5.340.458	-6.558.250	-69.023	-6.627.273
Custos com aquisição de gás	6	-641.183	-823.200	-	-823.200
Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-1.111.229	-1.544.024	-2.381	-1.546.405
		<u>5.105.313</u>	<u>4.745.730</u>	<u>151.455</u>	<u>4.897.185</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração					
Outros proveitos de exploração	7	224.790	226.242	2.431	228.673
Fornecimentos e serviços externos	8	-768.202	-707.783	-27.985	-735.768
Custos com o pessoal	9	-540.036	-557.676	-15.998	-573.674
Custos com benefícios aos empregados	9	-158.353	-159.400	-1.800	-161.200
Outros custos de exploração	10	-500.564	-454.918	-45.362	-500.280
		<u>-1.742.365</u>	<u>-1.653.535</u>	<u>-88.714</u>	<u>-1.742.249</u>
		3.362.948	3.092.195	62.741	3.154.936
Provisões do exercício	11	-74.685	-27.994	-4.077	-32.071
Amortizações do exercício	12	-1.429.711	-1.277.459	-29.009	-1.306.468
Compensações de amortizações	12	111.015	110.712	2.885	113.597
		1.969.567	1.897.454	32.540	1.929.994
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	59.703	481.732	-	481.732
Outros proveitos financeiros	14	1.036.374	1.175.092	11.005	1.186.097
Outros custos financeiros	14	-1.523.083	-2.112.605	-16.194	-2.128.799
Ganhos / (perdas) em associadas		<u>25.151</u>	<u>34.687</u>	<u>-</u>	<u>34.687</u>
Resultado antes de impostos		1.567.712	1.476.360	27.351	1.503.711
Impostos sobre lucros	15	-399.765	-274.266	-9.325	-283.591
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação		1.167.947	1.202.094	18.026	1.220.120
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	45	-	-	-8.448	-8.448
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<u>1.167.947</u>	<u>1.202.094</u>	<u>9.578</u>	<u>1.211.672</u>
<b>Atribuível a:</b>					
Accionistas da EDP		1.023.845	1.089.232	2.297	1.091.529
Interesses minoritários	32	144.102	112.862	7.281	120.143
Resultado líquido do exercício		<u>1.167.947</u>	<u>1.202.094</u>	<u>9.578</u>	<u>1.211.672</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	29	<u>0,28</u>	<u>0,30</u>	<u>0,00</u>	<u>0,30</u>

LISBOA, 4 DE MARÇO DE 2010

O TÉCNICO OFICIAL  
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

## EDP - Energias de Portugal

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009 (Milhares de Euros)	2008 (Milhares de Euros)
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	16	24.093.738	21.249.965
Activos intangíveis	17	2.806.714	2.648.792
Goodwill	18	3.159.832	3.104.979
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	175.272	172.754
Activos financeiros disponíveis para venda	21	443.117	350.887
Activos por impostos diferidos	22	661.335	539.878
Clientes	24	114.821	112.044
Devedores e outros activos	25	1.942.970	2.637.703
<b>Total dos Activos Não Correntes</b>		<b>33.397.799</b>	<b>30.817.002</b>
Inventários	23	273.376	276.800
Clientes	24	1.893.313	1.646.613
Devedores e outros activos	25	1.865.016	1.632.172
Impostos a receber	26	557.641	544.740
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	84.852	83.227
Caixa e equivalentes de caixa	28	2.189.560	713.587
Activos detidos para venda	39	-	30.828
<b>Total dos Activos Correntes</b>		<b>6.863.758</b>	<b>4.927.967</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>40.261.557</b>	<b>35.744.969</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-119.784	-126.532
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	2.228.560	1.243.293
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP		1.023.845	1.091.529
<b>Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP</b>		<b>7.291.151</b>	<b>6.366.820</b>
Interesses minoritários	32	2.687.537	2.200.605
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>9.978.688</b>	<b>8.567.425</b>
<b>Passivo</b>			
Dívida financeira	34	13.486.499	10.874.311
Benefícios aos empregados	35	1.879.704	1.833.887
Provisões para riscos e encargos	36	342.755	323.719
Conta de hidraulicidade	33	112.631	237.822
Passivos por impostos diferidos	22	758.893	675.737
Credores e outros passivos	37	4.674.269	4.862.651
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>21.254.751</b>	<b>18.808.127</b>
Dívida financeira	34	2.794.481	3.812.014
Credores e outros passivos	37	5.305.631	4.153.100
Impostos a pagar	38	928.006	388.462
Passivos detidos para venda	39	-	15.841
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>9.028.118</b>	<b>8.369.417</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>30.282.869</b>	<b>27.177.544</b>
<b>Total dos Capitais Próprios e Passivo</b>		<b>40.261.557</b>	<b>35.744.969</b>

LISBOA, 4 DE MARÇO DE 2010

O TÉCNICO OFICIAL  
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



## demonstrações financeiras

## EDP - Energias de Portugal

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral  
em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Milhares de euros)

	2009		2008	
	Accionistas EDP	Interesses Minoritários	Accionistas EDP	Interesses Minoritários
<b>Resultado líquido do exercício</b>	1.023.845	144.102	1.091.529	120.143
Diferenças de câmbio	259.877	242.145	-235.599	-210.935
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	135.097	-6.666	-56.667	-2.447
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura fluxos de caixa)	-38.780	2.192	17.112	996
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	144.929	405	-88.324	1.779
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-14.864	-	13.504	-
Ganhos / (perdas) actuariais	-85.239	-1.245	-136.790	-3.677
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	1.341	403	4.156	1.250
<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>	402.361	237.234	-482.608	-213.034
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	1.426.206	381.336	608.921	-92.891

**EDP - Energias de Portugal**  
**Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados**  
**em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Diferenças cambiais	Acções próprias	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP	Interesses minoritários
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>7.278.758</b>	<b>3.656.538</b>	<b>501.992</b>	<b>418.730</b>	<b>1.487.156</b>	<b>5.032</b>	<b>118.858</b>	<b>141.581</b>	<b>-65.741</b>	<b>6.264.146</b>	<b>1.014.612</b>
Rendimento integral:											
Resultado líquido do exercício	1.211.672	-	-	-	1.091.529	-	-	-	-	1.091.529	120.143
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto (FC)	-41.006	-	-	-	-	-39.555	-	-	-	-39.555	-1.451
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto (AFDV)	-73.041	-	-	-	-	-	-74.820	-	-	-74.820	1.779
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-135.061	-	-	-	-132.634	-	-	-	-	-132.634	-2.427
Variações na diferença cambial de consolidação	-446.534	-	-	-	-	-	-	-235.599	-	-235.599	-210.935
Rendimento integral total do exercício	516.030	-	-	-	958.895	-39.555	-74.820	-235.599	-	608.921	-92.891
Reforço de reserva legal	-	-	-	25.108	-25.108	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-454.937	-	-	-	-454.937	-	-	-	-	-454.937	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-42.633	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-42.633
Compra e venda de acções próprias	-71.094	-	-	-	-8.971	-	-	-	-62.123	-71.094	-
Prémios em acções e exercício de stock options	1.801	-	-	-	469	-	-	-	1.332	1.801	-
Interesses minoritários resultantes do IPO da EDP Renováveis	1.128.248	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.128.248
Compra de acções próprias Energias do Brasil	-190.383	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-190.383
Permuta de Activos - Energias do Brasil	402.025	-	-	-	18.369	-	-	-	-	18.369	383.656
Interesses minoritários resultantes de PPA	9.436	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.436
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições e aumentos de capital	-10.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-10.491
Variações nas outras reservas de consolidação	665	-	-	-	-386	-	-	-	-	-386	1.051
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>8.567.425</b>	<b>3.656.538</b>	<b>501.992</b>	<b>443.838</b>	<b>1.975.487</b>	<b>-34.523</b>	<b>44.038</b>	<b>-94.018</b>	<b>-126.532</b>	<b>6.366.820</b>	<b>2.200.605</b>
Rendimento integral:											
Resultado líquido do exercício	1.167.947	-	-	-	1.023.845	-	-	-	-	1.023.845	144.102
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto (FC)	91.843	-	-	-	-	96.317	-	-	-	96.317	-4.474
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto (AFDV)	130.470	-	-	-	-	-	130.065	-	-	130.065	405
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-84.740	-	-	-	-83.898	-	-	-	-	-83.898	-842
Variações na diferença cambial de consolidação	502.022	-	-	-	-	-	-	259.877	-	259.877	242.145
Rendimento integral total do exercício	1.807.542	-	-	-	939.947	96.317	130.065	259.877	-	1.426.206	381.336
Reforço de reserva legal	-	-	-	27.549	-27.549	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-507.153	-	-	-	-507.153	-	-	-	-	-507.153	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-74.691	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-74.691
Compra e venda de acções próprias	2.845	-	-	-	-1.941	-	-	-	4.786	2.845	-
Prémios em acções e exercício de stock options	2.062	-	-	-	100	-	-	-	1.962	2.062	-
Venda de acções próprias Energias do Brasil	166.621	-	-	-	-	-	-	-	-	-	166.621
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições / alienações e aumentos de capital	15.338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.338
Variações nas outras reservas de consolidação	-1.301	-	-	-	371	-	-	-	-	371	-1.672
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>9.978.688</b>	<b>3.656.538</b>	<b>501.992</b>	<b>471.387</b>	<b>2.379.262</b>	<b>61.794</b>	<b>174.103</b>	<b>165.859</b>	<b>-119.784</b>	<b>7.291.151</b>	<b>2.687.537</b>



## demonstrações financeiras

## EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individuais  
em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Milhares de Euros)

	Grupo		Individual	
	Dez 2009	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2008
<b>Actividades Operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	11.478.194	12.136.628	1.729.310	2.269.327
Recebimentos por securitização dos ajustamentos tarifários	1.639.142	177.111	-	-
Pagamentos a fornecedores	-7.924.642	-9.298.076	-1.695.918	-2.212.431
Pagamentos ao pessoal	-680.885	-848.195	-54.904	-36.942
Pagamentos de rendas de concessão	-255.684	-221.974	-	-
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	-213.925	-45.278	-34.890	-115.716
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>4.042.200</b>	<b>1.900.216</b>	<b>-56.402</b>	<b>-95.762</b>
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-120.531	-155.709	6.237	15.982
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>	<b>3.921.669</b>	<b>1.744.507</b>	<b>-50.165</b>	<b>-79.780</b>
<b>Operações em descontinuação</b>	<b>-</b>	<b>68.898</b>		
<b>Operações em continuação</b>	<b>3.921.669</b>	<b>1.675.609</b>		
<b>Actividades de Investimento</b>				
Recebimentos:				
Activos financeiros	319.022	249.252	4.435	153.995
IPO EDP Renováveis	-	1.538.958	-	-
Activos fixos tangíveis e intangíveis	2.836	30.116	798	1.849
Subsídios ao investimento	161.879	92.560	-	5
Juros e proveitos similares	87.563	117.582	323.519	389.522
Dívidendos	48.766	34.971	645.078	418.135
	620.066	2.063.439	973.830	963.506
Pagamentos:				
Activos financeiros	-451.571	-425.223	-121.042	-124.903
Variação de caixa por variações no perímetro de consolidação	10.447	-4.243	-	-
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-3.417.533	-4.367.284	-16.327	-33.926
	-3.858.657	-4.796.750	-137.369	-158.829
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>	<b>-3.238.591</b>	<b>-2.733.311</b>	<b>836.461</b>	<b>804.677</b>
<b>Operações em descontinuação</b>	<b>-</b>	<b>-49.094</b>		
<b>Operações em continuação</b>	<b>-3.238.591</b>	<b>-2.684.217</b>		
<b>Actividades de Financiamento</b>				
Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados	1.188.937	1.710.414	650.249	389.037
Juros e custos similares	-528.581	-712.902	-420.671	-510.466
Subsídios governamentais ("Cash grants")	155.946	-	-	-
Aumentos de capital e prémios de emissão	9.057	-	-	-
Recebimentos/(Pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	54.710	101.936	193.898	-19.725
Dívidendos pagos	-507.153	-454.937	-507.153	-454.937
Venda / (aquisição) de acções próprias	2.107	-72.623	4.169	-65.536
Recebimentos antecipados de parceiros institucionais na activ. eólica nos EUA	333.528	319.985	-	-
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>708.551</b>	<b>891.873</b>	<b>-79.508</b>	<b>-661.627</b>
<b>Operações em descontinuação</b>	<b>-</b>	<b>12.263</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Operações em continuação</b>	<b>708.551</b>	<b>879.610</b>	<b>-79.508</b>	<b>-661.627</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>1.391.629</b>	<b>-96.931</b>	<b>706.788</b>	<b>63.270</b>
Efeito das diferenças de câmbio	84.344	-54.193	1.689	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	713.587	864.711	182.879	119.609
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)</b>	<b>2.189.560</b>	<b>713.587</b>	<b>891.356</b>	<b>182.879</b>
<b>Operações em descontinuação</b>	<b>-</b>	<b>32.067</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes em continuação no fim do exercício</b>	<b>2.189.560</b>	<b>681.520</b>	<b>891.356</b>	<b>182.879</b>

(\*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 28 às Demonstrações Financeiras



**EDP - Energias de Portugal, S.A.**

**Demonstração dos Resultados Individual  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

	Notas	2009	2008
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	1.755.564	2.322.526
Custos com aquisição de electricidade	6	-1.192.863	-1.830.374
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-360.684	-400.351
		<u>202.017</u>	<u>91.801</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	8.453	20.764
Fornecimentos e serviços externos	8	-99.170	-107.347
Custos com o pessoal	9	-16.262	-10.003
Custos com benefícios aos empregados	9	-197	-177
Outros custos de exploração	10	-17.610	-11.447
		<u>-124.786</u>	<u>-108.210</u>
		77.231	-16.409
Provisões do exercício	11	-187	-1.519
Amorizações do exercício	12	-6.935	-5.805
		<u>70.109</u>	<u>-23.733</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	-10	15.164
Outros proveitos financeiros	14	2.162.520	2.282.728
Outros custos financeiros	14	-1.574.110	-1.796.055
Resultado antes de impostos		658.509	478.104
Impostos sobre lucros	15	-28.488	72.874
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<u>630.021</u>	<u>550.978</u>

LISBOA, 4 DE MARÇO DE 2010

O TÉCNICO OFICIAL  
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



## demonstrações financeiras

## EDP - Energias de Portugal, S.A.

## Balança Individual em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009	2008
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	16	123.562	107.038
Activos intangíveis	17	33	41
Investimentos financeiros em empresas filiais	19	9.535.843	9.506.408
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	45.398	49.773
Activos financeiros disponíveis para venda	21	238.401	134.159
Activos por impostos diferidos	22	-	60.716
Devedores e outros activos	25	<u>4.537.916</u>	<u>5.911.157</u>
Total dos Activos Não Correntes		<u>14.481.153</u>	<u>15.769.292</u>
Inventários	23	11.351	27.744
Clientes	24	97.432	18.390
Devedores e outros activos	25	1.727.737	2.830.973
Impostos a receber	26	44.545	95.437
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	-	232
Caixa e equivalentes de caixa	28	<u>891.356</u>	<u>182.879</u>
Total dos Activos Correntes		<u>2.772.421</u>	<u>3.155.655</u>
Total do Activo		<u>17.253.574</u>	<u>18.924.947</u>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-113.689	-120.437
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	1.868.007	1.681.607
Resultado líquido do exercício		<u>630.021</u>	<u>550.978</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>6.542.869</u>	<u>6.270.678</u>
<b>Passivo</b>			
Dívida financeira	34	1.962.393	2.859.631
Provisões para riscos e encargos	36	18.637	79.014
Conta de hidráulicidade	33	112.631	237.822
Passivos por impostos diferidos	22	80.489	-
Credores e outros passivos	37	<u>2.824.741</u>	<u>2.401.840</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>4.998.891</u>	<u>5.578.307</u>
Dívida financeira	34	4.194.840	5.360.236
Credores e outros passivos	37	1.032.380	1.704.896
Impostos a pagar	38	<u>484.594</u>	<u>10.830</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>5.711.814</u>	<u>7.075.962</u>
Total do Passivo		<u>10.710.705</u>	<u>12.654.269</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u>17.253.574</u>	<u>18.924.947</u>

LISBOA, 4 DE MARÇO DE 2010

O TÉCNICO OFICIAL  
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios em base Individual  
em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Ações próprias
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>6.263.055</b>	<b>3.656.538</b>	<b>501.992</b>	<b>418.730</b>	<b>1.711.896</b>	<b>-9.721</b>	<b>49.361</b>	<b>-65.741</b>
Rendimento integral:								
Resultado líquido do exercício	550.978	-	-	-	550.978	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto (FC)	951	-	-	-	-	951	-	-
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto (AFDV)	-26.171	-	-	-	-	-	-26.171	-
Rendimento integral total do exercício	525.758	-	-	-	550.978	951	-26.171	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	25.108	-25.108	-	-	-
Pagamento de dividendos	-454.937	-	-	-	-454.937	-	-	-
Compra e venda de ações próprias	-64.999	-	-	-	-8.971	-	-	-56.028
Prémios em ações e exercício de stock options	1.801	-	-	-	469	-	-	1.332
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>6.270.678</b>	<b>3.656.538</b>	<b>501.992</b>	<b>443.838</b>	<b>1.774.327</b>	<b>-8.770</b>	<b>23.190</b>	<b>-120.437</b>
Rendimento integral:								
Resultado líquido do exercício	630.021	-	-	-	630.021	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto (FC)	49.874	-	-	-	-	49.874	-	-
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto (AFDV)	94.542	-	-	-	-	-	94.542	-
Rendimento integral total do exercício	774.437	-	-	-	630.021	49.874	94.542	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	27.549	-27.549	-	-	-
Pagamento de dividendos	-507.153	-	-	-	-507.153	-	-	-
Compra e venda de ações próprias	2.845	-	-	-	-1.941	-	-	4.786
Prémios em ações e exercício de stock options	2.062	-	-	-	100	-	-	1.962
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>6.542.869</b>	<b>3.656.538</b>	<b>501.992</b>	<b>471.387</b>	<b>1.867.805</b>	<b>41.104</b>	<b>117.732</b>	<b>-113.689</b>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### 1. Actividade económica do Grupo EDP

A EDP - Energias de Portugal, S.A., (adiante designada EDP, S.A.), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e conseqüente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12, 6º. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei n.º 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, S.A., de que resultou um conjunto de empresas participadas deitadas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP, S.A.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica e distribuição e comercialização de gás, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional e gestão do património imobiliário.

Em termos geográficos o Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Ibérico (Portugal e Espanha) e Americano (Brasil e Estados Unidos da América), no sector da energia.

#### Actividade no Sector Energético em Portugal

##### Electricidade

As bases da organização, do funcionamento e das actividades do Sistema Eléctrico Nacional são estabelecidas pelo DL n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, que transpõe para o ordenamento jurídico português os princípios da Directiva n.º 2003/54/CE, e pelo DL n.º 172/2006, de 23 de Agosto, com a redacção do DL 264-2007, de 24 de Julho.

O Sistema Eléctrico Nacional integra as actividades de produção e comercialização, exercidas em regime de concorrência, mediante a atribuição de licença, e as actividades de transporte e distribuição, exercidas mediante concessões de serviço público.

As actividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso estão sujeitas a regulação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos — ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infra-estruturas — tarifas de acesso — e ao fornecimento da energia eléctrica aos clientes do mercado regulado — tarifas de venda a clientes finais.

O transporte de electricidade é assegurado pela Rede Nacional de Transporte (RNT) e é exercido em regime de concessão de serviço público, em exclusivo, pela REN — Rede Eléctrica Nacional, S.A., pelo prazo de 50 anos.

##### Produção

A produção de electricidade engloba a produção em regime ordinário e produção em regime especial. A produção em regime ordinário, em que o Grupo EDP está presente através da EDP Gestão da Produção, S.A., rege-se pelo princípio da liberdade do exercício de actividade sendo a energia produzida vendida em mercados organizados ou através de contratos bilaterais, estando apenas sujeita à atribuição de licença.

A produção em regime especial (PRE) permite aos produtores efectuarem entregas à rede, através de contratos bilaterais celebrados com o Comercializador de Último Recurso (CUR), sendo remunerados com base no princípio dos custos evitados ao sistema, complementado de um prémio ambiental que reflecte os benefícios decorrentes da utilização de energias renováveis. A PRE está sujeita a regimes jurídicos específicos, designadamente para incentivar a utilização de recursos endógenos renováveis, de cogeração ou de micro-geração — o Grupo EDP exerce actividades no segmento da PRE em Portugal através da EDP Gestão da Produção, S.A. e da Enemova — Novas Energias, S.A., entre outras participadas.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, foram assinados em Janeiro de 2005 os acordos de cessação dos CAE relativos aos centros electroprodutores vinculados pertencentes ao Grupo EDP. O referido Decreto-Lei determinou o estabelecimento de um mecanismo de compensação para a manutenção do equilíbrio contratual (CMEC) atribuível aos produtores vinculados, onde se inclui uma parte significativa da actividade de produção, em Portugal, do Grupo EDP. Nos termos da referida legislação, os efeitos das cessações antecipadas dos CAE e da conseqüente entrada em vigor dos CMEC ficaram subordinados à verificação da entrada em funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (IMBEL), o qual teve início em 1 de Julho de 2007.

A 16 de Fevereiro de 2007, o Governo Português reiterou a decisão de extinção dos CAE e da entrada em vigor dos CMEC, definindo as condições de cálculo destes, tendo no essencial e face à legislação anteriormente publicada considerado um ajustamento no preço de referência, de venda de electricidade em mercado, utilizado para o cálculo da compensação inicial devida pela cessação antecipada dos CAE. A 15 de Junho de 2007, a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim dos CAE, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007. No âmbito da nova legislação, o montante definido para o CMEC ascende a 833.467 milhares de Euros e, nos termos da lei em vigor, é passível de securitização.

Em Junho de 2007 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de Maio, que aprova o novo regime jurídico de utilização dos recursos hídricos nos termos estabelecidos pela nova Lei da Água. O referido Decreto-Lei determina a extensão do período de exploração do domínio público hídrico pelas empresas titulares dos centros electroprodutores afectos às diferentes barragens (centrais hídricas). A extensão do período de exploração e conseqüentemente da vida útil económica das respectivas obras hidráulicas fixas determinou, como contrapartida, o pagamento de um valor de equilíbrio económico-financeiro pelos titulares das referidas centrais hídricas. Neste contexto, em 8 de Março de 2008 foram assinados entre o Estado (INAG), a REN e a EDP Produção os contratos de concessão relativos às centrais do ex-SEP, tendo a EDP Produção pago 759 milhões de euros (valor do equilíbrio económico e financeiro associado de acordo com o Despacho 16982/07) e obtido o direito de exploração daquelas centrais por um período em média superior em 26 anos relativamente ao regime anterior.

##### Distribuição

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões, e das redes de distribuição em baixa tensão, é exercida mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo.

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, foram celebrados contratos de concessão entre cada um dos municípios de Portugal continental e a EDP Distribuição, podendo os referidos contratos ser revogados com aviso prévio de 2 anos. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

##### Comercialização

A comercialização de electricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas reguladas pela ERSE. As actividades de comercialização de último recurso (CUR), com obrigações de serviço público universal, são asseguradas pela EDP Serviço Universal, S.A., empresa constituída e totalmente detida pela EDP Distribuição.

##### Regime de Preços da Energia Eléctrica

No âmbito do mercado livre, os preços de venda de energia são estipulados por acordo entre cada comercializador e os respectivos clientes. No mercado regulado, as tarifas e preços praticados pelo CUR são os definidos pela ERSE no tarifário de venda a clientes finais.

Para as actividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário, que assegure o equilíbrio económico-financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

#### *Bens de Domínio Público*

Em Portugal, alguns imobilizados afectos à produção e distribuição de energia eléctrica no mercado regulado estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, embora no âmbito do domínio do comércio jurídico privado não possa dispor dos mesmos, enquanto se mantiver a sua afectação ao regime de domínio público.

#### **Gás**

No que respeita à actividade de distribuição, o Grupo EDP desenvolve a sua actividade em Portugal através da sua subsidiária Portgás S.A. O Grupo EDP está presente, de igual forma, na comercialização de Gás Natural, que em regime regulado (EDP Gás Serviço Universal) como em regime livre (EDP Gás.Com). A EDP Gás.Com, com licença de comercialização em regime livre desde 2008, começou a actuar no mercado no início do ano 2009. Adicionalmente, o Grupo desenvolve ainda a actividade de fornecimento de GPL, através da EDP Gás GPL, S.A.

A 15 de Junho de 2009 foram publicadas pela ERSE as tarifas a vigorar no ano gás 2009-2010. Os proventos permitidos da Portgás S.A. contemplam a reavaliação inicial dos seus activos (com referência a 31.12.2007), conforme aprovada pelo Ministério das Finanças.

#### **Actividade no Sector Energético em Espanha**

##### **Electricidade**

Em Espanha, a Hidroeléctrica del Cantábrico (HC Energia) é a empresa-mãe de um grupo empresarial que desenvolve actividades nos sectores eléctrico e do gás. No sector eléctrico, a HC Energia desenvolve a sua actividade nas áreas da produção, transporte e distribuição e comercialização de energia eléctrica. O parque produtor está assente, fundamentalmente, em centrais térmicas clássicas a carvão e gás natural, em menor percentagem, na hidroelectricidade e no nuclear.

##### *Regulação do Sector Eléctrico*

Em 27 de Novembro de 1997 foi aprovada a Lei 54/1997, do Sector Eléctrico, que efectua (i) a transposição normativa dos princípios incluídos no Protocolo assinado a 11 de Dezembro de 1996 entre o Ministério de Indústria e Energia e as principais empresas eléctricas a fim de propiciar uma maior liberalização e concorrência no Sector Eléctrico e (ii) a incorporação no ordenamento jurídico espanhol das disposições contidas na Directiva 96/92/CE sobre normas comuns para o Mercado Interno de Electricidade. De igual forma, a 6 de Julho de 2007 entrou em vigor a Lei 17/2007, de 4 de Julho, que altera a Lei 54/1997, para a adaptar ao disposto na Directiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, sobre normas comuns para o mercado interno de electricidade.

A referida Lei 54/1997, na sua redacção actual, estabelece, entre outros, os seguintes princípios básicos:

##### *Produção*

A partir de 1 de Janeiro de 1998 a produção de energia eléctrica é efectuada em regime de livre concorrência no Mercado de Produção de Energia Eléctrica, o qual abrange as actividades comerciais de compra e venda de energia e outros serviços relacionados com o fornecimento de energia eléctrica.

A estrutura do mercado de produção de energia eléctrica foi alargada pela Lei 17/2007, de 4 de Julho, de forma a incluir os mercados a prazo e o mercado intradiário, as resoluções técnicas, os serviços complementares, a gestão de desvios e os mercados não organizados. A organização e regulação do mercado de produção de energia eléctrica está definida e desenvolvida pelo Real Decreto 2019/1997, de 26 de Dezembro.

A energia é paga ao preço marginal do sistema acrescido de uma componente pelos serviços de ajuste necessária para garantir um fornecimento adequado. Adicionalmente, a Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que reviu as tarifas de energia eléctrica a partir de 1 de Outubro de 2007, substituiu o conceito de "garantia de potência" da distribuição na produção de energia eléctrica pelo conceito de "pagamentos por capacidade", previsto no artigo 16 da Lei 54/1997 (modificada pela Lei 17/2007), que contempla a retribuição do serviço de disponibilidade - destinado à contratação de capacidade no médio prazo - e o incentivo ao investimento em capacidade longo prazo.

A instalação de novas unidades de produção encontra-se liberalizada, sem prejuízo da obtenção das autorizações necessárias.

Os produtores têm direito a utilizar nas suas unidades produtivas as fontes de energia primária que considerem mais adequadas, com as restrições aplicáveis em matéria de meio ambiente.

##### *Transporte*

A Red Eléctrica de España, S.A. exerce as actividades de Gestor do Transporte e Operador do sistema, sendo responsável pela gestão técnica do mesmo, tendo como objectivo garantir a continuidade do fornecimento e a correcta coordenação do sistema de produção e transporte. A responsabilidade pela gestão económica do sistema cabe à Compañía Operadora del Mercado Español de Electricidad, S.A.

Verifica-se um livre acesso às redes de transporte e distribuição pelas entidades e consumidores qualificados, estabelecendo-se um sistema de "portagens" de trânsito. A retribuição das actividades de transporte e distribuição é fixada administrativamente.

O Real Decreto 325/2008, de 29 de Fevereiro, estabelece um novo regime de retribuição aplicável às instalações de transporte de energia eléctrica que entraram ao serviço a partir de 1 de Janeiro de 2009. Tal como para a distribuição, este novo modelo de retribuição é baseado nos investimentos, contudo desconhecem-se os montantes que irão ser atribuídos aos diferentes activos eléctricos e associados, em virtude de a norma não ter sido, ainda, desenvolvida em detalhe.

O texto actual da Lei 54/1997 também prevê que a actividade de transporte passará a ser exercida por um transportista único, para o qual serão transferidas todas as instalações de transporte antes de 6 de Julho de 2010. Igualmente, é efectuada uma distinção entre a rede de transporte primário (instalações > 380 kV, interconexões internacionais e com sistemas insulares e extra peninsulares) e a rede de transporte secundário (instalações < 220 kV que não sejam transporte primário e as inferiores que cumpram funções de transporte).

##### *Distribuição*

A Lei 54/1997 estabelece que a retribuição para cada empresa deverá atender a critérios baseados nos custos necessários ao desenvolvimento da actividade, tendo em conta um modelo de caracterização das zonas de distribuição, entre outros parâmetros. Em 19 de Março de 2008, entrou em vigor o Real Decreto 222/2008, de 15 de Fevereiro que estabelece, essencialmente, um novo regime de retribuição da actividade de distribuição de energia eléctrica e modifica o regime de "acometidas" (regime que regula a instalação que permite ligar a rede da distribuidora ao ponto de entrega de energia ao consumidor). O novo sistema retributivo tem como base os investimentos e os aumentos da procura de cada distribuidor. Assim, a norma estabelece novos incentivos para a redução de perdas e para a melhoria da qualidade, que se encontram pendentes de novos desenvolvimentos regulatórios.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### *Comercialização*

A Lei 54/1997 veio estabelecer a liberalização progressiva do fornecimento de energia eléctrica e a introdução da actividade de comercialização, permitindo que os clientes passem a poder escolher de forma progressiva os seus fornecedores, e liberalizando os fornecimentos a partir de 1 de Janeiro de 2003. Adicionalmente, a partir de 1 de Julho de 2009, os distribuidores deixaram de realizar qualquer actividade de distribuição de energia eléctrica (venda), passando a ser estritos operadores de redes.

### *Regime de Preços da Energia Eléctrica*

As actividades destinadas ao fornecimento de energia são retribuídas através de taxas e tarifas pagas pelos consumidores. Estas taxas, únicas em Espanha, são estabelecidas pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio com base nos custos das actividades reguladas, incluindo os custos permanentes e os custos de diversificação e segurança do abastecimento.

Por outro lado, a 1 de Julho de 2009 foi extinto o sistema de tarifas de electricidade, tendo todos os consumidores, a partir dessa data, passado para o mercado liberalizado. No entanto, o Real Decreto 485/2009, de 3 de Abril, em aplicação do disposto nos artigos 9.º e 18.º e a Disposição Adicional 24.ª da Lei 54/1997, prevêem que os consumidores finais de baixa tensão com uma potência contratada inferior ou igual a 10 kW são elegíveis para a tarifa de último recurso, que estabelece o preço máximo e mínimo do fornecimento. Esta taxa será aplicada pelos comercializadores designados de último recurso, onde se inclui a Hidrocentrificadora Energia Último Recurso, S.A.U.

### *Subsídio social*

O Real Decreto Lei 6/2009 de 30 de Abril criou o Subsídio Social para alguns consumidores que beneficiam da tarifa de último recurso (TUR) e que satisfaçam determinadas características sociais de consumo e de poder de compra determinado pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio. O subsídio cobrirá a diferença entre o valor da TUR e um valor de referência e será financiado pelas empresas detentoras de instalações de produção.

### **Gás**

A Naturgás, subsidiária do Grupo HC Energia que actua no sector da distribuição e comercialização do gás natural, integra todos os activos gasistas do Grupo EDP em Espanha. A actividade de transporte e distribuição de gás natural em Espanha está sujeita a regulação.

A Lei 34/1998, aprovada em 7 de Outubro de 1998, modificada posteriormente pela Lei 12/2007 de 2 de Julho de 2007, transpôs para o ordenamento jurídico espanhol, o disposto na Directiva 2003/55/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, sobre normas comuns para o mercado interno de gás natural.

No âmbito do fornecimento de gases combustíveis por canalização, a referida lei identifica os seguintes operadores:

- § Os transportadores, detentores de instalações de regasificação de gás natural liquefeito, de transporte ou de armazenamento de gás natural;
- § Os distribuidores, detentores de instalações de distribuição, cuja função consiste em distribuir o gás natural por canalização, assim como construir, manter e operar as referidas instalações de distribuição, destinadas a colocar o gás natural nos pontos de consumo;
- § Os comercializadores, sociedades que detendo acesso às instalações detidas por terceiros, adquirem o gás natural para venda aos consumidores ou a outros comercializadores para efeitos de trânsitos internacionais;
- § Os consumidores finais, que adquirem o gás natural para consumo próprio e os Consumidores Directos no Mercado, que acedem directamente às instalações de terceiros.

O Real Decreto-Lei 6/2000 de 23 de Junho cria ainda a figura do Gestor Técnico do Sistema, que detém a responsabilidade de gestão técnica das instalações da rede básica de gás e das redes de transporte secundário, papel atribuído à ENAGÁS, S.A.

O sistema de aprovisionamento e fornecimento à tarifa por parte das empresas de distribuição de gás natural terminou em 1 de Julho de 2008. Desde então, foram estabelecidas taxas de último recurso, que podem beneficiar os consumidores que fiquem abrangidos pelo regulamento (a partir de Julho de 2009 são aqueles com consumo inferior a 50.000 kWh / ano), e que serão aplicadas pelos comercializadores que, em conformidade com o artigo 82.º da Lei 34/1998, tenham a obrigação de assumir o fornecimento de último recurso. Entre os comercializadores designados pelo Ministério encontra-se a Naturgas Energía Comercializadora, SAU.

Em relação ao fornecedor de último recurso, o Real Decreto 485/2009 reconhece a possibilidade de grupos de empresas que tenham, simultaneamente, as obrigações de fornecimento de último recurso de electricidade e de gás que agreguem numa única sociedade ambas as obrigações (a HC Energia Comercializadora de Último Recurso engloba, actualmente, as obrigações de fornecimento de último recurso de gás e electricidade).

### **Actividade no Sector Energético do Brasil**

#### **Electricidade**

No Brasil, o Grupo EDP actua no sector eléctrico, nomeadamente na produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, através da sua subsidiária EDP Energias do Brasil, S.A. (EDP Energias do Brasil).

Em Agosto de 2008, o Grupo EDP Energias do Brasil efectuou a permuta com o Grupo Rede da totalidade da participação societária detida na Enersul (empresa distribuidora de energia no Estado de Mato Grosso do Sul) pelas participações societárias detidas pela Rede Energia nas sociedades Rede Lajeado Energia S.A. ("Rede Lajeado") e Investco S.A. ("Investco"), bem como pelas participações societárias detidas pela Rede Power nas sociedades Rede Lajeado e Tocantins Energia S.A. Esta operação permitiu à EDP Energias do Brasil consolidar a sua posição na produção de energia eléctrica no Estado de Tocantins no Norte do Brasil.

O Sector Eléctrico Brasileiro sofreu importantes alterações estruturais e institucionais nos últimos anos, tendo migrado de uma situação de monopólio gerido pelo Estado para um modelo de mercado, onde participa o capital privado. O modelo do sector compreende a existência de dois ambientes comerciais distintos, que são o ACR — Ambiente de Contratação Regulada e o ACL - Ambiente de Contratação Livre.

#### *Ambiente de Contratação Regulada*

O Ambiente de Contratação Regulada é destinado à comercialização de energia eléctrica entre geradores, importadores de energia, ou comercializadores, vendendo energia para os distribuidores que, por sua vez, adquirem energia de forma a assegurar o fornecimento dos consumidores cativos.

A principal forma de contratação por parte de uma concessionária de distribuição passou a ser por meio da realização de leilões públicos regulados pela ANEEL. As regras destes leilões são elaboradas para que o vencedor seja estabelecido pelo critério do menor preço de venda.

Cabe às empresas distribuidoras estimar a quantidade de electricidade a contratar nos leilões, sendo obrigadas a contratar 100% das suas necessidades, respeitada ainda a condicionante de que os acréscimos de mercado devem ser assegurados por energia de novos empreendimentos, contratada com 3 anos (Leilão A-3) ou 5 anos (Leilão A-5) de antecedência. O não cumprimento da totalidade do fornecimento nos seus mercados de distribuição poderá resultar em severas penalidades. O esquema de leilões públicos teve início no final de 2004.

#### *Ambiente de Contratação Livre*

No mercado livre, a electricidade é comercializada entre concessionárias de produção, produtores independentes de energia, auto-produtores, agentes comercializadores e consumidores livres. Neste mercado, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes (Decreto nº 5.163/04). Os consumidores livres poderão voltar para o sistema regulado em certas condições.

#### *Produção*

O mercado de produção baseia-se predominantemente na existência de Contratos de Aquisição de Energia (CAE) entre produtores e distribuidores, existindo leilões para fornecer a procura de longo prazo, o ajustamento de médio e curto prazo e um mercado diário de desvios, ou mercado "spot".

O parque de produção de electricidade do Brasil assenta maioritariamente na tecnologia hidroeléctrica. As centrais de produção de electricidade são objecto de concessão, autorização ou registo, segundo o enquadramento realizado em função do tipo de central, da potência a ser instalada e do destino da energia. Segundo o destino da energia as centrais de produção podem ser classificadas como:

- § Produtores cujo despacho de electricidade destina-se ao serviço público de distribuição;
- § Produtores independentes (assumem o risco da comercialização de electricidade com distribuidoras ou directamente com consumidores livres);
- § Auto-produtores (produção de energia para consumo próprio, podendo o excedente ser comercializado mediante uma autorização).

#### *Transmissão*

O sistema de transmissão brasileiro, com capacidade acima de 230 kV, é dividido em redes de transmissão e sub-transmissão, em função do nível de desagregação do mercado dos consumidores. A rede primária é responsável pelo transporte de electricidade aos grandes centros consumidores e ao fornecimento de energia a eventuais consumidores de elevada dimensão. A rede secundária é basicamente uma extensão da rede primária, com o objectivo de transportar electricidade a pequenos centros consumidores e fornecer energia a clientes industriais de grande dimensão.

#### *Distribuição*

Os contratos de concessão do serviço público de distribuição de electricidade são atribuídos por licitação e estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, actualidade e qualidade dos serviços e do fornecimento prestado aos consumidores e utilizadores da rede. Definem ainda penalidades para possíveis irregularidades.

Na maioria dos estados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a área de concessão corresponde aos limites geográficos estaduais. No entanto, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, as concessões de distribuição abrangem áreas menores que a do próprio Estado. Existe também o caso em que as áreas de concessão ultrapassem o limite geográfico do Estado-sede da empresa de distribuição.

A actividade de distribuição opera num ambiente totalmente regulado, com tarifas definidas no âmbito da regulação por incentivos ("price cap"), com uma remuneração referida à base dos activos utilizados no serviço de distribuição de energia (BRR — Base de Remuneração Regulatória). A tarifa inclui também uma parcela para cobertura dos custos operacionais estabelecida a partir de uma empresa padronizada, a Empresa de referência, (com custos que seriam praticados por um operador eficiente e que actuasse na região da concessão). O EBITDA regulatório é constituído por duas parcelas, das quais, (i) a depreciação regulatória dos activos da BRR e (ii) a remuneração do capital prudentemente investido multiplicado pelo WACC regulatório, ou seja, pela taxa do custo médio ponderado do capital das empresas do sector. Por fim, as tarifas consideram também os custos de aquisição da energia, contratação do uso da transmissão e os encargos sectoriais como custos repassáveis às tarifas. A parcela da tarifa que compreende a remuneração regulatória, a quota de reintegração e o valor da Empresa de referência é chamada parcela B. Os custos de compra de energia, contratação da rede básica e encargos, compõem a parcela A das tarifas conforme estabelecido nos contratos de concessão das distribuidoras de energia.

As tarifas são actualizadas anualmente com base na variação dos custos da parcela A e na correção dos custos da parcela B pelo índice de variação do IGPM, descontado dos ganhos de produtividade (factor X). O índice de reajuste é calculado de tal forma a repassar as variações dos custos não geríveis da parcela A e a Parcela B corrigida. Periodicamente (em média a cada 4 anos) ocorre uma revisão tarifária, a qual resulta numa revisão global dos custos, na definição de uma nova BRR e de uma nova Empresa de Referência, com captura dos ganhos de produtividade ocorridos no período entre revisões.

#### *Comercialização*

Os Comercializadores de electricidade que não detenham activos eléctricos, estão autorizados a actuar exclusivamente no mercado livre (ACL), vendendo ou comprando energia em quantidade, condições e preços livremente negociados. A comercialização de energia com uma distribuidora apenas é possível através de participação nos denominados "Leilões de Ajuste das Distribuidoras", sendo negociados contratos de, no máximo, dois anos de duração e início da entrega da energia num prazo não superior a dois anos.

#### *Bens de Domínio Público*

No Brasil, os imobilizados utilizados na distribuição e comercialização de energia eléctrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da entidade reguladora (ANEEL).

#### **Actividade no Sector das Energias Renováveis**

Em Dezembro de 2007, o Grupo EDP constituiu a EDP Renováveis, S.L., sociedade de direito espanhol, com vista à concentração nesta entidade das subsidiárias do Grupo com actividade no sector das energias renováveis.

Em 4 de Junho de 2008, foi concretizado um aumento de capital na EDP Renováveis através da subscrição pública (IPO) de 196.024.306 acções. O Grupo EDP não participou neste aumento de capital tendo, em consequência, diluído a sua participação social na EDP Renováveis de 100% para 77,53%. O aumento de capital da EDP Renováveis ascendeu a 1.566.726 milhares de Euros, dos quais 980.121 milhares de Euros correspondem ao aumento do capital social e 586.605 milhares de Euros correspondem ao prémio de emissão.

#### **Electricidade**

##### *Produção*

Em Dezembro de 2009, o Grupo EDP através da sua subsidiária EDP Renováveis detém as participações na Nuevas Energias del Occidente, S.L. (NEO) e na Horizon Wind Energy, LLC (Horizon) que operam no sector das energias renováveis na Europa e nos Estados Unidos da América, respectivamente.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

A actividade da NEO é desenvolvida através de participações detidas em subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia e Brasil. As principais subsidiárias são: a Enernova (parques eólicos em Portugal), a Genesa (energias renováveis em Espanha), a Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), a GreenWind (parques eólicos na Bélgica - parceria com promotores locais) e a Relax Wind Parks (parques eólicos na Polónia detidos pela NEO). A 31 de Dezembro de 2009 os mercados geográficos de Espanha e Portugal são os mercados geográficos com maior significado nas operações da NEO.

O Grupo adquiriu em Julho de 2007, à Goldman Sachs, 100% do capital social da Horizon, empresa cuja actividade consiste no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América. A Horizon detém um conjunto de parques eólicos em exploração e um conjunto de projectos de instalação de parques eólicos que se encontram em fase de desenvolvimento.

### *Enquadramento regulatório das actividades em Espanha*

Em Espanha, o sector eléctrico é regulado pela Lei 54 de 27 de Novembro de 1997 e pelas alterações subsequentes à legislação.

O Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004, estabelece a metodologia a usar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e sistematizou os regulamentos aplicáveis ao regime especial de energia. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebê-lo.

O Real-Decreto nº 661, de 25 de Maio de 2007, foi publicado em 26 de Maio de 2007 e regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004 e actualizado os regulamentos sobre produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, sendo que o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um prémio de sistema variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entrem oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto atrás referido até 31 de Dezembro de 2012.

A aprovação do Real Decreto 6/2009 de 7 de Maio destina-se a eliminar o défice tarifário de 2013. Entre outras medidas, introduz um pré-registo de atribuição de capacidade de energia renovável para novos centros produtores por forma a obter um conjunto de direitos estabelecidos no Real Decreto 661/2007.

No dia 15 de Dezembro, o Governo espanhol disponibilizou a relação dos parques eólicos inscritos. Dos 6.389 MW de capacidade eólica atribuída pelo Governo espanhol, a EDP Renováveis obteve 840 MW brutos correspondentes a 31 parques eólicos que representam 13% da capacidade total atribuída.

### *Enquadramento regulatório das actividades em Portugal*

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e no Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador nacional da rede eléctrica nacional ou o operador regional da distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), o qual depende de requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional.

O Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Desde 1 de Julho de 2007, o mercado ibérico de electricidade financeira ("MIBEL") está plenamente operacional, com transacções diárias de Portugal e Espanha, incluindo um mercado de "forwards", que tem operado desde Julho de 2006.

### *Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América*

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. As empresas do Grupo EDP nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities — QFs" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission — FERC" e têm tarifas com base de mercado de acordo com o previsto pela FERC.

O Governo Federal regula a venda grossista de energia eléctrica e o transporte entre estados através da FERC, cuja jurisdição advém do "Federal Power Act" ("FPA") e da legislação federal, como a "Public Utility Regulatory Policies Act" de 1978 ("PURPA 1978"), a "Energy Policy Act" de 1992 ("EPACT 1992") e a "Energy Policy Act" de 2005.

As "EWGs" são detentores ou operadores de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) que são exclusivamente contratados no negócio para deter e/ou operar as instalações de produção e vender energia eléctrica às tarifas gerais. A EWG não pode efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e pode apenas deter ou operar as instalações de conexão necessárias para a ligação da instalação de produção com a rede.

Em determinados Estados, a aprovação para a construção de novos centros electroprodutores, em especial para produção de energia renováveis, incluindo parques eólicos, é obtida através de um órgão estadual, com aprovações ministeriais limitadas exigidas pelos governos estaduais e municipais. No entanto, em muitos outros Estados o processo de licenciamento de novas centrais (incluindo os parques eólicos), encontra-se sujeito à legislação sobre uso da terra e outros regulamentos específicos do Concelho e do Município. As autorizações a nível estatal podem envolver um processo de aprovação mais extenso, possivelmente incluindo uma avaliação de impacto ambiental e de oposição por parte de outros interessados ou utilizadores.

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover as energias renováveis, particularmente a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte de EPACT 1992. Integrado no programa "American Recovery and Investment Act" ("ARIA") para 2009, o Governo Federal está a incentivar o desenvolvimento de energias renováveis através de créditos fiscais e outros subsídios para os anos de 2009 a 2013. Diversos estados aprovaram a legislação, particularmente, sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" ("RPS"), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem de energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é comum à Directiva Comunitária relativa à utilização de Energias Renováveis.



O programa "ARIA" para o ano de 2009 inclui diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente (i) a extensão de três anos do "PTC" até 2012 e (ii) uma opção para eleger 30% do "Investment Tax Credit" ("ITC") que possa substituir o "PTC" ao longo do período da extensão. Este "ITC" permite que as empresas recebam 30% do montante investido nos projectos ("cash grant") que entram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010.

## 2. Políticas contabilísticas

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDP - Energias de Portugal, S.A., agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira de todas as suas subsidiárias (Grupo EDP ou Grupo) e a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, (referidas como "demonstrações financeiras") foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da EDP, S.A., no dia 4 de Março de 2010 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais da EDP, S.A. e consolidadas do Grupo EDP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessas datas.

Em 2009, o Grupo adoptou normas e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em 1 de Janeiro de 2009. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 48. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, sempre que aplicáveis são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nos termos definidos pelo IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais, ajustamentos ao justo valor resultantes da alocação do preço de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos ("Purchase price allocations"), com impacto nos montantes de "goodwill" previamente registados, determinam a reexpressão da informação comparativa, sendo reflectido o efeito destes ajustamentos nas rubricas de balanço e demonstração de resultados, com referência à data de realização da operação de concentração de actividades empresariais.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

### b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP, S.A. e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo EDP), e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo por via das participações financeiras em empresas associadas.

#### *Empresas subsidiárias*

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, de directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

#### *Empresas associadas*

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

### *Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

### *Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas*

Em base individual, os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

### *Diferenças de consolidação e de reavaliação - "Goodwill"*

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 — Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

### *Aquisição e diluição a Interesses Minoritários*

Nas transacções com interesses minoritários, o Grupo aplica o "Parent Company Model" de uma forma consistente para as aquisições e alienações.

Nas aquisições, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses minoritários adquiridos são registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses minoritários, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses minoritários ("written put options"), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses minoritários na parte adquirida. Sempre que exista um diferencial entre os interesses minoritários adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial é registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado por contrapartida de resultados.

Quando uma parte da participação numa subsidiária é alienada sem que haja perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, é reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorre quando a percentagem de participação numa subsidiária diminui sem que o Grupo tenha alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participa proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária.

O Grupo reconhece os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital em resultados do exercício.

### *Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas.

O "goodwill" gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão para Euros dos resultados do exercício, resultantes do diferencial entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

### *Saldos e transacções eliminados na consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

#### c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

#### d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

##### Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

##### Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

##### Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

##### Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira ou derivados cambiais contratados para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

Os ganhos e perdas cambiais acumuladas relativos ao investimento líquido e à respectiva operação de cobertura registada em capitais próprios são transferidas para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

##### Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, quando aplicável, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

#### e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

##### Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, negociação e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

##### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de oferta compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

### Transferências entre categorias

O Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("Fair Value Option").

### Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

### f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

### g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas por entidades do Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo. As acções preferenciais emitidas por subsidiárias, classificadas como instrumento de capital e detidas por terceiros são registadas como interesses minoritários.

### h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico:	
Produção Hidroeléctrica	32 a 65
Produção Termoeléctrica	25 a 40
Produção Renováveis	20
Distribuição de electricidade	10 a 40
Outro equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

#### *Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis*

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

#### *Subsídios governamentais*

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam o Grupo pela aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

#### *Activos fixos tangíveis afectos às concessões da EDP Distribuição e subsídios ao investimento*

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não implica a alienação dos patrimónios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os immobilizados entregues pelos Municípios para efeitos da concessão são evidenciados como activos fixos tangíveis, em contrapartida de um passivo de médio e longo prazo registado na rubrica de Credores e outros passivos (Conta de Regularização do DL 344-B/82), Nota 37.

Os activos fixos tangíveis afectos às concessões estão registados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. A amortização destes activos é calculada na mesma base e com as mesmas taxas de amortização utilizadas para os activos fixos tangíveis propriedade do Grupo, utilizando o método das quotas constantes. O custo desta amortização (Nota 12) é compensado na rubrica de amortizações, pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e a reparação destes activos tangíveis é da responsabilidade do Grupo EDP durante o período de vigência do contrato de concessão. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Os activos adquiridos através de subsídios ao investimento e relativos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão seguem o mesmo tratamento contabilístico.

## **II) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### *Aquisição e desenvolvimento de Software*

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

#### *Direitos de concessão na distribuição de electricidade e gás*

Os direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil relativos aos investimentos na Bandeirante e Escelsa e os direitos de concessão relativos à distribuição de gás, nomeadamente da Portgás e Setgás, são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, não excedendo os 30 anos.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### *Direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico*

Os direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, o qual actualmente não ultrapassa os 45 anos. O Grupo EDP regista como direitos de concessão as compensações financeiras pagas pelo usufruto dos bens públicos, sempre que estes ocorrem e nas suas diferentes subsidiárias.

### *Propriedade industrial e outros direitos*

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

## **j) Locações**

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### *Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

### *Locações financeiras*

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### *Determinação se um Acordo contém uma Locação*

Na sequência da emissão pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), da interpretação IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, aplicável com referência a 1 de Janeiro de 2006, os acordos existentes, que compreendem transacções que embora não assumam a forma de uma locação transmitem o direito de uso de um activo em retorno de um pagamento, sempre que em substância cumprem com os requisitos definidos pela referida interpretação foram registados como locações.

## **k) Propriedades de Investimento**

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

## **l) Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

As licenças de CO2 devidas pelo Grupo com o objectivo de serem negociadas em mercado são registadas como inventário e são valorizadas ao preço de mercado no final de cada exercício por contrapartida de resultados.

## **m) Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## **n) Benefícios aos empregados**

### **Pensões**

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

### *Planos de benefícios definidos*

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios e segregados dos patrimónios dos patrocinadores. A Escelsa dispõe de um plano de benefícios definidos que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, o Grupo optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Os activos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

#### *Planos de contribuição definida*

Em Portugal, Espanha e no Brasil, as empresas EDP Estudos e Consultoria, HC Energia, NEO e Bandeirante dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

#### **Outros benefícios**

##### *Planos de cuidados médicos e outros*

Em Portugal e no Brasil (Escelsa) algumas empresas do Grupo EDP concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

##### *Remunerações variáveis aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração Executivo. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

#### **o) Provisões**

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

##### *Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores*

O Grupo constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

#### **p) Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efectuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

#### **q) Resultados financeiros**

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos activos financeiros disponíveis para venda.

### r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 74 da IAS 12, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

### s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos accionistas da EDP, S.A. pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo e pela EDP, S.A. respectivamente.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

### t) Programa de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções da EDP, S.A. O preço de exercício das opções é calculado com base no preço de mercado das acções na data de atribuição do benefício.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição ("grant date"), é reconhecido nos resultados por contrapartida de capitais próprios, durante o período em que o colaborador adquire o direito de exercer ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo efectuará a aquisição das acções no mercado para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

### u) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### w) Relato por segmentos

O Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de Gestão produzida internamente.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.



#### **x) Desvios tarifários**

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pelas empresas reguladas (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade que cada uma das entidades, devendo a ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

#### **y) Licenças de CO<sub>2</sub> e emissão de gases de estufa**

O Grupo detém licenças de emissão de CO<sub>2</sub> para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional e licenças que foram adquiridas para negociação. As licenças de CO<sub>2</sub> e de emissão de gases de estufa detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos Diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação do mercado na data de referência da sua atribuição. A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base na cotação do mercado Powernext na data de referência da sua atribuição, normalmente, no início do exercício.

A amortização dos subsídios é efectuada no exercício em que são atribuídos. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de CO<sub>2</sub> atribuídas gratuitamente, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de referência das demonstrações financeiras.

As licenças detidas pelo Grupo para negociação são registadas como existências ao custo de aquisição o qual é posteriormente ajustado para o respectivo justo valor, correspondente à cotação do mercado Powernext no último dia útil de cada mês. Os ganhos e perdas resultantes destes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

#### **z) Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

### **3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

Os IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **Compensação do Equilíbrio Contratual - CMEC**

Na sequência da decisão do Governo Português da extinção do Contrato de Aquisição de Energia (CAE) a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim do CAE com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007.

Na sequência da extinção dos CAE e de acordo com a legislação em vigor, foi determinada a atribuição, ao Grupo EDP de uma compensação de equilíbrio contratual (CMEC). O mecanismo de atribuição do CMEC compreende três tipos de compensações: a compensação inicial, a compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade e uma compensação final.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

A compensação inicial foi reconhecida no momento da cessação dos CAE que ascende a 833.467 milhares de Euros, constitui um activo a receber registado pelo seu valor actualizado líquido, tendo por contrapartida o registo de um proveito diferido. Em cada exercício a parcela da compensação inicial é reconhecida como um proveito operacional por contrapartida do proveito diferido inicial. Nos termos da legislação esta parcela é possível de securitização.

A compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade corresponde à correcção face à realidade da estimativa da compensação inicial de cada exercício, sendo registada como um custo ou um proveito no exercício a que se refere.

A compensação final será calculada nos termos definidos pela legislação relativa à cessação dos CAE, após o término do período de revisibilidade (10 anos). Os juros resultantes da taxa de desconto utilizada são registados no período a que respeitam, com base na taxa implícita respectiva, por contrapartida de proveitos em cada período.

### Compensação do Equilíbrio Contratual - Revisibilidade

O mecanismo de revisibilidade, consiste em acertar numa base anual e pelo período de 10 anos após a resolução dos CAE, os desvios, positivos ou negativos, verificados entre as estimativas efectuadas para o cálculo do CMEC inicial de um período e os valores reais efectivamente ocorridos no mercado nesse período. Este mecanismo dá origem a uma compensação decorrente do acerto de estimativa que se designa por CMEC Revisibilidade. Em cada período, o Grupo EDP efectua o cálculo do CMEC Revisibilidade considerando os preços de mercado verificados e as quantidades reais vendidas, utilizando os pressupostos definidos no modelo Valorágua, conforme definido na legislação em vigor. Consequentemente, a utilização de metodologias ou pressupostos diferentes dos do modelo utilizado, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

### Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

Em 2006 e na sequência da confirmação pelo Governo Português da extinção dos CAE, a EDP procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção eléctrica e consequentemente, à alteração da política de amortizações. A redefinição da vida útil das centrais térmicas e hídricas afectas aos CAE, teve por base uma análise dos equipamentos associados e as limitações impostas pela legislação, nomeadamente no que respeita à necessidade de realização de investimentos adicionais de carácter ambiental. Esta análise considerou pressupostos que requerem julgamentos e estimativas para a determinação das vidas úteis dos activos considerados.

### Desvios tarifários

Os desvios tarifários representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema Eléctrico apurados no final de cada período. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

Considerando a legislação actualmente em vigor que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos desvios tarifários, o Grupo EDP registou nos resultados do exercício na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida das rubricas Outros devedores/Outros credores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica, os desvios tarifários.

### Défi ce tarifário

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito incondicional à recuperação do défi ce tarifário relativo aos exercícios de 2006 e 2007, por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défi ce tarifário. No exercício de 2008 o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada do défi ce tarifário registado em 2007. No exercício de 2009 foram transmitidos os défi ces tarifários de 2008 e parte remanescente de 2007, assim como do ajustamento tarifário não regular relativo ao sobrecusto estimado da produção em regime especial para o ano 2009.

Em Espanha, em Dezembro de 2006, foi publicado o Decreto Real 1634/2006, que estabelece a tarifa de electricidade para o período com início em 1 de Janeiro de 2007. Este Decreto Real definiu a forma de recuperação do défi ce de 2006, estabelecendo adicionalmente que, com carácter trimestral e a partir de 1 de Julho de 2007, o Governo, mediante Decreto Real, efectuará modificações às tarifas de venda de energia eléctrica a aplicar pelas empresas distribuidoras. A Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que revê as tarifas eléctricas a partir de 1 de Outubro de 2007 veio cumprir com o estabelecido no Decreto Real 1634/2006. Em 29 de Dezembro de 2007 foi publicada a Ordem ITC/3860/2007, de 28 de Dezembro, a qual reviu as tarifas eléctricas a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Foi publicado em 7 de Maio de 2009 o Real Decreto Ley 6/2009 que estabelece entre outras matérias, (i) a possibilidade de se proceder à securitização do défi ce tarifário espanhol suportado pelas empresas do sector eléctrico, recorrendo a aval do Estado; (ii) o calendário de eliminação do défi ce tarifário para que em 1 de Janeiro de 2013 as tarifas de acesso sejam suficientes para cobrir os custos das actividades reguladas, sem criação de défi ce tarifário ex-ante e, de forma a que esta eliminação seja gradual, os custos actualmente integrados na tarifa eléctrica passem a ser suportados pelo Orçamento de Estado Espanhol; (iii) a revogação, a partir de 1 de Julho de 2009, do Real Decreto Ley 11/2007, que estabelecia a obrigação de devolução dos proveitos adicionais gerados pela repercussão dos custos do CO2 nos preços de mercado, cuja vigência se estendia até 2012; (iv) a criação de um subsídio social que constitui numa tarifa reduzida para os consumidores de baixo rendimento e (v) a assunção pelas empresas eléctricas dos custos de gestão e tratamento de resíduos radioactivos das centrais nucleares e dos combustíveis gastos.

Com base na legislação referida a EDP considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos défi ces tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do exercício.

### Imparidade dos activos de longo prazo e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O Grupo revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro - económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

### Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela EDP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação credífcia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### **Reconhecimentos de proveitos/rédito**

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram factores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da actividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, conseqüentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

#### **Impostos sobre os lucros**

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP, S.A., e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EDP e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### **Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores**

A EDP considera existirem obrigações legais ou contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais ou contratuais existentes para fazer face ao valor presente das respectivas despesas estimadas com a reposição dos respectivos locais e dos terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das respectivas responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

### **4. Políticas de gestão do risco financeiro**

#### **Gestão do risco financeiro**

As actividades do Grupo EDP expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo EDP a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros da EDP, S.A., EDP Finance, B.V. e de outras entidades do Grupo EDP, é efectuada centralmente pela Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Gestão Financeira identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração Executivo mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração Executivo que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Ao nível das subsidiárias do Brasil, a responsabilidade de gestão dos riscos de mercado inerentes à variação das taxas de juro e das taxas de câmbio é do Gabinete de Gestão de Risco local, o qual efectua esta gestão de acordo com os princípios definidos pelo Grupo EDP para esta área geográfica.

#### **Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A. é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, conseqüentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

O Grupo EDP opera internacionalmente encontrando-se exposto a risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD), Libra da Grã Bretanha (GBP), Ienes do Japão (JPY) e Real Brasileiro (BRL). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta essencialmente da aquisição da Horizon em Julho de 2007 e dos investimentos efectuados em parques eólicos nos EUA desde então. Para financiar a aquisição e investimento subsequente desta subsidiária, a EDP contratou financiamentos em USD, os quais permitem mitigar o risco cambial em USD associado aos activos líquidos da Horizon. As obrigações emitidas pela EDP Finance, B.V. em GBP e JPY, ao abrigo do programa "Medium Term Notes", foram desde a data da emissão cobertas no que respeita ao risco cambial e de taxa de juro. A restante dívida contraída pelo Grupo EDP, exceptuando a dívida contraída pelas subsidiárias brasileiras, encontra-se integralmente denominada em Euros.

As subsidiárias brasileiras expostas à flutuação cambial USD/BRL, através de endividamento em USD, utilizam instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura deste risco. Adicionalmente, os investimentos do Grupo nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos são denominados em BRL e portanto expõem o Grupo ao risco de conversão cambial para o Euro, são acompanhados no que respeita à evolução do câmbio BRL/EUR. Dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos nas subsidiárias brasileiras, o Grupo decidiu não utilizar instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial associado ao valor dos investimentos líquidos nestas subsidiárias.

A política seguida pelo Grupo EDP consiste em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos activos ou passivos cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

No que respeita aos instrumentos financeiros que resultam numa exposição ao risco cambial, uma alteração de 10% no câmbio do Euro face às seguintes moedas, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e / ou capitais próprios do Grupo EDP, nos seguintes montantes:

		31 Dezembro de 2009			
		Resultados Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD		24.114	-29.473	-23.087	28.218
BRL		-	-	-	-
PLN		-	-	7.984	-9.759
		<u>24.114</u>	<u>-29.473</u>	<u>-15.103</u>	<u>18.459</u>

		31 Dezembro de 2008			
		Resultados Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD		-31.140	38.060	-	-
BRL		-	-	-	-
		<u>-31.140</u>	<u>38.060</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

### Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados ("swaps").

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo EDP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa. As dívidas de longo prazo contraídas a taxas fixas são, sempre que se justifique, convertidas para taxas variáveis através de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com o intuito de reduzir os encargos financeiros e de os ajustar às condições do mercado. A estas operações são, sempre que se considere adequado, adicionadas operações estruturadas de opções de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro cujos vencimentos variam entre 1 e 15 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

### Análise de sensibilidade - Taxas de juro (excluindo actividade no Brasil)

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo, com excepção do Brasil, é efectuada centralmente ao nível da Direcção Financeira do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados ("swaps" e estruturas opções) de forma a mitigar este risco. Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo, com excepção do Brasil e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio e nos resultados do Grupo EDP nos seguintes montantes:

		Dez 2009			
		Resultado Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		100 pb acrécimo	100 pb redução	100 pb acrécimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":					
	Dívida coberta	-17.277	17.277	-	-
	Dívida não coberta	-64.135	64.135	-	-
Efeito justo valor:					
	Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	18.997	-20.956
	Derivados de negociação (óptica contabilística)	-15.142	12.191	-	-
		<u>-96.554</u>	<u>93.603</u>	<u>18.997</u>	<u>-20.956</u>

		Dez 2008			
		Resultado Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		100 pb acrécimo	100 pb redução	100 pb acrécimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":					
	Dívida coberta	-24.777	24.777	-	-
	Dívida não coberta	-71.532	71.532	-	-
Efeito justo valor:					
	Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	20.502	-22.461
	Derivados de negociação (óptica contabilística)	-1.778	1.938	-	-
		<u>-98.087</u>	<u>98.247</u>	<u>20.502</u>	<u>-22.461</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

### Gestão do risco de crédito de contraparte

A política do Grupo EDP, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito, não se atribuindo um risco significativo de incumprimento da contraparte e não sendo exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo EDP tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements", flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No que respeita às dívidas de terceiros resultantes da actividade corrente do Grupo EDP, o risco de crédito resulta essencialmente da obrigatoriedade legal da continuidade de fornecimento de electricidade de baixa tensão com atrasos usuais no pagamento. O elevado número de clientes e a sua diversidade em termos de sector de actividade, assim como o grande volume de clientes residenciais, são factores que mitigam o risco de concentração de crédito em contrapartes.

### Gestão do risco de liquidez

O Grupo EDP efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais e internacionais, que permitem acesso imediato a fundos. Estas linhas são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial nacional e internacional, que permitem diversificar as fontes de financiamento de curto prazo do Grupo EDP (ver nota 34).

### Gestão dos riscos nos mercados de energia

No âmbito da sua actuação no mercado Ibérico de electricidade não regulado, a EDP compra combustíveis para transformação em energia eléctrica e vende electricidade resultante do despacho dos centros produtores tanto em mercados organizados (OMEL e OMIP) como a terceiros. O Grupo encontra-se exposto aos riscos do mercado de energia, nomeadamente no que se refere à actividade desenvolvida no sector não regulado. Para um conjunto de centros produtores de electricidade que, apesar de operarem em mercado, têm o seu regime de remuneração regulado pela legislação dos CMEC, a variabilidade da margem de exploração é determinada, essencialmente, pela diferença entre os preços realizados em mercado e os índices de referência definidos nestes contratos.

Em resultado desta actividade de gestão de energia, existe uma carteira de operações relativas a energia eléctrica, emissões de CO<sub>2</sub> e combustíveis (carvão, fuel e gás). A gestão desta carteira é efectuada com recurso à contratação de operações, financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objectivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente das posições geridas e, acessoriamente, aproveitar oportunidades de arbitragem ou "positioning" dentro dos limites de negociação aprovados pelo Conselho de Administração Executivo. Os instrumentos financeiros negociados, incluem "swaps" (electricidade, brent e carvão) e "forwards" para fixação de preços.

A actividade de gestão de energia está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza (ou risco) comuns. Destes riscos, destacam-se os relacionados com a evolução dos preços dos mercados (electricidade e combustíveis) e com a variabilidade dos volumes de produção hídrica (risco de preço e volume), assim como o risco de crédito das contrapartes.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada por modelos específicos que valorizam as posições de forma a avaliar a perda máxima que se pode incorrer com uma dada probabilidade e num determinado horizonte de tempo.

A gestão dos riscos é realizada de acordo com as estratégias definidas pelo Conselho de Administração Executivo, que são objecto de revisão periódica em função da evolução da actividade e que têm como finalidade alterar o perfil das posições de forma a adequá-las aos objectivos de gestão estabelecidos.

O acompanhamento dos riscos é efectuada através de um conjunto alargado de acções que envolvem a monitorização diária dos diferentes indicadores de risco, das operações caracterizadas nos sistemas e dos limites prudenciais atribuídos por área de gestão e componentes de risco, e também de exercícios regulares de "backtesting" e da validação complementar dos modelos e dos pressupostos utilizados. Este acompanhamento permite, não só assegurar a efectividade da implementação das estratégias seguidas, como também proporcionar elementos que possibilitam a tomada de iniciativas para, caso seja necessário, proceder à sua correcção.

Como principal indicador para medir os riscos de preço e volume utiliza-se a margem em risco (P@R), que estima o impacto da variação dos diferentes factores de risco (preço da electricidade e hidraulicidade) na margem do próximo ano, correspondendo o P@R à diferença entre a margem esperada e um cenário pessimista com uma probabilidade de ocorrência de 5% (intervalo de confiança de 95%), tendo em conta um horizonte temporal de 1 ano. De referir que se consideram tanto os volumes certos como os que apesar de incertos, são expectáveis, designadamente, a produção das centrais e os correspondentes consumos de combustíveis.

Factor de risco:	Distribuição do P@R por factor de risco	
	Dez 2009	Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Negociação	4.000	4.000
Combustível	32.000	106.000
CO2	33.000	5.000
Electricidade	44.000	32.000
Hidraulicidade	17.000	17.000
Efeito de Diversificação	-93.000	-133.000
<b>Total</b>	<b>37.000</b>	<b>31.000</b>

Relativamente ao risco de crédito, a quantificação da exposição considera o montante e tipo de transacção (p. ex. "swap" ou compra a prazo), a notação de risco da contraparte que depende da probabilidade de incumprimento, e o valor esperado do crédito a recuperar, que varia em função das garantias recebidas ou da existência de acordos de "netting". A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição do Grupo EDP por notação de risco de crédito é analisada como se segue:

Notação de risco de crédito (S&P):	2009	2008
	AAA a AA-	48,48%
A+ a A-	47,66%	70,40%
BBB+ a BBB-	0,92%	0,40%
BB+ a B-	2,25%	0,90%
Sem "rating" atribuído	0,69%	6,90%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### Brasil - Gestão do risco de taxa de juro e taxa de câmbio

A principal ferramenta de monitorização e controlo do risco de mercado nas subsidiárias do Brasil é o Value at Risk (VaR).



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

O VaR é a perda máxima expectável no portfolio de operações, num período de tempo específico, resultante de um movimento de mercado adverso que tem um determinado intervalo de confiança. O modelo de VaR utilizado é baseado num intervalo de confiança de 95% e assume um período de tempo de 10 dias para liquidação das posições, sendo baseado essencialmente em dados históricos. Tendo em consideração os dados de mercado dos últimos 2 anos e observações de relações entre diferentes preços e mercados, o modelo gera um conjunto de cenários para movimentos nos preços de mercado.

A metodologia VaR, utilizada no Brasil, considera um conjunto de análises ("stress tests") com o objectivo de monitorizar o impacto financeiro em diferentes cenários de mercado.

O sumário do VaR na actividade das subsidiárias no Brasil com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	VaR	
	2009 Euro'000	2008 Euro'000
Risco de taxa de câmbio	809	3.051
Risco da taxa de juro	3.619	9.450
Covariação	-1.098	-2.697
Total	3.330	9.804

### 5. Perímetro de consolidação

Durante o exercício de 2009, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP:

#### Empresas adquiridas:

- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 100% do capital social das empresas Mardelle, SARL e Vallée du Moulin, SARL e 49% do capital social da Quinze Mines, SARL;
- A Neo Catalunya, S.L. adquiriu 100% do capital social das empresas Parc Eólic Coll de la Garganta, SL e Bon Vent de L'Ebre, SL e Serra Voltorera, SL;
- A Energias do Brasil adquiriu 100% do capital social da CENAEEL, através das suas subsidiárias EDP Renováveis Brasil (55%) e Enernova Brasil, S.A (45%);
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 100% do capital social da Elektrownia Wiatrowa Kresy I, S.P. através da sua subsidiária Neolica Polska S.P. z.o.o.;
- A EDP Energias do Brasil adquiriu, através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil, S.A., 100% do capital social da Elebrás Projetos, Ltda.;
- A EDP, S.A. Adquiriu 52% do capital social da CEO - Companhia Energia Oceânica, S.A., através da sua subsidiária EDP Inovação, S.A.;
- A Neo Catalunya, S.L. e a Desarrollos Catalanes, subsidiárias da Nuevas Energías de Occidente, S.L., adquiriram 60,63% do capital social da Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.;
- A Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A., subsidiária da Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 38,96% do capital social da Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.;
- A Naturgas Energía adquiriu à Gas Natural, 90,41% do capital social da Gas Natural Cantabria SDG, S.A., 99,98% da Gas Natural Murcia SDG, S.A., 100% da GEM Suministro Gas 1, SL, 100% da GEM Suministro Sur 1 SL e 100% da GEM Servicios Comunes, S.L.

#### Empresas alienadas e liquidadas:

- A Generaciones Especiales I, S.L. alienou a sua participação de 50% na Ibersol E. Solar Ibérica, S.A. (ver nota 13);
- A Hidrocontábrico Explotación de Centrales alienou a sua participação de 100% na Ambitec Laboratorio Medioambiental, S.A. (ver nota 13);
- A EDP Imobiliária procedeu em Maio de 2009 à dissolução e liquidação da U-Call - Atendimento a Clientes e Telemarketing, S.A.;
- A EDP Valor, S.A. em Abril de 2009 procedeu à dissolução e liquidação da MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.;
- Durante o primeiro semestre de 2009 a Empresa Editorial Electrotécnica EDEL, Lda. foi dissolvida e liquidada;
- A EDP, S.A. procedeu em Agosto de 2009 à dissolução e liquidação da EDALPRO - Imobiliária, Lda;
- A Hidrocontábrico Explotación de Centrales alienou a sua participação de 50% na Cogeneration La Espina, S.L. (ver nota 13);
- A Generaciones Especiales I, S.L., procedeu à dissolução e liquidação das subsidiárias Eólica Mare Nostrum S.A. e Horta Medioambiente, S.A.;
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L., procedeu à dissolução das subsidiárias Hollywell Investments Limited, SARL e Ridgeside Investments Limited, SARL;
- A Horizon Wind Energy LLC, procedeu à dissolução da subsidiária Chocolate Bayou Windpower I, LP;
- A Hidrocontábrico Explotación de Centrales alienou a sua participação de 50% na Proenercam (ver nota 13).

#### Empresas fusionadas:

As seguintes empresas foram fusionadas na Neogália, S.A.S.:

- C.E. Ayssenes-Le Truel, S.A.S.;
- C.E. Beaufeuil, S.A.S.;
- C.E. Bourbriac, S.A.S.;
- C.E. Calanhel Lohuec, S.A.S.;
- Eole Service, S.A.R.L.;
- Eole 76 Developpement, S.A.R.L.;
- Le Gollot, SAS;
- Keranfouler, SAS;
- Parc Eolien Les Bles D'Or, S.A.R.L.;
- C.E. Les Vieilles, SAS;
- Eole Futur Montloue 1, SAS;
- Pieces de Vigne, S.A.R.L.;
- CE Pont d'Yeu, SAS;
- C.E. NEO Prouville, S.A.S.
- Recherches et Dével. Éoliennes, S.A.R.L.
- C.E. Saint Alban-Henansal, S.A.S.;
- Saint Jacques, S.A.R.L.

As seguintes empresas foram fusionadas na Neolica Polska:

- Zulawy Wind Park II, Sp.z.o.o. ;
- Kip Wind Park II, Sp. z.o.o.;
- Relax Wind Park V, Sp. z.o.o.;
- Relax Wind Park VI, Sp. z.o.o.;
- Chodow Wind Park, Sp. z.o.o.;
- Sk Wind Park, Sp. z.o.o.;
- Kip Wind Park I, Sp. z.o.o.;
- Sokolowo Wind Park, Sp. z.o.o.

As seguintes empresas foram fusionadas na Pebble Hydro:

- PH Energia, S.G.P.S., S.A.;
- Hidrotuela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A.;
- Hidrocorgo - Hidroeléctrica do Corgo, S.A.

- A empresa EDP-Powerline Infraestruturas de Comunicação, S.A. foi fusionada na EDP Inovação, S.A.;
- A empresa Septentrional de Gás, S.A. foi fusionada na Naturgas Energía Transporte, S.A.U.;
- A empresa Levante - Energia Eólica, Unipessoal, Lda foi fusionada na Enernova - Novas Energias, S.A.;
- As empresas EDP Lajeado Energia, S.A. e Tocantins Energia foram fusionadas na Lajeado Energia, S.A.

**Empresas constituídas:**

- Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.;
- Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.;
- Eólica Garcimuñoz, S.L.;
- CIDE HC Energía, S.A.;
- HC Energía Último Recurso, S.A.;
- FISIGEN - Empresa de Cogeração, S.A.;
- Horizon Wind Energy Northwest IV LLC \*;
- Horizon Wind Ventures VI, LLC;
- Horizon Wyoming Transmission LLC \*;
- Meadow Lake Windfarm III LLC \*;
- Meadow Lake Windfarm IV LLC \*;
- Meadow Lake Wind Farm V, LLC;
- Black Prairie Wind Farm II LLC\*;
- Black Prairie Wind Farm III LLC\*;
- Tudela Cogeneración;
- Evrecy Participações, Lda;
- InovGrid, A.C.E.;
- Agrupación Eólica Francia, S.L.;
- EDP Ásia - Soluções Energéticas, Lda;
- 2009 Vento IV, LLC;
- 2009 Vento V, LLC;
- 2009 Vento VI, LLC;
- Blue Canyon Wind Power VII, LLC;
- Lexington Chenoa Wind Farm II, LLC;
- Lexington Chenoa Wind Farm III, LLC;
- Horizon Wind Ventures II, LLC;
- Paulding Wind Farm, LLC\*;
- Paulding Wind Farm II, LLC\*;
- Paulding Wind Farm III, LLC\*;
- Simpson Ridge Wind Farm II, LLC\*;
- Simpson Ridge Wind Farm III, LLC\*;
- Simpson Ridge Wind Farm IV, LLC\*;
- Simpson Ridge Wind Farm V, LLC\*;
- Athena-Weston Wind Power Project II, LLC;
- EDPR UK Limited;
- Moray Offshore Renewables Limited;
- Ciclo Combinado Soto 5 S.L.;
- Terra Verde Bioenergia Participações S.A.;
- Windplus, S.A.

\* O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis e da sua subsidiária Horizon, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2009 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

**Outras alterações:**

- Redução da participação no capital social da Central Térmica Ciclo Combinado Soto 4 de 100% para 75% por diluição, decorrente de um aumento de capital não subscrito integralmente pela Electrica Ribera del Ebro, S.A. (ver nota 13);
- A EDP Gestão da Produção, S.A. adquiriu os restantes 40% do capital social da O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.;
- A Genesa I S.L. adquiriu os restantes 10% do capital social da Hidroeléctrica Fuentesmosa, S.L.;
- A Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U. adquiriu 3,33% do capital social da Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.;
- A Neolica Polska adquiriu 3,14% do capital social da Relax Wind Park I SP z.o.o.;
- A Sinae Inversiones Eólicas S.A. adquiriu 18% do capital social do Parque Eólico del Voltoya, S.A.;
- A EDP — Energias do Brasil, S.A. procedeu à venda de acções próprias correspondentes a 9,76% do seu capital social (ver nota 13);
- A Naturgas Participaciones S.A.U alienou a sua participação de 50% na Millenium Energy S.L. à Hidroantábrico Cogeneraciones, S.L.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 estão listadas na nota 52.

**6. Volume de negócios**

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Vendas por sector de actividade:</b>				
Electricidade	10.934.141	12.369.499	1.532.557	2.263.447
Gás	944.482	1.226.852	-	-
Vapor e cinzas	10.371	10.182	-	-
Outros	114.610	126.282	129.196	-
	<b>12.003.604</b>	<b>13.732.815</b>	<b>1.661.753</b>	<b>2.263.447</b>
<b>Prestação de serviços por actividade:</b>				
Associados a vendas de electricidade	87.899	35.393	33.847	9.097
Gás	37.011	51.850	-	-
Contrato de disponibilidade energética	2.445	2.730	-	-
Consultadoria e serviços de gestão	7.274	5.797	59.774	49.935
Outros	59.950	65.478	190	47
	<b>194.579</b>	<b>161.248</b>	<b>93.811</b>	<b>59.079</b>
	<b>12.198.183</b>	<b>13.894.063</b>	<b>1.755.564</b>	<b>2.322.526</b>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Total de Volume de negócios:</b>				
Electricidade	11.022.040	12.404.892	1.566.404	2.272.544
Gás	981.493	1.278.702	-	-
Vapor e cinzas	10.371	10.182	-	-
Contrato de disponibilidade energética	2.445	2.730	-	-
Consultadoria e serviços de gestão	7.274	5.797	59.774	49.935
Outros	174.560	191.760	129.386	47
	<b>12.198.183</b>	<b>13.894.063</b>	<b>1.755.564</b>	<b>2.322.526</b>

Em 2009, a rubrica "Electricidade" em Portugal inclui em base consolidada um custo no montante líquido de 361.080 milhares de Euros (proveito em Dezembro de 2008: 1.063.367 milhares de Euros) relativo aos desvios tarifários do ano, conforme referido na política contabilística 2 x).

Adicionalmente, a rubrica de "Electricidade", inclui em base consolidada o montante de 535.543 milhares de Euros (300.422 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2008) relativo às compensações de equilíbrio contratual (CMEC) resultantes da extinção dos contratos de aquisição de energia (CAE). Este montante inclui 140.052 milhares de Euros (138.716 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2008) relativos ao CMEC inicial do período e 395.491 milhares de Euros (161.706 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2008) resultantes do mecanismo de revisibilidade, conforme estabelecido pela legislação em vigor em Portugal.

O Volume de negócios, por mercados geográficos, para o Grupo, é analisado como segue:

	Dez 2009				
	Portugal	Espanha e out. países europeus	Brasil	EUA	Grupo
Electricidade	6.923.086	2.247.272	1.655.415	196.267	11.022.040
Gás	126.387	855.106	-	-	981.493
Vapor e cinzas	10.371	-	-	-	10.371
Contrato de disponibilidade energética	2.445	-	-	-	2.445
Consultadoria e Serviços de gestão	6.617	657	-	-	7.274
Outros	112.122	27.178	26.879	8.381	174.560
	<b>7.181.028</b>	<b>3.130.213</b>	<b>1.682.294</b>	<b>204.648</b>	<b>12.198.183</b>
	Dez 2008				
	Portugal	Espanha e out. países europeus	Brasil	EUA	Grupo
Electricidade	8.673.117	1.779.387	1.820.575	131.813	12.404.892
Gás	118.742	1.159.960	-	-	1.278.702
Vapor e cinzas	10.182	-	-	-	10.182
Contrato de disponibilidade energética	2.730	-	-	-	2.730
Consultadoria e Serviços de gestão	5.797	-	-	-	5.797
Outros	75.798	91.629	24.333	-	191.760
	<b>8.886.366</b>	<b>3.030.976</b>	<b>1.844.908</b>	<b>131.813</b>	<b>13.894.063</b>

O detalhe do volume de negócios por segmentos é apresentado no Relato financeiro por Segmentos (ver nota 51).

As rubricas de Custos com aquisição de electricidade e Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Custos com aquisição de electricidade</b>	5.340.458	6.627.273	1.192.863	1.830.374
<b>Custos com aquisição de gás</b>	641.183	823.200	-	-
<b>Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:</b>				
Combustíveis, vapor e cinzas	454.965	572.611	3.411	-
Gás	495.745	850.264	214.521	405.434
Custo das mercadorias	134.529	538.141	-	-
Licenças de emissão de CO <sub>2</sub>				
Consumos	338.399	354.310	142.752	-5.083
Subsídios	-233.429	-294.683	-	-
Outros custos	124.224	158.717	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-203.204	-632.955	-	-
	<b>1.111.229</b>	<b>1.546.405</b>	<b>360.684</b>	<b>400.351</b>
	<b>7.092.870</b>	<b>8.996.878</b>	<b>1.553.547</b>	<b>2.230.725</b>

A rubrica de "Custos com a aquisição de electricidade", nas contas individuais inclui custos no valor de 699.737 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 928.201 milhares de Euros) com a aquisição de energia no âmbito do contrato de gestão, compra e revenda de energia existente entre a EDP, S.A. e a EDP Gestão da Produção de Energia, S.A.



## 7. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Proveitos suplementares	25.181	23.392	325	1.174
Subsídios à exploração	882	1.404	-	-
Ganhos em imobilizações	3.297	19.538	781	1.596
Redução de ajustamentos:				
- Cobranças duvidosas	20.700	17.323	-	20
- Devedores e outros activos	831	656	-	328
Trabalhos para a própria empresa	4.198	6.980	-	-
Valores em excesso de participações de clientes	8.201	9.179	-	-
Prémios de Seguros - Energia RE	11.302	9.267	-	-
Proveitos relativos a investidores institucionais - Horizon	82.671	61.238	-	-
Licenças de CO <sub>2</sub> (RDL 06/2006) - Grupo HC	-	13.024	-	-
Amortização do justo valor dos contratos de venda de energia - Horizon	17.654	18.272	-	-
Indemnização por indisponibilidade das turbinas - Horizon	12.692	2.390	-	-
Outros proveitos de exploração	37.181	46.010	7.347	17.646
	<b>224.790</b>	<b>228.673</b>	<b>8.453</b>	<b>20.764</b>

A rubrica proveitos relativos a investidores institucionais — Horizon, corresponde a retornos derivados de benefícios fiscais à produção e ao investimento (PTC/ITC) e às amortizações fiscais, relativamente aos projectos Vento I, II, III, IV e V, nos parques eólicos nos EUA.

O montante registado na rubrica Licenças de CO<sub>2</sub> (RDL 06/2006) — Grupo HC em 2008 inclui o proveito resultante da interpretação efectuada pelas autoridades regulatórias de Espanha sobre a forma da aplicação do Real Decreto Lei 06/2006 à actividade da HC Energia.

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a Horizon e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados, em aproximadamente 190.400 milhares de dólares americanos e registados como um passivo não corrente (nota 37). No entanto, este passivo deve ser amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos de exploração. A amortização do exercício de 2009 foi de 17.654 milhares de Euros (a 31 de Dezembro de 2008: 18.272 milhares de Euros).

As indemnizações por indisponibilidade das turbinas - Horizon, referem-se a uma compensação recebida e prevista nos contratos com os fornecedores responsáveis pelo fornecimento e manutenção das turbinas eólicas, quando a capacidade média das turbinas em actividade é inferior a 93% nos primeiros seis meses e/ou inferior a 97% em qualquer período subsequente de seis meses, durante o período de garantia.

## 8. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Subcontratos</b>	3.753	6.894	-	-
<b>Fornecimentos e serviços :</b>				
Água, electricidade e combustíveis	11.386	13.538	928	852
Utensílios e material de escritório	6.597	6.330	273	270
Rendas e alugueres	92.759	91.583	9.804	8.715
Comunicações	40.156	38.619	1.584	1.436
Seguros	34.174	29.060	845	1.105
Transportes, deslocações e estadias	25.031	24.430	1.393	1.909
Comissões e honorários	4.205	4.479	105	670
Conservação e reparação	241.202	217.684	2.739	4.500
Publicidade e propaganda	27.403	24.501	6.640	10.291
Vigilância e Segurança	10.304	10.472	456	515
Trabalhos especializados:				
- Actividade Comercial	92.275	88.525	-	-
- Serviços de Informática	41.013	40.587	1.913	1.170
- Serviços Jurídicos	18.420	13.817	2.330	1.231
- Serviços de Consultoria	25.001	42.759	4.354	16.065
- Outros Serviços	63.397	48.037	25.998	23.820
Cedência de Pessoal	-	-	34.175	28.279
Outros fornecimentos e serviços	31.126	34.453	5.633	6.519
	<b>768.202</b>	<b>735.768</b>	<b>99.170</b>	<b>107.347</b>

## 9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	12.298	16.127	5.281	5.656
Remuneração dos colaboradores	441.098	452.111	405	273
Encargos sobre remunerações	112.501	111.286	227	216
Custos com indemnizações	8.632	6.462	-	-
Prémios de desempenho	74.725	77.973	9.102	3.285
Planos de remuneração com base em acções	2.062	1.801	-	-
Outros custos	21.142	24.703	1.247	573
Trabalhos para a própria empresa	-132.422	-116.789	-	-
	<b>540.036</b>	<b>573.674</b>	<b>16.262</b>	<b>10.003</b>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2008
Orgãos sociais	87	79	29	24
Directores / Chefias superiores	436	431	-	-
Quadros superiores	2.050	1.945	-	-
Quadros médios	803	756	-	-
Chefias intermédias	830	836	-	-
Profissionais altamente qualificados e qualificados	5.976	6.145	1	1
Profissionais semi-qualificados	1.837	1.898	-	-
Contratados a prazo	77	155	-	-
	<b>12.096</b>	<b>12.245</b>	<b>30</b>	<b>25</b>

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Custos com plano de pensões	73.751	62.246	75	-
Custos com plano médico e outros benefícios	43.801	48.791	122	-
Custos com racionalização de recursos humanos	39.872	49.203	-	-
Outros	929	960	-	177
	<b>158.353</b>	<b>161.200</b>	<b>197</b>	<b>177</b>

Os custos com planos de pensões incluem 62.274 milhares de Euros (41.771 milhares de Euros em 2008) relativos a planos de benefícios definidos (ver nota 35) e 11.477 milhares de Euros (20.475 milhares de Euros em 2008) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, incluem 49.955 milhares de Euros relativos à dotação do exercício, líquidos das reduções do exercício. Os custos com racionalização de recursos humanos decorrem do projecto de reestruturação da estrutura hierárquica da EDP Brasil, que modificou a estrutura de cinco níveis de hierarquia para três, representando um custo total de 5.379 milhares de Euros. Este plano de reestruturação abrangeu 46 trabalhadores. Esta rubrica inclui ainda o montante de 34.493 milhares de Euros relativo a novos acordos de pré-reforma de 133 trabalhadores da EDP Gestão da Produção de Energia, S.A. e da EDP Distribuição, S.A. Em 2008, os custos incorridos nesta rubrica decorreram da implementação do PAE - Programa de Ajustamento de Efectivos em Portugal, no âmbito do qual foram efectivadas saídas de 198 trabalhadores para a pré-reforma.

**10. Outros custos de exploração**

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	240.517	228.261	-	-
Rendas de centros electroprodutores	8.113	7.430	-	-
Impostos directos	13.132	9.384	271	341
Impostos indirectos	57.376	53.868	460	972
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	71.327	70.438	-	35
Imparidade para devedores e outros activos	7.369	3.636	11	356
Perdas em imobilizações	8.934	4.929	415	140
Custos de funcionamento da regulação	5.037	4.707	-	-
Devolução de Licenças de CO <sub>2</sub> (Real Decreto-Ley 11/07)	15.502	62.137	-	-
Donativos	16.770	17.484	6.876	4.028
Outros custos e perdas operacionais	56.487	38.006	9.577	5.575
	<b>500.564</b>	<b>500.280</b>	<b>17.610</b>	<b>11.447</b>

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão.

A rubrica Devolução de licenças de CO<sub>2</sub> (RDL 11/07) refere-se ao montante das licenças que o Grupo espera ter de devolver ao Estado Espanhol, como resultado da aplicação do Real Decreto-Ley 11/2007, que determina que o custo relativo à emissão de licenças de CO<sub>2</sub> atribuídas gratuitamente pelo Estado Espanhol será deduzido ao défice tarifário do sector em 2009.

A Imparidade para créditos de cobrança duvidosa e para devedores e outros activos é analisada nas notas 24 e 25, às demonstrações financeiras, respectivamente.

**11. Provisões do exercício**

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Dotação de provisões para riscos e encargos	92.322	71.185	187	3.927
Redução de provisões	-17.637	-39.114	-	-2.408
	<b>74.685</b>	<b>32.071</b>	<b>187</b>	<b>1.519</b>

O movimento líquido de provisões do exercício (74.685 milhares de Euros) inclui o reforço de provisões para contratos onerosos com clientes (aproximadamente 33.212 milhares de Euros) em Portugal e Espanha, o reforço de provisões para processos judiciais no Brasil e em Portugal (12.720 milhares de Euros e 4.762 milhares de Euros, respectivamente) e o reforço de provisões para riscos legais em Espanha no montante de 10.027 milhares de Euros.

## 12. Amortizações do exercício

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Amortização de activos fixos tangíveis:</b>				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	255	424	-	-
Edifícios e outras construções	17.054	16.458	469	509
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	140.167	134.030	8	8
Produção Termoeléctrica	275.957	249.257	-	-
Produção Renováveis	305.996	201.282	-	-
Distribuição de Electricidade	441.542	459.819	-	-
Distribuição de Gás	40.227	35.958	-	-
Outro equipamento básico	1.782	1.914	15	15
Equipamento de transporte	10.191	9.595	687	626
Equipamento administrativo e utensílios	52.341	42.856	4.335	3.211
Perdas por imparidade	416	2.658	-	-
Outros activos tangíveis	3.023	2.450	1.413	1.421
	<u>1.288.951</u>	<u>1.156.701</u>	<u>6.927</u>	<u>5.790</u>
<b>Amortização de activos fixos intangíveis:</b>				
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	15.753	21.510	8	15
Amortização de direitos de concessão e imparidades	80.788	78.336	-	-
Amortização acelerada / imparidade	44.219	49.921	-	-
	<u>140.760</u>	<u>149.767</u>	<u>8</u>	<u>15</u>
	<u>1.429.711</u>	<u>1.306.468</u>	<u>6.935</u>	<u>5.805</u>
<b>Compensação de amortizações:</b>				
Activos fixos tangíveis comparticipados	-111.015	-113.597	-	-
	<u>1.318.696</u>	<u>1.192.871</u>	<u>6.935</u>	<u>5.805</u>

Em Dezembro de 2008 a rubrica de amortização acelerada / imparidade incluía os direitos de concessão da Enersul no Brasil, no montante de 49.921 milhares de Euros. Esta amortização acelerada / imparidade representa a perda de valor dos activos afectos à Enersul (imparidade) decorrente das alterações regulatórias ocorridas em 2008. Em 2009, esta rubrica inclui 44.219 milhares de Euros, relativos à amortização acelerada dos direitos de concessão da EDP Energias do Brasil, no âmbito da operação da alienação de acções próprias desta empresa (ver nota 13).

Os activos fixos tangíveis comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis do Grupo, sendo o respectivo custo compensado pela amortização das participações (registadas em Credores e outros passivos) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos activos fixos tangíveis comparticipados.

De acordo com o estabelecido pela IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais, os ajustamentos que resultaram do "Purchase price allocation" realizado em 2009 para o *goodwill* registado em 2008 para o subgrupo EDP Brasil e para a Rodão Power, originaram a reclassificação da informação financeira comparativa nas rubricas de Amortizações de activos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 1.429 milhares de Euros e -551 milhares de Euros, respectivamente.

## 13. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, para o **Grupo**, é analisada como segue:

	Dez 2009		Dez 2008	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
<b>Activos financeiros disponíveis para venda:</b>				
Banco Comercial Português, S.A.	0,60%	5.355	0,01%	274
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	-	1,5%	16.969
Valor Sul, S.A.	-	-	15,6%	1.322
Sonaeocom, S.A.	7,96%	28.920	-	-
<b>Activos detidos para venda:</b>				
Edinfor - Sistemas Informáticos, S.A.	-	-	40,0%	4.819
ESC90 - Telecomunicações, Lda.	48,51%	19.141	-	-
<b>Investimentos financeiros em filiais e empresas associadas:</b>				
Ambitec Laboratorio Medioambiental, S.A.	100,00%	-150	-	-
Central Térmica Ciclo Combinado Soto 4	25,00%	12.899	-	-
EDP Renováveis, S.A.	-	-	22,5%	405.375
Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.	50,00%	268	-	-
Marquesado del Solar, S.A.	-	-	50,0%	2.378
Portugen - Energia, S.A.	-	-	26,7%	-1.424
Proenercam	50,00%	60	-	-
Turbogás Produtora Energética, S.A.	-	-	40,0%	50.822
Cogeneration La Espina, S.L	50,00%	367	-	-
Acções próprias EDP Brasil	7,03%	-6.979	-	-
Outros	-	-178	-	1.197
		<u>59.703</u>		<u>481.732</u>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, em base **Individual**, é analisada como segue:

	Dez 2009		Dez 2008	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
<b>Activos financeiros disponíveis para venda:</b>				
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	-	1,5%	15.100
Pirites Alentejanas, S.A. *	-	-10	-	-
<b>Activos detidos para venda:</b>				
Edinfor - Sistema Informáticos, S.A.	-	-	40,0%	64
		<u>-10</u>		<u>15.164</u>

\* Total de 322 acções alienadas.

Em 2009, o Grupo EDP procedeu à alienação em bolsa de 28.167.603 acções do BCP, cujo custo de aquisição líquido de imparidade ascendia a 17.351 milhares de Euros, por um montante de 22.706 milhares de Euros, tendo sido gerada uma mais-valia em base consolidada no montante de 5.355 milhares de Euros.

Em 2009, o Grupo EDP procedeu igualmente à alienação em bolsa de 29.150.000 acções da Sonaecom, S.A. cujo custo de aquisição líquido de imparidade ascendia a 28.946 milhares de Euros, por um montante de 57.866 milhares de Euros, tendo sido gerada uma mais-valia em base consolidada no montante de 28.920 milhares de Euros.

Em 30 de Junho de 2009, foi concluída a operação de alienação da totalidade das quotas da ESC 90 Telecomunicações Ltda. ("ESC 90") representativas de 48,51% do seu capital social à Net Serviços de Comunicação S.A., conforme previsto no Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais celebrado em Agosto de 2008 (ver nota 39), tendo sido gerada uma mais-valia contabilística de 19.141 milhares de Euros.

Em Janeiro de 2009, foi realizado um aumento do capital social da Central Térmica Ciclo Combinado Soto 4 ("CTCC Grupo 4"), o qual foi subscrito pela EDP através da sua subsidiária Electrica de la Ribera del Ebro, S.A. (único anterior accionista) e ainda por um novo accionista, a Sonatrach, que pagou um prémio de emissão de aproximadamente 16.204 milhares de Euros. Após a operação de aumento de capital, a Sonatrach passou a deter uma participação de 25% sobre a CTCC Grupo 4, tendo a EDP reduzido a sua percentagem (por diluição) de 100% para 75%. Em contrapartida, a EDP beneficiou do reforço dos capitais próprios de CTCC Soto 4 como resultado do prémio de emissão pago pelos accionistas minoritários. Esta operação gerou, para o Grupo EDP, uma mais valia no montante de 12.899 milhares de Euros, que foi reconhecida nos resultados do exercício conforme política contabilística descrita no parágrafo 2b).

Em Novembro de 2009, foi concluída uma oferta de distribuição pública secundária de acções ordinárias que constituem acções próprias da EDP — Energias do Brasil, S.A. A oferta foi composta por 15,5 milhões de acções (incluindo o "greenshoe") correspondente a 9,76% do capital total, tendo a EDP reduzido a sua percentagem de participação em 7,03% (de 71,95% para 64,91%). Esta operação gerou, para o Grupo EDP, uma menos valia por via do efeito de diluição no montante de 6.979 milhares de Euros, que foi reconhecida nos resultados do exercício, conforme política contabilística descrita no parágrafo 2 b).

Em 4 de Junho de 2008, foi concretizado um aumento de capital na EDP Renováveis através da subscrição pública (IPO) de 196.024.306 acções com valor nominal de 5 Euros. O Grupo EDP não participou neste aumento de capital tendo, em consequência, diluído a sua participação social na EDP Renováveis de 100% para 77,53%. O aumento de capital da EDP Renováveis ascendeu a 1.566.726 milhares de Euros, dos quais 980.122 milhares de Euros correspondem ao aumento do capital social e 586.605 milhares de Euros correspondem ao prémio de emissão. Como resultado desta operação, o Grupo EDP reduziu a sua percentagem de participação nos capitais próprios da EDP Renováveis o que permitiu a dispersão do capital em bolsa e consequente entrada de Interesses Minoritários. O efeito de diluição referido, é equiparável a uma alienação parcial de um investimento numa subsidiária, mantendo a entidade o controlo após esta alienação parcial, nos termos da utilização do "Parent Company Model", conforme política contabilística 2 b), ou seja é equivalente a uma alienação de um investimento a Interesses Minoritários.

O ganho do referido efeito de diluição resultante desta operação, foi determinado comparando o contributo da EDP Renováveis para o Grupo EDP antes e após o IPO, o Grupo preparou demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis com referência a 31 de Maio de 2008, data de referência da última consolidação antes do IPO. Os valores dos capitais próprios da EDP Renováveis antes e após IPO analisam-se como segue:

Situação Líquida (referência a 31 de Maio de 2008)	Pre IPO Euro'000	Aumento Capital Euro'000	Pos IPO Euro'000
Capital Social	3.381.419	980.122	4.361.541
Prémios de emissão (líquido de custos com a operação)	-	552.035	552.035
Reservas e resultados acumulados	67.109	-	67.109
Resultado líquido	40.453	-	40.453
<b>Total capital próprio</b>	<u>3.488.981</u>	<u>1.532.157</u>	<u>5.021.138</u>

O ganho apurado no montante de 405.375 milhares de Euros, corresponde assim à diferença entre os capitais próprios Pre IPO (detidos a 100% pelo Grupo EDP) e os capitais próprios detidos Pos IPO (detidos a 77,53% pelo Grupo EDP), conforme apresentado no quadro seguinte:

	Pre IPO Euro'000 (A)	Pos IPO Euro'000 (B)	Cálculo do ganho Euro'000 (B - A)
Contributo EDP Renováveis % de consolidação	3.488.981	5.021.138	
	100,00%	77,53%	
	<u>3.488.981</u>	<u>3.892.888</u>	<u>403.907</u>
Outros ajustamentos de consolidação			1.468
<b>Ganho consolidado</b>			<u>405.375</u>

Em 6 de Maio de 2008, a EDP Gestão da Produção, S.A. procedeu à alienação à International Power Portugal Holdings SGPS, S.A. das suas participações de 40% e 26,7% no capital social da Turbogás Produtora Energética, S.A. (Turbogás) e Portugal - Energia, S.A. (Portugal), respectivamente. Esta transacção foi efectuada com base num preço de 140.000 milhares de Euros, tendo gerado uma mais valia global em base consolidada de 50.822 milhares de Euros na Turbogás e uma menos valia de 1.424 milhares de Euros na Portugal.

Em 31 de Março de 2008, a EDP, S.A. alienou 1,5% do capital social da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. ao Fundo de Pensões da EDP. No âmbito da operação, foram transaccionadas 8.010.000 acções ao preço de 3,5 Euros/acção (cotação de mercado nessa data), representando um encaixe financeiro de 28.035 milhares de Euros, que corresponde a uma mais valia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 15.100 milhares de Euros e de 16.969 milhares de Euros, respectivamente.

Em 7 de Março de 2008, a EDP, S.A. celebrou um contrato relativo à alienação de 40% da participação e respectivos créditos sobre a Edinfor pelo montante de 54.964 milhares de Euros, gerando uma mais valia em base consolidada de 4.819 milhares de Euros.

#### 14. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Outros proveitos financeiros</b>				
Juros obtidos de aplicações financeiras	70.139	54.259	353.022	377.995
Instrumentos financeiros derivados:				
Juros	182.941	131.714	200.944	114.220
Justo valor	445.646	460.869	671.023	674.063
Outros juros obtidos	46.089	63.403	-	-
Rendimentos de participações de capital	24.954	6.680	608.697	792.175
Diferenças de câmbio favoráveis	80.449	361.205	268.825	324.275
CMEC	91.693	89.861	-	-
Juros obtidos - Desvio e défice tarifário	76.627	4.299	-	-
Reversão de imparidade para partes de capital	-	-	57.190	-
Outros ganhos financeiros	17.836	13.807	2.819	-
	<u>1.036.374</u>	<u>1.186.097</u>	<u>2.162.520</u>	<u>2.282.728</u>
<b>Outros custos financeiros</b>				
Juros de empréstimos	666.280	756.867	377.456	506.606
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-150.387	-94.625	-	-
Instrumentos financeiros derivados:				
Juros	127.562	129.821	160.494	127.305
Justo valor	498.564	407.082	723.025	528.459
Outros juros suportados	12.076	13.721	12.724	15.557
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	29.289	289.378	-	20.536
Serviços bancários	10.881	11.351	2.657	5.553
Diferenças de câmbio desfavoráveis	73.321	423.265	244.481	477.467
CMEC	25.696	31.942	-	-
Imparidade para Investimentos Financeiros e Partes de Capital	-	153	42.550	109.854
Imparidade do goodwill - Enersul	-	17.371	-	-
"Unwinding"	113.059	97.483	-	-
Juros Suportados - Desvio Tarifário	17.241	846	-	-
Custos com a titularização do défice tarifário	35.718	1.063	-	-
Outras perdas financeiras	63.783	43.081	10.723	4.718
	<u>1.523.083</u>	<u>2.128.799</u>	<u>1.574.110</u>	<u>1.796.055</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u>-486.709</u>	<u>-942.702</u>	<u>588.410</u>	<u>486.673</u>

A rubrica de Outros proveitos financeiros - "CMEC" no montante de 91.693 milhares de Euros, inclui 21.599 milhares de Euros relativos aos juros do CMEC inicial, incluídos na anuidade de 2009, 60.820 milhares de Euros relativos ao efeito de actualização financeira considerada no cálculo do CMEC inicial e 9.274 milhares de Euros relativos à componente financeira da Revisibilidade correspondente ao exercício de 2009. A rubrica Outros custos financeiros - "CMEC", no montante de 25.696 milhares de Euros, diz respeito aos encargos de actualização do CMEC inicial, registado por contrapartida de Proveitos Diferidos (ver nota 37).

A rubrica "Juros de empréstimos obtidos capitalizados" inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos tangíveis em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 h). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

No ano de 2009, a rubrica "Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda", em base consolidada, no montante de 29.289 milhares de Euros refere-se, na sua maioria, à imparidade registada no investimento financeiro detido no BCP (29.274 milhares de Euros), como resultado da desvalorização na cotação deste título ocorrida durante o primeiro trimestre de 2009. No último trimestre do ano o Grupo EDP procedeu à alienação parcial das acções detidas no BCP, conforme referido na nota 13. A 31 de Dezembro de 2009, a carteira de acções do BCP remanescente apresenta uma valorização no montante de 28.036 milhares de Euros, a qual foi registada por contrapartida de reservas de justo valor (ver nota 21), conforme previsto nas políticas contabilísticas do Grupo. No ano de 2008, a mesma rubrica inclui o reconhecimento em resultados dos montantes de 200.139 milhares de Euros, 66.958 milhares de Euros, 20.536 milhares e 1.745 milhares de Euros relativos às perdas de imparidade registadas nos investimentos detidos no BCP, na Sonaecom, na Ampla Energia e Serviços e na Energia RE respectivamente, como resultado da desvalorização verificada nos mercados financeiros.

A rubrica "Imparidade para investimentos financeiros e partes de capital" em base individual, no exercício de 2009, inclui uma provisão registada por contrapartida de custos financeiros resultante das perdas nas subsidiárias EDP Imobiliária e Participações, S.A. e EDP Investimentos, nos montantes 41.891 milhares de Euros e 659 milhares de Euros, respectivamente. Adicionalmente, a provisão para cobertura de capitais próprios negativos da EDP Imobiliária e Participações, S.A., constituída no exercício de 2008 e incluída nesta rubrica nesse exercício, no montante de 57.190 milhares de Euros foi revertida por contrapartida de proveitos financeiros (ver nota 36).

Na rubrica "Imparidade do goodwill - Enersul" em 2008, o Grupo EDP registou, em base consolidada, uma perda por imparidade de 17.371 milhares de Euros (ver nota 18).

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente a (i) actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 3.134 milhares de Euros (2.157 milhares de Euros em 2008), (ii) actualização financeira referente à "put option" da Genesa e Desa, no valor de 8.620 milhares de Euros (12.134 milhares de Euros em 2008), (iii) actualização financeira da "put option" da Naturgas, no valor de 16.100 milhares de Euros (15.170 milhares de Euros em 2008) (iv) ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA, no valor de 54.147 milhares de Euros (43.631 milhares de Euros em 2008) e (v) aos encargos financeiros associados ao desconto da dívida das concessões do Alqueva, da Investco e Enerpeixe, no valor de 11.518 milhares de Euros (10.621 milhares de Euros em 2008), 2.444 milhares de Euros (1.811 milhares de Euros em 2008) e 3.075 milhares de Euros (11.959 milhares de Euros em 2008), respectivamente.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

A rubrica de **Rendimentos de participações de capital** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Empresas do Grupo	-	-	590.621	780.705
Empresas associadas				
DECA - Distribuição Elétrica Centroamericana, S.A.	-	-	3.965	8.424
Outras empresas				
Ampla Energia e Serviços, S.A.	2.119	-	2.119	-
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	8.908	-	8.908	-
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	315	490	-	-
Banco Comercial Português, S.A.	2.579	-	-	-
Tejo Energia, S.A.	7.556	2.472	-	-
REN - Rede Elétrica Nacional, S.A.	3.084	3.046	3.084	3.046
Outros	393	672	-	-
	<b>24.954</b>	<b>6.680</b>	<b>608.697</b>	<b>792.175</b>

## 15. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2004. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (6 anos em Portugal, 15 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais disponíveis bem como a respectiva data limite de reporte é apresentado na nota 22. As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Imposto corrente	-531.037	-195.563	26.031	-36.393
Imposto diferido	131.272	-88.028	-54.519	109.267
	<b>-399.765</b>	<b>-283.591</b>	<b>-28.488</b>	<b>72.874</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2009, é analisada como segue:

	Dez 2009		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.567.712	415.444
Dotações/reversões e amortizações sem consequência fiscal	-1,0%	-57.294	-15.183
Prejuízos e créditos fiscais	0,8%	50.355	13.344
Dividendos	0,9%	53.894	14.282
Benefícios fiscais	-3,5%	-206.800	-54.802
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	2,0%	115.823	30.693
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-0,4%	-26.004	-6.891
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,5%	-29.540	-7.828
Tributação autónoma e benefícios fiscais	0,1%	4.506	1.194
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,6%	35.894	9.512
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<b>25,5%</b>	<b>1.508.546</b>	<b>399.765</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2008, é analisada como segue:

	Dez 2008		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.503.711	398.483
Dotações/reversões e amortizações sem consequência fiscal	-0,9%	-52.053	-13.794
Prejuízos e créditos fiscais	1,3%	75.272	19.947
Dividendos	-0,3%	-16.045	-4.252
Benefícios fiscais	-1,8%	-104.404	-27.667
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	4,1%	234.974	62.268
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-9,9%	-562.140	-148.967
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,6%	-33.079	-8.766
Tributação autónoma e benefícios fiscais	0,2%	12.958	3.434
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,2%	10.962	2.905
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<b>18,9%</b>	<b>1.070.156</b>	<b>283.591</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2009, é analisada como segue:

	Dez 2009		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	658.509	174.505
Dotações/reversões e amortizações sem consequência fiscal	0,1%	1.475	391
Prejuízos e créditos fiscais	-2,0%	-49.770	-13.189
Diferenças temporárias para as quais não foi reconhecido imposto diferido activo	0,2%	4.438	1.176
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	-0,6%	-14.642	-3.880
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-0,1%	-2.966	-786
Dividendos não tributados	-22,2%	-552.336	-146.369
Tributação autónoma e benefícios fiscais	-0,4%	-8.479	-2.247
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	2,8%	71.272	18.887
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	4,3%	107.501	28.488

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2008, é analisada como segue:

	Dez 2008		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	478.104	126.698
Dotações/reversões e amortizações sem consequência fiscal	0,6%	10.577	2.803
Prejuízos e créditos fiscais	-10,0%	-180.685	-47.882
Diferenças temporárias para as quais não foi reconhecido imposto diferido activo	1,7%	30.015	7.954
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	6,9%	124.993	33.123
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-1,2%	-21.966	-5.821
Dividendos não tributados	-42,2%	-760.496	-201.531
Tributação autónoma e benefícios fiscais	0,0%	-145	-38
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	2,5%	44.603	11.820
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-15,2%	-275.000	-72.874

A taxa efectiva de imposto do Grupo EDP e da EDP, S.A. é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Resultado antes de impostos	1.567.712	1.503.711	658.509	478.104
Imposto do exercício	-399.765	-283.591	-28.488	72.874
Taxa efectiva de imposto	25,5%	18,9%	4,3%	-15,2%

A variação na taxa efectiva de imposto do Grupo EDP em 6,6 pp em relação a 31 de Dezembro de 2008 decorre essencialmente do facto do ganho do IPO da EDP Renováveis (Oferta Pública Inicial) em 2008 não ter sido objecto de tributação e pelo facto de em 31 de Dezembro de 2009 as imparidades relativas aos activos financeiros disponíveis para venda terem sido significativamente inferiores aos montantes registados em 31 de Dezembro de 2008.

## 16. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Valor bruto:</b>				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420	-	-
Terrenos e recursos naturais	194.069	166.902	46.502	46.502
Edifícios e outras construções	702.163	602.694	25.252	25.648
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	7.976.110	7.761.810	254	254
Produção Termoeléctrica	7.161.919	6.554.723	-	-
Produção Renováveis	7.346.192	5.223.555	-	-
Distribuição de electricidade	15.328.487	14.192.494	-	-
Distribuição de gás	1.556.125	1.137.670	-	-
Outro equipamento básico	38.296	38.696	148	148
Equipamento de transporte	88.356	78.078	3.788	3.262
Equipamento administrativo e utensílios	600.807	521.145	98.114	85.001
Outros activos fixos tangíveis	120.080	92.456	14.246	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	3.567.638	3.762.861	36.056	26.834
	44.903.662	40.356.504	224.360	201.895
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>				
Amortizações do exercício	-1.288.535	-1.154.043	-6.927	-5.790
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-19.506.509	-17.937.842	-93.871	-89.067
Perdas por imparidade do exercício	-416	-2.658	-	-
Perdas por imparidade de exercícios anteriores	-14.464	-11.996	-	-
	-20.809.924	-19.106.539	-100.798	-94.857
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>24.093.738</b>	<b>21.249.965</b>	<b>123.562</b>	<b>107.038</b>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Conforme referido na política contabilística 2 a), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data da realização da operação. A alocação final do justo valor atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes concluída em 2009, relativa à aquisição da Investco, Neo Catalunya, da Instalaciones Electricas Rio Isabena e da Septentrional de Gás do Grupo HC e das empresas polacas Cernavoda e Renovatio, em 2008, determinou um aumento do justo valor dos activos fixos tangíveis de 30.990 milhares de Euros (valor líquido de amortizações: 29.822 milhares de Euros), 21.199 milhares de Euros, 5.559 milhares de Euros e 67.823 milhares de Euros, respectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Os activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, embora explorados pelo Grupo, continuam propriedade das Autarquias, relevando contabilisticamente os seguintes valores:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420
Amortizações acumuladas	-222.881	-222.626
Valor líquido	539	794

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios, a aguardar regularização (ver nota 24).

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano 2009, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	-	-	-	-	-	223.420
Terrenos e recursos naturais	166.902	1.926	-115	2.619	21.069	1.668	194.069
Edifícios e outras construções	602.694	2.855	-2.058	11.565	87.802	-695	702.163
Equipamento básico	34.908.948	248.694	-40.992	2.858.308	662.797	769.374	39.407.129
Equipamento de transporte	78.078	13.856	-11.825	2.321	5.840	86	88.356
Equipamento administrativo e utensílios	521.145	20.411	-146	48.424	4.777	6.196	600.807
Outros activos fixos tangíveis	92.456	888	-19.991	1.880	-29	44.876	120.080
Activos fixos tangíveis em curso	3.762.861	3.093.840	-12.296	-2.925.117	87.944	-439.594	3.567.638
	40.356.504	3.382.470	-87.423	-	870.200	381.911	44.903.662

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Amortizações acumuladas e imparidades:</b>							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	222.626	255	-	-	-	-	222.881
Edifícios e outras construções	218.872	17.054	-	-1.565	23.704	1.302	259.367
Equipamento básico	18.169.865	1.205.671	416	-26.690	304.372	104.788	19.758.422
Equipamento de transporte	54.743	10.191	-	-11.062	4.964	238	59.074
Equipamento administrativo e utensílios	387.109	52.341	-	-94	4.845	-3.197	441.004
Outros activos fixos tangíveis	53.324	3.023	-	-7.305	-29	20.163	69.176
	19.106.539	1.288.535	416	-46.716	337.856	123.294	20.809.924

A coluna Aquisições/Aumentos inclui o investimento realizado em parques eólicos pelos subgrupos NEO na Europa e Horizon nos Estados Unidos durante o exercício de 2009. Adicionalmente, o subgrupo Hidrocentrifico realizou investimentos associados à construção do novo centro produtor termoeléctrico de ciclo combinado Soto 5, bem como em novas redes de gás e electricidade. No subgrupo Portugal, na área de distribuição de energia, foram efectuados investimentos na rede de distribuição de energia eléctrica. Na actividade de produção em Portugal, o Grupo encontra-se a realizar investimentos hidroeléctricos na construção da nova barragem de Baixo Sabor e nos reforços de potência de Picote e Bemposta.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração ocorridas ao longo de 2009, referem-se essencialmente à entrada em exploração de parques eólicos da subsidiária EDP Renováveis e à conclusão da construção da Central de Ciclo Combinado de Lares pelo subgrupo Produção em Portugal.

A rubrica Variações de Perímetro / Regularizações inclui entre outros, o efeito resultante das aquisições efectuadas em 2009 pelo sub-grupo Neo, nomeadamente Mardelle, Quinze Mines, Vallé du Moulin, Renovatio Power e Aprofitament D'Énergies Renovables de la Terra Alta, pelo subgrupo Naturgás, tais como a Gas Natural Cantabria, Gas Natural Murcia, GEM Suministro Gas, GEM Suministro Sur e GEM Suministro Servicios Comunales. Esta rubrica inclui ainda o efeito num montante total de 35.756 milhares de euros, relativos à realização e conclusão do "Purchase price allocation" de empresas adquiridas durante o ano 2009, nomeadamente, Elektrownia Wiatrowa Kresy, Bon Vent de L'Ebre, CENAEEL e Elebrás, pertencentes ao Grupo EDP Renováveis.

O movimento ocorrido na rubrica Diferenças cambiais no período decorre essencialmente da apreciação do Real Brasileiro (BRL) face ao Euro para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 e da depreciação do Dólar Americano (USD) face ao Euro.



Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2008, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	-	-	-	-	-	223.420
Terrenos e recursos naturais	132.009	17.134	-5.716	1.121	-18.959	41.313	166.902
Edifícios e outras construções	785.132	32.278	-12.316	-227.228	-87.249	112.077	602.694
Equipamento básico	31.718.545	153.815	-60.601	3.895.190	-681.879	-116.122	34.908.948
Equipamento de transporte	87.960	6.710	-10.211	5.585	-6.320	-5.646	78.078
Equipamento administrativo	492.160	13.198	-2.755	23.336	-4.995	201	521.145
Outros activos fixos tangíveis	157.633	1.268	-688	-9.591	38	-56.204	92.456
Activos fixos tangíveis em curso	3.811.302	3.431.184	-24.327	-3.694.559	-26.190	265.451	3.762.861
	<b>37.408.161</b>	<b>3.655.587</b>	<b>-116.614</b>	<b>-6.146</b>	<b>-825.554</b>	<b>241.070</b>	<b>40.356.504</b>

#### Amortizações acumuladas e

#### Imparidades:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	222.202	424	-	-	-	-	222.626
Edifícios e outras construções	222.878	16.458	843	-6.334	-25.106	10.133	218.872
Equipamento básico	17.741.752	1.082.260	1.815	-28.791	-336.487	-290.684	18.169.865
Equipamento de transporte	63.931	9.595	-	-9.434	-5.254	-4.095	54.743
Equipamento administrativo	357.433	42.856	-	-2.599	-4.882	-5.699	387.109
Outros activos fixos tangíveis	43.670	2.450	-	-1.906	19	9.091	53.324
	<b>18.651.866</b>	<b>1.154.043</b>	<b>2.658</b>	<b>-49.064</b>	<b>-371.710</b>	<b>-281.254</b>	<b>19.106.539</b>

O movimento ocorrido nas diferenças cambiais em 2008 refere-se essencialmente à desvalorização do Dólar Americano (USD) e do Real Brasileiro (BRL) face ao Euro, principalmente, no último trimestre do ano.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração ocorridas ao longo de 2008 referem-se, essencialmente, aos parques eólicos concluídos da subsidiária EDP Renováveis e à conclusão da construção e ampliação de determinadas fases das centrais de ciclo combinado e das centrais hídricas das subsidiárias EDP Produção e HC Energia.

A rubrica de Variações de Perímetro / Regularizações inclui entre outros o efeito resultante da permuta de activos ocorrida no Brasil, com a saída da Enersul do perímetro de consolidação e ainda a entrada do Grupo Pebble Hydro em Portugal que passou a ser consolidado pelo método integral.

À data de 31 de Dezembro de 2009, para o Grupo, o valor bruto dos activos tangíveis financiado por contratos de locação financeira ascende a 12.133 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 10.267 milhares de Euros), a amortização acumulada ascende a 4.678 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 4.381 milhares de Euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 5.861 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 5.431 milhares de Euros).

	Dez 2009			Dez 2008		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	2.325	97	2.422	2.265	218	2.483
Entre um e cinco anos	3.059	93	3.152	2.778	170	2.948
Mais de cinco anos	279	8	287	-	-	-
	<b>5.663</b>	<b>198</b>	<b>5.861</b>	<b>5.043</b>	<b>388</b>	<b>5.431</b>

No decorrer do exercício de 2009, o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 607 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 571 milhares de Euros), estando registados na rubrica "Conservação e reparação" da demonstração de resultados.

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano 2009, em **base Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	46.502	-	-	-	-	46.502
Edifícios e outras construções	25.648	-	-1.222	-	826	25.252
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.262	1.358	-832	-	-	3.788
Equipamento administrativo e utensílios	85.001	5.991	-	7.054	68	98.114
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	-	-	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	26.834	16.276	-	-7.054	-	36.056
	<b>201.895</b>	<b>23.625</b>	<b>-2.054</b>	<b>-</b>	<b>894</b>	<b>224.360</b>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Amortizações acumuladas e imparidades:</b>						
Edifícios e outras construções	17.647	469	-	-1.207	826	17.735
Equipamento básico	99	23	-	-	-	122
Equipamento de transporte	1.469	687	-	-673	-	1.483
Equipamento administrativo e utensílios	68.354	4.335	-	-	68	72.757
Outros activos fixos tangíveis	7.288	1.413	-	-	-	8.701
	<u>94.857</u>	<u>6.927</u>	<u>-</u>	<u>-1.880</u>	<u>894</u>	<u>100.798</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2008, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	46.727	22	-247	-	-	46.502
Edifícios e outras construções	25.665	1.489	-1.506	-	-	25.648
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.224	1.147	-1.109	-	-	3.262
Equipamento administrativo e utensílios	75.969	5.621	-	3.411	-	85.001
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	-	-	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	6.084	24.161	-	-3.411	-	26.834
	<u>172.317</u>	<u>32.440</u>	<u>-2.862</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>201.895</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Edifícios e outras construções	17.155	509	-1.500	-	1.483	17.647
Equipamento básico	76	23	-	-	-	99
Equipamento de transporte	1.626	626	-809	-	26	1.469
Equipamento administrativo e utensílios	65.143	3.211	-	-	-	68.354
Outros activos fixos tangíveis	5.867	1.421	-	-	-	7.288
	<u>89.867</u>	<u>5.790</u>	<u>-2.309</u>	<u>-</u>	<u>1.509</u>	<u>94.857</u>

À data de 31 de Dezembro de 2009, em base Individual, o valor bruto dos activos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 3.177 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 2.561 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.055 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 1.003 milhares de Euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 1.751 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 1.445 milhares de Euros). O detalhe dos activos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida.

	Dez 2009			Dez 2008		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	674	26	700	525	59	584
Entre um e cinco anos	949	25	974	808	53	861
Mais de cinco anos	75	2	77	-	-	-
	<u>1.698</u>	<u>53</u>	<u>1.751</u>	<u>1.333</u>	<u>112</u>	<u>1.445</u>

No decorrer do exercício de 2009, o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 130 milhares de Euros (31 de Dezembro 2008: 81 milhares de Euros), estando registados na rubrica "Conservação e reparação" da demonstração de resultados.

### 17. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Valor bruto:</b>				
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	189.570	145.427	100	100
Direitos de concessão	2.601.430	2.473.135	-	-
Licenças de CO <sub>2</sub>	287.989	385.096	-	-
Activos intangíveis em curso	312.671	75.880	-	-
	<u>3.391.660</u>	<u>3.079.538</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>				
Amortizações do exercício de direitos de concessão e de utilização	-125.007	-128.257	-	-
Amortizações do exercício de propriedade industrial e outros intangíveis	-15.753	-21.510	-8	-15
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-444.186	-280.979	-59	-44
	<u>-584.946</u>	<u>-430.746</u>	<u>-67</u>	<u>-59</u>
<b>Valor Líquido</b>	<u>2.806.714</u>	<u>2.648.792</u>	<u>33</u>	<u>41</u>

Os Direitos de concessão sobre as redes de distribuição de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente da Bandeirante (Estado de São Paulo) e Escelsa (Estado do Espírito Santo), são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão, respectivamente até 2025 e 2030. Os Direitos de concessão em Portugal referem-se à rede de distribuição de gás natural, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo do período de concessão, que termina em 2048, bem como à concessão do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica.

Os Direitos de concessão sobre a produção de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente EDP Lajeado, Lajeado Energia, Tocantins e Investco, são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão até 2032.

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2009, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	145.427	302	-6.855	49.014	27.694	-26.012	189.570
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	1.082.498	-	-	-	109.079	-883	1.190.694
Direitos de concessão - Gás	152.232	-	-	-	-	-13.878	138.354
Direitos de exploração							
Alqueva/Pedrogão	377.460	43.612	-	-	-	-9.635	411.437
Extensão do domínio público hídrico	759.000	-	-	-	-	-	759.000
Direitos de concessão - mini-hídricas	91.118	-	-	-	-	-	91.118
Outros direitos de concessão	10.827	-	-	-	-	-	10.827
Licenças de CO <sub>2</sub>	385.096	243.091	-366.115	25.917	-	-	287.989
Activos intangíveis em curso	75.880	280.372	-	-49.014	2.737	2.696	312.671
	<b>3.079.538</b>	<b>567.377</b>	<b>-372.970</b>	<b>25.917</b>	<b>139.510</b>	<b>-47.712</b>	<b>3.391.660</b>
	<b>Saldo em 1 Janeiro Euro'000</b>	<b>Amortização do exercício Euro'000</b>	<b>Amortização acelerada / Imparidade Euro'000</b>	<b>Alienações/ Abates Euro'000</b>	<b>Diferenças Cambiais Euro'000</b>	<b>Variações Perímetro /Regularizações Euro'000</b>	<b>Saldo em 31 Dezembro Euro'000</b>
<b>Amortizações acumuladas e imparidades:</b>							
Propriedade industrial e outros direitos	64.953	15.753	-	-7.049	14.809	263	88.729
Direitos de concessão	365.793	80.788	44.219	-	11.053	-5.636	496.217
	<b>430.746</b>	<b>96.541</b>	<b>44.219</b>	<b>-7.049</b>	<b>25.862</b>	<b>-5.373</b>	<b>584.946</b>

De acordo com o estabelecido pela IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais, os ajustamentos que resultaram da conclusão do "Purchase price allocation" realizado em 2009 relativo à Rodão Power, Investco e Rede Lajeado, originaram a reclassificação da informação financeira comparativa tendo a rubrica de Direitos de Concessão - Brasil sido diminuída em 12.252 milhares de Euros e a rubrica Outros direitos de concessão sido aumentada em 10.827 milhares de Euros. A rubrica de Amortizações acumuladas e imparidades - Direitos de concessão foi igualmente diminuída em 401 milhares de Euros.

A coluna amortização acelerada/imparidade inclui a imparidade registada por via do efeito de diluição resultante da venda de acções próprias da EDP Energias do Brasil, no montante de 44.219 milhares de euros, conforme política contabilística referida na nota 2 b).

Os aumentos verificados na rubrica "Activos intangíveis em curso" incluem os montantes pagos referentes à concessão da utilização do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica e para a concepção, construção, exploração e conservação no rio Ocreza e Tãmega, por um período de 65 anos a partir da entrada em exploração do aproveitamento hidroeléctrico de Alvito e Fridão, no montante de 232.100 milhares de Euros.

Na rubrica "Licenças de CO<sub>2</sub>", na coluna de "Aquisições" encontram-se registados, à data de 31 de Dezembro de 2009, 234.817 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 385.096 milhares de Euros) referentes a licenças de emissão de CO<sub>2</sub> atribuídas gratuitamente às centrais do Grupo EDP em actividade em Portugal e Espanha. O mercado de licenças de emissões de CO<sub>2</sub> encontra-se regulado pelo Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) em Portugal e pelo "Plano Nacional de Assignación de Derechos de Emisión de Gases de Efecto Invernadero" (PNADE) em Espanha, cobrindo o período 2008 - 2012. As "Alienações / diminuições" decorrem das entregas de licenças de CO<sub>2</sub> consumidas durante o ano 2008 e entregues às autoridades reguladoras no montante de 366.115 milhares de Euros. O montante registado em "Transferências" corresponde a Licenças de CO<sub>2</sub> transferidas de "Inventários" para "Activos Intangíveis", no montante de 25.917 milhares de Euros, como resultado da alocação de licenças detidas inicialmente para negociação pelo Grupo Hidrocarbónico no âmbito da cobertura de necessidades de licenças face aos consumos de CO<sub>2</sub> verificados ("own use").

Na rubrica "Direitos de exploração Alqueva/Pedrogão", o movimento de "Aquisições" no montante de 43.612 milhares de Euros corresponde ao reforço de potência efectuado durante 2009. O movimento de "Variações de Perímetro/Regularizações" no montante de 9.635 milhares de Euros corresponde ao efeito resultante da actualização da taxa de desconto do direito de concessão para 7,56% (31 de Dezembro de 2008: 6,97%).



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2008, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial e outros direitos	141.644	798	-289	35.034	-25.706	-6.054	145.427
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	996.992	-	-	-46.498	-96.120	228.124	1.082.498
Direitos de concessão - Gás	152.232	-	-	-	-	-	152.232
Direitos de exploração							
Alqueva/Pedrogão	393.136	17.095	-	-	-	-32.771	377.460
Extensão do domínio público hídrico	759.000	-	-	-	-	-	759.000
Direitos de concessão - mini-hídricas	-	-	-	-	-	91.118	91.118
Outros direitos de concessão	-	-	-	-	-	10.827	10.827
Licenças de CO <sub>2</sub>	86.855	385.748	-87.507	-	-	-	385.096
Activos intangíveis em curso	40.249	89.881	-1.523	-28.055	-5.656	-19.016	75.880
	<u>2.570.108</u>	<u>493.522</u>	<u>-89.319</u>	<u>-39.519</u>	<u>-127.482</u>	<u>272.228</u>	<u>3.079.538</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Amortização acelerada / imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Amortizações acumuladas e imparidades:</b>								
Propriedade industrial e outros direitos	68.104	21.510	-	-103	-	-14.079	-10.479	64.953
Direitos de concessão	<u>328.863</u>	<u>78.336</u>	<u>49.921</u>	<u>-</u>	<u>-22.858</u>	<u>-8.292</u>	<u>-60.177</u>	<u>365.793</u>
	<u>396.967</u>	<u>99.846</u>	<u>49.921</u>	<u>-103</u>	<u>-22.858</u>	<u>-22.371</u>	<u>-70.656</u>	<u>430.746</u>

Na rubrica "Licenças de CO<sub>2</sub>", o movimento de "Alienações / Abates" inclui 86.855 milhares de Euros correspondentes ao valor das licenças para emissão de CO<sub>2</sub> consumidas durante o exercício de 2007 e entregues às autoridades reguladoras em 2008. O valor de aquisição desta rubrica diz respeito às licenças atribuídas gratuitamente pelas autoridades reguladoras e às compras para fazer face às necessidades de consumo no montante de 341.202 milhares de Euros e 44.546 milhares de Euros, respectivamente (ver nota 46).

As aquisições da rubrica Activos intangíveis em curso incluem 55.597 milhares de Euros referentes à concessão da utilização do domínio público hídrico para a produção de energia hidroelétrica e para a concepção, construção, exploração e conservação no rio Tua, por um período de 75 anos a partir da entrada em exploração do aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua.

Na rubrica de "Direitos de concessão - Brasil", o movimento de "Variações de perímetro/Regularizações" inclui o montante de direitos de concessão reconhecidos pelo Grupo na operação de permuta de activos, nomeadamente da Rede Lajeado, Tocantins e Investco no montante de 312.832 milhares de Euros (ver nota 18) e o efeito do desreconhecimento dos direitos de concessão da Enersul, englobada no âmbito desta operação, no montante de 80.194 milhares de Euros.

O movimento de "Transferências" inclui o montante de 23.640 milhares de Euros líquido de amortizações relacionados com a classificação dos activos da empresa ESC 90, considerados como activos detidos para venda em 31 de Dezembro de 2008.

Na rubrica "Direitos de exploração Alqueva/Pedrogão", o movimento de "Aquisições" no montante de 17.095 milhares de Euros corresponde ao reforço de potência efectuado durante 2008. O movimento de "Variações de Perímetro/Regularizações" no montante de 32.771 milhares de Euros corresponde ao efeito resultante da actualização da taxa de desconto do direito de concessão para 6,97% (31 Dezembro 2007: 5,37%).

Na rubrica "Direitos de concessão - mini hídricas", o movimento de "Variações de Perímetro/Regularizações" no montante de 91.118 milhares de Euros corresponde aos direitos de concessão reconhecidos pelo Grupo no âmbito da aquisição da Pebble Hydro.

A rubrica de "Extensão do domínio público hídrico" inclui 759.000 milhares de Euros relativos ao valor pago pelo Grupo EDP no âmbito da extensão dos períodos de concessão do domínio público hídrico.

A coluna amortização acelerada/imparidade inclui a imparidade registada relativamente aos direitos de concessão da Enersul, no montante de 49.921 milhares de Euros em resultado das alterações regulatórias ocorridas durante o exercício de 2008.

A coluna das variações de perímetro/regularizações inclui 80.194 milhares de Euros referentes à anulação das amortizações acumuladas da Enersul e 18.135 milhares de Euros referentes ao registo das amortizações acumuladas dos direitos de concessão na Investco, por via da permuta de activos realizada.

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2009, **em base Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	100	-	-	-	-	100
	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Propriedade industrial e outros direitos	59	8	-	-	-	67
	<u>59</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2008, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Valor bruto:</b>						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	100	-	-	-	-	100
	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Propriedade industrial e outros direitos	44	15	-	-	-	59
	<u>44</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59</u>

## 18. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Actividade Eléctrica:</b>		
Grupo Hidroantábrico	969.050	954.196
Grupo Neo Energia	765.275	735.229
Grupo Horizon	550.868	569.777
Grupo Brasil	56.762	57.288
Grupo EDP Renováveis Brasil	1.501	-
Outros (Grupo Portugal)	35.312	34.137
	<u>2.378.768</u>	<u>2.350.627</u>
<b>Actividade de Distribuição de Gás:</b>		
Grupo Naturgás	781.064	754.352
	<u>3.159.832</u>	<u>3.104.979</u>

No decorrer do ano de 2009, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Actividade Eléctrica</b>							
Grupo Hidroantábrico	954.196	14.854	-	-	-	-	969.050
Grupo Neo Energia	735.229	37.809	-8.013	-	250	-	765.275
Grupo Horizon	569.777	-	-	-	-18.909	-	550.868
Grupo Brasil	57.288	-	-	-4.328	3.802	-	56.762
Grupo EDP Renováveis Brasil	-	1.225	-	-	276	-	1.501
Outros (Grupo Portugal)	34.137	1.175	-	-	-	-	35.312
	<u>2.350.627</u>	<u>55.063</u>	<u>-8.013</u>	<u>-4.328</u>	<u>-14.581</u>	<u>-</u>	<u>2.378.768</u>
<b>Actividade de Distribuição de Gás</b>							
Grupo Naturgás	754.352	57.911	-31.199	-	-	-	781.064
	<u>3.104.979</u>	<u>112.974</u>	<u>-39.212</u>	<u>-4.328</u>	<u>-14.581</u>	<u>-</u>	<u>3.159.832</u>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

No decorrer do ano de 2008, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
<b>Actividade Eléctrica</b>							
Grupo HC Energia	1.002.660	-	-48.240	-	-	-224	954.196
Grupo Neo Energia	660.912	97.476	-23.352	-	-	193	735.229
Grupo Horizon	539.353	-	-	-	30.424	-	569.777
Grupo Brasil	64.511	16.620	-	-17.371	-3.581	-2.891	57.288
Outros (Grupo Portugal)	523	33.614	-	-	-	-	34.137
	<u>2.267.959</u>	<u>147.710</u>	<u>-71.592</u>	<u>-17.371</u>	<u>26.843</u>	<u>-2.922</u>	<u>2.350.627</u>
<b>Actividade de Distribuição de Gás</b>							
Grupo Naturgás	736.824	17.501	-	-	-	27	754.352
	<u>3.004.783</u>	<u>165.211</u>	<u>-71.592</u>	<u>-17.371</u>	<u>26.843</u>	<u>-2.895</u>	<u>3.104.979</u>

*Grupo HC Energia*

Durante o exercício de 2009, verificou-se um acréscimo do "goodwill" afecto ao Grupo Hidrocontábrico no montante de 14.854 milhares de Euros (31 Dezembro de 2008: diminuição de 48.240 milhares de Euros) em resultado da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários à Cajastur por via da existência de uma "written put option" detida por esta entidade sobre 3% do capital da HC Energia nos termos da utilização do "Parent Company Model", conforme política contabilística 2b). Adicionalmente o valor de "goodwill com referência a 31 de Dezembro de 2008 foi reduzido em 6.081 milhares de Euros em resultado da alocação do custo de aquisição das sociedades Solanar Distribución e IERI Distribución, aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos em 2008, conforme previsto na IFRS 3 e evidenciado no quadro incluído no final desta nota.

*Grupo Neo Energia*

O detalhe do "goodwill" detido no Grupo Neo Energia, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, apresenta-se como segue:

	Grupo Neo Energia	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Subgrupo Genesa	477.522	441.356
Subgrupo Ceasa	117.513	146.469
Subgrupo Neo Polska	26.410	25.424
Subgrupo Neo Galia	83.160	57.428
Subgrupo Romania	10.931	14.803
Subgrupo Neo Catalunya	4.689	4.187
Subgrupo Enernova	41.876	42.299
Outros	3.174	3.263
	<u>765.275</u>	<u>735.229</u>

*Subgrupo Genesa*

O aumento de "goodwill" verificado no subgrupo Genesa resulta essencialmente do efeito da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários à Caja Madrid por via da existência de uma "written put option" detida por esta entidade sobre a Genesa e a Neo Desa, o qual ascendeu a 36.139 milhares de Euros (31 Dezembro de 2008: redução de 18.109 milhares de Euros).

*Subgrupo Ceasa*

A redução ocorrida no valor de "goodwill" do Subgrupo Ceasa durante o ano de 2009 resulta da diminuição do preço de aquisição das empresas Parc eolic Coll de Moro, S.L. (1.555 milhares de Euros), Parc eolic Torre Madrina, S.L. (1.555 milhares de Euros) e Parc eolic de Vilalba des Arcs, S.L. (392 milhares de Euros) e da reestruturação societária que originou a transferência das subsidiárias francesas que pertenciam ao Subgrupo Ceasa para o Subgrupo Neo Galia (25.454 milhares de Euros).

*Subgrupo Neo Polska*

O aumento ocorrido no valor de "goodwill" do Subgrupo Neo Polska durante o ano de 2009 resulta da aquisição da empresa Elektrownia Wiatrowa Kresy I, S.P. (736 milhares de Euros) e do efeito da variação cambial EUR/PLN (250 milhares de Euros).

*Subgrupo Neo Galia*

A variação ocorrida no valor de "goodwill" do Subgrupo Neo Galia durante o ano de 2009 resulta da aquisição de empresas no total de 113 milhares de Euros e da reestruturação societária que originou a transferência das subsidiárias francesas pertencentes ao Subgrupo Ceasa para o Subgrupo Neo Galia no montante de 25.619 milhares de Euros.

*Subgrupo Roménia*

A variação ocorrida no valor de "goodwill" do Subgrupo Romania durante o ano de 2009 resulta do aumento dos custos de aquisição da sociedade Renovatio Power, SRL no montante de 216 milhares de Euros e da diminuição dos "success fees" a pagar no montante de 4.088 milhares de Euros, por não se terem cumprido determinados pressupostos conforme definido contratualmente. Adicionalmente, no seguimento da conclusão do "Purchase Price Allocation" relativo às sociedades Renovatio Power e Cernavoda Power, os montantes de goodwill relativos a 31 de Dezembro de 2008 foram reexpressos, tendo sido diminuídos em 49.658 milhares de Euros (ver detalhe no final da nota).

*Subgrupo Neo Catalunya*

A variação ocorrida no "goodwill" do Subgrupo Neo Catalunya durante o ano de 2009 resulta da aquisição de 100% do capital social da Bon Vent de L'Ebre, S.L. (502 milhares de Euros). Adicionalmente, no seguimento da conclusão do "Purchase Price Allocation" relativo às sociedades Bon Vent de Corbera, S.L. (9.615 milhares de Euros) e Bon Vent de Vilalba, S.L. (7.397 milhares de Euros), os montantes de goodwill relativos a 31 de Dezembro de 2008 foram reexpressos, tendo sido diminuídos em 17.012 milhares de Euros (ver detalhe no final da nota).

#### Subgrupo Enernova

O decréscimo verificado no "goodwill" do subgrupo Enernova (423 milhares de Euros) resulta da diminuição do preço contingente da subsidiária Bolores.

#### Grupo Horizon

O "goodwill" resultante da aquisição do Grupo Horizon foi determinado em USD com referência à respectiva data de aquisição (775.251 milhares de USD), ascendendo a 550.868 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro 2009 (31 de Dezembro 2008: 569.777 milhares de Euros), incluindo custos de transacção no montante de 12.723 milhares de Euros. O decréscimo verificado nesta rubrica encontra-se relacionado com variações cambiais decorrentes da variação de EUR/USD, as quais ascendem a 18.909 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: aumento de 30.424 milhares de Euros).

#### Grupo Brasil

A variação do "goodwill" do Grupo Brasil resulta do reconhecimento de imparidade do "goodwill" no montante de 4.328 milhares de Euros resultantes da operação de venda de acções próprias da EDP Brasil e a actualização cambial no montante de 3.802 milhares de Euros relacionada com a apreciação do Real face ao Euro. Adicionalmente, no seguimento da conclusão do "Purchase Price Allocation" relativo à Investco, Lajeado e Tocantins, o montante da variação do "goodwill" foi reexpresso com referência a 31 de Dezembro de 2008 (690 milhares de Euros).

#### Grupo EDP Renováveis Brasil

A variação ocorrida no "goodwill" do Grupo EDP Renováveis Brasil durante o exercício de 2009 resulta da aquisição de 100% do capital social da CENAEEL (1.225 milhares de Euros) e da variação cambial EUR/BRL (276 milhares de Euros).

#### Outros (Grupo Portugal)

A variação ocorrida no exercício de 2009 no montante de 1.175 milhares de Euros resulta da aquisição dos restantes 40% do capital social da O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A. (48 milhares de Euros) e da aquisição de 52% do capital social da Companhia Energia Oceânica, S.A. (1.127 milhares de Euros).

Adicionalmente, no seguimento da conclusão do "Purchase Price Allocation" relativo à Rodão Power, o montante de goodwill relativo a 31 de Dezembro de 2008 foi reexpresso, tendo sido diminuído em 10.827 milhares de Euros (ver detalhe no final da nota).

#### Grupo Naturgás

A variação verificada no "goodwill" do subgrupo Naturgás inclui uma diminuição de 30.924 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: aumento de 14.668 milhares de Euros) decorrente da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários detidos pela Ente Vasco Energia, nos termos da utilização do "Parent Company Model" conforme política contabilística 2b), por via da existência de uma "written put option" correspondente a 30,4% do subgrupo Naturgás.

O valor do "goodwill" com referência a 31 de Dezembro de 2008 foi reduzido em 3.239 milhares de Euros em resultado da alocação final do custo de aquisição do Septentrional Gas, aos activos e passivos adquiridos, conforme previsto no IFRS 3.

Adicionalmente, foram adquiridas as sociedades Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L. que originaram um aumento no "goodwill" de 57.911 milhares de Euros.

Em 2009, o valor contabilístico dos activos, passivos e passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição das sociedades acima identificadas à Gas Natural foi o seguinte:

	<b>Valor contabilístico</b>
Activos fixos tangíveis	177.664
Outros activos	41.657
<b>Total de Activo</b>	<b>219.321</b>
Interesses minoritários	3.831
Impostos diferidos passivos	5.554
Passivos correntes	163.645
<b>Total de Passivo e Interesses minoritários</b>	<b>173.030</b>
Activos líquidos adquiridos	46.291
Custo de aquisição	104.202
<b>Goodwill</b>	<b>57.911</b>

#### Reclassificações relacionadas com a alocação do custo de aquisição (PPA):

No ano 2009, o Grupo EDP procedeu a reclassificações relacionadas com a alocação definitiva do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos (PPA) da Investco, Lajeado Energia e Tocantins, Neo Catalunya e Rodão Power adquiridos no ano de 2008. De acordo com a IFRS 3, o justo-valor dos activos, passivos e passivos contingentes pode ser ajustado com efeito à data de aquisição no prazo de 1 ano a contar da data de aquisição. Consequentemente, o Grupo procedeu às seguintes reclassificações dos saldos de balanço com referência a 31 de Dezembro de 2008:

	<b>31 Dez 2008 antes PPA</b>	<b>Reclassi- ficações de PPA</b>	<b>31 Dez 2008 depois PPA</b>
Activos fixos tangíveis	21.125.562	124.403	21.249.965
Activos intangíveis	2.649.816	-1.024	2.648.792
Goodwill	3.192.484	-87.505	3.104.979
	<b>26.967.862</b>	<b>35.874</b>	<b>27.003.736</b>
Reservas e resultados acumulados	1.241.316	1.977	1.243.293
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP	1.091.866	-337	1.091.529
Interesses minoritários	2.181.729	18.876	2.200.605
	<b>4.514.911</b>	<b>20.516</b>	<b>4.535.427</b>
Passivos por impostos diferidos	655.947	19.790	675.737
Outros credores	-	-4.432	-4.432
	<b>655.947</b>	<b>15.358</b>	<b>671.305</b>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### Análise da imparidade do Goodwill

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportados em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, o Grupo EDP definiu um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos efectuados que são analisados como segue:

Unidade geradora de caixa	Actividade	Base de determinação do valor recuperável	Pressupostos utilizados 31-Dez-09			
			Determinação dos fluxos de caixa	Prazo utilizado para fluxos caixa	Taxa de crescimento fluxos caixa	Taxa de desconto utilizada (depois de impostos)
Grupo EDP Brasil	Geração Distribuição Comercialização	Valor em uso Equity Value (DCF)	Volume de produção e consumo e tarifas previstas Valor residual no final da concessão	Até final da concessão	Geração: Evolução da tarifa Distribuição: 4,2% - 4,5%	WACC Geração: 9,61% WACC Distribuição: 9,61% WACC Comercialização: 9,61%
Grupo HC Energia	Geração Distribuição Comercialização	Valor em uso Equity Value (DCF)	Volume de produção e consumo e tarifas previstas	Vida útil dos equipamentos	Estimativa de evolução das tarifas e preço de venda no mercado	WACC Geração: 6,40% WACC Distribuição: 5,60% WACC Comercialização: 6,40% WACC Naturgás: 5,60%
Grupo Neo Energia	Geração Eólica	Valor em uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa nos vários mercados	Vida útil dos equipamentos (20 anos)	Estimativa de evolução das tarifas e preço de venda no mercado	WACC (PT): 5,83% WACC (Esp): 6,06% WACC (Fr): 5,83% WACC (Belg): 6,06% WACC (Pol): 7,41% WACC (Rom): 7,33%
Grupo Horizon	Geração Eólica	Valor em uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa/contratos de venda de energia	Vida útil dos equipamentos (20 anos)	Estimativa de evolução da tarifa e preço de venda no mercado	WACC (USA): 5,90% - 6,80%
Pressupostos utilizados 31-Dez-08						
Unidade geradora de caixa	Actividade	Base de determinação do valor recuperável	Determinação dos fluxos de caixa	Prazo utilizado para fluxos caixa	Taxa de crescimento fluxos caixa	Taxa de desconto utilizada (depois de impostos)
Grupo Brasil	Geração Distribuição Comercialização	Valor em uso Equity Value (DCF)	Volume de produção e consumo e tarifas previstas	Geração: Até final concessão Distribuição: Perpetuidade	Geração: Evolução da tarifa Distribuição: 6,59% Perpetuidade	WACC Geração: 11,71%-17,81% WACC Distribuição: 12,51%-18,66%
Grupo HC Energia	Geração Distribuição Comercialização	Valor em uso Equity Value (DCF)	Volume de produção e consumo e tarifas previstas	Vida útil equipamentos	Estimativa de evolução das tarifas e preço de venda no mercado	WACC Geração: 7,5% WACC Distribuição: 6,80% WACC Comercialização: 7,5% WACC Naturgás: 7,02%
Grupo Neo Energia	Geração Eólica	Valor em uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa nos vários mercados	Vida útil equipamentos (20 anos)	Estimativa de evolução da tarifa	WACC (PT): 7,66% WACC (Esp): 6,96% WACC (Fr): 6,66% WACC (Pol): 8,53%
Grupo Horizon	Geração Eólica	Valor em uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa/contratos de venda de energia	Vida útil dos equipamentos (20 anos)	Estimativa de evolução da tarifa e preço de venda no mercado	WACC (USA): 8,00%

### 19. Investimentos financeiros em empresas filiais (contas individuais)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Custo aquisição (histórico)	10.812.363	10.740.378
Efeito de equivalência patrimonial (transição IFRS)	-1.165.796	-1.165.796
Partes de capital em empresas filiais	9.646.567	9.574.582
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-110.724	-68.174
	<u>9.535.843</u>	<u>9.506.408</u>

No âmbito da transição para as IFRS, a EDP, S.A., deixou de aplicar o método de equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras individuais, tendo o mesmo sido considerado como "deemed cost" na data da transição.



O detalhe dos **Investimentos financeiros em filiais** é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2009	Dez 2008
	Valor Líquido Euro'000	Valor Líquido Euro'000
<b>Partes de capital em empresas filiais:</b>		
EDP Distribuição de Energia, S.A.	1.686.145	1.686.145
EDP Comercial, S.A.	188.463	188.463
EDP Gestão de Produção de Energia, S.A.	2.156.054	2.156.054
EDP Gás, S.G.P.S., S.A. (ex-EDP-Participações, S.G.P.S., S.A.)	47.796	47.795
Energia RE	2.005	2.005
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	6.595	6.595
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	4.550	4.550
Edalpro - Imobiliária, Lda.	-	748
Labelec - Est. Desenv. Activ. Laboratoriais, S.A.	3.465	3.465
EDP Energias do Brasil, S.A.	432.238	432.238
Hidroelétrica del Cantábrico, S.A.	1.981.798	1.981.798
EDP Finance B.V.	2.001	2.001
Sávida, S.A.	4.452	2.552
EDP Investimentos, S.G.P.S., S.A.	46.592	47.251
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	28.109	-
Balwerk, S.A.	1.686	1.686
EDP Renováveis S.A.	2.939.889	2.939.889
EDP Inovação, S.A.	2.098	1.206
Outras	1.907	1.967
	<b>9.535.843</b>	<b>9.506.408</b>

A variação na rubrica de Investimentos financeiros em empresas filiais (29.435 milhares de Euros) resulta, essencialmente, da concessão de prestações acessórias às subsidiárias EDP Imobiliária e Participações, S.A., EDP Inovação, S.A. e Sávida, S.A. (70.000 milhares de Euros, 892 milhares de Euros e 1.900 milhares de Euros respectivamente), da liquidação da Edalpro - Imobiliária, Lda. (748 milhares de Euros) e do reforço da provisão para os investimentos financeiros na EDP Imobiliária e Participações, S.A. (41.891 milhares de Euros) e na EDP Investimentos, S.G.P.S., S.A. (659 milhares de Euros).

## 20. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Empresas associadas:</b>				
Investimentos financeiros em associadas	175.409	172.891	45.535	49.910
Ajustamentos em investimentos financeiros em associadas	-137	-137	-137	-137
<b>Valor líquido</b>	<b>175.272</b>	<b>172.754</b>	<b>45.398</b>	<b>49.773</b>

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, em base consolidada, a rubrica de investimentos financeiros em associadas inclui "goodwill" no montante de 36.767 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 21.132 milhares de Euros).

O detalhe dos **Investimentos financeiros em associadas**, para o Grupo, é analisado como segue:

	Grupo			
	Dez 2009		Dez 2008	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
<b>Empresas associadas:</b>				
CEM - Companhia de Electricidade de Macau, S.A.	57.132	-	59.152	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamerica, S.A.	34.797	-	51.695	-
Setgás-Soc.de Prod.e Distrib.de Gás, S.A.	23.909	-	9.256	-
D. E. de Canárias, S.A.	11.235	-	10.735	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	8.995	-	3.481	-
Portsines - Terminal de Multipurpose de Sines, S.A.	7.489	-	6.308	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	6.907	-	6.486	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	5.485	-	5.454	-
Veinco Energia Limpia SL	4.792	-	4.837	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	3.073	-	3.243	-
Hidroastur, S.A.	1.937	-	2.113	-
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	1.365	-	-	-
Carriço Cogeração, S.A.	1.102	-	1.763	-
Outras	7.191	-137	8.368	-137
	<b>175.409</b>	<b>-137</b>	<b>172.891</b>	<b>-137</b>

O Grupo EDP adquiriu 14,71% do capital social da Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ébre, S.A. por via da aquisição da Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A. e uma percentagem adicional de 11,09% do capital social da Parque Eólico del Voltoya através da sua subsidiária Sinae Inversiones Eólicas, S.A.

O movimento dos **Investimentos financeiros em associadas, para o Grupo**, é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>172.891</b>	<b>252.099</b>
Aquisições / Entradas	7.248	6.536
Alienações	-	-77.009
Resultados de associadas	25.151	34.687
Dividendos recebidos	-20.254	-31.937
Diferenças de câmbio	-7.264	6.704
Transferências / regularizações	-2.363	-18.189
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>175.409</b>	<b>172.891</b>



## notas 6s demonstra76es financeiras

consolidadas e individuais para os exerc6cios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

O detalhe dos **investimentos financeiros em associadas**, em base **Individual**, 6 analisado como segue:

	Individual			
	Dez 2009		Dez 2008	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
<b>Empresas associadas:</b>				
DECA - Distribuci6n El6ctrica Centroamerica, S.A.	45.398	-	49.773	-
Outras	137	-137	137	-137
	<u>45.535</u>	<u>-137</u>	<u>49.910</u>	<u>-137</u>

Durante o exerc6cio de 2009, verificou-se o reembolso de presta76es acess6rias de capital que tinham sido concedidas 6 DECA, no montante de 4.375 milhares de Euros.

N6o ocorreram quaisquer movimentos na imparidade de investimentos financeiros em associadas durante o ano de 2009.

### 21. Activos financeiros dispon6veis para venda

O detalhe desta rubrica 6 analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2008
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ampla Energia e Servi76os, S.A.	163.644	68.939	163.644	68.939
Ampla Investimentos e Servi76os, S.A.	15.038	9.073	15.038	9.073
Banco Comercial Portugu6s, S.A.	104.118	122.707	-	-
Denerge	15.563	-	-	-
EDA - El6ctrica dos A76ores, S.A.	8.213	6.006	-	-
REN - Rede El6ctrica Nacional, S.A.	55.883	52.332	55.883	52.332
Sociedade E6lica de Andalucia, S.A.	11.766	10.854	-	-
Sonaecom, S.A.	-	28.946	-	-
Tagusparque, S.A.	2.062	1.097	-	-
Tejo Energia, S.A.	25.636	18.200	-	-
Outras	41.194	32.733	3.836	3.815
	<u>443.117</u>	<u>350.887</u>	<u>238.401</u>	<u>134.159</u>

Com refer6ncia a 31 de Dezembro de 2009, os investimentos financeiros detidos na REN - Rede El6ctrica Nacional, S.A. e Ampla Energia e Servi76os, S.A., valorizaram em 3.551 milhares de Euros e 94.705 milhares de Euros, respectivamente, como consequ6ncia da evolu76o positiva da cota76o de mercado destes t6tulos em Euros, tendo esta valoriza76o sido registada por contrapartida de reservas de justo valor (ver nota 31).

Durante o ano de 2009, verificou-se a aliena76o em bolsa de 29.150.000 a766es da Sonaecom, S.A., cujo custo de aquisi76o l6quido de imparidade ascendia a 28.946 milhares de Euros, por um montante de 57.866 milhares de Euros tendo sido gerada uma mais-valia em base consolidada no montante de 28.920 milhares de Euros (ver nota 13).

Adicionalmente, foram alienadas em bolsa 28.167.603 a766es do BCP cujo custo de aquisi76o l6quido de imparidade ascendia a 17.351 milhares de Euros, tendo sido gerada uma mais-valia em base consolidada de 5.355 milhares de Euros (ver nota 13).

Em 2009, os movimentos da rubrica **activos financeiros dispon6veis para venda** s6o analisados como segue:

	Dez 2009						Saldo 31 Dezembro Euro'000
	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisi76es Euro'000	Aliena76es Euro'000	Imparidade Euro'000	Varia76o na reserva de justo valor Euro'000	Interesses minorit6rios / Transfer6ncias	
Ampla Energia e Servi76os, S.A.	68.939	-	-	-	94.705	-	163.644
Ampla Investimentos e Servi76os, S.A.	9.073	-	-	-	5.965	-	15.038
Banco Comercial Portugu6s, S.A.	122.707	-	-17.351	-29.274	28.036	-	104.118
Denerge	-	-	-	-	370	15.193	15.563
EDA - Electricidade dos A76ores, S.A.	6.006	-	-	-	2.207	-	8.213
REN - Rede El6ctrica Nacional, S.A.	52.332	-	-	-	3.551	-	55.883
Sociedade E6lica de Andalucia, S.A.	10.854	-	-	-	703	209	11.766
Sonaecom, S.A.	28.946	-	-28.946	-	-	-	-
Tagusparque, S.A.	1.097	-	-	-	965	-	2.062
Tejo Energia, S.A.	18.200	-	-	-	7.436	-	25.636
Outras	32.733	17.869	-7.368	-15	991	-3.016	41.194
	<u>350.887</u>	<u>17.869</u>	<u>-53.665</u>	<u>-29.289</u>	<u>144.929</u>	<u>12.386</u>	<u>443.117</u>

A coluna Interesses minorit6rios / Transfer6ncias inclui a transfer6ncia da participa76o de 3,16% na Denerge - Desenvolvimento Energ6tico, S.A., no montante de 14.995 milhares de Euros da rubrica de Activos detidos para venda.

Em 2008, os movimentos da rubrica **Activos financeiros disponíveis para venda** são analisados como segue:

	Dez 2008						Saldo 31 Dezembro Euro'000
	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição na reserva de justo valor Euro'000	Interesses Minoritários	
Ampla Energia e Serviços, S.A.	93.907	-	-	-20.536	-4.432	-	68.939
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	5.575	-	-	-	3.498	-	9.073
Banco Comercial Português, S.A.	340.699	42.587	-589	-200.139	-59.851	-	122.707
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	5.100	-	-	-	906	-	6.006
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	95.586	-	-11.066	-	-32.188	-	52.332
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	3.107	-	-	-	5.968	1.779	10.854
Sonaecom, S.A.	95.904	-	-	-66.958	-	-	28.946
Tagusparque, S.A.	1.097	-	-	-	-	-	1.097
Tejo Energia, S.A.	19.998	-	-	-	-1.798	-	18.200
ValorSul, S.A.	3.878	-	-3.878	-	-	-	-
Outras	40.409	2.301	-7.805	-1.745	-427	-	32.733
	<u>705.260</u>	<u>44.888</u>	<u>-23.338</u>	<u>-289.378</u>	<u>-88.324</u>	<u>1.779</u>	<u>350.887</u>

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações desde a data da sua aquisição registadas por contrapartida das respectivas reservas de justo valor (ver nota 31). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reserva de justo valor é analisada como segue:

	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	94.705	-
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	9.463	3.498
Banco Comercial Português, S.A.	28.036	-
Denerge	370	-
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1.322	-885
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	30.063	26.512
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	6.671	5.968
Tagusparque	965	-
Tejo Energia, S.A.	19.281	11.845
Outras	1.017	26
	<u>191.893</u>	<u>46.964</u>

## 22. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Créditos fiscais	110.310	252.222	-	-	110.310	252.222
Provisões	506.148	575.936	-	-	506.148	575.936
Instrumentos financeiros	77.900	133.439	69.043	121.618	8.857	11.821
Activos fixos tangíveis e intangíveis	251.212	286.504	10.807	20.949	240.405	265.555
Mais-Valias reinvestidas	-	-	8.083	8.281	-8.083	-8.281
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	25.059	39.284	70.030	63.783	-44.971	-24.499
Desvio e défice tarifário	303.349	79.519	168.501	362.227	134.848	-282.708
Anulação de activos e passivos regulatórios	18.196	39.100	-	20.460	18.196	18.640
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	30.944	13.785	690.212	616.381	-659.268	-602.596
Reavaliações contabilísticas	48.260	10.530	211.508	213.708	-163.248	-203.178
Proveitos diferidos associados ao CMEC	-	-	222.871	130.045	-222.871	-130.045
Outras diferenças temporárias	39.773	19.924	57.654	28.650	-17.881	-8.726
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-749.816	-910.365	-749.816	-910.365	-	-
	<u>661.335</u>	<u>539.878</u>	<u>758.893</u>	<u>675.737</u>	<u>-97.558</u>	<u>-135.859</u>

Conforme referido na política contabilística, nota 2 r), a compensação entre impostos diferidos activos e impostos diferidos passivos é efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o balanço consolidado no seu activo a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e no seu passivo a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

A EDP, S.A., em base individual, regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como se segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Créditos fiscais	-	114.710	-	-	-	114.710
Provisões	6.327	15.493	-	-	6.327	15.493
Instrumentos financeiros	33.123	62.147	47.736	72.006	-14.613	-9.859
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	441	3.229	68.870	63.663	-68.429	-60.434
Reavaliações contabilísticas	9.043	8.653	12.023	12.046	-2.980	-3.393
Outras diferenças temporárias	4.193	4.199	4.987	-	-794	4.199
	<u>53.127</u>	<u>208.431</u>	<u>133.616</u>	<u>147.715</u>	<u>-80.489</u>	<u>60.716</u>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para o Grupo e em base individual, para os exercícios de 2009 e 2008, são os seguintes:

	Impostos Diferidos		Impostos Diferidos	
	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro '000	Dez 2008 Euro '000	Dez 2009 Euro '000	Dez 2008 Euro '000
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	-135.859	54.786	60.716	-53.253
Dotação a resultados	131.272	-88.028	-54.519	109.267
Dotação a reservas	-48.740	37.018	-26.632	4.549
Diferenças cambiais e outras variações	-44.231	-139.635	-60.054	153
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>-97.558</b>	<b>-135.859</b>	<b>-80.489</b>	<b>60.716</b>

Conforme referido na política contabilística 2 a), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos aos justos valores dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data de realização da operação.

As alocações do justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes concluídas em 2009, relativas à aquisição da Investco, Lajeado e Tocantins, Neo Catalunya e do subgrupo Roménia, ocorridas em 2008, determinou a alocação de 19.790 milhares de Euros em Impostos diferidos passivos, com referência a 31 de Dezembro de 2008 (ver nota 18).

A análise do **Imposto reconhecido em reservas** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Imposto corrente</b>				
Alterações ao justo valor de instrumentos financeiros derivados	-968	-	-968	-
Mais/menos - valias geradas na alienação de acções próprias	-366	831	-366	831
	<u>-1.334</u>	<u>831</u>	<u>-1.334</u>	<u>831</u>
<b>Imposto diferido</b>				
Instrumentos financeiros e justo valor	-35.620	18.108	-17.014	4.549
Ganhos e perdas actuariais	1.744	5.406	-	-
Alterações ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-14.864	13.504	-9.618	-
	<u>-48.740</u>	<u>37.018</u>	<u>-26.632</u>	<u>4.549</u>
	<u>-50.074</u>	<u>37.849</u>	<u>-27.966</u>	<u>5.380</u>

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Data limite de reporte:		
2009	-	691
2010	93	874
2011	348	259
2012	525	899
2013	2.132	2.633
2014	8.543	539.080
2015	32.415	7.462
2016 a 2029	831.430	476.403
Sem prazo	149.304	-
Sem prazo mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício	491.942	474.113
	<u>1.516.732</u>	<u>1.502.414</u>

### 23. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Mercadorias	24.937	40.470	-	-
Adiantamentos por conta de compras	4.650	4.061	-	-
Produtos acabados e intermédios	10.384	12.075	-	-
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	13.159	10.506	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				
Carvão	94.780	64.443	-	-
Fuel	41.041	41.153	-	-
Combustível nuclear	13.594	12.845	-	-
Materiais diversos e outros				
Licenças de CO2	11.351	27.744	11.351	27.744
Outros	59.480	63.503	-	-
	<u>273.376</u>	<u>276.800</u>	<u>11.351</u>	<u>27.744</u>

A rubrica licenças de CO2 corresponde ao montante de licenças disponíveis para negociação com referência a 31 de Dezembro de 2009, valorizadas com base na cotação de mercado à mesma data por contrapartida de resultados (ver nota 46).

## 24. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Clientes Curto Prazo - Corrente :</b>				
<b>Sector empresarial e particulares:</b>				
Portugal	772.701	733.412	97.432	18.106
Espanha	669.427	616.452	-	-
Brasil	332.441	207.563	-	-
Estados Unidos da América	27.434	21.130	-	-
Outros	12.429	4.239	-	-
<b>Sector Público:</b>				
Portugal				
Estado e organismos oficiais	16.674	19.886	-	-
Autarquias locais	33.769	31.316	-	284
Brasil				
Estado e organismos oficiais	8.306	1.472	-	-
Autarquias locais	20.132	11.143	-	-
	<u>1.893.313</u>	<u>1.646.613</u>	<u>97.432</u>	<u>18.390</u>
Clientes de cobrança duvidosa	230.851	222.008	9.941	9.941
Perdas por imparidade	-230.851	-222.008	-9.941	-9.941
	<u>1.893.313</u>	<u>1.646.613</u>	<u>97.432</u>	<u>18.390</u>
<b>Clientes Médio / Longo Prazo - Não Corrente :</b>				
<b>Sector empresarial e particulares:</b>				
Brasil	38.386	33.610	-	-
<b>Sector Público:</b>				
Portugal - Autarquias locais	142.521	147.140	-	-
	<u>180.907</u>	<u>180.750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade	-66.086	-68.706	-	-
	<u>114.821</u>	<u>112.044</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.008.134</u>	<u>1.758.657</u>	<u>97.432</u>	<u>18.390</u>

Durante o exercício de 2009, os movimentos das perdas por **imparidade**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
<b>Sector empresarial e particulares:</b>							
Portugal	127.587	-	35.214	-14.275	-856	-20.156	127.514
Brasil	50.263	13.467	28.858	-740	-14.693	-24.216	52.939
Espanha	17.271	-	6.941	-470	-48	2.107	25.801
Outros	-	-	-	-	-	6	6
<b>Sector Público:</b>							
Portugal	94.969	-	314	-5.215	-	-	90.068
Brasil	624	182	-	-	- 197	-	609
	<u>290.714</u>	<u>13.649</u>	<u>71.327</u>	<u>-20.700</u>	<u>-15.794</u>	<u>-42.259</u>	<u>296.937</u>

Durante o exercício de 2008, os movimentos das perdas por **imparidade**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
<b>Sector empresarial e particulares:</b>							
Portugal	157.473	-	-	-10.619	-	-19.267	127.587
Brasil	88.106	-16.740	33.276	-6.489	-33.537	-14.353	50.263
Espanha	11.937	-	8.252	-215	-2.516	-187	17.271
<b>Sector Público:</b>							
Portugal	63.948	-	28.286	-	-140	2.875	94.969
Brasil	-	-	624	-	-	-	624
	<u>321.464</u>	<u>-16.740</u>	<u>70.438</u>	<u>-17.323</u>	<u>-36.193</u>	<u>-30.932</u>	<u>290.714</u>

Em 2009, os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	9.941	-	-	-	9.941
	<u>9.941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.941</u>



A rubrica "Valores a receber por desvios tarifários — Portugal" corrente e não corrente, no montante de 559.724 milhares de Euros e 76.127 milhares de Euros, respectivamente (2008: 10.444 milhares de Euros e 1.435.033 milhares de Euros em corrente e não corrente respectivamente), respeitam ao desvio tarifário (ver Nota 3) do sistema eléctrico português em 2009 e 2008 para as empresas reguladas em Portugal.

O movimento do período na rubrica Valores a receber por desvios tarifários - Portugal (Corrente e Não corrente) é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	-	-
Constituição do desvio de 2007	10 444	173 896
Desvio tarifário do período	-	1.261.137
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2008</b>	<b>10.444</b>	<b>1.435.033</b>
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-11.015	-
Titularização dos desvios não regulares de 2007 e 2008	-	-1 672 845
Constituição do desvio de 2008	-	49.435
Desvio tarifário do período	-	748.172
Encargos financeiros	571	76.056
Transferência da parcela de não corrente para corrente	559.724	-559.724
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2009</b>	<b>559.724</b>	<b>76.127</b>

Em 5 de Março de 2009 e em 3 de Dezembro de 2009, a EDP - Serviço Universal, S.A. acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Tagus") os direitos ao recebimento da totalidade dos ajustamentos tarifários não regulares positivos, conforme permitido pelo Decreto-Lei n.º 165/2008 de 21 de Agosto.

Na primeira operação, a EDP Serviço Universal transmitiu o direito ao recebimento do ajustamento tarifário não regular (défice tarifário) relativo aos anos de 2007 e 2008, no montante total de 1.225.376 milhares de euros. A transacção foi efectuada pelo montante de 1.204.422 milhares de euros, tendo gerado uma menos valia total de 22.969 milhares de Euros após a consideração de todos os custos financeiros incorridos (ver nota 14).

Na segunda operação de securitização, foi transmitido o direito ao recebimento do ajustamento tarifário não regular (défice tarifário) relativo ao sobrecusto estimado da Produção em Regime Especial para o ano de 2009, no montante de 447.469 milhares de euros. A transacção foi efectuada pelo montante de 434.720 milhares de euros, líquido dos respectivos encargos, tendo gerado uma menos valia de 12.749 milhares de euros (ver nota 14).

Em 2009, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	67.481	7.297	-831	166	78	74.191
	<u>67.481</u>	<u>7.297</u>	<u>-831</u>	<u>166</u>	<u>78</u>	<u>74.191</u>

O montante a 31 de Dezembro de 2009 inclui essencialmente o valor da imparidade registada para os valores a receber na actividade das telecomunicações (ONI Multimédia) no montante de 55.640 milhares de Euros conforme detalhado na rubrica de Devedores de curto prazo.

Em 2008, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	66.235	-285	3.636	-656	-1.332	-117	67.481
	<u>66.235</u>	<u>-285</u>	<u>3.636</u>	<u>-656</u>	<u>-1.332</u>	<u>-117</u>	<u>67.481</u>

Em 2009, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	897	11	-	-	-	908
	<u>897</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>908</u>

Em 2008, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	869	356	-328	-	-	897
	<u>869</u>	<u>356</u>	<u>-328</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>897</u>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Em 2009, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	2.782	72	-15	-	2.839
	<u>2.782</u>	<u>72</u>	<u>-15</u>	<u>-</u>	<u>2.839</u>

Em 2008, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	2.737	-	45	-	2.782
	<u>2.737</u>	<u>-</u>	<u>45</u>	<u>-</u>	<u>2.782</u>

**26. Impostos a receber**

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	144.016	111.459	14.077	33.901
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	334.110	347.997	30.468	54.220
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	72.786	17.899	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	288	21.643	-	-
- Outras tributações	6.441	45.742	-	7.316
	<u>557.641</u>	<u>544.740</u>	<u>44.545</u>	<u>95.437</u>

**27. Activos financeiros ao justo valor através dos resultados**

A rubrica de **Activos financeiros ao justo valor através dos resultados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Títulos de negociação de rendimento fixo:				
Unidades de participação em fundos cotadas	33.012	32.369	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados	47.749	47.221	-	-
	<u>80.761</u>	<u>79.590</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos de negociação de rendimento variável:				
Unidades de participação em fundos cotadas	4.091	3.405	-	-
Acções	-	232	-	232
	<u>4.091</u>	<u>3.637</u>	<u>-</u>	<u>232</u>
	<u>84.852</u>	<u>83.227</u>	<u>-</u>	<u>232</u>

**28. Caixa e equivalentes de caixa**

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Numerário:				
- Caixa	124	93	-	-
Depósitos bancários:				
- Depósitos à ordem	333.102	457.741	13.856	113.379
- Depósitos a prazo	613.506	49.133	-	-
- Outros depósitos	505	-	-	-
	<u>947.113</u>	<u>506.874</u>	<u>13.856</u>	<u>113.379</u>
Outras aplicações de tesouraria:				
- Em bancos (Euro)	915.156	122.720	877.500	69.500
- Em bancos (Outras moedas)	327.167	83.900	-	-
	<u>1.242.323</u>	<u>206.620</u>	<u>877.500</u>	<u>69.500</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.189.560</u>	<u>713.587</u>	<u>891.356</u>	<u>182.879</u>

A rubrica outras aplicações de tesouraria inclui aplicações financeiras de muito curto prazo convertíveis em caixa.

**29. Capital e Prémios de emissão de acções**

A EDP, S.A., é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros entes públicos detêm uma participação minoritária. A sociedade que inicialmente foi constituída como uma empresa pública, iniciou em 1997 o seu processo de privatização, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de privatização em 1998, a quarta fase em 2000, uma quinta fase de privatização consubstanciada num aumento de capital em 2004, e a sexta fase em 2005. Em Dezembro de 2007, foram emitidas, pelo Estado, obrigações susceptíveis de permuta por acções representativas do capital social da EDP, S.A., no âmbito da sétima fase de privatização. O Estado detém actualmente, directa e indirectamente, cerca de 25,71% do capital social da EDP, S.A.



O capital social de 3.656.537.715 Euros, representado por 3.656.537.715 acções ordinárias de valor nominal de 1 Euro cada, encontra-se integralmente realizado. Deste total, 2.936.222.980 são acções da classe A e 720.314.735 são acções da classe B. As acções da classe B são detidas por entidades públicas portuguesas.

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Individual	
	Capital social Euro'000	Prémios emissão Euro'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.656.538	501.992
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 31 de Dezembro 2009	3.656.538	501.992

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da EDP são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2008
Resultado líquido (em Euros)	1.023.844.684	1.091.528.829	630.020.903	550.977.634
Resultado líquido das operações em continuação (em Euros)	1.023.844.684	1.089.231.457		
Nº médio de acções durante o período	3.621.419.392	3.629.295.527	3.622.932.392	3.630.440.152
Nº médio de acções diluídas durante o exercício	3.622.458.061	3.630.582.881	3.623.971.061	3.631.727.506
Resultado por acção básico (em Euros)	0,28	0,30		
Resultado por acção diluído (em Euros)	0,28	0,30		
Resultado por acção das operações em continuação básico (em Euros)	0,28	0,30		
Resultado por acção das operações em continuação diluído (em Euros)	0,28	0,30		

O Grupo EDP calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no exercício.

O número médio de acções é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2008
Acções emitidas no início do exercício	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de emissão de acções durante o exercício	-	-	-	-
<b>Número médio de acções realizadas</b>	<b>3.656.537.715</b>	<b>3.656.537.715</b>	<b>3.656.537.715</b>	<b>3.656.537.715</b>
Efeito de acções próprias	-35.118.323	-27.242.188	-33.605.323	-26.097.563
Nº médio de acções durante o período	3.621.419.392	3.629.295.527	3.622.932.392	3.630.440.152
Efeito de "stock options"	1.038.669	1.287.354	1.038.669	1.287.354
Nº médio de acções diluídas durante o período	3.622.458.061	3.630.582.881	3.623.971.061	3.631.727.506

### 30. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2008
Valor contabilístico das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	119.784	126.532	113.689	120.437
Número de acções	34.212.975	35.703.591	32.699.975	34.190.591
Cotação das acções da EDP, S.A. (em Euros)	3,108	2,695	3,108	2,695
Valor de mercado das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	106.334	96.221	101.632	92.144
Operações realizadas desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2009:	<b>EDP, S.A.</b>	<b>Energia RE</b>		
Volume adquirido (número de acções)	1.409.481	-		
Volume vendido (número de acções)	-2.900.097	-		
Posição final (número de acções)	32.699.975	1.513.000		
Cotação Máxima (em Euros)	3,21	-		
Cotação Mínima (em Euros)	2,21	-		
Cotação Média (em Euros)	2,86	-		

As acções próprias detidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas acções encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

**31. Reservas e resultados acumulados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Reserva legal	471.387	443.838	471.387	443.838
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	80.444	-54.653	56.561	-11.295
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-18.650	20.130	-15.457	2.525
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	191.893	46.964	129.809	25.649
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-17.790	-2.926	-12.077	-2.459
Diferença cambial de consolidação	165.859	-94.018	-	-
Reserva para acções próprias (EDP, S.A.)	113.689	120.437	113.689	120.437
Outras reservas e resultados acumulados	1.241.728	763.521	1.124.095	1.102.912
	<b>2.228.560</b>	<b>1.243.293</b>	<b>1.868.007</b>	<b>1.681.607</b>

*Reserva legal*

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EDP, S.A., a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

*Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)*

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

*Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)*

As variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço, referentes a activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade, encontram-se registadas em reservas de justo valor. O movimento do período ocorrido nesta rubrica relativo aos activos financeiros disponíveis para venda no Grupo, é analisado como segue:

	Grupo	
	Variações Positivas Euro'000	Variações Negativas Euro'000
<b>Saldo em 31 Dezembro de 2007</b>	329.161	-193.873
Variações de justo valor	10.373	-371.106
Perda por imparidade transferida para resultados	-	289.378
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-16.969	-
<b>Saldo em 31 Dezembro de 2008</b>	322.565	-275.601
Variações de justo valor	179.756	-29.841
Perda por imparidade transferida para resultados	-	29.289
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-34.275	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2009</b>	<b>468.046</b>	<b>-276.153</b>

A variação de justo valor negativa no período findo em 31 de Dezembro de 2009, inclui o montante de 29.274 milhares de Euros relativo ao investimento detido no BCP, correspondente à perda por imparidade transferida para resultados no final do primeiro trimestre de 2009.

A variação positiva na reserva de justo valor no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é analisada como segue:

	Dez 2009 Euro'000
Sonaecom, S.A.	28.920
Ampla Energia e Serviços, S.A.	94.705
Banco Comercial Português, S.A.	33.391
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	3.551
Tejo Energia, S.A.	7.436
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	5.965
Outros	5.788
	<b>179.756</b>

A rubrica Transferência para resultados do exercício por alienação, inclui o resultado da alienação em bolsa da Sonaecom e do BCP que geraram uma mais-valia de 28.920 milhares de Euros e 5.355 milhares de Euros, respectivamente (ver nota 13).

*Diferença cambial de consolidação*

Na rubrica **Diferença cambial de consolidação** está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas filiais e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dez 2009		Taxas em Dez 2008	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dolar	USD	1,441	1,390	1,392	1,477
Real Brasileiro	BRL	2,511	2,783	3,244	2,652
Paçaca Macau	MOP	11,506	11,088	11,109	11,841
Quetzal	GTQ	12,003	11,332	10,779	11,153
Zloty	PLN	4,105	4,362	4,154	3,486
Lei	RON	4,236	4,245	4,023	3,762

### Dividendos

À data de 31 de Dezembro de 2009, o montante de dividendos proposto antes da aprovação das contas, mas ainda não reconhecidos como uma distribuição aos accionistas durante o período ascende a 566.763 milhares de Euros, sendo o respectivo valor por acção de 0,155 Euros.

### Proposta de aplicação dos resultados líquidos estatutários EDP, S.A. com referência a 2008 e 2007 - Dotação para a Fundação EDP

Em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 1 do Art.º 30 dos Estatutos da EDP - Energias de Portugal S.A., a Assembleia Geral de Accionistas aprovou em 15 de Abril de 2009 e 10 de Abril de 2008 as "Propostas de aplicação dos resultados líquidos estatutários de 2008 e 2007", tendo atribuído, para os exercícios de 2009 e 2008, dotações anuais para a Fundação EDP no valor de 6.000.000 Euros e 3.428.144 Euros, respectivamente. As referidas dotações atribuídas para efeitos contabilísticos IFRS foram reconhecidas como "Donativos" na rubrica de "Outros custos de exploração" (ver nota 10) nos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente.

### 32. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	144.102	120.143
Interesses minoritários de capital e de reservas	2.543.435	2.080.462
	<u>2.687.537</u>	<u>2.200.605</u>

O detalhe por empresa da rubrica de **Interesses minoritários** é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Grupo EDP Renováveis	1.281.672	1.253.875
Grupo Energias do Brasil	1.346.792	895.114
Grupo Hidrocontábrico	35.534	29.191
Outros	23.539	22.425
	<u>2.687.537</u>	<u>2.200.605</u>

Durante o ano de 2009 o Grupo EDP gerou resultados atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 144.102 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 120.143 milhares de Euros).

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo EDP Renováveis refere-se, essencialmente, aos resultados atribuíveis a minoritários no montante de 24.688 milhares de Euros, a variações resultantes de aumentos de capital atribuíveis a minoritários no montante de 7.597 milhares de Euros e uma diminuição de 3.491 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo Energias do Brasil inclui, essencialmente, o montante de 116.338 milhares de Euros de resultados atribuíveis a minoritários, 242.052 milhares de Euros resultante da diferença de conversão cambial positiva e uma diminuição de 67.814 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos. Em Novembro de 2009, foi concluída a oferta de distribuição pública secundária de 15.500.000 acções próprias da EDP - Energias do Brasil, S.A. e em resultado desta alienação foram gerados interesses minoritários no montante de 166.621 milhares de Euros. Adicionalmente, durante o exercício de 2009 o efeito da variação da reserva de justo valor e das perdas actuariais registadas, resultou numa diminuição de interesses minoritários no montante total de 3.825 milhares de Euros.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo Hidrocontábrico inclui, essencialmente, o montante de 612 milhares de Euros de resultados atribuíveis a minoritários, um aumento de 3.833 milhares de Euros relativo à entrada da Sonatrach no capital da Central Térmica de Ciclo Combinado Grupo 4, que passou a deter uma participação de 25% no capital desta sociedade, uma variação resultante do aumento de capital da Naturgas Energía Distribución Cantabria, S.A. atribuível a minoritários no montante de 3.814 milhares de Euros e uma diminuição de 2.185 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos.

A rubrica "Outros interesses minoritários" inclui o montante de 22.287 milhares de Euros referente às subsidiárias do subgrupo Gás Portugal (31 de Dezembro de 2008: 20.001 milhares de Euros).

Conforme referido na política contabilística 2 a), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data de realização da operação. A alocação final do justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes concluído no terceiro trimestre de 2009, relativa à Investco, Rede Lajeado e Tocantins, determinou a reexpressão em 9.440 milhares de Euros dos Interesses minoritários e de 69 milhares de Euros nos resultados atribuíveis a minoritários, com referência a 31 de Dezembro de 2008.

No que se refere aos PPA's concluídos no quarto trimestre de 2009, relativamente à Renovatio Power e Cernavoda Power, determinou a reexpressão em 8.763 milhares de Euros dos Interesses minoritários, com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Por último, a alocação final do justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes concluído no quarto trimestre de 2009, relativa às empresas Solanar Distribución Eléctrica e Instalaciones Eléctricas Rio Isabena, determinou a reexpressão em 320 milhares de Euros e 353 milhares de Euros, respectivamente, dos Interesses minoritários, com referência a 31 de Dezembro de 2008.

### 33. Conta de hidraulicidade

Os movimentos da **Conta de hidraulicidade** são analisados como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do período	237.822	227.686
Recebimentos / (Pagamentos) do exercício	-135.069	-
Encargos financeiros	9.878	10.136
Saldo no fim do período	<u>112.631</u>	<u>237.822</u>

A conta de hidraulicidade foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 338/91 e constitui um mecanismo legal de compensação dos custos variáveis da produção de energia. Em 1994, durante o período em que o actual Grupo EDP, era detido pelo Estado, a conta de hidraulicidade foi constituída nas contas da EDP por contrapartida de resultados. Em 2000, a REN foi constituída por separação da EDP, tendo nessa altura sido emitida nova regulamentação (através do Decreto-Lei n.º 98/2000) que reforçou e estabeleceu a manutenção da conta de hidraulicidade no Balanço da EDP.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Conforme mencionado, até ao ano 2000 a REN fazia parte do Grupo EDP, pelo que os movimentos ocorridos nesta conta eram efectuados dentro do Grupo. Desde a separação da REN, em Junho de 2000, a EDP, S.A., efectua pagamentos ou recebimentos à REN, que são registados por contrapartida, de balanço, na conta de hidraulicidade, sendo os encargos financeiros registados por contrapartida de resultados. Os pagamentos efectuados são utilizados pela REN para compensar os operadores do mercado liberalizado, correspondendo os recebimentos da REN a compensações obtidas dos mesmos operadores, de acordo com os objectivos da conta de hidraulicidade acima descritos. A REN constitui, assim, uma entidade veículo para efeitos da conta de hidraulicidade.

Durante o exercício de 2004 foi publicado o Decreto-Lei n.º 240/2004, o qual refere que, no contexto de um mercado de electricidade livre, o Governo é obrigado a publicar regulamentação específica aplicável à conta de correcção de hidraulicidade. Em virtude desta regulamentação e como resultado deste anúncio, o Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP considera que é altamente provável que a responsabilidade registada, incluindo o saldo da rubrica relativo à actividade anterior a 1994, será pagável a uma terceira entidade a designar pelo Regulador.

## 34. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Empréstimos de curto prazo - Corrente</b>				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	51.277	92.568	51.277	92.568
- EDP Finance B.V.	-	730.000	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	119.661	256.639	-	-
- Grupo HC Energia	1.488	8.517	-	-
- Grupo Renováveis	103.039	75.950	-	-
- Produção - Portugal	8.991	7.390	-	-
- Portugal	33.999	32.977	-	-
	<u>318.455</u>	<u>1.204.041</u>	<u>51.277</u>	<u>92.568</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	-	1.000.000	-	1.000.000
- EDP Finance B.V.	499.861	22.455	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	81.077	62.784	-	-
	<u>580.938</u>	<u>1.085.239</u>	<u>-</u>	<u>1.000.000</u>
Papel comercial:				
- EDP, S.A.	1.218.500	939.300	4.107.500	4.227.700
- Grupo EDP Energias do Brasil	91.586	-	-	-
- Grupo HC Energia	329.322	433.082	-	-
	<u>1.639.408</u>	<u>1.372.382</u>	<u>4.107.500</u>	<u>4.227.700</u>
Outros empréstimos:				
- Grupo EDP Energias do Brasil	5.402	3.669	-	-
- Grupo Renováveis	4.096	3.277	-	-
- Produção - Portugal	701	1.208	-	-
	<u>10.199</u>	<u>8.154</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	<u>245.481</u>	<u>142.198</u>	<u>36.063</u>	<u>39.968</u>
	<u>2.794.481</u>	<u>3.812.014</u>	<u>4.194.840</u>	<u>5.360.236</u>
<b>Empréstimos de médio/longo prazo - Não corrente</b>				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	759.024	1.672.201	759.024	1.672.201
- EDP Finance B.V.	3.206.321	2.175.000	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	707.426	364.425	-	-
- Grupo HC Energia	4.991	7.076	-	-
- Grupo Renováveis	402.599	451.062	-	-
- Produção - Portugal	185.046	174.911	-	-
- Portugal	66.862	78.449	-	-
	<u>5.332.269</u>	<u>4.923.124</u>	<u>759.024</u>	<u>1.672.201</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	1.174.742	1.189.594	1.174.742	1.189.594
- EDP Finance B.V.	6.795.215	4.596.332	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	180.639	202.651	-	-
	<u>8.150.596</u>	<u>5.988.577</u>	<u>1.174.742</u>	<u>1.189.594</u>
Outros empréstimos:				
- Acções preferenciais da Investco	22.494	13.993	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	37.349	31.382	-	-
- Grupo Renováveis	29.530	27.834	-	-
- Produção - Portugal	6.151	6.728	-	-
	<u>95.524</u>	<u>79.937</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>13.578.389</u>	<u>10.991.638</u>	<u>1.933.766</u>	<u>2.861.795</u>
Outras responsabilidades:				
- Justo valor do risco coberto da dívida emitida	-91.890	-117.327	28.627	-2.164
	<u>13.486.499</u>	<u>10.874.311</u>	<u>1.962.393</u>	<u>2.859.631</u>
	<u>16.280.980</u>	<u>14.686.325</u>	<u>6.157.233</u>	<u>8.219.867</u>

O Grupo detém, ao nível da EDP S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 390.410 milhares de Euros indexadas à taxa Euribor do período de utilização e com condições de margem previamente definidas, das quais 375.410 milhares de Euros têm compromisso de tomada firme, estando a 31 de Dezembro de 2009 disponíveis 352.639 milhares de Euros, bem como programas de Papel Comercial no valor de 650.000 milhares de Euros com garantia de colocação, estando a 31 de Dezembro de 2009 disponíveis 350.000 milhares de Euros. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP S.A. dispõe de uma Revolving Credit Facility (RCF) no valor de 1.600.000 milhares de euros com compromisso de tomada firme que se encontra totalmente disponível. Para a gestão de liquidez das necessidades em USD do Grupo, a EDP S.A. dispõe adicionalmente de uma RCF no valor de 1.500.000 milhares de USD com compromisso de tomada firme, estando a 31 de Dezembro de 2009 utilizada na sua totalidade.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de project finance, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 716.429 milhares de euros e 742.190 milhares de euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

O detalhe do valor nominal associado às emissões obrigacionistas, à data de 31 de Dezembro de 2009, é analisado como segue:

Emitente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Tipo de Cobertura	Condições/Reembolso	Grupo Euro'000	Individual Euro'000
<b>Emissões EDP S.A.</b>						
EDP, S.A.	Mar-03	Euribor 6 meses + 0,5%	n.a.	Mar-13	150.000	150.000
EDP, S.A. (ii)	Mai-08	Taxa variável (iv)	n.a.	Mai-18	300.000	300.000
					<u>450.000</u>	<u>450.000</u>
<b>Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'</b>						
EDP, S.A.	Mar-01	Taxa fixa EUR 5,875%	Fair Value	Mar-11	747.352	747.352
EDP Finance B.V.	Ago-02	Taxa fixa GBP 6,625%	Fair Value	Ago-17	320.000	-
EDP Finance B.V.	Dez-02	Taxa fixa EUR (iv)	n.a.	Dez-22	93.357	-
EDP Finance B.V.	Jun-05	Taxa fixa EUR 3,75%	n.a.	Jun-15	500.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-05	Taxa fixa EUR 4,125%	n.a.	Jun-20	300.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Euribor 3 meses + 0,15%	n.a.	Jun-10	500.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Taxa fixa EUR 4,25%	n.a.	Jun-12	500.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Taxa fixa EUR 4,625%	n.a.	Jun-16	500.000	-
EDP Finance B.V.	Nov-07	Taxa fixa USD 5,375 %	Net Investment	Nov-12	694.155	-
EDP Finance B.V.	Nov-07	Taxa fixa USD 6,00 %	Net Investment	Fev-18	694.155	-
EDP Finance B.V.	Nov-08	Taxa fixa GBP 8,625%	Fair Value	Jan-24	410.314	-
EDP Finance B.V.	Nov-08	Zero coupon (iv)	n.a.	Nov-23	160.000	-
EDP Finance B.V. (iii)	Fev-09	Taxa fixa EUR 5,5%	Fair Value	Fev-14	1.000.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-09	Taxa fixa JPY (iv)	Net Investment	Jun-19	75.098	-
EDP Finance B.V.	Jun-09	Taxa fixa EUR 4,75%	n.a.	Set-16	1.000.000	-
EDP Finance B.V.	Set-09	Taxa fixa USD 4,90 %	Net Investment	Out-19	694.155	-
					<u>8.188.586</u>	<u>747.352</u>
<b>Emissões Grupo EDP Energias do Brasil no Mercado Doméstico Brasileiro</b>						
Investco	Nov-01	IGPM + 10,5%	n.a.	Nov-11	25.716	-
Bandeirante	Abr-06	104,4% do CDI	n.a.	Mar-11	66.367	-
Escelsa	Jun-06	104,4% do CDI	n.a.	Jun-11	70.083	-
Escelsa	Jul-07	105,0% do CDI	n.a.	Jul-14	99.550	-
					<u>261.716</u>	<u>-</u>
					<u>8.900.302</u>	<u>1.197.352</u>

(i) Estas emissões da EDP Finance B.V. têm associados "swaps" de divisa e/ou de taxa de juro.

(ii) Fixa em cada ano, varia ao longo da vida do empréstimo.

(iii) Parte deste financiamento tem associado "swap" de taxa de juro.

(iv) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

A análise da rubrica de **Empréstimos**, por maturidade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Empréstimos bancários e "overdrafts":</b>				
Até 1 ano	324.586	1.305.729	52.513	94.890
De 1 ano a 5 anos	4.012.942	2.834.286	131.155	104.934
A mais de 5 anos	<u>1.319.327</u>	<u>2.088.838</u>	<u>627.869</u>	<u>1.567.267</u>
	<u>5.656.855</u>	<u>6.228.853</u>	<u>811.537</u>	<u>1.767.091</u>
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>				
Até 1 ano	820.699	1.124.905	34.726	1.037.543
De 1 ano a 5 anos	3.232.718	2.792.859	891.685	887.430
A mais de 5 anos	<u>4.825.988</u>	<u>3.078.391</u>	<u>311.684</u>	<u>300.000</u>
	<u>8.879.405</u>	<u>6.996.155</u>	<u>1.238.095</u>	<u>2.224.973</u>
<b>Papel comercial:</b>				
Até 1 ano	<u>1.638.513</u>	<u>1.372.382</u>	<u>4.107.601</u>	<u>4.227.803</u>
<b>Outros empréstimos:</b>				
Até 1 ano	10.683	8.998	-	-
De 1 ano a 5 anos	42.921	26.936	-	-
A mais de 5 anos	<u>52.603</u>	<u>53.001</u>	-	-
	<u>106.207</u>	<u>88.935</u>	-	-
	<u>16.280.980</u>	<u>14.686.325</u>	<u>6.157.233</u>	<u>8.219.867</u>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

O justo valor da dívida do Grupo EDP é analisado como segue:

	Dez 2009		Dez 2008	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	2.794.481	2.547.504	3.812.014	3.824.018
Empréstimos de médio / longo prazo - Não Corrente	13.486.499	14.110.568	10.874.311	10.676.963
	<b>16.280.980</b>	<b>16.658.072</b>	<b>14.686.325</b>	<b>14.500.981</b>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 fi), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos definidos pela IAS 39, no âmbito da adopção da contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor. No entanto, os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado.

À data de 31 de Dezembro de 2009, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	2014 Euro'000	Anos seguintes Euro'000	Total Euro'000
Dívida de médio e longo prazo	-	1.203.700	1.448.579	2.412.879	2.223.423	6.197.918	13.486.499
Dívida de curto prazo	2.794.481	-	-	-	-	-	2.794.481
	<b>2.794.481</b>	<b>1.203.700</b>	<b>1.448.579</b>	<b>2.412.879</b>	<b>2.223.423</b>	<b>6.197.918</b>	<b>16.280.980</b>

A estimativa dos pagamentos futuros de capital em dívida e juros vencidos e o valor das garantias encontram-se desagregado na nota 41.

Os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos por tipo de empréstimo e por moeda de denominação são analisados como segue:

	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	2014 Euro'000	Anos seguintes Euro'000	Total Euro'000
<b>Empréstimos bancários:</b>							
Euro	204.386	246.807	101.812	2.124.184	85.169	1.017.933	3.780.291
Real Brasileiro	120.200	108.566	114.889	101.223	89.059	301.394	835.331
Dólar Americano	-	-	-	-	1.041.233	-	1.041.233
	<b>324.586</b>	<b>355.373</b>	<b>216.701</b>	<b>2.225.407</b>	<b>1.215.461</b>	<b>1.319.327</b>	<b>5.656.855</b>
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>							
Euro	739.620	756.760	494.976	144.975	961.275	3.365.089	6.462.695
Real Brasileiro	81.079	81.089	33.183	33.183	33.122	-	261.656
Dólar Americano	-	-	694.155	-	-	1.460.899	2.155.054
	<b>820.699</b>	<b>837.849</b>	<b>1.222.314</b>	<b>178.158</b>	<b>994.397</b>	<b>4.825.988</b>	<b>8.879.405</b>
<b>Papel comercial:</b>							
Euro	1.546.927	-	-	-	-	-	1.546.927
Real Brasileiro	91.586	-	-	-	-	-	91.586
	<b>1.638.513</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.638.513</b>
<b>Outros empréstimos:</b>							
Euro	4.167	4.213	3.292	2.994	7.975	13.501	36.142
Real Brasileiro	5.402	5.398	5.329	5.292	4.721	39.102	65.244
Dólar Americano	1.114	867	943	1.028	869	-	4.821
	<b>10.683</b>	<b>10.478</b>	<b>9.564</b>	<b>9.314</b>	<b>13.565</b>	<b>52.603</b>	<b>106.207</b>
	<b>2.794.481</b>	<b>1.203.700</b>	<b>1.448.579</b>	<b>2.412.879</b>	<b>2.223.423</b>	<b>6.197.918</b>	<b>16.280.980</b>

## 35. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	1.109.347	1.082.905	-	-
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	770.357	750.982	-	-
	<b>1.879.704</b>	<b>1.833.887</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A rubrica de "Provisões para responsabilidades e benefícios sociais" inclui, em 31 de Dezembro de 2009, os valores de 1.095.981 milhares de Euros relativos a planos de benefícios definidos com pensões de reforma (31 de Dezembro de 2008: 1.067.553 milhares de Euros) e 13.366 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 15.352 milhares de Euros), relativos aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos.

O movimento global da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do período	1.082.905	935.593	-	-
Dotação do período	62.274	47.196	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	32.757	46.117	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	84.005	185.791	-	-
Utilizações de provisões	-150.267	-146.310	-	-
Saída de perímetro - Enersul	-	15.573	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	-2.327	-1.055	-	-
Saldo no fim do período	<b>1.109.347</b>	<b>1.082.905</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do período	750.982	779.784	-	-
Dotação do período	49.955	48.791	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	1.736	3.086	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	2.479	-43.842	-	-
Utilizações de provisões	-42.905	-33.318	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	8.110	-3.519	-	-
Saldo no fim do período	<u>770.357</u>	<u>750.982</u>	-	-

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 n), o Grupo EDP optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. O impacto em reservas ascendeu ao valor de 1.162.000 milhares de Euros, a 31 de Dezembro de 2004. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adoptada, foram directamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas actuariais verificados nesses planos, tendo sido reconhecido nos exercícios de 2009 e 2008 perdas de 86.484 milhares de Euros e de 140.467 milhares de Euros, respectivamente.

#### Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

#### I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões do Grupo EDP é gerido pela Pensõesgere, subcontratando a gestão de activos a entidades gestoras de activos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos activos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios, segregados dos patrimónios das Patrocinadoras (Bandeirante e outras empresas eléctricas brasileiras) sem solidariedade contributiva:

- Plano BD vigente até 31 de Março de 1998, que é um Plano de Benefício Saldado que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de Março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até à referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências actuariais desse Plano é da Empresa.

- Plano BD vigente após 31 de Março de 1998, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de actividade. No caso de morte ou invalidez originada por acidente de trabalho, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de Março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências actuariais deste Plano é paritária entre a Empresa e os participantes.

A Escelsa, a Bandeirante e a Energest dispõem de Planos de Benefício Definido que garantem um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um Plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

	Portugal	Espanha	Brasil	Portugal	Espanha	Brasil
	2009	2009	2009	2008	2008	2008
Número de participantes						
Reformados e Pensionistas	18.309	1.515	1.610	18.446	1.600	1.559
Pessoal no Activo	6.608	1.263	1.951	6.838	1.294	2.165
	<u>24.917</u>	<u>2.778</u>	<u>3.561</u>	<u>25.284</u>	<u>2.894</u>	<u>3.724</u>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões no Grupo EDP, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez 2009				
	Portugal	Espanha	Brasil		
			Bandeirante	Escelsa	Energest
<b>Pressupostos</b>					
Taxa de rendimento dos activos	6,34%	não aplicável	11,49%	11,49%	11,49%
Taxa de desconto	5,20%	5% / 4,5%	11,20%	11,20%	11,20%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	2,75% (IPC + 0,5%); Em 2011 - 3% (IPC + 0,75%)	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	2,70%	não aplicável	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,90%	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Taxa de inflação	2,00%	2,25%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 years -- TV99/01	PERM/F-2000P	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled
Tábua de invalidez	50%EKV 80	não aplicável	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
	Dez 2008				
	Portugal	Espanha	Brasil		
			Bandeirante	Escelsa	Enersul
<b>Pressupostos</b>					
Taxa de rendimento dos activos	6,34%	não aplicável	11,00%	11,25%	10,75%
Taxa de desconto	5,75%	5,40%	11,25%	11,25%	11,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	1,90%	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	2,90%	não aplicável	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,10%	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Taxa de inflação	2,20%	2,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	PERM/F-2000P	RP-2000 Geracional	AT 2000/RP-2000 Geracional	AT 2000/RP-2000 Geracional
Tábua de invalidez	50% EKV 80	não aplicável	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são analisadas como segue:

	Dez 2009			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<b>Provisão para Planos de Pensões</b>				
Responsabilidades no fim do exercício	1.984.765	91.679	225.863	2.302.307
Activos dos Fundos no fim do exercício	-1.011.986	-	-221.776	-1.233.762
Activo não reconhecido ("asset ceiling")	-	-	27.436	27.436
Valor da provisão no fim do exercício	<u>972.779</u>	<u>91.679</u>	<u>31.523</u>	<u>1.095.981</u>

	Dez 2008			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<b>Provisão para Planos de Pensões</b>				
Responsabilidades no fim do exercício	1.930.534	93.990	168.461	2.192.985
Activos dos Fundos no fim do exercício	-991.453	-	-154.820	-1.146.273
Activo não reconhecido ("asset ceiling")	-	-	20.841	20.841
Valor da provisão no fim do exercício	<u>939.081</u>	<u>93.990</u>	<u>34.482</u>	<u>1.067.553</u>

A rubrica Activo não reconhecido ("asset ceiling") regista os montantes não reconhecidos como activo nos respectivos exercícios contabilísticos.

A evolução do valor presente das obrigações para pensões e o justo valor dos activos dos Fundos associados é analisada como segue:

	2009	2008	2007	2006	2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<b>Provisão para Planos de Pensões</b>					
Responsabilidades no fim do exercício	2.302.307	2.192.985	2.217.351	2.247.023	2.231.598
Activos dos Fundos no fim do exercício	-1.233.762	-1.146.273	-1.389.997	-1.316.748	-1.207.121
Activo não reconhecido ("asset ceiling")	27.436	20.841	-	-	-
Valor da provisão no fim do exercício	<u>1.095.981</u>	<u>1.067.553</u>	<u>827.354</u>	<u>930.275</u>	<u>1.024.477</u>







## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

A evolução dos activos consolidados dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	Dez 2009			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<b>Fundos de Pensões</b>				
Valor dos activos no início do exercício	991.453	-	154.820	1.146.273
Contribuições do Grupo	-	-	6.086	6.086
Contribuições dos trabalhadores	-	-	805	805
Pensões pagas no exercício	-54.228	-	-11.806	-66.034
Rendimento dos Fundos	61.085	-	19.940	81.025
Ganhos / (Perdas) actuariais	13.676	-	4.567	18.243
Variação cambial	-	-	47.364	47.364
<b>Valor dos activos fim do exercício</b>	<b>1.011.986</b>	<b>-</b>	<b>221.776</b>	<b>1.233.762</b>

A rubrica de ganhos e perdas actuariais no Brasil inclui o montante de 674 milhares de Euros (1.876 milhares de BRL) referente a ganhos e perdas actuariais do "asset ceiling" não reconhecidas em reservas (2008: 1.482 milhares de Euros).

	Dez 2008			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<b>Fundos de Pensões</b>				
Valor dos activos no início do exercício	1.178.536	-	256.686	1.435.222
Contribuições do Grupo	3.571	-	7.574	11.145
Contribuições dos trabalhadores	-	-	986	986
Pensões pagas no exercício	-53.725	-	-11.261	-64.986
Rendimento dos Fundos	70.712	-	21.836	92.548
Ganhos / (Perdas) actuariais	-207.641	-	-23.164	-230.805
Variação cambial	-	-	-38.387	-38.387
Saída de perímetro - Enersul	-	-	-59.450	-59.450
<b>Valor dos activos fim do exercício</b>	<b>991.453</b>	<b>-</b>	<b>154.820</b>	<b>1.146.273</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição verificada na carteira do fundo em Portugal é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa Euro'000	Obrigações Euro'000	Acções Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros Euro'000	Total Euro'000
31 de Dezembro de 2009	26.818	541.817	230.227	165.460	47.664	1.011.986
31 de Dezembro de 2008	-	553.231	199.282	178.462	60.478	991.453

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa %	Obrigações %	Acções %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2009	2,65%	53,54%	22,75%	16,35%	4,71%	100,00%
31 de Dezembro de 2008	-	55,80%	20,10%	18,00%	6,10%	100,00%

A rubrica imóveis inclui imóveis registados nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de Dezembro de 2009 ascendem a 124.722 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 133.847 milhares de Euros). A rubrica de obrigações inclui o montante de 2.277 milhares de Euros, relativo a obrigações emitidas pela EDP Finance B.V.

A rubrica acções inclui títulos emitidos por empresas do Grupo que são analisados como segue:

	2009	2008
	Euro'000	Euro'000
Acções:		
EDP Renováveis	2.815	4.347
EDP S.A.	-	-
	<b>2.815</b>	<b>4.347</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição verificada na carteira do fundo no Brasil é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa Euro'000	Obrigações Euro'000	Acções Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros Euro'000	Total Euro'000
31 de Dezembro de 2009	-	182.637	32.362	1.071	5.706	221.776
31 de Dezembro de 2008	325	-	33.235	1.855	119.405	154.820

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa %	Obrigações %	Acções %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2009	-	82,35%	14,59%	0,48%	2,58%	100,00%
31 de Dezembro de 2008	0,21%	-	21,47%	1,20%	77,12%	100,00%

A rubrica de Outros, em 31 de Dezembro de 2008 representa, essencialmente, aplicações financeiras indexadas ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

Para efeitos da determinação do valor da provisão para pensões o valor da carteira do fundo foi deduzido do limite ao reconhecimento do activo ("asset ceiling") no montante de 27.436 milhares de Euros, convertidos à taxa de fecho do BRL (68.901 milhares de BRL). Em 31 de Dezembro de 2008 o valor do "asset ceiling" ascendia a 20.841 milhares de Euros.

#### Pressupostos relativos à taxa de desconto e à taxa de retorno esperado dos activos

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões do Grupo EDP foram seleccionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram seleccionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno esperada dos activos para os anos de 2010 e seguintes, de acordo com as perspectivas em Janeiro de 2010, foi determinada tendo por base os objectivos de investimento por classe de activos e as melhores estimativas do retorno no longo prazo de cada classe, como segue:

	2009		Taxa de retorno esperada para 2010 e anos seguintes	
	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Peso	Rentabilidade esperada classe activo
<b>Portugal</b>				
Obrigações	48,50%	4,40%	52,50%	4,40%
Acções Europeias	18,00%	9,20%	14,00%	7,90%
Acções Globais	10,00%	9,50%	10,00%	8,00%
Fundos de "Hedge Funds"	4,50%	6,70%	3,00%	5,80%
Imobiliário	18,50%	6,50%	18,50%	6,90%
Outros	0,50%	2,50%	2,00%	8,40%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,30%</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,00%</b>

A taxa de retorno real dos activos do fundo de pensões em 2009 foi de 7,47% (2008: -11,81%).

	2009		Taxa de retorno esperada para 2010 e anos seguintes	
	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Peso	Rentabilidade esperada classe activo
<b>Brasil</b>				
Obrigações	82,35%	11,20%	81,00%	10,75%
Acções Europeias	-	-	-	-
Acções Globais	14,59%	13,29%	14,10%	13,25%
Fundos de "Hedge Funds"	-	-	-	-
Imobiliário	0,48%	11,20%	4,90%	10,75%
Outros	2,58%	10,77%	-	-
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,49%</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,00%</b>

À data de 31 de Dezembro de 2009, a desagregação do valor expectável de **Pagamento de benefícios futuros**, relativo à actividade em Portugal, em Espanha e no Brasil, é analisada de seguida:

Portugal	Expectativa de pagamentos			Total
	Pensões	Plano Médico	Outros Benefícios	
2010	190.936	20.363	15.814	227.113
2011	185.484	20.792	16.045	222.321
2012	180.360	21.216	16.383	217.959
2013	173.758	21.697	16.724	212.179
2014	167.475	22.205	17.130	206.810
2015	159.127	22.775	17.768	199.670
2016	151.366	23.398	18.235	192.999
2017	145.926	24.155	19.065	189.146
2018	138.596	24.964	19.621	183.181
2019	134.148	25.823	20.154	180.125

Em 2009, não foram efectuadas contribuições para o Fundo de pensões (31 de Dezembro de 2008: 3.571 milhares de Euros e foram realizadas integralmente em dinheiro).

Em 2009, o valor das pensões pagas pelos Fundos em Portugal ascendeu a 54.228 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 53.725 milhares de Euros).

Espanha	Expectativa de pagamentos
	Outros Benefícios
2010	8.658
2011	10.381
2012	11.668
2013	12.093
2014	11.566
2015	7.165
2016	5.312
2017	3.035
2018	2.000
2019	2.000

Em 2009, o valor dos benefícios pagos ascendeu a 7.984 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 6.997 milhares de Euros).



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

O montante de 91.679 milhares de Euros relativo ao Grupo HC Energia, incluído nas provisões para responsabilidades e benefícios sociais, inclui provisões de 37.801 milhares de Euros relativos a provisões no âmbito da revisão do acordo colectivo de trabalho do Grupo HC Energia ("Convénio Colectivo") celebrado em Dezembro de 2007. Este acordo, entre outros aspectos, regula o regime de pré-reformas para os anos de 2008 até 2012. A provisão inclui, ainda, 53.878 milhares de Euros relativos a responsabilidades com pré-reformas anteriores a 31 de Dezembro de 2007.

Brasil	Expectativa de pagamentos			Total
	Pensões	Plano Médico	Outros Benefícios	
2010	8	2	-	10
2011	6.781	2	-	6.783
2012	7.761	2	-	7.763
2013	8.796	3	-	8.799
2014	9.872	3	-	9.875
2015	10.907	3	-	10.910
2016	12.193	3	1	12.197
2017	13.546	3	-	13.549
2018	15.355	3	1	15.359
2019	18.253	3	1	18.257

Em 2009, as contribuições efectuadas para o Fundo de pensões ascenderam a 6.086 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 7.574 milhares de Euros) e foram realizadas integralmente em dinheiro.

Em 2009, o valor das pensões pagas pelos Fundos ascendeu a 11.806 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 11.261 milhares de Euros).

### II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A NEO e a Hidroantábrico em Espanha, a Bandeirante no Brasil, bem como a EDP Estudos e Consultoria em Portugal, dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

### III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos o outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

No Brasil, a Escelsa e a Energest dispõem também de Planos de Assistência Médica para os reformados, suportados através de provisões contabilísticas, onde se encontra incluída a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

Pressupostos	Dez 2009		Dez 2008	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Taxa de desconto	5,20%	11,20%	5,75%	11,25%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	9,5% (b)	4,00%	10% (b)
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	150	não aplicável	233	não aplicável
Tábua de mortalidade	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 years -- TV99/01	RP-2000 Geracional	TV 88/90	RP-2000 Geracional
Tábua de invalidez	50% EKV 80	Wyatt 85 Class 1	50% EKV 80	Wyatt 85 Class 1
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	não aplicável	a)	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

(b) 9,5% no primeiro ano a decrescer para 5,5% em 8 anos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	Portugal 2009	Brasil 2009	Portugal 2008	Brasil 2008
Número de participantes				
Reformados e Pensionistas	18.300	856	18.446	834
Pessoal no Activo	6.608	656	6.838	1.098
	<u>24.908</u>	<u>1.512</u>	<u>25.284</u>	<u>1.932</u>

A evolução do valor presente das obrigações para cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	2009	2008	2007	2006	2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<b>Provisão para Cuidados Médicos</b>					
Responsabilidades no fim do exercício	<u>770.357</u>	<u>750.982</u>	<u>779.784</u>	<u>760.460</u>	<u>743.462</u>
Valor da provisão no fim do exercício	<u>770.357</u>	<u>750.982</u>	<u>779.784</u>	<u>760.460</u>	<u>743.462</u>

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos em Portugal são apresentados como segue:

	2009	2008	2007	2006	2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	<u>57.164</u>	<u>-4.160</u>	<u>-69.385</u>	<u>-9.693</u>	<u>61.049</u>
	<u>57.164</u>	<u>-4.160</u>	<u>-69.385</u>	<u>-9.693</u>	<u>61.049</u>

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos no Brasil são apresentados como segue:

	2009	2008	2007	2006	2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	-9.771	2.717	1.542	-2.853	5.606
	<u>-9.771</u>	<u>2.717</u>	<u>1.542</u>	<u>-2.853</u>	<u>5.606</u>

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios do Grupo EDP é analisada como segue:

	Dez 2009			Dez 2008		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<b>Evolução das Responsabilidades</b>						
Responsabilidades no início do exercício	734.934	16.048	750.982	754.288	25.496	779.784
Custo dos serviços correntes	6.622	166	6.788	7.223	256	7.479
Custo dos juros	41.141	2.026	43.167	38.993	2.319	41.312
Benefícios pagos	-39.034	-3.871	-42.905	-31.396	-1.922	-33.318
"Curtailments"/"Settlements"	1.736	-	1.736	3.086	-	3.086
(Ganhos) / Perdas actuariais	-6.338	8.817	2.479	-40.519	-3.323	-43.842
Variação cambial	-	5.449	5.449	-	-4.058	-4.058
Outras variações	2.661	-	2.661	3.259	-2.720	539
<b>Responsabilidades no fim do período / exercício</b>	<u>741.722</u>	<u>28.635</u>	<u>770.357</u>	<u>734.934</u>	<u>16.048</u>	<u>750.982</u>
<b>Valor da provisão no fim do período / exercício</b>	<u>741.722</u>	<u>28.635</u>	<u>770.357</u>	<u>734.934</u>	<u>16.048</u>	<u>750.982</u>

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	Dez 2009			Dez 2008		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<b>Custo do exercício</b>						
Custo do serviço	6.622	166	6.788	7.223	256	7.479
Custo de juro	41.141	2.026	43.167	38.993	2.319	41.312
"Curtailment"	1.736	-	1.736	3.086	-	3.086
Custo líquido do exercício	<u>49.499</u>	<u>2.192</u>	<u>51.691</u>	<u>49.302</u>	<u>2.575</u>	<u>51.877</u>

A análise de sensibilidade para o Plano de Cuidados Médicos em Portugal é analisada como segue:

	Euro'000		
	Pressupostos Centrais	Pressuposto sensibilidade - inflação actos médicos	
		-1%	+1%
Responsabilidades no fim do exercício	741.722	696.959	796.138
Custo do exercício de 2010			
Custo dos serviços correntes	6.965	6.221	7.933
Custo dos juros	37.629	35.302	40.459
	<u>44.594</u>	<u>41.523</u>	<u>48.392</u>

O Plano de Cuidados Médicos e Outros Benefícios no Brasil inclui responsabilidades no montante de 23.555 milhares de Euros, relativo a cuidados médicos, cuja análise de sensibilidade é apresentada como segue:

	Euro'000		
	Pressupostos Centrais	Pressuposto sensibilidade - inflação actos médicos	
		-1%	+1%
Responsabilidades no fim do exercício	23.555	21.768	25.593
Custo do exercício de 2010			
Custo dos serviços correntes	-	-	-
Custo dos juros	2.528	2.328	2.757
	<u>2.528</u>	<u>2.328</u>	<u>2.757</u>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

## 36. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	94.520	116.528	-	-
Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente	28.561	14.993	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	219.674	192.198	18.637	79.014
	<b>342.755</b>	<b>323.719</b>	<b>18.637</b>	<b>79.014</b>

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do período	116.528	152.428	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-	-30.869	-	-
Dotação do exercício	26.502	14.566	-	-
Redução da provisão	-10.354	-2.561	-	-
Utilização da provisão	-65.551	-2.195	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	27.395	-14.841	-	-
Saldo no final do período	<b>94.520</b>	<b>116.528</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 27 de Outubro de 2009 e 5 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP foi objecto de duas notas de liquidação ao lucro tributável do grupo fiscal EDP com referência aos anos de 2005 e 2006, as quais, incluem o efeito da correcção à matéria colectável da EDP Internacional SGPS no valor total de 591 milhões de Euros, nomeadamente quanto ao tratamento fiscal conferido a uma menos valia apurada na liquidação de uma filial sua, cujo principal activo consistia em partes de capital em filiais operacionais no Brasil, nomeadamente na Escelsa e na Enersul. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor da contingência fiscal associada à referida correcção ascende a 176 milhões de Euros.

Tendo por base a análise que efectuou e aos pareceres técnicos que entretanto recolheu, incluindo a obtenção por parte das autoridades fiscais de um parecer vinculativo favorável quanto à natureza da operação em apreço no ano em que ocorreu a liquidação, o Grupo EDP considera como remoto o risco de perder a razão nos tribunais. No âmbito desta análise, a menos-valia apurada é fiscalmente dedutível em sede de IRC, ao abrigo do artigo 75º, nº 2 do Código do IRC na redacção em vigor à data.

Consequentemente, o Grupo EDP encontra-se a acionar todos os meios legais ao seu alcance para defender os seus interesses e dos seus accionistas, estando convicto de que lhe assiste toda a razão legal e fiscal, estando a decorrer o recurso ao processo gracioso. Em última instância, será desencadeado o processo judicial se se revelar necessário.

A rubrica de "Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências", no montante 94.520 milhares de Euros, inclui provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais no valor de 78.693 milhares de Euros.

O saldo em aberto a 31 de Dezembro de 2009 relativo a processos fiscais inclui cerca de 9.564 milhares de Euros, relativos a impostos a devolver ao Estado pela subsidiária Naturgas Distribución por deduções específicas efectuadas no País Basco, ao abrigo da Norma Foral 7/1996 de 4 de Julho. Esta norma determina que 45% dos valores referentes a investimentos em Activos Fixos novos efectuados por sujeitos passivos residentes no País Basco, poderiam ser deduzidos fiscalmente. A subsidiária aplicou as referidas deduções, tendo posteriormente, na sequência de um processo instaurado pelas Autoridades Comunitárias, sido emitida uma sentença judicial, segundo a qual, as entidades que efectuaram estas deduções teriam de as restituir ao Estado. A empresa continua a aguardar a emissão de sentença definitiva.

As provisões para processos judiciais em curso contra subsidiárias do Grupo EDP, cujo montante ascende a 78.693 milhares de Euros (2008: 54.304 milhares de Euros) respeitam essencialmente a:

- Pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efectuados pelos consumidores industriais às subsidiárias brasileiras Bandeirante e Escelsa, no montante total de 15.607 milhares de Euros (2008: 15.998 milhares de Euros). Estes pedidos decorrem da aplicação das Portarias DNAEE n.º 38, de 27 de Fevereiro de 1986 e n.º 45, de 4 de Março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de Março a Novembro de 1986.
- A C.M. da Póvoa do Varzim intentou uma acção judicial contra a EDP, no valor de 5.703 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Esta acção foi contestada pela EDP, tendo esta efectuado pedido reconvenional no valor de 11.200 milhares de Euros.
- Existe um litígio com a C. M. do Seixal relativo a divergências quanto a taxas de ocupação da via pública dos anos de 2004 e 2005, no valor de 3.172 milhares de Euros por ano, ascendendo no total a 6.344 milhares de Euros.
- Os restantes processos judiciais em curso dizem, essencialmente, respeito a indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, por electrocussão, bem como por outros danos causados.

O movimento da **Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do período	14.993	8.093	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-	-1.810	-	-
Dotação do exercício	30.992	20.279	-	-
Redução da provisão	-	-1.289	-	-
Utilização da provisão	-17.457	-9.968	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	33	-312	-	-
Saldo no final do período	<b>28.561</b>	<b>14.993</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A rubrica de "Provisão para garantias a clientes" no âmbito da actividade corrente, no montante 28.561 milhares de Euros (2008: 14.993 milhares de Euros), inclui, essencialmente, provisões para perdas comerciais.

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do período	192.198	215.520	79.014	29.580
Variações do perímetro de consolidação	184	-	-	-
Dotação do exercício	34.828	36.339	187	61.117
Redução da provisão	-7.283	-35.264	-57.190	-2.408
Utilização da provisão	-36.211	-28.734	-7.500	-9.275
Outras variações e diferenças cambiais	35.958	4.337	4.126	-
Saldo no final do período	219.674	192.198	18.637	79.014

A 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" em base consolidada, no montante de 219.674 milhares de Euros (2008: 192.198 milhares de Euros), inclui as seguintes situações:

ii) O Grupo possui uma provisão, no valor de 21.466 milhares de Euros, para fazer face aos custos de desmantelamento da Central Nuclear de Trillo, que ocorrerão a partir do momento da paragem definitiva da central até à sua transferência para a Enresa, empresa que procederá ao seu desmantelamento.

iii) Provisão para desmantelamento de parques eólicos no valor total de 63.956 milhares de Euros (2008: 47.311 milhares de Euros). Esta provisão foi constituída para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, sendo 41.609 milhares de Euros para parques do Grupo Horizon e o restante para parques do Grupo NEO.

iii) No âmbito do enquadramento e das tendências sócio/económicas actuais e futuras aliadas às práticas do Grupo EDP em matéria de sustentabilidade e ambiente, o Grupo constitui provisões para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores, cujo valor em 31 de Dezembro de 2009 ascende a 12.154 milhares de Euros e 5.831 milhares de Euros para os parques electroprodutores térmicos sediados em Portugal e Espanha, respectivamente. Em conformidade com a política contabilística referida na nota 2 (o) estas provisões são calculadas com base no valor actual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período de vida útil média esperada desses activos.

A 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" em base individual, incluía o valor de 57.190 milhares de Euros relativos a uma provisão para cobertura dos capitais próprios negativos de empresas subsidiárias. Durante o exercício de 2009, na sequência da realização de prestações suplementares, esta provisão foi revertida por contrapartida de proveitos financeiros, conforme referido na nota 14.

### 37. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Credores de curto prazo - Corrente:</b>				
Fornecedores	803.457	956.745	110.501	125.068
Fornecedores de imobilizado	901.417	649.475	7.217	522
Adiantamentos de clientes	29.500	29.905	43	43
Outros credores				
- Colaboradores	56.949	64.286	6.901	3.496
- Fornecimento de outros bens e serviços	193.914	147.229	9.777	138.847
- Rendas de concessão	15.822	11.857	-	-
- Valor a pagar à entidade reguladora do Brasil	11.988	11.591	-	-
- Valor a investir em pesquisa e desenvolvimento - Brasil	16.449	13.734	-	-
- Títulos de Dívida Pública (obrigações do Tesouro) por liquidar	-	48.206	-	-
- Valores a pagar por transacções de energia eléctrica no MIBEL	-	119.714	-	119.714
Créditos de empresas relacionadas	30.481	13.837	-	113.830
Valores a pagar da actividade regulada	40.159	27.127	-	-
Programa eficiência energética - Brasil	21.056	10.757	-	-
Férias, subsídios férias e outros encargos	96.606	90.382	587	652
Instrumentos financeiros derivados	88.745	178.473	132.349	239.948
Subsídios e participações investimento imobilizado	135.446	105.418	-	-
Custos especializados relacionados com a actividade de gestão de energia	17.132	107.885	102.176	107.885
Custos especializados relacionados com a compra de energia (PRE)	143.280	97.128	-	-
Especialização de proveitos - comercialização de energia	20.395	39.251	-	-
Acréscimos de custos relacionados com a revisibilidade do CMEC	-	84.155	-	-
Acréscimos de custos relacionados com parcela fixa da tarifa de uso de redes	72.140	6.212	-	-
Licenças de Emissão de CO <sub>2</sub>	341.446	496.425	-	-
Acréscimos de Custos - Subcontratos (Horizon)	22.841	68.821	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	92.446	131.136	-	-
Futuros OMIP ("own use")	9.620	-	9.620	13.154
Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal	1.056.236	300.073	-	-
Valores a pagar por défice tarifário - Espanha	65.231	-	-	-
Ajustamento tarifário a pagar	14.317	78.584	-	-
Prestações Acessórias por realizar à EDP Imobiliária	-	-	-	48.206
Credores - empresas do Grupo	-	-	621.941	768.931
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	710.113	-	-	-
Outros credores e operações diversas	298.445	264.694	31.268	24.600
	<b>5.305.631</b>	<b>4.153.100</b>	<b>1.032.380</b>	<b>1.704.896</b>

A rubrica "Credores - empresas do Grupo" nas contas individuais, inclui 558.061 milhares de Euros (2008: 768,931 milhares de Euros) relativos a financiamentos obtidos pela EDP, S.A. Sucursal em Espanha através da EDP Finance BV e ainda 37.690 milhares de Euros, 21.554 milhares de Euros e 4.636 milhares de Euros, respeitantes a financiamentos obtidos junto da EDP Renováveis, Nuevas Energias del Occidente e Naturgas Energia Grupo, S.A., respectivamente (ver nota 43).



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Na rubrica Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários - curto-prazo, conforme referido na política contabilística 2 b) o Grupo regista as "put options" relativas a participações detidas por interesses minoritários em subsidiárias do Grupo EDP, na data de aquisição ou numa data subsequente como uma aquisição antecipada desses interesses minoritários, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade de exercício das opções. A 31 de Dezembro de 2009 as responsabilidades com opções sobre interesses minoritários incluem a opção de venda por parte da Caja Madrid à Neo relativa a 20% da sua participação na Genesa no montante de 303.722 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 258.841 milhares de Euros) e a opção de venda por parte da Ente Vasco de la Energia à HC Energia de 30,4% da participação na Naturgás no montante de 406.391 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 426.839 milhares de Euros). Em 2008, estas responsabilidades encontravam-se registadas como passivos não correntes.

A rubrica de licenças de emissão de CO2 inclui os montantes de 158.281 milhares de Euros de licenças atribuídas em Portugal, a devolver ao Instituto do Ambiente e 183.165 milhares de Euros relativos ao Grupo HC Energia em Espanha, referentes aos consumos de CO2 efectuados durante o ano.

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Credores de médio/longo prazo - Não corrente:</b>				
Participações do Estado p/Aprov. Fins Múltiplos	10.893	10.893	10.893	10.893
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	37.670	38.415	3	4
Créditos de empresas associadas	121.006	64.619	-	-
Fornecedores de imobilizado	6.789	5.076	1.888	1.333
Subsídios e participações de investimento imobilizado	1.932.913	1.736.514	-	-
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	101.622	771.641	-	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal	88.479	-	-	-
Proveitos diferidos	750	56.789	-	-
Contratos de venda de energia - Horizon	97.951	119.655	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	381.278	467.209	-	-
Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's	1.353.612	1.096.668	-	-
Valores a pagar por concessões	235.903	228.944	-	-
Instrumentos financeiros derivados	178.628	125.965	773	-
Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)	-	-	2.809.277	2.388.201
Valores a pagar por Aquisição de Empresas	21.230	31.247	-	-
Valores a pagar por Success Fees relacionados com a Aquisição de empresas	53.034	85.145	-	-
Outros credores e operações diversas	52.511	23.871	1.907	1.409
	<b>4.674.269</b>	<b>4.862.651</b>	<b>2.824.741</b>	<b>2.401.840</b>

As rubricas "Proveitos Diferidos - CMEC" corrente e não corrente incluem o montante de 473.724 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 598.345 milhares de Euros) referentes ao valor inicial do CMEC (833.467 milhares de Euros) deduzidos das amortizações do CMEC inicial dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 e acrescido da rubrica de custos financeiros (25.696 milhares de Euros em 2009) conforme referido na nota 14.

Os montantes registados na rubrica "Subsídios e participações para investimento em imobilizado" corrente e não corrente correspondem ao valor das participações dos clientes para investimento do Grupo, sendo amortizadas através do reconhecimento de um proveito em resultados pelo período de vida útil do activo a que estão relacionadas (ver nota 12).

Na rubrica Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários - médio/longo prazo, conforme referido na política contabilística 2 b) o Grupo regista as "put options" relativas a participações detidas por interesses minoritários em subsidiárias do Grupo EDP, na data de aquisição ou numa data subsequente como uma aquisição antecipada desses interesses minoritários, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade de exercício das opções. A 31 de Dezembro de 2009 as responsabilidades com opções sobre interesses minoritários incluem a opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia no montante de 100.812 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 85.961 milhares de Euros).

No momento da aquisição da Horizon, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation", foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de USD, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica "Contratos de venda de energia - Horizon", que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos de exploração (ver nota 7).

A subsidiária Horizon regista os recebimentos de investidores institucionais (TEI's) associados aos projectos eólicos como passivos não correntes na rubrica "Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's". Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais atribuídos e pagamentos realizados aos investidores institucionais durante o período. O valor de benefícios fiscais atribuídos é registado como um proveito diferido não corrente, reconhecido durante o período de vida útil de 20 anos dos projectos relacionados (ver nota 7). Adicionalmente este passivo é aumentado pelo registo da estimativa do juro calculado com base no valor do passivo e a taxa de retorno esperada pelos investidores institucionais (ver nota 14).

A rubrica "Valores a pagar por concessões" refere-se aos montante a pagar, no médio/longo prazo, relativos aos direitos de concessão da exploração do domínio hídrico das centrais de Alqueva e Pedrógão cedidos pela EDIA no valor de 154.301 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009 (31 de Dezembro de 2008: 165.089 milhares de Euros) e à compensação financeira por usufruto do bem público relativos aos contratos de concessão das empresas Investco, S.A. e Enerpeixe, S.A. no Brasil no valor de 81.602 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009 (31 de Dezembro de 2008: 63.855 milhares de Euros).

O justo valor da carteira de investimentos financeiros derivados, cujos montantes registados como outros Credores e passivos correntes e não correntes ascendem a 88.745 milhares de Euros e 178.628 milhares de Euros respectivamente, inclui as carteiras de negociação e de cobertura (ver nota 40).

A rubrica Valores a pagar por Success Fees relacionados com a Aquisição de empresas corresponde ao preço contingente a pagar pela aquisição do Relax Wind Group, Renovatio Group, Greenwind, Elektrownia Wiatrowa Kresy e Elebrás.

A rubrica "Credores - empresas do Grupo (EDP Finance B.V.)\*" não corrente nas contas individuais, no montante de 2.809.277 milhares de Euros, corresponde ao financiamento obtido através da EDP Finance B.V. e concedido à EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha, no âmbito da operação de aquisição da Horizon e para financiamento do plano de investimentos do Grupo EDP Renováveis.

A rubrica "Valores a pagar por desvios tarifários a pagar — Portugal" corrente e não corrente, no montante de 1.056.236 milhares de euros e 88.479 milhares de euros, respectivamente (2008: 300.073 milhares de euros em corrente), respeitam ao desvio tarifário (ver Nota 3) do sistema eléctrico português em 2008 e 2009 para as empresas reguladas em Portugal.



O movimento do período na rubrica Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal (Corrente e Não corrente) é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	-	-
Constituição do desvio de 2007	16.374	-
Desvio tarifário do período	283.699	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<u>300.073</u>	<u>-</u>
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-315.995	-
Constituição do desvio de 2008	-	34.144
Desvio tarifário do período	-	1.109.252
Encargos financeiros	15.922	1.319
Transferência da parcela de não-corrente para corrente	1.056.236	-1.056.236
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<u>1.056.236</u>	<u>88.479</u>

### 38. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	599.032	160.615	483.912	10.533
- Retenções na fonte	40.186	44.923	277	278
- Contribuições para a Segurança Social	9.982	8.358	20	19
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	42.344	37.305	385	-
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	57.179	33.126	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	41.402	22.333	-	-
- Outras tributações	137.881	81.802	-	-
	<u>928.006</u>	<u>388.462</u>	<u>484.594</u>	<u>10.830</u>

A rubrica Outras tributações a 31 de Dezembro de 2009 inclui essencialmente tributações externas relativas aos grupos HC Energia e Naturgás com 44.225 milhares de euros e 31.671 milhares de euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2008: 41.048 milhares de Euros no Grupo HC Energia e 25.045 milhares de Euros no Grupo Naturgás) e do Grupo Energia do Brasil, no montante de 55.347 milhares de Euros.

### 39. Activos e Passivos detidos para venda

Os critérios para classificação dos activos e passivos detidos para venda e operações em descontinuação, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, encontram-se descritos na política contabilística, alínea 2 u).

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Activos detidos para venda</b>				
Terrenos detidos para venda futura - Horizon	-	985	-	-
Investimento detido na Denerge - EDP Brasil	-	11.562	-	-
Investimento detido na Esc 90 - EDP Brasil	-	18.281	-	-
	-	<u>30.828</u>	-	-
<b>Passivos detidos para venda</b>				
Responsabilidades sobre a Esc 90	-	-15.841	-	-
	-	<u>14.987</u>	-	-

O Grupo EDP decidiu manter a participação de 3,16% na Denerge - Desenvolvimento Energético S.A., tendo procedido à sua reclassificação para a rubrica de activos disponíveis para venda (ver nota 21). Esta participação resultou da operação de permuta de activos ocorrida em 2008 com o Grupo Rede.

Em 30 de Junho de 2009 foi concluída pela EDP Brasil a operação de alienação da totalidade das quotas da ESC 90 Telecomunicações Ltda. ("ESC 90") representativas de 48,51% do seu capital social à Net Serviços de Comunicação S.A. conforme previsto no Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais celebrado em Agosto de 2008. A concretização da operação estava condicionada à obtenção de aprovação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, a qual foi concedida sem quaisquer ressalvas no dia 8 de Junho de 2009. Esta operação gerou uma mais valia em base consolidada no montante de 19.141 milhares de Euros (ver nota 13).

### 40. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge"), de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge") e de cobertura de investimentos em unidades operacionais no estrangeiro ("Net investment").



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Em 2009, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo valor		Nocional			
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000
<b>Cobertura de "Net investment"</b>						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	663	-94	-	-	75.098	75.098
	663	-94	-	-	75.098	75.098
<b>Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")</b>						
"Swaps" taxa de juro	82.347	-	-	1.000.000	-	1.000.000
"Swaps" de taxa de juro e moeda	34.388	-143.821	-	-	730.313	730.313
	116.735	-143.821	-	1.000.000	730.313	1.730.313
<b>Cobertura de fluxos de caixa ("Cashflow hedge")</b>						
"Swaps" de matérias-primas	85.261	-465	566.141	56.018	-	622.159
"Swaps" taxa de juro	96	-23.721	35.355	215.156	216.988	467.499
"Forwards" de moeda	1.805	-23.236	319.364	442.444	-	761.808
	87.162	-47.422	920.860	713.618	216.988	1.851.466
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de matérias-primas	30.317	-1.634	1.009.027	8.372	-	1.017.399
"Swaps" de taxa de juro	29.495	-23.240	9.082	-	837.532	846.614
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-8.603	-	27.003	-	27.003
"Forwards" de moeda	2.672	-27.191	480.337	132.959	-	613.296
"Forwards" de matérias-primas	8.755	-10.989	82.926	-	-	82.926
Opções compradas e vendidas	-	-1.157	-	-	-	-
Futuros OMIP	512	-3.222	487.695	34.374	-	522.069
	71.751	-76.036	2.069.067	202.708	837.532	3.109.307
	276.311	-267.373	2.989.927	1.916.326	1.859.931	6.766.184

Em 2008, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo valor		Nocional			
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000
<b>Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")</b>						
"Swaps" de taxa de juro	81.619	-	1.000.000	750.000	-	1.750.000
"Swaps" de taxa de juro e moeda	2.764	-115.979	43.586	43.113	265.600	352.299
	84.383	-115.979	1.043.586	793.113	265.600	2.102.299
<b>Cobertura de fluxos de caixa ("Cashflow hedge")</b>						
"Swaps" de matérias-primas	5.154	-483	12.865	-	-	12.865
"Swaps" taxa de juro	102	-17.294	29.310	182.557	212.407	424.274
"Forwards" de moeda	365	-2.264	99.408	-	-	99.408
	5.621	-20.041	141.583	182.557	212.407	536.547
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de matérias-primas	84.569	-57.039	591.387	-	-	591.387
"Swaps" de taxa de juro	26.665	-20.881	22.455	-	600.000	622.455
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-61.175	-	-	410.313	410.313
"Forwards" de moeda	59.629	-26.808	2.104.298	98.700	-	2.202.998
Opções compradas e vendidas	-	-2.515	1.506.609	54.761	2.051	1.563.421
	170.863	-168.418	4.224.749	153.461	1.012.364	5.390.574
	260.867	-304.438	5.409.918	1.129.131	1.490.371	8.029.420

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registada nas rubricas de Devedores e outros activos (ver nota 25) e Credores e outros passivos (ver nota 37) consoante a sua natureza.

A valorização dos derivados é baseada em cotações indicadas por entidades externas. Estas entidades utilizam informação de mercados e técnicas de desconto de fluxos de caixa futuros geralmente aceites.

Os Instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo EDP (ver Nota 4) mas que não são elegíveis nos termos das IFRS para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura.

As variações de justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos, são analisadas como segue:

Tipo cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2009		2008	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000	Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000
- "Fair value"	"Swaps" de taxa de juro	Tx juro	-2.286	2.286	18.539	-18.539
- "Fair value"	"Swaps" de taxa de juro de moeda	Tx juro e tx câmbio	26.547	-26.547	-52.141	52.141
- "Cashflow hedge"	"Swaps" de taxa de juro	Tx juro	-3.242	-	-22.836	-
- "Cashflow hedge"	"Forwards" de moeda	Tx câmbio	-29.177	-	4.434	-
- "Cashflow hedge"	"Swaps" de matérias-primas	Preço de matérias	79.498	-	-39.773	-
			71.340	-24.261	-91.777	33.602

Durante os exercícios de 2009 e 2008 verificaram-se os seguintes movimentos em reservas de justo valor, associados às coberturas de fluxos de caixa:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Saldo inicial	-54.653	2.014
Varição de justo valor	47.079	-58.175
Transferência para resultados	88.018	1.508
Saldo final	80.444	-54.653

Os ganhos e perdas não realizados na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados do exercício de 2009 e 2008, são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Carteira de derivados de negociação	34.123	55.295	-10.474	147.089
Cobertura de justo valor (Fair value hedge)				
- Derivados	24.261	-33.602	-2.852	18.539
- Passivo coberto	-24.261	33.602	2.852	-18.539
Cobertura de fluxos de caixa (Cash-flow hedge)				
- Transferência para resultados	-88.018	-1.508	-42.505	-1.485
- Ineficácia	977	-	977	-
	-52.918	53.787	-52.002	145.604

Em 2009, as taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Valor Nominal	Moeda	Grupo	
			EDP Paga	EDP Recebe
<b>Contratos de taxa de juro:</b>				
"Swaps" de taxa de juro	2.314.113	EUR	[ 5,01% - 0,19% ]	[ 5,88% - 0,71% ]
"Swaps" de taxa de juro	246.614	USD	[ 5,82% - 2,09% ]	0,43%
<b>Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:</b>				
CIRS ("currency interest rate swaps")	730.313	EUR / GBP	[ 4,74% - 2,51% ]	[ 8,63% - 6,63% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	27.004	USD / BRL	[ 10,25% - 9,44% ]	4,86%
CIRS ("currency interest rate swaps")	75.098	USD / JPY	6,84%	3,11%
<b>Contratos de taxa de câmbio:</b>				
"Forwards" de moeda	226.989	BRL / USD		

Os contratos de "Forwards" de moeda BRL / USD correspondem à cobertura cambial do empréstimo da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. cuja taxa de juro se encontra fixa através dos "Swaps" de taxa de juro em USD.

Em 2008, as taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Valor Nominal Euro'000	Moeda	Grupo	
			EDP Paga	EDP Recebe
<b>Contratos de taxa de juro:</b>				
"Swaps" de taxa de juro	2.796.729	EUR	[ 5,95% - 3,0% ]	[ 6,40% - 3,04% ]
<b>Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:</b>				
CIRS ("currency interest rate swaps")	730.313	GBP / EUR	8,67%	8,63%
CIRS ("currency interest rate swaps")	32.299	USD / BRL	[16,35% - 13,47% ]	[ 4,38% - 4,0% ]
<b>Contratos de taxa de juro:</b>				
Opções compradas sobre taxa de juro (compra CAP)	534.810		[ 5,75% - 4,00% ]	
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda CAP)	500.000		[ 5,30% - 5,20% ]	
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda FLOOR)	528.611		[ 4,27% - 3,00% ]	

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

**41. Compromissos**

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDP que não figuram no balanço, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo		Individual	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
<b>Garantias de carácter financeiro</b>				
EDP, S.A.	396.175	407.256	396.175	407.256
Grupo Hidroantábriço	36.858	65.027	-	-
Grupo Brasil	46.587	40.569	-	-
Grupo EDP Renováveis	9.465	9.574	-	-
Outras	3.720	3.729	-	-
	<u>492.805</u>	<u>526.155</u>	<u>396.175</u>	<u>407.256</u>
<b>Garantias de carácter operacional</b>				
EDP, S.A.	829.891	1.042.960	829.891	1.042.960
Grupo Hidroantábriço	324.839	301.454	-	-
Grupo Brasil	102.732	66.333	-	-
Grupo EDP Renováveis	1.613.885	1.309.010	-	-
Outras (Portugal)	25.191	9.110	-	-
	<u>2.896.538</u>	<u>2.728.867</u>	<u>829.891</u>	<u>1.042.960</u>
<b>Total</b>	<u>3.389.343</u>	<u>3.255.022</u>	<u>1.226.066</u>	<u>1.450.216</u>
<b>Garantias reais</b>	<u>12.504</u>	<u>6.313</u>	-	-

Das garantias de carácter financeiro contratadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, 452.063 milhares de Euros e 466.916 milhares de Euros, respectivamente, estão relacionadas com financiamentos contratados por empresas do Grupo e já incluídos na sua dívida consolidada. Destas, destacam-se as garantias respeitantes a financiamentos contratados no Brasil para a construção de centrais hidroelectricas, as quais totalizam 359.249 milhares de Euros em Dezembro de 2009, tendo associadas contra-garantias recebidas pela EDP de parceiros nestes projectos, no valor de 132.851 milhares de Euros.

No âmbito da sua actividade corrente de produção e distribuição de energia, é exigido à EDP e suas subsidiárias a apresentação de garantias bancárias ou corporativas, de natureza operacional. Do montante global de garantias operacionais existentes em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente, 439.030 milhares de Euros e 454.651 milhares de Euros dizem respeito a garantias prestadas aos operadores de mercado, necessárias para que a EDP e suas subsidiárias possam participar nos mercados de energia.

Adicionalmente, o Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 716.429 milhares de Euros e 742.190 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vinculadas de locações financeiras e os outros passivos de longo prazo (que figuram no Balanço) e as restantes obrigações de compra e as rendas vincendas de locações operacionais (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Dez 2009				
	Capital em dívida por período				
Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	19.905.950	3.145.007	3.679.269	5.477.719	7.603.955
Rendas vincendas de locações financeiras	7.178	2.957	3.862	359	-
Responsabilidades com locações operacionais	476.479	36.143	61.991	54.383	323.962
Obrigações de compra	40.463.940	4.762.822	7.578.651	5.990.735	22.131.732
Outros passivos de longo prazo	2.510.646	243.036	498.702	485.940	1.282.968
	<u>63.364.193</u>	<u>8.189.965</u>	<u>11.822.475</u>	<u>12.009.136</u>	<u>31.342.617</u>
Dez 2008					
Capital em dívida por período					
Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	18.381.211	4.522.169	2.891.980	4.503.073	6.463.989
Rendas vincendas de locações financeiras	6.517	2.979	3.033	505	-
Responsabilidades com locações operacionais	493.111	35.193	60.424	54.888	342.606
Obrigações de compra	32.506.448	4.201.423	5.670.470	4.700.128	17.934.427
Outros passivos de longo prazo	2.428.415	238.707	479.685	468.079	1.241.944
	<u>53.815.702</u>	<u>9.000.471</u>	<u>9.105.592</u>	<u>9.726.673</u>	<u>25.982.966</u>

Os compromissos contratuais do Grupo referidos nos quadros acima reflectem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da actividade operacional da empresa. Mais especificamente, na sua maioria estes compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia necessários para que o grupo consiga cumprir os seus objectivos de investimento de médio e longo prazo, bem como garantir o fornecimento de energia aos seus clientes na Península Ibérica e no Brasil.

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos dos empréstimos e respectivos juros vincendos, contraídos pelo Grupo junto de entidades bancárias, empréstimos por obrigações não convertíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vincendos foram calculados considerando as taxas de juro em vigor à data de encerramento do exercício.

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os activos fixos corpóreos cuja aquisição pelo Grupo foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços, estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

Os outros passivos de longo prazo estão essencialmente relacionados com planos de reestruturação ocorridos em exercícios anteriores, bem como com responsabilidades assumidas pelo Grupo relativas aos planos de pensões e cuidados médicos e outros benefícios, classificados como provisões no balanço consolidado (ver nota 35 - Benefícios aos empregados).

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades/direitos relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais do Grupo EDP são:

- Opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia exercível até 31 de Dezembro de 2025;
- Opção de venda por parte da Ente Vasco de la Energia à HC de 30,4% da participação na Naturgás, exercível até 30 de Julho de 2010, pelo maior dos seguintes montantes:
  - preço inicial de compra actualizado para a data de exercício da "put option", considerando os resultados distribuídos até à data;
  - justo valor do activo, determinado com base num processo de avaliação por bancos de investimento;
- Opção de venda da Caja Madrid à Neo, relativa a 20% da sua participada Genesa. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 Janeiro de 2010 e 1 Janeiro 2011, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento;
- A EDP detém uma opção de venda à Mercado Electrónico e esta uma opção de compra à EDP de 34% da participação na Central E, S.A. O preço de exercício destas opções será definido com base na facturação dos últimos 12 meses e o seu período de exercício inicia-se em Junho de 2010, estendendo-se até Junho de 2015;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma "call option" sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 1 de Janeiro de 2013 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma "call option" sobre as participações detidas pela Cajastur nas empresas "Sauvageons", "Le Mee" e "Petite Peêce" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre os 49% de capital social detidos pela Copcisa na Corbera e Vialba;
- A EDP detém, através da sua subsidiária Veinco Energia Limpia, S.L., uma opção de compra sobre 8,5% do capital social da Apineli - Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. detidos pela empresa Jorge, S.L. Esta opção é exercível até 18 de Abril de 2014;
- O Grupo EDP, através da sua subsidiária EDP - Energias do Brasil, adquiriu uma participação de 3,16% na Denerge no âmbito da operação de permuta de participações, realizada em Agosto de 2008 com o Grupo Rede. O contrato de aquisição desta participação inclui uma cláusula de opção, válida por 2 anos, que permite a troca das acções da Denerge por acções do Grupo Rede, a subscrever no âmbito de uma possível oferta pública de subscrição ou por uma participação equivalente em acções preferenciais da Rede Energia S.A. ao preço unitário de 5,68 BRL;
- A Alstom Portugal, S.A. detém uma opção de venda à EDP Produção, S.A. relativa à participação detida no capital social da Soporgen (10%), exercível em qualquer momento até 6 meses antes da data final do projecto (30 de Setembro de 2015). O preço de exercício da opção corresponde à proporção da Alstom Portugal, S.A. nos capitais próprios da Soporgen, S.A. à data de exercício da opção;
- A Soporcel detém uma opção de compra relativamente à participação detida pela EDP, exercível em 30 de Setembro de 2015, cujo preço exercício corresponde a 5 Euros, a ser liquidado na proporção da participação detida pela Alstom Portugal, S.A. e EDP Produção, S.A.;
- A Soporcel detém uma opção de compra exercível em qualquer momento relativamente à participação detida pela EDP Produção, S.A. na Soporgen. Esta opção é exercível a qualquer momento até 31 de Dezembro de 2014. O preço de exercício é fixo dependendo da data de exercício da opção.

#### 42. Planos de remuneração com acções

O Grupo EDP implementou um programa de "stock options", nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor.

Actualmente existem, no Grupo EDP, três planos de opções de compra de acções os quais são analisados como segue: i) Plano do Conselho de Administração do Grupo EDP aprovado em 1999, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 2.450.000 acções; ii) Plano dos Conselhos de Administração e do "Management" das subsidiárias do Grupo EDP, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 16.250.000 acções; e iii) Plano do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2005. As opções atribuídas no âmbito deste último plano podem ser exercidas até um máximo de 1/3 em cada um dos três exercícios subsequentes a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final do oitavo exercício subsequente à data de atribuição caducam.

O preço de exercício de cada opção é calculado com base no preço de mercado da acção na data da atribuição da opção, sendo a maturidade máxima de cada opção de sete anos, nos dois primeiros planos, e de oito anos no terceiro plano.

As opções são atribuídas pela Comissão de Vencimentos do Grupo EDP e apenas são exercíveis decorridos que estejam dois anos de serviço.

O movimento dos planos de "stock options" é analisado como segue:

	Movimentos nas opções	Preço médio do período ponderado
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1.610.333	2,21
Opções exercidas	492.848	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro 2008	1.117.485	2,21
Opções exercidas	105.088	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro 2009	1.012.397	2,21

A informação sobre "stock options" relativas ao exercício de 2009 é analisada como segue:

Opções vivas	Preço médio ponderado do exercício	Vida média contratual em falta	Opções exercíveis	Fair Value das Opções Euro'000
1.012.397	2,21	4,02	1.012.397	772.237

No exercício de 2009, não foi reconhecido qualquer custo associado aos planos de "stock options", na medida em que o custo relativo aos serviços prestados já foi reconhecido em exercícios anteriores.

O Grupo EDP distribuiu, no decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2009, um conjunto de acções próprias a colaboradores (722.130 acções adquiridas ao preço médio de 2,835 Euros), cujo montante total ascende a 2.048 milhares de Euros. Foram ainda distribuídas 3.807 acções, no montante de 14 milhares de Euros, relativas a um prémio do ano anterior.

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

**43. Partes relacionadas****Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais**

Com referência a 31 de Dezembro, a estrutura accionista da EDP — Energias de Portugal, S.A., é a seguinte:

	<b>N.º Acções</b>	<b>% Capital</b>	<b>% Voto</b>
Grupo Parpública	733.150.672	20,05%	20,24%
Iberdrola - Participações, SGPS, S.A.	347.371.083	9,50%	5,00%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	207.093.071	5,66%	5,45%
Grupo Caja de Ahorros de Astúrias	183.257.513	5,01%	5,00%
José de Mello - SGPS, S.A.	176.283.526	4,82%	4,87%
Senhora, SARL	148.431.999	4,06%	4,10%
Grupo BlackRock	139.884.362	3,83%	3,86%
Grupo Millennium BCP e Fundo de Pensões	123.052.525	3,36%	3,40%
Grupo Banco Espírito Santo	111.000.000	3,04%	3,06%
Picket Asset Management	104.396.422	2,86%	2,88%
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,26%
Grupo EDP (Acções próprias)	34.212.975	0,94%	
Restantes Accionistas	1.266.690.491	34,64%	
	<b>3.656.537.715</b>	<b>100,0%</b>	

O número de acções da EDP, S.A, detidas pelos membros de Órgãos Sociais durante os exercícios de 2009 e 2008 são como segue:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>N.º Acções</b>	<b>N.º Acções</b>
<b>Conselho Geral e de Supervisão</b>		
Alberto João Coraceiro de Castro	4.578	4.578
António Francisco Barroso de Sousa Gomes *	-	4.135
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	40.000	40.000
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	260	260
Eduardo Almeida Catroga	1.375	1.375
Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	6.622	-
Rui Eduardo Rodrigues Pena	1.445	1.445
Vital Martins Moreira *	-	27.082
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	3.465	3.465
	<b>57.745</b>	<b>82.340</b>
<b>Conselho de Administração Executivo</b>		
António Luís Guerra Nunes Mexia	1.000	1.000
António Fernando Melo Martins da Costa	13.299	13.299
António Manuel Barreto Pita de Abreu	34.549	34.549
João Manuel Manso Neto	1.268	1.268
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	12.497	12.497
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	50.000	40.000
	<b>112.613</b>	<b>102.613</b>

\* Não pertencem ao Conselho Geral e de Supervisão em 31 de Dezembro de 2009.

**Remunerações dos Órgãos Sociais**

De acordo com os estatutos as remunerações dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral, à excepção das remunerações fixas e variáveis dos membros do Conselho de Administração Executivo, que são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral de Supervisão.

Durante o exercício de 2009, o custo com as remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo (CAE) e aos membros do Conselho Geral de Supervisão (CGS), foram as seguintes:

	<b>CAE</b>	<b>CGS</b>
	<b>Euro'000</b>	<b>Euro'000</b>
Presidente	1.303	639
Vogais	6.305	842
	<b>7.608</b>	<b>1.481</b>

As remunerações atribuídas ao CAE incluem a componente variável anual, no montante de 3.170 milhares de Euros, conforme a política de remunerações definida pela Comissão de vencimentos do CGS.

**Negócios entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo**

No exercício corrente da sua actividade, a EDP celebra negócios e efectua operações em condições normais de mercado para operações similares com diversas entidades, em particular com instituições financeiras, entre as quais se incluem titulares de participações qualificadas no capital da EDP e sociedades que se encontram em relação de domínio ou de Grupo com a EDP, as quais não se afiguram relevantes pela natureza de que revestem ou por não terem carácter significativo em termos económicos.

**Saldos e transações com empresas do Grupo e Associadas**

Os **créditos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	<b>Mov. Financeiros</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>Outros Créditos</b>	
	<b>Intra-Grupo</b>	<b>Concedidos</b>	<b>Devidos</b>	<b>Total</b>
	<b>Euro'000</b>	<b>Euro'000</b>	<b>Euro'000</b>	<b>Euro'000</b>
<b>Empresas</b>				
Balwerk	17 741	265 000	1 604	284.345
EDP Produção Bioelétrica	-	13 045	94	13.139
EDP Produção	2 459	3 693 962	213 626	3.910.047
EDP Brasil	-	-	14 947	14.947
EDP Distribuição	3 960	628 125	120 967	753.052
EDP Comercial	115 409	-	50 365	165.774
EDP Finance	-	15 183	1 190	16.373
EDP Gas Com	-	-	3 902	3.902
EDP Imobiliária e Participações	4 349	206 622	505	211.476
EDP Inovação	3 893	2 545	269	6.707
EDP Soluções Comerciais	-	-	22 828	22.828
EDP Renováveis	-	-	17 016	17.016
EDP Serviço Universal	-	-	254 574	254.574
EDP Gás	35 944	47 452	1 115	84.511
EDP Valor	-	-	13 837	13.837
Electrica Ribera del Ebro	-	-	8 443	8.443
Energin	-	-	1 135	1.135
Enemova	-	-	1 177	1.177
HDC Gestão de Energia	-	303 139	-	303.139
Hidroelétrica del Cantábrico	-	55 616	32 082	87.698
EDP Internacional	1 007	1 047	336	2.390
Labelec	-	-	2 138	2.138
EDP Investimentos	-	17 000	976	17.976
Soporgen	-	-	877	877
Outras	-	-	5 910	5.910
	<b>184.762</b>	<b>5.248.736</b>	<b>769.913</b>	<b>6.203.411</b>

Os **créditos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	<b>Mov. Financeiros</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>Outros Créditos</b>	
	<b>Intra-Grupo</b>	<b>Concedidos</b>	<b>Devidos</b>	<b>Total</b>
	<b>Euro'000</b>	<b>Euro'000</b>	<b>Euro'000</b>	<b>Euro'000</b>
<b>Empresas</b>				
Balwerk	5.454	280.000	1.580	287.034
EDP Brasil	-	-	7.504	7.504
EDP Comercial	-	-	6.283	6.283
EDP Distribuição	1.030.212	1.406.215	43.034	2.479.461
EDP Finance	-	-	655.931	655.931
EDP Gás	19.207	13.150	1.060	33.417
EDP Imobiliária e Participações	5.045	343.591	4.079	352.715
EDP Inovação	-	813	383	1.196
EDP Internacional	-	661	103	764
EDP Powerline	4.201	-	97	4.298
EDP Produção	7.911	3.171.324	111.463	3.290.698
EDP Produção Bioelétrica	-	21.370	470	21.840
EDP Renováveis	-	862.817	74.646	937.463
EDP Serviço Universal	-	-	92.721	92.721
EDP Serviner	-	-	147	147
EDP Soluções Comerciais	-	3.250	19.085	22.335
EDP Valor	-	1.750	5.019	6.769
Electrica Ribera del Ebro	-	-	10.659	10.659
Enemova	-	-	1.276	1.276
Hidroelétrica del Cantábrico	675	-	79.491	80.166
Labelec	-	1.500	522	2.022
NEO	-	-	2.434	2.434
EDP Investimentos	-	17.000	3	17.003
OPTEP	-	-	571	571
Sávida	-	-	234	234
Outras	-	-	5.136	5.136
	<b>1.072.705</b>	<b>6.123.441</b>	<b>1.123.931</b>	<b>8.320.077</b>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Os **débitos** detidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Euro'000	Obtidos Euro'000	Detidos Euro'000	
EDP Produção	-	-	102 718	102.718
EDP Distribuição	-	-	16 041	16.041
EDP Comercial	-	-	6 354	6.354
EDP Estudos e Consultoria	3 284	-	6 562	9.846
EDP Finance	-	3 337 359	36 740	3.374.099
EDP Imobiliária e Participações	-	-	6 402	6.402
EDP Inovação	-	-	4 599	4.599
EDP Soluções Comerciais	38 123	-	-	38.123
EDP Renováveis	-	37 690	-	37.690
EDP Serviner	1 304	-	24	1.328
EDP Valor	31 308	-	792	32.100
Electrica Ribera del Ebro	-	-	28 933	28.933
Energin	-	-	2 446	2.446
Hidrocantábrico Energia	-	-	1 219	1.219
Hidroeléctrica do Guadiana (Alqueva)	-	-	1 143	1.143
Hidroeléctrica del Cantábrico	4 604	-	16 545	21.149
Labelec	3 707	-	286	3.993
Naturgás	-	4 636	-	4.636
NEO	-	21 554	11 377	32.931
NQF Gás III SGPS	62 147	-	381	62.528
EDP Investimentos	1 919	-	-	1.919
Sávida	12 163	-	2	12.165
Soporgen	-	-	1 507	1.507
Outras	-	-	704	704
	<b>158.559</b>	<b>3.401.239</b>	<b>244.775</b>	<b>3.804.573</b>

Os **débitos** detidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Euro'000	Obtidos Euro'000	Detidos Euro'000	
Edalpro	197	-	-	197
EDP Comercial	1.497	-	2.076	3.573
EDP Distribuição	-	-	42.868	42.868
EDP Estudos e Consultoria	1.416	-	4.639	6.055
EDP Finance	-	-	3.131.528	3.131.528
EDP Gás.Com	-	-	2.258	2.258
EDP Imobiliária e Participações	-	-	48.346	48.346
EDP Inovação	1.238	-	3.871	5.109
EDP Produção	-	-	275.332	275.332
EDP Renováveis	-	-	24.352	24.352
EDP Serviner	1.443	-	55	1.498
EDP Soluções Comerciais	1.497	-	4.404	5.901
EDP Valor	29.492	-	7.078	36.570
Electrica Ribera del Ebro	-	-	848	848
Hidrocantábrico Energia	-	-	2.166	2.166
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	937	937
EDP Internacional	462	-	-	462
Labelec	3.680	-	1.001	4.681
NEO	-	-	6.684	6.684
EDPGás II SGPS (NQF Energia)	62.147	-	4	62.151
EDP Investimentos	1.949	-	-	1.949
Sávida	6.775	-	353	7.128
Soporgen	-	-	1.542	1.542
Outras	-	-	4.719	4.719
	<b>111.793</b>	<b>-</b>	<b>3.565.061</b>	<b>3.676.854</b>



As transacções em rubricas de **custos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
<b>Empresas</b>				
EDP Produção	52	-	924.086	924.138
EDP Distribuição	1.398	-	8.642	10.040
EDP Estudos e Consultoria	22	-	20.098	20.120
EDP Finance	-	168.347	99.216	267.563
EDP Gas Com	-	-	1.700	1.700
EDP Imobiliária e Participações	-	-	922	922
EDP Inovação	19	-	3.447	3.466
EDP Soluções Comerciais	781	-	180	961
EDP Renováveis	-	257	77.813	78.070
EDP Valor	217	-	5.405	5.622
Electrica Ribera del Ebro	-	-	44.890	44.890
Hidrocontábrico Energia	-	-	13.806	13.806
Hidroeléctrica do Guadiana (Alqueva)	-	-	7.130	7.130
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	47.934	47.934
Naturgás	-	850	-	850
NEO	-	-	24.857	24.857
Outras	109	131	1.446	1.686
	<u>2.598</u>	<u>169.585</u>	<u>1.281.572</u>	<u>1.453.755</u>

As transacções em rubricas de **custos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
<b>Empresas</b>				
Balwerk	145	-	94	239
EDP Comercial	-	-	22.364	22.364
EDP Distribuição	-	-	8.690	8.690
EDP Estudos e Consultoria	77	-	16.116	16.193
EDP Finance	-	-	157.872	157.872
EDP Gás .Com	754	-	339	1.093
EDP Inovação	126	-	3.280	3.406
EDP Produção	707	-	1.205.319	1.206.026
EDP Renováveis	-	-	28.317	28.317
EDP Serviço Universal	1.540	-	477	2.017
EDP Valor	952	-	5.881	6.833
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	9.427	9.427
Enernova	340	-	-	340
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	41.827	41.827
Hidrocontábrico Energia S.A.U.	-	-	30.463	30.463
Labelec	79	-	533	612
NEO	-	-	7.226	7.226
Sávida	233	-	30	263
Outras	384	-	7.582	7.966
	<u>5.337</u>	<u>-</u>	<u>1.545.837</u>	<u>1.551.174</u>

As transacções em rubricas de **provetos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Provetos Euro'000	Total Euro'000
<b>Empresas</b>				
2007 Vento I LLC	-	-	743	743
Balwerk	54	9.646	144	9.844
EDP Produção Bioeléctrica	-	466	1	467
EDP Produção	1.863	194.523	128.129	324.515
EDP Distribuição	6.097	70.299	39.554	115.950
EDP Comercial	682	-	253.211	253.893
EDP Finance	-	113	91.265	91.378
EDP Imobiliária e Participações	161	11.657	489	12.307
EDP Ásia - Investimento e Consultadoria	-	-	712	712
EDP Soluções Comerciais	1.106	-	29.757	30.863
EDP Renováveis	-	34.311	13.827	48.138
EDP Serviço Universal	-	-	16.049	16.049
EDP Gás	284	1.712	1.786	3.782
EDP Valor	-	-	9.298	9.298
Electrica Ribera del Ebro	-	-	16.602	16.602
Hidrocontábrico Distribuição Eléctrica S.A.U.	-	-	1.000	1.000
Hidroeléctrica do Guadiana (Alqueva)	-	-	1.577	1.577
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	17	66.031	66.048
EDP Investimentos	-	797	-	797
Sávida	-	-	721	721
Outras	75	577	4.632	5.284
	<u>10.322</u>	<u>324.118</u>	<u>675.528</u>	<u>1.009.968</u>



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

As transacções em rubricas de **provetos** sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Provetos Euro'000	Total Euro'000
<b>Empresas</b>				
Balwerk	16	14.304	-	14.320
EDP Comercial	1.102	-	4.382	5.484
EDP Distribuição	17.112	92.893	36.721	146.726
EDP Finance	-	4.278	61.175	65.453
EDP Imobiliária e Participações	257	20.882	349	21.488
EDP Produção	8.087	151.690	117.108	276.885
EDP Gás	851	744	707	2.302
EDP Renováveis	-	12.958	108.596	121.554
EDP Serviço Universal	3.432	-	58.134	61.566
EDP Soluções Comerciais	979	-	32.778	33.757
EDP Valor	49	-	9.190	9.239
EDP Powerline	207	-	-	207
Enernova	7	1.258	118	1.383
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	15.202	15.202
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	50.589	50.589
Hidroantábrico Energia S.A.U.	-	-	2.359	2.359
Horizon Wind Energy, LLC	-	3.200	2	3.202
NEO	-	37.819	546	38.365
Outras	45	948	14.661	15.654
	<u>32.144</u>	<u>340.974</u>	<u>512.617</u>	<u>885.735</u>

Os **activos** e **passivos** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro 2009, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	123.327	2.086	121.241
Empresas conjuntamente controladas	49.261	12.063	37.198
	<u>172.588</u>	<u>14.149</u>	<u>158.439</u>

Os **activos** e **passivos** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	28.394	1.905	26.489
Empresas conjuntamente controladas	25.786	2.503	23.283
	<u>54.180</u>	<u>4.408</u>	<u>49.772</u>

As **transacções** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Provetos Operacionais Euro'000	Provetos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	8.762	2.641	-1.871	-14
Empresas conjuntamente controladas	29.251	852	-20.002	-546
	<u>38.013</u>	<u>3.493</u>	<u>-21.873</u>	<u>-560</u>

As **transacções** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Provetos Operacionais Euro'000	Provetos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	11.064	1.270	-1.133	-18
Empresas conjuntamente controladas	1.641	965	-10.005	-3.827
	<u>12.705</u>	<u>2.235</u>	<u>-11.138</u>	<u>-3.845</u>

## 44. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam os instrumentos financeiros, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de bolsas de valores (cotações de títulos) e de fornecedores de dados financeiros (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a tabela seguinte apresenta as curvas de taxa de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto utilizadas para desconto dos fluxos de caixa:

	31 Dezembro de 2009			31 Dezembro de 2008		
	Moeda			Moeda		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	0,70%	0,25%	8,74%	2,89%	1,43%	13,02%
6 meses	0,99%	0,43%	9,22%	2,97%	1,75%	12,68%
1 ano	1,25%	0,98%	10,50%	3,05%	2,00%	12,16%
2 anos	1,89%	1,42%	11,86%	2,68%	1,48%	12,19%
3 anos	2,25%	2,06%	12,43%	2,96%	1,75%	12,29%
4 anos	2,56%	2,58%	12,65%	3,12%	1,95%	12,55%
5 anos	2,80%	2,98%	12,79%	3,25%	2,13%	12,56%
6 anos	3,03%	3,29%	12,90%	3,37%	2,25%	12,65%
7 anos	3,22%	3,54%	13,10%	3,48%	2,31%	12,71%
8 anos	3,36%	3,70%	13,30%	3,56%	2,44%	12,73%
9 anos	3,49%	3,85%	13,31%	3,67%	2,50%	12,73%
10 anos	3,58%	3,97%	13,31%	3,74%	2,56%	12,73%

O justo valor dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

	Grupo Dez 2009			Grupo Dez 2008		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	443.117	443.117	-	350.887	350.887	-
Clientes	2.008.134	2.008.134	-	1.758.657	1.758.657	-
Instrumentos financeiros derivados	276.311	276.311	-	260.867	260.867	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	84.852	84.852	-	83.227	83.227	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	2.189.560	2.189.560	-	713.587	713.587	-
	<u>5.001.974</u>	<u>5.001.974</u>	<u>-</u>	<u>3.167.225</u>	<u>3.167.225</u>	<u>-</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos	16.280.980	16.658.072	377.092	14.686.325	14.500.981	-185.344
Fornecedores	1.704.874	1.704.874	-	1.606.220	1.606.220	-
Instrumentos financeiros derivados	267.373	267.373	-	304.438	304.438	-
	<u>18.253.227</u>	<u>18.630.319</u>	<u>377.092</u>	<u>16.596.983</u>	<u>16.411.639</u>	<u>-185.344</u>

Atendendo à estrutura de activos e passivos financeiros do Grupo EDP registados ao custo amortizado, os quais são essencialmente de natureza de curto prazo, não foi considerado o efeito de variações de justo valor face ao valor contabilístico. No que respeita aos empréstimos do Grupo EDP, foi apurado o seu justo valor tendo em consideração as actuais condições de mercado relativamente à taxa de juro. Os restantes activos e passivos financeiros já se encontram registados ao justo valor.

O valor de mercado dos empréstimos de médio/longo prazo é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data de balanço adicionadas da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida do Grupo, tendo por referência o seu prazo médio. No que respeita à dívida de curto prazo corrente, o valor de mercado não difere substancialmente do valor de balanço.

De acordo com os requisitos da IFRS 7, o Grupo EDP enquadró a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidas ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados líquidos para os activos e passivos identificados;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente;
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

	31 de Dezembro de 2009			31 de Dezembro de 2008		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	323.645	47.570	71.902	272.924	22.379	55.584
Instrumentos financeiros derivados	-	276.311	-	-	260.867	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	84.852	-	-	83.227	-	-
	<u>408.497</u>	<u>323.881</u>	<u>71.902</u>	<u>356.151</u>	<u>283.246</u>	<u>55.584</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Instrumentos financeiros derivados	-	267.373	-	-	304.438	-
	<u>-</u>	<u>267.373</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>304.438</u>	<u>-</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o movimento ocorrido nos activos e passivos financeiros enquadradas no Nível 3 é analisado como segue:

	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Dez 2009	Dez 2008
<b>Saldo no início do exercício</b>	55.584	55.792
Variação na reserva de justo valor	17.277	8.574
Alienações	-1.168	-10.561
Transferências e outras variações	209	1.779
<b>Saldo no final do exercício</b>	<u>71.902</u>	<u>55.584</u>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

**45. Operações em descontinuação**

Em 11 de Setembro de 2008, foi concluída a permuta de activos entre a EDP Energias do Brasil e o Grupo Rede (Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A.). Esta operação consistiu na troca da participação de 100% no capital da Enersul, anteriormente detida pela EDP Energias do Brasil, pelo controlo accionista da Investco, após a aquisição de participações maioritárias nas empresas Lajeado Energia, S.A. e Tocantins. Os resultados do Grupo EDP em 31 de Dezembro de 2008 incluem o efeito das operações da Enersul, os quais, para efeitos de comparabilidade, foram identificados na coluna "Operações em descontinuação" na Demonstração dos Resultados Consolidados.

**46. Licenças de CO<sub>2</sub>**

Os movimentos na carteira de Licenças de CO<sub>2</sub> são analisados como segue:

	<b>Grupo Dez 2009 CO<sub>2</sub> (Ton)</b>	<b>Grupo Dez 2008 CO<sub>2</sub> (Ton)</b>
Licenças de CO <sub>2</sub> em 1 de Janeiro	1.373.457	820.169
Licenças canceladas (atribuídas no PNALE I)	-	-820.169
Licenças atribuídas a título gratuito no exercício	15.713.069	15.335.505
Licenças adquiridas	6.390.760	5.352.160
Licenças transferidas (de consumo próprio para negociação)	<u>-3.105.000</u>	<u>-2.446.000</u>
	20.372.286	18.241.665
Licenças a devolver por consumos ocorridos no exercício	<u>19.956.601</u>	<u>16.868.208</u>
Excesso/Insuficiência de licenças	<u>415.685</u>	<u>1.373.457</u>

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues à entidade reguladora de cada país até ao final do quarto mês do ano civil seguinte (ver notas 17 e 23).

Os movimentos na carteira de Licenças de CO<sub>2</sub> detidas para negociação e classificados como existências são analisados como segue:

	<b>Grupo Dez 2009 CO<sub>2</sub> (Ton)</b>	<b>Grupo Dez 2008 CO<sub>2</sub> (Ton)</b>
Licenças de CO <sub>2</sub> para negociação a 1 de Janeiro	1.830.009	148.908
Licenças canceladas (atribuídas no PNALE I)	-	-148.908
Licenças de emissão adquiridas em mercado	5.860.583	7.983.009
Licenças de emissão transferidas para negociação	3.105.000	2.446.000
Licenças de emissão alienadas	<u>-9.840.853</u>	<u>-8.599.000</u>
	<u>954.739</u>	<u>1.830.009</u>
Licenças de CO <sub>2</sub> para negociação (em toneladas) - EUA	601.000	1.630.853
Licenças de CO <sub>2</sub> para negociação (em toneladas) - CER	<u>353.739</u>	<u>199.156</u>
	<u>954.739</u>	<u>1.830.009</u>
Justo valor unitário a 31 de Dezembro - EUA (em Euros)	12,33	15,36
Justo valor unitário a 31 de Dezembro - CER (em Euros)	<u>11,14</u>	<u>13,53</u>
Licenças de CO <sub>2</sub> para negociação (em milhares de Euros)	<u>11.351</u>	<u>27.744</u>

As aquisições e alienações de licenças de negociação são valorizadas com base na cotação da data da transação. As licenças de emissão transferidas para a carteira de negociação são classificadas como inventário (ver nota 23), de acordo com a política contabilística 2 I).

O justo valor corresponde à cotação "spot" ("closing price") no final de Dezembro de cada um dos exercícios.

**47. Eventos relevantes ou subsequentes****EDP adjudica construção da nova central hidroeléctrica Venda Nova III**

No dia 13 de Janeiro de 2010, a EDP adjudicou as obras de construção civil do reforço de potência da central hidroeléctrica de Venda Nova, denominada Venda Nova III, ao consórcio MSF/Somague/Mota-Engil/Spie Batignolles, pelo valor de 131 milhões de euros. As obras da nova central, localizada no concelho de Vieira do Minho, têm início previsto já em Janeiro de 2010, sendo quase exclusivamente subterrâneas. A entrada em operação da central está planeada para o 1º semestre de 2015. O investimento total estimado para o projecto é de 349 milhões de euros neste período.

**EDP Renováveis entra no mercado eólico italiano através da aquisição de 520 MW em fase de desenvolvimento**

A EDP Renováveis, S.A. ("EDPR") adquiriu no passado dia 27 de Janeiro de 2010 uma participação accionista de 85% na Italian Wind srl, empresa do grupo Co-Ver (um conglomerado industrial situado no norte de Itália), juntando assim ao seu portfolio de projectos eólicos 520 MW no mercado italiano. Estes projectos encontram-se em diferentes estados de desenvolvimento e situam-se em localizações com bom recurso eólico, designadamente: i) 4 projectos eólicos que totalizam 108 MW, classificáveis como Tier 2; ii) 98 MW classificáveis como Tier 3; e iii) 314 MW classificáveis como Prospects.

**Atribuição à EDP Renováveis de 1,3 Gw de capacidade eólica offshore no Reino Unido**

A EDP Renováveis UK, e a SeaEnergy PLC, constituíram no decurso de 2009, uma sociedade denominada Moray Offshore Renewables Limited ("MORL", sociedade detida em 75% pelo grupo EDP Renováveis), com vista ao desenvolvimento de parques eólicos offshore no estuário de Moray, na Escócia.

Em Janeiro de 2010, a EDP Renováveis anunciou que a UK Crown Estate, adjudicou à MORL, o direito a desenvolver parques eólicos nesta região, com uma capacidade de 1,3 GW.

Após a obtenção das necessárias autorizações administrativas, a MORL ficará autorizada a iniciar a construção e operação dos projectos eólicos offshore o que deverá ocorrer entre 2015 e 2020.

#### 48. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

##### **IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao anterior texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma, os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração consolidada de rendimento integral.

Face à natureza destas alterações (divulgações) não ocorreram alterações significativas decorrentes da alteração desta norma.

##### **IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007, a IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) e são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

A introdução desta norma não determinou qualquer impacto no Grupo.

##### **IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros com opção de venda ("puttable instruments") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão, alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

##### **IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

##### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2009 a IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre a mensuração dos justos valores, nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria interpretação e sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto no Grupo foi exclusivamente ao nível das divulgações.

##### **IFRS 8 — Segmentos Operacionais**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começarem ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza desta norma o impacto no Grupo foi exclusivamente ao nível da apresentação.

##### **IFRIC 13 — Programas de Fidelização de Clientes**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 — Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### IFRIC 15 — Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 — Acordos para construção de imóveis entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 — Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

### IFRIC 16 — Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 — Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

### "Annual Improvement Project"

Em Maio de 2008 o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009, tal como segue:

- Alteração à IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 — Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessação do arrendamento e a data da sua alienação.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 19 — Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano e (iii) a distinção entre benefícios de curto, médio e longo prazo.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 20 — Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 23 — Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 27 — Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento se qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 — Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 28 — Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 — Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 39 — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração consistiu fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes à realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 — Segmentos operacionais e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 40 — Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 — Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

#### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo**

##### **IAS 39 (Alterada) — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração — activos e passivos elegíveis para cobertura**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração — activos e passivos elegíveis para cobertura, a qual é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

##### **IFRS 1 (alterada) — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro IAS 27 — Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas**

As alterações ao IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 — Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

##### **IFRS 3 (revista) — Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

##### **IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 — Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e

- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### IFRIC 12 — Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de concessão de Serviços. Em 25 de Março de 2009, a Comissão da União Europeia formalizou a adopção da IFRIC 12, sendo aplicável para os exercícios iniciados após 29 de Março de 2009. Desta forma, a IFRIC 12 deverá ser aplicada nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP a partir de 1 de Janeiro de 2010, com os respectivos comparativos referentes ao exercício de 2009.

A IFRIC 12, pretende dar enquadramento contabilístico à actividade desenvolvida por operadores de infra-estruturas em regime de concessão público-privada, cujo objectivo seja a prestação de um serviço de utilidade pública.

Esta interpretação é aplicável nos casos em que o concedente mantém o controlo dos serviços prestados pelo operador aos utilizadores do serviço, no que se refere à sua natureza e tipo, mantém o controlo dos preços praticados e detém um interesse residual significativo nas infra-estruturas abrangidas pela concessão.

O Grupo EDP tem vindo a proceder à avaliação do impacto da adopção desta interpretação nas diferentes subsidiárias em Portugal e nas restantes geografias. Na sequência deste processo de avaliação as principais actividades do Grupo EDP enquadráveis na IFRIC 12, são as seguintes:

Em Portugal

Foram identificadas na actividade de distribuição em Portugal, as concessões com os Municípios para a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, a concessão com o Estado para a distribuição de energia eléctrica em alta e média tensão (EDP Distribuição), assim como a concessão com o Estado para a distribuição de gás natural em baixa e média pressão (EDP Gás). Na actividade de produção de energia eléctrica foram igualmente identificadas licenças para exploração de mini-hídricas na EDP Produção e no Grupo Pebble Hydro, igualmente enquadráveis na IFRIC 12, que serão objecto de reclassificação no âmbito da aplicação deste normativo.

No Brasil

Foi identificada a actividade de distribuição de energia eléctrica exercida ao abrigo de concessões enquadráveis na IFRIC 12, nomeadamente as concessões para distribuição de energia na Bandeirante e na Escelsa.

De acordo com a análise preliminar efectuada não são expectáveis impactos relevantes em resultado da adopção desta interpretação nas restantes geografias do Grupo EDP. O Grupo encontra-se a estimar o impacto da adopção desta interpretação, que poderá afectar a classificação dos activos enquadráveis ou de activos fixos tangíveis, para activos intangíveis e/ou activos financeiros.

### IFRIC 17 — Distribuições em espécie a acionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 — Distribuições em espécie a acionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a acionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

### IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Desta forma o IFRIC 18 deverá ser aplicada nas demonstrações financeiras do Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos e;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo encontra-se a estimar o impacto da adopção desta interpretação.

### Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa.

- Alteração à IFRS 5 — Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Grupo.

## 49. EDP Sucursal em Espanha

A "EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España" tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se alocado directamente ao património/activo da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A. e na HC Energia (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.) bem como indirectamente na NG Energia (Naturgás Energia Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal da EDP em Espanha tem escritórios em Madrid e Oviedo. De um ponto de vista formal e legal, a representação da Sucursal perante terceiros é realizada por via dos representantes permanentes, ou seja, pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.



A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal EDP Espanha é composta por uma Comissão Executiva, um Comité Directivo e por Comités de Coordenação.

A Comissão Executiva é composta por cinco representantes permanentes da EDP, por um Director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando o papel de principal órgão de direcção e coordenação da Sucursal e sendo responsável pela coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes e do Comité Directivo. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composto pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão financeira, Direcção de Serviços Partilhados e Direcção de Sistemas de Informação assegurando e agrupando homogeneamente as funções destas transversalmente para o território Espanhol. Por último, os Comités de Coordenação, Geração, Distribuição, Comercialização e Gás são compostos e presididos pelos respectivos Administradores de Pelouro do Conselho de Administração Executivo da EDP visando o aproveitamento de sinergias com Espanha com vista à eliminação de ineficácias e redundâncias.

Os balanços de 31 de Dezembro de 2009 e 2008 da Sucursal são apresentados, como segue:

	EDP Sucursal	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Investimentos financeiros em empresas filiais		
EDP Renováveis SA	2.939.889	2.939.889
Hidroeléctrica del Cantábrico SA	1.981.798	1.981.798
Outras	60	60
Activos por impostos diferidos	-	52.404
Outros devedores	1.478	928.506
<b>Total de Activos Não Correntes</b>	<b>4.923.225</b>	<b>5.902.657</b>
Clientes	16.157	2.022
Devedores e outros activos	376.013	154.589
Impostos a receber	10.442	7.406
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	10.885	113.379
<b>Total de Activos Correntes</b>	<b>413.497</b>	<b>277.396</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>5.336.722</b>	<b>6.180.053</b>
	<b>Dez 2009 Euro'000</b>	<b>Dez 2008 Euro'000</b>
Capitais próprios	1.852.407	1.925.440
Dívida financeira	2.809.277	3.419.314
<b>Total Passivos Não Correntes</b>	<b>2.809.277</b>	<b>3.419.314</b>
Dívida financeira	22.771	760.825
Credores e outros passivos	651.760	74.324
Impostos a pagar	507	150
<b>Total Passivos Correntes</b>	<b>675.038</b>	<b>835.299</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>3.484.315</b>	<b>4.254.613</b>
<b>Total Capitais Próprios + Passivo</b>	<b>5.336.722</b>	<b>6.180.053</b>

## 50. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em activos fixos tangíveis durante os exercícios de 2009 e 2008, no Grupo, decompõem-se nos seguintes domínios:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Protecção do ar e do clima	59.062	93.052
Protecção da biodiversidade e paisagem	16.150	20.555
Gestão de resíduos	1.485	8.876
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	-	1.197
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1.104	1.596
Gestão de águas residuais	1.403	112
Redução de ruído e radiações	27	607
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	7.439	5.518
	<b>86.670</b>	<b>131.513</b>

Os investimentos reconhecidos em activos fixos tangíveis em 2009, na rubrica "Protecção do ar e do clima" incluem 51.628 milhares de Euros de custos incorridos pela EDP Produção. Os activos principais referem-se aos equipamentos de dessulfuração de fumos e desnitrificação da central termoeléctrica de Sines que, à data de 31 de Dezembro de 2009 apresentam um valor líquido contabilístico de aproximadamente 249 milhões de Euros.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Protecção do ar e do clima	9.582	15.196
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	3.635	2.894
Gestão de resíduos	3.477	6.731
Protecção da biodiversidade e paisagem	2.765	1.394
Gestão de águas residuais	1.577	-
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	106	2.420
Redução de ruído e radiações	296	-
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	10.747	2.521
Outras despesas	43	1.113
	<u>32.228</u>	<u>32.269</u>

No âmbito do enquadramento e das tendências sócio/económicas actuais e futuras aliadas às práticas do Grupo EDP em matéria de sustentabilidade e ambiente, o Grupo constituiu provisões para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores, cujo valor ascende a 12.154 milhares de Euros e 5.831 milhares de Euros para os parques electroprodutores térmicos sediados em Portugal e Espanha, respectivamente. Em conformidade com a política contabilística referida na nota 2 o) estas provisões são calculadas com base no valor actual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período de vida útil média esperada desses activos. Quanto às responsabilidades de desmantelar e colocar os terrenos onde se situam os parques eólicos na sua condição original, em 31 de Dezembro de 2009, as provisões ascendem a 63.956 milhares de Euros. Adicionalmente, as provisões relacionadas com o desmantelamento da central nuclear de Trillo ascendem a 21.466 milhares de Euros (ver nota 36).

Durante o ano de 2009, o Grupo EDP incorreu em custos com multas e outras penalidades por incumprimento de regulamentação ambiental no valor de 29 milhares de Euros.

Os proventos ambientais reconhecidos no exercício de 2009 estão relacionados com a venda de subprodutos de natureza ambiental no valor de 5.510 milhares de Euros, venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 4.967 milhares de Euros e 1.043 milhares de Euros provenientes de incentivos públicos relacionados com protecção ambiental.

### 51. Relato financeiro por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades no sector energético em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase na produção, distribuição e comercialização de electricidade e distribuição e comercialização de gás.

O sistema de reporte interno do Grupo produz relatórios com informação sobre os diversos segmentos de negócio organizados por geografia e área de responsabilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Com base nestes relatórios o Conselho de Administração é responsável por desempenhar a função de "Chief Operating Decision Maker" (CODM), avaliando o desempenho dos vários segmentos e decidindo sobre as alocações de recursos a efectuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

O Grupo monitoriza a sua actividade com base em diversos segmentos de negócio, os quais englobam essencialmente os seguintes produtos/serviços: Electricidade, Gás e Outras Operações.

Os segmentos definidos pelo Grupo são os seguintes:

- Produção Ibérica
- Distribuição Ibérica
- Comercialização Ibérica
- EDP Renováveis
- EDP - Energias do Brasil
- Gás Ibérico
- Outras Operações

O Grupo EDP efectua uma análise separada do negócio de produção de electricidade através de fontes de energia renováveis, a qual é consubstanciada num segmento próprio (EDP Renováveis). De igual forma, atendendo à especificidade do mercado brasileiro, o Grupo também efectua uma análise separada dos negócios de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil (EDP Energias do Brasil).

O segmento de **Produção Ibérica** corresponde à actividade de geração de electricidade em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Sub-Grupo Pebble Hydro
- Electrica de la Ribera del Ebro, S.A.
- Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.
- Central Térmica Ciclo Combinado Grupo 4, S.A.
- Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.

O segmento de **Distribuição Ibérica** corresponde à actividade de distribuição de electricidade em Portugal e Espanha e comercializador de último recurso. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Distribuição de Energia, S.A.
- EDP Serviço Universal, S.A.
- EDP Soluções Comerciais, S.A.
- Fuerzas Electricas Valencianas, S.A.
- Electra de Llobregat Energía, S.L.
- HDC Explotacion Redes
- Hidrocantábrico Distribucion Eléctrica, S.A.U.

O segmento de **Comercialização Ibérica** corresponde à actividade de comercialização de electricidade não regulada em Portugal e Espanha. A actividade de comercialização regulada encontra-se integrada no segmento de distribuição ibérica. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.
- Hidroantábrico Energia, S.A.U.

O segmento **EDP Renováveis** corresponde à actividade de produção de energia eléctrica através de fontes renováveis e incluindo a totalidade das empresas dos subgrupos NEO Energia e Horizon Wind Energy. Este segmento inclui ainda a empresa holding EDP Renováveis, S.A. assim como todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento **EDP Energias do Brasil** inclui as actividades de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil, sendo composto pela holding EDP Energias do Brasil e todas as suas subsidiárias, com excepção da EDP Renováveis Brasil, que está incluída no segmento EDP Renováveis. Tal como no segmento EDP Renováveis, este segmento inclui todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento **Gás** inclui as actividades de distribuição e comercialização de gás em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Gás, SGPS.
- Portgás - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.
- EDP Gás Serviço Universal, S.A.
- Gas de Euskadi Transporte de Gas, S.A.U.
- Naturgas Comercializadora, S.A.
- Naturgás Energia Distribución, S.A.U.
- Naturgás Energia Grupo, S.A.
- Septentrional de Gas, S.A.

O segmento Outras operações inclui as actividades de gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente as actividades de gestão centralizada de recursos humanos, plataformas logísticas e serviços partilhados.

A coluna "Ajustamentos" reflecte a anulação de dividendos pagos à EDP Energias de Portugal pelas empresas integrantes dos diversos segmentos, assim como os ajustamentos inerentes à anulação dos investimentos financeiros nas empresas subsidiárias do Grupo EDP e demais ajustamentos de consolidação e anulação inter-segmentos.

#### **Caracterização dos segmentos**

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados directamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas em 31 de Dezembro de 2008, as alterações ocorridas em 2009.



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### 52. Empresas do Perímetro de Consolidação

As Empresas Subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral à data de 31 de Dezembro de 2009 são apresentados como se segue:

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-09 Euro'000	Passivos 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
<b>Portugal</b>									
<b>Empresa-Mãe do Grupo e Actividades Conexas:</b>									
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Lisboa	3.656.537.715 EUR	17.253.574	10.710.705	6.542.869	3.926.537	630.021	100,00%	-
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	5.000 EUR	293.154	287.311	5.843	18.055	4.444	100,00%	100,00%
EDP Estudos e Consultoria, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	12.359	9.338	3.021	32.133	2.579	100,00%	100,00%
EDP Gás - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	120.000.000 EUR	265.643	73.047	192.596	12.655	3.623	100,00%	100,00%
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	Lisboa	10.000.000 EUR	266.087	238.192	27.896	37.603	-9.901	100,00%	100,00%
EDP Inovação, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	9.995	8.459	1.536	4.724	225	100,00%	100,00%
EDP Investments and Services, S.L.	Madrid	3.006 EUR	267.345	195.779	71.566	27.468	20.749	100,00%	-
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Lisboa	4.550.000 EUR	66.104	51.073	15.031	61.588	5.957	100,00%	100,00%
EDP Internacional S.A.	Lisboa	50.000 EUR	7.605	5.900	1.705	4.095	1.219	100,00%	100,00%
Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	Sacavém	2.200.000 EUR	17.453	11.305	6.148	13.620	1.870	100,00%	100,00%
Pebble Hydro - Consultoria, Invest. e Serv., Lda.	Lisboa	5.100 EUR	154.571	140.794	13.777	16.331	2.964	100,00%	-
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Lisboa	450.000 EUR	17.756	14.089	3.667	35.190	1.143	100,00%	100,00%
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	152	87	64	264	-52	100,00%	-
EDP Ventures, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	50.000 EUR	2.156	1.490	666	1	-94	100,00%	-
CEO-Comp Energia Oceânica,S.A.	Póvoa do Varzim	65.435 EUR	3.291	2.321	970	-	-8.354	52,07%	-
<b>Actividade Eléctrica - Portugal:</b>									
<b>Produção de Electricidade:</b>									
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Lisboa	1.263.285.505 EUR	7.656.118	5.577.284	2.078.834	1.813.514	376.445	100,00%	100,00%
Energin, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	42.239	41.899	340	3.083	-134	65,00%	-
O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Mortágua	500.000 EUR	7.897	4.393	3.504	11.535	2.448	100,00%	-
Soporgen, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	37.778	29.302	8.476	45.374	2.024	82,00%	-
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, S.A.	Carregado	250.000 EUR	3.208	1.963	1.245	3.457	170	100,00%	-
Greenvougá - Soc. Gestora do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeirado-Ermida,	Oliveira de Frades	50.000 EUR	5.442	5.518	-76	30	-194	55,00%	-
Hidroeléctrica de Faigilde, Lda.	Lisboa	374.098 EUR	2.630	2.068	562	388	19	100,00%	-
Hidroeléctrica Janeiro de Baixo, LDA	Lisboa	5.000 EUR	43	42	1	-	-20	100,00%	-
Minihídrica do Palhal, Lda.	Lisboa	450.000 EUR	3.735	1.609	2.126	1.945	1.046	100,00%	-
Hidroeléctrica de Penacova, Lda.	Lisboa	498.798 EUR	9.325	8.895	430	1.296	205	100,00%	-
Hidroeléctrica de Pinhel, Lda.	Lisboa	1.415.000 EUR	13.788	12.078	1.710	2.189	380	100,00%	-
Hidroeléctrica do Rabaçal Ponte, Lda.	Lisboa	1.350.000 EUR	20.790	19.745	1.044	1.857	156	100,00%	-
FISIGEN - Empresa de Cogeração, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	178	139	38	-	-12	51,00%	-
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, SA	Lisboa	48.750.000 EUR	413.732	395.933	17.798	21.447	-16.138	100,00%	-
<b>Energias Renováveis:</b>									
Enerattilus-Produção de Energia Eléctrica, S.A.	Porto	1.505.000 EUR	39.528	33.462	6.065	9.083	2.187	77,53%	-
Enernova - Novas Energias, S.A.	Porto	7.500.000 EUR	784.488	698.373	86.115	115.984	35.728	77,53%	-
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos Valdevez	50.000 EUR	12.821	10.259	2.563	3.186	784	46,51%	-
Eólica de Serra das Alturas, S.A.	Botlicas	50.000 EUR	15.581	13.688	1.893	1.776	668	38,84%	-
Eólica de Montenegro, Lda	Vila Pouca de Aguiar	50.000 EUR	26.343	22.761	3.582	3.475	1.442	38,84%	-
Malhadizes, S.A	Porto	50.000 EUR	27.782	27.437	345	4.876	195	77,53%	-
Windplus, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	325	153	172	-	-3	71,40%	-
<b>Distribuição de Electricidade:</b>									
EDP Distribuição de Energia, S.A.	Lisboa	1.024.500.000 EUR	5.426.830	4.875.689	551.141	1.948.913	211.960	100,00%	100,00%
<b>Comercialização de Electricidade:</b>									
EDP Serviço Universal, S.A.	Lisboa	10.100.000 EUR	2.260.061	2.227.087	32.974	4.562.377	16.532	100,00%	-
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	Lisboa	20.814.695 EUR	205.486	182.122	23.363	498.330	7.391	100,00%	100,00%
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	2.687	2.269	418	4.942	-44	100,00%	100,00%
EDP Serviços - Sistemas para a Qualidade e Eficiência Energética, SA	Massamá	50.000 EUR	940	600	340	756	-28	55,00%	-
<b>Comercialização de Gás e Distribuição:</b>									
EDP GÁS.Com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	42.740	34.785	7.955	158.536	7.507	100,00%	-
ENAGÁS - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	299.400 EUR	14.164	13.501	662	385	30	60,00%	-
EDP Investimentos, S.G.P.S, S.A.	Lisboa	5.489.000 EUR	63.265	17.981	45.284	1.515	506	100,00%	100,00%
EDP Gás III S.G.P.S, S.A.	Lisboa	5.000.000 EUR	62.831	33.684	29.147	4	-1.142	100,00%	-
EDP Gás II S.G.P.S, S.A.	Lisboa	5.000.000 EUR	53.029	18.488	34.541	812	-44	100,00%	-
PORTGÁS - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Porto	7.909.150 EUR	351.461	284.800	66.661	52.322	6.285	71,97%	-
EDP Gás GPL - Comércio de Gás de Petróleo Liquefeito,S.A.	Porto	549.998 EUR	5.735	3.340	2.395	3.651	984	71,97%	-
EDP Gás Serviço Universal, S.A.	Porto	1.049.996 EUR	25.392	21.843	3.549	99.235	-3.479	71,97%	-
<b>Actividades conexas:</b>									
EDP Soluções Comerciais, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	99.661	102.490	-2.830	171.012	3.278	100,00%	100,00%
<b>Outras actividades:</b>									
FCTE - Forum do Comércio, Transacções Electrónicas e Serviços Empresariais On-	Lisboa	500.000 EUR	11	512	-501	25	14	80,00%	-
Oni Multimédia - Serviços Interactivos, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	1.968	64.660	-62.692	1	1.796	100,00%	-
OPTEP SGPS, S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	49.596	27.912	21.684	37.522	27.823	100,00%	-
<b>Espanha</b>									
<b>Empresa-Mãe e Actividades Conexas:</b>									
EDP Renováveis S.A.	Oviedo	4.361.540.810 EUR	7.250.640	2.194.214	5.056.426	325.448	68.012	77,53%	62,02%
Nuevas Energias de Occidente, S.L.	Oviedo	30.000.000 EUR	4.218.682	4.042.169	176.513	172.544	-20.008	77,53%	-
Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.	Oviedo	421.739.790 EUR	5.492.164	3.321.042	2.171.123	1.341.385	83.694	100,00%	96,86%
<b>Actividade Eléctrica - Espanha:</b>									
<b>Produção de Electricidade:</b>									
Ceprastur AIE	Oviedo	360.607 EUR	418	2	415	2	-3	44,01%	-
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	60.200 EUR	7	423	-416	-	-	46,52%	-
Cogeração Bergara, A.I.E.	Bilbau	450.000 EUR	1.242	478	763	1.719	167	50,00%	-
Cogeração Montjuic, S.L.U.	Bilbau	1.250.000 EUR	4.433	2.164	2.269	110	-468	100,00%	-
Cogeração Serantes, S.L.U.	Bilbau	2.750.000 EUR	13.377	8.800	4.577	1.992	1.629	70,00%	-
Eléctrica de la Ribera del Ebro, SA	Oviedo	5.000.000 EUR	381.103	320.846	60.257	140.496	-6.407	100,00%	-
Energia e Industria de Toledo, S.A.	Oviedo	2.139.603 EUR	5.395	9.145	-3.750	5.820	136	90,00%	-
Fuerzas Eléctricas Valencianas, SA	Valência	1.021.700 EUR	10.401	11.122	-721	697	-690	100,00%	-
Central Termica Ciclo Combinado Grupo 4	Oviedo	2.117.000 EUR	208.075	212.908	-4.833	73.988	-20.167	75,00%	-
HC Soluciones Comerciales S.A.	Oviedo	60.300 EUR	25.603	9.924	15.679	34.774	6.483	100,00%	-
HDC Explotacion Centrales-2	Oviedo	60.150 EUR	42.144	59.467	-17.323	1.949	-456	100,00%	-
HDC Explotacion Redes-2	Oviedo	70.000 EUR	2.003	1.605	398	5.133	383	100,00%	-
HDC Gestion de Energia-2	Oviedo	5.078.029 EUR	947.314	428.831	518.482	32.086	15.190	100,00%	-
Hidroantábrico Servicios, S.A.	Oviedo	60.150 EUR	14.435	6.214	8.221	23.003	819	100,00%	-
Instalaciones Eléctricas Rio Isabena, S.L.	Zaragoza	3.008 EUR	4.138	3.849	289	625	190	90,02%	-
Mazzarrón Cogeneración, S.A.	Oviedo	70.000 EUR	462	5.199	-4.736	292	-29	90,00%	-
Millenium Energy S.L.	Bilbau	2.830.247 EUR	9.259	7.913	1.345	160	-1.421	100,00%	-
Papresa Cogeneración AIE	Bilbau	50.000.000 EUR	51.080	-	51.080	1.333	1.080	95,41%	-
Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.	Pamplona	150.000.000 EUR	637.377	1.042	636.335	29.050	20.296	100,00%	-
HC Tudela Cogeneración	Carreño	306.030 EUR	1.666	1.965	299	-	-7	50,10%	-
Ciclo Combinado Soto 5, S.L.	Oviedo	1.000.000 EUR	277.485	276.533	952	-	-48	100,00%	-
<b>Energias Renováveis:</b>									
Acampo Arias,S.L.	Zaragoza	3.314.300 EUR	30.391	27.402	2.989	2.201	-326	76,12%	-
Agrupación Eólica, SLU	Zaragoza	649.836 EUR	79.371	44.270	35.101	3.481	1.682	77,53%	-
Ceasa Promociones Eólicas, SLU	Zaragoza	1.205.029 EUR	142.690	137.620	5.071	170.653	5.018	77,53%	-

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-09 Euro'000	Passivos 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Total Proveitos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
<b>Espanha</b>									
<b>Actividade Eléctrica - Espanha:</b>									
<b>Energías Renováveis:</b>									
Cia. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAU	Zaragoza	69.116 EUR	74	19	55	-	-	77,53%	-
Compañía Eléctrica Campo de Borja, S.A.	Zaragoza	857.945 EUR	1.574	432	1.142	520	157	58,79%	-
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	Zaragoza	86.480 EUR	85	1	84	-	-	77,53%	-
Desarrollos Eólicos Promocion, S.A.	Sevilla	8.061.000 EUR	54.966	11	54.955	16.404	16.555	77,53%	-
Desarrollo Eólico Almachal, SAU	Cádiz	2.061.190 EUR	19.874	16.468	3.406	3.193	490	77,53%	-
Desarrollo Eólico Buenavista, SAU	Cádiz	1.712.369 EUR	12.000	8.074	3.926	2.654	687	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Corme, S.A.	La Coruña	3.666.100 EUR	11.647	3.197	8.450	4.237	1.677	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Lugo, SAU	Lugo	7.761.000 EUR	71.248	55.758	15.490	16.316	5.683	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Tarifa, SAU	Cádiz	5.799.650 EUR	13.399	3.799	9.600	5.102	1.778	77,53%	-
Desarrollo Eólico Dumbria, SAU	La Coruña	61.000 EUR	81.511	71.075	10.436	14.523	2.914	77,53%	-
Desarrollo Eólico Reboquera, S.A.	Huesca	7.560.950 EUR	36.774	25.513	11.261	7.553	2.455	73,65%	-
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	63.006 EUR	27.227	15.473	11.754	6.214	2.051	45,22%	-
Desarrollos Catalanes Del Viento,S.L	Barcelona	5.992.600 EUR	45.043	23.533	21.509	938	26	46,52%	-
Desarrollos Eolicos de Galicia, S.A.	La Coruña	6.130.200 EUR	12.951	2.175	10.776	3.772	1.153	77,53%	-
Desarrollos Eolicos, S.A.	Sevilla	1.056.225 EUR	57.520	39.395	18.125	115.907	519	77,53%	-
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	10.000 EUR	37.123	35.940	1.183	5.964	1.002	77,53%	-
Eólica Alfoz, SL	Madrid	10.000 EUR	147.866	147.866	10	3.515	-	65,88%	-
Enerolva S.A.	Sevilla	75.120 EUR	206	138	68	2	-	77,53%	-
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	4.508.980 EUR	28.864	21.336	7.528	5.888	1.322	60,08%	-
Eolica Campollano S.A.	Madrid	6.559.994 EUR	104.608	84.732	19.876	22.784	5.675	58,15%	-
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	3.006 EUR	54.016	51.488	2.529	10.405	2.525	77,53%	-
Energía Eólica La Manchuela, SLU	Madrid	1.141.900 EUR	22.142	18.839	3.303	4.772	1.217	77,53%	-
Genesa I S.L.	Madrid	28.562.170 EUR	649.229	452.143	197.086	215.862	8.600	77,53%	-
Guadaleba	Sevilla	10.000 EUR	215.159	214.359	800	16.194	791	77,53%	-
Hidrocarbónico Congeneracion S.L.	Oviedo	2.914.650 EUR	47.144	19.408	27.736	30.971	-295	100,00%	-
Hidroeléctrica del Rumber, S.L.	Madrid	276.460 EUR	946	871	75	174	33	62,02%	-
Hidroeléctrica Fuentetormosa, S.L.	Oviedo	77.036 EUR	298	269	29	74	8	77,53%	-
Hidroeléctrica Gormaz S.A.	Salamanca	60.701 EUR	426	482	-55	41	-20	58,15%	-
Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAU	Zaragoza	1.918.728 EUR	30.398	28.458	1.940	4.094	-142	77,53%	-
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	15.124 EUR	7	602	-595	-	-	69,78%	-
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	15.717.845 EUR	173.624	162.895	10.728	16.047	-2.513	46,20%	-
Lajanda	Madrid	2.050.000 EUR	183.468	180.309	3.158	17.184	1.095	77,53%	-
Lanavica	Madrid	10.000 EUR	48.164	46.132	2.033	6.630	852	77,53%	-
Molino de Caragüeyes,S.L	Zaragoza	180.300 EUR	607	431	176	187	30	62,02%	-
NEO Catalunya SL	Barcelona	10.000 EUR	33.634	34.534	-900	32	-596	77,53%	-
NEO Energía Aragon SL	Madrid	10.000 EUR	10	1	9	-	-	77,53%	-
Neomai Inversiones SICAV, SA	Madrid	33.358.370 EUR	40.008	151	39.857	1.429	1.355	77,53%	-
Parque Eólico Belchite S.L.	Zaragoza	3.600.000 EUR	47.083	38.731	8.352	8.172	1.532	77,53%	-
Parque Eólico la Sotonera, S.L.	Zaragoza	2.000.000 EUR	20.073	15.543	4.530	4.219	1.210	50,27%	-
Parque Eólico Los Cantales, SLU	Zaragoza	1.963.050 EUR	29.156	24.506	4.650	5.950	1.700	77,53%	-
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Zaragoza	12.024 EUR	50	41	9	-	-	77,53%	-
Parque Eólico Plana de Artajona, SLU	Zaragoza	12.024 EUR	67	59	9	-	-	77,53%	-
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	1.924.000 EUR	42.586	39.527	3.059	3.433	411	46,52%	-
Parques Eólicos del Cantábrico S.A.	Oviedo	9.079.680 EUR	56.567	32.589	23.977	11.000	899	77,53%	-
Renovables Castilla la Mancha, S.A.	Albacete	60.102 EUR	36.919	34.695	2.223	6.589	1.402	69,78%	-
Eólica Sierra de Avila, SL	Madrid	10.000 EUR	74.258	74.248	10	4.872	-	69,77%	-
Siesa Renovables Canarias, S.L.	Gran Canaria	3.006 EUR	1	1	-	-	-	77,53%	-
Sinae Inversiones Eólicas S.A.	Madrid	6.010.000 EUR	115.394	83.843	31.550	22.024	17.871	77,53%	-
Sotromal, S.A.	Soria	112.880 EUR	30	206	-176	-	-	69,78%	-
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	60.200 EUR	67	50	17	-	-	62,02%	-
Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	Zaragoza	188.047 EUR	4.838	17	4.821	911	833	77,53%	-
Veinco Energía Limpia SLU	Zaragoza	3.043 EUR	5.620	5.055	565	443	157	77,53%	-
Parc Eólic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	3.005 EUR	23.383	23.375	8	568	-	46,52%	-
Fontesiva	Coruña	10.000 EUR	52.928	52.920	9	2.614	-1	77,53%	-
Parc Eolic Molinars SL	GIRONA	3.006 EUR	215	212	3	-	-	41,87%	-
Muxia I e II	Coruña	10.000 EUR	66.494	66.485	9	1.420	-1	77,53%	-
Naturneo Energía, S.L.	Bilbao	3.020 EUR	2	-	2	-	-	86,93%	-
Eólica de Radona SL	Madrid	10.000 EUR	75.021	75.115	-94	4.582	-104	77,53%	-
Parc Eólic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	3.005 EUR	47.183	47.175	7	563	-	46,52%	-
Bon Vent de Corbera, SL	Barcelona	90.000 EUR	73.542	73.456	86	3.150	-	77,53%	-
Bon Vent de Vilalba, SL	Barcelona	90.000 EUR	75.703	76.332	-629	4.724	-715	77,53%	-
Parc Eólic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	3.006 EUR	34.232	34.229	3	509	-	46,52%	-
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	1.994.350 EUR	21.293	19.845	1.448	230	-214	37,75%	-
Agrupación Eólica Francia SL	Madrid	900.000 EUR	43.250	4	43.246	97	18	77,53%	-
Coll de la Garganta	Barcelona	3.010 EUR	19.873	19.870	3	440	-	77,53%	-
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	60.200 EUR	69.744	67.399	2.345	12.036	2.271	77,53%	-
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Zaragoza	60.100 EUR	71	90	-19	-	-79	31,43%	-
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	3.294.000 EUR	72.236	64.765	7.471	12.894	2.429	65,82%	-
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	90.000 EUR	5.157	5.102	55	-	-	77,53%	-
Serra Voltorera	Barcelona	3.010 EUR	29.884	29.881	3	748	-	77,53%	-
Eólica Garcimuñoz, SL	Madrid	10.000 EUR	11	1	10	-	-	77,53%	-
<b>Distribuição de Electricidade:</b>									
Electra de Llobregat Energía, S.L.	Oviedo	150.000 EUR	5.492	7.052	-1.561	533	-597	75,00%	-
Solaran Distribución Eléctrica, S.L.	Zaragoza	421.000 EUR	8.458	8.031	427	889	-58	90,00%	-
<b>Comercialização de Gás e Distribuição:</b>									
Gas de Euskadi Transporte de Gas, S.A.U.	Bilbao	12.880.200 EUR	161.867	96.218	65.649	21.871	9.841	95,97%	-
Naturgas Comercializadora, S.A.	Bilbao	8.255.306 EUR	256.821	225.932	30.889	822.351	20.162	95,97%	-
Naturgas Energía Distribución, S.A.U.	Bilbao	100.000.000 EUR	1.857.830	560.244	1.297.585	176.554	74.851	95,97%	-
Naturgas Energía Grupo, S.A.	Bilbao	316.516.400 EUR	1.611.603	536.858	1.074.744	296.528	17.574	95,97%	-
Naturgas Participaciones, S.A.U.	Bilbao	300.500 EUR	12.530	11.894	636	696	287	95,97%	-
Naturgas Energía Comercializadoras Ultimo Recurso,S.A.	Bilbao	2.000.000 EUR	2.040	18	2.022	28	20	95,97%	-
Naturgas Energía Servicios, S.A.	Bilbao	60.200 EUR	10.958	10.304	654	17.259	582	95,97%	-
Naturgas Energía Suministro Sur, S.L.	Bilbao	2.077.000 EUR	9.576	7.519	2.056	-	-	95,97%	-
Naturgas Energía Suministro, S.L.	Bilbao	2.129.600 EUR	10.973	8.865	2.109	-	-	95,97%	-
Naturgas Energía Servicios Comunes, S.A.	Bilbao	191.010 EUR	227	41	186	-	-	95,97%	-
Naturgas Energía Distribución Cantabria, S.A.	Santander	3.160.333 EUR	99.279	62.528	36.751	-	-	86,77%	-
Naturgas Energía Distribución Murcia, S.A.	Murcia	61.414.185 EUR	152.622	102.559	50.063	-	-	95,95%	-
HC Energía Ultimo Recurso, S.A.	Oviedo	1.000.000 EUR	38.984	37.976	1.008	96.616	8	97,99%	-
<b>Comercialização de Electricidade:</b>									
EDP Energía Ibérica, S.A.	Madrid	60.200 EUR	17	13.376	-13.359	36	9	100,00%	-
Hidrocarbónico Energía, S.A.U.	Oviedo	44.502.000 EUR	1.127.192	1.066.713	60.479	1.540.261	29.097	100,00%	-
<b>Otras actividades:</b>									
Cerámica Técnica de Illescas Cogeneración S.A.	Oviedo	62.247 EUR	1.418	1.938	-520	1.195	65	90,00%	-
Iniciativas Tecnológicas de Valorización Energética de Residuos S.A.	Oviedo	2.996.022 EUR	9.749	9.719	30	15.514	1.707	100,00%	-
Renovamed, S.A.	Oviedo	60.200 EUR	550	1.321	-770	925	67	75,00%	-
Sinova Medioambiental, SA	Oviedo	2.687.364 EUR	16.433	13.623	2.810	14.217	1.385	84,00%	-
Tecman, S.L.	Bilbao	250.000 EUR	4.931	1.416	3.515	5.306	321	95,97%	-
Tratamientos Ambientales Sierra de La Tercia, S.A.	Oviedo	3.731.202 EUR	14.737	5.331	9.406	16.317	2.496	88,00%	-
<b>Brasil</b>									
<b>Empresa-Mãe e Actividades Conexas:</b>									
EDP Energias do Brasil, S.A.	São Paulo	3.182.715.954 BRL	2.031.817	121.654	1.910.164	293.452	250.941	64,91%	25,02%



## notas 6s demonstra67es financeiras

consolidadas e individuais para os exerc6cios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Empresas Subsidi6rias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-09 Euro'000	Passivos 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Pr6prios 31-Dez-09 Euro'000	Total Proveitos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados L6quidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
<b>Brasil</b>									
<b>Empresa-M6e e Actividades Conexas:</b>									
Energest, S.A.	S6o Paulo	120.480.870 BRL	196.146	73.436	122.711	58.979	31.489	64,91%	-
Escelsapar	Espirito Santo	2.800.000 BRL	2.115	3.064	-948	1	-175	64,91%	-
Santa-F6 Energia, S.A.	Espirito Santo	86.371.000 BRL	63.147	27.974	35.173	7.079	1.103	64,91%	-
Elebras Projetos, Ltda	S6o Paulo	1.326.013 BRL	174	4	170	-	-6	71,85%	-
Evrecy Participa67es Ltda	S6o Paulo	21.462.267 BRL	10.119	496	9.623	1.691	1.462	64,91%	-
<b>Actividade El6ctrica - Brasil:</b>									
<b>Produ67o de Electricidade:</b>									
CESA - Castelo Energ6tica, S.A.	S6o Paulo	23.458.269 BRL	81.755	54.976	26.780	16.412	6.351	64,91%	-
Costa Rica Energ6tica, Lda.	Mato Grosso Sul	14.318.185 BRL	9.459	1.132	8.327	6.053	5.013	33,11%	-
Enercouth, S.A.	S6o Paulo	1.000 BRL	1.977	2.164	-187	-	-21	64,91%	-
Enerpeixe, S.A.	S6o Paulo	882.627.748 BRL	831.923	390.903	441.020	121.482	48.360	38,95%	-
Pantanal	S6o Paulo	23.390.369 BRL	32.389	9.489	22.900	14.910	10.770	64,91%	-
Ipeiras Energia S.A.	S6o Paulo	14.721.836 BRL	3	2	-	-	-2	64,91%	-
Lajeado Energia S.A.	S6o Paulo	756.867.541 BRL	736.883	126.632	610.251	106.823	40.556	36,26%	-
Investco, S.A.	S6o Paulo	961.793.701 BRL	750.856	254.456	496.400	78.072	36.684	26,47%	-
<b>Energias Renov6veis:</b>									
EDP Renov6veis Brasil, SA	S6o Paulo	49.458.545 BRL	27.428	8.018	19.410	567	-205	71,85%	-
Enemova, SA (Brasil)	S6o Paulo	1.000 BRL	10.285	12.522	-2.237	-540	-2.031	64,91%	-
Central Nacional de Energia E6lica, S.A.	S6o Paulo	22.035.000 BRL	18.781	9.898	8.883	2.640	634	71,85%	-
Terra Verde Bioenergia Participa67es S.A.	S6o Paulo	100 BRL	665	1.274	-609	-	-609	59,72%	-
<b>Distribui67o de Electricidade:</b>									
Bandeirante Energia, S.A.	S6o Paulo	254.628.684 BRL	1.031.902	699.870	332.031	798.077	114.156	64,91%	-
Escelsa - Espirito Santo Centrais El6ctricas, S.A.	Espirito Santo	376.021.630 BRL	918.995	592.054	326.941	524.563	63.242	64,91%	-
<b>Comercializa67o de Electricidade:</b>									
Enertrade - Comercializadora de Energia, S.A.	S6o Paulo	26.284.758 BRL	67.576	47.387	20.188	290.165	9.972	64,91%	-
<b>Fran6a</b>									
<b>Actividade El6ctrica - Fran6a:</b>									
<b>Energias Renov6veis:</b>									
C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	125.000 EUR	16.367	16.803	-435	2.062	-7	77,53%	-
C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	2.261.000 EUR	9.422	5.778	3.645	1.540	344	77,53%	-
C.E. Patay, SAS	Paris	1.640.000 EUR	16.625	13.980	2.645	2.835	447	77,53%	-
C.E. Segur, SAS	Paris	1.615.000 EUR	15.750	13.944	1.805	2.398	238	77,53%	-
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	40.000 EUR	12.880	14.453	-1.573	1.483	-382	77,53%	-
C.E. NEO Truc L'homme, SAS	Paris	37.500 EUR	35	7	29	-	-3	77,53%	-
Parc Eolien D'Ardennes	Elbeuf	1.000 EUR	25	147	-122	1	-1	77,53%	-
Parc Eolien de Cios Bataille, SAS	Elbeuf	37.001 EUR	12.516	13.655	-1.139	1.810	286	77,53%	-
Eolienne des Bocages, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	8	35	-27	1	-1	77,53%	-
Eolienne de Challengeville, SAS	Elbeuf	37.004 EUR	29	12	17	9	3	77,53%	-
Parc Eolien des Longs Champs, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	79	148	-68	1	-3	77,53%	-
Eolienne D'etalondes, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	19	46	-27	1	-2	77,53%	-
Parc Eolien de La Hetroye, SAS	Elbeuf	37.004 EUR	19	10	9	-	-5	77,53%	-
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	7	46	-39	-	-4	77,53%	-
Neo Galia, SAS	Paris	48.526.642 EUR	260.687	218.223	42.464	15.046	-4.587	77,53%	-
Parc Eolien des Bocages, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	27	188	-161	1	-1	77,53%	-
Parc Eolien de Roman, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	139	240	-101	1	-7	77,53%	-
C.E. Saint Barnabe, SAS	Paris	1.600.000 EUR	15.607	13.883	1.724	2.362	144	77,53%	-
Eolienne de Saugeuse, SARL	Elbeuf	1.000 EUR	10	37	-26	-	-2	77,53%	-
Parc Eolien de Varimpre, SAS	Elbeuf	37.003 EUR	15.201	16.754	-1.553	2.429	527	77,53%	-
Parc Eolien des Vathines, SAS	Elbeuf	37.004 EUR	14.737	16.419	-1.682	2.062	196	77,53%	-
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	1.000 EUR	7.111	7.153	-42	151	-9	37,99%	-
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	9.834	9.866	-32	324	-13	37,99%	-
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	1.042	-75	-	-	-72	37,99%	-
Mardelle, SARL	Toulouse	1.000 EUR	5.294	5.298	-3	14	-1	77,53%	-
Quinze Mines, SARL	Toulouse	1.000 EUR	11.225	11.242	-17	256	-15	37,99%	-
Vall6e du Moulin, SARL	Toulouse	1.000 EUR	9.593	9.609	-16	218	-13	77,53%	-
<b>Reino Unido</b>									
<b>Actividade El6ctrica - Reino Unido:</b>									
<b>Energias Renov6veis:</b>									
EDPR UK Limited	Cardiff	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	- EUR	-	-	-	-	-	58,15%	-
<b>Pol6nia</b>									
<b>Actividade El6ctrica - Pol6nia:</b>									
<b>Energias Renov6veis:</b>									
Relax Wind Park I, S.P. ZO.O	Vars6via	521.379 EUR	170.970	171.080	-110	126.038	-277	74,76%	-
Relax Wind Park III, S.P. ZO.O	Vars6via	102.327 EUR	5.964	5.937	27	4.319	-57	77,53%	-
Neolica Polska SP Z.O.O.	Vars6via	105.943.477 EUR	267.009	157.885	109.125	139.220	6.619	77,53%	-
Relax Wind Park II, S.P. ZO.O	Vars6via	107.199 EUR	369	301	69	111	-2	39,54%	-
Relax Wind Park IV, S.P. ZO.O	Vars6via	95.018 EUR	650	668	-18	175	52	39,54%	-
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZO.O	Vars6via	17.054 EUR	2.476	2.470	6	200	-11	77,53%	-
Chodow Wind Park SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
KIP Wind Park I SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
KIP Wind Park II SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
Relax Wind Park V SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
Relax Wind Park VI SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
SK Wind Park SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
Sokolowo Wind Park SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
Zulawy Wind Park I SP ZO.O.	Vars6via	- EUR	-	-	-	-	-	77,53%	-
<b>Estados Unidos da Am6rica</b>									
<b>Empresa-M6e:</b>									
Horizon Wind Energy LLC	Houston, Texas	4.060.307.096 USD	3.124.691	399.493	2.725.198	11.357	-31.938	77,53%	-
<b>Actividade El6ctrica - Estados Unidos da Am6rica:</b>									
<b>Energias Renov6veis:</b>									
2007 Vento I LLC	Texas	1.208.830.306 USD	844.614	3.112	841.502	4.526	1.173	77,53%	-
Arlington Wind Power Project LLC	Oregon	198.688.728 USD	143.189	2.995	140.194	12.721	1.999	77,53%	-
Aroostook Wind Energy LLC	Maine	1.257.610 USD	6.568	5.769	799	-	-17	77,53%	-
BC2 Maple Ridge Wind LLC	Texas	418.051.060 USD	301.852	-	301.852	8.008	5.171	77,53%	-
Blue Canyon Windpower II LLC	Oklahoma	177.566.728 USD	145.411	14.798	130.613	15.105	1.831	77,53%	-
Clinton County Wind Farm, LLC	New York	15.009.806 USD	23.909	13.495	10.414	-	-	77,53%	-
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	162.402.566 USD	122.548	9.423	113.124	9.455	-1.142	77,53%	-
High Trail Wind Farm, LLC	Illinois	413.131.796 USD	300.553	8.088	292.466	25.343	1.701	77,53%	-
Horizon Wind Energy International	Texas	5.691.290 USD	4.320	191	4.129	4	-2	77,53%	-
Horizon Wind Ventures I LLC	Texas	1.764.182.426 USD	2.403.190	1.153.249	1.249.942	36.713	15.276	77,53%	-
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	3.304.156 USD	419.026	398.412	20.614	29.934	11.060	77,53%	-
Jericho Rise Wind Farm LLC	New York	1.600.290 USD	3.591	2.510	1.081	3	-6	77,53%	-
Madison Windpower LLC	New York	10.166.158 USD	6.783	836	5.947	677	-963	77,53%	-

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-09 Euro'000	Passivos 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
<b>Estados Unidos da América</b>									
<b>Actividade Eléctrica - Estados Unidos da América:</b>									
<b>Energias Renováveis:</b>									
Marble River, LLC	New York	18.671.894 USD	44.267	31.419	12.847	-	-40	77,53%	-
Martinsdale Wind Farm LLC	Colorado	3.196.368 USD	2.616	402	2.214	2	-2	77,53%	-
Mesquite Wind, LLC	Texas	270.389.299 USD	232.109	30.588	201.521	25.303	6.724	77,53%	-
Old Trail Wind Farm, LLC	Illinois	432.164.536 USD	302.529	5.284	297.265	22.285	-2.969	77,53%	-
OPQ Property LLC	Illinois	17.838 USD	1.944	1.840	104	88	72	77,53%	-
Post Oak Wind, LLC	Texas	309.069.202 USD	259.233	34.269	224.963	25.806	5.377	77,53%	-
Signal Hill Wind Power Project LLC	Colorado	-24.029 USD	1	20	-18	-	-	77,53%	-
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Oregon	147.493.608 USD	132.793	21.459	111.334	15.173	3.856	77,53%	-
Tumbleweed Wind Power Project LLC	Colorado	-1.629 USD	-	4	-4	-	-	77,53%	-
Stinson Mills Wind Farm, LLC	Colorado	860.990 USD	1.941	1.411	530	-	-2	77,53%	-
Wind Turbine Prometheus, LP	California	-568.023 USD	1	399	-398	-	-	77,53%	-
Lost Lakes Wind Farm, LLC	Minnesota	203.677.837 USD	201.905	60.659	141.246	540	-71	77,53%	-
Quilt Block Wind Farm, LLC	Minnesota	-	2.506	2.519	-13	-	-8	77,53%	-
Cloud County Wind Farm	Kansas	349.286.236 USD	247.496	3.090	244.406	20.701	1.850	77,53%	-
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Texas	- USD	149.339	150.058	-719	128	-11.090	77,53%	-
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	199.255.942 USD	158.967	20.141	138.826	2.940	529	77,53%	-
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	625.332.250 USD	438.658	6.497	432.161	20.544	-11.092	77,53%	-
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	- USD	42.662	42.688	-26	-	-13	77,53%	-
Rail Splitter	Illinois	252.149.315 USD	176.684	3.142	173.542	3.532	-1.323	77,53%	-
Blackstone Wind Farm, LLC	Illinois	- USD	197.154	198.104	-950	1.574	-947	77,53%	-
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	- USD	373.539	374.910	-1.370	3.890	-1.158	77,53%	-
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	- USD	164.060	161.039	3.021	9.742	2.956	77,53%	-
2007 Vento II	Texas	1.062.259.725 USD	736.327	315	736.012	1	-731	77,53%	-
2008 Vento III	Texas	1.180.921.586 USD	819.924	803	819.121	5	-622	77,53%	-
Horizon Wind Ventures IC, LLC	Texas	5.496.832 USD	259.556	256.163	3.393	12.969	-422	77,53%	-
Meadow Lake Wind Farm IV LLC	Indiana	- USD	2.008	2.008	-	-	-	77,53%	-
Meadow Lake Windfarm III LLC	Indiana	- USD	1.160	1.160	-	-	-	77,53%	-
2009 Vento IV, LLC	Texas	252.182.648 USD	175.031	46	174.984	-	-69	77,53%	-
2009 Vento V, LLC	Texas	199.255.942 USD	138.315	5	138.309	-	-5	77,53%	-
2009 Vento VI, LLC	Texas	202.969.316 USD	141.384	561	140.823	-	-69	77,53%	-
Horizon Wind Ventures II LLC	Texas	152.278.982 USD	175.963	70.824	105.140	711	-565	77,53%	-
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	82.988.612 USD	138.743	81.146	57.597	493	-10	77,53%	-
Horizon Wind Ventures VI, LLC	Texas	112.863.100 USD	141.446	63.103	78.343	-	-1	77,53%	-
Black Prairie Wind Farm LLC	Texas	- USD	3.089	3.089	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm II LLC	Texas	- USD	12.496	12.497	-1	-	-1	77,53%	-
Meadow Lake Wind Farm II LLC	Texas	- USD	62.102	62.103	-1	-	-1	77,53%	-
Saddleback Wind Power Project LLC	Texas	- USD	783	787	-3	-	-3	77,53%	-
Horizon Wind, Freeport Windpower I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Juniper Wind Power Partners, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Lexington Chenoa Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Machias Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
New Trail Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
North Slope Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Number Nine Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Pacific Southwest Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Pioneer Prairie Wind Farm II LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Rim Rock Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Sardinia Windpower LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Turtle Creek Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Western Trail Wind Project I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Whistling Wind I Energy Center, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Simpson Ridge Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Cook Curry Wind Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Midwest IX LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Peterson Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Pioneer Prairie Interconnection LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
The Nook Wind Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Tug Hill Windpower LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Whiskey Ridge Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Wilson Creek Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
WTP Management Company LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
BC2 Maple Ridge Holdings LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Cloud West Wind Project, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Five-Spot, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Alabama Ledge Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Antelope Ridge Wind Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Arkwright Summit Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Ashford Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Athena-Weston Wind Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm III LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm IV LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm V LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower III LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower IV LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower VI LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm II LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm III LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Chateaugay River Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Cropsey Ridge Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Crossing Trails Wind, Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Dairy Hills Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Diamond Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Ford Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Freeport Windpower I, LP	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Homestead Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest VII LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest X LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest XI LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Panhandle I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest II LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest III LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Southwest IV LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Valley I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind MREC Iowa Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Chocolate Bayou I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Lexington Chenoa Wind Farm II LLC	Illinois	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Lexington Chenoa Wind Farm III LLC	Illinois	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
East Klickitat Wind Power Project LLC	Washington	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Energy Northwest IV LLC	Oregon	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Wind Power VII LLC	Oklahoma	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wyoming Transmission LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-09 Euro'000	Passivos 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Total Provetos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
<b>Estados Unidos da América</b>									
<b>Actividade Eléctrica - Estados Unidos da América:</b>									
<b>Energias Renováveis:</b>									
AZ Solar LLC	Arizona	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Black Prairie Wind Farm II LLC	Illinois	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Black Prairie Wind Farm III LLC	Illinois	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Paulding Wind Farm LLC	Ohio	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Paulding Wind Farm II LLC	Ohio	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Paulding Wind Farm III LLC	Ohio	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Simpson Ridge Wind Farm II LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Simpson Ridge Wind Farm III LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Simpson Ridge Wind Farm IV LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Simpson Ridge Wind Farm V LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Athena-Weston Wind Power Project II, LLC	Oregon	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Meadow Lake Wind Farm V, LLC	Indiana	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
<b>Outros Países</b>									
<b>Actividades Conexas:</b>									
EDP Finance BV	Amesterdão	2.000.000 EUR	11.203.207	11.197.528	5.679	390.872	1.126	100,00%	100,00%
EDP Finance Company Ltd.	Dublin	1.000.001 EUR	674	352	322	-	-82	100,00%	100,00%
EDP ASIA - Investimento e Consultadoria, Limitada	Macau	200.000 MOP	58.602	147	58.456	13.973	13.048	100,00%	100,00%
EDP - Ásia Soluções Energéticas Limitada	Macau	1.500.000 MOP	130	-	130	-	-	60,00%	-
Energia RE - Sociedade Cativa de Resseguro	Luxemburgo	2.000.000 EUR	50.301	33.737	16.564	13.603	2.464	100,00%	100,00%
<b>Actividade Eléctrica - Outros Países:</b>									
<b>Energias Renováveis:</b>									
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	24.924.000 EUR	87.902	63.059	24.843	8.190	1.166	54,27%	-
Tarcan, BV	Amesterdão	20.000 EUR	20.294	15.643	4.650	6.542	5.283	77,53%	-
Cernavoda Power SRL	Bucharest	200 LEI	55.901	56.704	-803	4.000	-281	65,90%	-
Renovatio Power SRL	Bucharest	200 LEI	53.610	54.520	-910	3.035	-518	65,90%	-

O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas, sem capital social, e que à data de encerramento de exercício não têm quaisquer activos, passivos, ou qualquer actividade operacional.

Sempre que aplicável, as percentagens de participação detidas pelo Grupo EDP, incluem o efeito da aquisição de interesses minoritários, por via de contratos de opção de venda «written put option», conforme referido na política contabilística 2 b).

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2009, são apresentados de seguida:

Empresas Conjuntamente Controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos	Activos	Passivos	Passivos	Capitais	Total	Total	Resultado	% Grupo	% Individual
			Não Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Não Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Provetos 31-Dez-09 Euro'000	Custos 31-Dez-09 Euro'000	s Líquidos 31-Dez-09 Euro'000		
Bioastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	23	997	-	572	447	1.652	-1.376	276	50,00%	-
Cogeneracion y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	50	2.463	-	1.106	1.407	3.647	-3.050	597	50,00%	-
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Zaragoza	6.701.165 EUR	105.014	9.088	44.313	13.357	56.433	14.805	-11.946	2.859	38,76%	-
Desarrollos Energeticos Canarias, S.A.	Las Palmas	15.025 EUR	-8	4	-	9	-13	-	-	-	38,69%	-
EDP Produção Bioeléctrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	68.776	3.379	69.887	6.559	-4.291	10.192	-10.402	-210	50,00%	40,00%
Evolución 2000, S.L.	Albacete	117.994 EUR	22.690	5.694	23.366	3.895	1.124	5.273	-3.955	1.318	38,11%	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	1.003.006 EUR	571	1.822	194	735	1.464	544	-234	309	47,99%	-
Murciasol 1 Sola Térmica, S.L.	Almería	3.340 EUR	84	16	-	100	-	-	-	-	38,76%	-
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720.400 EUR	15.436	4.992	14.981	2.845	2.601	4.054	-3.449	606	38,76%	-
EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	- EUR	-	1.082	-	1.082	-	645	-645	-	60,00%	-
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A..	Vila Velha de Ródão	50.000 EUR	8.219	376	2	9.359	-766	6.572	-7.084	-512	50,00%	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Ceará	507.594.744 BRL	183.315	81.966	242.064	36.049	-12.832	24.828	-28.264	-3.436	32,46%	-
Fiat Rock Windpower II LLC	Portland	207.447.187 USD	-7.899	849	387	43	-7.479	2.743	-4.387	-1.644	38,76%	-
Fiat Rock Windpower LLC	Portland	525.479.601 USD	-19.659	3.694	1.049	66	-17.081	11.353	-13.386	-2.033	38,76%	-
CIDE HC Energia, S.A.	Madrid	500.000 EUR	-166	37.002	-	36.722	114	52.664	-52.550	114	50,00%	-
InovGrid, A.C.E.	Lisboa	- EUR	-	266	-	266	-	362	-362	-	55,00%	-

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2008, são apresentados de seguida:

Empresas Conjuntamente Controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos	Activos	Passivos	Passivos	Capitais	Total	Total	Resultado	% Grupo	% Individual
			Não Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Não Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Correntes 31-Dez-08 Euro'000	Próprios 31-Dez-08 Euro'000	Provetos 31-Dez-08 Euro'000	Custos 31-Dez-08 Euro'000	s Líquidos 31-Dez-08 Euro'000		
Bioastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	87	2.196	-	1.480	803	3.542	-3.096	446	50,00%	-
Cogeneracion y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	868	6.348	-	3.527	3.689	8.842	-8.033	809	50,00%	-
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Zaragoza	6.701.165 EUR	111.323	32.463	78.081	16.569	49.136	41.157	-26.923	14.234	38,76%	-
Desarrollos Energeticos Canarias, S.A.	Las Palmas	15.025 EUR	-	8	-	18	-10	-	-	-	38,69%	-
EDP Produção Bioeléctrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	130.964	3.310	106.739	22.545	4.990	6.961	-9.138	-2.177	50,00%	40,00%
Evolución 2000, S.L.	Albacete	117.994 EUR	54.664	11.580	42.808	10.971	12.465	13.468	-9.402	4.066	38,11%	-
Horta Medioambiental S.A.	Madrid	60.200 EUR	-	-	-	113	-113	-	-	-	38,76%	-
Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.	Almería	65.000 EUR	2.134	56	200	1.925	65	-	-	-	38,76%	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	1.003.006 EUR	884	4.897	399	1.258	4.124	2.112	-1.928	184	47,99%	-
Murciasol 1 Sola Térmica, S.L.	Almería	3.340 EUR	152	50	-82	281	3	-	-	-	38,76%	-
Proenergcam, S.L.	Ruiloba	240.400 EUR	111	267	80	396	-98	158	-213	-55	50,00%	-
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720.400 EUR	37.784	10.737	34.611	3.838	10.072	12.163	-8.506	3.657	38,76%	-
EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	- EUR	-	530	-	530	-	380	-380	-	60,00%	-
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A..	Vila Velha de Ródão	50.000 EUR	19.591	3.614	-	23.175	30	14.843	-15.014	-171	50,00%	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Ceará	160.310.744 BRL	297.867	8.975	42.329	208.394	56.119	12.083	-5.218	6.865	35,97%	-
Fiat Rock Windpower II LLC	Portland	207.447.187 USD	137.438	2.351	740	176	138.873	10.814	-7.846	2.968	38,76%	-
Fiat Rock Windpower LLC	Portland	525.479.601 USD	345.091	8.862	2.005	424	351.524	31.284	-26.223	5.061	38,76%	-



As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2009, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-09 Euro'000	Passivos 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	454.896 EUR	238	-	238	-	-	23,26%	-
Carrico Cogeração, S.A.	Vila Rei	50.000 EUR	17.308	14.158	3.149	23.763	2.113	35,00%	-
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	429.127	199.585	229.543	388.150	46.918	21,19%	-
Central E - Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	227.275 EUR	879	315	564	971	-14	34,00%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	252	-	252	-	-	23,26%	-
D.E. de Canarias, S.A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	11.435	807	10.628	4.108	1.115	34,69%	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamericana Dos (II), S.A.	Guatemala	1.141.092.000 GTQ	476.890	275.631	201.259	450.449	24.794	21,00%	21,00%
Ederg-Produção Hidroeléctrica, Lda.	Lisboa	1.000.000 EUR	951	-	951	-	-19	25,00%	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, SA	Lisboa	5.000.000 EUR	440.141	404.900	35.241	12.462	2.151	15,20%	-
Geoterceira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	27.598	26.605	992	2.002	-1	49,90%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	7.749	-	7.749	-	-	19,38%	-
Inkolán, A.I.E.	Bilbau	60.101 EUR	247	133	114	372	-	41,13%	-
Inverasturias - Fondo Capital Riesgo	Aviles	3.005.000 EUR	5.582	-	5.582	229	33	20,00%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbau	1.502.500 EUR	9.158	5.692	3.466	10.180	1.031	23,99%	-
Parque Eólico Altos del Voltoy, S.A.	Madrid	6.444.956 EUR	39.395	28.398	10.997	7.343	1.066	37,99%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Asturias	120.400 EUR	4.506	-	4.506	-	576	23,18%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	13.059	-	13.059	-	3.843	32,56%	-
Portines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	21.180	2.201	18.979	15.759	1.708	39,60%	-
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Charneca da Caparica	9.000.000 EUR	126.578	90.499	36.078	26.197	8.079	19,83%	-
Sodecoan, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	3	-	3	-	-	38,76%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	62	-	62	-	-	19,38%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.617	364	2.253	1.369	655	38,39%	-
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	3.869.020 EUR	24.547	21.044	3.503	-	-366	14,71%	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2008, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-08 Euro'000	Passivos 31-Dez-08 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-08 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-08 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-08 Euro'000	% Grupo	% Individual
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	454.896 EUR	432	194	238	-	-169	18,49%	-
Carrico Cogeração, S.A.	Vila Rei	50.000 EUR	22.380	17.343	5.037	25.037	2.540	35,00%	-
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	420.814	183.169	237.645	373.840	42.447	21,19%	-
Central E - Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	227.275 EUR	1.094	543	551	1.272	324	34,00%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	62	-190	252	-	-	18,49%	-
D.E. de Canarias, S.A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	10.431	919	9.512	4.784	1.388	27,58%	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamericana Dos (II), S.A.	Guatemala	1.731.677.586 GTQ	596.939	350.773	246.166	619.452	61.055	21,00%	21,00%
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda.	Portugal	1.798 EUR	19	93	-74	-	-	47,77%	47,77%
Ederg-Produção Hidroeléctrica, Lda.	Lisboa	1.000.000 EUR	970	-	970	-	-19	25,00%	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, SA	Lisboa	5.000.000 EUR	107.446	74.357	33.089	1.331	-258	15,10%	-
Geoterceira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	16.973	15.980	993	931	-	49,90%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	9.188	739	8.449	-	-	15,41%	-
Inkolán, A.I.E.	Bilbau	60.101 EUR	247	194	53	-	-	27,22%	-
Inverasturias - Fondo Capital Riesgo	Aviles	5.384.132 EUR	5.265	49	5.216	-	-	19,37%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbau	1.503 EUR	9.775	6.137	3.638	11.706	1.336	15,88%	-
Parque Eólico Altos del Voltoy, S.A.	Madrid	6.444.956 EUR	44.101	32.196	11.905	12.320	2.451	19,11%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Asturias	120.400 EUR	38.542	33.467	5.075	6.756	2.541	18,43%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	27	-12.959	12.986	13.573	3.980	25,89%	-
Portines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	23.060	3.366	19.694	16.749	2.500	39,60%	-
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Charneca da Caparica	9.000.000 EUR	120.815	92.810	28.005	23.820	4.671	19,83%	-
Sodecoan, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	-	3	-3	-	-	30,82%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	69	7	62	-	-7	15,41%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.574	375	2.199	1.963	602	25,40%	-

As Outras Empresas com participações iguais ou superiores a 10% à data de 31 de Dezembro de 2009, eram as seguintes:

Outras Empresas	Sede e País	% de participação Grupo	% de participação Individual
Tejo Energia, S.A.	Abrantes - Portugal	11,11%	-
EDA, S.A.	Açores - Portugal	10,00%	-



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

## Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - 31 de Dezembro 2009 (Valores em milhares de Euros)

	Produção Ibérica				Distribuição Ibérica *				Comercialização Ibérica			Electricidade				EDP Renováveis		
	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Outras Operações	Ajustamentos	Total		
Volume de negócios	2.331.504	1.429.637	-52.382	3.708.759	4.763.759	224.046	-	4.987.805	495.546	1.289.270	1.784.816	441.437	204.649	1.771	385	648.242		
Clientes externos	1.940.347	1.352.278	-36.305	3.256.320	4.632.156	175.212	-	4.807.368	487.479	1.159.214	1.646.693	141.977	204.649	2.286	-	348.912		
Clientes Inter segmentos	391.157	77.359	-16.077	452.439	131.603	48.834	-	180.437	8.067	130.056	138.123	299.460	-	-515	385	299.330		
Custos com aquisição de electricidade	-404.369	-473.575	943	-877.001	-3.380.624	-38.577	-	-3.419.201	-450.839	-1.231.440	-1.682.279	-246	-1.198	-78	-	-1.522		
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-5.602	-	-	-	-	-	-		
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-675.146	-484.737	33.600	-1.126.283	-12.104	564	-	-11.540	-6.062	-14.491	-20.553	-4.804	-	-	91	-4.713		
	1.251.989	471.325	-17.839	1.705.475	1.371.031	186.033	-	1.557.064	38.645	37.737	76.382	436.387	203.451	1.693	476	642.007		
Outros proventos / (custos) de exploração	18.244	3.932	-	22.176	51.434	12.567	-	64.001	2.475	38.168	40.643	9.853	115.318	1.303	-1.243	125.231		
Outros proventos de exploração	-96.230	-62.810	2.140	-156.900	-289.154	-63.652	-	-352.806	-16.555	-36.167	-52.722	-68.699	-65.418	-15.113	926	-148.304		
Fornecimentos e serviços externos	-72.603	-31.762	1.030	-103.335	-164.262	-18.491	-	-182.753	-4.776	-6.004	-10.780	-14.665	-19.641	-7.608	-	-41.914		
Custos com o pessoal	-41.659	-1.643	-	-43.302	-94.351	-2.921	-	-97.272	-172	-212	-384	813	-1.346	-100	-	-633		
Custos com benefícios aos empregados	-18.563	-31.353	738	-49.178	-284.840	-9.353	-	-294.193	-6.295	-15.254	-21.549	-15.322	-17.926	-430	-160	-33.838		
Outros custos de exploração	-210.811	-123.636	3.908	-330.539	-781.173	-81.850	-	-863.023	-25.323	-19.469	-44.792	-88.020	-10.987	-21.948	-477	-99.458		
	1.041.178	347.689	-13.931	1.374.936	589.858	104.183	-	694.041	13.322	18.268	31.590	348.367	214.438	-20.255	-1	542.549		
Provisões do exercício	-5.859	-20.299	-	-26.158	-8.558	-5.384	-	-13.942	-1.913	-17.333	-19.246	182	-	1	-	183		
Amortizações do exercício	-316.818	-128.659	-	-445.477	-346.776	-34.799	-	-381.575	-1.135	-2.534	-3.669	-154.092	-158.982	-1.035	-241	-314.350		
Imparidades do imobilizado corpóreo e incorpóreo	-416	-	-	-416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Compensações de amortizações	5.225	450	-	5.675	88.659	4.109	-	92.768	51	-	51	813	1.589	-	1	2.403		
	723.310	199.181	-13.931	908.560	323.183	68.109	-	391.292	10.325	-1.599	8.726	195.270	57.045	-21.289	-241	230.785		
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	13.251	-	13.251	-	2	-	2	-	-	-	268	-	-	-	268		
Outros proventos financeiros	523.980	54.945	-70.845	508.080	485	-	-	485	46	53	99	10.382	6.218	127.928	-125.784	18.744		
Juros obtidos	465	22.328	-	22.793	90.528	78	-	90.606	62	361	423	7.839	692	197.069	-188.627	16.973		
Outros custos financeiros	-475.608	-82.393	73.234	-484.767	-41.593	-607	-	-42.200	-12	-431	-443	-19.115	-59.590	-126.461	126.069	-79.097		
Juros suportados	-153.329	-24.811	-	-178.140	-83.575	-7.997	-	-91.572	-690	-7.638	-8.328	-166.989	2.477	-80.057	215.515	-29.054		
Ganhos / (perdas) em associadas	735	258	-	993	-	-	-	-	-	-	-	4.209	-287	-	-	3.922		
Resultados antes imposto	619.553	182.759	-11.542	790.770	289.028	59.585	-	348.613	9.731	-9.254	477	31.864	6.555	97.190	26.932	162.541		
Impostos sobre lucros	-118.781	-29.455	-4.241	-152.477	-57.224	-18.067	-	-75.291	-2.625	2.843	218	-7.324	-	-29.363	-8.067	-44.754		
<b>Resultado líquido do Exercício</b>	<b>500.772</b>	<b>153.304</b>	<b>-15.783</b>	<b>638.293</b>	<b>231.804</b>	<b>41.518</b>	<b>-</b>	<b>273.322</b>	<b>7.106</b>	<b>-6.411</b>	<b>695</b>	<b>24.540</b>	<b>6.555</b>	<b>67.827</b>	<b>18.865</b>	<b>117.787</b>		
<b>Atribuível a:</b>																		
Accionistas da EDP	500.319	152.103	-15.783	636.639	231.804	40.362	-	272.166	7.119	-6.210	909	21.019	6.555	67.910	18.865	114.349		
Interesses minoritários	453	1.201	-	1.654	-	1.156	-	1.156	-13	-201	-214	3.521	-	-83	-	3.438		
Resultado líquido do Exercício	<b>500.772</b>	<b>153.304</b>	<b>-15.783</b>	<b>638.293</b>	<b>231.804</b>	<b>41.518</b>	<b>-</b>	<b>273.322</b>	<b>7.106</b>	<b>-6.411</b>	<b>695</b>	<b>24.540</b>	<b>6.555</b>	<b>67.827</b>	<b>18.865</b>	<b>117.787</b>		
<b>Activos</b>																		
Activos tangíveis	4.092.660	1.994.279	-	6.086.939	4.328.548	682.603	1.981	5.013.132	4.082	11.280	15.362	4.590.281	3.978.845	40.011	25.874	8.635.011		
Activos intangíveis + Goodwill	1.658.250	591.848	-	2.250.098	-	235.556	-	2.35.556	524	7	531	772.344	549.122	1.507	12.723	1.335.696		
Investimentos financeiros em empresas associadas	1.340	1.053	-	2.393	-	-	-	-	-	-	-	45.924	1.686	-	-1	47.609		
Activo corrente	778.379	498.658	-794	1.276.243	1.339.853	136.421	-36	1.476.238	208.116	392.871	600.987	612.267	208.581	508.360	-223.852	1.105.356		
<b>Capitais Próprios e Passivos</b>																		
Capitais próprios + Interesses Minoritários	2.071.977	2.259.098	-156.903	4.174.172	475.694	450.455	6.373	932.522	19.617	-150.183	-130.566	445.555	2.858.681	5.084.442	-3.061.123	5.327.555		
Passivo corrente	727.786	1.179.999	-794	1.906.991	2.244.128	415.038	-36	2.659.130	174.224	332.761	506.985	1.146.265	274.160	48.657	-223.572	1.245.510		
<b>Outras informações:</b>																		
<b>Aumentos do ano</b>																		
Activos tangíveis	397.717	182.577	-	580.294	383.690	61.414	-	445.104	1.812	6.416	8.228	1.024.560	828.519	6.354	-	1.859.433		
Activos intangíveis + Goodwill	454.321	43.170	-	497.491	-	96	-	96	-	6	6	37.847	-	1.251	-	39.098		
<b>Transacções sem impacto nos fluxos de caixa</b>																		
Imparidade activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

\* Inclui Comercializador de Último Recurso em Portugal

EDP Energias do Brasil						Gás						Grupo EDP
						Atividade Ibérica						
Produção	Distribuição	Comercialização	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Outras Operações	Ajustamentos	
351.201	1.242.560	289.136	1.693	-204.584	1.680.006	255.681	1.030.595	-97.252	1.189.024	168.955	-1.969.424	12.198.183
193.933	1.240.350	244.736	987	-	1.680.006	126.687	994.883	-	1.121.570	-932.241	15.730	11.944.358
157.268	2.210	44.400	706	-204.584	-	128.994	35.712	-97.252	67.454	1.101.196	-1.985.154	253.825
-52.222	-744.496	-269.686	-	204.584	-861.820	-	-143.180	-	-143.180	-	1.644.545	-5.340.458
-	-	-	-	-	-	-203.374	-619.242	97.583	-725.033	-	89.452	-641.183
-37	-1.167	-7	-	-	-1.211	-	-5.249	-	-5.249	-112	58.432	-1.111.229
298.942	496.897	19.443	1.693	-	816.975	52.307	262.924	331	315.562	168.843	-176.995	5.105.313
206	10.355	4	388	-	10.953	2.040	3.398	-86	5.352	69.545	-113.111	224.790
-20.603	-94.865	-1.750	-13.233	-	-130.451	-13.164	-43.880	1.469	-55.575	-136.020	264.576	-768.202
-12.069	-33.946	-1.926	-5.679	-	-73.520	-4.758	-23.192	-	-27.950	-101.312	1.528	-540.036
-1.093	-13.346	-160	-1.903	-	-16.502	-117	-513	-	-430	-9.475	9.845	-158.353
-5.715	-46.883	-2.145	-2.491	-	-57.234	-4.871	-13.753	-617	-19.241	-29.045	3.714	-500.564
-39.274	-198.585	-5.977	-22.918	-	-266.754	-20.870	-77.940	766	-98.044	-206.307	166.552	-1.742.365
259.668	298.312	13.466	-21.225	-	550.221	31.437	184.984	1.097	217.518	-37.464	-10.443	3.362.948
-595	-3.890	-242	-8.057	-	-12.784	-848	-188	-	-1.036	-1.702	-	-74.685
-50.128	-68.907	-77	-4.663	-	-123.775	-12.376	-37.577	-	-49.953	-11.781	-98.715	-1.429.295
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-416
-3	5.574	-	-	-	5.571	1.251	3.241	-	4.492	55	-	111.015
208.942	231.089	13.147	-33.945	-	419.233	19.464	150.460	1.097	171.021	-50.892	-109.158	1.969.567
-	-	-	45.673	-	45.673	-	143	-	143	34.793	-34.427	59.703
13.784	19.901	51	168.094	-167.082	34.748	2.084	1.489	-766	2.807	1.003.832	-908.218	660.577
7.564	29.573	973	17.967	-2.318	53.759	957	4.932	-	5.889	658.646	-473.292	375.797
-45.447	-20.627	-714	-15.420	2.325	-79.883	-3.869	-768	-332	-4.969	-474.334	313.187	-852.506
-42.469	-41.532	-64	-10.729	-	-94.794	-5.337	-258	-	-5.995	-736.606	473.312	-670.577
-	-	-	-	-83	-83	2.668	262	-84	2.846	17.307	166	25.151
142.374	218.404	13.393	171.640	-167.158	378.653	15.967	156.260	-85	172.142	452.746	-738.230	1.567.712
-19.440	-58.326	-4.395	-3.568	-	-85.729	-5.010	-36.780	-	-41.790	-21.715	-21.773	-399.765
<b>122.934</b>	<b>160.078</b>	<b>8.998</b>	<b>168.072</b>	<b>-167.158</b>	<b>292.924</b>	<b>10.957</b>	<b>119.480</b>	<b>-85</b>	<b>130.352</b>	<b>431.031</b>	<b>-716.457</b>	<b>1.167.947</b>
74.893	160.078	8.998	163.975	-167.158	240.786	8.892	112.818	-85	121.625	439.816	-802.445	1.023.845
48.041	-	-	4.097	-	52.138	2.065	6.662	-	8.727	-8.785	85.988	144.102
<b>122.934</b>	<b>160.078</b>	<b>8.998</b>	<b>168.072</b>	<b>-167.158</b>	<b>292.924</b>	<b>10.957</b>	<b>119.480</b>	<b>-85</b>	<b>130.352</b>	<b>431.031</b>	<b>-716.457</b>	<b>1.167.947</b>
1.929.064	968.702	303	9.087	-	2.907.156	321.795	805.049	-	1.126.844	163.485	145.809	24.093.738
332.290	65.670	402	111.601	-891	509.072	77.150	710.403	-	787.553	368.030	480.010	5.966.546
8.862	-	-	10.951	-11.078	8.735	23.909	1.319	-	25.228	997.335	-906.028	175.272
231.220	621.890	58.738	192.014	-80.926	1.022.936	79.642	326.707	-2.564	403.785	4.749.421	-3.771.208	6.863.758
1.415.212	658.973	20.188	1.404.703	-1.057.758	2.441.318	229.182	1.451.426	-	1.680.608	5.623.848	-10.070.769	9.978.688
288.772	674.150	37.707	98.856	-72.677	1.026.808	139.277	614.092	-2.564	750.805	4.628.497	-3.696.608	9.028.118
155.419	111.643	167	249	-	267.478	20.834	139.171	-	160.005	61.928	-	3.382.470
481	15.595	59	106	-	16.241	12.613	57.912	-	70.525	56.894	-	680.351
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.289	-	29.289



## notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - exercício económico Dezembro 2008 (Valores em milhares de Euros)

	Electricidade														
	Produção Ibérica				Distribuição Ibérica *			Comercialização Ibérica			EDP Renováveis				
	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Outras Operações	Ajustamentos	Total
Volume de negócios	3.066.782	1.037.032	-8.064	4.095.750	6.056.159	157.068	6.213.227	165.042	964.908	1.129.950	400.615	131.814	-	-	532.429
Clientes externos	2.643.472	806.490	-	3.449.962	5.971.360	127.273	6.098.633	142.254	751.006	893.260	201.352	131.814	-	-	333.166
Clientes Inter segmentos	423.310	230.542	-8.064	645.788	84.799	29.795	114.594	22.788	213.902	236.690	199.263	-	-	-	199.263
Custos com aquisição de electricidade	-1.057.117	-29.249	-	-1.086.366	-4.562.113	-	-4.562.113	-145.024	-898.651	-1.043.675	-487	-506	-	-	-993
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-2.430	-2.430	-	-	-	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-813.062	-676.386	-	-1.489.448	-11.909	1.021	-10.888	-5.994	-5.990	-11.984	-11.251	-	-	-	-11.251
	<b>1.196.603</b>	<b>331.397</b>	<b>-8.064</b>	<b>1.519.936</b>	<b>1.482.137</b>	<b>158.089</b>	<b>1.640.226</b>	<b>14.024</b>	<b>57.837</b>	<b>71.861</b>	<b>388.877</b>	<b>131.308</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>520.185</b>
Outros proventos / (custos) de exploração															
Outros proventos de exploração	16.372	22.125	-	38.497	48.942	17.472	66.414	2.424	31.693	34.117	5.583	84.601	1.679	-2.339	89.524
Fornecimentos e serviços externos	-108.981	-55.582	8.064	-156.499	-284.339	-59.948	-344.287	-15.828	-34.011	-49.839	-55.777	-45.381	-7.318	2.062	-106.414
Custos com o pessoal	-80.495	-33.294	-	-113.789	-173.761	-20.897	-194.658	-4.681	-5.134	-9.815	-18.532	-17.098	-1.723	-191	-37.544
Custos com benefícios aos empregados	-36.218	-1.683	-	-37.901	-132.087	-3.611	-135.698	-147	-173	-320	-162	-928	-	-	-1.090
Outros custos de exploração	-6.082	-71.993	-	-78.075	-253.028	-9.160	-262.188	-1.568	-10.581	-12.149	-13.217	-14.034	-1	468	-26.784
	<b>-215.404</b>	<b>-140.427</b>	<b>8.064</b>	<b>-347.767</b>	<b>-794.273</b>	<b>-76.144</b>	<b>-870.417</b>	<b>-19.800</b>	<b>-18.206</b>	<b>-38.006</b>	<b>-82.105</b>	<b>7.160</b>	<b>-7.363</b>	<b>-</b>	<b>-82.308</b>
981.199	190.970	-	1.172.169	687.864	81.945	769.809	-5.776	39.631	33.855	306.772	138.468	-7.363	-	437.877	
Provisões do exercício	1.080	-19.037	-	-17.957	1.452	-126	1.326	-7.384	2.995	-4.389	807	-1	-	-	806
Amortizações do exercício	-296.557	-122.781	-	-419.338	-340.399	-29.288	-369.687	-1.056	-1.996	-3.052	-120.078	-87.686	-	-	-207.764
Compensações de amortizações	3.596	451	-	4.047	91.767	3.553	95.320	-	-	-	696	-	-	696	
	<b>689.318</b>	<b>49.603</b>	<b>-</b>	<b>738.921</b>	<b>440.684</b>	<b>56.084</b>	<b>496.768</b>	<b>-14.216</b>	<b>40.630</b>	<b>26.414</b>	<b>188.197</b>	<b>50.781</b>	<b>-7.363</b>	<b>-</b>	<b>231.615</b>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	49.398	1.741	-	51.139	680	-	680	-	-	-	2.363	-	-	-	2.363
Outros proventos financeiros	342.754	63.003	-112.499	293.258	2.751	47	2.798	210	1.203	1.413	1.813	1.317	326.581	-104.059	225.622
Juros obtidos	1.821	12.750	-	14.571	16.287	147	16.434	162	392	554	7.223	1.872	127.544	-91.390	45.249
Outros custos financeiros	-296.094	-80.701	112.499	-264.296	-4.546	-496	-5.042	-11	-605	-616	-2.777	-56.568	-326.808	104.842	-281.311
Juros suportados	-133.939	-22.166	-	-156.105	-102.097	-12.880	-114.977	-1.115	-17.201	-18.316	-155.141	10.974	-13.249	90.607	-66.809
Ganhos / (perdas) em associadas	5.982	340	-	6.322	-	-	-	-	-	4.444	-6	-	-	4.438	
Resultados antes imposto	659.240	24.570	-	683.810	353.759	42.902	396.661	-14.970	24.419	9.449	46.122	8.370	106.705	-	161.197
Impostos sobre lucros	-152.516	-6.075	-	-158.591	-79.135	-12.732	-91.867	2.780	-7.291	-4.511	-16.992	-	-31.987	-	-48.979
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação	506.724	18.495	-	525.219	274.624	30.170	304.794	-12.190	17.128	4.938	29.130	8.370	74.718	-	112.218
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do Exercício</b>	<b>506.724</b>	<b>18.495</b>	<b>-</b>	<b>525.219</b>	<b>274.624</b>	<b>30.170</b>	<b>304.794</b>	<b>-12.190</b>	<b>17.128</b>	<b>4.938</b>	<b>29.130</b>	<b>8.370</b>	<b>74.718</b>	<b>-</b>	<b>112.218</b>
<b>Atribuível a:</b>															
Acionistas da EDP	506.162	17.303	-	523.465	274.624	29.492	304.116	-12.181	15.909	3.728	24.889	8.370	74.718	-3.613	104.364
Interesses minoritários	562	1.192	-	1.754	-	678	678	-9	1.219	1.210	4.241	-	-	3.613	7.854
Resultado líquido do Exercício	<b>506.724</b>	<b>18.495</b>	<b>-</b>	<b>525.219</b>	<b>274.624</b>	<b>30.170</b>	<b>304.794</b>	<b>-12.190</b>	<b>17.128</b>	<b>4.938</b>	<b>29.130</b>	<b>8.370</b>	<b>74.718</b>	<b>-</b>	<b>112.218</b>
<b>Activos</b>															
Activos tangíveis	3.986.466	1.923.817	-	5.910.283	4.292.343	656.696	4.949.039	3.418	7.394	10.812	3.663.369	3.478.077	359	-	7.141.805
Activos intangíveis + Goodwill	1.474.979	620.621	-	2.095.600	-	235.554	235.554	523	5	528	745.890	569.513	-	12.723	1.328.126
Investimentos financeiros em empresas associadas	2.005	1.215	-	3.220	-	-	-	-	-	-	38.751	2.031	-	40.782	
Activo corrente	1.012.757	719.260	-68.977	1.663.040	1.122.160	165.132	1.287.292	43.120	273.644	316.764	473.515	126.338	335.303	-202.836	732.320
<b>Capitais Próprios e Passivos</b>															
Capitais próprios + Interesses Minoritários	2.080.269	2.140.472	25.022	4.245.763	604.661	404.323	1.008.984	11.481	-143.810	-132.329	417.741	2.786.532	4.988.352	-2.993.752	5.198.873
Passivo corrente	2.559.050	1.113.724	-38.116	3.634.658	3.572.679	467.697	4.040.376	25.038	214.621	239.659	793.471	175.002	21.009	-208.722	780.760
<b>Outras informações:</b>															
<b>Aumentos do ano</b>															
Activos tangíveis	405.631	130.065	-	535.696	346.007	78.735	424.742	1.904	4.275	6.179	890.901	1.212.603	374	-	2.103.878
Activos intangíveis + Goodwill	337.496	70.715	-	408.211	578	261	839	-	-	-	97.771	-	-	-	97.771
<b>Transacções sem impacto nos fluxos de caixa</b>															
Imparidade activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

\* Inclui Comercializador de Último Recurso em Portugal

\*\* A partir de 2009 os montantes respeitantes à actividade de comercialização de electricidade pela NG em Espanha passaram a estar reflectidos no segmento Gás-Espanha. Por conseguinte, em 2008, houve uma reexpressão destes montantes do Segmento Comercialização Espanha para o Segmento Gás-Espanha.

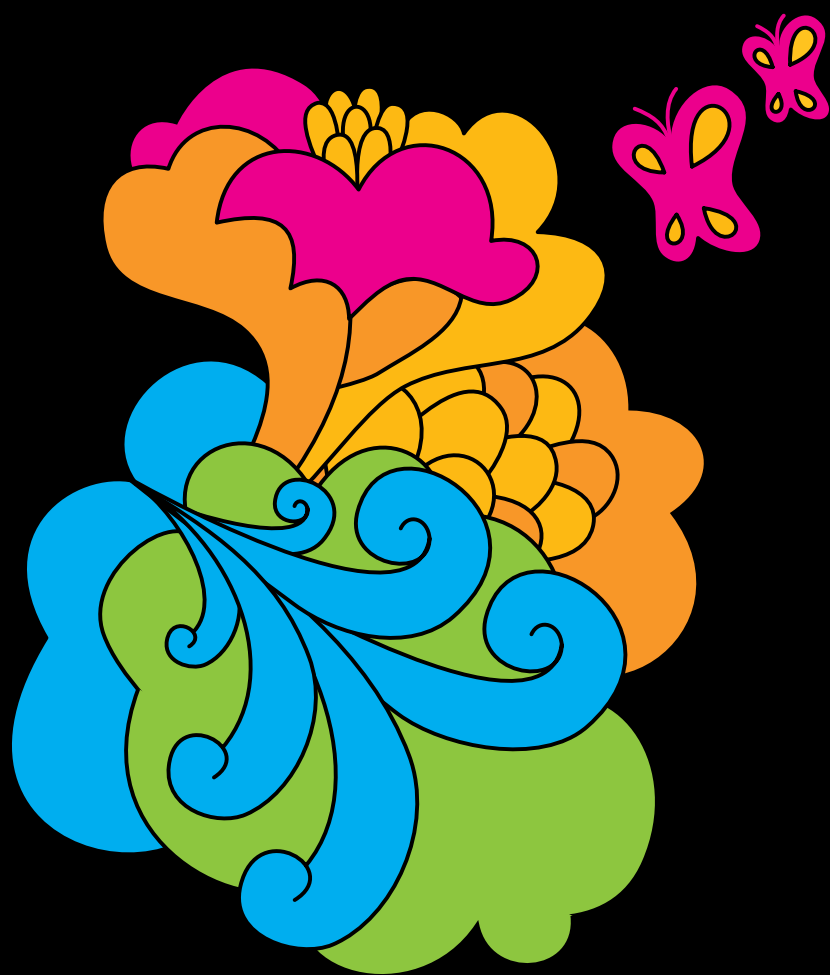
a) Para efeitos da informação por segmentos de negócio, apenas se consideraram as operações de descontinuação (Energia) na Demonstração de Resultados.

EDP Energias do Brasil						Gás						Operações em		Grupo EDP
Atividade Ibérica						Atividade Ibérica						Continuação	Descontinuação	
Produção	Distribuição	Comercialização	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha **	Ajustamentos	Total	Outras Operações	Ajustamentos			
297.241	1.487.553	291.316	-	-231.202	1.844.908	259.418	1.325.627	-142.623	1.442.422	162.135	-1.749.617	13.671.204	222.859	13.894.063
102.181	1.487.553	256.157	-	-	1.845.891	118.714	1.306.734	-	1.425.448	-406.010	16.895	13.657.245	222.859	13.880.104
195.060	-	35.159	-	-231.202	-983	140.704	18.893	-142.623	16.974	568.145	-1.766.512	13.959	-	13.959
-46.077	-865.688	-261.977	-	193.793	-979.949	-	-159.761	609	-159.152	-	1.273.998	-6.558.250	-69.023	-6.627.273
-	-	-	-	-	-	-212.563	-904.667	136.789	-980.441	-	159.671	-823.200	-	-823.200
-553	-13.013	-7	-62	-	-13.635	-	-1.890	607	-1.283	-387	-5.148	-1.544.024	-2.381	-1.546.405
250.611	608.852	29.332	-62	-37.409	851.324	46.855	259.309	-4.618	301.546	161.748	-321.096	4.745.730	151.455	4.897.185
1.910	17.603	-	645	-	20.158	2.408	12.129	-620	13.917	84.918	-121.303	226.242	2.431	228.673
-16.009	-116.390	-1.967	-10.377	-	-144.743	-14.367	-42.497	4.380	-52.484	-147.858	294.341	-707.783	-27.985	-735.768
-10.237	-78.054	-2.017	-5.733	-	-96.041	-4.228	-22.609	374	-26.463	-95.688	16.322	-557.676	-15.998	-573.674
-485	-9.336	-80	-430	-	-10.331	-75	-479	-	-554	-5.722	32.216	-159.400	-1.800	-161.200
-11.627	-77.068	-5.956	-848	37.409	-58.090	-8.085	-19.308	-51	-27.444	-19.303	29.116	-454.918	-45.362	-500.280
-36.448	-263.245	-10.020	-16.743	37.409	-289.047	-24.347	-72.764	4.083	-93.028	-183.653	250.692	-1.653.535	-88.714	-1.742.249
214.163	345.607	19.312	-16.805	-	562.277	22.508	186.545	-535	208.518	-21.905	-70.404	3.092.195	62.741	3.154.936
-78	-6.980	-	-1.340	-	-8.398	47	-445	-	-398	-5.997	7.012	-27.994	-4.077	-32.071
-40.750	-141.850	-108	-55.016	54.892	-182.332	-11.774	-35.465	6	-47.233	-10.499	-37.054	-1.277.459	-29.009	-1.306.468
-	8.511	-	-	-	8.511	1.399	3.176	-	4.575	447	-	110.712	2.865	113.597
173.335	205.288	19.204	-73.161	54.892	379.558	12.180	153.811	-529	165.462	-37.954	-103.330	1.897.454	32.540	1.929.994
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	436.804	481.732	481.732
13.711	14.840	315	57.566	-55.742	30.690	8.458	683	-3.773	5.368	2.129.065	-1.753.255	934.989	1.734	936.723
9.419	49.504	884	8.312	-1.924	66.195	2.194	14.420	-	16.614	141.151	-60.665	240.103	9.271	249.374
-28.964	-38.629	-318	-64.541	57.666	-74.786	-6.377	-600	3.766	-3.211	-1.265.170	571.631	-1.322.801	-214	-1.323.015
-44.735	-67.743	-	-6.060	-	-118.538	-7.403	-1.110	-	-8.513	-783.007	476.461	-1.899.804	-15.980	-805.784
-	-	-	-33	-	-33	1.544	241	-	1.785	-	22.175	34.687	-	34.687
122.766	163.260	20.085	-77.917	54.892	283.086	10.596	167.445	-536	177.505	174.831	-410.179	1.476.360	27.351	1.503.711
-19.615	-53.673	-6.579	-9.504	-10.170	-99.541	-3.382	-36.493	36	-39.839	-164.855	333.917	-274.266	-9.325	-283.591
103.151	109.587	13.506	-87.421	44.722	183.545	7.214	130.952	-500	137.666	9.976	-76.262	1.202.094	18.026	1.220.120
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-8.448	-8.448
103.151	109.587	13.506	-87.421	44.722	183.545	7.214	130.952	-500	137.666	9.976	-76.262	1.202.094	9.578	1.211.672
93.711	109.587	13.506	-87.421	20.301	149.684	5.193	126.117	-3.331	127.979	9.976	-134.080	1.089.232	2.297	1.091.529
9.440	-	-	-	24.421	33.861	2.021	4.835	2.831	9.687	-	57.818	112.862	7.281	120.143
103.151	109.587	13.506	-87.421	44.722	183.545	7.214	130.952	-500	137.666	9.976	-76.262	1.202.094	9.578	1.211.672
1.408.222	709.618	128	614	-	2.118.582	297.368	526.702	-429	823.641	144.700	151.103	al	al	21.249.965
272.679	48.336	298	87.370	-	408.683	135.650	740.288	-62.887	813.051	355.993	516.236	al	al	5.753.771
-	-	-	-	-	-	9.256	1.308	-	10.564	580.548	-462.360	al	al	172.754
138.213	336.503	41.883	114.627	-65.706	565.520	57.359	608.176	-10.385	655.150	3.545.771	-3.837.890	al	al	4.927.967
1.021.074	474.306	19.577	125.833	-1.456	1.639.334	308.365	1.053.054	-585.258	776.161	6.923.329	-11.092.690	al	al	8.567.425
315.868	449.808	32.539	126.252	-64.090	860.377	126.343	304.457	-9.366	421.434	2.914.814	-4.522.661	al	al	8.369.417
242.560	155.787	17	225	-	398.588	23.578	72.888	-	96.466	90.037	-	al	al	3.655.587
33.360	22.714	102	16.620	-	72.796	2.899	17.501	-	20.400	58.715	-	al	al	658.733
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	289.378	-	-	-	289.378



## **anexos**

248	REFERÊNCIAS FINAIS
249	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS
250	AVALIAÇÃO GRI
254	RELATÓRIOS, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES
264	EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL





## anexos

## REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração Executivo agradece a todos aqueles que contribuíram para a actividade da empresa ao longo do ano de 2009.

Em primeiro lugar, agradece aos Senhores Accionistas a atenção e confiança dada ao actual Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros, eleitos na Assembleia Geral anual para um novo mandato correspondente ao triénio de 2009-2011.

Uma palavra de agradecimento aos membros dos Órgãos Sociais, responsáveis pela fiscalização e supervisão do Grupo, pelo trabalho e apoio ao longo do ano, particularmente ao Conselho Geral e de Supervisão pela orientação dada à actividade do Conselho de Administração Executivo.

O ano de 2009 veio, uma vez mais, contribuir para a consolidação do modelo de governo vigente na EDP, que se tem revelado como um exemplo na fiscalização da actividade da gestão e garante do interesse de todos os "Stakeholders" do Grupo.

Pelo apoio prestado às actividades do Grupo ao longo do último exercício, o Conselho agradece também aos membros dos Órgãos de Soberania dos países em que a EDP tem presença institucional e que acompanharam a Empresa na sua acção em prol do desenvolvimento económico e social das respectivas populações.

À semelhança dos anos anteriores, importa também fazer referência à colaboração entre a EDP e as várias entidades reguladoras do sector energético. É de realçar, em particular, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em Portugal, assim como as entidades reguladoras dos países em que a actividade do grupo EDP assume maior expressão, designadamente a CNE, em Espanha, a ANEEL no Brasil, e a FERC e NERC nos EUA.

O Conselho de Administração Executivo estende os seus agradecimentos a outras entidades que interagiram com o Grupo ao longo de 2009, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisbon, Interbolsa, CNMV, CVM e BOVESPA;
- Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras, Obrigacionistas e Agências de Rating;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico;
- Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico – ELECPOR;
- Asociación Española de la Industria Eléctrica – UNESA;
- European Wind Energy Association – EWEA e American Wind Energy Association – AWEA;

- Associação Nacional de Municípios Portugueses e Câmaras Municipais;
- Organizações não governamentais de carácter ambiental e social.

É ainda devido um agradecimento especial aos clientes das Empresas do Grupo EDP a quem se reafirma o empenho na procura da excelência na prestação de serviços e na plena satisfação das suas necessidades. A prestação de um serviço de qualidade e excelência é, para nós, uma prioridade constante.

Os agradecimentos do Conselho são ainda extensíveis aos vários órgãos de comunicação social que, mais de perto, acompanharam a Empresa ao longo de 2009. A cobertura feita aos acontecimentos do Grupo EDP eleva a um patamar superior a exigência de rigor e profissionalismo de todos os que colaboram com a Empresa.

Por fim, uma palavra especial a todos os colaboradores da EDP, cujo contributo, empenho, competência e dinâmica foram elementos decisivos para os resultados alcançados pela Empresa.

**O Conselho de Administração Executivo**

António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)

Ana Maria Machado Fernandes

António Fernando Melo Martins da Costa

António Manuel Barreto Pita de Abreu

João Manuel Manso Neto

Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 30.º do contrato de sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Resultados líquidos estatutários individuais	2009
Reserva Legal	31.501.045,15 €
Dividendos	566.763.345,83 €
Doação para a Fundação EDP	6.000.000,00 €
Resultados Transitados	25.756.511,99 €
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>630.020.902,97 €</b>

O dividendo proposto é de 0,155 euros por acção.



anexos

1. AVALIAÇÃO GRI

Os conteúdos do Relatório e Contas EDP 2009 foram elaborados considerando a orientação da “Global Reporting Initiative”. A tabela seguinte sintetiza os indicadores conforme o Protocolo do Sector Eléctrico, assumindo prazos para a implementação de alguns indicadores específicos onde não foi possível o seu cumprimento neste primeiro ano de relato conforme o novo Protocolo. Em [www.edp.pt](http://www.edp.pt) > **Sustentabilidade** > **Publicações e Relatórios** encontra-se uma tabela completa. Em simultâneo, a tabela identifica a informação disponível que responde aos 10 princípios de Global Compact, demonstrando o seu compromisso da EDP com esta iniciativa.

TABELA GRI EDP

Fonte de informação	Global Compact
<b>1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>	
Pág. 7-9, 22-23, 122-124	
<b>2. PERFIL ORGANIZACIONAL</b>	
Pág. 11, 18-19, 26-27, 52-53, 90, 252, 270, última página: Contactos; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Relatórios	
EU1	Pág. 11, 19; <a href="http://www.a.nossa-energia.edp.pt">www.a.nossa-energia.edp.pt</a> > Centros Produtores
EU2	Pág. 11, 19
EU3	Pág. 68
EU4	Pág. 42, 48; Portugal: <a href="http://www.edpdistribuicao.pt">www.edpdistribuicao.pt</a> ; Espanha: <a href="http://www.hcenergia.com">www.hcenergia.com</a> > About Us > Distribution > Facilities
EU5	Pág. 86; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Publicações e Relatórios > Relatórios: Carbon Disclosure Project
<b>3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO</b>	
<b>Perfil do Relatório</b>	
Pág. 252, última página: Contactos; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Relatórios	
<b>Âmbito e Limites do Relatório</b>	
Pág. 252; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Relatórios	
<b>Índice de Conteúdo do GRI</b>	
Pág. 250-252; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Relatórios	
<b>Verificação</b>	
Pág. 252, 262-263; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Relatórios	
<b>4. GOVERNAÇÃO</b>	
<b>Governança</b>	
Pág. 10, 54-55, 95-97, 103, 114, 129-131; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Governo Societário; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Governo Societário > Regulamentos Internos (Deliberação do CGS em Outubro de 2008); <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Governo Societário > Compromissos EDP; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Partes interessadas > Diálogo > Colaboradores	
<b>Compromissos com Iniciativas Externas</b>	
Pág. 119-120; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Abordagem à Sustentabilidade > Participações	
<b>Participação das Partes Interessadas</b>	
Pág. 56; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Partes Interessadas; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Partes Interessadas > Diálogo (stakeholders engagement)	
<b>5. ABORDAGEM DE GESTÃO</b>	
<b>DESEMPENHO ECONÓMICO</b>	
<b>ABORDAGEM DE GESTÃO</b>	
EU6	Pág. 31
EU7	Pág. 72 e 87
EU8	Pág. 57-58
EU9	Pág. 85
<b>DESEMPENHO</b>	
EC1	Pág. 21
EC2	Pág. 32, 86, 173
EC3	Pág. 166-167
EC4	Pág. 21
<b>PRESENÇA NO MERCADO</b>	
EC5	Pág. 61
EC6	Pág. 74
EC7	Pág. 62
<b>IMPACTES ECONÓMICOS INDIRECTOS</b>	
EC8	Pág. 78; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Sociedade e Cultura > Comunidades Locais
EC9	Pág. 77
EU10	Pág. 31
EU11	Pág. 87
EU12	Pág. 83

TABELA GRI EDP

Fonte de informação	Global Compact
<b>DESEMPENHO AMBIENTAL</b>	
<b>ABORDAGEM DE GESTÃO</b>	
<b>Materiais</b>	
<a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
<b>Água</b>	
<a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
<b>Biodiversidade</b>	
<a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Ambiente > Biodiversidade	
<b>Emissões, Efluentes e Resíduos</b>	
<a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
<b>MATERIAIS</b>	
EN1	Pág. 83, 85
EN2	não existem
ENERGIA	
EN3	Pág. 83
EN4	Pág. 83
EN5	Pág. 83
EN6	Pág. 85
EN7	Pág. 72; <a href="http://www.eco.edp.pt">www.eco.edp.pt</a>
<b>ÁGUA</b>	
EN8	Pág. 83
EN9	n.d.
EN10	0%
<b>BIODIVERSIDADE</b>	
EN11	Pág. 87
EN12	Pág. 84-85, 87; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Biodiversidade
EN13	(1)
EU13	n.d.
EN14	(1)
EN15	(1)
<b>EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS</b>	
EN16	Pág. 83
EN17	Pág. 83
EN18	Pág. 72, 83, 87
EN19	(2)
EN20	Pág. 83
EN21	Pág. 84-85; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Ambiente > Gestão e Desempenho
EN22	Pág. 83
EN23	Pág. 85
EN24	Pág. 85
EN25	n.d.
<b>PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	
EN26	<a href="http://www.eco.edp.pt">www.eco.edp.pt</a> ; <a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de Impacte
EN27	n.a.(4)
<b>CONFORMIDADE</b>	
EN28	Pág. 83
<b>TRANSPORTE</b>	
EN29	<a href="http://www.edp.pt">www.edp.pt</a> > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de Impacte
<b>INVESTIMENTOS AMBIENTAIS</b>	
EN30	Pág. 83, 85, 233-234

**TABELA GRI EDP**

Fonte de informação	Global Compact
<b>DESEMPENHO SOCIAL</b>	
<b>ABORDAGEM DE GESTÃO</b>	
EU14 Pág. 64	
EU15 Pág. 63	
EU16 Pág. 61	
<b>EMPREGO</b>	
LA1 Pág. 61; Complemento do sector: n.d. A EDP tem em curso uma caracterização dos seus fornecedores, que espera concluir em 2010 e iniciar a sua disponibilização pública em 2011; Pág. 75	6
LA2 Pág. 61; Duração média da presença dos colaboradores na empresa é de 18 anos (nota 3)	
LA3 n.d.	
EU17 Pág. 61	
EU18 Pág. 66	
<b>TRABALHO/RELAÇÕES DE GESTÃO</b>	
LA4 Pág. 61; Ver comentário LA1.	1; 3
LA5 Pág. 65	
<b>SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL</b>	
LA6 Pág. 66	1
LA7 Pág. 61	
LA8 Pág. 66; www.edp.pt> Sustentabilidade> Prevenção e Segurança> Plano de Contingência	
LA9 n.d.	
<b>FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO</b>	
LA10 Pág. 61	6
LA11 Pág. 61, 64	
LA12 Pág. 64: 100%	
<b>DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES</b>	
LA13 Pág. 61-62	2; 6
LA14 Pág. 61	
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	
<b>INVESTIMENTO E PRÁTICAS DE PROCUREMENT</b>	
HR1 100%, referidas nas condições gerais de compra do Grupo EDP. Pág. 75	1
HR2 20% (6)	
HR3 Pág. 61	
<b>NÃO DISCRIMINAÇÃO</b>	
HR4 Pág. 110-111	1; 6
<b>LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO</b>	
HR5 Pág. 65; www.edp.pt> Governo Societário> Código de Ética; www.edp.pt> Governo Societário> Código de Ética (Cláusula 2.2.2; 3.1.1); Explicitados nos Acordos colectivos de trabalho.	1; 3
<b>TRABALHO INFANTIL, FORÇADO e COMPULSÓRIO</b>	
HR6 www.edp.pt> Governo Societário> Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	1; 4; 5
HR7 www.edp.pt> Governo Societário> Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	
<b>PRÁTICAS DE SEGURANÇA</b>	
HR8 n.d.	1
<b>DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS</b>	
HR9 0	1; 2

Indicadores essenciais  
 Indicadores adicionais  
 Indicadores específicos do sector eléctrico

(1) Mais informação estará disponível numa publicação específica sobre a Biodiversidade a disponibilizar durante o primeiro semestre de 2010

(2) A única fonte de emissão de substâncias responsáveis pela depleção da camada de ozono identificada pela empresa é proveniente dos sistemas de ar condicionado mais antigos, existentes nos edifícios administrativos. A empresa tem em curso de substituição destes sistemas, que já são uma minoria ao nível do Grupo.

**TABELA GRI EDP**

Fonte de informação	Global Compact
<b>SOCIEDADE</b>	
<b>ABORDAGEM DE GESTÃO</b>	
EU19 Pág. 79; www.edp.pt> Abordagem à Sustentabilidade> Organização	
EU20 www.edp.pt> sustentabilidade> Ambiente> Biodiversidade> Minimização de Impactes> Gestão de impactes ambientais na Central Hidroeléctrica de Peixe Angical	
EU21 Pág. 66	
<b>COMUNIDADE</b>	
SO1 Pág. 78, 84 (Registo EMAS); www.edp.pt> Abordagem à Sustentabilidade> Organização; www.edp.pt> Sustentabilidade> Ambiente> Avaliação de Impacte	
EU22 0	
<b>CORRUPÇÃO</b>	
SO2 Pág. 253; www.edp.pt> Sustentabilidade> Relatórios	10
SO3 Pág. 61	
SO4 Pág. 110-111	
<b>POLÍTICA PÚBLICA</b>	
SO5 www.edp.pt> Sustentabilidade> Partes interessadas> Diálogo (Instituições governamentais); www.edp.pt> Sustentabilidade> Abordagem à Sustentabilidade > Participações	
SO6 www.edp.pt> Governo Societário> Código de Ética (Cláusula 4.1.2)	
<b>CONCORRÊNCIA DESLEAL</b>	
SO7 n.d.	10
<b>CUMPRIMENTO</b>	
SO8 (5)	
<b>RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO</b>	
<b>ABORDAGEM DE ACESSO AO PRODUTO</b>	
EU23 Pág. 71; www.edp.pt> a rede> AGRIS	
EU24 Pág. 68	
<b>SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR</b>	
PR1 www.edp.pt> Sustentabilidade> Prevenção e Segurança> Segurança e Cidadania; www.edp.pt> Sustentabilidade> Ambiente> Desempenho> Campos Eléctricos e Magnéticos	
PR2 0	
EU25 Pág. 61	
<b>ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	
PR3 Pág. 68	
PR4 n.d.	
PR5 Pág. 68-69	
<b>PUBLICIDADE E PRIVACIDADE DO CONSUMIDOR</b>	
PR6 não existe	
PR7 não existe	
PR8 n.d.	
<b>CUMPRIMENTO e ACESSO AO PRODUTO</b>	
PR9 (5)	
EU26 100%	
EU27 7% (6)	
EU28 www.edpdistribuicao.pt> Qualidade> Documentação> Relatórios de Qualidade de Serviço (6)	
EU29 Pág. 42	
EU30 Pág. 38	

(3) Informação consolidada pelo Grupo EDP, mas não disponibilizada ao longo do Caderno. Estará incluído em 2010

(4) O produto vendido pela Empresa (energia eléctrica e gás) não é embalado.

(5) O valor monetário de multas para o Grupo EDP não tem materialidade pelo que não se justifica a sua desagregação por diferentes categorias

(6) Mercado regulado em Portugal, que representam (60%) dos clientes do Grupo



## anexos

## NÍVEL DE CUMPRIMENTO

O nível de cumprimento alcançado foi de A+, verificado pela KPMG e pela Global Reporting Initiative.

NÍVEL DE APLICAÇÃO		2002 EM CONFORMIDADE	C	C+	B	B+	A	A+
OBRIGATÓRIO	Declaração voluntária							
	Verificada por terceiro							
	Em conformidade com a GRI							
				RELATÓRIO ASSEGURADO EXTERNAMENTE		RELATÓRIO ASSEGURADO EXTERNAMENTE		RELATÓRIO ASSEGURADO EXTERNAMENTE

## CONTEÚDOS E ORGANIZAÇÃO DO RELATO

Este ano, a EDP publica um único relatório dividido em 5 secções distintas: EDP; Negócios; Contributo para a Sustentabilidade; Relatório do Governo da Sociedade; e Informação Financeira, com o relato do seu desempenho entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009, acrescentando também os principais factos relevantes ocorridos durante o primeiro trimestre do ano 2010. Complementar a este relatório anual,

- a EDP comunica ao mercado os resultados trimestrais e disponibiliza, on-line, o conjunto de indicadores de sustentabilidade considerados mais relevantes;
- disponibiliza on-line informação qualitativa e quantitativa operacional e ambiental detalhada por Instalação EDP – Instalações Térmicas EDP 2009.
- são publicados relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas do Grupo a operar em Espanha e no Brasil, cuja consulta poderá complementar, em maior detalhe, a informação sobre o desempenho em matéria de sustentabilidade destas empresas.

Informação detalhada sobre os conteúdos e a organização do relato anual da EDP, consultar [www.edp.pt> Sustentabilidade> Publicações e Relatórios](http://www.edp.pt/Sustentabilidade/Publicacoes_e_Relatorios).

## CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO CORPORATIVOS

Os critérios de consolidação da informação operacional e de sustentabilidade seguem os métodos de consolidação de contas do Grupo EDP:

Método de consolidação integral: quando a empresa-mãe detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto

(% de controlo ou domínio) da filial. Neste caso, o desempenho das empresas filiais é relatado a 100%.

Método de consolidação proporcional: quando uma empresa incluída no perímetro de consolidação de contas dirige outra empresa conjuntamente com uma ou mais empresas não incluídas no perímetro. Neste caso é apenas relatado o desempenho correspondente à percentagem de participação que detém na empresa conjuntamente controlada”.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo Naturgas adquiriu as seguintes empresas, consolidadas pelo método integral:

- Gas Natural Murcia SDG, SA;
- Gas Natural Cantabria SDG, SA;
- GEM Suministro Gas 1, S.L.;
- GEM Suministro Sur 1, S.L.;
- GEM Servicios Comunes, S.L.

Ainda no ano de 2009, a Hidroeléctrica del Cantábrico, SA adquiriu 50% da CIDE HC Energía, SA, consolidando-a pelo método proporcional. As restantes empresas consolidadas pelo método proporcional até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se na nota 52 às demonstrações financeiras do relatório financeiro.

Foi incluído na informação operacional (número de colaboradores, quilómetros de rede, número de clientes) da nova empresa adquirida pelo Grupo: Gás Natural.

## GLOSSÁRIO

De forma a melhorar a transparência do relato, pode ser consultado o Glossário on-line que inclui a definição dos indicadores quantitativos e métodos utilizados, apresentados ao longo do documento: [www.edp.pt/pt/Pages/Glossario.aspx](http://www.edp.pt/pt/Pages/Glossario.aspx).





## anexos - relatórios, certificações e declarações



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.<sup>o</sup>  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

### CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

#### Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 40.261.557 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 7.291.151 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da sociedade de 1.023.845 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e o rendimento integral do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

#### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral;
  - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
  - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da EDP – Energias de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 4 de Março de 2010



KPMG & Associados  
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
 representada por  
 Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



anexos - relatórios, certificações e declarações



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Pádua da Vitória, 71 - A, 11.<sup>o</sup>  
1009-008 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

**RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**  
**Contas Consolidadas**  
**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009**

Exmos. Senhores Accionistas da  
**EDP – Energias de Portugal, S.A.**

- 1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
- 2 Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
- 3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas consolidadas.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
  - i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e o rendimento integral e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
  - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
  - iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.
- 5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
  - i) o Relatório consolidado de gestão;
  - ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 4 de Março de 2010

**O REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

  
KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é uma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados – S.R.L.C., S.A.  
Capital Social: 2.842.000 Euros – Pessoa Colectiva Nº  
PT 602 161 078 – Inscrição na D.R.O.C. Nº 189 –  
Inscrito na C.M.V.M. Nº 3082

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 602 161 078





**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 17.253.574 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.542.869 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 630.021 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos seus capitais próprios e o rendimento integral;
  - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



## anexos - relatórios, certificações e declarações



### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 4 de Março de 2010

KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia de Vitória, 71 - A, 11.º  
1050-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

### Contas Individuais

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

Exmos. Senhores Accionistas da  
**EDP – Energias de Portugal, S.A.**

- 1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e sobre as demonstrações financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
- 2 Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
- 3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas individuais.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
  - i) o Balanço, as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações no capital próprio e o rendimento integral e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa;
  - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
  - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade.
- 5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
  - i) o Relatório de gestão;
  - ii) as demonstrações financeiras.

Lisboa, 4 de Março de 2010

**O REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

  
KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



anexos - relatórios, certificações e declarações



EDP – Energias de Portugal, S.A.  
Conselho de Administração Executivo

DECLARAÇÃO

Com referência ao exercício de 2009 e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, na qualidade de administradores, declaram que, tanto quanto é do conhecimento de cada um deles, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S. A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que estas se deparam.

Lisboa, 4 de Março de 2010

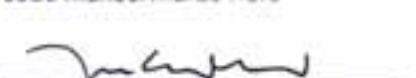
  
António Luís Guerra Mendes Mexia, Presidente

  
Ana Maria Machado Fernandes

  
António Fernando Melo Martins da Costa

  
António Manuel Barreto Pita de Agreu

  
João Manuel Manso Neto

  
Jorge Manuel Proença da Cruz Morais

  
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



EDP – Energias de Portugal, S.A.  
Miguel Tiago Perestrelo da Câmara Ribeiro Ferreira  
Director – Centro Corporativo

#### DECLARAÇÃO

Com referência ao exercício de 2009 e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, declaro que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S. A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que estas se deparam.

Lisboa, 4 de Março de 2010





## anexos - relatórios, certificações e declarações



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Pádua da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

### RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

#### Introdução

- 1 Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP- Energias de Portugal, S.A ("EDP") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

#### Responsabilidades

- 2 O Conselho de Administração Executivo da EDP é responsável:
  - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("*Sustainability Reporting Guidelines (G3)*") do *Global Reporting Initiative* (GRI) e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo "Avaliação GRI" do Relatório e Contas de 2009, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
  - Pela determinação dos objectivos da EDP no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a norma AA1000 APS (2008) para os princípios da inclusividade, materialidade e resposta; e;
  - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade "ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. Esta norma requer o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas de 2009 da EDP está isenta de distorções materialmente relevantes.

#### Âmbito

- 4 Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas de 2009, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:
  - Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, incorporada por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.L.C., S.A.  
Capital Social: 2.240.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º  
PT 602 161 076 - Inscrição na D.R.O.C. N.º 108 -  
Inscrito na C.M.V.M. N.º 3090

Mencionada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 602 161 076



- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade;
  - Visitas às instalações situadas em Portugal, Espanha, Brasil e EUA, seleccionadas com base na análise de risco que teve em consideração factores quantitativos e qualitativos;
  - Comparação da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2009, com as respectivas fontes de informação para determinar se todas as informações relevantes incluídas nessas fontes de informação foram incluídas no Relatório;
  - Leitura da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2009, de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP.
- 5 Os procedimentos de recolha de prova efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade.

#### Conclusão

- 6 Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2009 da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3)”) do Global Reporting Initiative (GRI) e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas de 2009.
- 7 O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para a EDP de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente como o objectivo de relatar à EDP situações para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer pessoa, para além da EDP, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 4 de Março de 2010



KPMG & Associados  
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
 representada por  
 Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



## anexos - extracto da acta da assembleia geral

----- Extracto da Acta n.º 1/2010 da Assembleia Geral da EDP -----

--- No dia dezasseis de Abril do ano de dois mil e dez, pelas quinze horas, reuniu no Auditório I do Centro de Reuniões da FIL, na Rua do Bojador, Parque das Nações, em Lisboa, a Assembleia Geral da EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade aberta (doravante simplesmente designada por “EDP” ou “Sociedade”), com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, em Lisboa, com o capital social de € 3 656 537 715, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa número 500 697 256. A reunião realizou-se fora da sede da Sociedade dado que as instalações da sede não permitiriam que a reunião aí se efectuasse em condições satisfatórias, tendo em conta que, por ser uma sociedade aberta, é sempre elevado o número de accionistas presentes. -----

--- O Presidente da Mesa, Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, começou por explicar as regras de participação na presente Assembleia Geral e o respectivo funcionamento, tendo, de seguida, e coadjuvado pelo Vice-Presidente da Mesa, Dr. António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, e pelo Secretário da Sociedade, Dra. Maria Teresa Isabel Pereira, verificado a regularidade da convocatória pelas publicações obrigatórias efectuadas nos sítios da Internet do Ministério da Justiça, da CMVM, da Euronext Lisbon e da própria EDP (para além de terem sido efectuadas publicações no Boletim de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon de 15 de Março de 2010). -----

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que a lista de presenças se encontrava devidamente organizada e que existiam cartas de representação para os accionistas que fossem pessoas colectivas ou que não se encontrassem fisicamente presentes. ----- De seguida, o Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram a percentagem do capital social que se encontrava presente ou representada na Assembleia Geral – a qual, adicionando os votos por correspondência, representava 58.4158% do capital social e 55.6497% dos direitos de voto – com base nas declarações de registo e bloqueio de acções emitidas pelos intermediários financeiros responsáveis pelo registo individualizado das acções de cada accionista, tendo o Presidente da Mesa declarado que se encontrava reunido o quórum constitutivo e deliberativo necessário para a realização da Assembleia Geral. -----

O Presidente da Mesa declarou ainda que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º dos estatutos da EDP, não seriam considerados votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista em nome próprio ou como representante de outro, que excedessem 5% da totalidade dos votos, bem como que, uma vez que tal limitação não se aplica às acções de categoria B, as accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. poderiam votar com mais de 5% dos direitos de voto correspondentes ao capital social. -----

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que foram respeitadas as demais formalidades prévias à realização da Assembleia Geral, designadamente que as propostas e demais informação relativa aos pontos da ordem do dia haviam sido disponibilizadas aos accionistas, na sede social e nos sítios da Internet da CMVM e da EDP, dentro dos prazos legais aplicáveis. -----

(...)

--- O Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, dando início aos trabalhos da Assembleia Geral, colocou à discussão o Ponto Um da ordem do dia com o seguinte teor: “*Deliberar sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2009, incluindo o relatório único de gestão (que integra um capítulo referente ao governo societário), as contas individuais e consolidadas, o relatório anual e o parecer do Conselho Geral e de Supervisão e a certificação legal das contas individuais e consolidadas*”. -----

O Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Conselho de Administração Executivo e ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que apresentassem os documentos de prestação de contas, tendo começado por dar a palavra ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia. -----

(...)

De seguida, o Dr. António de Almeida descreveu a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão ao longo de 2009, espelhada no Relatório Anual do referido Conselho, e enunciou as matérias mais relevantes no âmbito das quais o Conselho Geral e de Supervisão exerceu as suas actividades de supervisão, aconselhamento e acompanhamento. -----

(...)

Terminado o debate e não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo, em consequência, sido aprovados por maioria dos votos emitidos (99.9150 % de votos a favor) o relatório único de gestão, os demais documentos de prestação de contas do exercício de 2009 e o Relatório do Conselho Geral e de Supervisão. -----

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo procedido à leitura do Ponto Dois da ordem do dia com o seguinte teor: “*Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2009*” e concedido a palavra ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia, que apresentou a proposta do Conselho de Administração Executivo, nos termos seguintes: -----

“*Em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 30.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe aos Senhores Accionistas que os resultados do exercício, no montante global de € 630 020 902,97, tenham a seguinte aplicação:* -----

*Reserva legal* ----- € 31 501 045,15

*Dividendos (o dividendo proposto é de 0,155€ por acção)* ----- € 566 763 345,83

*Dotação para a Fundação EDP* ----- € 6 000 000,00

*Resultados Transitados* ----- € 25 756 511,99”

O Presidente da Mesa agradeceu ao Presidente do Conselho de Administração Executivo e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que centrou o seu discurso na questão da dotação para a Fundação EDP, tendo salientado que a aplicação de resultados deverá contemplar uma dotação para a Fundação EDP relativa a acções de mecenato de reconhecido mérito, de acordo com um programa a submeter ao Conselho Geral e de Supervisão no âmbito da política de cidadania empresarial e de desenvolvimento sustentável do Grupo EDP, num valor não superior a 0.1% do volume consolidado de negócios. -----

(...)

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Dois da ordem do dia, tendo a proposta de aplicação de resultados sido aprovada por maioria dos votos emitidos (99.9977% de votos a favor). -----

--- Entrando no Ponto Três da ordem do dia, o Presidente da Mesa passou a ler o respectivo teor, a saber, “*Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais*”. Seguidamente, o Presidente da Mesa solicitou ao Secretário da Sociedade que procedesse à leitura da proposta apresentada pelas accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Caja de Ahorros de Asturias, Banco Comercial Português, S.A., Banco Espírito Santo, S.A., José de Mello Energia, SGPS, S.A., Senfora, SARL e Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures (“Sonatrach”), com o seguinte teor: -----

“*Considerando o disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais,* -----



Propõe-se: -----  
1º - Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2009. -----

2º - Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2009. -----

3º - Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2009”. -----

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, que proferiu o discurso seguinte: -----

“Senhores Accionistas -----

Tendo sido distribuído o documento com o Parecer do CGS sobre o voto de confiança no CAE, tomo a liberdade de me dispensar da sua leitura, lembrando apenas a sua conclusão: -----

«De acordo com análise efectuada e as conclusões da referida reunião de 4 de Março de 2010, o Conselho Geral e de Supervisão, por unanimidade, deliberou aprovar o presente parecer sobre a avaliação da actividade e desempenho do Conselho de Administração Executivo durante o exercício de 2009 e transmitir aos Accionistas a sua posição favorável a um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo, ao seu Presidente, Dr. António Mexia, e a cada um dos seus Membros». -----  
(...)

Não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto Três da ordem do dia, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (99.8452% de votos a favor). -----

--- O Presidente da Mesa passou a ler o teor do Ponto Quatro da ordem do dia – “Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de acções próprias pela EDP e sociedades participadas” – e questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração Executivo, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser muito extensa e já ser do conhecimento de todos. Tendo os accionistas dispensado a leitura da proposta, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Conselho de Administração Executivo para apresentação da mesma. (...)

Terminada a exposição e não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto Quatro, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (94.8451% de votos a favor). -----

--- Relativamente ao Ponto Cinco da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do referido ponto – “Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de obrigações próprias pela EDP e sociedades participadas” – e, à semelhança do que havia acontecido no âmbito do ponto anterior, questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser bastante extensa e já ser do conhecimento de todos. Dispensada a leitura da proposta e não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (99.7278% de votos a favor). -----

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo passado ao Ponto Seis da ordem do dia, cujo teor é o seguinte “Deliberar sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo apresentada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão”. Tendo em conta a extensão da declaração e dado que a mesma já era do conhecimento dos accionistas, o Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a dispensa da leitura do documento cujo teor é o seguinte: -----

“Política de Remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo para o triénio 2009-2011 -----

A política de remunerações do Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP), estatutariamente definida pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão, orienta-se pelo propósito genérico de garantir a consecução dos objectivos estabelecidos para a empresa pelos accionistas, tendo em conta as condicionantes impostas pela envolvente política, económica e social. -----

Em empresas com a dimensão e a complexidade de gestão da EDP, existe uma natural separação entre detentores do capital (accionistas) e o exercício da gestão efectiva (assegurada por gestores profissionais, frequentemente sem qualquer participação no capital da empresa). Assim sendo, a política de remunerações deve preocupar-se não apenas com garantir que a EDP seja capaz de atrair e reter os gestores mais competentes, mas também em incentivar que a sua actividade esteja alinhada com os interesses estratégicos dos seus accionistas. -----

Estas orientações estratégicas reflectem-se e enformam a política de remunerações da EDP já desde o ano de 2001, no âmbito do modelo monista então existente, com os vencimentos dos membros da Comissão Executiva a conterem uma componente fixa e uma componente variável, destinada exactamente a promover o alinhamento das práticas de gestão com os interesses estratégicos dos accionistas da EDP. -----

Em 2003, com a separação das funções de Presidente executivo das do chairman, este modelo remuneratório foi reforçado, com a introdução de uma componente variável plurianual destinada a incentivar a consistência da gestão executiva com uma perspectiva de sustentabilidade da empresa a médio e longo prazo. -----

Entretanto, para o mandato do triénio 2006-2008, já na vigência do actual modelo dualista, foi mantido o mesmo modelo remuneratório iniciado em 2003, o qual foi apresentado aos accionistas nas Assembleias Gerais Anuais de 2007 e de 2009. -----

Com este pano de fundo, a Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão aprovou, para o triénio 2009-2011, um sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração Executivo da EDP que assenta em dois pilares: 1) assegurar, com base numa análise de benchmark, um pacote remuneratório competitivo, e 2) concretizar um sistema de incentivos que garanta o alinhamento dos gestores com os interesses dos accionistas numa perspectiva de sustentabilidade económica e financeira. -----

Para o efeito do primeiro objectivo, tendo em consideração a dimensão e a importância, na economia nacional, da EDP e o âmbito e, mesmo, a expressão internacional que a sua actividade já hoje apresenta, tomaram-se como termo de comparação as remunerações publicadas dos presidentes das empresas cotadas que integram o Eurostoxx Utilities e o PSI-20, procurando calibrar o exercício pelo modelo de gestão, monista ou dualista, adoptado. -----

Como resultado dessa análise, e por razões que se detalham adiante, validou-se como adequada a manutenção do valor de 600 000 euros já praticado no anterior mandato para o Presidente do Conselho de Administração Executivo, assim como a manutenção, em 80%, da relação entre o vencimento dos restantes membros da administração executiva e o do seu presidente. Com base nos dados disponíveis, tal valor posicionaria essa componente remuneratória substancialmente abaixo da média do universo analisado. -----

Por seu turno, a prossecução do segundo pilar exige não apenas uma componente variável que integre a remuneração global, mas também que a mesma seja atribuída em função da verificação de um conjunto de requisitos. -----

Considerando as melhores práticas internacionais – sejam políticas das empresas ou orientações emanadas de instituições internacionais como a Comissão Europeia ou das entidades de supervisão – a parte variável da remuneração deve: 1) ser relevante, isto é, ter um peso significativo na



## anexos - extracto da acta da assembleia geral

remuneraç6o; 2) ser funç6o de um conjunto de indicadores que reflectam a perspectiva accionista sobre o desempenho da empresa e 3) depender, numa parte n6o despcienda, do desempenho plurianual. -----

• Como se referiu antes, estes crit6rios foram seguidos j6 no tri6nio 2006 a 2008, traduzidos numa estrutura remunerat6ria em que a parte vari6vel podia duplicar a parte fixa e em que a componente vari6vel plurianual, que reflecte a avaliaç6o para o conjunto do mandato, tem um peso igual ao da componente fixa. Assim: -----

\* Remuneraç6o Vari6vel Anual – o seu valor poderia variar entre 0 e 100% da remuneraç6o bruta fixa anual, consoante o desempenho efectivo ficasse abaixo de 90% do fixado no plano de neg6cios (caso em que n6o haveria lugar a qualquer pagamento) ou superasse em 10% esses prop6sitos (caso em que seria de 100%). -----

\* Remuneraç6o Vari6vel Plurianual – o seu montante seria fixado entre 0 e 100% da remuneraç6o bruta fixa do mandato, em funç6o da avaliaç6o anual acumulada da “performance” dos administradores na materializaç6o da sustentabilidade econ6mica do Grupo EDP. A atribuiç6o desta remuneraç6o plurianual, embora calculada anualmente, s6 se tornaria efectiva se no final do mandato tiverem sido atingidos, pelo menos, 90% dos objectivos estrat6gicos fixados, que ser6o avaliados em funç6o da performance e da comparaç6o com os universos estrat6gicos de refer6ncia. -----

• Para al6m da exig6ncia que decorre destes limites quantitativos, recorde-se que as metas propostas pelo Conselho de Administraç6o Executivo s6o aprovadas em sede de Conselho Geral e de Supervis6o – 6rg6o em que, embora havendo uma maioria de membros independentes, est6o representados os accionistas de refer6ncia da EDP. -----

• Uma an6lise comparada da pol6tica remunerat6ria adoptada pela EDP com a praticada pelas principais empresas de refer6ncia (principais empresas do PSI20, cong6neres ib6ricas e as empresas que integram o Eurostoxx Utilities) e, sobretudo, com as linhas de força das recomendaç6es das principais instituiç6es de supervis6o, demonstra a adequaç6o da pol6tica seguida. Consequentemente, quando se prop6s definir as novas orientaç6es para o tri6nio 2009-2011, a Comiss6o de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervis6o optou por n6o mexer no essencial, procedendo, contudo, a alguns ajustamentos decorrentes quer de alteraç6es havidas nas orientaç6es das entidades de supervis6o, maxime a CMVM, quer da pr6pria evoluç6o da conjuntura econ6mica, nacional e internacional. -----

• Como reflexo da evoluç6o da conjuntura econ6mica, nomeadamente da baixa inflaç6o previs6vel, a Comiss6o de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervis6o decidiu manter congelada a remuneraç6o fixa estabelecida para o tri6nio anterior. Em resultado desta decis6o, no fim do actual mandato, os membros do Conselho de Administraç6o Executivo n6o ter6o tido qualquer aumento durante seis anos. -----

• Por outro lado, como a parte fixa da remuneraç6o estabelece os limites para as componentes vari6veis, este mesmo princ6pio do congelamento dos valores remunerat6rios aplica-se ao m6ximo que os administradores executivos da EDP podem receber. -----

• Paralelamente, a crise experimentada pela economia mundial veio p6r a descoberto a fal6ncia das pol6ticas de vencimentos assentes apenas no desempenho de curto prazo. Como atr6s se referiu, esse n6o era j6 o caso da EDP, em que se encontrava instituida desde 2003 uma componente remunerat6ria vari6vel plurianual. -----

• Ainda assim, e para dar cumprimento 6s orientaç6es que apontam para um reforço da relev6ncia da avaliaç6o do desempenho plurianual, a Comiss6o de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervis6o decidiu redistribuir a estrutura da componente vari6vel da remuneraç6o, diminuindo o peso da parte vari6vel anual por contrapartida do aumento da plurianual. -----

• Nesta medida, o valor m6ximo do pr6mio de desempenho anual ser6 reduzido para 80% da componente fixa, podendo o pr6mio plurianual atingir 120% do valor da remuneraç6o fixa auferida no mandato. Os limites para se alcançarem os valores m6ximos, ou para se deixar de ter direito 6 remuneraç6o vari6vel, devem manter-se inalterados, atento o grau de exig6ncia que j6 colocam 6 gest6o da empresa. -----

• Por 6ltimo, os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do Conselho de Administraç6o Executivo, nomeadamente os respeitantes 6 comparaç6o entre o comportamento bolsista da EDP e dos seus pares ib6ricos e europeus e 6 apreciaç6o do desempenho econ6mico e financeiro da empresa, s6o mantidos com ligeiras actualizaç6es e ajustamentos: -----

\* Indicadores de desempenho anual: valor do Total Shareholder Return do Grupo EDP quando comparado com o verificado no Eurostoxx Utilities e no PSI20, a capacidade real de criaç6o de valor accionista e o crescimento da Margem Bruta, do Net Profit e do EBITDA. -----

\* Indicadores de desempenho plurianual: os universos de comparaç6o s6o os mesmos mas os indicadores utilizados tomam, para este prop6sito, a totalidade do mandato como refer6ncia. Os indicadores cr6ticos s6o a performance relativa ao EBITDA do Grupo EDP, a sua capacidade de criaç6o de valor, o retorno total para o accionista e, ainda, a performance do 6ndice de Sustentabilidade aplicado ao Grupo EDP (com a metodologia do Dow Jones Sustainability Index). Adicionalmente, a Comiss6o de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervis6o tomar6 em consideraç6o, embora sem recurso a indicadores quantitativos, a evoluç6o da imagem do Grupo EDP nos mercados nacional e internacional, a capacidade de mudanç6a e adaptaç6o 6s novas exig6ncias do mercado e, sobretudo, o cumprimento das metas estrat6gicas fixadas para o Grupo EDP. -----

Nos termos da lei e dos estatutos da EDP, a Comiss6o de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervis6o da EDP submete assim 6 aprovaç6o dos Senhores Accionistas a declaraç6o sobre pol6tica de remuneraç6o dos membros do Conselho de Administraç6o Executivo nos termos supracitados”. -----

Tendo os accionistas presentes dispensado a leitura da declaraç6o supra, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Prof. Alberto Jo6o Coraceiro de Castro, Presidente da Comiss6o de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervis6o, que, ap6s cumprimentar os accionistas presentes, referiu que a sua intervenç6o versaria sobre a apresentaç6o das “linhas de força” da pol6tica de remuneraç6o dos membros do Conselho de Administraç6o Executivo, mas que, antes de o fazer, gostaria de recordar que a EDP tem assumido uma posiç6o pioneira no que respeita 6s melhores pr6ticas de corporate governance, sendo prova disso n6o s6o o facto de, em 2007, a Comiss6o de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervis6o ter submetido ao voto dos accionistas a pol6tica de remuneraç6o dos membros do Conselho de Administraç6o Executivo, ainda que n6o existisse qualquer normativo legal que a tal obrigasse, como tamb6m o facto de proceder 6 publicaç6o individualizada das remuneraç6es dos Presidentes do Conselho Geral e de Supervis6o e do Conselho de Administraç6o Executivo quando ainda n6o existia qualquer disposiç6o legal que exigisse tal publicaç6o. -----

(...)

Na seq6ncia, o Presidente da Mesa colocou 6 votaç6o o Ponto Seis da ordem do dia, tendo a proposta sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 50.3045% de votos a favor). -----

Seguidamente, o representante da Parp6blica – Participaç6es P6blicas (SGPS), S.A. e da Capitalpor – Participaç6es Portuguesas, SGPS, S.A., Dr. Rui Pinto Duarte, solicitou o uso da palavra para informar que as entidades que representa haviam votado contra a proposta apresentada, tendo solicitado que constasse de acta o teor da declaraç6o seguinte, a qual foi lida pelo Presidente da Mesa: -----

«No quadro do entendimento perfilhado pela PARPÚBLICA (SGPS) S.A., e pela CAPITALPOR, SGPS, S.A. sobre as linhas de orientação constantes do Despacho nº 11420/2009, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 11 de Maio de 2009 e do Despacho nº 5696-A/2010, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 29 de Março de 2010, bem como da norma inserida no Orçamento do Estado para 2010 sobre a mesma matéria, já aprovada mas ainda não promulgada, as empresas acima referidas declaram que votaram contra a declaração sobre a “Política de Remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo para o Triénio 2009-2011” apresentada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão no âmbito do ponto 6. da Ordem do Dia».

--- O Presidente da Mesa passou a ler o teor do Ponto Sete da ordem do dia – “Deliberar sobre a política de remuneração dos membros dos demais órgãos sociais apresentada pela Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral” – e, à semelhança do que se verificou com as propostas anteriores, questionou os accionistas presentes sobre a dispensa de leitura da declaração do seguinte teor:

“Declaração da Comissão de Vencimentos da EDP – Energias de Portugal, S.A. sobre a Política de Remunerações dos Órgãos Sociais

#### A. Competência

1. Nos termos do disposto no artigo 11.º, n.º 2, alínea d), do Contrato de Sociedade da EDP – Energias de Portugal, S.A., compete à Assembleia Geral nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, à excepção das remunerações dos administradores (Conselho de Administração Executivo), as quais, ao abrigo do artigo 27.º do aludido Contrato de Sociedade, deverão antes ser fixadas por uma Comissão nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS).

2. De acordo com o estipulado nos nºs 1 e 2 do artigo 8º do Contrato de Sociedade, são órgãos da Sociedade, para além do já citado Conselho de Administração Executivo (CAE):

a) a Assembleia Geral (AG)

b) o Conselho Geral e de Supervisão (CGS)

c) o Revisor Oficial de Contas (ROC).

A Sociedade tem ainda – aliás também expressamente previstos no Contrato de Sociedade – um Conselho de Ambiente e Sustentabilidade (artigo 28º), uma Comissão de Vencimentos (artigo 27º), e, no seio do CGS, uma Comissão de Acompanhamento de Matérias Financeiras, que assumirá também a designação de Comissão de Auditoria (artigo 8º, nº 2).

Nos termos do disposto no nº 4 do artigo 8º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral considera-se também incluída nos corpos sociais.

3. Compete, assim, à Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixar as remunerações dos membros dos seguintes corpos sociais: Mesa da Assembleia Geral; Presidente e membros do CGS; Revisor Oficial de Contas; Conselho de Vencimentos e Conselho de Ambiente e Sustentabilidade. A Comissão de Acompanhamento de Matérias Financeiras, ou Comissão de Auditoria, será tratada juntamente com as outras Comissões do CGS.

4. A Comissão de Vencimentos em funções foi eleita pela Assembleia Geral reunida em 15 de Abril de 2009, para o triénio 2009 a 2011, sendo composta pelos seguintes 3 membros:

José Manuel Archer Galvão Teles – Presidente

Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. – Vogal, representada por João Plácido Pires

Carlos Veiga Anjos – Vogal

5. Cabe à Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral, por um lado, prestar toda a informação respeitante à política de remunerações dos órgãos sociais da EDP; e, por outro lado, compete-lhe também propor à Assembleia Geral a aprovação das linhas gerais da política de remunerações a adoptar e prosseguir pela EDP no futuro.

6. Assim se dará cumprimento ao disposto no Ponto 7 da Ordem do Dia da Assembleia Geral anual, a ter lugar no próximo dia 16 de Abril.

7. Em face do exposto, a Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral vem, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, submeter à apreciação dos Senhores accionistas a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da EDP – Energias de Portugal, SA., a que respeita a sua competência.

#### B. Enquadramento Geral

8. Na prossecução das suas atribuições, esta Comissão guiou-se por critérios de ordem geral e também de carácter específico.

No que diz respeito aos aspectos de ordem geral, teve-se em atenção principalmente os seguintes princípios orientadores:

(i) A exigência de uma política de remuneração baseada, tanto quanto possível, na avaliação e estímulo de uma actuação criteriosa em que o mérito deve ser devidamente recompensado.

(ii) Os exemplos nacionais e internacionais de comparação das remunerações dos diversos membros dos órgãos sociais (bench marking).

(iii) As recomendações emanadas da União Europeia e, principalmente, os princípios que sustentam o Despacho nº 363/09, de 30 de Abril, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

(iv) A orientação geral – nas circunstâncias actuais de grave crise económica e financeira mundial – de moderação salarial com o objectivo de cumprir as exigências de uma maior justiça social no âmbito geral do país, bem como no âmbito dos diversos regimes remuneratórios da empresa.

9. No que se refere em particular à EDP, a Comissão teve uma especial preocupação em auscultar os accionistas portugueses de referência da Sociedade e teve particularmente em conta os seguintes aspectos:

(i) As condições económicas e financeiras da EDP e situação económica e social do país.

(ii) Os regimes remuneratórios em vigor nas empresas congéneres do PSI 20 e a posição relativa de topo da EDP no referido índice.

(iii) A forma concreta como são efectivamente exercidas, pelos membros de cada órgão social, as respectivas funções.

10. Além disso, foi entendimento da Comissão que as alterações de fundo que, em alguns casos particulares, se revelavam necessárias, em virtude do novo modelo de governo da sociedade, não era aconselhável serem introduzidas, na sua totalidade, no mandato em curso.

11. O Estado, através da Parpública, propôs que a remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão fosse reduzida em 10% e a dos restantes membros em 5% e que não houvesse fixação de novas remunerações, nomeadamente para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão.

#### C. Decisões

Estabelecidos os critérios que presidem à política de remunerações da Sociedade e ponderados os diversos factores em causa, esta Comissão tomou, em linhas gerais, as seguintes decisões:

(i) Fixar as remunerações dos membros do CGS, incluindo a do seu Presidente, em valores inferiores aos atribuídos aos membros do CAE, designadamente quanto à não atribuição de uma componente de remuneração variável, e



## anexos - extracto da acta da assembleia geral

(ii) Face às orientações definidas pelo Governo português para as empresas com participação do Estado, a Comissão entendeu – tendo em conta as dificuldades que o país atravessa em consequência da generalizada crise económica, financeira e social instalada no mundo – dever proceder a ajustamentos remuneratórios no sentido da contenção e, em qualquer caso, sempre se deverá ter em linha de conta o mérito da actuação dos membros de cada órgão, de modo a não pôr em risco a coesão, a estabilidade e o desenvolvimento da empresa. -----

(iii) A Comissão decidiu não introduzir quaisquer ajustamentos quanto às remunerações dos membros da Comissão de Auditoria, mantendo inalterável o valor das remunerações do mandato anterior, em virtude de ter verificado registar-se um progressivo acréscimo de trabalho e de responsabilidade dos membros desta Comissão. -----

(iv) Relativamente ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a Comissão manteve o entendimento da sua integração, para efeitos de remuneração, no âmbito do CGS e quanto ao Vice-Presidente da Mesa, tratando-se de uma situação nova, resolveu-a através do critério da efectiva presidência de reuniões da Assembleia Geral. -----

(v) No que se refere ao ROC, considerando a especificidade das funções por ele desempenhadas e a sua relação funcional com o CGS e, em particular, com a Comissão de Auditoria, esta Comissão de Vencimentos julgou apropriado aceitar e confirmar os valores constantes da estimativa dos honorários anuais do ROC resultante do “Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas” negociada e celebrada pelo CGS. ----

(vi) No que respeita ao Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, a Comissão decidiu que a remuneração dos seus membros corresponda ao número de presenças nas respectivas reuniões. -----

Concluindo, -----

Esta Comissão propõe à Assembleia Geral de accionistas que aprove a política de remunerações que tem vindo a ser aplicada aos corpos sociais acima identificados desde a alteração do modelo de governo da Sociedade, designadamente no que respeita ao seu enquadramento em função da situação concreta do País e da própria empresa, incentivando, por um lado, o mérito pessoal e institucional, mas, por outro lado, mantendo a orientação de ser adoptada uma contenção remuneratória justa e equilibrada”. -----

Na sequência, tendo os accionistas dispensado a leitura da declaração, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Dr. José Manuel Archer Galvão Teles, Presidente da Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral, que começou por cumprimentar os accionistas presentes, tendo, de seguida, reportado à Assembleia Geral que, atento o facto de o conteúdo da proposta em discussão estar devidamente descrito na declaração preparada pela Comissão de Vencimentos a que preside, a sua intervenção seria muito breve. O Presidente da Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral prosseguiu referindo reear que a proposta constante do ponto em análise não fosse bem recebida por parte dos senhores accionistas, estando totalmente disponível para prestar os esclarecimentos que fossem considerados adequados ou necessários. -----  
(...)

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Sete da ordem do dia, tendo a proposta sido rejeitada por maioria dos votos emitidos (86.9154% de votos contra). -----

Seguidamente, o representante da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e da Capitalpor – Participações Portuguesas SGPS, S.A., Dr. Rui Pinto Duarte, solicitou o uso da palavra para informar que as entidades que representa haviam votado contra a proposta apresentada, tendo solicitado que constasse da acta o teor da declaração seguidamente descrita. O Dr. Rui Pinto Duarte esclareceu ainda não existir qualquer contradição entre a posição aqui assumida pela Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e a constante da declaração apresentada pela Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral, atento o disposto no ponto 11 da referida declaração. -----

Na sequência, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da declaração seguinte: -----

«No quadro do entendimento perflhado pela PARPÚBLICA (SGPS) S.A., e pela CAPITALPOR, SGPS, S.A. sobre as linhas de orientação constantes do Despacho nº 11420/2009, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 11 de Maio de 2009 e do Despacho nº 5696-A/2010, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 29 de Março de 2010, bem como da norma inserida no Orçamento do Estado para 2010 sobre a mesma matéria, já aprovada mas ainda não promulgada, as empresas acima referidas declaram que votaram contra a declaração sobre a “Política de Remunerações dos membros dos órgãos sociais” apresentada pela Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral no âmbito do ponto 7. da Ordem do Dia. -----

Não obstante, estes accionistas reconhecem o esforço realizado pela Comissão de Vencimentos, nomeadamente pelo seu presidente no sentido de procurar uma solução mais justa e coerente com os objectivos propostos. Contudo, o facto de não ter sido possível convergir integralmente com as linhas orientadoras referidas anteriormente determinou o sentido de voto expresso». -----

--- No que respeita ao Ponto Oito da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do respectivo teor – “Deliberar sobre a eleição de um membro do Conselho Geral e de Supervisão” – e solicitou ao Secretário da Sociedade que lesse a proposta apresentada pelas accionistas Senfora, SARL e Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., do seguinte teor: -----

“Considerando que o Senhor Khalifa Abdulla Khamis Al Romaiithi apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, os accionistas Senfora, SARL e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. decidiram propor a eleição de Senfora, SARL, sociedade constituída segundo as leis do Abu Dhabi, que detêm uma participação na EDP correspondente a 4,06% do seu capital social, para o cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, assumindo funções para o mandato de 2009-2011 em curso.” Da nota informativa relativa à Senfora, SARL, disponibilizada aos senhores accionistas no prazo legal, constam os elementos de identificação da mencionada sociedade, designadamente a referência a que a mesma tem a sua sede no Luxemburgo. -----

Em seguida, não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (94.2684% de votos a favor). -----

--- Concluída a discussão e deliberação sobre todos os pontos da ordem do dia, o Presidente da Mesa agradeceu a todos os presentes a cooperação prestada, a qual foi decisiva para o bom andamento dos trabalhos da presente Assembleia Geral. -----

--- Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Sociedade. -----

Lisboa, 20 de Abril de 2010

O Secretário da Sociedade  
Maria Teresa Isabel Pereira

## contactos

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

#### SEDE

**EDP – Energias de Portugal**  
Praça Marquês de Pombal, 12  
1250-162 Lisboa  
Portugal  
Tel.: +351 21 001 25 00  
Fax: +351 21 001 14 03

#### INVESTIDORES

**DRI - Direcção de Relação com os Investidores**  
Praça Marquês de Pombal, 12  
1250-162 Lisboa  
Portugal  
Tel.: +351 21 001 28 34  
Fax: +351 21 001 28 99  
Contactos online: [www.edp.pt](http://www.edp.pt)> Investidores

#### CLIENTES

##### Linhas EDP

Apoio comercial 808 505 505  
Leituras do contador 808 507 507  
Assistência técnica 800 506 506  
EDP conforto 800 501 501  
Contactos online: [www.edp.pt](http://www.edp.pt)> [a edp](#)> contactos

##### DRE – Direcção de Relação com o Cliente

Praça Marquês de Pombal, 13  
1252-162 Lisboa  
Portugal  
Fax: +351 21 002 15 20

#### FORNECEDORES

Rua Camilo Castelo Branco, 46, 4º  
1050-045 Lisboa  
Portugal  
Tel.: +351 21 00 55 50  
Contactos online: [www.edp.pt](http://www.edp.pt)> Fornecedores

#### ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

##### DMC - Direcção de Marca e Comunicação

Praça Marquês de Pombal, 12  
1250-162 Lisboa  
Portugal  
Tel.: +351 21 001 26 80  
Fax: +351 21 001 29 10  
Contactos online: [www.edp.pt](http://www.edp.pt)> [a edp](#)> Contactos

#### COMUNIDADE

**Canal ONG:** [www.edp.pt](http://www.edp.pt)> Sustentabilidade> Sociedade e Cultura> ONG  
E-mail: [Gabinete.ambiente@edp.pt](mailto:Gabinete.ambiente@edp.pt)

##### Fundação EDP

Av. De Brasília, Central Tejo  
1300-598 Lisboa  
Portugal  
Tel.: +351 21 002 81 01  
Fax: +351 21 002 81 04  
[www.fundacao.edp.pt](http://www.fundacao.edp.pt)  
E-mail: [fundacaoedp@edp.pt](mailto:fundacaoedp@edp.pt)

##### ECO – Eficiência Energética

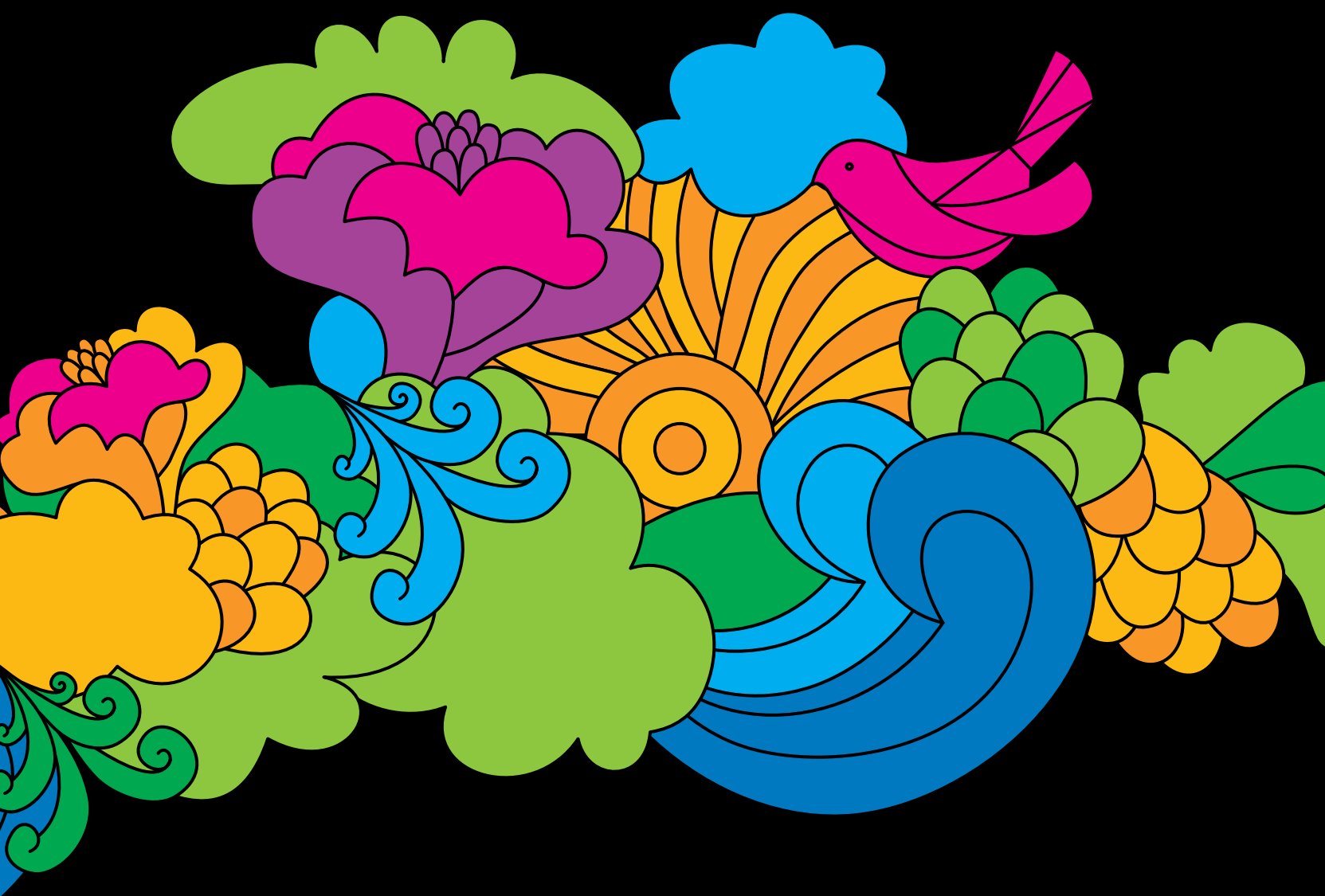
[www.eco.edp.pt](http://www.eco.edp.pt)  
E-mail: [eficienciaenergetica@edp.pt](mailto:eficienciaenergetica@edp.pt)  
[ppec@edp.pt](mailto:ppec@edp.pt)  
Recursos humanos  
Tel.: 351 21 001 25 89  
Fax: 351 21 001 29 11

#### SUGESTÕES

[www.edp.pt](http://www.edp.pt)> [a edp](#)> Contactos> Sugestões & Reclamações



earth is  
all we  
need



**EDIÇÃO** EDP - Energias de Portugal, S.A.  
Direcção de Marca e Comunicação  
Praça de Marquês de Pombal, 12  
1250-162 Lisboa

**DESIGN** happy brands

**IMPRESSÃO** Dilazo - Artes Gráficas, Lda

**TIRAGEM** 1400 exemplares

**DEPÓSITO LEGAL** XXXXXXXX

Abril 2010

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são objecto dum processo científico e sustentado de reflorestação.

